

NORTON
DE MATOS

Memórias
e Trabalhos
da Minha Vida

Volume
II



Coimbra • Imprensa da Universidade • 2005

(Página deixada propositadamente em branco)

Norton de Matos

Memórias e trabalhos
da minha vida



Volume 2

Factos, acontecimentos e episódios
que a minha memória guardou

Conferências, discursos e artigos
e suas raízes no passado

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Imprensa da Universidade de Coimbra

PLANIFICAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E ORGANIZAÇÃO
Armando Malheiro da Silva
José Pedreira Castro Norton

CONCEPÇÃO GRÁFICA
António Barros

PAGINAÇÃO
António Resende
[Universidade de Coimbra]

TRATAMENTO DE IMAGENS
Estímulus [design] • Coimbra

EXECUÇÃO GRÁFICA
Gráfica de Coimbra, Lda
Palheira • Assafarge
3001-453 Coimbra Codex

ISBN
972-8704-35-6

DEPÓSITO LEGAL
218810/04

© DEZEMBRO 2004, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

OBRA PUBLICADA COM A COLABORAÇÃO DE:



OBRA PUBLICADA COM O PATROCÍNIO DE:
BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO • GRÉMIO LUSITANO
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS • CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO



Banco Comercial Português



Memórias e trabalhos
da minha vida



Tomo III

(Página deixada propositadamente em branco)

PRIMEIRA PARTE

A SITUAÇÃO DE ANGOLA EM 1912-1913

(Página deixada propositadamente em branco)

CAPÍTULO I

ANÁLISE GERAL

Ao recordar, auxiliado pelo meu «diário», pelos Boletins Oficiais da Colónia, por escritos diversos, meus e de outros, o que foi a minha acção em Angola durante duas épocas de governo e administração, uma como governador-geral, de 1912 a 1915, outra, como alto comissário da República, de 1921 a 1924, quase desanimo ao pensar que tenho de a expor, a desfigurar e sem a diminuir, nas poucas páginas deste volume.

É certo que algumas passagens dos dois volumes anteriores são já indicações das minhas intenções, dos trabalhos a que me abalancei e que ficaram das minhas duas caminhadas pela grande província Portuguesa da África Ocidental e mostram o espírito que à minha acção presidiu, e, um pouco, a atmosfera e o quadro onde ela se desenrolou. Talvez, por esta razão, fosse melhor fazer preceder este volume de outros, em que mais falasse da minha mocidade e também dos meus dez anos da Índia, terra de tão humano e tão português passado, onde a minha alma, em grande parte, se formou. Mas, na minha longa e activa vida, quantos projectos tive de deixar pelo caminho...

No plano que tracei, com o fim de não me perder, ao compor este volume, no emaranhado de tão vasta matéria, figura como quadro essencial a exposição da situação de Angola, na época da minha chegada àquela província, em 1912.

Sem esta espécie de introdução, impossível seria, a quem lesse estas «Memórias», compreender a razão de ser e as modalidades da acção que

exerci, como governador-geral, de poder limitado, e como alto-comissário da República, investido de predicados de «poder executivo» e de «poder legislativo».

A situação de Angola, em 1912-13, tem de ser analisada sob os seguintes aspectos:

I — SITUAÇÃO INTERNACIONAL

Não eram nada risonhas as relações externas de Portugal, na época em que assumi o governo-geral de Angola. Tinha a República menos de dois anos de existência e a mudança de instituições políticas, que, como então se pensava, deveria atingir profundamente o campo social, foi recebida com má vontade e desconfiança em toda a Europa. A questão da separação entre o Estado e a Igreja não foi compreendida como o devia ter sido, por culpa de uns e de outros, e os esforços vãos para a transformar rapidamente em realidades as promessas e projectos do tempo da propaganda republicana desorientaram os observadores estrangeiros. Uma expectativa raras vezes benévola nos cercava. Fora fácil derrubar a estrutura carcomida; difícil era substituí-la pela que mal tinha saído da imaginação, nobre e patrioticamente inflamada, dos fundadores da República.

Nenhuma das nações da Europa procurou, porém, aproveitar-se da situação difícil em que Portugal se encontrava, a seguir à queda da Monarquia, a não ser uma — a Alemanha, tendo em vista planos de expansão territorial ou comercial, o estabelecimento de zonas de influência, em África, e predomínios ou hegemónias.

8

Terei de apresentar, com largos pormenores, a política alemã de expansão colonial, no volume seguinte destas «Memórias», que dedicarei à nossa intervenção na Grande Guerra, mas, desde já, alguma coisa devo dizer sobre os novos manejos da Alemanha para se apoderar de terras nossas. Senti-os quase desde a primeira hora da minha chegada a Angola, foram eles aumentando, em intensidade, nos primeiros tempos do meu governo, deixaram de ter o feitio espectacular com que se apresentaram de

princípio, após os incidentes que se deram entre mim e o comandante da canhoneira alemã «Panther» narrados no primeiro tomo destas «Memórias», em virtude das quais a minha autoridade e o meu prestígio tanto se afirmaram, mas mantiveram-se sempre as pretensões da expansão alemã até culminarem, ao rebentar a Grande Guerra, na invasão dos territórios de Angola por forças regulares alemãs.

O meu governo de Angola decorreu, do primeiro dia ao último, sob o signo da guerra. Algumas palavras, portanto, sobre as actividades alemãs em Angola é necessário escrever com o fim de indicar como grande parte da minha administração e governo tiveram de ser exercidos por forma a desviar e a neutralizar as tentativas de intervenção estrangeira, que pairavam sobre a província, cuja guarda me fora confiada.

a) *A zona neutra no sul de Angola*

Sob esta epígrafe se devem englobar os propósitos dos alemães de não cumprirem a convenção de 30 de Dezembro de 1886 sobre os limites entre Angola e o Sudoeste Alemão. Obtida a grande região, por nós em tantas direcções percorrida e conhecida sob o nome de terras da Damara, na partilha de África de 1884-1885, não tendo sido possível, nessa triste época, manter os nossos direitos sobre a parte norte dessa região até ao paralelo do Cabo Frio, onde comerciávamos, havia muitos séculos, fixaram-se, pela mencionada convenção, complicados limites, muito mais a norte.

Com estes limites ficou a Província de Angola a tocar, em toda a sua grande extensão sul, com o território alemão.

Custa a compreender como foi possível, quer na Conferência de Berlim, quer nas negociações para a convenção de 1886, poderem aceitar-se limites desta natureza. O estudo, demorado e atento, que fiz, na minha mocidade, daquela Conferência, deixou-me a impressão de que os nossos delegados saíram dela atordoados com as grandes áreas que nos pertenciam em África, com a multiplicidade dos nossos direitos, derivados de uma acção secular e com as dificuldades de fixar limites aos nossos vastíssimos territórios, tudo perante a cobiça e a fúria devoradora dos partilhantes.

«Acabemos com isto depressa, vamos para nossa casa o mais rapidamente possível, se não queremos arriscar-nos a que nos levem maiores,

mais vastos e mais numerosos pedaços de território» — parece ter sido o pensamento que dominou.

Feita precipitadamente, entre nós e os alemães, a convenção de limites de 1886, tudo indica que os alemães não pensaram desde então noutra coisa que não fosse levantar questões sobre os confusos limites que dela constam, ou para os deixar no ar, de modo a não constituírem obstáculos a futuras expansões, ou para conseguirem empurrá-los para norte. Mostram-nos bem o que neste sentido se passou os atritos que se levantaram, quando João de Almeida procedeu à sua brilhante ocupação da região oriental do Sul de Angola. Uma das discussões, havidas entre ele e funcionários alemães, conduziu à criação irregular de uma zona neutra, constituída por dois paralelos que dois pontos do curso do Cunene definiam. Foi essa zona uma fonte de constantes divergências entre portugueses e alemães. Tivemos de destruir fortes situados nessa zona neutra, deixar de exercer qualquer acção nos indígenas, que nela habitavam, e abstermo-nos de fiscalizar por completo a actividade pastoril dos indígenas do território vizinho, que, amiúde, procuravam o nosso para terem pastagens e água para os seus gados.

Foi uma herança que nos legou a Monarquia e que muito estava perturbando a administração e o governo de Angola, quando cheguei àquela província.

A esta e a outras complicadas heranças souberam os governos e primeiros funcionários da República dar solução. Deixámos aos que vieram depois de nós uma Angola mais tranquila, mais conhecida, mais aberta e, incomparavelmente, mais prestigiada.

Estabeleceu-se a zona neutra em Agosto de 1909, com as melhores intenções, pela nossa parte, estou certo disso, mas por forma irregular, que envolveu exorbitância de poderes. Foram necessários uma guerra mundial, em que participámos, longos trabalhos de campo, relatórios e negociações demoradas, entre nós e a União da África do Sul, a quem o Sudoeste Alemão coube em mandato, para transformar a faixa de 11 quilómetros de largura numa linha recta. Teve o assunto, que se arrastava desde 1920, de ser submetido à Sociedade das Nações, onde se resolveu realizar uma nova Conferência na Cidade do Cabo.

Realizou-se essa Conferência em 1 de Julho de 1926 e nela se confirmaram os nossos direitos quanto aos limites do sul de Angola. Em 1927, iniciavam-se os trabalhos de demarcação, que continuaram até completa conclusão. Tinham passado mais de 40 anos sobre a Convenção Luso-Alemã, de 1886!

Outra questão, também herdada dos alemães e a que me referi no II.º tomo destas «Memórias», foi a das águas do Cunene e de outros rios do Sul de Angola, tendo em vista a produção de electricidade e o combate ao deserto sul-africano. Essa questão, infelizmente, ainda não está resolvida.

b) *A porta aberta*

Em Abril de 1912, antes de embarcar para Angola, fui informado por um inglês das minhas relações que a Alemanha estava fazendo grande pressão sobre o governo português para que fossem consideravelmente reduzidos, em Angola, os direitos preferenciais de importação e os direitos de trânsito de mercadorias. Mais me foi dito que o governo inglês apoiava essas diligências diplomáticas. Tinha-se em vista, dizia-se, estabelecer na África Tropical um comércio quase inteiramente livre, em que não houvesse distinções de nacionalidade, sem quaisquer direitos de trânsito dentro da zona entre trópicos e com direitos de importação e de exportação muito pequenos e iguais para todos. Observei ao inglês, meu amigo, homem de pensamentos largos, que me parecia tratar-se de uma utopia. Contestou, sorridente, que nós tínhamos considerado também utopias o que, em 1884, se dizia ir sair da Conferência de Berlim — a criação do Estado Livre do Congo e a atribuição de colónias africanas à Alemanha — e que tudo isso se transformara em realidades.

Já em Angola chegaram-me informações de vários lados sobre afirmações de colonos alemães que diziam, a quem os queria ouvir, que, em breve, as mercadorias de proveniência alemã passariam a pagar direitos de importação iguais aos que incidiam sobre os artigos provenientes de Portugal, nacionais ou nacionalizados, deixando quaisquer direitos de trânsito de incidir sobre elas.

Dei conta para Lisboa dessas notícias, sem dúvida propositadamente espalhadas, e disse ao ministro das colónias de então, que, de modo algum,

poderia a economia de Angola, abalada pela queda vertical do comércio da borracha, a passar por profundas transformações no aproveitamento da mão-de-obra indígena, com os fornecedores do Estado por pagar e com um orçamento deficitário (tal era o estado financeiro em que fui encontrar a província), suportar um regime aduaneiro imposto, sem qualquer transição, a um organismo debilitado e com o qual só estrangeiros, cidadãos de nações fortes, dispendo de avultados capitais e de uma grande Marinha Mercante, poderiam ganhar.

Não puderam as minhas observações ser tomadas em consideração. O governo português, assediado por brutais exigências alemãs e por amigos conselhos de ingleses, reduziu consideravelmente os direitos de trânsito através de Angola, mas fez depender essa redução de um regulamento, que eu, o irredutível oponente dessa medida, teria de elaborar e pôr em vigor.

A exemplo do que fiz nos dois primeiros volumes desta obra, transcrevo para aqui, afim de elucidar um assunto, tão deturpado por inconcebíveis paixões políticas, que medraram em Portugal nas vésperas da Grande Guerra, palavras que há tempos publiquei:

«O decreto de 17 de Novembro de 1913 sobre mercadorias em trânsito, através de Angola, foi publicado pelo governo português, em face de exigências da Alemanha e de conselhos da Inglaterra. Há muito que esta última nação nos aconselhava a modificar profundamente o nosso sistema proteccionista nas colónias, principalmente em Angola, dizendo ser impossível manter, por muito tempo, leis aduaneiras e navegação que, em grande parte, impediam que os territórios portugueses de África se abrissem ao comércio mundial, e terminava sempre estas amigas advertências, declarando faze-las na qualidade de nossa velha aliada e levada pelo grande interesse que lhe merecia a nossa prosperidade. A Inglaterra, quando nos dava estes conselhos, ainda não tinha celebrado, com os seus domínios, os acordos preferenciais e proteccionistas de Otava.

A Alemanha de 1912 e 1913 não nos dava conselhos, exigia. O que essa nação queria, e continuou a ambicionar depois de perdida a 1 Grande Guerra, era a formação de um enorme império colonial na África central

que se estendesse de mar a mar e onde se incorporariam Angola, parte importante de Moçambique, quase todo o Congo Belga e grandes regiões africanas francesas.

Seria a *Mittelafrika do Dr. Solf*. Os alemães sabiam que o *princípio da porta aberta*, por mais lata que fosse a sua aplicação, não bastaria, porque, apesar das portas bem abertas, seria sempre a nação possuidora e soberana que acabaria por dirigir o comércio.

Mas o ponto de partida para a colossal ocupação e enorme expansão em África seria Angola e, por essa razão, a Alemanha carecia que lhe abrissemos as portas da nossa grande província africana e que a deixássemos transformar, tanto quanto possível, em «terra de ninguém». O aspecto comercial da questão assumia grande importância. A primeira coisa a fazer, de facto, era o estabelecimento de linhas de etapas com depósitos, de alimentos e rações, que permitissem marchas rápidas e fulminantes de tropas de ocupação. Alguns depósitos desta natureza se chegaram a constituir em Angola, tendo, por minha ordem, sido confiscados em 1914, logo que rebentou a guerra. E não foi necessário, para secretamente os criar, abrir portas nenhuma...

O governo português fez o menos que foi possível fazer. Publicou um decreto que permitia o trânsito de mercadorias através de Angola, mas que não podia entrar em vigor, sem que eu, na minha qualidade de governador-geral, montasse os serviços necessários para a sua execução. Estava em boas mãos: a organização desses serviços não se faria enquanto as circunstâncias não se modificassem por inteiro.

Ora vejamos:

O decreto, de que se trata, é o número 222, de 17 de Novembro de 1913. É da autoria do então ministro das Colónias, Dr. Almeida Ribeiro. Era presidente do Ministério o Dr. Afonso Costa e governador-geral de Angola quem está escrevendo estas linhas.

Bastaria transcrever para aqui esse decreto para tudo ficar dito.

Nos seus considerandos atende-se à situação geográfica de Angola, ao valor comercial dos seus portos, às vantagens a tirar das suas linhas de comunicação e à influência destes factores na prosperidade das colónias vizinhas; declara-se que o facto de obrigar a pagar pesados direitos de

importação a mercadorias que entram em Angola, para sobre o seu território apenas transitarem, com destino a outros, representa grandes prejuízos, impede o aumento da navegação, o desenvolvimento das correntes comerciais e o progresso das localidades que são naturais entradas e saídas de mercadorias.

Verdades como punhos e apresentadas elas desenrola o decreto as suas disposições:

a) Permite-se o trânsito através de Angola e cria-se um imposto de trânsito com as seguintes palavras: «As mercadorias em trânsito na Província de Angola ficam sujeitas a um imposto de trânsito de 3% *ad valorem*».

b) O despacho de mercadorias, destinadas apenas a transitar, só se poderá fazer se se depositar na alfândega de entrada a totalidade dos direitos de importação que lhes couberem pelas pautas em vigor, como se fossem destinadas a consumo em Angola. Estes direitos só serão restituídos desde que se prove que as mercadorias, em trânsito, saíram de Angola, dentro de um prazo não superior a um ano.

Evitava-se assim, cautelosamente, que, à sombra da permissão de trânsito, se importassem mercadorias com o pagamento de direitos apenas de 3% *ad valorem*.

c) No despacho das mercadorias em trânsito eram fixados os postos aduaneiros, terrestres ou marítimos, por onde teriam de sair. As mercadorias seriam seladas e acompanhadas de guias, donde constassem a sua natureza e quantidade.

Desde que se verificasse nas alfândegas de saída que tinha havido troca, substituição parcial ou diminuição na quantidade, as mercadorias seriam confiscadas e perdido o depósito de direitos a favor do Estado. As alfândegas de entrada enviariam as de saída, pelo correio, avisos de expedição, com informações completas.

Cautelas e mais cautelas.

d) Agora, o mais curioso do caso. Determina o decreto que ele não entraria em vigor sem que o governador-geral de Angola publicasse, mediante disposição legislativa, o regulamento para a sua execução.

E nada mais consta do decreto. Onde está o mal, o perigo de tudo isto?

O certo é que se levantou grande celeuma na imprensa da oposição ao governo de então; e, em artigo e em livros de combate e de história, se chegou a dizer que o decreto da «porta aberta», de 1913, foi o fecho de uma política colonial nefasta.

Que aqueles que por Angola, por Moçambique e pela metrópole passaram horas angustiosas, perante os embates formidáveis das cobiças exteriores, e que tiveram de fazer o esforço máximo para conservar intacto, até ao rebentar da Grande Guerra, durante ela e após ela, o património nacional, esqueçam, como eu esqueci, ingratidões e injustiças.

Num livro recente transcreveram-se dois artigos a respeito do decreto, que muito efeito produziram no espírito da nação. Um, de Aires de Ornelas, datado de 4 de Junho de 1914, outro, de Rocha Peixoto, com a data de 26 de Julho de 1914. Neles se aprecia o decreto de 1913 por maneiras diferentes e ambas inexactas e sou levado a crer que nenhum daqueles ilustres portugueses tinha o decreto à vista quando os escreveu.

Convém, antes de voltar ao mais curioso do caso, frisar que o decreto teria, desde que entrasse em vigor, aplicação a todas as nações do mundo. Quem mais proveito dele tirariam seriam os belgas e, a seguir, os ingleses.

Foi o decreto de 17 de Novembro de 1913, publicado em Angola a 20 de Dezembro do mesmo ano. Em Janeiro de 1914 principiou o governador-geral a tratar, auxiliado pelo director das alfândegas, da sua regulamentação, sem a qual não poderia entrar em vigor. Não era tarefa simples: tinha de se escolher e instalar os postos alfandegários da fronteira, de se fixar as vias de trânsito através da província, de se criar postos de fiscalização intermédios, de se nomear numeroso pessoal. Caminhava-se no enfileirar das disposições cautelosas, a que as cautelas do decreto obrigavam, mas vagarosamente. Em Maio de 1914, a atmosfera da guerra já em Angola se cortava à faca. Outras preocupações me ocupavam e pus de parte aquela regulamentação. E assim, o tão malfadado decreto não chegou nunca a entrar em execução. Angola continuou, por muitos anos, a não permitir o trânsito de mercadorias para as colónias vizinhas, a não ser naquela grande parte do seu território que foi incluído na «Bacia Convencional do Congo», porque nessa região o trânsito existia inteiramente livre, desde 1885, sem protesto de ninguém.

E as coisas neste pé se conservaram até à assinatura da Convenção Luso-Belga, de 21 de Julho de 1927, em que se permitiu, além de outras coisas, o trânsito inteiramente livre, em Angola, de mercadorias destinadas ao Congo Belga ou desse país provenientes pelo caminho-de-ferro de Benguela.

Nada perdeu Portugal com essa convenção e dela tirou, e está tirando, reais benefícios.

Não sei o que virá depois desta guerra no que respeita a egoísmos nacionalistas. Esperanças e desejos estão longe de ser certezas e as diferenças entre o que se disse e se prometeu durante a I Grande Guerra e o que se fez depois dela varreram muitas ilusões. Pela nossa parte, nunca desejaremos ser obstáculo à prosperidade dos outros, desde que, naturalmente, não prejudiquemos a nossa e conservemos integralmente os bens materiais e espirituais, que são a essência da nação que soubemos criar e consolidar».

c) *As campanhas na Imprensa alemã*

Não quero trazer para estas «Memórias», nem palavras soezes e insultuosas que os alemães nos dirigiam na sua imprensa, na época a que me estou referindo, nem os nomes dos seus autores, nem os títulos dos seus artigos ou ensaios, sobre a secular colonização portuguesa em África. Desejo manter nestes livros a correcção impecável da minha acção de chefe e de condutor de povos: se ela teve de ser, por vezes, áspera e violenta, esforcei-me sempre por afastar dela injustiças e humilhações, e tenho a consoladora certeza de que nunca foi vil, caluniosa ou baixa. Deixei esses procedimentos aos meus inimigos internos e externos, que, felizmente, não foram muitos. Por esta razão me limito a citar as mais brandas palavras alemãs contra nós proferidas, indispensáveis para dar uma pálida ideia da situação de inferioridade que, com elas e com outros actos, se nos queria criar no mundo.

Em 1911 escrevia-se nos mais lidos jornais alemães:

«Devemos reivindicar para nós as possessões portuguesas. Já é tempo do domínio infecto dos latinos ceder o lugar a um povo são.

Se não fosse a preocupação da Inglaterra ao encarar a expansão alemã, o esfacelamento das possessões portuguesas do ultramar já se teria feito.

Apenas existem três povos capazes de administrar e civilizar territórios africanos: os alemães, os ingleses e os norte-americanos. São eles que devem recolher a herança do decadente mundo latino. Todo o seu interesse deve residir em se porem de acordo, a fim de dividir esta herança.

Os «selvagens» da Europa, como os pretos denominam os portugueses, demonstraram bem a sua incapacidade para colonizar e civilizar. Temos de penetrar pacificamente no país que desejamos ocupar, e, se nos levantarem dificuldades, interviremos por outra forma».

Devemos esclarecer que a palavra «selvagem» só passou a ser considerada, por mim, como insultuosa, após acontecimentos que se deram na Grande Guerra.

Basta o que deixo dito para mostrar a natureza e as intenções da campanha, que se estava fazendo contra nós na imprensa alemã. Quando cheguei a Angola, em meados de 1912, verifiquei que dela havia inteiro conhecimento entre os colonos portugueses. Os colonos alemães, que na província viviam, encarregavam-se de a espalhar, de a comentar com chocarreira superioridade, produtora de frequentes conflitos pessoais. O mal estar da colónia agravava-se de mês para mês.

d) Campanhas na Inglaterra contra o regime da mão-de-obra indígena em Angola

O pior, porém, é que, em determinados sectores da imprensa inglesa, uma impressionante campanha de descrédito lavrava contra nós à data da minha escolha para governar Angola. Baseava-se ela na maneira como em Angola se recrutava e aproveitava a mão-de-obra indígena.

Bem sabia eu quanto esta campanha era muito mais grave que a da imprensa alemã. E porque era ela de tão alta gravidade?

É meu dever responder aqui com hombridade a esta pergunta. E a minha resposta é: «porque essa campanha, injusta e caluniosa, como era em grande parte, assentava sobre um fundo de verdade».

É certo que tão violento ataque ao nosso nome de povo colonizador, que se chamou entre nós, a «campanha dos Chocolateiros», não se teria

produzido se, na época em que se iniciou, no decorrer do ano de 1901, «Gold Cost» produzisse tanto cacau, como hoje produz, e se os alemães não tivessem tomado, em grande parte, conta desse ataque e não tivessem passado a dirigi-lo e a financiá-lo, principalmente na sua parte final, a partir de 1910.

Um dia, em Londres, nos primeiros tempos do exercício das minhas funções de embaixador de Portugal, conversando com Sir Eyre Crew, secretário permanente do «Foreign Office», proporcionou-se-me ocasião de lhe dizer que muito tinha magoado os portugueses a maneira violenta como fora conduzida em Inglaterra a campanha sobre os trabalhadores pretos de S. Tomé. O que mais nos doera fora a generalização daquelas acusações, disse eu: apresentara-se um povo inteiro, com um passado colonial digno de admiração e respeito, como um bando de escravagistas e de exploradores do trabalho dos indígenas das suas colónias.

Sir Eyre informou-me, então, pormenorizadamente, sobre o preponderante papel que a propaganda alemã tinha desempenhado nesse lamentável episódio das relações de Portugal com a Inglaterra.

Também essa campanha, altamente inconveniente para nós, e da qual ainda hoje se notam vestígios nas nossas relações internacionais, não teria ido por diante, se, em 1903, o governo português chamasse inteiramente o assunto a si e tivesse tido a coragem de pôr as coisas rapidamente no são. A meu ver, estas diligências administrativas e disciplinares são sempre fáceis de fazer.

É certo que, para Angola, ainda não tinha chegado a hora da inteira redenção. Horas destas não chegam nem mais tarde, nem mais cedo: soam no momento histórico preciso.

O facto é que, quando cheguei a Angola em 1912, a campanha continuava com a maior das violências.

Foi então que reconheci quanto essa campanha era malévola, injusta, mal intencionada e até tenebrosa, ao mesmo tempo, verifiquei, com o coração constrangido, a existência de alguns casos, irregulares e tristes, nos quais ela se apoiava. Tinha de os fazer desaparecer inteiramente, e esta resolução, que mantive pelos tempos fora, foi a origem de todas as angústias da minha vida pública.

A mentalidade, que então predominava em Angola, e que tanta influência tinha na atitude da parte dos colonos brancos, em face dos pretos, existia também na metrópole, de curiosa maneira. Desaparecera rapidamente o respeito e a afeição pelo homem de cor, passamos a ter relutância de o considerar nosso semelhante, deixámo-nos possuir pela opinião, que de fora nos veio, de que, nunca um preto poderia atingir plenamente a nossa civilização, ser, intelectualmente, moralmente, política e socialmente, igual a nós.

Deve-se isto, sem dúvida, à mentalidade germânica que tudo invadiu e modificou a principiar pela moral cristã.

As campanhas que contra mim se levantaram durante os meus dois governos de Angola, por causa da política indígena, que entendi dever seguir naquela colónia, foram devidas, principalmente, a homens da metrópole ou a funcionários públicos daquela província, com íntimas relações no Ministério das Colónias. Ainda mal tinham sido postas em execução as minhas primeiras medidas sobre a situação dos «serviçais», quando, numa publicação oficial, saída daquele ministério, se proclamavam «as dificuldades de levar os pretos a trabalhar», se afirmava que o «preto, obrigava a mulher a todos os trabalhos pesados, entregando-se pessoalmente à mais intensa preguiça», e se encarava o dilema de «deixar o indígena seguir a sua inclinação ou procurar forçá-lo, empregando processos humanos, justos e legais, a trabalhar em proveito próprio e da civilização».

«*Trabalho forçado, trabalho obrigatório*, a substituir a escravatura, meio termo entre ela e a vadiagem do preto de África» era o que se proclamava. Regime muito pior que o da escravatura seria e estava sendo esta espécie de trabalho, pensava e penso eu.

E continuava nessa publicação oficial à depreciação moral do preto: «É o indígena dado à embriaguez por atavismo de muitas gerações; é rebelde ao trabalho manual, ao qual acorrenta a mulher; é cruel e sanguinário, porque assim o educou o meio em que vive; não tem enraizado na alma o amor da família — e dos seus semelhantes...».

Outra coisa me doeu profundamente. Na publicação oficial a que me venho referindo, chama o Ministério das Colónias a si um artigo publicado numa revista da metrópole, onde se amesquinham as medidas que tomei,

para acabar de vez com a triste situação dos «serviçais» que se alugavam, como animais domésticos, num dos distritos de Angola, e onde se deturpavam os resultados benéficos que essas medidas produziram. Há 32 anos que isto se deu e só hoje, ao reler no meu diário, para colher dados que permitam traçar o quadro do ambiente que me cercou, durante o primeiro governo de Angola, deixo transparecer um pouco da dolorosa impressão que esta falta de compreensão dos meus actos, por parte dos altos serviços do Estado, me causou.

É certo, porém, que na grande renovação trazida a Portugal pela República muita gente havia que encarar e estava encarando a situação dos indígenas das nossas colónias com uma orientação inteiramente diversa daquela que, em 1912 e 1913, se quis estabelecer no Ministério das Colónias.

O primeiro governador-geral da República, em Angola, foi o coronel Manuel Maria Coelho. Tinha vivido muitos anos na colónia, cinco dos quais na situação de condenado político, em consequência, da revolução de 31 de Janeiro de 1891. Nomeado governador, foi o seu principal cuidado fazer com que se cumprisse rigorosamente a legislação sobre trabalho indígena. Por portaria de 1911, expulsou de Angola onze portugueses que tinham praticado graves irregularidades, verdadeiros atentados contra a liberdade e os direitos dos pretos. Por todos os meios ao seu alcance, castigando, tomando medidas apropriadas, dirigindo-se aos colonos brancos, com conselhos e indicações, que a sua grande bondade lhe sugeria, procurou acabar com abusos e explorações.

Pouco conseguiu e, a breve trecho, pediu a sua exoneração.

Um dos mais frisantes exemplos do dever cumprido, em relação à mão-de-obra indígena, foi o dado pelo governador do distrito de Moçâmedes, capitão de infantaria Carvalhal Henriques.

Nomeado governador pouco tempo depois da Proclamação da República, Carvalhal Henriques investiu, intemerato, contra a prática do «aluguer de serviçais», que nesse tempo estava largamente espalhado em Moçâmedes.

Pelos modos, sobrava mão-de-obra indígena, de princípio reunida, conservada e aumentada por nascimentos, tendo em vista explorações

agrícolas e industriais, e passaram a alugar-se essas sobras, cada vez mais abundantes e mais rendosas.

O Estado era o primeiro a sancionar este flagrante atentado às leis em vigor, pois que os seus serviços de obras públicas, e outros, eram os primeiros a obter, por meio de aluguer, os trabalhadores pretos de que careciam.

Resolveu Carvalhal Henriques acabar com tão deplorável estado de coisas.

Levantou-se contra ele uma tremenda campanha. Na metrópole fez-se a intriga necessária, que facilmente entrou no Ministério das Colónias. Em 23 de Março de 1912, um decreto exonerava, secamente, Carvalhal Henriques do lugar de governador do distrito, sem se esperar que chegasse a Lisboa o resultado da sindicância que se mandara fazer aos seus actos e que estava concluída, em Moçâmedes, em 22 do mesmo mês. Nunca compreendi a razão porque o Ministério das Colónias não teve imediato conhecimento dos resultados dessa sindicância.

No mesmo dia, 23 de Março, fora exonerado, pelo pedir, Manuel Maria Coelho, do lugar de governador-geral, com louvor, é certo, mas de modo algum correspondente à alta figura de um precursor, que tanto tinha concorrido para a Proclamação da República.

As duas exonerações estavam ligadas. Manuel Maria Coelho quis cobrir com o seu pedido de exoneração o seu governador de distrito, com quem estava plenamente identificado em tudo que respeitava à mão-de-obra indígena em Angola. Vieram os dois funcionários para a metrópole e, creio, que com eles veio o relatório da sindicância, levada a cabo pelo juiz Catalão Pimentel, um homem de inconfundível carácter, meu grande amigo dos tempos da Índia.

Lido esse relatório, o ministro que exonerara Carvalhal Henriques, não hesitou um momento em lavrar novo decreto, dizendo que nenhuma razão tinha havido para a exoneração e que, pelo contrário, só motivos de louvor se encontravam no procedimento do governador de distrito. Determinava o decreto, com data de 11 de Maio de 1912, que o relatório do juiz sindicante se publicasse como fazendo parte do mesmo decreto. É esse relatório um documento curioso para a história da mão-de-obra indígena em Angola.

Pouco tempo esteve, pois, Carvalhal Henriques fora do seu lugar: não chegou a dois meses. Não quis, porém, voltar para Moçâmedes. Foi governar um distrito da costa oriental onde morreu pouco tempo depois.

A questão do «aluguer de serviçais», em Moçâmedes, mantinha-se no mesmo estado, depois de ter «devorado» um governador-geral e um governador de distrito.

Reservava-me a mim — o destino das coisas — defrontá-la e terminá-la.

Creio ser, o que deixo dito, bastante para dar ideia de quanto era grave o problema da mão-de-obra indígena em Angola, em 1912, e quanto ele se prestava a ser explorado pelos alemães contra nós, na nossa qualidade de nação colonial, com o fim de nos diminuir perante a nação nossa aliada.

e) *O caminho-de-ferro de Benguela*

Considereei sempre o decreto de 1902, que traduz a concessão feita da construção e exploração do caminho-de-ferro de Benguela a Robert Williams, como medida de grande alcance civilizador e como afirmação de superior política internacional.

Nunca esqueci, porém, as sábias palavras de Paiva Couceiro, ao referir-se a esta concessão: «No entretanto, então como agora, bem acode o convencimento de que não serão as cláusulas do contrato que hão-de governar o futuro, mas antes as sucessivas condições do futuro que se hão-de ir impondo às cláusulas e vestindo-lhe, por cima, outras que melhor lhe assentem e traduzam as realidades, à medida do seu desenvolvimento»⁽¹⁾.

Certo é que, ao lerem-se estas palavras e a sua justificação nas severas páginas que se lhes seguem no livro de Couceiro, não se podiam afastar graves preocupações sobre as modificações que, nos últimos anos da Monarquia, se tinham introduzido nas cláusulas do contrato, sobre acções e omissões, que feriram o claro patriotismo do grande governador colonial.

⁽¹⁾ «Angola», por H. de Paiva Couceiro, 1910.

Felizmente tudo isto se sanou graças à atitude da República e à boa vontade de Robert Williams, em quem encontrei sempre um amigo leal de Portugal. Mas não podiam deixar de influir de pesada maneira na situação de Angola, sob o seu aspecto internacional, os procedimentos que mereceram a severa censura de Couceiro. Que viria mais? — perguntava-se com apreensão. E assim é que, no começo de 1912, principiaram a correr, na metrópole e em Angola, informações sobre diligências feitas por consórcios financeiros alemães para a aquisição da linha férrea de Benguela à fronteira leste.

Mais tarde, quando embaixador de Portugal em Londres, soube que em uma das promessas de Lord Haldane, na sua misteriosa visita a Berlim, em Fevereiro de 1912, se incluía a atitude de desinteresse da Inglaterra em face de quaisquer diligências alemãs para a aquisição do caminho-de-ferro de Benguela.

Com prejuízo da «unidade de tempo» desta dramática exposição, vou para aqui transcrever o que leio no meu «diário» sobre as «revelações» do príncipe Lichnowsky, embaixador da Alemanha, em Londres, de 1912 a 1914, traduzidas para inglês do original alemão e publicadas em Abril de 1918, sob o título «My mission to London, 1912-1914».

Refere-se grande parte do que, há 26 anos, escrevi naquele «diário», ao caminho-de-ferro de Benguela, mas, no essencial, diz respeito à situação geral de Angola em 1912-1913. Confirma muito do que consegui saber no início do meu primeiro governo de Angola, explica ou esclarece acontecimentos e atitudes diversas, e mostra quanta razão de ser tiveram as minhas grandes preocupações, durante aquele meu governo e quanto me foi difícil caminhar nele, adivinhando mais do que vendo, em colocar o meu país em situações perigosas ou funestas e, pelo contrário, conseguindo para Portugal, naquelas paragens africanas, uma situação de prestígio mundial e de respeito por parte das nações estrangeiras, que tinham os olhos fixados em nós, para o bem e para o mal — a Alemanha, a Bélgica, a França, a Inglaterra e a Itália.

Eis o que consta do meu «diário»

Londres, 1 de Julho de 1918.

Há um mês que comprei o folheto com as «revelações» de Lichnowsky. Ocupam elas 44 páginas, mas contêm um mundo. Tenho-as lido e relido e, cada vez, encontro nelas mais que ler...

Diz-se que da exposição do embaixador da Alemanha existiam apenas seis cópias e que um jornal socialista sueco conseguiu obter uma para publicar. O certo é que esta publicação se está vendendo em toda a Alemanha, com consentimento e contentamento do governo alemão.

Em «The Globe» de 30 de Abril, leio o seguinte:

«Estamos certos de que esta publicação se fez, porque assim o desejou o governo alemão, esperando com a sua leitura convencer o povo alemão de que somos uma raça enfraquecida, despida de orgulho e desesperadamente ansiosa por ceder, perante uma poderosa Alemanha, e, portanto, um povo que os Alemães não devem temer. Consideremos o caso por momentos sob este ponto de vista. Tudo se conjuga então. Claro é que o facto de o governo alemão se ter revelado tão violentamente agressivo, tão incredivelmente traiçoeiro, em nada afectará o alemão médio. Pelo contrário, sentir-se-ão os alemães mais orgulhosos dos seus chefes e, por outro lado, muito os satisfará o procedimento do nosso ministro dos Negócios Estrangeiros, de todo complacente e cortejador, em face das ambições alemãs. A acreditar no que diz Lichnowsky, o Sr. Balfour estabeleceu, em 1898, as bases de um acordo secreto em consequência do qual a totalidade do Império Português de África passaria praticamente para as mãos dos alemães, se Portugal fosse persuadido ou forçado a vender as suas colónias⁽²⁾. Sir Edward Grey foi ainda mais longe, pois que se mostrou favoravelmente disposto a que, não somente a África Portuguesa deveria ser tratada, como situada, potencialmente, dentro da esfera de influência alemã, mas também que igual direito de preempção sobre o Congo Belga fosse reconhecido à Alemanha, considerando-a desde já com o direito de *penetrar economicamente essa região*. Como deve ser agradável a Portugal e à Bélgica, tornar conhecimento disto. Ignoramos se estes dois países foram prevenidos destes abomináveis segredos.

⁽²⁾ Em 1918 ainda se não tinha tornado público este acordo.

Mas as concessões não se limitavam à África. Na Ásia era cedida à Alemanha completa influência dominadora no golfo Pérsico. A África cortar-se-ia em duas partes por meio de uma larga zona de território alemão, seria impossível a construção do caminho-de-ferro do Cabo do Cairo, e a Índia passaria a sentir a influência germânica a exercer-se na sua mais vulnerável fronteira.

Que nos vinha em troca de tudo isto? *Goodness only knows*. Um bem merecido desprezo por parte da Alemanha e nada mais, porque nem sequer a crescente ameaça da Armada alemã era desviada no acordo».

Quis, em vez de usar do legítimo direito que, como português, tenho de publicamente protestar, veemente e indignadamente, contra o facto de se ter estado, à porta fechada, no segredo de duas chancelarias, a dispor do que era nosso, com o fim de afastar comodamente perigos de guerra, trazer hoje (26 anos depois) para este livro de «memórias» o modo de ver de muitos ingleses nesta questão. Por essa razão, sem de modo algum as exagerar, cortando até o violento final do artigo de «The Globes», traduzi parte das tremendas palavras, que, em «recorte», colara no meu «diário».

Mas continuemos a transcrever dos meus já amarelados apontamentos de 1918.

Evidentemente, escrevia eu no meu «diário» em 12 de Julho de 1918, os alemães residentes em Angola, iam tendo, em fins de 1912 e no decorrer de 1913, conhecimento de que tudo em Londres se encaminhava bem: as promessas de Lord Haldane à Alemanha, em Fevereiro de 1912, foram de molde a fazer-lhes esperar o melhor. Rara era a semana que passava sem me ser dado conhecimento de palavras e atitudes dos colonos alemães, reveladoras da segura convicção de que o seu predomínio em Angola seria, em breve, uma realidade. Das diligências policiais feitas por minha ordem, apenas se apurava que os alemães levavam o caso à conta da susceptibilidade lusitana e afirmavam tratar-se apenas de coisas jocosas, de amiga convivência nos cafés de Angola. No consulado alemão fora substituído o cônsul, de nacionalidade portuguesa, por um cônsul de carreira, homem de rara capacidade, e é certo que, a partir da sua chegada, os alemães passam a ser

muito retraídos nas suas conversas com portugueses. Não era, evidentemente, bom sinal.

Por outro lado, as estultas e atrevidas pretensões de alguns dos comandantes de canhoneiras alemãs, que visitaram o porto de Luanda, logo após a minha chegada⁶³, profundamente me preocuparam. Apesar da sua falta de discernimento, e por isso as considero como manifestações de estultícia, aliadas à ausência das faculdades que permitem o rápido conhecimento dos homens, mostravam-me elas que alguma coisa de muito grave se estava preparando contra nós. Neste sentido as comuniquei ao governo central, com pedido de mandar para Angola um navio de guerra e um forte destacamento militar, com infantaria e artilharia. Não mereceu resposta a minha exposição.

Um dos comandantes alemães, o da canhoneira «Eber», se bem me lembro, depois de apresentar os seus cumprimentos, disse-me que a sua marinagem carecia de exercícios em terra, de desembarcar para fazer pequenas marchas, de aproveitar a nossa carreira de tiro por uma ou duas horas, durante os dias que se demorassem em Luanda. Na forma como apresentava estas pretensões, descortinava-se, além da impertinência, a ameaça latente, o propósito de agravar e provocar. Principalmente provocar era o claro intento. Eu tinha bem presente a ação da canhoneira «Panther» em Agadir, em Julho de 1911.

Friamente e com patente e desprezível indiferença, mantendo, porém, a mais correcta atitude, disse-lhe que muito sentia o estado em que se encontrava a guarnição do seu navio; que lhe aconselhava o desembarque, sem armas, estava claro, na restinga de Luanda, para fazerem ginástica sueca e passeios em pequenos grupos, nos arredores pitorescos da cidade.

Quanto ao aproveitamento da carreira de tiro, o caso era mais difícil, mas disse-lhe que tinha a maior vontade de lhe ser agradável... Perguntei-lhe se não havia carreiras de tiro no Sudoeste Africano. Não respondeu e insistiu, quase brutalmente, sobre este ponto. Disse-lhe que ia pensar no

⁶³ Veja tomo I destas «Memórias».



Artilharia em experiências no campo de tiro do Lubango

assunto, falaria com o cônsul alemão a esse respeito e pedir-lhe-ia para lhe transmitir a minha resolução. O que disse ao cônsul foi de tal maneira embrulhado e complicado, que bem mostrava a minha intenção de não deixar a marinhagem alemã fazer uso da Carreira de Tiro.

Na madrugada seguinte, a canhoneira alemã deixava o porto de Luanda, com a sua guarnição naturalmente aborrecida pela falta de exercícios em terra...

Continua o meu «diário»:

Li e reli nas «revelações» de Lichnowsky um período que muito me impressionou. Diz o seguinte:

«Patenteou Sir E. Grey a sinceridade dos desejos do governo britânico em respeitar os nossos direitos, mandando ter connosco, ingleses que careciam de investir capitais nas regiões que nos foram consignadas pelo novo acordo, e pediam, para tanto, o auxílio do governo britânico, informando-os de que as suas empresas pertenciam à nossa esfera de influência. E isto deu-se antes do acordo estar completo e assinado».

É da mais alta gravidade esta asserção de Lichnowsky. Estava a talhar-se o que era nosso, nas nossas costas, sem o menor aviso à nação amiga e aliada.

Lembrei-me, naturalmente, ao ler aquelas palavras, dos boatos que correram, em 1912, sobre a transferência do caminho-de-ferro de Benguela para as mãos da alta finança alemã, e tomei a resolução de me encontrar com Robert Williams para tirar isto a limpo. Não foi necessário esse encontro. Em 26 de Junho findo (1918) fez o concessionário daquele caminho-de-ferro uma conferência, na Câmara do Comércio de Londres, sob todos os pontos de vista verdadeiramente sensacional.

Disse o conferente que ia tratar dos «métodos alemães de penetração pacífica, na África Central». Tenho aqui o relato completo e fiel da conferência e junto-o a este diário».

Leu Robert Williams, perante a numerosa e selecta assembleia que o escutava, as palavras de Lichnowsky, que acabo de traduzir, e seguidamente fez a inteira narração do que se tinha passado entre ele, Sir Eduard Grey e categorizados representantes do governo alemão e de bancos alemães. Em vista desta precisa informação sou obrigado a concluir que, sem a clara visão

de Robert Williams, a sua relutância em perder a posição de concessionário do grande empreendimento que era a construção e exploração do caminho-de-ferro de Benguela e sem a sua impecável e leal correcção perante Portugal, que tão confiadamente dera a mão em 1902, o caminho-de-ferro teria passado, na época a que me estou referindo (1912-13) para a posse da Alemanha. Representaria isso para nós, fatalmente, a inteira perda de Angola.

O que acabo de escrever, sob a epígrafe «caminho-de-ferro de Benguela», e que noutra parte deste tomo ampliarei, mostra bem quão grave era a situação internacional de Angola, em 1912, e lança inteira luz sobre diversos aspectos da situação interna da província, a que, em páginas adiante, me vou referir.

f) *O optimismo e o silêncio na metrópole*

Um dos aspectos das manifestações da opinião pública portuguesa, em face de situações ou procedimentos de carácter internacional prejudiciais, desprimorosas ou desagradáveis para nós, a que tenho assistido nesta longa vida, encontra-se no curioso facto de essas manifestações só assumirem carácter geral, violento e febril, quando se prestam a favorecer os interesses da Alemanha.

Em 1879, acabara eu de fazer 12 anos, assinara-se, entre um representante de Portugal e outro de Inglaterra, um tratado, pelo qual a nossa aliada passava a colaborar intensamente connosco no sul de Moçambique⁽¹⁾. Inaugurava-se com ele a política de esferas de influência em África. A Alemanha que, nessa data, já estava a preparar o «Acto de Berlim», viu contrariadas, por esse tratado, as suas aspirações aos territórios sul-africanos.

As manifestações populares subiram a alto ponto de indignação e protesto, e o tratado não vingou. Bom foi que não vingasse; lastimo apenas a oculta intervenção alemã na nossa vida interna.

Poucos anos depois, assinou-se, em 1885, o *acto* de Berlim.

⁽¹⁾ Tratado de Lourenço Marques, de 30 de Maio de 1879, assinado por Andrade Corvo e pelo ministro de Inglaterra em Lisboa, Morier.

Foi, para nós, esse instrumento de partilhas, incomparavelmente mais prejudicial, do que teria sido se se tivesse assinado o Tratado de Lourenço Marques. Perdemos uma enorme parte da bacia do Zaire; separou-se de Angola o território de Cabinda, internacionalizou-se o grande rio e não nos ficou na sua margem direita, inteiramente nossa havia quatro séculos, desde a sua foz às primeiras cataratas um palmo sequer de terra; desapareceram os seculares direitos que tínhamos ao sul do Cunene, pelas terras dos Ovamos dentro, com a longa costa cheia de padrões e de nomes portugueses; medidas de carácter comercial e capitalista alteraram por completo a nossa política colonial, tão digna de admiração e tão humanitária; a introdução de missões estrangeiras quebrou o nosso modo de ser civilizador, cristão, é certo, mas essencialmente nacional. E, em face de tudo isto, quase se não ouviu um protesto e a grande maioria da nação não teve sequer conhecimento dos resultados da Conferência de Berlim⁽⁵⁾. O que se consumara interessava consideravelmente à Alemanha. Couberam-lhe na partilha de África territórios incontestavelmente nossos; abriam-se-lhe as portas de um continente para cuja descoberta e penetração, militar, umas vezes, pacífica, outras, mas sempre dolorosa e difícil, em nada tinha concorrido. Era conveniente à sua política de expansão colonial que nos conservássemos silenciosos e conformados e que não atirássemos então as culpas do sucedido para os ombros da nação nossa aliada, que muito pouco «aliada» se mostrara no decorrer da Conferência.

Mas de modo algum o que conseguiu na Conferência de Berlim satisfizesse os desígnios da Alemanha e a intriga não cessou. Ainda não se fez a história completa da nossa malfadada política colonial, à qual, numa tentativa que fiz para a escrever, dei o duplo nome de «A Carta de África e o Mapa cor-de-rosa». Chamarei por agora a atenção dos leitores deste livro apenas para a conferência havida, em 30 de Outubro de 1888, entre o nosso ministro dos Negócios Estrangeiros e o representante da Inglaterra em Lisboa.

⁽⁵⁾ Veja tomo I destas «Memórias».

Essa conferência mostra que a nossa Aliada desejava afastar de Portugal a influência perturbadora da Alemanha. Foi-nos, então, claramente indicado que a Inglaterra não se opunha à ligação de Angola com Moçambique, por meio de uma faixa contínua de terreno, desde que ela ficasse situada ao norte do Zambeze. Se tivéssemos agarrado com ambas as mãos esta amigável solução, nada do que se deu se teria dado, e ocuparíamos hoje na África uma situação de tal grandeza que nem sei exprimir o que sinto só ao pensar nela⁽⁶⁾.

Mas o espírito do digno português, que foi Barros Gomes, estava completamente transtornado pelo fermento perturbador da Alemanha. Chegou a convencer-se que a Alemanha faria, dentro de pouco tempo, à Inglaterra o que fizera à França, e, o que é muito mais difícil de compreender, a imaginar que a mesma Alemanha estava a pesar na balança internacional, com todo o seu poder, para nos brindar com uma zona contínua na África Central, de costa a costa, galgando, no seu comprimento, 30 graus de longitude, com uma largura média de 10 graus de latitude, atingindo na sua extremidade atlântica uma extensão da costa de 15 graus e, na outra, banhada pelo Índico, de quase 20, graus, tendo, em ambas elas, abertos os melhores portos de África, o que constituiria, só por si, dados os seus habitantes, os melhores da raça bantu, e as suas riquezas mineiras e agrícolas, o mais formidável império colonial do mundo.

Ilusão quase infantil; desmesurada e funesta concepção das coisas.

Numa conversa que tive em Londres, quando ali desempenhava as funções de embaixador de Portugal, com uma alta personalidade, já do passado longínquo, mas conhecedora, como poucos, da difícil política inglesa, após a vitória alemã de 1871, afirmou-me esse homem que o

⁽⁶⁾ Há muitos anos que tenho em meu poder uma cópia da carta de Mr. Petre, ministro da Inglaterra em Lisboa, ao marquês de Salisbury, em que se relata a conferência havida com o nosso ministro dos Negócios Estrangeiros, em 30 de Outubro de 1888. Pode ela ler-se na p. 253 e seguintes, acompanhada de uma tradução em português, no belo livro do Sr. marquês do Lavradio, «Portugal em África depois de 1851», a que já fiz referência no tomo I destas «Memórias».

Ultimatum de 1890 fora unicamente devido à inteira subordinação em que o governo português entendera dever colocar-se perante a Alemanha, e afirmou que numerosas diligências tinham sido feitas, pelo governo britânico, para nos desviar dessa incompreensível atitude.

De facto, pela carta de Mr. Petre, a que me referi, ficamos sabendo que na Conferência, havida entre ele e Barros Gomes, em 1888, por duas vezes o ministro inglês apontou, com altivez e enfado, a intervenção da Alemanha em questões coloniais, em traçados sobre o mapa de África, com as quais nada tinha, pois apenas respeitavam à Inglaterra e a Portugal.

De nada serviu tudo isto. A imprensa portuguesa, como amargamente se queixava o Sr. Petre, continuou a excitar a opinião pública portuguesa contra a Inglaterra, o fermento germânico intensificou-se como produtor de graves desinteligências entre as duas nações aliadas, com o manifesto propósito de conduzir à destruição da aliança inglesa, conseguindo-se assim colocar-nos em África sem apoio de espécie alguma, com colónias valiosas e com um sonho cor de rosa, que correspondia aos projectos germânicos expansionistas, anos depois revelados, com a apresentação da concepção da *Mittelafrika*.

Caiu então sobre nós a humilhação do *Ultimatum*, de 10 de Janeiro de 1890, cuja desnecessários, ausência de oportunidade e falta absoluta de elegância, o governo britânico devia ter sido o primeiro a conhecer.

A intriga alemã manobrava, habilmente e simultaneamente, em Lisboa e em Londres. Felizmente tudo se esclareceu e a «aliança» não se destruiu; a Alemanha nada ganhou com a contenda; mas, como me observava, finalmente, aquele velho diplomata, na nossa cavaqueira em Londres, a partir de 1889, em consequência da atitude hostil de Portugal e da pesada intriga germânica, o valor dos territórios de África, logo ao norte do Capricórnio, na sua extensão de costa a costa, passaram a apresentar-se aos ingleses com valor muito maior do que aquele que, até então, lhes davam.

Em Portugal, o clamor e outros sinais de indignação popular foram, nessas primeiras e tristes semanas de 1890, mais violentas e mais delirantes do que nunca. Muitos portugueses, no meio dos quais me conto, julgaram assistir, nessa época, à derrocada da Aliança Luso-Inglesa. Que teria sido de Portugal, se esse acontecimento se tivesse produzido...

A intriga alemã quase conseguiu destruir essa aliança. O pesadelo durou 10 anos. Em 1887 tem lugar o primeiro protesto da Inglaterra contra o Mapa cor-de-rosa; em 1897, terminaram todas as questões, entre nós e a Inglaterra, sobre limites coloniais em África.

Mas, em 1898, os alemães voltam à carga, e, então, por outro caminho, mais subtil e mais perigoso. Criam-se no nosso país dificuldades financeiras; exagera-se a sua gravidade; surgem as ofertas salvadoras de finanças diversas.

Deve porém notar-se que outra circunstância de peso aparecera na política europeia: a Inglaterra principiou a recear as atitudes da Alemanha, as suas tendências ferozmente expansionistas, os propósitos de invasão do seu campo de acção comercial, marítimo e colonial; levantava-se no Olimpo dos grandes potentados um novo deus que era mister acalmar com oferendas, à custa de outros, se possível fosse. Em Agosto de 1898, assinaram-se de facto, em Londres, duas convenções entre a Inglaterra e a Alemanha. As primeiras palavras de uma delas dizem tudo: «Em vista da possibilidade de Portugal vir a necessitar de assistência financeira». E os dois únicos possíveis prestamistas repartem o quantitativo do empréstimo e o penhor que daríamos em garantia... Outra convenção, da mesma data, põe tudo isto em palavras de «mútuo, usura e penhor».

Consegue Soveral, em 1899, a assinatura de um instrumento diplomático, a que se deu o nome de «Tratado de Windsor», que confirmou os tratados de aliança Anglo-Lusa do passado já remoto. Foi grande o valor deste instrumento diplomático, mas as convenções de 1898 ficaram inteiramente em pé.

De facto, a partilha das esferas de influência em territórios portugueses de África, entre a Inglaterra e a Alemanha, em nada era alterada pelo «Tratado de Windsor». Ora esferas de influência, criadas, sem se consultar a nação soberana, sobre territórios seus, representam atentados contra a soberania. Também Portugal ficou inibido, apesar do «Tratado de Windsor», de levantar qualquer empréstimo num país estrangeiro, que não fosse a Inglaterra ou a Alemanha. Ora isto é mais do que quebra de soberania.

O que nos salvou das duas convenções de 1898, foi a indignação surda, que então ergueu a alma nacional. Os erros e os desleixos internos

que vinham de muito antes, a perda de vastíssimos territórios na Conferência de Berlim, a bofetada do *Ultimatum*, as exigências da Alemanha, o que de grave (ainda que mal conhecido) se tramara em 1898, entre a nossa aliada e a principal inimiga da nossa actividade colonial, criaram em Portugal um estado de revolta, que havia de conduzir à Proclamação da República e ao propósito firme de manter na nossa posse, integralmente, os territórios portugueses do ultramar. O «Tratado de Windsor» não iludiu ninguém. Só o nosso trabalho, a nossa perseverança, o nosso sacrifício nos podiam salvar. Tínhamos de agir, em vez de clamar, que o silêncio é essencial à execução.

E a maior consolação desta minha vida, a findar, é ter podido agir e trabalhar para o ressurgimento nacional, ainda que apagadamente, na modéstia silenciosa do meu viver, durante umas quatro dezenas de anos.

Quando, em 1898, ia partir para a Índia, tive de procurar um velho comerciante de Lisboa, figura inteira de português antigo, na imagem e no coração. Falámos no caso que me levou a procurá-lo e no fim da nossa conversa, ao despedirmo-nos, perguntou: «Então que vai fazer na Índia?» Respondi-lhe, para abreviar explicações, que ia levantar a carta corográfica daquela colónia. Pensou e disse com desânimo: «Ao menos ficar-nos-ão as cartas, quando nos levarem as terras». Já lá vão 46 anos e as «terras» ainda cá estão. Foi a tarefa ingente da minha geração o conservá-las.

Em meados de 1912, ao embarcar para Angola, todos sentimos que alguma coisa de tenebroso se estava forjando. O silêncio continuava. À intriga alemã não convinham manifestações de indignação e de protesto populares: a Alemanha passara de provocador a autor. Não houvera clamor no caso de Quionga, no da «zona neutra», no desmantelamento de fontes construídas em território português da Província de Angola, no das pretensões às águas dos rios da Huíla; como, mais tarde, o não haveria em face das imposições germânicas para abirmos as portas de Angola, das exigências que nos levaram a consentir, em Junho de 1914, a ida ao sul de Angola de uma missão de técnicos alemães, todos, por sinal, oficiais do Exército alemão, acompanhada por funcionários portugueses, para reconhecerem aquela região portuguesa sob o ponto de vista de hipotéticas construções de caminhos-de-ferro.

A indignação popular em Portugal, devo repeti-lo, só se manifesta contra a Inglaterra, e apenas, quando os ingleses, ao contrariar-nos, estão em franca oposição à Alemanha.

Além disso, dizia-nos o passado, desde remotas eras, que sempre nos foi fácil resolver as nossas divergências e discordâncias com os ingleses e que, de resto, elas só passaram a ser de vulto, quando os alemães principiaram a intrometer-se na nossa vida de nação colonial.

Tinha, por todas estas razões, de reconhecer que o aparecimento da Alemanha no continente africano nos estava criando uma situação cheia de mal entendidos entre nós e a Inglaterra, e de grandes perigos. O meu coração de homem, de português e de aliado sentia-se profundamente ferido com o que se passara em 1898, que imperfeitamente conhecia então, e com o que, tudo me dizia, se estava passando em 1912. Aquele fermento germânico, que tanto perturbava o povo português em horas amargas, estava a alterar o carácter britânico, límpido e leal, que tanto me habituara a apreciar. Era como se no organismo da nossa aliada tivessem os alemães conseguido introduzir um bacilo nefasto capaz de minar profundamente a ética de um povo.

Tínhamos de procurar remédio eficaz a opor a tão perigoso estado de coisas. O que imediatamente me apareceu foi a urgência de desenvolver, de enriquecer, de prosperar em alto grau as nossas colónias e de, simultaneamente, as dignificar, de as elevar a um superior estágio de moralidade, que abrangesse toda a nossa administração colonial, a vida inteira dos portugueses daquelas paragens longínquas.

Levei comigo este remédio para Angola em 1912, como quem transporta coisa sagrada, resolvido, a aplicá-lo, a ministrá-lo em terras de África.

Surgiu, dois anos depois, ocasião que se prestava, admiravelmente, a modificar, de vez, os equívocos lamentáveis que se estavam dando entre nós e a Inglaterra: foi a Grande Guerra. Viu Portugal, imediatamente, o largo caminho que diante dele se abria e eu vi-me obrigado a pôr de lado a tarefa de engrandecimento colonial, a que lançara débeis mãos, para cumprir a outra de que a nação me encarregara-a da intervenção na guerra ao lado da nação aliada.

Terminada a guerra, voltei para o meu posto colonial, com a intenção de nele me demorar dez anos. Mas, nem sequer três anos me deixaram permanecer em Angola...

A situação em Portugal, quando parti para Angola em 1 de Junho de 1912, era, aparentemente, nas esferas governamentais, de confiança e tranquilidade. Em 15 de Março de 1912, o deputado Ezequiel de Campos interpelou o governo da República sobre a nossa política internacional. Principiara a transpirar, embora confusamente e sem precisão, haver-se combinado alguma coisa em Berlim, durante a visita de Lord Haldane, em Fevereiro daquele ano, que, mais uma vez, punha em perigo a integridade das nossas colónias.

A resposta do Dr. Augusto de Vasconcelos, presidente do Ministério e ministro dos Negócios Estrangeiros, é daquelas que não tranquilizam ninguém, apesar de hábil e digna. Ouvei essa resposta e, quando o ministro e amigo terminou o seu discurso, a desconfiança que, havia meses, se tinha apoderado de mim crescera desmesuradamente.

É certo que as convenções anglo-alemãs de 1898, que foram assinadas, e a de 1913, que não chegou a assinar-se, e das quais só tive completo conhecimento, quando exilado em Londres, em meados de 1918, me deixaram na alma um grande desânimo. Foram, porém, essas convenções, criadoras as duas, e mantenedora a última, da pesada atmosfera, cheia de perigos nacionais, em que vivi a minha vida de cidadão português, de 1898 ao fim de 1918, que despertaram as admiráveis energias nacionais que tanto concorreram para o progresso das nossas colónias e para a nossa viril intervenção na Grande Guerra.

As razões invocadas para as justificar, por parte das duas partes contratantes, foram humilhantes para nós, como patrioticamente disse o general Morais Sarmento⁽⁷⁾. Mas dessa humilhação nasceu o alto e inestimável estímulo que nos salvou da pior das decadências.

⁽⁷⁾ general José Estêvão de Morais Sarmento, «A Expansão Alemã». Lisboa, 1919.

II — SITUAÇÃO NA METRÓPOLE

Os portugueses da metrópole, como era natural, pouco sentiam a aliança Anglo-Lusa nestes meados de 1912. O que se passara, em 1898, e que o «Tratado de Windsor» do ano seguinte, apesar do reclamo que em torno dele foi levantado, com o fim de prestigiar o rei D. Carlos, não tinha de forma alguma apagado da dorida memória dos portugueses, e o que se sentia estar a iniciar-se, de tenebroso e quase criminoso, naquela época, a respeito das nossas colónias em conferências realizadas em Berlim e em Londres, concorria para tornar mal vista aquela secular união de dois povos, para nos convencer de que ela para nada nos servia nas nossas angústias. E neste ponto batia continuamente a hábil e oculta propaganda alemã.

Era essa propaganda então muito intensa em Portugal e dirigida pelo próprio ministro da Alemanha em Lisboa: aproveitava ela este estado de espírito do meio político português, para diminuir cada vez mais entre nós o valor da aliança Anglo-Lusa. Era esta a principal tarefa da legação da Alemanha em Lisboa.

Numa conferência que realizei antes de embarcar para Angola, e cujos tópicos principais acabo de reler, referi-me à aliança Anglo-Lusa nos seguintes termos:

«Essa aliança secular é, na situação actual do mundo e dadas as cobiças que pairam sobre as nossas colónias, a única garantia da conservação integral dos nossos territórios do ultramar.

É indispensável que essa aliança nos acompanhe sempre, que nunca deixe de ser a base da nossa política internacional, mas é indispensável também, que, dentro de poucos anos, ela deixe de constituir a única garantia dos nossos domínios. A República, apenas nascida, está a indicar-nos a todos, os caminhos a seguir, e a mim, pela voz do seu governo, disse-me claramente as directrizes do meu procedimento no governo-geral de Angola. Inteira justiça a todos; constante protecção dos habitantes daquela província ultramarina, que ainda hoje carecem de ser por nós guiados e tutelados; levantar o mais possível o nível civil e político dos habitantes brancos,

chamando-os, sem demora, a participarem na administração do Estado de maneira eficaz e efectiva; melhorar rapidamente as condições de vida espiritual e material dos indígenas, aumentar a riqueza pública da região, por meio do trabalho inteiramente livre, de distribuição de terras aos indígenas, garantindo-lhes integralmente a posse delas e dos produtos que delas conseguirem tirar; promover largas obras de fomento; espalhar a instrução e o ensino técnico, principalmente, o agrícola e o de artes e ofícios; ajudar os indígenas com constante assistência agrícola; organizar em moldes perfeitos a assistência médica; e, finalmente, integrar os nossos admiráveis colonos brancos nesta grande obra, que tem de ser de todos nós, que não pode ser de um único homem.

Conseguido isto, desnecessárias se tornarão alianças defensivas. A civilização, que às mãos cheias lançaremos sobre a África, será a nossa melhor defesa. Ninguém então se atreverá a tocar-nos.

Mas, entretanto, carecemos dos nossos aliados para afastarem os perigos que nos cercam.

A essência da secular aliança Anglo-Lusa pode apresentar-se pela seguinte forma:

1) – *Haverá sempre boa, verdadeira e firme paz e amizade entre as duas nações;*

2) – *Nenhuma das duas nações fará ou tentará contra a outra coisa alguma quer em tratados, acordos e conselhos, ou quer no que seja, em prejuízo da outra;*

3) – *As duas nações auxiliar-se-ão mutuamente, sempre que auxílio seja pedido por uma à outra;*

4) – *A Inglaterra obriga-se a defender e a proteger todos os territórios pertencentes a Portugal, no presente e no futuro.*

Nada de humilhante há nestas cláusulas; só nelas vejo motivos de exaltação e de bem estar para nós. Mas todas as alianças carecem de ser continuamente fortalecidas e dignificadas, e conseguiremos isso pela forma que indiquei, isto é, pelo nosso esforço constante para a civilização da África».

O numeroso público, que me ouviu, sublinhou bem o agrado pelas minhas palavras, quando elas se referiram à obra a fazer em Angola. As que tratavam da nossa aliança foram friamente ouvidas.

Ainda ao iniciar-se a nossa intervenção na Grande Guerra, senti essa indiferença ou essa hostilidade contra a aliança Anglo-Lusa. Mas, pouco a pouco, e, principalmente, após a Conferência da Paz, tudo se modificou e as nossas relações com a Inglaterra, durante a minha embaixada em Londres, não podiam ser melhores do que foram.

Outra coisa perturbava, também, a atmosfera do país na ocasião da minha partida para Angola. Já a ela me referi, de leve, ao principiar a escrever esta primeira parte deste volume. Era a questão religiosa. Que a separação entre a Igreja e o Estado, que o espírito da República aconselhou, era medida nobilitante para as duas entidades, prova-o bem a actual Concordata entre Portugal e a Santa Sé de 7 de Maio de 1940.

Não há dúvida, porém, que a propaganda republicana, exercida, durante longos anos, para derribar as instituições monárquicas, incidiu muitas vezes sobre o clero. Segui sempre com a maior atenção essa propaganda e estou inteiramente convencido de que o principal culpado da violência que ela assumiu foi, no seu conjunto, o clero português. Sempre me pareceu que nada ganham os chefes das igrejas, os guias e os pastores das multidões religiosas em tomarem parte nas contendas políticas, desde que os partidários de futuras instituições não revelem o firme e bem averiguado propósito de destruírem a religião que a grande maioria da nação professa. Mas se um homem, com a alma ainda quente das palavras altruístas, cheias de humanidade indicadoras da mais sã moral, do orador republicano do tempo da propaganda, ouve na Igreja insultos e achincalhos, dirigidos a quem tão altamente lhe soube falar ao coração, como poderá esse homem deixar de se revoltar, de protestar e de ser violento, logo que a ocasião se apresente?

Na parte das minhas «Memórias», que não quis inserir no tomo I desta publicação, digo como, ainda muito novo, reconheci que um homem tem de se criar a si mesmo nas suas convicções e na sua fé.

Mas, perdendo crenças da infância, não me ficaram nem ódios, nem despeitos. Creio até que o que em mim havia de bondade aumentou e estou

certo de que o meu humanismo se amplificou. Os anos foram passando sobre mim, e ao entrar em contacto com povos deploravelmente atrasados, que era meu dever diligenciar erguer do chão, onde rastejavam («from the ground up») reconheci que nenhum sentimento leal e sincero tinha direito a pôr de parte. Um deles era o sentimento religioso dos portugueses. Fui também reconhecendo que os acontecimentos de feição anti-religioso, que se deram na ocasião da Proclamação da República, não deveriam repetir-se. Este modo de pensar e de ver as coisas era comum a todos os dirigentes das novas instituições republicanas, quando, em meados de 1912, parti para Angola. Os anos continuaram a passar sobre mim e, em 20 de Maio de 1923, quando, na Humpata, acabei de redigir o meu decreto sobre as «Missões Civilizadoras Laicas», escrevi no meu «diário» o seguinte:

«O meu fim com este decreto foi, principalmente, dar mais um passo para a civilização e para o bem-estar dos indígenas de Angola. No meu primeiro governo tomei as medidas necessárias para fazer deles agricultores, a trabalhar com as suas mãos terras inteiramente suas, e creio que já não haverá forças do mal capazes de fazer parar esta transformação redentora. Agora, como alto comissário, quero fazer dar aos indígenas um passo mais na civilização para que caminham, fazendo de muitos deles bons operários de artes e ofícios, nunca esquecendo que graças ao crescer individual e colectivo de operários desta natureza, na Idade Média, é que foi possível chegar-se ao grau de dignidade humana que hoje fruímos.

Bem sei que este decreto me vai dar dissabores, provocados por deformações intelectuais e morais, de ordem religiosa. Mais uma razão para eu o publicar. A única maneira de criar coisas novas é não nos preocuparmos em demasia com as antigas. De resto, é necessário acabar inteiramente com o privilégio, que se arrogaram as confissões religiosas, de serem elas as únicas capazes de semear o bem na terra. Todos nós, juntos, seja qual for a nossa mentalidade de bem intencionados, seremos sempre poucos, em Angola, para civilizar os pretos.

Tive o cuidado de estabelecer no meu decreto o seguinte: *Nas áreas onde existam missões religiosas, não serão criadas missões laicas. Que mais querem? No preâmbulo do meu decreto escrevi: Desta forma, uma larga*

obra de civilização, cuja execução se tinha restringido em Portugal aos ministros da religião católica passou a poder ser legalmente exercida por todos os portugueses que para tão alto ministério tiverem vocação e forem dotados de espírito de abnegação e sacrifício.

Qual deve ser o pensamento político da República em matéria de Religião? Pergunto eu, nesta hora em que tão plenamente satisfeito me sinto, por ter redigido o decreto sobre missões laicas.

Antes de mais, é necessário pôr de lado a palavra «tolerância» e substituí-la pela de «respeito».

Sou absolutamente partidário da liberdade religiosa e de cultos e sendo Portugal um país católico será um tremendo erro perseguir a religião católica. Repugnou-me sempre qualquer violência, seja ela de que natureza for.

No exercício de propaganda religiosa, em prol desta ou daquela religião, ou de propaganda anti-religiosa, não se deverão consentir a apologia de qualquer violência, quaisquer expressões insultuosas e depreciativas ou a falta de respeito pelas crenças ou não crenças de cada um. Nunca, da expressão livre e decente do pensamento, poderá resultar a desordem.

Devem as igrejas exercer as suas actividades religiosas em completa separação do Estado, sendo todas as suas despesas pagas pelos fiéis. Os templos devem pertencer às igrejas, que poderão também possuir terrenos e casas necessárias ao seu culto, instituições e sacerdotes.

Legislação especial regulará a conservação dos templos que se devam considerar como monumentos nacionais.

Não poderá existir na Democracia Portuguesa o menor vislumbre de poder clerical.

As missões religiosas são absolutamente necessárias nos territórios portugueses de África. Os indígenas em consequência do seu cada vez maior contacto com os europeus, e em virtude da civilização que entre eles espalhámos, da educação da instrução que lhes damos e da severa repressão de todas as práticas anti-humanitárias das suas civilizações primitivas vão perdendo, de dia para dia, a sua maneira de ser religiosa. Carecemos de substituir por outras essas religiões em via de desaparecimento, sob pena de criarmos em África uma humanidade que terá em si mesma os germes

da sua destruição. Que religião escolher? Evidentemente a nossa, a cristã, e, de preferência, a católica, que a quase totalidade dos homens e dos indígenas portugueses civilizados professam.

Partidário da separação entre as igrejas e o Estado, não vejo que essa separação se possa fazer desde já em Angola. Os missionários portugueses têm de realizar, juntamente com a obra religiosa, uma grande obra social e nacional. Os indígenas cristãos serão, de princípio, poucos e destituídos os de fortuna e os habitantes brancos serão também em pequeno número. Constituem estes factos uma dupla razão para que as missões católicas da África Portuguesa sejam, durante muito tempo ainda, subsidiadas pelo Estado e integradas nos seus organismos.

Estou cansado mas hoje foi um grande dia para mim. Nesta pequenina, tão acanhada, mas já tão querida casa de madeira, a que pomposamente se chama «Residência do alto comissário da República na Humpata», promulguei um dos meus grandes decretos...

Esta noite, uma pequena manada de gado tresmalhou-se e veio dar a esta casa. Acharam os bois ser conveniente abrigarem-se debaixo dos soalhos, penetrando através dos pilares de tijolo que os sustentam. Logo nos acordou o bater dos seus chavelhos. Foi o inferno para os desalojar. Acaba de sair daqui a dona dos bois, uma viúva bóer, que vinha apoquentada pedir desculpas, solicitar a entrega do gado, e que a não multassem. Lá foi, satisfeita».

III — SITUAÇÃO INTERNA DE ANGOLA

A maior parte do que deixo escrito, reflecte-se sobre a situação interna de Angola, na época em que me colocaram à frente da sua administração e governo, e ainda no primeiro ano que decorreu, de meados de 1912 a meados de 1913. Tenho a sensação de que na segunda metade deste último ano se principiaram a sentir os efeitos da minha acção, como fraca vegetação que desponta e cresce, lentamente, em terreno ainda mal preparado. Depois, o plantio desenvolveu-se, rijo e cheio de seiva, que foi um louvar a Deus.



Pequena casa de madeira, na Humpata, residência do autor quando alto comissário da República, em Angola

Vou diligenciar representar, em poucos e rápidos traços, a situação interna de Angola, quando naquela província desembarquei, e nos primeiros meses depois da minha chegada.

a) *O povoamento branco em 1912*

Os seguintes números, resultantes de duas estimativas de maior ou menor confiança, dão uma ideia aproximada do povoamento de Angola, por indivíduos, em que havia sangue branco:

No ano de 1900	9,177 brancos e 3,112 mestiços
No ano de 1913	13,800 brancos e 6,300 mestiços

A estimativa de 1913 foi feita com cuidado apreciável. Os estrangeiros, que nesta data viviam em Angola, quase se cifravam na colónia bóer, 350 famílias, num total de 1.900 indivíduos. Podemos calcular em pouco menos de 12.000 os europeus portugueses brancos, colonos e funcionários públicos civis e militares, que na província viviam, quando a fui governar.

Desejo, porém, declarar que a minha vida na Índia me habituou a considerar como tão brancos como eu os portugueses com quem lá vivi, com os quais boas amizades contraí, sem me importar saber se nas suas veias corria qualquer outro sangue além do branco. E ainda mais, se não podia chamar brancos àqueles, em cuja ascendência não havia nenhum europeu, como brancos os considerei desde que a sua civilização e o seu procedimento em nada eram inferiores aos meus. Em muitos e muitos índianos puros encontrei qualidades intelectuais e morais superiores à de muitos brancos com quem lidava. Entre eles, cristãos e não cristãos, deixei também grandes e bons amigos.

Foram estas as sensações de contacto e de presença provocadas por indivíduos de características antropológicas diferentes, que em mim marcaram para sempre, mais do que ideias ou princípios de carácter religioso ou filosófico, a minha maneira de ser perante os portugueses de cor, que tantos são eles no nosso Império. O estudo do primeiro período das nossas descobertas e conquistas, único pleno de beleza, quase impregnado de um raro sentimento artístico, cheio de grandeza e de

humanismo, fez-me ver que de igual maneira sentiram os grandes portugueses daqueles tempos.

Foi este o sentimento que levei para a África. Infelizmente, na grande massa dos pretos que habitavam Angola, poucos havia, por culpa nossa, que tivessem saído das trevas das civilizações primitivas. Alguns se destacavam, porém, e esses considerei-os e tratei-os sempre sentindo a sua civilização. É certo que nem sempre me compreenderam...

Quanto aos mestiços, nunca senti nem descortinei razão alguma para os não considerar inteiramente ingressados na nossa raça, desde que o nosso generoso sangue e as condições da sua vida os levavam a enfileirar ao nosso lado, como acontecia na maioria dos casos.

Das coisas modernas e curiosas, que em Portugal têm aparecido nestes últimos tempos, a que talvez mais estranho é a noção do que se chama «a pureza da raça», que estupidamente passou de almas deformadas de germânicos para as nossas almas, habitualmente tão simples, tão límpidas e tão humanas. De portugueses sei que diariamente olham no espelho a cor das suas fontes, a grossura dos seus lábios e o achatamento característico dos seus narizes e que amiudadas vezes quebram os pentes ao tentar tornar finos os seus cabelos, e que escrevem laudas e projectam leis para conservar a pureza da raça portuguesa, a cuja bem aventurada mistura de sangues tanto devemos.

A inferioridade de um povo manifesta-se, principalmente, ao macaquear ideias, princípios e gestos de outros povos.

Na capa que os meus editores escolheram para o tomo II das minhas «Memórias», representa-se uma cena que desejo descrever.

Foi logo ao princípio do meu governo de Angola, em 5 de Outubro de 1912. Um dos números das cerimónias da comemoração da data do segundo aniversário da Proclamação da República, era a inauguração de um parque municipal de Luanda. Representa a fotografia o presidente do Município, o mestiço Brito Pires, a proferir o seu discurso. Junto de uma mesa está com ar de profunda concentração, o governador-geral, o representante da vontade da metrópole e do povo distante. Dois oficiais e uma menina, a filha do governador, que tinha sido convidada para descerrar o padrão comemorativo do acto. No fundo, trabalhadores pretos, ainda uma

faina de transformações do terreno projectados, indiferentes ao que se estava passando. Pena é que a fotografia não tivesse apanhado o grande número de pessoas, brancas e pretas, habitantes de Luanda, que estavam assistindo àquela simbólica cerimónia. Levava eu na memória o meu discurso, horas antes pensado. Lugares comuns sobre jardins e embelezamentos urbanos; elogios aos empreendimentos municipais. Mas nas palavras, simplesmente ditas, de Brito Pires, tão cheias de sentir português, traduzindo sem intenção, sem o menor propósito, quase ingenuamente, a sua vida de angolano, oriundo, de brancos e de pretos, perfeitamente irmanado comigo, a dirigir-se a mim sem o menor laivo de orgulho, do alto da sua representação de «municipes» romano produziram-me tal sensação, que esqueci todo o meu projectado discurso e proferi palavras que traduziam a esperança de uma grande Angola, devida ao esforço de pretos e de brancos, ao sangue generoso das duas raças.

Quando leio as estimativas ou os censos da população de Angola, junto sempre aos brancos o maior número que posso de mestiços. Bem sei que muitos deles e também por nossa imperdoável culpa vivem ainda vida da mais baixa civilização podiam pois contar para me ajudar na obra de brancos, que ia fazer em Angola com quase vinte milhares de indivíduos de sangue branco, e com uns 5.000, se tantos, pretos civilizados.

Creio que a renovação nacional que se fez sentir em Angola, após a Proclamação da República, muito concorreu para o aumento dessa população branca. Devido, em grande parte, à acção republicana, era essa população de 50.000 habitantes, brancos e mestiços, em 1925. Eu deixei Angola, em princípios de 1915; voltei em 1921, para sair de vez, em 1924. Julgo que a minha acção, modesta tradutora do espírito de grande e notável progresso colonial, que animou os primeiros três lustros da vida nacional republicana, alguma coisa concorreu para o aumento dessa população.

Que eram esses brancos, de um só sangue ou de sangues misturados, com os quais eu tinha de contar, como meus colaboradores e companheiros de trabalho, e sem os quais nada poderia fazer em Angola? Os funcionários que naquele agrupamento demográfico entravam em importante parte, tinham as belas e fundamentais qualidades do funcionalismo português. Caracterizava-os a mais inteiriça honestidade profissional, que os cobria

como couraça, evitando o que representasse prejuízo da nação, por falta, omissão, desleixo ou indolência.

Em seis anos de governo de Angola conto pelos dedos os funcionários que tive de castigar. Todos sabiam, porém, que quando aquela couraça cedia, era inflexível e sem limites a minha severidade.

As praças europeias que faziam parte da guarnição da província eram dotadas daquela santa simplicidade que eu me habituara a admirar nos saudosos tempos de alferes em que fui instrutor de recrutas.

Manchava-lhes por vezes a vida o contacto com as companhias disciplinares, que um desconhecimento completo do que deve ser nas colónias a colonização branca, mandara estacionar em Angola.

Outro perigoso elemento demográfico existia em Angola, que tudo aniquilaria, se não fossem as virtudes inatas e robustas do povo português.

Condenados e vadios, paquete por paquete, em corrente contínua, despejam os tribunais do reino, sobre Luanda. Aí espera-os um regulamento, permitindo a situação de licença sob fiança e a diligência nos estabelecimentos e repartições do Estado e Câmaras Municipais, em Luanda ou em qualquer outro lugar da província, quer dizer em situação que, praticamente, não difere da de indivíduos livres, — diz-nos Paiva Couceiro no seu admirável livro⁽⁸⁾.

Essa lepra fui eu encontrar em Angola, no meu primeiro governo, e com ela me tive de haver. Quando, em 1921, voltei para Angola, como alto-comissário da República, pus como condição que me não mandassem para lá degredados e vadios. Um dia anunciaram-me que chegara um vapor com um carregamento desses indesejáveis. Determinei que não desembarcassem e que o navio saísse imediatamente do Porto de Luanda, com destino a Lisboa. Acabou-se de vez com o encanto...

Apesar de más condições de vida, de isolamentos, por vezes, funestos, da falta, quase geral, do amparo da mulher branca e dos filhos legítimos, e de uma viciada mentalidade em relação aos indígenas e, sobretudo, a

⁽⁸⁾ Angola (Dois anos de governo, Junho de 1907 — Junho de 1909) por Henrique de Paiva Couceiro, Lisboa, 1910.

respeito do trabalho indígena, a que raros escapavam, o conjunto dos brancos portugueses de Angola, comerciantes e agricultores, dava contínuas provas das qualidades fundamentais do nosso povo e conservava intactas, em tão perigosas terras, as virtudes que servem de sólida base ao nosso modo de ser colonizador.

Lembram-me as palavras que um dia disse num banquete em Benguela que, por diversos motivos, ficou para sempre gravado na minha memória e creio que na memória de outros. Foram elas:

«O facto de termos conseguido conservar em nosso poder, na triste data de 1884 a 1885, uma grande parte dos territórios da antiga Angola, é sem dúvida alguma devido à arrojadíssima penetração dos comerciantes portugueses no interior de África. O caminhar desses verdadeiros pioneiros da ocupação de Angola, em avançadas cada vez mais profundas, da costa para leste, a criação do tipo do «Sertanejo», que só as raras qualidades de colonizadores que os portugueses possuem, podiam produzir, teve sem dúvida propósitos e fins comerciais; mas esses homens levavam consigo, quando se internavam no sertão de África, não somente o desejo de fazer fortuna, mas também o de tornarem exclusivamente portuguesas, perante os indígenas e também perante pretensões de estranhos, as terras onde iam comerciar. O comércio dos nossos colonos de então estava intimamente ligado com fins políticos altamente patrióticos. E essas características dos nossos comerciantes africanos não se perderam ainda. Nunca será demasiado o louvor que se levante àqueles que tantas provas deram das qualidades primordiais do povo português e a quem a Pátria tanto deve. Quis o alto comissário consagrar esse passado e fazer justiça inteira quando à capital do distrito do Bié deu o nome de Silva Porto».

E eram estas palavras, e outras semelhantes, um meio de exercer a minha acção. Com elas, e dada a sua inteira justiça, congregava em torno de mim os colonos de Angola.

b) *Os indígenas*

São hoje, diz o censo de 1940, em número de 3.665,829 os indígenas de Angola. Em 1912, computavam-se em 4.500,000. Talvez estes dois números sejam ambos a expressão da verdade.

Diz-nos também o referido censo que, em 1940, 24,221 daqueles pretos eram civilizados e que, além destes, 1.027,327 eram cristãos, sendo 741,145 católicos e 286,182 protestantes. Em 1912, como já disse, haveria, estendendo muito o fiado, uns 5.000 pretos civilizados, todos cristãos.

Não sei como se arranjou tão rapidamente este milhão de cristãos. Nos meus dois períodos de África era coisa difícil e lenta a cristianização dos pretos, e os meus estudos sobre a expansão do cristianismo mostraram-me os séculos que foram necessários para cristianizar a Europa. O que receio é que se estejam a praticar erros, a dar nomes errados a certos fenómenos materiais e espirituais, a imaginar transformações de mentalidades e de crenças em pessoas que conservam intactas as antigas. Deturpações dos factos, das realidades e das verdades sociais são sempre coisas muito prejudiciais ao progresso e ao bem estar dos povos.

Quando cheguei a Angola, fácil me foi verificar que a população indígena da província, fosse maior ou o menor número que se lhe atribuíra, era constituída pelas seguintes camadas demográficas:

No fundo do quadro, a grande massa dos habitantes da província, ainda envolvidos nas trevas das civilizações primitivas. Desse fundo destacava-se um limitado número de indígenas, que um inconvenientíssimo método de ensino tinha armado com uns rudimentos de leitura e escrita, sem cuidar na sua educação e na formação do seu carácter, criando-se assim um elemento nocivo e inconveniente no meio social em desenvolvimento. A avançar animosamente para a frente, a ocupar os primeiros planos do quadro, os indígenas que, pelo seu esforço, pela contínua aspiração de se libertarem das trevas, do passado, iam conseguindo vencer mal-entendidas oposições e a carência quase absoluta de estabelecimentos de educação e instrução, apresentando-se como civilizados dignos de toda a consideração.

No meio dos indígenas circulavam alguns europeus, em número felizmente reduzido, que, por tristes circunstâncias, se tinham integrado na vida dos indígenas não civilizados e adaptado por completo aos seus usos e costumes.

À margem dos indígenas, ainda que em contacto com eles, pelas necessidades do seu comércio e das suas indústrias, os colonos europeus, espalhando entre eles vida civilizada, é certo, mas destruindo mais do que

edificavam. Felizmente aumentava de ano para ano o número, cada vez mais apreciável, de famílias europeias, a mostrar a transformação social em marcha e a indicar-me o caminho seguir: a passagem da vida colonial para a vida nacional.

Sobre estes milhões de indígenas, imersos nos mais fantásticos preconceitos, práticas e superstições no que respeitava à saúde e à higiene, não se derramava a menor gota de assistência médica. Abandonados a si mesmos, aos seus curandeiros e feiticeiros, as doenças e epidemias levavam por vezes aldeias inteiras. As devastações das grandes epidemias de «influenza» foram incalculáveis e estou convencido de que a elas e à doença do sono se deve, na maior parte, a diminuição de população indígena que, sem dúvida, se deu em Angola a partir do fim do século passado até ao início do segundo quartel do século actual.

Juntamente com as doenças epidémicas, o álcool e o comércio do álcool era, na época a que me estou referindo, um dos grandes flagelos dos indígenas. Outro, causador da mortalidade, mais violento e não menos nocivo, era o comércio da pólvora e armas. Fomentava esse comércio o espírito guerreiro dos bantos, levava-os a guerras contínuas entre as diversas tribos, e a frequentes guerras contra nós. E este espírito guerreiro dos indígenas, abraçado pelos europeus e também por estes provocado, fui eu encontrá-lo, à minha chegada a Angola, a guiar e a orientar, em apertado conúbio com as exigências de trabalho preto, barato e abundante, quase toda a administração da província.

Deste facto resultava a existência de uma organização administrativa militar, cuja razão de ser desaparecera na maior parte; e tive de ser eu, militar do tempo de Galhardo e de Mouzinho, de Roçadas, de Couceiro, de Eduardo Costa e de tantos outros heróicos e ilustres oficiais, quem o destino escolheu para lhe dar o golpe final.

Esse espírito e essa administração militar, que tudo me indicava carecerem de ser inteiramente eliminados do organismo colonial, para que Angola pudesse prosperar, desapareceram sob a minha acção. Como adiante se verá, dei-lhe o primeiro golpe no dia seguinte ao do meu desembarque em Luanda, como governador-geral, em Junho de 1912. O último e definitivo só nove anos depois o pude vibrar com o meu decreto n.º 80, de 14 de Dezembro de 1921.

c) *O trabalho indígena*

É bastante o que deixei dito, quando apresentei o grave e complicado aspecto da situação de Angola sob o ponto de vista externo para se avaliar do modo de ser interno de Angola, em 1912-1913, no que respeitava ao aproveitamento da mão-de-obra que os pretos estavam em condições de pôr à disposição das actividades europeias. Desejo, porém, trazer para aqui um episódio que, de curiosa maneira, mostra como alguns velhos colonos de Angola encaravam o preto e o seu trabalho.

Poucas semanas depois de desembarcar na província, e muito preocupado com a crise económica que a queda nos preços da borracha estava provocando, resolvi visitar algumas plantações de árvores de borracha, «Heveas» na maior parte, devidas à iniciativa de alguns colonos europeus, crescendo em terrenos não muito distantes de Luanda e perto da linha férrea de Malanje. Informações autorizadas fizeram-me nascer a esperança de que em vastíssimas regiões do «Hinterland» de Luanda se podiam fazer plantações de borracha, idênticas às do Sul da Índia dos Estados Malaios e dos Straits Settlements, Sumatra, Java e Bornéu. Tínhamos mão-de-obra barata e não seria impossível mandar vir técnicos e operários daquelas paragens para nos ensinarem a nós e aos nossos pretos. Resolvi ir ver algumas dessas plantações. Ao cair da tarde de um dia tórrido, cheguei à casa de um dos colonos, que me tinham dito possuir as melhores e mais bem tratadas árvores de borracha. Nesse dia nada me foi possível ver nessa fazenda. A noite aproximava-se, tinha feito a viagem a cavalo, a partir do caminho-de-ferro, e as «moscas do sono» eram impertinentes. As roças que tinha visitado no caminho deixaram-me a pior das impressões: grande desorganização e maior desânimo, lamúrias constantes sobre a mão-de-obra indígena e uma atitude em que facilmente adivinhava a hostilidade contra o chefe da colónia, «homem que nada percebia daquelas coisas», imbuído de estranhas ideias sobre o trabalho do preto e que vinha ver e observar, sabia-se lá o quê. O dono da plantação a que chegara ao escurecer daquele fadigoso dia, era um homem em volta dos sessenta, queimado do sol de África, onde a malária tinha acumulado vestígios. Figura franca, aberta e ativa de um bom português dos nossos campos. Recebeu-me com grande afabilidade e tudo fez para naquela noite

me proporcionar conforto e descanso. Vivía, sem família branca por aquelas paragens de Angola, havia dezenas de anos. Enquanto comíamos a canja e a galinha, preparadas pela indispensável preta, risonha e humilde, procurando apagar-se o mais possível, disse-lhe ao que vinha. Falei-lhe dos preços baixos da borracha. Talvez nós pudéssemos obter nas plantações de Angola borracha capaz de fazer concorrência à do Oriente. Estávamos mais perto dos mercados europeus... Ouviu e nada observou; mas notei na sua fisionomia uma clara expressão, mais de agrado do que de admiração pelo homem, em tão alto lugar da província, que vinha assim olhar com os seus olhos para coisas destas. Tinha ganho o meu dia, não fizera em vão a minha jornada.

No dia seguinte, logo que aclarou, fui ver a plantação e enchi o dono dela de perguntas. Vi que o rendimento em borracha, dado o número de árvores, a sua idade e o seu belo porte, era muito pequeno. Tudo estava em ordem, o chão limpo, as «heveas» bem intervaladas. Fui visitar a sanzala dos trabalhadores indígenas, homens, mulheres e crianças, que ao dono da plantação «pertenciam». Estavam formados, em fila, na frente os homens com camisola e um metro de algodão em volta dos rins, as mulheres com panos, as crianças quase inteiramente nuas. Um grande ar de limpeza e de saúde. Mas nas atitudes imóveis, dos homens e das mulheres, aquele não sei quê de descontentamento profundo e de protesto, que vinha observando, desde a minha chegada a Angola, em todos os trabalhadores indígenas.

Voltámos para casa. Indaguei quanto custava cada preto. Uma conta calada. O dono da plantação tratava-os muito bem; parecia que nada lhes faltava. Vestia-os, alimentava-os fartamente, tratava-os nas doenças, cuidava-lhes dos filhos, dava-lhes os descansos necessários e chegara, por vezes, a chamar médico, frisava ele. Fiz-lhe então a pergunta final. E que salário lhes paga? O homem olhou-me espantado e tive de repetir a pergunta. Veio então a mais curiosa das parlengas, que tenho ouvido. «Pagar aos pretos, mas para quê? Para que precisavam eles de dinheiro, se nada lhes faltava, se ele lhes dava tudo, em abundância e generosamente? Pagar aos pretos! Isso seria o fim de tudo. O que passariam eles a imaginar que eram, quem os aguentaria no trabalho. Tenho por si o maior respeito,

Senhor governador, farei tudo o que quiser, mas nada pagarei aos pretos. Seria o que me faltava. Farei a minha trouxa e voltarei para a minha terra».

Acalmei-o que fizesse o que entendesse, que lhe estava muito obrigado. Pouco tempo depois do meu regresso a Luanda, soube que os pretos lhe tinham fugido, como a tantos outros roceiros ia acontecendo, e que, de facto, fizera a trouxa e embarcara para a metrópole.

Pus-me a caminho para a linha férrea onde me esperava um comboio especial. E, ao andar vagaroso do meu cavalo, fui meditando em tudo o que se passara.

«Que mais querem eles? que lhes falta?» ouvia clamar a voz exaltada do meu lhano hospedeiro ao referir-se aos «seus» pretos.

Faltava-lhes apenas a liberdade.

Ao principiar do século passado tinham chegado aos ouvidos dos escravos, seus avós ou bisavós, vozes estranhas e confusas, em que havia muita luz e muita esperança. Na memória dos bantos surgiam, «idades de ouro», muito distantes, reais ou fantasiadas na ânsia de vida melhor. Depois tudo foi caindo no mesmo marasmo até que um dia veio em que ouviram dizer que já se não mandavam escravos para fora de Angola. Que importava isso? Angola era muito grande e os trabalhadores pretos continuavam a ser transportados, acorrentados, de norte para sul, de leste para oeste, e não tardou muito que fizessem embarcar parte deles para ilhas longínquas, donde se não voltava. Mas, pouco a pouco, a compra dos escravos ia cessando e a esperança renascia de novo. Principiava-se a angariar para trabalharem por conta de brancos e, por vezes, dava-se um facto estranho, receberem eles dinheiro, a que se chamava «pagamento», e alguns desses trabalhadores, cada vez em maior número, voltavam às suas terras. E a esperança crescia. Mas como tudo isto era lento. Muitos eram ainda os que continuavam na situação de puros escravos. Os que vinham ao mundo nas sanzalas das roças ou nos recintos fechados dos centros urbanos, mercê de «uniões dirigidas», nasciam na condição de escravos, que duraria toda a vida, que transmitiriam aos filhos. Depois, veio o trabalho forçado, uma condição humana muito pior que a escravatura...

E eis que outras novas vinham chegando, fagueiras como nenhuma das anteriores. Deviam ter sido iguais a estas as palavras de liberdade,

no seu alto significado, que nos meados do primeiro século chegaram aos ergástulos e aos recintos murados dos escravos⁶⁹.

Nas terras distantes do «Maniputo» tinha-se dado uma grande Revolução. Tudo se passara agora nessas terras, diziam as vozes, sob os signos da bondade, da justiça, da igualdade e da liberdade. E esta abençoada transformação vinha a caminho de Angola e, chegada ela, voltaria a vida tranquila e feliz... Mas quase dois anos passaram e tudo continuava na mesma ou pior e as esperanças dos humildes tinham sido, desta vez, tão grandes que se estavam a transformar no protesto e na revolta que eu lia nos olhos que os pretos imóveis cravavam em mim.

E continuava a pensar. Que poder era esse tão forte e tão confiante, que obrigava os trabalhadores pretos, em evidente situação de escravos, vinda de tempos passados, a conservarem-se nas sanzalas abertas das roças, sem as abandonarem? Era sem dúvida o nosso prestígio, firmado, com o decorrer do tempo, em actos cruéis por certo, mas também em inexcedível bondade. Sentia, porém, que esses laços estavam a quebrar-se, que o respeito dos pretos pelos brancos portugueses estava em risco de desaparecer e que uma grande calamidade nos ameaçava. A minha responsabilidade era tremenda. Tinha de acabar com o mal, sem que o remédio aplicado produzisse mal maior, sem bem algum para uns e para outros. E no meu espírito angustiado principiaram a surgir as grandes e arriscadas linhas do procedimento a seguir.

Devia ter envelhecido naquelas silenciosas e pungentes horas de viagem. Quando cheguei a casa minha mulher fitou-me demoradamente e disse-me: «Não vens satisfeito, que te aconteceu?» Respondi, sorrindo, «que tudo corra bem, que tudo havia de correr bem até ao fim». E dizia-o com a certeza de que assim seria.

Quanto às plantações de borracha, fácil me foi reconhecer que nunca poderiam elas concorrer com as dos Estados Malaios. Com escravatura ou sem ela, com trabalho forçado ou livre, a mão-de-obra de Angola custaria sempre dez vezes mais que a dos párias do Oriente. No fim das contas, tudo

⁶⁹ Veja Epístola de S. Paulo aos Gálatas, v. 13 e 14.

somado, nós andámos por todo esse mundo habitado por homens de civilizações primitivas, a enchê-los tanto quanto nos era possível de vida melhor, material e espiritual. Como poderíamos nós fundar a nossa riqueza e a prosperidade das nossas empresas sobre a exploração de miseráveis ilhotas asiáticas que, naquele tempo, se pagavam por dia, a seco, e na média de homens, mulheres e crianças, com moeda oriental que não excedia, em valor esterlino, a três quartos de «pence», o que equivalia, na nossa moeda de 1912 (libra a 5\$04), a quinze reis e três quartos de real.

Foi então que principiei a compreender bem o que eram «matérias-primas coloniais» e o mal que resultava para a quase totalidade dos homens de salários de miséria⁽¹⁰⁾.

d) *A ordem pública*

Sobre a atitude dos indígenas já disse o bastante, quer no que respeita ao seu espírito guerreiro, quer quanto à situação de muitos deles como trabalhadores de várias modalidades, para bem se poder avaliar que, à minha chegada a Angola, existiam, entre os milhões de pretos que na colónia viviam, muitos focos de rebelião, de protesto, de descontentamento e, portanto, de desordem.

Conheci desde a primeira hora a gravidade deste estado de coisas. Perscrutei-o dia-a-dia e, sem dar o menor conhecimento, fosse a quem fosse, da minha ansiedade, cerquei-me de informações directas, indirectas e constantes, que me permitiam seguir o estado de alma dos nativos. Foi o inteiro conhecimento deste mal estar entre os indígenas, que muito de longe vinha, o guia e o principal orientador do meu proceder de reformador. A minha acção tinha de ser cautelosa, mas rápida e enérgica; o remédio a aplicar, repito, tinha de dar resultados imediatos, pois que, se os seus efeitos demorassem o próprio acto da sua aplicação e a natureza dele seriam tomados pelos indígenas como uma vitória contra os seus antigos patrões e pelos colonos europeus como fim de tudo. Ao lado, os meus camaradas, oficiais do exército, iriam dizendo que eu lhes quebrara a espada nas mãos,

⁽¹⁰⁾ Ler o que publiquei no tomo II destas «Memórias» sobre «salários indígenas».

substituindo-os por civis, na sua função administrativa militar, e que os resultados da falta de força se estavam vendo...

A situação das missões religiosas fizera diminuir a sua influência, sempre moderadora e conciliadora, sobre os indígenas. Descontentes, e imaginando que a sua nobilitante tarefa estava a terminar em terras portuguesas, constituíam as missões, sem o quererem, estou certo disso, mais um elemento de perturbação no meio social de Angola. Há já bastantes anos que foram publicadas as seguintes palavras minhas:

«Quando em princípios de 1912 cheguei pela primeira vez a Angola convenci-me, dentro de pouco tempo, que muitos dos funcionários da província estavam criando às missões católicas uma situação em que a injustiça e a ilegalidade se aliavam, de inacreditável maneira, à falta de tacto administrativo e político.

Agravara-se esse estado de coisas com a minha chegada à colónia. Como eu estava filiado no partido republicano português, cujos altos propósitos poucos conheciam, alguns dos meus subordinados e quase todos os missionários imaginaram que eu vinha encarregado de dar o golpe de morte às missões católicas. Muito me impressionou esta deplorável opinião que a meu respeito se formara. Era mister destruí-la sem dar a perceber que tinha, do que se estava passando, pleno conhecimento, pois assim o exigia o prestígio do meu cargo.

Não era tarefa fácil.

Os homens que pelo seu valor moral e pelo arreigado das suas convicções religiosas ocupam numa comunidade de crentes as principais posições hierárquicas, dificilmente confiam naqueles que, senhores do poder, não praticam os ritos da sua religião, embora reconheçam que os seus princípios, o seu carácter e a civilização que procuram implantar ou consolidar, assentam fundamentalmente nas normas da religião que professam. Por outro lado, o homem que se encontra na situação de chefe de uma colectividade democrática sabe bem que, sob pena de perder todo o prestígio, não deve fazer profissões de fé que possam ser levadas à conta de colher facilidades para o exercício das suas funções. Era necessário tornear este obstáculo sem fugir à verdade. Ora a verdade era, felizmente, que entre o governador-geral de 1912 e, anos depois, entre o primeiro alto-

-comissário da República e os missionários havia, na missão a exercer em Angola, muitos pontos de contacto, muitas aspirações comuns. Se era certo que para os missionários o proselitismo constituía o principal fim, ao passo que para o governador (ainda que julgando sempre, como continua a julgar, ser de absoluta necessidade a conversão ao cristianismo dos indígenas de África) o supremo objectivo era a implantação da civilização portuguesa, não podia restar dúvida de que ele e os missionários cristãos estavam a «caçar no mesmo terreno» e que tinham forçosamente de se entender.

Foi fácil esse entendimento, porque, além do que acabo de dizer, todos em Angola sabiam, dentro de pouco tempo, ser norma do governador buscar o auxílio de todas as boas vontades para a realização dos seus projectos de engrandecimento nacional e porque o respeito e a veneração que a nossa História me ensinara a ter pelos missionários católicos se sublimara mercê do inteiro conhecimento da sua admirável obra em Angola».

Também entre os colonos se tinham dado manifestações desagradáveis, indicadoras de um mal estar geral, que se mantinha quando cheguei à província.

Não esqueço que no Parlamento português se disse, em fins de 1912, quando as minhas medidas sobre a mão-de-obra indígena principiavam a deitar por terra inconfessáveis interesses, que, mais na metrópole do que em Angola, se traduziam em vida de abundância e de conforto — estar eu, com «precipitado e atrabiliário» procedimento a perturbar a ordem pública entre os colonos brancos, e que a indignação contra o meu governo estava a subir a tal ponto que urgentes e enérgicas medidas se tornavam necessárias por parte do governo da República.

Por esta razão me vejo obrigado a mostrar, citando as origens, fáceis de consulta, que essas curiosas e lastimáveis manifestações se deram todas antes da minha chegada a Angola. Depois do meu desembarque até à invasão dos alemães, nenhuma alteração na ordem pública, digna de menção, se deu. Devido a mim? Devido aos portugueses que habitavam Angola? Devido a todos nós, e mais exactamente, às nossas qualidades de portugueses, tenho a certeza disso.

Já me referi, ainda que muito ao de leve, à exoneração de Carvalhal Henriques do lugar de governador de distrito, em consequência da ruidosa e pouco ordeira campanha que contra ele se levantou e que envolveu gravemente o governador-geral, Manuel Maria Coelho que se viu obrigado a pedir a demissão do seu elevado cargo. Sendo impossível ouvir agora, como tive ocasião de longamente ouvir, o juiz Catalão Pimentel, sindicante aos actos do governador exonerado, pode porém ler-se o relatório desse magistrado, que corre publicado no «Diário do governo» e no «Boletim Oficial de Angola», juntamente com o decreto (de que faz parte integrante) que reintegra no seu lugar o sindicado. Mostra a sua leitura quanto a ordem pública foi profunda e injustamente alterada. Esse relatório tem a data de 22 de Março de 1912. Eu cheguei ao porto de Luanda em 17 de Junho do mesmo ano.

Também antes da minha chegada a Angola se deram deploráveis acontecimentos na Huíla, que levaram o governo da República a exonerar o governador desse distrito, Alfredo de Albuquerque Felner, por decreto de 23 de Março de 1912. Da sindicância a que se mandou proceder nada se apurou contra esse oficial e alto funcionário, homem de carácter, honesto e digno, estudioso e sabedor e que considero um dos grandes historiadores de Angola, e o único dos modernos que merece este nome. A exemplo do que aconteceu com Carvalhal Henriques, passados poucos meses, novo decreto, de 26 de Outubro de 1912, anulou o primeiro e mandou publicar o relatório de sindicância, no qual o governo se baseou para ilibar Felner de qualquer culpa. O longo relatório, que faz parte integrante do decreto de reabilitação, ocupa dez páginas do «Boletim Oficial». Foi publicado no meu tempo de governador-geral e muito me custou ter de arquivar, para sempre, nas páginas daquela publicação, as provas de desordem e de baixeza de uma campanha contra um bom português.

No seu bem elaborado, sereno e ponderado relatório, referente ao ano de 1912, alude o então 2.º tenente de Marinha, Moura Brás, governador do distrito da Huíla, à questão «política», nos seguintes termos:

«Embaraçando a acção do governo e criando uma atmosfera desagradável e prejudicial à boa administração do distrito, encontrava-se igualmente no auge da sua agitação a questão «política» local que, infestando

todo o planalto, tinha os seus principais paladinos, no Cubango. Simples interesses e caprichos pessoais tinham a população dividida por verdadeiros ódios e um amontoado de teorias democráticas, mal digeridas pela maioria, e exploradas por meia dúzia de indivíduos, traziam todos num estado de excitação a que bastava o mais pequeno pretexto e a mais elementar habilidade de quem o quisesse explorar malevolamente, para que se produzissem acontecimentos desagradáveis».

Em apêndice a este relatório um ofício do governador, datado de 16 de Maio de 1912, que mostra ser a agitação que lavrava na Huíla anterior à minha chegada a Angola, como, de resto, se conclui do que disse, quando me referi à campanha contra Albuquerque Felner.

e) Situação económica e financeira

Foi 1910 um bom ano para Angola sob o ponto de vista do seu comércio externo:

Importação.....	5.979	contos
Exportação.....	7.542	"
	<u>13.521</u>	contos, equiv. a £ 2.726.008
		£ = 4\$96

A exportação da borracha ainda foi considerável neste ano, mas a partir dele principiou a queda, quase vertical, do comércio da borracha.

Angola, o Congo Belga e a colónia inglesa de Lagos foram as regiões grandes exportadoras de borracha da África Ocidental. Durante anos Angola manteve o primeiro lugar neste comércio. Em 1870 exportou apenas 15 toneladas, em 1892 já exportava 2,046 toneladas e foi a exportação subindo até atingir os seus máximos em:

1898.....	3.379	toneladas
1899.....	3.380	"

O preço médio da borracha de Angola, nestes dois anos, foi de 1\$80 ouro por quilo. As quantidades exportadas e o preço por quilo foram

diminuindo a partir de 1899 mas, em 1909, ainda se exportaram 2.897 toneladas de borracha, a um preço médio de 1\$40 ouro.

Calculo em 90.000 contos ouro, equivalente a 20 milhões de libras ouro, o valor da borracha que Angola exportou durante os 35 anos que decorreram de 1875 a 1910. Que ganhou Angola com esse grande esforço de produção e comércio, que benefícios resultaram dele para os indígenas produtores e para a maioria dos colonos brancos? Nada, nenhuns. Só mal, e grande, resultou desta cegueira. Ficou, porém, para os administradores futuros da província, capazes de olharem o passado e de perscrutarem o futuro, uma salutar lição.

Ganhou, pelo menos, a metrópole? Creio que não. Aqueles milhões de libras, como todos os outros que a nosso esforço tem arrancado, há cinco séculos, das terras do ultramar, pouco tempo permaneceram no país, quase nada nele deixaram. Não aconteceu nestes últimos cinco anos o mesmo com a rica e mais do que desordenada exploração do volfrâmio?

Ficaram, porém, de tudo isto, em Angola, o gosto, tão nosso, das grandes aventuras, das fortunas rapidamente feitas, os elementos de jogo e de sorte, tão prejudiciais à consolidação dos meios sociais, o desprezo pelas pequenas tarefas e a classificação característica das produções agrícolas em «géneros ricos» e «géneros pobres». E não foi este, entre tantos outros, dos menores males que lá fui encontrar.

No longo discurso que pronunciei em 1 de Agosto de 1913, na sessão de abertura da Junta Geral da província, mais pormenorizado relatório do que discurso, aponte as causas do descalabro financeiro que fui encontrar em Angola. Vou dar uma rápida ideia desse deplorável estado de obras que muito dificultou a administração da província e o progresso que tanto diligencieei imprimir-lhe. As causas principais da deplorável situação financeira que encontrei eram as seguintes:

a) Uma organização dos serviços da Fazenda que, apesar de constantes leis, reorganizações, alterações e interpretações, ou talvez por isso mesmo, se encontrava num estado caótico e emaranhado, sem uma escrita em dia e sem a existência de qualquer coisa a que se pudesse dar, com propriedade, o nome de contabilidade pública.

b) Grandes despesas, devidas principalmente a operações militares, realizadas em anos findos, e das quais as finanças da província ainda se estavam ressentindo de tal forma que fui obrigado a pagar, nos primeiros anos da minha gerência, contas atrasadas no valor de 1.027 contos (ouro) algumas das quais datando de 1907.

c) O sistema de «subvenções da metrópole» com que a colónia contava e descansava. Nos anos económicos que decorreram de 1895 a 1912, a metrópole concorreu para as despesas ordinárias de Angola com 5.022 contos ouro, um milhão de libras ouro, aproximadamente, quantia esta destinada a cobrir *deficits* orçamentais. Foi grande, de facto, nesta série de 16 anos a quantia que a metrópole mandou para a sua principal colónia; mas, em dia anual, não excedeu 314 contos ouro, passando assim a palavra já depreciativa de «subvenção» para a palavra humilhante de «esmola».

d) Mas era inevitável a necessidade de aumentar as despesas de administração, com o fim de conseguir a transformação de Angola, para a apresentar aos olhos do mundo em caminho de valioso progresso, para vencer a crise da mão-de-obra indígena, para estabelecer a segurança, a tranquilidade, a ordem, para alargar a ocupação civil, mantendo a militar, onde ainda fosse necessária, e para fazer face à queda vertical do comércio da borracha.

Com aquele meu discurso-relatório à Junta Geral da província tive dois fins em vista. Primeiro que tudo, mostrar o meu respeito pela opinião pública da colónia, chamar as forças vivas de Angola, por pouco organizadas que então fossem, a colaborarem comigo, a ajudarem-me, com o seu critério e com o seu conhecimento da vida e das coisas coloniais a poder enveredar pelo caminho de prosperidade e grandeza racional que, desde a minha infância, tinha sido o meu constante propósito. Por outro lado, quis mostrar, com as numerosas propostas orçamentais que apresentei, umas tendentes a cortar despesas, inúteis ou desnecessárias, outras, em grande número, a aumentar receitas, como foram uma proposta que modificava o regime de moeda e a de um empréstimo de 20 mil contos ouro, com que a província poderia viver e desenvolver-se, contando apenas com os seus recursos, desde que a metrópole, fiscalizadora e auxiliadora, aprovasse os seus são intentos e os fortalecesse, assumindo a responsabilidade dos seus empréstimos. Era

um grande plano financeiro e económico que se desenhava e que levaria, como levou, em anos futuros, em que me foi possível pô-lo em prática, à prosperidade, à grandeza, à tranquilidade e à ordem, apesar de incompreendido até malevolamente deturpado por muitos.

Em 1911 o movimento comercial desceu:

Importação.....	6.450	contos
Exportação.....	6.630	"
	<u>13.080</u>	contos, equiv. a £ 2.653.114
		£ = 4\$93

Em 1912, diminuiu um pouco a importação mas aumentou a exportação, apesar de ter sido já muito pouca a borracha exportada:

Importação.....	5.979	contos
Exportação.....	7.542	"
	<u>13.521</u>	contos, equiv. a £ 2.726.008
		£ = 4\$96

Mas sentia bem que se tratava apenas de uma prosperidade aparente, que o equilíbrio financeiro, baseado em longos anos do áureo comércio da borracha, se quebrava e que íamos ter maus anos. Sabia também que a nossa moeda continuaria a baixar de valor, mas esse acontecimento em nada me perturbava. Só os ricos perdem com a desvalorização da moeda, e Angola, naquele ano de 1912, era mais do que pobre.

De facto, em 1914 o movimento comercial apresentou-se da seguinte forma:

Importação.....	5.363	contos
Exportação.....	4.167	"
	<u>9.530</u>	contos, equiv. a £ 1.707.885
		£ = 5\$58

Sei bem quanto é difícil fazer a comparação de situações financeiras e económicas, no tempo, a número considerável de anos de distância. A depreciação da nossa moeda foi sendo cada vez maior. Quando deixei Angola em 1915 já a libra se comprava por sete escudos. Em 1924 o seu preço subiu a 145 escudos. Foi depois descendo, mas em 1928 subiu, de novo, atingindo 126 escudos. Depois, veio o que se chama estabilização. Mas, no intervalo, em 1931, a Inglaterra abandonou o padrão ouro, deixou de haver libra-ouro como moeda sinal, e o que nós continuámos a chamar libra sofreu uma depreciação, em relação ao ouro, de 30%, e por outro lado, as libras ouro, que os cambistas e os ourives vendiam, subiam continuamente de valor, porque o metal ouro que nelas se continha ia subindo também de valor, graças a manobras financeiras diversas. No meio de tudo isto, é impossível traçar curvas de progresso ou de retrocesso económico de qualquer região do mundo, baseando esse traçado em valores de mercadorias produzidas, exportadas ou importadas, em preços ou em salários, e, muito menos, em orçamentos do Estado, de municípios ou de quaisquer empresas.

É assim que, se compararmos, simplesmente, o movimento comercial de 1912, que indiquei, com o de 1943, que foi de 948,000 contos, diríamos que o comércio de Angola aumentou, nestes 31 anos, 70 vezes. Mas se reduzíssemos estes dois valores a libras ouro, teríamos para 1912, £ 2.726,008, como vimos, e £ 2.870,000 para 1943, e seríamos forçados a concluir, que quase não houve aumento nem diminuição no valor do comércio.

Todos nós sabemos, porém, que, em Angola, se trabalha mais agora e se produz mais e que a quantidade de mercadorias, que o comércio mobiliza anualmente, aumentou de considerável maneira nestes últimos trinta e tantos anos.

Temos, portanto, de olhar principalmente para as estatísticas que nos fornecem quantidades, o que não quer dizer que não olhemos também para valores, para preços de compra e venda, para salários e para câmbios de moedas. E se o nosso olhar for profundo, chegaremos a conclusões curiosas.

O que deixo escrito sobre o que era a situação de Angola sob o seu tríplice aspecto, internacional, metropolitano e interno, nos doze meses que

decorreram de fins de 1911 ao terminar de 1913, teve em vista mostrar a alta gravidade dessa situação, tornar bem patente que, em nada, para a criar tinha concorrido a minha acção, e, finalmente, sem de modo algum exagerar a sua gravidade, preparar os leitores deste livro, que o lerem de boa fé, para concluir, finda a leitura, que durante três anos de governo em nada concorri para agravar essa situação, e, muito pelo contrário, que, em breves meses, consegui pôr muitas coisas na ordem devida e desejada, modificando, transformando revolucionando, e, sobretudo, acalmando e fazendo renascer esperanças perdidas. Para conseguir isto remei quase sempre contra a maré, ainda que acompanhado de grandes dedicações, de admiráveis colaboradores e da certeza, partilhada pela grande maioria dos portugueses, de que o meu proceder outra coisa não visava que não fosse o bem, o prestígio e a grandeza do meu país.

E se algum merecimento tive, no que consegui realizar, foi ele apenas o de ter compreendido o sentir e a vontade da maioria da Nação, deixar-me guiar pelas suas dedicações, pondo, para tanto, inteiramente de parte todos os interesses que não fossem nacionais.

CAPÍTULO II

OS OBSTÁCULOS PERMANENTES

Na floresta de dificuldades e grandes estorvos, que a situação de Angola, em 1912-1913, criava à administração e ao descobrimento daquela província de Portugal, predominam obstáculos de carácter permanente, que carecemos de analisar cuidadosamente, tendo em vista a sua destruição e completo desaparecimento. Por essa razão resolvi, com perigo de me repetir e roubando páginas à segunda parte deste tomo das minhas «Memórias», destacá-los de forma especial. Daí a razão deste capítulo II.

Poderá dizer, quem ler as alíneas *A*, *B* e *C* deste Capítulo, que eu, irreductível partidário da aliança Anglo-Lusa, conhecendo plenamente a segurança e os altos benefícios que dela têm resultado e resultarão para o meu país, quanto bem, tranquilidade e civilização esta secular aliança tem produzido e produzirá de futuro, venha neste livro recordar tristes e lamentáveis acontecimentos do passado, e não tenha sabido pô-los de parte, como tantos outros, amargos e lastimáveis da política interna portuguesa, que tive a coragem de desviar inteiramente destas páginas.

Ao escrever estas «Memórias» um propósito me anima principalmente: colocar a parcela de experiência que colhi durante uma longa vida de funcionário público, ao serviço da Nação, chamar a atenção dos vindouros para os perigos que concorri para afastar, indicar caminhos e procedimentos que me parecem os melhores para conseguirmos engrandecer a nossa Pátria e afastar dela inteiramente a miséria, a injustiça e a violência internas e externas.

Em tudo o que vai ler-se não se encontrará uma palavra minha que mostre diminuição da minha admiração pela Nação Britânica e pelos seus habitantes. Mas estas «Memórias» serão, tudo o está indicando, o último acto da minha vida, e não poderia, ao fechar os olhos, destruir todo o meu proceder, deixando de protestar altivamente, como sempre fiz, contra actos que não traduzissem o inteiro respeito, a integral justiça, a consideração e até a admiração, a que temos direito como velha nação, que tantos e valiosos serviços tem prestado à humanidade.

A) A PARTILHA DA ÁFRICA

Escrevi o que se segue, já lá vão alguns anos, no meu primeiro projecto de «Memórias»:

«Passaram mais de cinquenta anos da minha vida sem os contar, de tal modo foi ela ocupada e trabalhosa. Os últimos anos, após este meio século, é que se têm arrastado, tristes e vagarosos.

Lí, há semanas, num periódico inglês, que em África se celebrara um jubileu. Em 14 de Maio de 1891 publicou o governo inglês uma «proclamação», constituindo a «Nyasaland» em protectorado britânico, e, agora, os habitantes dessas terras de África e das terras inglesas vizinhas festejaram, apesar dos dias perturbados que vão correndo, aquela data, em que, ao seu império, se juntaram mais cem mil quilómetros quadrados de território.

Em 1881, era eu aluno interno da escola académica, saudoso colégio de Lisboa, e tinha por professor de Geografia o ilustre escritor Alberto Pimentel. Falava-se então muito em colónias. O país vibrava de indignação ao ter conhecimento de uma nova tentativa de usurpação da nossa soberania em Lourenço Marques. Todos os rapazes do meu colégio sabiam de cor os versos de «Traição» de Gomes Leal.

Ficou-me desses meus tão distantes estudos de geografia africana a lembrança de que o Niassa era um lago inteiramente português, que o Zambeze e o Chire eram rios portugueses e que os nossos territórios se

estendiam de costa a costa, ligando entre si as duas colónias de Moçambique e Angola.

Anos depois, já eu estava em Coimbra, saíram da caixa de surpresas, que foi a Conferência de Berlim (1884-1885), novas colónias e novos colonos: o vastíssimo Estado Independente do Congo, e dois grandes domínios alemães, um no oriente de África, ao norte de Moçambique, outro no ocidente, ao sul de Angola. E, assim, se amputaram, em parte considerável, as nossas pretensões sobre os territórios de costa a costa...

O Estado Independente fora talhado, em grande parte, sobre terras portuguesas e, no que interessa ao que estamos escrevendo, os seus limites a sul e a sudeste, passando abaixo do paralelo meridional de 10 graus, abrangiam territórios incontestavelmente nossos. A colónia alemã da África Oriental tirava-nos parte do lago Niassa e importantes terras ao norte de Rovuma. Do lado do ocidente, o limite sul de Angola fixou-se no Cabo Frio, passando, daí a dois ou três anos, mais para norte, para a foz do Cunene.

Não me lembro de que tivesse havido, em 1885, indignação popular em Portugal contra esta partilha de África com a qual tão prejudicados fomos. Os tratados de limites que logo a seguir se fizeram com a Alemanha, a França e a Bélgica, sancionaram com efusiva complacência os recortes que a tesoura do *Acto de Berlim* fizera nos nossos territórios africanos. Era sempre contra a Inglaterra que naqueles tempos a opinião pública protestava, o que fez dizer ao ministro da Inglaterra em Lisboa, Mr. Petre, na sua carta de 30 de Outubro de 1888, a Salisbury, que «não compreendia inteiramente os motivos daqueles protestos».

Um novo poder se erguera na África e, perdendo aquela estabilidade, tão propícia à conservação das nações, deixámo-nos arrastar pela forte atracção que dele dimanava. O aparecimento da Alemanha na África foi o início do grande conflito anglo-germânico que, há mais de meio século, tantos sofrimentos tem causado aos homens. Pelo que nos respeita, creio que em todos os campos nos poderíamos então entender com a Inglaterra, desde que não enveredássemos pelo caminho de chamar outra nação para nos apoiar contra ela.

Duas vezes se refere Mr. Petre, naquela sua carta, a este aspecto da questão: quando conta que nos declarara que a nada obrigavam a Inglaterra

as convenções que fizéramos ou fizéssemos com outra nação; e ao escrever da firme declaração que formulara perante o Sr. Barros Gomes, de que nenhuma outra nação poderia intervir em questões de limites de territórios de África, que se levantassem entre a Inglaterra e Portugal.

Se tivéssemos aceite discutir as propostas conciliatórias que, em fins de Outubro de 1888, nos fizera Mr. Petre, muito diversa, do que hoje é, seria a nossa situação nos territórios ao longo do Zambeze. A nossa falsa, ainda que patriótica, visão, o erro na escolha nos meios, o facto de contarmos cegamente com apoios estranhos, convenceram a Inglaterra de que tudo o que nós conseguíssemos seria em pura perda para nós.

Disto tive prova cabal durante a Grande Guerra, quando, em Londres, achei conveniente recordar atitudes passadas.

E foi assim que perdemos, além de outras vastíssimas terras, a maior e a melhor parte dos territórios do Niassa.».

A carta de Mr. Petre, ministro da Inglaterra em Lisboa, a que me refiro no que acaba de ler-se, encontra-se, como já disse, publicada, no original e na tradução portuguesa, no belo livro do Sr. marquês do Lavradio, «Portugal em África depois de 1851». Tem a data de 30 de Outubro de 1888 e é dirigida ao marquês de Salisbury, então secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, a dar conta da entrevista que, na mesma data, tivera com o Sr. Barros Gomes, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Toda essa carta merece ser lida e meditada. Nela se contém, quase em corpo inteiro, a colossal intriga urdida com o fim de separar, de vez, Portugal e a Inglaterra.

Na impossibilidade de a transcrever para aqui, pois ocuparia páginas, que a outros assuntos destino, vou apenas fazer dela transcrições, que mostrarão duas coisas de grande importância política:

a) A absoluta resolução da Grã-Bretanha em não admitir a menor intervenção da Alemanha nas questões em curso entre os dois aliados, a respeito de territórios de África;

b) Os desejos da Inglaterra de solucionar amigavelmente connosco as divergências havidas, respeitando, para tanto, as nossas aspirações e direitos e não impedindo a ligação, através da África, de Moçambique com Angola.

Vai narrando Mr. Petre a sua conferência com o Sr. Barros Gomes:

O estado actual das coisas era este: nós não reconhecíamos nem a sombra duma jurisdição ou soberania portuguesa além da confluência do Ruo com o Chire. A convenção com a Alemanha, pela qual aquela potência se comprometeu a não estender a sua influência para estabelecer um protectorado ao sul de Rovuma, foi meramente uma combinação entre dois, e não nos obrigava por forma alguma a reconhecer uma posse ou jurisdição portuguesa, que era presentemente, de facto, não existente e puramente teórica.

Sublinha, porém, mais adiante, *estar convencido que a Inglaterra não se recusaria a reconhecer o território ao sul do Rovuma na exclusiva esfera da influência portuguesa.*

Quer dizer, de seu moto próprio e não querendo saber do que a este respeito a Alemanha dissera.

E volta Mr. Petre, passados alguns períodos da conversa, ao mesmo assunto e, desta vez, mais incisivamente:

Que não via, e que ficaria surpreendido se o governo de Sua Majestade não fosse da mesma opinião, que a Alemanha tivesse alguma coisa a fazer a respeito dos limites entre a Matabeleland e as possessões portuguesas no este, e que em qualquer questão que se levantasse entre a Alemanha e nós (ingleses) com respeito ao território a este do 20.º de longitude, até ao Zambeze, a intervenção de Portugal não seria admitida nem requerida a sua cooperação.

Quanto ao segundo ponto, conta Mr. Petre ter dito ao Sr. Barros Gomes as seguintes palavras:

Para principiar, eu podia assegurar-lhe que a Inglaterra não tinha nenhum empenho em pôr obstáculos no caminho de desenvolvimento colonial de Portugal e estaria disposta a concorrer para tornar possível a Portugal, dentro de certos limites e sob certas condições, realizar as aspirações nacionais.

Quais eram essas condições? Defina-as Mr. Petre na sua carta:

Primeira: *Navegação livre do Zambeze. O governo português recusa-se a admiti-la, «mas, diz Mr. Petre, estava no poder do governo português conceder as facilidades de navegação e trânsito que nós desejavamos, como equivalentes a outras vantagens que os portugueses poderiam obter».*

Segunda: *Portugal não exerceria nenhuma jurisdição ou soberania além da confluência do Ruo com o Chire.*

Terceira: *A Inglaterra não poderia considerar o Lago Niassa, no todo ou em parte, como um lago português.*

Quarta: *Tudo o que realmente pertencia aos Matabeles e aos seus tributários devia continuar a pertencer-lhes.*

Quinta: *Que à Inglaterra se não fechasse o caminho para passar da África ao sul do Zambeze para a África Central.*

A Inglaterra oferecia-nos, em troca da observância pela nossa parte destas cinco condições, a criação de uma zona territorial, limitada a leste pelo Lago Niassa e a oeste por uma linha que, partindo do vértice nordeste da região dos Matabeles, viesse ter ao Zumbo, onde as duas nações tivessem influência conjunta, com direitos iguais de comércio, de estabelecimento de missões e de trânsito livre para a África Central.

Diz Mr. Petre na sua carta: *«Poder-se-ia considerar o Zambeze como o limite norte da nossa esfera de influência», e a Inglaterra «não se negaria a reconhecer o território ao norte do Zambeze como estando exclusivamente dentro da esfera da influência portuguesa».*

70

O tipo diferente na composição é meu, mas as palavras são de Mr. Petre que assim as escreveu, em inglês, depois de frisar bem as condições que classifiquei como *primeira* e *quinta*:

«On this condition I thought Her Majesty Government would not object to recognise the territory north of Zambezi as falling exclusively within the Portuguese sphere of influence».

Com respeito ao território do Niassa, Mr. Petre dizia ao Sr. Barros Gomes, além do que já citei:

O que a Inglaterra deseja é que os estabelecimentos comerciais e missionários ingleses do Niassa possam continuar as suas actividades sem qualquer interferência e que lhes seja permitido pelo governo português, importar e exportar as suas mercadorias sem opposição, através de Moçambique, pagando um razoável imposto de trânsito. Creio que esta liberdade de opção poderá ser garantida por um compromisso mútuo, celebrado pelos dois países, de que nenhum deles tentaria estabelecer jurisdição exclusiva sobre a bacia do Niassa sem o consentimento do outro. Esta combinação não fecharia a porta à possibilidade de uma futura expansão portuguesa naquela direcção, pois que as únicas potências interessadas eram a Inglaterra e Portugal.

Estas palavras e a afirmação de que a Inglaterra considerava então o território ao norte do Zambeze exclusivamente dentro da nossa esfera de influência, mostram bem quão errado procedimento adoptámos, em vez de seguirmos a sábia e leal política que a nossa aliada nos indicava.

Assim pensava o nosso ministro dos Negócios Estrangeiros, Barbosa du Bocage, quando, em carta de 2 de Dezembro de 1880, se dirigia ao então ministro da Marinha e do ultramar, António Enes. Vem esta carta também transcrita no livro do Sr. marquês de Lavradio, o único livro português que profundamente me impressionou, entre os que li depois de feitos os meus 70 anos.

Falando longamente, em Londres, sobre as nossas relações com a Inglaterra na triste época, a que me venho referindo, com pessoa que, a fundo, conhecia esta questão, soube que, da parte da nossa aliada, havia todo o desejo em ter-nos por vizinhos ao norte do Zambeze, quando ainda se não sabia a que mãos iriam parar os territórios do Congo Belga, e quando ainda se não acreditava nas possibilidades da África do Sul. E, das conversas havidas, eu concluí que tudo resultara principalmente da intriga alemã, ligada, como o esteve também, na questão da mão-de-obra indígena para

S. Tomé, com missionários protestantes ingleses, que nunca nos viram com bons olhos em África.

Não pode a história, ainda que muito resumida, das relações entre Portugal e a Grã-Bretanha deixar de constituir parte importante destas «Memórias». Toda a minha vida, desde a minha entrada num colégio de Lisboa, mal feitos treze anos, me vi, no que respeitava as nossas relações internacionais, em face da aliança Anglo-Lusa e, talvez, nenhum português deste último meio século tivesse sido tão obrigado, como eu fui, por dever de ofício, a estudá-las e a analisá-las no passado e no presente. Dessa profunda contemplação da vida das nossas relações externas, que a sabedoria dos nossos maiores soubera criar e estabelecer, através de todas as vicissitudes da nossa história, resultou a convicção, mais e mais fortalecida, à medida que os anos e os trabalhos iam deixando em mim a sua acção de consolidação mental, e hoje mais forte do que nunca, da absoluta necessidade de mantermos essa aliança e de a dignificarmos, pela nossa cada vez maior valorização, como nação atlântica, ligando, assim, intimamente a nossa política externa com a nossa política interna.

Desejei-a sempre — a aliança inglesa — mais íntima e mais perfeita do que era, sem que, de modo algum, pudesse haver, da nossa parte, qualquer sujeição ou diminuição em face do grande poder britânico. Aquele estudo e aquela análise mostram-me terem sido sempre estes os desejos da Inglaterra; provam-no os extractos, que acabo de fazer à carta de Mr. Petre; e as minhas relações com ingleses, durante a minha vida colonial, a Grande Guerra, e a minha embaixada em Londres, convenceram-me inteiramente de que era assim.

Acabo de ler, neste dia de S. João de 1944, o relato do que se passou na sessão da «House of Commons», de 21 de Junho. Um deputado perguntou ao Sr. Eden «se os aliados da Inglaterra iriam reconhecendo que uma aliança com ela é um privilégio que abrange o cumprimento de obrigações em troca da recepção de benefícios». Eden respondeu que se tratava de uma ampla definição, que com prazer examinaria.

Fazendo proceder a palavra «privilégio» do adjectivo «mútuo», foi esta a definição que sempre empreguei, quando me referia à aliança Anglo-Lusa.

Tem sido, exactamente, esta dignificante e vantajosa troca de benefícios mútuos entre as duas nações aliadas, que mais engulhos tem causado a estrangeiros e, infelizmente, também a nacionais, inspirados uns e outros por mentalidades ibéricas e germânicas. Dessas atitudes, verdadeiras excrescências da nossa nacionalidade, surgiu a quase totalidade das dificuldades a que tenho assistido ou em que tenho tomado parte, nesta longa vida de português, e nada mais do que modesto português, a cumprir missões nacionais.

É natural, por esta razão, que nestes livros queira deixar uma nota dos principais factos que marcaram alterações nas relações com a nossa secular aliada, desde aqueles que na minha infância e na minha mocidade se deram, até aos que precederam a Grande Guerra. Sem dúvida alguma, como fiz sentir no capítulo 1 da primeira parte deste tomo, a situação de Angola, em 1912 e 1913, em grande parte se deve à falta de perfeita compreensão entre as duas nações aliadas, à ausência de uma linha bem definida, indicadora daquelas obrigações e benefícios mútuos, a uma errada política internacional, à falta de organização dos serviços diplomáticos e àquela intriga, de tríplice carácter, que, entre nós e a opinião pública inglesa, tão habilmente actuou.

Nunca me foi possível compreender como principiou a correr em Portugal, a seguir aos resultados nefastos da grave questão colonial que tivemos com a Inglaterra, a propósito dos nossos territórios de Moçambique, que estávamos arruinados, falidos, como qualquer empresa particular, e obrigados, como antiga casa rural, prenhe de extravagantes despesas de morgados degenerados, e carregada de hipotecas, a vender o nosso património. Creio que uma loucura colectiva invadiu então o país e que os seus maiores valores, atacados do mal geral, se puseram a apagar incêndios que não existiam. O que estava em derrocada não era o país, mas sim um sistema de administração político-social. Mas foi à sombra dessa suposta derrocada, do que se chamou a «fulminante crise financeira», da constituição de um Ministério de «Salvação Nacional», que principiou por confirmar a ruína da nação, abrindo a bancarrota do Estado e declarando a inconvertibilidade e o curso forçado das notas do Banco de Portugal, e que passou, depois de tudo isto, a pedir dinheiro emprestado aos usurários internacionais, — que a Alemanha desenvolveu a sua intriga bem ordenada e bem ramificada.

Mas a grande desorientação vinha de mais longe: umas coisas prendem-se com outras. Desde 1877 que se defendia a venda das colónias. É pecha nossa, como bem o sentiu Camões no episódio do velho do Restelo. Em 1888, em plena crise do nosso domínio em Moçambique, um oficial de Marinha apresenta ao Parlamento um projecto de lei, tendo em vista a «*redução do nosso domínio colonial*» e, tempo depois, pormenoriza, propondo a alienação de Moçambique, da Guiné, de Cabinda, de Macau e de Timor, declarando que considerava «*onerosas para o país algumas destas colónias e outras inaproveitáveis*».

Tudo se vai repetindo neste mundo...

José Falcão, o meu grande professor de matemática, em Coimbra, comentava:

– Eu supunha que havia coisas que não se podiam vender sem infâmia...

Em 30 de Agosto de 1898, assina-se secretamente em Londres entre a Grã-Bretanha e a Alemanha a seguinte convenção:

«Em vista da possibilidade de Portugal vir a necessitar da assistência financeira de qualquer ou quaisquer potências estrangeiras, e afim de obviar às complicações internacionais que uma tal questão pode vir a produzir, e para preservar a sua integridade e independência, os abaixo assinados devidamente autorizados pelos respectivos soberanos, concordam no seguinte:

1.º – *Se tanto o governo inglês como o governo alemão forem de parecer que é conveniente aceder a um pedido de adiantamento de fundos a Portugal, com a garantia dos direitos alfandegários ou outros rendimentos de Moçambique e Angola e da parte portuguesa, da ilha de Timor, o facto deverá ser comunicado ao outro governo e o outro governo terá o direito de adiantar uma parte da importância total pedida.*

No caso de um governo manifestar o propósito de exercer estes direitos, os dois governos deverão entender-se acerca das condições dos dois empréstimos e estes empréstimos deverão ser emitidos com a garantia dos direitos alfandegários de Moçambique, Angola e da parte portuguesa da ilha de Timor, e tanto quanto possível simultaneamente. Os empréstimos, tanto



Cabinda, 1913. O alto comissário Norton de Matos, tendo à sua direita o engenheiro Lopes Galvão; na outra extremidade, sentado, António Vitorino, que Norton de Matos disse sempre ser um dos maiores colonos de Angola, do seu tempo

quanto possível, terão direito à mesma proporção para cada um e conforme a importância dos direitos consignados em garantia.

Os empréstimos serão emitidos em condições tão favoráveis para Portugal quanto o permitirem a situação do mercado financeiro e a própria segurança dos empréstimos e, noutros aspectos, estarão sujeitos a condições análogas.

2.º – Dos direitos alfandegários referidos no artigo 1.º, os da Província de Moçambique ao sul do Zambeze e a parte da província situada na margem esquerda do Zambeze, acima da sua confluência com o Chire, e os das regiões da Província de Angola, como em seguida aqui se descrevem, serão consignados ao empréstimo inglês. Os rendimentos alfandegários das restantes partes das províncias de Moçambique e Angola e de Timor serão consignados ao empréstimo alemão.

A parte da Província de Angola, cujos rendimentos alfandegários forem consignados ao empréstimo inglês, está compreendida nos seguintes limites:

A fronteira norte irá da costa, ao longo do paralelo de 8.º de latitude sul, até 16.º de longitude leste de Greenwich, seguindo, na direcção do sul, ao longo deste meridiano, até 9.º de latitude sul e, depois, dirige-se para leste, ao longo deste paralelo, até à fronteira do Estado Livre do Congo; a fronteira sul deverá partir dum ponto da costa, cinco milhas inglesas ao norte do Egipto, e seguir na direcção de leste para a fronteira oriental da Província de Angola.

A fronteira oeste será o mar; a fronteira leste será o limite oriental da Província de Angola.

3.º – Quaisquer delegados mandados pela Inglaterra e Alemanha para tomar conta da cobrança dos direitos, que constituem a garantia dos respectivos empréstimos, terão apenas o direito de inspecção, mas não qualquer direito de administração, interferência ou fiscalização, enquanto não houver falta de pagamento de juro ou amortização.

4.º – No caso de falta de pagamento do juro ou amortização de qualquer dos empréstimos, a administração das diferentes alfândegas nas duas províncias e em Timor, será por Portugal transferida para a Alemanha nas regiões afectadas pelo empréstimo alemão e para a Inglaterra nas que interessam o empréstimo inglês.

5.º — *Fica claramente entendido que todos os direitos ingleses ou alemães, adquiridos nas províncias afectadas, anteriormente à data desta convenção, serão plenamente respeitados, visto serem de puro carácter privado, e não conferirem nem direitos políticos nem jurisdição administrativa ou territorial.*

Fica entendido também que nenhuma influência será empregada no futuro, tanto pelo governo inglês como pelo governo alemão, com o fim de obter novas concessões, excepto naquelas regiões das províncias cujos rendimentos alfandegários estiverem consignados aos respectivos empréstimos.

6.º — *A presente convenção será rectificada e as rectificações trocadas tão rapidamente quanto possível. A convenção entrará em vigor logo após a troca de rectificações. Em testemunho do que os abaixo assinados, devidamente autorizados, assinaram a mesma e nela apuseram os respectivos selos. — Artur James Balfour — P. Hatzefeldt.».*

Mas isto não bastava e foi assim que, na mesma data, os mesmos plenipotenciários assinaram mais a seguinte «convenção secreta»:

Visto que, apesar das previsões da anterior Convenção com a data de hoje, poderá infelizmente não ser possível manter a integridade das possessões africanas de Portugal, ao sul do Equador, bem como a de Timor, os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos seus respectivos Soberanos, acordaram o seguinte:

I — *A Inglaterra e a Alemanha estão de acordo em se oporem à intervenção de uma outra potência nas províncias de Moçambique, Angola e Timor, tanto por meio de empréstimo a Portugal com a garantia nos rendimentos dessas províncias, como por meio de aquisição de território, garantia, cessão, compra, aforamento ou de qualquer outra forma.*

II — *Fica entendido que, desde a conclusão das convenções com a data de hoje, a Inglaterra se absterá de qualquer reclamação para posse, ocupação, fiscalização, exercício de influência política nas zonas das províncias portuguesas, cujos rendimentos alfandegários tenham sido consignados à Alemanha, e que a Alemanha, do mesmo modo, se absterá*

de fazer qualquer reclamação para a posse, ocupação, fiscalização ou exercício de influência política na parte das províncias portuguesas, cujas receitas alfandegárias hajam sido consignadas à Grã-Bretanha.

III – Na hipótese de Portugal renunciar aos seus direitos de soberania sobre Moçambique, Angola e Timor ou por qualquer outra maneira perder esses territórios, fica entendido que os súbditos e os indígenas dos protectorados duma das partes contratantes, com as respectivas mercadorias e gados, e também os produtos ou manufacturas destes domínios e possessões, colónias e protectorados gozarão, na parte territorial prevista nesta convenção que vier a cair no domínio da outra parte contratante, de todos os privilégios e isenções relativas ao comércio, impostos e navegação, de que gozam todos os súbditos indígenas dos protectorados dessa parte contratante.

IV – Com relação do artigo 5.º da Convenção com a data de hoje, acerca dos direitos privados dos súbditos ingleses ou alemães nas províncias de Moçambique, Angola e Timor, fica claramente entendido pelos dois governos que este artigo se refere, entre outras, à chamada Concessão de Catembe, e além disso, que o governo inglês adoptará uma atitude amigável com respeito à confirmação desta concessão pelo governo português, no caso de tal confirmação vir a ser solicitada.

V – A presente Convenção será rectificada e as rectificações trocadas tão rapidamente quanto possível. A Convenção entrará em vigor imediatamente após a troca de rectificações.

Em testemunho do que os abaixo assinados, devidamente autorizados, assinaram a mesma e nela apuseram os respectivos selos. Feita em duplicado em Londres, no dia 30 de Agosto de 1898 – Artur James Balfour – P. Hatzfeldt.

Já ouvi dizer que estas Convenções, das quais os portugueses só tiveram conhecimento vinte anos depois de assinadas, eram apenas «letra no papel» para satisfazer a Alemanha, até ver... É certo, porém, que em 1 de Setembro de 1898, Balfour telegrafa ao ministro da Inglaterra em Lisboa, a determinar-lhe que dissesse ao governo português que não poderia realizar em Paris qualquer operação financeira, por a isso se opor o recente acordo anglo-alemão.

Também é certo que a atitude diplomática da Inglaterra para com a Alemanha se modificou, substancialmente, de fins de 1898 até meados de 1899. A este respeito, possuo informações, que publicarei nestas «Memórias», num volume mais adequado à sua inclusão.

Foi a esta modificação de atitude diplomática que se deve a assinatura, em 4 de Outubro de 1899, do «Tratado de Windsor», cujo teor é o seguinte:

«O governo de Sua Majestade a rainha, do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda, Imperatriz da Índia, e o governo de Sua Majestade Fidelíssima o rei de Portugal e dos Algarves, considerando em pleno vigor e eficácia os antigos tratados de aliança, amizade e garantia que subsistem entre as duas coroas, especificamente confirmam nesta ocasião o artigo 1.º do Tratado de 29 de Janeiro de 1642, cujo teor é o seguinte:

É concluído e acordado que haja para sempre uma boa, verdadeira e firme paz entre os Sereníssimos reis Carlos, rei da Grã-Bretanha e D. João IV, rei de Portugal, e seus herdeiros e sucessores e seus reinos, países e domínios, terras, povos, homens-lígijs, vassallos e súbditos quaisquer, presentes e futuros de qualquer condição dignidade e grau que sejam, tanto por terra, como por mar e águas doces, de modo que os ditos vassallos e súbditos hajam de se favorecer reciprocamente, de se prestar mútuos bons ofícios, e de se tratar com honesta afeição; e que nenhum dos ditos Sereníssimos reis, seus herdeiros e sucessores, fará ou tentará coisa alguma já por si, já por outrem, contra um e outro, ou seus reinos, em terra ou mar, nem consentirá ou aderirá em guerra alguma, conselho ou tratado, em prejuízo do outro.

Igualmente confirmam o artigo final do Tratado de 23 de Julho de 1661, cuja primeira parte é do teor seguinte:

Além de todas as coisas e cada uma delas acordada e concluída no tratado de casamento entre o Sereníssimo e Poderosíssimo Príncipe Carlos II, rei da Grã-Bretanha e a Sereníssima Dona Catarina, Infanta de Portugal, se conclui e acorda mais por este artigo secreto, que o dito rei da Grã-Bretanha, tomando em consideração as grandes vantagens e aumento dos domínios que adquiriu pelo acima mencionado tratado de casamento, promete e obriga-se por este presente artigo, a defender e proteger todas

as conquistas ou colónias pertencentes à Coroa de Portugal, contra todos os seus inimigos, tanto no futuro como no presente.

O governo de Sua Majestade Fidelíssima compromete-se a não permitir, depois da Declaração de guerra entre a Grã-Bretanha e a República Sul-Africana, ou durante a continuação da guerra a importação e passagem de armas e munições de guerra que àquela última se destinem.

O governo de Sua Majestade Fidelíssima não declarará a neutralidade na guerra entre a Grã-Bretanha e a República Sul-Africana.

Feita em duplicado em Londres, no dia 14 de Outubro de 1899, (L. S.) Luís de Soveral. (L. S.) Salisbury».

Demos um salto de dez anos. Nova tentativa alemã se vai realizar para absorção das nossas colónias. A intriga do «Mapa cor-de-rosa» tinha apenas sido proveitosa para os potentados financeiros da África do Sul e creio que em nada favoreceu a grandeza e a estabilidade do Império Britânico; a que girou em torno de uma «derrocada financeira» de Portugal conduziu, como acabamos de ver, à letra morta das duas convenções anglo-germânicas de 1898 e ao Tratado de Windsor e tiveram, para nós, o grande efeito de nos impedirem de fazer novos empréstimos no estrangeiro e de nos mostrar que nos podíamos perfeitamente governar com a «prata da casa».

Nunca, antes da Proclamação da República, o país, e com ele as suas colónias, foi mais próspero do que no período que se seguiu àquela suposta ruína financeira e à bancarrota do Estado.

E assim se viu muitas vezes, sob este e outros aspectos, que o que se chama, entre nós, Estado é uma coisa e a Nação outra, inteiramente diferentes.

Mas analisemos mais uma nova crise no jogo da aliança anglo-lusa. No século que conto de existência, segundo o meu modo de contar⁽¹⁾, tivemos com a Inglaterra questões importantes, todas elas de carácter colonial.

A de Bolama, iniciada em 1834 e resolvida a nosso favor, em Abril de 1870, pela sentença arbitral de Ulysses S. Grant, presidente dos Estados Unidos da América do Norte. A de Lourenço Marques, que vinha de longe,

⁽¹⁾ Ver tomo I das «Memórias».

mas que entrou em estado agudo, em 1861, foi resolvida, em Julho de 1875, por sentença arbitral de Mac-Mahon, Presidente da República Francesa. A do Zaire, foi mais complicada que as duas antecedentes: levou quarenta anos a resolver, de 1844 a 1884, reconhecendo-nos a Inglaterra, ainda com restrições, após inúteis e irritantes oposições, parte dos nossos direitos. Mas já era tarde, pois que a Conferência de Berlim nos levaria, no ano seguinte ao do tratado, a maior parte dos territórios da Bacia do Zaire que, havia séculos, nos pertenciam. O Tratado do Zaire, assinado em Londres em Fevereiro de 1884, significava apenas que a Inglaterra, apresentando publicamente argumentos contra nós, discutindo no seu Parlamento as questões em curso entre os dois aliados, onde éramos então acusados de não sermos um povo colonizador e onde se nos atiravam à cara os nossos limitados recursos que não nos permitiriam desenvolver e civilizar o Congo, acabara por ver que estava a bater, não somente em nós, mas nela própria. Os territórios do Congo, que ainda poderiam ser hoje nossos, passaram, de vez, para as esferas de influência de nacionalidades, mais separadas da Inglaterra do que a nossa.

A seguir a estas três questões, entre nós e a nossa aliada, houve aquelas a que acabo de me referir, — a do «Mapa cor-de-rosa» e a da «ruína financeira de Portugal».

Veio finalmente a sexta, sem dúvida a mais grave de todas e de cujos funestos resultados nos salvou a nossa intervenção na Grande Guerra.

Foi cuidadosamente preparada a intriga alemã que conduziu a esta sexta crise no jogo da aliança anglo-lusa, nos cem anos que decorreram, a partir do findar do primeiro quartel do século XIX. Antes de a iniciar era necessário indispor contra nós a opinião pública inglesa. O melhor que se encontrou então foi o recrutamento de mão-de-obra indígena para S. Tomé.

Referi-me no capítulo I desta primeira parte às campanhas que na Inglaterra se levantaram contra Portugal, a propósito da mão-de-obra indígena das colónias portuguesas da África Ocidental, e, em breve, voltarei ao mesmo assunto.

Por agora limitar-me-ei a dizer o que foi o acordo Lichnowsky. Já me referi a ele longamente no capítulo I desta primeira parte, transcrevendo passagens do meu «diário» e fazendo vários comentários. Mas tanta

influência teve ele na minha vida pública, que não posso deixar de encher algumas páginas mais das «Minhas Memórias» com o relato destas tão deploráveis negociações.

O príncipe Lichnowsky foi nomeado, em fins de 1912, pelo governo alemão, para suceder ao barão Marschall, como embaixador da Alemanha em Londres. Conservou-se no seu posto até à declaração da guerra entre os dois países, em Agosto, de 1914. Depois sumiu-se e mais ninguém ouviu falar nele, até que apareceu um panfleto, escrito em alemão e largamente vendido em toda a Alemanha, a partir de meados de 1918, ao preço de 30 pennies, claro está, com plena autorização e boa-vontade do governo alemão. Foi este folheto, de 44 págs. na tradução inglesa, escrito em Agosto de 1916. Dele se tiraram apenas seis cópias. Em Março de 1918 principiaram a aparecer extractos desse folheto na imprensa Sueca e, logo a seguir, páginas inteiras nos jornais de Paris. Passadas semanas, principiaram os jornais de Inglaterra a referirem-se a esta publicação e, finalmente, em fins de Abril de 1918, foi uma tradução em inglês, posta à venda em Londres⁽²⁾, com o título «a minha missão a Londres».

É a seguinte, em fiel tradução, a parte do folheto, que se refere a Portugal, sob a epígrafe — «O Tratado Colonial». Fala assim Lichnowsky:

As boas e confidenciais relações que eu tinha conseguido estabelecer, não somente com a Sociedade e as mais influentes pessoas, como Sir E. Grey e Mr. Asquith, mas também com o grande público, em jantares de ampla assistência, produziram uma notável melhoria nas relações dos dois países. Esforçou-se honestamente Sir Edward em confirmar este rapprochement⁽³⁾, e as suas intenções mais se revelaram em duas questões: a do Tratado Colonial e a do caminho-de-ferro de Bagdad.

Em 1898, o conde Hatzfeld e Mr. Balfour assinaram um acordo secreto, dividindo as colónias Portuguesas em esferas de influência económica, entre

⁽²⁾ Revelations of the last german Ambassador in England. My Mission to London — 1912-1914 — by Prince Lichnowsky.

⁽³⁾ Em francês no texto.

nós e a Inglaterra. Como o governo de Portugal não tinha nem o poder nem os meios de abrir as suas extensas possessões ou de bem as administrar, pensara já em vendê-las, aliviando assim a pesada carga financeira do país. Viera então aquele acordo, que definia os interesses da Alemanha e da Inglaterra, e que era de grande valor, porque Portugal depende inteiramente da Inglaterra, como é geralmente sabido. Apesar da aparência deste acordo tinha ele em vista salvaguardar a integridade e a independência do Estado português e meramente declarava a intenção de auxiliar financeira e economicamente os portugueses. Literalmente, não contrariava, portanto, a antiga aliança anglo-portuguesa, do século XV, renovada no tempo de Carlos II e que assentava em garantia territoriais recíprocas⁽⁴⁾.

Não impediu isto que, em consequência dos esforços do marquês de Soveral, que, presumivelmente, tivera conhecimento do acordo anglo-alemão, um novo tratado, a que se deu o nome de Tratado de Windsor, fosse concluído entre a Inglaterra e Portugal, em 1899, confirmando os velhos acordos, que sempre se tinham conservado em toda a sua força.

Expostos os antecedentes, a seu modo, com o único fim de mostrar que, em 1898 não se tinha conseguido quebrar a secular aliança anglo-lusa, prossegue o príncipe Lichnowsky na sua expedição:

O objecto das negociações entre nós e a Inglaterra, que tinham principiado antes da minha chegada⁽⁵⁾, era corrigir e melhorar o acordo de 1898, que provara não satisfazer, em vários dos seus pontos, no que respeitava aos limites geográficos. Graças à atitude acomodatória do governo britânico, consegui fazer o novo acordo em plena concordância com os nossos desejos e interesses. Angola inteira, até ao vigésimo grau de longitude, passava para o nosso poder e, desta forma, estendíamos os nossos territórios de África até ao sul do Estado do Congo; também adquirimos as valiosas

⁽⁴⁾ Ao escrever este e o período antecedente, o príncipe Lichnowsky esquecia, ou fingia esquecer, a letra e o espírito das duas convenções de 1898.

⁽⁵⁾ Principiaram, realmente, as negociações entre a Alemanha e a Inglaterra, sobre as colónias Portuguesas, aquando da visita de Lord Haldane a Londres, em Janeiro de 1912.

ilhas de S. Tomé e Príncipe, que estão situadas ao norte do Equador e, portanto, na esfera da influência francesa, facto este que levou o meu colega francês a apresentar fortes ainda que inúteis protestos.

Além disto obtivemos a parte norte de Moçambique.

O governo britânico mostrou a maior consideração pelos nossos interesses e desejos. Sir E. Grey desejava, não somente demonstrar a sua boa vontade para conosco, mas também auxiliar-nos no nosso desenvolvimento colonial, no seu conjunto, porque a Inglaterra esperava assim desviar a nossa força de expansão do Mar do Norte e da Europa Ocidental para a África. «Nós não desejamos perturbar o desenvolvimento colonial alemão», disse-me um membro do governo.

Era, de princípio, propósito do governo britânico incluir o Estado do Congo no acordo; o que nos conferiria um direito de preempção e nos habilitaria a penetrar economicamente aqueles territórios. Recusámos a oferta em vista das susceptibilidades belgas. Talvez desejássemos ser económicos em sucessos...

Com respeito à realização prática da sua real, ainda que não expressa, intenção — a actual partilha das Colónias Portuguesas — tratada, na sua nova forma, mostrava notáveis melhorias e vantagens, comparada com a precedente. Foram especificados vários casos que nos permitiram dar os passos necessários para salvaguardar os nossos interesses nas regiões que nos couberam. E isto foi feito de modo que nos ficava realmente o direito de resolver, quando o interesse «vital» se apresentasse; e assim, com Portugal inteiramente dependente de Inglaterra, bastaria cultivarmos, cada vez mais, as nossas boas relações com este país, de modo a realizar, mais tarde, os nossos propósitos com inteiro assentimento da sua parte.

Patenteou Sir E. Grey a sinceridade dos desejos do governo britânico em respeitar os nossos direitos, mandando ter conosco ingleses que careciam investir capitais nas regiões que nos foram consignadas pelo novo acordo e pediam, para tanto, o auxílio do governo britânico, informando-os que as suas empresas pertenciam à nossa esfera de influência. E isto deu-se antes do acordo estar completo e assinado.

O acordo estava praticamente terminado quando, em Maio de 1913, o rei visitou Berlim. Nesta data a conferência realizou-se em Berlim, sob a

presidência do Chanceler do Império. Tomei parte nela e definiram-se desejos novos. Voltando a Londres, consegui, com o auxílio do conselheiro de legação von Kuhlmann, que estava trabalhando no acordo com Mr. Parker, incorporar nele as nossas últimas propostas, e desta forma todo o acordo pôde ser rubricado por Sir E. Grey e por mim, em Agosto de 1913, antes de eu me ausentar com licença.

Surgiram, porém, novas dificuldades, que não permitiram a sua imediata assinatura e somente um ano depois, isto é, pouco antes do rebentar da guerra, eu obtive autorização para a sua conclusão. Não chegou nunca a ser assinado.

Sir E. Grey declarou que só assinaria se o acordo fosse publicado com os de 1898 e de 1899. A Inglaterra não tinha, dizia ele, outros tratados secretos, além destes, e era contrário aos princípios estabelecidos conservar secretos acordos que ligam e obrigam as partes contratantes. Cedeu, porém, perante os nossos desejos sobre a data e a forma da publicação, contanto que os acordos se tornassem públicos um ano depois da data da assinatura do novo acordo.

Do nosso Ministério dos Negócios dos Estrangeiros, aonde os meus sucessos em Londres tinham produzido crescente descontentamento, e aonde um personagem influente, criatura de Herr von Holstein, desejava o meu lugar, informaram-me que a publicação do acordo prejudicaria os nossos interesses coloniais, porque os portugueses deixariam de nos fazer quaisquer concessões.

É fácil ver a futilidade desta objecção, pois que os portugueses, em consequência das estreitas relações anglo-portuguesas, deveriam conhecer tanto os antigos acordos como o novo, além do que a influência que a Inglaterra possui em Lisboa tornava o governo português completamente impotente no que respeita ao acordo anglo-alemão.

Necessário era, portanto, encontrar outro pretexto para destruir o tratado. Sugeriu-se que a publicação do Tratado de Windsor, que tinha sido assinado no tempo do príncipe Hohenlohe ainda que era somente a renovação do Tratado de Carlos II, que sempre estivera em vigor, poderia abalar a posição de Herr von Bethmann Hollweg, como prova da hipocrisia e perfidia britânicas.

Devo observar que o preâmbulo do nosso acordo exprimia a mesma doutrina do Tratado de Windsor e de outros tratados semelhantes, afirmando que nós protegeríamos os direitos soberanos de Portugal e a inviolabilidade das suas possessões. Em vão. Apesar de repetidas discussões com Sir E. Grey, durante as quais ele fez novas sugestões para a publicação, o Foreign Office persistiu na sua atitude e finalmente combinou com Sir E. Goschen para que se não mexesse mais no caso.

O tratado que oferecia extraordinária vantagem, que era o resultado de mais um ano de esforços, foi abandonado, porque teria sido para mim um sucesso público.

Quando num jantar dado na embaixada, na primavera de 1914, contei todo este caso a Mr. Harcourt, disse-me o ministro das Colónias que se encontrava colocado numa posição difícil e que não sabia como proceder. A posição presente era intolerável. Desejaria salvaguardar os nossos interesses, mas estava em dúvida se devia proceder segundo o antigo ou o novo tratado. Era de urgência aclarar a situação e concluir um assunto que, havia tanto tempo, se arrastava.

Em resposta a um telegrama meu neste sentido, recebi instruções, em termos que mostravam mais perturbação do que delicadeza, para me abster de futuras intervenções neste caso.

Sinto agora muito não ter partido imediatamente para Berlim, a pôr o meu lugar à disposição do Imperador, e sinto, também, não ter perdido inteiramente a fé na possibilidade de chegar a entendimento com os que se encontravam acima de mim, erro sinistro que deveria ter a sua revindicta alguns meses depois, de tão sinistra maneira.

Ainda que em pouco experimentei a boa vontade do mais alto funcionário do Império, que ma dispensou, apesar de temer que eu aspirasse ao seu posto, devo-lhe a justiça de dizer que na última entrevista que com ele tive antes da guerra, no fim de Junho de 1914, me concedeu autorização para a assinatura e publicação do tratado. Foram, porém, necessárias diligências da minha parte, todas apoiadas por Herr Dr. Solf, em Berlim, e só no fim de Julho de 1914 chegou a autorização expressa. Era verdade. O tratado foi um dos sacrificados da guerra.

Enche-nos de tristeza o que acaba de ler-se. Pondo de parte a minha qualidade de português e olhando os factos narrados, apenas sob o ponto de vista humano e como homem civilizado, vejo-me obrigado, a classificar tudo o que se passou nas chancelarias de Londres e de Berlim, como altamente lamentável. Nada de levantado, de honesto, de apumado ou de elegante se vislumbra sequer em tudo isto.

Ao ouvirmos o dizer de Lichnowsky, fica-nos a impressão de que este alemão é, humanamente, um ser inferior e que, na cena política, foi apenas um agente provocador, um encarregado de missões escuras, um número de qualquer «intelligence service».

A enorme distância de tudo isto, enquanto se tratava de repartir secretamente o seu património territorial, Portugal continuava tranquilo, na sempre trabalhosa e muitas vezes heróica tarefa de civilizar e beneficiar os povos e de valorizar as terras, com que o ingente esforço dos seus maiores lhe acrescentara a Pátria diminuta, ingénuo e confiado como todos os que se contentam apenas com o que é seu. Mais uma vez, nestas repetidas contendas, foi a única nação, a quem a cabala visou, que se salvou perante a moral dos povos civilizados.

Estou convencido, e tenho seguras informações a apoiar esta convicção, de que a convenção Grey-Lichnowsky se não assinou por dois motivos. Primeiro, pelo acerbo protesto que correu na City, logo que se teve conhecimento do facto, a que me vou de novo referir, de Sir Edward Grey ter remetido para os alemães os ingleses que careciam de capitais, para investir naquelas regiões das colónias portuguesas que, na partilha, tinham cabido à Alemanha. Segundo, a convicção, quase transformada em certeza, em meados de 1913, tanto da Inglaterra como da Alemanha, de que seria impossível evitar a guerra.

Mas, se a guerra não rebentasse e o Tratado Anglo-Alemão se assinasse, por certo, perderíamos Angola? Estou absolutamente convencido de que Angola continuaria a ser nossa, como hoje é.

Tive, também como poucos, ocasião, durante sete anos, de 1910 ao fim de 1917, de sondar bem a energia nacional de Portugal. Raras vezes ela subiu tão alto, se é que alguma vez, na sua História, as forças espirituais na Nação atingiram o nível dessa época. Foi essa energia, foram essas

forças que produziram a grande obra de transformação e desenvolvimento colonial, a que estamos assistindo, e que nos levaram a intervir na Grande Guerra contra os alemães, havia mais de trinta anos perturbadores constantes da nossa vida nacional. Se a guerra não surgisse e o tratado se assinasse, aquelas energias teriam decuplicado e teriam sabido defender Angola de tal forma, que as restantes nações não deixariam de se colocar ao nosso lado.

Na conferência realizada, em 25 de Junho de 1918, na Câmara do Comércio de Londres, por Sir Robert Williams, foram as seguintes as primeiras palavras do orador:

Há muitos anos que tenho trabalhado em estreita cooperação com os belgas e os portugueses, sofrendo constantes oposições de interesses alemães, e, sinto ter de o dizer, muitas vezes de interesses nominalmente; ingleses, mas, virtualmente, dirigidos por alemães. Tenho tido excepcionais oportunidades de observar os métodos germânicos, de «penetração pacífica» e das persistentes e subterrâneas tentativas dos alemães, com o fim de adquirirem esferas de influência na África Central.

E continuou dizendo que *não era para admirar que muitas vezes sentisse levantar diante de si, nos seus esforços de desenvolvimento daquelas regiões, obstáculos insuperáveis, que via agora serem devidos aos tratados secretos, cuja existência Lichnowsky acaba de revelar.* Mostrou seguidamente ignorar, inteiramente, o que eram as convenções de 1898 (o mal era geral e não era só o público português que as não conhecia) e afirmou que fossem quais fossem as suas cláusulas, *o fim da Alemanha fôra sempre possuir na África central uma larga zona territorial, de costa a costa.*

Conta seguidamente Robert Williams as suas pesquisas mineiras na África, de que tenho completo conhecimento, e que sempre classifiquei como admiráveis e reveladoras de rara energia e de excepcional poder de visão, refere-se às suas relações com Cecil Rhodes e com o rei Leopoldo da Bélgica e diz como, após a morte de Rhodes e da consequente suspensão de construção do caminho-de-ferro do Cabo ao Cairo, lhe veio à ideia o caminho-de-ferro da Katanga ao Lobito, que encurtaria de 4.800 quilómetros o trajecto do Cabo para a Europa.

Segue-se o dizer de Williams, de período em período cada vez mais interessante, para nós mais do que para ninguém, e pena tenho de não me ser possível publicar aqui toda esta interessante e histórica conferência. Saltemos, pois, uma grande parte dela e abordemos o assunto principal.

Em 1913, as minas de cobre da Katanga estavam a dar já uma apreciável produção. O caminho-de-ferro de Benguela atingira um ponto além do Huambo, em pleno planalto, e a parte mais difícil da sua construção estava feita. Tinham-se gasto 4 milhões de libras e eram necessários mais dois milhões para o levar à fronteira leste de Angola. Conta então o conferente:

Foi neste ano que um banqueiro estrangeiro me procurou e me propôs completar a construção do caminho-de-ferro com capital estrangeiro. Quase ao mesmo tempo fui informado, por um dos meus colegas belgas, de que um inglês, de perto ligado com bancos alemães, lhe dissera que a Alemanha entrara em determinados acordos que o impediriam, a ele Williams, de terminar a construção do caminho-de-ferro de Benguela. Escrevi a Sir Edward Grey, informando-o destes factos e pedindo-lhe a sua opinião. Respondeu Sir Edward, dizendo que não considerava o caso urgente e que era conveniente para o governo de Sua Majestade, em vista do actual estado de relações com o governo alemão, que esta questão se adiasse por um curto espaço de tempo.

As ofertas de financiamentos continuavam e banqueiros alemães, residentes em Londres, evidentemente bem informados, procuravam-me sem cessar. Obtive uma entrevista com Sir E. Grey e disse-me ele que a questão de utilizar capital estrangeiro devia ser resolvida pela minha companhia, mas que me sugería, no caso de resolvermos lançar meio daquele capital, que considerássemos as propostas alemãs.

Resolvi seguir a opinião («advice») de Sir E. Grey e estender à Alemanha uma mão amiga, e segui para Berlim, com carta de apresentação do Embaixador alemão, para o Dr. Solf, ministro das Colónias e para Herr Stumm, do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Encontrei o Dr. Solf num «lunch» com Sir E. Goschen, na embaixada de Inglaterra, e tanto ele como Herr Stumm me disseram várias vezes que

muito apreciavam a acção de Sir E. Grey. Contudo, o Dr. Solf informou-me que o governo alemão não poderia fazer mais do que dispensar-me, neste assunto, um 'sympathetic' auxílio.

Foi com esta simpatia que atiraram Robert Williams para os banqueiros do Banco Alemão.

Continua o conferente:

Declarei a este Banco que nada faria sem ser em inteira harmonia com os meus colegas belgas, e sem que qualquer contrato financeiro a realizar fosse submetido à aprovação do governo português. As negociações continuaram e, finalmente, tive uma oferta dos alemães, pondo à minha disposição todo o dinheiro necessário para terminar o caminho-de-ferro, mas com a condição de que se devia ceder inteiramente à entidade financiadora o completo 'control' de todo o caminho-de-ferro. Recusei.

E assim termino a exposição deste obstáculo permanente ao nosso progresso em África. Como derrubá-lo? Como colocar diante de nós a planície aberta e fácil ao nosso caminhar? Quase me convenci de que a nossa intervenção na Grande Guerra destruiria este obstáculo da Partilha de África, no que nos dizia respeito; mas, como disse no tomo II destas «Memórias», e com esse intento o disse, ainda a guerra não tinha acabado e já surgiam as tendências para nos esbulharem, mais uma vez, do que era nosso. Na Conferência da Paz, foi o que sabemos. A Bélgica, a Itália, a União da África do Sul e a distante Polónia olhavam terras portuguesas com cobiça. Poucos anos depois de terminada a guerra, de novo se falou nelas, com o fim de resolver várias dificuldades e, quando de novo o pânico reinou, em face da próxima e tremenda invasão germânica, os cenários e os actores, de 1911 a 1914, passaram das chancelarias para «sociedades» e «associações» diversas e para a imprensa de diversos países.

Temos de contar principalmente connosco para derrubar o colossal obstáculo das continuadas partilhas de África. Já não têm conta as vezes que o tenho dito. Nos dois primeiros volumes destas «Memórias», raras vezes se podem ler seis páginas sem encontrar este grito. A partilha de África passou a ser pesadelo de toda a nossa história, mal se tinham dado os

primeiros passos no longo e lento périplo africano; tem sido ela a grande preocupação do Império Português; e está a dar-me, nestes anos de velhice, horas de grande desânimo. Desviando a descrença nos destinos da minha Pátria, que tenta invadir-me como a pior das doenças, mais uma vez aconselho:

– Vastíssima obra de fomento em todas as regiões da Nação. Aumento, em progressão acentuadamente crescente, da produção agrícola e industrial. Povoamentos indígena e branco muito intensos da nossa África. Significativas medidas de defesa dos territórios nacionais. A mais alta moral a guiar e a condicionar todos os nossos esforços.

– A organização de um perfeito serviço de informações, centralizado no nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros, que forneça ao país inteiro imediato alarme, à menor tentativa de esbulho que se esboce.

– A penetração harmónica, recíproca e comum, levada a todas as manifestações da actividade e do espírito humano, entre Portugal, a Inglaterra e o Brasil.

B) AS MATÉRIAS-PRIMAS COLONIAIS

Poderá dizer-se que a partilha de África tem apenas em vista a posse das matérias-primas que o continente negro contém. Nas matérias-primas há, porém, mais alguma coisa do que a terra onde existem ou que é capaz de as produzir.

No sistema capitalista, que o mundo está tentando substituir, em convulsões e guerras sucessivas, «matérias-primas coloniais» significam duas coisas: abundância inexaurível de produtos agrícolas ou minerais; a obtenção a preços ínfimos dessa abundância. A vastidão sem limite da África inexplorada; a mão-de-obra dos indígenas, empregados quase como bois ou cavalos, menos exigentes e mais dóceis do que estes animais, comendo apenas o necessário para trabalharem durante alguns anos, findos os quais, outros virão, mais novos e mais fortes.

Escrevi no capítulo I desta primeira parte que «fora então (em hora dolorosa) que principiara a compreender bem o que «eram matérias-primas

coloniais» e o mal que para a quase totalidade dos homens resultava dos salários de miséria. Não há nada para bem conhecer as coisas, como lidar com elas. No tomo II destas «Memórias» referi-me à manobra diplomática executada na Sociedade das Nações por Sir Samuel Hoare, exímio nestas façanhas, a que se deu o nome de «distribuição internacional de matérias-primas coloniais», e, páginas depois, historiei mais pormenorizadamente o caso. Também nesse mesmo volume tratei dos salários indígenas, dizendo que o aumento desses salários, além de muitas e várias vantagens, seria a única maneira de acabar com a aguda e irritante questão das matérias-primas coloniais⁽⁶⁾. Tudo se vai ligando.

Creio ser agora ocasião de desenvolver um pouco mais este assunto.

Do discurso pronunciado por Sir Samuel Hoare, na Liga das Nações, em Setembro de 1935, recorto o seguinte:

Nós, o povo estamos convencidos de que as pequenas nações têm direito a uma vida própria e à protecção que colectivamente lhes possa ser concedida para manterem a sua vida nacional. Estamos também convencidos de que as nações atrasadas têm o direito de esperar que, sem qualquer atentado contra a sua independência e integridade, os povos mais civilizados as auxiliem no desenvolvimento dos seus recursos e na construção da sua vida nacional.

Yet the world is not static — de tempos a tempos o mundo carece de mudanças e alterações.

Mas é indispensável ponderar bem sobre essas alterações. A maior parte das vezes são prematuras e desnecessárias, originam injustiça e paixões, e procuram apenas justificar-se pela exaltação do sentimento nacional, deliberadamente exacerbado pelo que eu julgo um dos mais perigosos aspectos da vida moderna, — a «Government propaganda», disse Sir Samuel.

Mas quando as alterações forem justas e necessárias não devemos, para as produzir, recorrer à guerra. E então Hoare apresenta o seu «exemplo», que é indubitavelmente uma «oferta» feita à Itália e à Alemanha. E as palavras anteriores tomam um aspecto curioso.

⁽⁶⁾ Veja-se o tomo I destas «Memórias».

Tomarei como exemplo, diz ele, os recursos económicos do mundo e a possibilidade de os utilizar, no futuro, de melhor maneira.

De facto — acrescenta — a existência de abundantes matérias-primas parece dar vantagens peculiares às nações onde elas se encontram. É fácil exagerar a natureza destas vantagens e não devemos esquecer que há Países que sem disporem da totalidade das matérias-primas essenciais, se tornaram prósperos e poderosos mercê da sua indústria e do seu comércio. Mas não há dúvida que muitos países possuem territórios metropolitanos ou coloniais ricos em matérias-primas, ao passo que outros se vêem obrigados a importá-las e a encararem com ansiedade esta situação. Especialmente no que respeita às matérias-primas coloniais é natural que as nações que não possuem impérios coloniais, receiem ver-se inteiramente privadas delas em consequência de monopólios. Este aspecto da questão constitui para muitas nações o problema essencial, e seríamos loucos se mostrássemos ignorá-lo. Pode haver exagero nos receios dessas nações, pode também dar-se o caso de se explorar a falta de matérias-primas com outros propósitos; mas, se em torno desta questão, se levantam descontentamentos e receios, é de elementar bom senso investigar o que há de verdade em tudo isto, e procurar remediar o mal estar, se se reconhecer que ele tem razão de ser.

Eis o quadro traçado com mão de mestre. E. Hoare continua:

O governo inglês reconhece que o problema é mais económico do que político e territorial. É o receio de monopólios nacionais ou internacionais, donde resulte para alguns países a privação de matérias-primas coloniais essenciais, que está provocando o alarme. É evidente o desejo de se conseguir um estado de coisas que garanta a distribuição das matérias-primas, por forma que elas cheguem a todos.

O governo que represento está pronto a tomar a sua parte num esforço colectivo para a resolução deste problema...

Era uma nova forma de «Partilha de África» que um estadista inglês delineara.

Temos pois em jogo as matérias-primas coloniais. São as nossas colónias enorme manancial dessas matérias-primas. As transcrições que

acabo de fazer do discurso de Sir Samuel Hoare, bastam para patentear a importância deste novo aspecto da questão colonial.

Tem o que acaba de ler-se uma data de fim de Setembro, de 1935. Dias depois, em 25 de Novembro do mesmo ano, escrevia eu o seguinte:

Sir Samuel Hoare declarou que o problema da posse ou não posse de colónias pelas diversas nações era mais económico do que político e territorial.

É uma maneira de ver... Olhando o problema sob o ponto de vista económico, disse Sir Samuel que o alarme está sendo provocado pelo receio de monopólios nacionais, donde possa resultar para alguns países a privação de matérias-primas coloniais, e acrescentou que o seu governo se prontificaria a tomar parte num esforço colectivo destinado a afastar tais receios.

Quem tem colónias em África dispõe de enorme manancial de matérias-primas, mas evidentemente nenhuma nação colonial as quer guardar ou armazenar. O que essas nações desejam é explorar essas matérias-primas, colocá-las nos porões de navios que as espalhem por esse mundo fora, e isto não é fácil nem tão barato como a muitos se antolha. Eu não sei se algum dos ouvintes ou dos leitores do discurso de Sir Samuel se deu à tarefa de meditar na soma de trabalhos, de sacrifícios, de despesas, de perseverança e de abnegação, que representa o esforço secular de Portugal para levar Angola a ter o movimento comercial de 544,000 contos que as estatísticas indicam em 1933. Está claro que quando cito Angola, poderia mencionar outra qualquer colónia africana, nacional ou estrangeira, e o seu respectivo movimento comercial.

E, no fim de contas, para quê? Para andarmos em épocas normais, a rogar com o milho angolense, com as nossas oleaginosas, com o nosso café, com o nosso cacau, a preços de miséria, sem encontrarmos mercados para colocar essas mercadorias. Houvesse mercados, houvesse preços remuneradores que, pela parte que nos toca, inundaríamos o mundo com matérias-primas coloniais.

Está claro que teriam de as pagar, de fornecer, em troca, cambiais à nação produtora e vendedora. Ora aí é que está a questão.

É natural que se fique assustado quando nos surgem estadistas a dizer que isto de produzir e exportar não basta, que não é bastante também o

livre exercício da oferta e da procura e que «há possibilidade de utilizar, de futuro, da melhor maneira os recursos económicos do mundo». E esse susto aumenta quando vemos que esses estadistas não encontraram outro meio de resolver a questão, no que respeita à Itália, a não ser talhando à larga e retalhando à vontade no reino da Etiópia.

A Itália carece de matérias-primas coloniais; invade militarmente a Abissínia para se apossar de terrenos que as produzem; opõem-se os abissínios à invasão com as suas tropas; e, quando, se verifica que o que se contava ser um simples passeio militar, se transforma em guerra larga e demorada, surgem os estadistas de sempre a propor que tudo acabe, cedendo a Abissínia à Itália os terrenos ocupados pelas tropas italianas, e outros, em muito maior área, para arredondar, e para estabelecer uma enorme zona de colonização italiana.

Zonas de colonização, de expansão económica, de povoamento são os nomes que se dão a um território, cuja área se aproxima de 450.000 quilómetros quadrados, isto é, cinco vezes superior à área de Portugal Continental, terras que hoje (fins de 1935) pertencem a Abissínia e que amanhã deixarão de lhe pertencer. Que me importa que se diga que essa zona continua a fazer parte integrante da Etiópia, a estar sob a soberania do Négus, se a Itália passaria a «gozar nela direitos económicos exclusivos, que poderiam ser administrados por uma companhia privilegiada, ou por outro qualquer organismo semelhante, a que se reconheceria, com reserva dos direitos adquiridos pelos indígenas (pobres indígenas) ou por estrangeiros, o direito de propriedade nas terras inocupadas, o monopólio da exploração das minas e florestas e do mais que tenha valor».

Foi este o meu desabafo há nove anos.

Tudo isto nos arrasta a uma profunda meditação.

Tudo se reduz, portanto, à posse de territórios ainda desvalorizados e à existência de indígenas, cujo trabalho se paga com salários de miséria.

Mais uma vez os grandes problemas económicos da humanidade giram à volta da ocupação dos territórios atrasados e à conseqüente exploração do homem pelo homem.

Numa revista inglesa, que trata de assuntos africanos, acabo de ler, neste meado de 1944, as seguintes palavras encimadas pelo título *salários indígenas*:

A juntar-se à recente confiança, criada pelas últimas conferências anglo-americanas e à probabilidade dum aumento do preço do ouro, vem agora a diminuição da aguda ansiedade resultante da falta actual do trabalho indígena. Acaba o governador-geral de Angola de visitar o Rand e o vice-presidente da Câmara de minas do Transvall disse, nessa ocasião, que seria de mútua vantagem para Angola e para a África do Sul o emprego, nas minas de ouro, de indígenas de Angola.

E acrescenta que bastaria que uma mais perfeita extracção do ouro produzisse por tonelada de cascalho um aumento de 1/8 dwt (um pouco menos de dois décimos de grama) do precioso metal, para se compensar o aumento de 25 por cento nos salários dos trabalhadores indígenas.

Ora, ao preço de 168 sheling, por onça, 1/8 dwt vale 1,05 sheling, ou seja, em escudos, 5\$25. Sendo assim, o trabalho indígena necessário para extrair e tratar uma tonelada de quartzo aurífero do Rand, seria actualmente pago, com 21 escudos da nossa moeda. Mas creio que custa bastante menos.

O total das toneladas de quartzo extraídas e tratadas em 1941, foi 67 milhões, sendo o lucro da exploração superior a 46 milhões de libras. Sobre este lucro incidem enormes impostos de guerra, que chegam a atingir 77 por cento daqueles lucros. E é assim que grande número de trabalhadores indígenas da nossa África estão, com o seu barato e árduo trabalho e por vezes com a ruína da sua saúde, minada pela terrível tuberculose das minas de quartzo aurífero, a contribuir, anualmente, com muitos milhões de libras, para as enormes despesas da actual guerra.

Grande mal seria se consentíssemos que indígenas de Angola fossem trabalhar para as minas do «Rand», como grande mal continuará a resultar do trabalho dos indígenas portugueses de Moçambique nas mesmas minas.

Mais uma vez no estudo de questões económicas e políticas, resultante do papel que a África está desempenhando no mundo, de ano para ano com mais proeminência, venho esbarrar com o trabalho indígena e reconhecer que o aumento do salário dos trabalhadores africanos, aumento directo, em parte, e indirecto, noutra parte, seria a maneira de acabar com muita cobiça, com a corrida desenfreada e violenta em cata do que se chamam matérias-primas coloniais, e dar um grande passo para a terminação definitiva de constantes ameaças a rastejarem em torno de nós.

Aumentar a população preta e branca dos territórios do ultramar, torná-la sadia e forte é a primeira coisa a fazer. Aumentar a produção, fixar a riqueza naquelas paragens. Para tanto é indispensável não cortar as asas a ninguém, preto ou branco. Quando muito, nalguns casos, ensinar a voar, com a certeza de que, dentro de pouco tempo, o voador, dispensará o mestre.

Numa carta que li no «Times», diz-se que o ministério das colónias inglesas tem olhado mais até hoje ao desenvolvimento moral dos indígenas do que à sua prosperidade material. Creio que nós não temos esse pecado de orientação e que no seu quase meio século de colonial se procurou sempre melhorar não só a vida moral, mas também a vida material dos indígenas. Mas quantas peias impediram o caminhar dos reformadores. Os números seguintes, dos quais os que representam o comércio especial se referem a 1939, mostram bem quão apoucado é ainda o desenvolvimento comercial das nossas duas grandes colónias:

Regiões	Áreas em q. q.	População total	Comércio especial em contos	Comércio em contos p/ q. q.	Comércio em contos por habitantes
Angola	1.250,000	3.700,000	591,715	0,473	0,160
Moçambique	770,000	5.000,000	841,400	1,103	0,168
Portugal (Metrópole) ...	90,000	7.800,000	3.405,832	37,843	0,437

O epistológrafo do «Times» diz que uma das causas do pouco progresso colonial é a falta de indústrias nas colónias.

Mas há fadas por todo mundo.

E aconselha que sem demora se montem indústrias coloniais, quer se sigam ou não, para tanto, os princípios que muitos apregoam como indispensáveis, isto é, que as indústrias coloniais só se apliquem à transformação de matérias-primas da colónia, que os produtos industriais tenham ou venham a ter mercado local importante e que sejam mais baratos do que os artigos

importados e, se possível, melhores, e que o desenvolvimento industrial de cada colónia contribua para a melhoria de vida dos indígenas.

Se os industriais portugueses não meterem mãos a esta obra de engrandecimento nacional, não vejo como aqueles dois milhões de quilómetros quadrados poderão, bem unidos e bem nossos, vir a representar riqueza e prosperidade portuguesas.

C) A MÃO-DE-OBRA INDÍGENA NAS COLÓNIAS PORTUGUESAS DE ÁFRICA

O povo português deu à campanha injusta, parcial e animada por escuros propósitos, que contra Portugal se fez, de 1900 em diante, e que ainda hoje dura, a propósito da maneira como se utilizava a mão-de-obra indígena das nossas colónias de África, o nome de «*campanha dos chocolateiros*». É bom que este nome perdue.

Conta-nos Mr. W. Cadbury⁽⁷⁾ que, em 1901, fora chamada a atenção da sua firma, pela primeira vez, para as condições pouco satisfatórias da mão-de-obra preta nas plantações de cacau em S. Tomé e Príncipe. Em 1903, veio a Lisboa para colher informações sobre este delicado assunto. Seguidamente solicitou a cooperação dos maiores industriais de cacau da Inglaterra, dos Estados Unidos da América do Norte e da Alemanha e conseguiu que a sua firma se ligasse com a de Fry, de Bristol, a de Rowtree, de York e a de Stollwerk, de Colónia, afim de reunidos, procederem aos inquéritos necessários. Na América não conseguiu arranjar colaboradores.

Escolheu este grupo anglo-alemão de industriais de chocolate como secretário executivo permanente, a Mr. Burt que veio viver alguns meses em Portugal, para aprender a língua portuguesa. Em 1905 foi Burt para S. Tomé, onde permaneceu 6 meses, continuando no ano seguinte «as suas investigações em Angola», diz o livro de Cadbury. Fez uma grande viagem

⁽⁷⁾ «Os Serviços de S. Tomé», por Williams A. Cadbury, tradução ordenada pelo autor, por Alfredo H. da Silva. Lisboa, 1910.

no interior de Angola, acompanhado pelo inglês Dr. Claude Horton, e em 1907, regressou a Inglaterra, por Moçambique, com o fim de «estudar os contractos de mão-de-obra, feitos naquela província portuguesa».

Em 14 de Julho de 1907 é publicado o longo relatório de Burt. Era uma tremenda e propositada acusação contra nós. Não se colocavam nesse relatório, como honestamente se devia ter feito, as colónias portuguesas no quadro de África, dentro da política de mão-de-obra indígena que em toda a África tropical se seguia então; não se atendia à nossa legislação, às intenções do governo da metrópole e à luta constante dos governos coloniais, a reprimirem abusos e a protegerem os pretos, ao modo carinhoso e humano como, com raríssimas excepções, os portugueses tratavam os indígenas que tinham ao seu serviço, não só em Angola, mas principalmente em S. Tomé. O fim do relatório e da tremenda campanha que ele iniciou, era apenas acusar, deprimir, apresentar Portugal inteiro aos olhos do mundo, e, sobretudo, à Inglaterra, como um país sem capacidade e virtudes colonizadoras, como um bando de negreiros.

O governo inglês chamou a si esse relatório, apesar da sua manifesta parcialidade e da sua clara intenção, e, em Novembro de 1907, apresentou-o, oficialmente, ao governo português, por intermédio do seu ministro em Lisboa, Sir Francis Villiers.

Considerei sempre este procedimento do governo inglês muito mais atentatório do brio e da honra da minha Pátria, do que a entrega da «nota» de 11 de Janeiro de 1890, a que se deu o nome de *Ultimatum*. Perdeu-se então uma bela ocasião de convocar o Parlamento português, de ler perante ele o relatório de um agente de companhias comerciais, negociadoras de chocolates, e de provocar, veemente protesto da Nação inteira, em face da insultuosa acusação de encobridora de escravatura. E perdeu-se, também, pois que a verdade deve sempre dizer-se, a ocasião de pôr inteiramente no são as coisas em toda a África portuguesa, no que respeitava ao aproveitamento da mão-de-obra indígena.

Estava-se, então, em plena ditadura franquista; poucos meses depois era assassinado o rei e o seu filho primogénito...

Entretanto, a campanha contra Portugal, como país colonial, lavrava, cada vez com mais intensidade, em Inglaterra. Como pontos culminantes

dessa campanha convém não esquecer a intervenção no assunto da Câmara do Comércio de Liverpool, o papel que, em toda a questão, desempenhou a «Anti-Slavery Society» e a atitude prudente e, mais do que receosa, desconfiada, que, pouco tempo depois de nos ter brindado com o relatório Burt, o governo inglês assumiu e manteve. A revelação que me foi feita, como digo no capítulo primeiro desta primeira parte deste volume, sobre o preponderante papel que a propaganda e os agentes secretos alemães tinham desempenhado nesta campanha, deixou-me claramente ver que, pouco tempo depois dos manejos de Cadbury, o governo inglês sabia que, de filantrópica, que talvez tivesse sido no seu início, a campanha passara a ser política e exercida, principalmente, por uma potência que ardentemente cobiçava os nossos territórios do ultramar.

Nas minhas, mais ou menos prolongadas, visitas a Londres, antes da Grande Guerra, e durante ela, e nos anos que na grande metrópole residi, na qualidade de embaixador de Portugal, muitas pessoas me afirmaram que Mr. Cadbury, que não conheci, era homem da maior respeitabilidade e incapaz de qualquer acto menos correcto, e que na campanha contra nós, de que, indubitavelmente, foi o animador, durante longos anos, só princípios do mais puro altruísmo o guiaram. Muito desejo que assim tivesse sido, para que alguma coisa humanamente boa tivesse ficado de tudo isto.

Contaram-me que, quando Cadbury pretendeu comprar uma roça em S. Tomé, o vendedor detalhara o preço, fazendo figurar nele uma parcela dumas dezenas de pretos, a tantas libras cada um. Isto pode, de facto, explicar muita coisa. O que não compreendo, porém, é como Cadbury, que não podia deixar de ter conhecimento da intervenção alemã na campanha por ele iniciada, consentiu que ela se realizasse para evidentes fins de se preparar a opinião pública inglesa, de forma tal, que legítimo parecesse que Portugal fosse esbulhado de territórios seus. O que não compreendo também é como Cadbury, dotado, por certo, da conhecida sensibilidade moral de todos os filantropos, não tivesse desconfiado do hino de louvores que o seu secretário, Mr. Burt, tece à maneira como no Rand se utilizava, em 1907, a mão-de-obra indígena, recrutada em Moçambique, para a exploração de minas de ouro e diamantes.

Quanto à «Anti-Slavery and Aborigenes Protection Society» que, ao lado dos alemães, foi um dos valiosos auxiliares de Mr. Cadbury na campanha por ele conduzida, de modo algum deixo de reconhecer a sua sinceridade e os bons serviços que essa Sociedade, nos seus esforços de protecção dos indígenas de África, tem prestado à humanidade. Mas não esqueço que um dos seus missionários, que um dia recebi em Londres, mostrou, ainda que sem perder a correcção a que o obrigava a minha presença, pela sua atitude e pelas suas palavras, a convicção de que eu não lhe falava com toda a sinceridade e verdade ou que, pelo menos, era incapaz de sentir aquele nobre altruísmo que o animava na sua missão, de redenção dos pretos. Pus termo à conversa, logo que isso verifiquei, e mais uma vez me convenci de, que esta espécie de missionários, de filantropos ou do que seja, e, principalmente, quando são anglo-saxões, se convencem, facilmente de que ninguém pode atingir a sublimada ética, que, muitas vezes, muda rapidamente de sinal com simples deslocações geográficas: pretos portugueses, de Moçambique, para as minas do Rand, de interesses anglo-saxónicos; pretos portugueses, de Angola, para as plantações de S. Tomé, de interesse lusitano.

A escravatura foi desaparecendo do mundo, à medida que se iam fazendo sentir os efeitos da transformação económica que se iniciou nos meados do século XVIII, e a que se deram depois os nomes de «revolução industrial» e de «novo capitalismo». Essa transformação criou o proletariado que, pouco a pouco, substituiria a escravatura. A exploração do homem pelo homem passou a ter, então, mais extensão e a ser mais e fácil foi verificar que, na sua nova modalidade, ela se apresentava como se, de facto, estivesse mais de harmonia com os princípios de justiça, liberdade e dignidade humana.

Homem livre! Emprega os teus braços; trabalha com alegria e vontade: do teu esforço entusiasta, exercido sem qualquer coacção, resultará a tua felicidade e o progresso da humanidade. Foi o hino hipócrita que principiou a erguer-se perante o triunfo contra a escravatura.

Primeiro suprimiu-se o tráfico dos escravos, — a sua compra e a sua exportação como mercadoria; seguidamente, de passadas em passadas, a escravatura, em cada colónia.

Na América do Norte, o predomínio crescente do capitalismo, a conseqüente concorrência do proletário branco e, acima de tudo, o reconhecimento de que o trabalho branco no regime de proletariado, era mais lucrativo, sob o ponto de vista industrial, de que o trabalho escravo, fez, sucessivamente, cessar a compra de escravos e conduzir à inteira libertação. Na América do Sul, o mesmo foi acontecendo, ainda que com mais demora e mais pacificamente.

Na África, a acção capitalista, teve de se adaptar às condições especiais das regiões africanas. O tráfico desapareceu facilmente na maior parte do continente negro, porque, quase por completo, deixou de haver países que importassem escravos; mas, não podendo estabelecer-se aí o proletariado, a escravatura, tinha de continuar, até que chegasse a sezão económica que tornasse útil o seu desaparecimento. O novo regime capitalista, industrial nas suas mais notáveis manifestações, fazia-se sentir nas colónias de África, na grande procura que tiveram então as matérias-primas industriais. Os pretos deixaram de merecer interesse como mercadoria a exportar, mas passaram a tê-lo como braços capazes de arrancarem do solo e sub-solo as matérias-primas e os minérios. As terras de África principiaram a ter valor.

Mas as duas condições essenciais da vida do capitalismo industrial nascente, eram trabalho barato e matérias-primas a baixo preço, e, para que a África pudesse exportar matérias-primas a ínfimo preço, indispensável era que ínfimo fosse também o custo da mão-de-obra. E não havendo brancos em abundância que permitissem o estabelecimento do proletariado, só um caminho haveria a seguir, a continuação da escravatura dos pretos.

Manteve-se, por esta razão económica e derivada das fortes correntes económicas mundiais e por elas forçada, a escravatura em Angola, e em outras colónias africanas, quase até aos presentes dias. Encoberta, camuflada, sofismada, ela continuava a existir, e, por certo, desmereceria se não afirmasse que a fui encontrar sob diversos nomes ou disfarces na província do ultramar português, que, em 1912 e anos seguintes, governei.

O problema da mão-de-obra, apresentou-se-me, portanto, desde o meu primeiro contacto com Angola pela seguinte forma:

a) A escravatura fora condenada a desaparecer quando, na maior parte do mundo, os escravos deixaram de ser economicamente úteis. Envolta,

salvo raros casos excepcionais, em manifestações de altruísmo e filantropia, a razão do desaparecimento da condição de escravo, foi essencialmente económica. Nem de outra forma se poderia compreender como a escravatura resistira, durante 18 séculos, ao embate, formidável do cristianismo.

b) As mesmas forças económicas, que fizeram ruir a escravatura, criaram o proletariado, aproveitando condições sociais existentes nos países já civilizados. E assim a exploração do homem pelo homem não desapareceu da superfície da terra.

c) As condições dos indígenas de África e a não existência, naquelas, paragens, de populações brancas, não tornavam possível estabelecer ali o regime de trabalho proletário, e a exploração das terras de África, o seu comércio e o seu desenvolvimento parariam por completo, se desaparecessem os escravos.

d) A única maneira de evitar isto seria a continuação da escravatura, tanto mais que as mesmas forças económicas, destruidoras da escravatura na Europa, na América do Norte e na Ásia, estavam a obrigar o fornecimento de matérias-primas industriais a ínfimo preço.

e) E assim nasceu a antinomia económica, social e política, entre a Europa e a África, que conduziu à grande partilha da Conferência de Berlim, e a outras partilhas, e a tudo mais, que nestas «Memórias» vou narrando.

f) Esta situação antinómica não podia continuar. Em Angola e S. Tomé, fora-nos ela imposta pela natureza das coisas e por forças económicas mundiais, a que tínhamos de nos submeter. Mas o certo era que essa submissão nos estava atirando para a perda dos territórios de África.

Tínhamos de reagir, de enveredar por outros caminhos, de derrubar este obstáculo permanente à nossa posse de África. Uma grande transformação, quase uma revolução era, como disse, necessária, sob todos os aspectos, em Angola.

Aquele obstáculo à nossa vida nacional era o maior de todos.

Tive a grande ventura de dar para a sua destruição os mais difíceis passos, amparado sempre pela força das nossas tradições de colonizadores, pela quase totalidade dos colonos de Angola, em quem as virtudes e as grandes qualidades nacionais do povo português se têm manifestado nas horas graves da nação.

E bem grave era aquela hora.

Hoje tudo mudou por completo. Bem sei que estamos longe de ter atingido a perfeição, que ainda há restos de um passado de trevas, que nem todas as autoridades, nem todos os brancos, nem todos os pretos têm a noção exacta do que lhes cumpre fazer. Mas os casos condenáveis são cada vez em menor número.

D) O POVOAMENTO DE ANGOLA

Ao proclamar-se a República e ao entrar-se, com o seu advento, numa nova época na administração de Angola, partia-se das erradas noções de que apenas tínhamos naquela província, sob o nosso domínio directo e efectivo, uns 800.000 habitantes, na quase totalidade pretos e de que pela terra dentro, em massa amorfa, uns 5 milhões de indígenas esperavam que os arrancássemos da selvajaria em que rastejavam. Creio que resultaram grandes benefícios deste erro de avaliação demográfica. A convicção de que tantos milhões de pretos seriam beneficiados pela nossa acção civilizadora, levou-nos a fazer milagres.

Mas pouco a pouco os missionários, os comerciantes e os administradores se foram convencendo da grande probabilidade de três coisas: Que a população indígena de Angola tinha diminuído consideravelmente nos séculos XVIII e XIX; que continuava a diminuir; e que muito longe se estava de poder contar com 5 milhões de habitantes pretos. Alguma coisa era necessário fazer para sairmos desta incerteza.

Durante o meu alto-comissariado de Angola publiquei legislação que tinha principalmente em vista poder dispôr-se, em qualquer data, de dados, tanto quanto possível exactos, sobre as existências em população. Pareceu-me que num país em rápido desenvolvimento, o intervalo de 10 anos para as renovações de censo era demasiado grande, que ele se deveria reduzir a metade e que, anualmente, se poderiam introduzir nos censos quinquenais as alterações que uma constante e cuidada observação, exercida pelos organismos administrativos revelasse.

Creio que essa legislação produziu alguns resultados. Passaram, pelo menos, desde então, a publicar-se anualmente os números de indígenas e de brancos que viviam em Angola, e foi graças a ela que os serviços estatísticos da província puderam apresentar, como existente em 1934, seis anos antes do censo geral, a seguinte população, segundo as raças:

Branca	58,098
Mestiça	19,872
Preta	3.147,045
<i>Total</i>	<u>3.235,015</u>

O censo de 1940 deu, como já disse, os seguintes resultados:

Branca	44,083
Mestiça	28,035
Preta	3.665,829
Outros tipos	<u>63</u>
<i>Total</i>	3.738,010

Quer-me parecer que aquela legislação, constante da Portaria 144-A de Junho de 1922, se deve manter, introduzindo-lhe as alterações que a experiência e os resultados do Censo Geral de 1940 aconselharem. Desta forma, e se as autoridades administrativas, a secretaria-geral e os Serviços de Estatística executarem os trabalhos que a lei lhes fixa, se todos cumprirem integralmente o seu dever, talvez possa realizar-se aquela minha aspiração, implícita na legislação a que acabo de me referir, de ser possível pôr inteiramente de parte as dispendiosas, complicadas e até por vezes inconvenientes operações dos censos periódicos.

Fez-se em Angola o Censo de 1940: pois bem, que, graças à legislação do alto-comissariado, de 1922, ou a outra idêntica, mas mais perfeita, se

conserve sempre esse monumento social, económico e administrativo, introduzindo-lhe, par e passo, todas as alterações demográficas que se forem produzindo, todos os dados, que um contínuo estudo e exame da população vá encontrando. É o que se dá com os cadastros da propriedade rural, mais complicados do que os cadastros demográficos: eles durarão sempre, desde que haja um perfeito serviço de conservação.

É o seguinte o quadro essencial, da população de Angola, a base em que assentarão as alterações futuras. E já as deve ter havido e de importância nestes quase quatro anos decorridos. Não devem deixar elas de ser registadas; tem de se conservar o monumental trabalho feito, não permitindo assim que ele se inutilize de ano para ano, até acabar por nada valer e exigindo novo, dispendioso e perturbado esforço.

Eis o aspecto da população de Angola em 31 de Dezembro de 1940:

<i>Branços</i>			
	Varões	26,694
	Fêmeas	17,389
	<i>Total</i>	44,083
 <i>Mestiços</i>			
	Varões	13,600
	Fêmeas	14,435
	<i>Total</i>	28,035
 <i>Pretos</i>			
	Varões	1.733,328
	Fêmeas	1.932,501
	<i>Total</i>	3.665,829
 <i>Outros tipos:</i>			
	Varões	40
	Fêmeas	23
	<i>Total</i>	63
	 Total geral	 3.738,010

Angola é, portanto, uma região pouco habitada. Mal atinge três habitantes a representação numérica da densidade média da sua população por quilómetro quadrado. É também essencialmente uma terra de pretos, visto que o número dos brancos somado com o dos mestiços representa apenas dois por cento da população total.

Dois trabalhos de Hércules aparecem, desde o primeiro exame do Censo, como parte fundamental da tarefa ingente que temos entre mãos: o aumento da população de Angola; a sua dinamização pela introdução no seu meio, no seu seio e no seu sangue, de forte proporção do elemento branco.

A população branca de Angola é tão pequena, entram nela, em grande parte, funcionários e tropas de guarnição, são contados no seu número tantos indivíduos que não chegam a fixar-se na colónia, nem mesmo a demorar-se nela — os colonos de ida e volta, como por lá se dizia no meu tempo — que não vale a pena perder tempo a examinar os saldos anuais das duas correntes imigratórias opostas. O facto positivo é que a população branca de Angola é deploravelmente e lamentavelmente insignificante, dados a vastidão e os recursos da colónia, a exuberante população da metrópole e as vantagens nacionais de toda a espécie, que resultariam do seu rápido aumento. Não sou dado a desânimos, ainda que a velhice me vai trazendo alguns, mas o povoamento de Angola por gente branca portuguesa tem sido tão lento e tem-me dado, nos últimos tempos, tão forte sensação de estacionamento e até de regressão, e ao mesmo tempo as críticas, os obstáculos, os insucessos em tudo que sejam projectos e tentativas de colonização, são de tal força e tão sistemáticos, que chego a descrer da possibilidade de fazermos esse povoamento. E então que será de Angola e de nós?

O estudo das estatísticas demográficas permite-nos concluir com alguma aproximação que, ao finar do século XIX, a população branca de Angola andava por 11,500 almas. Com o desenvolvimento económico e social que experimentou Angola, após a Proclamação da República, essa população subiu, e podemos indicar os seguintes números que bastante se devem aproximar da verdade:

1913	13.800
1922	29.000
1924	36.000
1927	42.800
1931	59.500
1934	58.000

A partir desta data principiou a sentir-se uma grande diminuição na emigração branca para Angola, a aumentar a saída de brancos da colónia para a metrópole e para o estrangeiro, de modo que só a existência em Angola de famílias brancas, cada vez em maior número, e o consequente aumento de nascimentos de crianças brancas, conseguiu travar a forte redução da população branca.

Esses nascimentos podem calcular-se, de 1931 a 1940, em número muito aproximado de 10.000.

Dos 44.083 brancos que acusa o Censo, 42.710 são portugueses e 1,373 estrangeiros. Dos portugueses são naturais de Angola 18.903, da metrópole 23.252 e do estrangeiro 147. Quanto aos sexos há equilíbrio nos brancos naturais de Angola (9.610 varões e 9.203 fêmeas) e desequilíbrio nos metropolitanos (16.610 varões e 7.229 fêmeas) o que se explica pela existência de funcionários e de tropas europeias de guarnição. Nos estrangeiros o número de homens é sensivelmente igual ao das mulheres.

É bom saber que dos 23.252 brancos, naturais da metrópole, a maior parte, 4.517, são da Beira Alta. Seguem-se os da Beira Litoral com 3.371, os de Trás-os-Montes e Alto Douro com 2.950 e os do Douro Litoral com 2.789. Minhotos há 1.327, e os da Beira Baixa somam 1.109. Das outras províncias não chegam ao milhar, sendo o menor número do Baixo Alentejo, com 342. Das Ilhas Adjacentes há em Angola 773 imigrantes.

É curioso ter havido 952 colonos portugueses que não sabiam ou não quiseram dizer de que terra eram.

Espanta-me o pequeno número de mestiços que o Censo indica. Apenas 28.035. Estou convencido de que em Angola ninguém quer ser

considerado mestiço e sempre me esforcei por lhes fazer a vontade. Aqueles que, por circunstâncias diversas, foram educados entre os pretos, vivem a sua vida e têm a sua mentalidade, devem ser recenseados como se fossem de sangue totalmente preto. Os outros, os que, graças ao amparo dos pais, das missões religiosas e do Estado, se encontram, no seu pensar, no seu sentir e no seu agir, destacados dos pretos, deveriam avolumar no Censo o número dos brancos. Desapareceria assim das nossas colónias a designação de mestiços e seriam atenuados preconceitos de raça, de sangue e de origem, que, nos últimos tempos, tanto e de tão inconveniente maneira se têm manifestado e que tão contrários são ao nosso modo de ser de povo colonizador e cristão.

Não se pense, porém, que estas minhas palavras significam que encontro qualquer conveniência no aumento dos mestiços e que devemos provocar o seu aparecimento. Mas o que tem de ser tem muita força e não podemos apagar, a nosso belo prazer, a realidade das coisas.

Também me causa reparo o pequeno número de estrangeiros que vivem actualmente em Angola. Somente 757 varões e 616 mulheres. Faço votos para que, terminada a guerra, o número de estrangeiros que vão trabalhar em Angola, aumente consideravelmente.

Difícil será saber quanto está longe da verdade, para mais ou para menos, o número de 3.665,829 pretos, dos quais 1.733,328 são varões e 1.932,501 são fêmeas, que o Censo de 1940 apresenta. O director e fiscalizador das operações do Censo é o primeiro a dizer que não se deve crer que o número de pretos recenseados é a expressão rigorosa da realidade e que não é num primeiro Censo, num meio social como o de Angola, que tal resultado se pode obter. Mas, depois de apontar as dificuldades encontradas para conseguir um Censo exacto, afirma estar convencido de que o Censo de 1940 atingiu os melhores resultados «na consideração do que é possível em trabalhos desta natureza e em meios sociais assim atrasados». Apesar de eu estar certo que uma carta fotográfica de Angola descobriria vários núcleos de pretos, até hoje inteiramente desconhecidos, tenho, porém, a impressão de que o número de indígenas que figura no Censo de 1940 peca por excesso. Quem me pode afirmar que um novo Censo feito em 1945 ou em 1950, pelo processo do de

1940, não será mais imperfeito, do que aquele que estou analisando. Repito o que já disse: só um serviço permanente de conservação do Censo, perfeitamente organizado com a utilização das autoridades administrativas e dos serviços estatísticos de Angola, poderá conduzir aos indispensáveis resultados de grande rigor.

Carecemos para bem administrar Angola, para naquela província ultramarina realizarmos integralmente a nossa alta missão de povo colonizador, de conhecer quase mês a mês, em todos os seus pormenores, os aspectos, as alterações, os movimentos da sua população indígena. Correntes migratórias no interior da província e para o estrangeiro, nascimentos e mortes, com destriça da mortalidade infantil e das outras idades dos falecidos, variações na proporção dos sexos, cristianização e instrução, constituição das famílias, actividade exercida na agricultura e em artes e ofícios, número de proprietários rurais indígenas, são dados essenciais e de que é necessário dispôr com a maior exactidão, para bem se poder administrar uma região da África tropical.

A população preta de Angola era em 1940, segundo o Censo, por idades e com o agrupamento que, sob os meus pontos de vista, mais interessa, a seguinte:

De 0 a 9 anos

(Desenvolvimento e primeira educação) – 1.073,990 ou 29% da população preta total.

De 10 a 19 anos

(Formação, instrução e aprendizagem) – 608,083 ou 19% da população preta total.

De 20 a 59 anos

(Idade de trabalho) – 1.703,875 ou 46% da população preta total.

De 60 a 100 e mais anos

(Idade de descanso) – 174,371 ou 5% da população preta total.

Figuram no Censo uns 9 milhares de pretos de idade desconhecida e 506 com 100 e mais anos (208 homens e 298 mulheres).

Dos 1.703,875 habitantes indígenas de Angola em idade de trabalho, 750,261 são homens e 953.614 são mulheres. Será pois com estes homens pretos, em número de 750.000, ajudados por quase um milhão de mulheres e também (ainda que em pequena parte, se quisermos transformar os futuros pretos em homens dignos deste nome) por adolescentes, que, por muitos anos, teremos principalmente de contar para a valorização de Angola.

A este esforço de trabalhadores pretos é indispensável que se some o de trabalhadores brancos, cuja emigração para Angola devemos estimular e provocar por todas as formas ao nosso alcance.

O exame da distribuição da população preta de Angola por idades, que acabo de indicar, deixa-me perplexo, visto que ela fornece as características de uma população normal e fisiologicamente sã. Comparando o Censo de Angola com o Censo de Portugal de 1930, notam-se as seguintes percentagens da população total:

Idades		Portugal	Angola
De 0 aos 9 anos		22%	29%
De 10 aos 19 anos		18%	19%
De 20 aos 59 anos		48%	46%
De 60 aos 100 e mais anos		10%	5%

O Censo de Portugal de 1930 acusa 501 habitantes de 100 e mais anos (147 homens e 354 mulheres) quase o mesmo que em Angola. Se fizermos a comparação com as populações doutros países, no mesmo ano de 1930, vemos o seguinte:

Idades	Holanda	Bélgica	Suiça	Espanha	Itália
De 0 a 19	30%	35%	33%	44%	40%
De 20 a 59	50%	55%	56%	48%	50%

Ora isto mostra uma posição superior de Angola, no que respeita a crianças e adolescentes, e inferior no que se refere a habitantes em idade

de trabalho, inferioridade esta que deve estar ligada com a emigração dos pretos angolenses para colónias vizinhas, com a sua tendência para se esconderem, afim de fugirem ao angariamento para trabalhos em terras e empresas de europeus e também com a mortalidade causada com deslocamentos de trabalhadores para locais de trabalho, onde a alimentação e as condições climatéricas são muito diversas das do seu habitat e aonde lhes falta a vida da família e da tribo.

Como se sabe, a percentagem de habitantes de um país na idade de trabalho é da maior importância. Era ela, em 1933, na Alemanha de 58% e na Inglaterra de 56% da população total.

Está claro que para fazer um estudo completo das condições fisiológicas da população preta de Angola, seria necessário dispôr de dados estatísticos perfeitos sobre a natalidade e a mortalidade. Ora em Angola não existem estatísticas desta natureza dignas da menor confiança.

Mas o próprio Censo de Angola de 1940 nos permite avaliar a natalidade da população preta. Indica esse Censo que em fins de 1940, havia 104.462 crianças pretas de menos de um ano. Supondo que a mortalidade destas crianças foi a mesma que a de Portugal em 1941, isto é, 152 óbitos por mil nado-vivos ou 3,58 por mil habitantes (mortalidade infantil tremenda) fácil é concluir que o número de nascimentos em Angola, em 1940, foi de 118.000 pretos, o que corresponde a uma natalidade de 32 por mil.

É o Censo de 1940 o primeiro que se fez em Angola e quase nulos e sem valor são os pontos de referência com que o podemos cercar. Não nos permite, portanto, apurar a inteira verdade, estabelecer as leis do movimento da população. Volto ao meu pensamento de 1922: um bem montado e permanente serviço de estatística, auxiliado pelas autoridades administrativas e por um perfeito registo de nascimentos e de óbitos.

O que acaba de ler-se mostra como a diminuta população preta de Angola e a insignificância da sua população branca estão criando formidável obstáculo ao rápido desenvolvimento desta província portuguesa. Menor era a população branca, quando, em 1912, cheguei a Angola. A população preta, talvez fosse um pouco maior, mas, por certo, era menos útil ao bem estar, à prosperidade da província e da nação inteira do que hoje é.

Temos, por todos os meios ao nosso alcance, de fazer crescer rapidamente a população preta e de aumentar consideravelmente a população branca, se quisermos que Angola se transforme no valioso elemento da Nação, que pode ser e que todos desejamos que seja.

Como as coisas estão actualmente, que é, com ligeiras alterações, o que se dava em 1912, a pouca densidade demográfica de Angola, não permitirá, a manter-se, a obra rápida de valorização dessa parte importantíssima da Nação, que Portugal tem de realizar.

Por essa razão inclui a diminuta população de Angola, preta e branca, nos quatro obstáculos de carácter permanente que se estão opondo ao rápido progresso da grande província de Portugal.

(Página deixada propositadamente em branco)

SEGUNDA PARTE

AS SETE GRANDES TRANSFORMAÇÕES DE ANGOLA

- I — Passagem da organização administrativa militar para a organização administrativa civil. A posse civil do território.
- II — O novo indígena: da condição de trabalhador recrutado para a de proprietário e cultivador rural.
Os géneros pobres. O aumento da produção.
- III — As estradas.
- IV — A proibição do comércio da «pólvora e armas», e do fabrico e venda de bebidas alcoólicas.
- V — A assistência médica aos indígenas.
Higiene e melhoria das condições da vida indígena.
O congresso de medicina tropical.
- VI — A educação e a instrução.
- VII — A vida de família e o conforto dos europeus.
Habitações, transportes, comunicações, segurança e ordem públicas.
- VIII — Epílogo.

(Página deixada propositadamente em branco)

CAPÍTULO I

A PRIMEIRA TRANSFORMAÇÃO DE ANGOLA

PASSAGEM DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MILITAR PARA A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA CIVIL A POSSE DO TERRITÓRIO.

Embarquei para Angola, em 1 de Junho de 1912. Ao chegar a S. Tomé, e ainda a bordo do vapor «Beira», fui prevenido de que seria recebido em Luanda com ostensiva frieza e talvez com manifestações de hostilidade. A propaganda contra mim estava sendo muito grande e no meio militar da colónia conseguira criar uma corrente que me era inteiramente hostil. Pouco ou nada conhecido no exército, em resultado dos muitos anos seguidos do meu serviço na Índia, o reflexo da infame campanha que contra mim se fizera, a propósito da questão de Ambaca, o facto de me ter filiado no «partido democrático», o mais temido dos adeptos da Monarquia e considerado como inimigo da religião católica, facilitavam altamente aquela propaganda.

Que me preparasse para horas difíceis...

Em S. Tomé, onde desembarquei disseram-me que alguém, que viajava comigo no «Beira», em regresso à colónia, onde tinha casa comercial, telegrafara em código daquela ilha a amigos de Luanda, com palavras de elogio e simpatia para mim, acrescentando que era «um homem às direitas e duro de roer» a pessoa que ia governar Angola.

Pensei em tudo isto, certo de que nada haveria, e redigi o meu discurso de posse, depois de ter deixado as águas de S. Tomé e Príncipe.

Cheguei ao porto de Luanda em 17 de Junho. Recebi a bordo os cumprimentos do governador-geral interino, capitão Romeiras de Macedo, um dos meus bons amigos, a partir dessa hora, e dos funcionários civis e militares que o acompanhavam.

Resolvi não me fardar (era então major do Corpo do Estado-Maior), e desembarquei de sobrecasaca e chapéu alto. Tudo correu normalmente. Fui muito parco e muito pouco efusivo nos cumprimentos que fiz ao saltar em terra. Tinha dito que tomaria posse no palácio do governo, e caminhei rapidamente, depois de ter passado revista à guarda de honra, para o «landau» que me esperava. Soaram as salvas regulamentares na fortaleza de S. Miguel, e acompanhou-me um pelotão de cavalaria.

Feita a leitura do auto de posse, — *Aos dezasseis dias do mês de Junho de mil novecentos e doze, nesta cidade de S. Paulo de Assunção de Luanda...* li o seguinte discurso:

Cidadãos. Apenas por alguns minutos solicitarei a vossa atenção. Todos nós desejamos mais obras do que palavras, e uma natural impaciência me impele a abreviar tudo a que me separa do momento em que principie a meter mãos à obra de tanta responsabilidade, cuja execução o governo da República me confiou.

É, mister, porém, que eu faça aqui algumas declarações categóricas e precisas.

Não venho à Província de Angola fazer política partidária. Filiado num grupo político, são os meus correligionários, e principalmente, o mais prestigioso de todos eles, os primeiros a reconhecer que as colónias portuguesas têm de ser administradas sem preocupações de partidas, com o auxílio e com o concurso de todos os portugueses, sem uma única excepção.

É esse o espírito da Constituição Política da República Portuguesa, pois que, nos termos do seu artigo 25.º, compete ao Senado aprovar ou rejeitar as propostas de nomeação dos governadores das províncias do ultramar. Compreendo bem a alta significação de uma sanção desta natureza e é indispensável que todos a compreendam.



Um aspecto da residência e jardim do governador-geral de Angola, em Luanda

No exercício das minhas funções só verei a Pátria e a República: a Pátria, no propósito firme de concorrer, tanto quanto as minhas forças o permitirem, para o seu engrandecimento, pelo desenvolvimento e pelo progresso da maior, da mais importante, da mais portuguesa de todas as suas colónias; a República, com a inabalável tenção de a manter e de a consolidar dentro da minha esfera de acção, fazendo para isso com que, em cada uma das minhas medidas, em cada um dos meus actos, se veja a aplicação fiel dos seus princípios, — respeito pela lei, justiça em tudo e a todos, uma grande disciplina em todos os serviços, o mais inflexível rigor na repressão de todos os abusos, corrupções ou desonestidades, a mais severa fiscalização na administração dos dinheiros públicos, o mais franco auxílio a todas as iniciativas fecundas, uma decidida e eficaz protecção a todos os que dela careçam.

Ordem e Progresso: tudo se contém nesta divisa. E, para mim, têm mais ampla significação estas palavras aplicadas à Província de Angola, do que à própria metrópole.

Para que a alta missão de que venho encarregado seja possível e propícia, é indispensável que em torno de mim se congreguem todos os esforços e todas as boas vontades. Doutra forma, a acção do governador-geral, por mais sensata e por mais bem orientada, será nula e perdida, e alguns meses mais se virão juntar a tantos outros completamente inúteis para a administração da província.

Por isso eu tenho o direito de apelar para o apoio patriótico de todos os habitantes de Angola, que sabem trabalhar e que sabem pensar.

É indispensável que todos vejam no governador-geral a encarnação do desejo ardente da metrópole, da necessidade urgente que ela hoje nitidamente compreende, de se transformar a Província de Angola num país próspero, cheio de vida e riqueza, de se tirar, em breves anos, do deplorável estado em que se encontra e que nada justifica. É mister que todos se convençam de que venho a Angola para trabalhar e para fazer trabalhar, sem descanso e tenazmente, para a realização daquele desejo, para a satisfação daquela necessidade. É mister, finalmente, que todos me dêem o seu concurso franco e leal, que não me deixem só e isolado no hercúleo esforço, que temos de fazer para edificar qualquer coisa de duradouro e de belo,



O alto-comissário, general Norton de Matos,
após uma visita aos serviços da
Guarda Fiscal de Angola.
Setembro de 1923

como mais uma e a mais brilhante manifestação das aptidões colonizadoras de um povo.

Para isso, repito, é indispensável que todos se congreguem em torno de mim, compreendendo bem que não se trata de obra de um só homem, ou de um grupo de homens, mas de uma obra nacional, em cuja execução desaparecem os indivíduos perante o esforço colectivo, que tem de ser feito por todos, sem distinção de partidos, de rivalidades pessoais, sem divisões sejam de que natureza forem e de que eu não posso nem devo tomar conhecimento, sob pena de falsear por inteiro a minha missão.

É neste sentido que eu apelo mais uma vez para o apoio patriótico de todos os habitantes de Angola, que sabem trabalhar e que sabem pensar, saudando-os desde já, neste primeiro e solene acto, do meu governo, como os meus companheiros de trabalho, como cidadão de uma República, cheia de glória e de prestígio. E nesta minha saudação envolvo a todos: os operários, os agricultores, os comerciantes, os industriais da província, cujo trabalho constitui a mais sólida garantia do progresso da colónia: os funcionários civis e militares, com cujo alto patriotismo e exacto cumprimento dos deveres conto para estabelecer e manter a ordem, sem a qual nenhum progresso é possível; a grande massa dos habitantes da província, ainda envolvidos nas trevas das civilizações primitivas, mas constituindo a maior riqueza de Angola, e que é nosso dever fazer evolucionar, dentro dos quadros da sua própria civilização, para uma civilização mais perfeita».

Terminadas as minhas palavras, olhei os que me escutavam, — a simpática figura de D. João, Bispo de Angola e Congo, os juizes togados, funcionários, civis e militares, muitos comerciantes... e fiquei tranquilo. Ia iniciar-se uma época de transformação, na vida da colónia e na minha vida. Sentia-me cheio de íntima força e despontava em mim a confiança plena: nenhuma luta, por mais violenta que fosse, me assustaria. E assim foi, de facto, durante quase três anos.

Ao terminar a cerimónia da posse e quando os assistentes principiavam a retirar-se, acercou-se a mim o major Gomes da Costa, chefe do Estado-Maior da província, e disse-me em voz que todos ouviram, ter um assunto

de grande urgência a tratar comigo. Olhei, com estranheza, por alguns segundos, a sua figura, militar, perfilada diante de mim, aguardando a minha resposta, como a querer-me empolgar desde o primeiro minuto, e disse-lhe:

– «Por hoje, basta o acto solene, que acabamos de praticar. Recebê-lo-ei amanhã, às 9 horas».

– «É muito urgente, senhor governador, ainda disse».

– «Amanhã, as 9 horas», repeti, e saí da sala. Caía a tarde.

No jantar que, no palácio do governo, me foi oferecido pelo governador-geral interino e por sua esposa, uma distinta senhora, como último acto da sua interinidade, nada me disse Romeiras de Macedo sobre o assunto urgente, que queria tratar comigo o chefe do Estado-Maior, e eu nada lhe perguntei a esse respeito.

Principiaram no dia seguinte as minhas madrugadas que tantos anos duraram. Leio no meu já tão remoto «diário»:

«Luanda, 18 de Junho de 1912. — Tomei ontem posse do meu lugar de governador-geral de Angola. Tudo correu bem. Sinto-me seguro de mim mesmo. Levantei-me as 4,30 horas e folheei de novo os boletins oficiais deste ano, de 6 de Janeiro em diante, servindo-me de notas que tinha tomado em Lisboa e durante a viagem. Há demasiado militarismo na administração desta colónia. Tenho de transformar tudo isto. Como? Ainda não o sei».

De facto, a leitura desses 24 boletins oficiais deixou-me a impressão de que se estava numa região em guerra de operações militares em marcha e de outras de muito maior vulto em preparação com o fim de a ocupar militarmente e de colocar a quase totalidade dos seus habitantes sob um regime nessa ocupação unicamente baseado. Parecia que se queria caminhar para uma vastíssima e permanente organização militar, que abrangesse toda a província, e para uma estéril e inconveniente sujeição de povos, que, apesar da sua civilização primitiva, careciam, sem dúvida, de liberdade cada vez maior, para se civilizarem e prosperarem.

Fora o major Gomes da Costa nomeado chefe do Estado-Maior interino, por portaria do governo de Angola, de fins de Fevereiro de 1912, e apressara-se o governo da República em confirmar e tornar definitiva essa nomeação, como comunicou em telegrama de 7 de Março. Voltei a ler com

mais atenção, na madrugada de 1 de Junho de 1912, os Boletins Oficiais a partir desta nomeação.

Logo no primeiro destes boletins aparecem portarias a reforçar a «guarnição militar» da Huila e a considerar como serviço de campanha o serviço de guarnição, em tempo de paz, nos territórios além Cunene.

A actividade militar continua a revelar-se com quase sempre criteriosas medidas, é certo, em vária legislação. Ferem-me a atenção a abundância de portarias de louvor a oficiais do exército por serviços prestados na ocupação militar de várias regiões de Angola, e a criação de um «Centro Militar de Instrução e Recreio», em Luanda. Na circular do chefe do Estado-Maior aos governadores dos distritos, publicado no Boletim Oficial de 13 de Abril de 1912, desvenda-se a resolução de proceder à organização de um plano geral de ocupação militar do território de Angola. Convém transcrever algumas passagens dessa circular. Nela se contém orientação administrativa inteiramente contrária àquela que os altos interesses da nação exigiam, tão contrária que, a manter-se, ousou afirmá-lo, difícil seria conservarmos a integral posse de Angola, perante as pressões alemãs de 1912 e 1914, e as tentativas de cedência de territórios, que tivemos de repelir na conferência de paz, após a Grande Guerra.

Seguem as transcrições:

«Pretende o governo da colónia fixar, de uma vez, um plano de ocupação do território, e executá-lo, ainda que lentamente, mas com segurança e persistência...

(...)

Com este fim precisamos traçar, nas suas linhas gerais, um plano de ocupação efectiva que, metódica e persistentemente, se execute, até chegarmos ao objectivo principal, a submissão do indígena, na sua forma prática e positiva: *o pagamento do imposto de palhota*.

Tem Sua Excelência o governador-geral como princípio assente que não há submissão, onde há recusa de pagamentos de impostos e, portanto, tudo quanto as autoridades militares ou civis digam para fazer crer em submissão e pacificação exige confirmação do indígena com o pagamento da respectiva taxa de imposto; e será só quando tal se realize que o país

acreditará na submissão do preto, que acreditará no trabalho do indígena e que, portanto, reconhecerá que chegou o momento de entrar em acção o regime de administração civil».

Seguem-se, na circular, considerações a respeito de linhas de penetração e de estabelecimento de postos que bem revelam a intenção da ocupação militar integral de Angola. E depois:

«Desde o distrito do Congo até ao distrito da Huíla, em todos há ocupação militar a fazer, e, por se não ouvir falar em guerras, não deixa a guerra de se conservar no estado latente em todos os distritos, e não será para admirar que um dia rebente em todos ao mesmo tempo. E esse momento está mais próximo do que se pensa, visto que a febre da procura de colocação de capitais trará como consequência a procura de trabalho indígena, e este trabalho só aparece quando as necessidades de civilização forçam o preto a procurá-lo por impossibilidade de viver da rapina e das razias que está habituado a fazer. Ora, para evitar essas rapinas e razias e forçar o preto a procurar trabalho é que a ocupação militar é indispensável, porque é a única forma de ocupação racional e portanto prática.

Foi da ignorância formal deste princípio que proveio a ideia da aplicação do regime das circunscrições civis à colónia, sem excepção nem restrições...

(...)

Ao ler, naquela minha primeira madrugada de África, o que acabo de transcrever e o mais que constava daquela circular e nos boletins oficiais seguintes, senti ao vivo que a minha tarefa seria muito mais árdua do que julgara. Mais do que uma transformação, teria de realizar uma profunda revolução, mental e material, na terra e nas gentes de Angola.

À submissão do preto, única maneira, aos olhos de homens de alma dura e de espírito fanatizado, de estabelecer o que eles chamam ordem, era mister substituir a sua independência moral e material, baseada na educação, na instrução, no alargamento de atribuições, no trabalho livre, na posse da terra, no exercício de ofícios e profissões e, acima de tudo, na plena confiança em nós, em que eles deviam ver mestres e guias e protectores dos seus direitos, e, de modo algum, senhores e dominadores.

O imposto de cubata, equitativo e justo, indispensável na primeira fase da transformação, deveria representar para o preto uma participação na obra comum e, de modo algum, um tributo de guerra, imposto pela força das armas, como queria a circular.

O peso dos regimes militares administrativos, abrumados e quase sempre estéreis, devia ser desviado, o mais depressa possível, colocando em seu lugar a maneira larga, aberta, suave e fraternal de uma administração civil, cujas linhas principais cortavam já a minha mente, e que, poucos meses depois, haveria de traçar na minha circular aos «administradores de circunscrição».

Acabada a leitura dos boletins, sabia inteiramente o que me queria o chefe do Estado-Maior da colónia. Que me importava o assunto militar, situado no âmbito das suas funções, que ele pretendia tratar comigo? Por trás de tudo o que me viesse dizer, estariam o espírito da sua circular, a submissão dos indígenas, as prepotências e os abusos do militarismo, a possibilidade da continuação da exploração do homem pelo homem que, nas minhas vigílias, eu me propusera evitar. Era mister dar, desde a primeira hora, um formidável golpe em tudo isto.

Acabara a noite sem crepúsculo, dos trópicos, a luz do sol tudo enchia, radiante e pura. Abri os braços aspirei a largos haustos o ar fresco da manhã e senti-me tão forte como se estivesse brandindo um montante, sem sombra de medo, contra formidáveis inimigos. Principiara o combate.

À hora fixada recebi no meu gabinete o major Gomes da Costa.

Disse-me que se tratava de uma expedição militar contra os cuanhamas, tribo guerreira e insubmissa do sul de Angola. Estavam esses indígenas a molestar, cada vez mais, as tribos vizinhas e a tentar levá-las pelo terror a agrupar-se em torno deles, com o fim de um levantamento geral dos indígenas do sul contra o Lubango, Caconda e a maior parte do planalto de Benguela. Era um grave perigo que ameaçava a colónia.

Que tudo estava preparado para irmos ao encontro dos projectos dos Cuanhamas, com uma ofensiva rápida e fulminante. Tinham-se concentrado tropas no Sul, escolhido os comandos, reunido viveres. Fora ele escolhido para o comando da coluna e esperava que eu aprovasse a expedição militar e aquela escolha.

La expondo o assunto com clareza e precisão, com grande serenidade e eu experimentava a sensação de ter diante de mim um verdadeiro chefe militar. E, ao mesmo tempo, reconhecia que tudo o que ele me dizia, quanto à atitude dos Cuanhamas, ao prestígio dessa tribo, as fortes probabilidades de conseguirem levantar os Cuamatos e os outros povos do sul, e ao grave perigo que nos ameaçava, era a exacta expressão da verdade, proferida sem exageros de espécie alguma, tendo apenas em vista o dever de bem servir. Mas ao que ele me ia dizendo, na sua longa e clara exposição, juntava eu os outros juízos, que para mim guardei: a quase certeza que tinha de que os alemães do Sudoeste Africano estavam por trás da atitude dos Cuanhamas, a impeli-los, a eles e a nós, para uma guerra entre portugueses e bantus no sul de Angola; as constantes «querelas» por causa da zona neutra; a vexatória exigência de demolirmos o forte de Dobondola, que naquela zona estava situado; as exigências do trânsito livre de mercadorias através de Angola; as tentativas de compra do caminho-de-ferro de Benguela; as diligências encapotadas para aquisição de terrenos a colonos brancos; o aproveitamento do descontentamento de alguns comerciantes do Sul; e quanto mais... Tudo isto perpassava na minha mente como rápidas descargas eléctricas, e devia calá-lo, porque no homem que estava diante de mim via a ideia fixa de um predomínio militar, que a tudo e a todos abrangesse e um complexo ideológico, que inteiramente o separava do chefe a quem se estava dirigindo.

Deixei falar Gomes da Costa, sem o interromper uma única vez. Quando terminou, disse-lhe que não concordava com a expedição militar projectada. Que a minha opinião era que tudo se devia fazer para evitar quaisquer operações militares de vulto, na colónia, nos dias que iam correndo e, sobretudo, no Sul de Angola. Que, pelo contrário, devíamos diligenciar dar provas de uma intensa e multiforme actividade pacificadora: o fomento agrícola e comercial, uma grande expansão nas obras públicas, a melhoria das condições de vida dos indígenas deveriam aparecer, entre outras coisas da mesma essência, como sendo as nossas principais preocupações. E continuei dizendo, entrando no assunto crucial, que o que acabava de ouvir e a leitura atenta que fizera de madrugada das suas recentes circulares, me mostrava que a minha orientação em matéria de

administração e governo de Angola, civil e militar, era inteiramente diversa da do chefe do Estado-Maior, o que, de modo algum, poderia ser, dada a minha qualidade de comandante em chefe das forças militares da colónia.

Esperci uns segundos, a ver se Gomes da Costa me declarava que o seu dever, no desempenho das suas funções, era seguir inteira e lealmente as minhas instruções e que se integraria por completo na minha orientação. Manteve-se, porém, silencioso e de sobrececho carregado, e, então, disse-lhe que resolvia exonerá-lo do seu cargo. Mas, como não queria que a colónia ficasse privada dos seus serviços, o encarregaria de missão de alta importância, e acrescentei:

– Ficando o major cá, talvez, dentro em pouco tempo, as suas qualidades de comando, de que tantas provas tem dado, possam ser aproveitadas, para tarefa militar mais importante do que a de uma investida contra os Cuanhamas.

Para já, careço de um reconhecimento geral do território da Lunda, que constaria de percursos em profundidade e de uma larga caminhada ao longo de toda a fronteira do distrito. Iriam com o major dois oficiais da sua escolha, com uma pequena escolta de protecção, e, entretanto, iríamos vendo o que o futuro nos reservava».

Gomes da Costa perfilou-se e disse:

– Estou às ordens de V.^a Ex.^a

Despedimo-nos.

Não houve durante todo o nosso penoso encontro a menor quebra de disciplina e de urbanidade, mas vi bem que Gomes da Costa não transigira e que era homem capaz de tentar incomodar-me.

Horas depois saía o primeiro Boletim Oficial do meu governo, datado de 18 de Junho de 1912. Nele vinha uma portaria, em que eu exonerava o major Gomes da Costa do cargo de chefe de Estado-Maior da Província de Angola, afim de ser encarregado de outra comissão de serviço.

Tomei nesse dia as providências de segurança necessárias, que se limitaram a colocar nos principais cargos administrativos e militares de Luanda pessoas de confiança, que comigo tinha levado de Lisboa para Angola.

Na tarde desse mesmo dia foi-me comunicado que se preparava um grande banquete como manifestação de simpatia a Gomes da Costa e de protesto pela sua exoneração. No dia seguinte, dia da realização do banquete, mais informações me chegaram. Procuravam determinadas pessoas excitar a população branca de Luanda; resolvera-se tirar ao jantar a característica exclusivamente militar que, de princípio, se pensara dar-lhe e tinham-se feito convites a vários comerciantes, que na maioria aceitaram, o cônsul britânico, cônsul de carreira, fora convidado e prometera ir, o que muito me admirou; além do banquete dos oficiais, realizar-se-ia, no mesmo dia, outro, a que somente assistiriam sargentos.

O novo administrador do concelho de Luanda, o capitão Bragança, velho amigo da Índia, homem enérgico e de altas qualidades e que era um dos oficiais que viera comigo de Lisboa, procurou-me várias vezes nesse dia e numa delas disse-me julgar conveniente que se proibissem os jantares, pois temia que de noite, depois deles, algumas manifestações públicas se fizessem. Não concordei com ele. Devíamos deixar realizar os banquetes. Se houvesse manifestações públicas deveriam ser imediatamente dissolvidas e presos os principais manifestantes. Desejava ser informado nessa mesma noite do que se passara durante os dois jantares.

Pela meia-noite estava inteiramente conhecedor do que tinha havido. Não se dera caso de maior, mas houvera alguns brindes infelizes.

Estava um vapor no porto de Luanda, que deveria largar para Lisboa na manhã seguinte. Dei ordem para só sair ao meio-dia, e pela noite dentro recebeu Gomes da Costa ordem para embarcar nele, com destino a Lisboa.

Na tarde do dia da partida do vapor e no dia seguinte vários oficiais e sargentos foram espalhados pela vasta área de Angola. E assim terminou o primeiro acto da demorada passagem do regime de administração militar para o de administração civil em Angola.

Pena foi que a primeira vítima do meu plano de administração colonial tivesse sido um homem com as qualidades militares de Gomes da Costa. Conhecia a sua carreira na Índia, onde tivera, em 1895, o seu baptismo de fogo. Sabia de cor as palavras de Mouzinho, para mim sempre sagradas, a seu respeito: «... revelou qualidades de militar a um ponto que não é vulgar atingir e difficilimo exceder». Conhecia a sua brilhante acção no combate de

Macontene, em Julho de 1897, e sabia dos seus serviços em Angola, até à Proclamação da República.

Quando eu era ministro da Guerra, durante a Grande Guerra, pedi-me Gomes da Costa uma entrevista. Recebi-o sem a menor hesitação. Disse-me que sabia ir em tropas portuguesas para a França e que muito lhe custaria que eu não utilizasse os seus serviços. Prometi-lhe que satisfaria os seus desejos.

Em Janeiro de 1917, tenebrosas agências procuravam impedir que embarcasse para França o primeiro contingente do Exército português, como, mais de espaço, contarei no volume destas «Memórias», dedicado à nossa intervenção na guerra. Chamei Gomes da Costa, informei-o do que se passava e encarreguei-o de levar para bordo o batalhão expedicionário. Assim o fez. Louvei-o por esse serviço e nomeei-o comandante da 1.ª Divisão do C. E. P. com a graduação de general (Maio de 1917).

Numa longa conferência, que tive na Flandres, com Sir Douglas Haig, ouvi da boca do grande chefe militar britânico os mais altos elogios às qualidades, a valentia e ao prestígio de Gomes da Costa.

Deram-se, a partir de Novembro de 1917, acontecimentos que não vêm para aqui. Mais tarde, encontrámo-nos por vezes, e mantivemos sempre as melhores relações.

Em 1920 apareceu o livro de Gomes da Costa, «A Batalha do Liz», no qual li referências a meu respeito, que traduziam a mais calorosa das admirações. Em 1 de Março de 1920, oferece-me Gomes da Costa o seu livro, com uma dedicatória em que palpita o entusiasmo pelo ministro da Guerra da Grande Guerra. Nela, entre outras coisas, que escreveu, me lembra Gomes da Costa que «teve a honra de me acompanhar, durante a batalha, nas trincheiras da Flandres». Recordo-me de lhe dizer, nessa ocasião, que, dada a minha altura, caminhava inteiramente protegido pelo parapeito da trincheira o que não lhe acontecia a ele, cuja cabeça, alto como era, poderia ser alvo a um «sniper» alemão.

Depois outros acontecimentos se deram, que fizeram mudar a face ao mundo...

Os anos foram passando e um dia, ao catalogar livros, na minha casa de Ponte do Lima, juntei ao volume «A Batalha do Liz» o seguinte verbete:

«Curioso este livro, no que me diz respeito, e mais curiosa ainda a dedicatória que Gomes da Costa escreveu no exemplar que me ofereceu. Seis anos depois, este homem foi dos que mais fez para me afastar da vida pública do meu país.

Quando nos primeiros dias de Junho de 1926 tive uma longa conversa com o rei de Inglaterra, disse-me Jorge V, depois de me ter pedido notícias de Portugal: bom será que tudo corra pelo melhor no seu país. Muito satisfeito estou por ver na presidência o general Gomes da Costa, que por si foi nomeado para comandar uma divisão do C. E. P. Por certo ele fará tudo para que o não desgostem. Assim deverá ser, respondi».

Uma das outras vítimas da exoneração do chefe do Estado-Maior de Angola, foi o cônsul de Inglaterra em Luanda. No telegrama imediato que fiz ao governo da metrópole, dando conta dos acontecimentos e do meu procedimento, comunicava que o cônsul tinha assistido ao célebre jantar. Veio o cônsul ao meu gabinete apresentar-me as maiores desculpas e dizer-me que julgava tratar-se de uma simples cerimónia de despedida. Não devia ter julgado assim. O governo português pediu a sua saída de Luanda e foi imediatamente satisfeita, pelo governo britânico, esta diligência. Passaram anos, e quando me encontrava em Londres, perseguido, com a maior deselegância, pela ditadura de Sidónio Pais, a segunda que me apareceu na minha vida pública, visitou-me aquele cônsul inglês, que não voltara a ver desde os meus primeiros dias de Angola. Quis forçosamente que eu e a minha família fôssemos jantar com ele e encheu-nos de gentilezas.

Outras vítimas houve também, vítimas voluntárias, que não quiseram ou não puderam compreender os meus levantados intentos. Outros, conservaram-se no seu posto, porque julgaram do seu dever fazê-lo, prevenindo grandes perigos provocados pelo que se chamou, então, a minha política pacífica e civil. Ainda há poucos dias, um velho amigo e camarada daqueles tempos, então tenente do exército, cheio de valor, carácter e inteligência, e que ocupava um alto posto na colónia, me disse que considerara uma temeridade o meu propósito de destruir a administração militar de Angola, e que tremera perante os resultados do meu acto, que ele considerava tremendos

e próximos. Ficara, porque a sua situação militar, em face daqueles perigos, a isso o obrigava. Pouco a pouco foi reconhecendo que a razão estava do meu lado.

Claro está que esta transformação foi feita por mim vagarosamente e prudentemente. Removido o principal obstáculo à sua execução, marcada bem por palavras, atitudes e procedimentos, a minha orientação e a minha intenção, compreendi que tinha de fugir a precipitações. Não perdi, porém, um dia que fosse, na realização do meu propósito.

De resto, as sete transformações, que enunciei, concorriam todas para o mesmo fim, formavam um conjunto, a que pouco faltou, para ser completo, e com a laboração de cada uma delas se ia conseguindo a realização das outras.

Em 1 de Agosto de 1913, pouco mais de um ano depois da minha chegada a Angola, pronunciei, perante a Junta Geral da província, as seguintes palavras:

«Quero referir-me a despesas importantes que, de momento, somos ainda obrigados a fazer, com a manutenção da nossa soberania e com a ocupação à mão armada. No ano findo tivemos uma coluna operando na região do Bembe, do distrito do Congo, e, com pouca despesa e reduzindo ao mínimo as violências indispensáveis em operações desta natureza, conseguimos pacificar uma parte importante daquele distrito. Mais a leste, na região da Damba, está operando actualmente outra coluna, e tudo me leva a crer que, até ao fim deste ano, estará por completo ocupado e pacificado o distrito do Congo.

Na região de Quembo, do distrito da Lunda deram-se acontecimentos deploráveis que provam bem quanta persistência, energia e tacto são necessários para domar o gentio rebelde, para o tirar da civilização primitiva, em que se encontra. O massacre de um oficial e da escolta que o acompanhava, a morte de um sargento e de várias praças e o ferimento de outras, mostram-nos que não devemos deixar de prosseguir, por todos os meios ao nosso alcance, na ocupação da província, empregando a força das armas sempre que seja indispensável e empregando-a, então, com toda a energia e severidade, não abandonando a região, onde a nossa, soberania



Visita do alto comissário às minas de cobre do Bembe.
Da esquerda para a direita: Mário Neves, D. Rita Norton de Matos,
D. Ester Norton de Matos, senhora de Pombeiro,
o alto comissário, Dr. Júlio Armando,
Eng. Pombeiro, comandante Couceiro
e A. Santos, governador das minas
(Cliché Hermano Neves)

foi desrespeitada, sem que os focos de rebelião tenham, por completo, desaparecido.

Nos Dembos, onde se cometeu o grave erro de não se aproveitar e continuar a obra, sem dúvida alguma valiosa, da coluna de 1907, julgou-se o gentio inteiramente ao abrigo de qualquer acção da nossa parte, pouco ou nenhum caso fazendo de forças imobilizadas com grande desprestígio nosso, dentro de fortes inúteis. Era indispensável que este estado de coisas acabasse e uma mais activa e recente rebelião do gentio, atacando correios e caravanas e cortando comunicações, obrigou-me a mandar para aquela região, mais cedo do que tinha projectado, uma coluna de operações, e é minha intenção não largar de mão, tão rebeldes povos, enquanto os não submeter, por completo.

O género de operações que preconizo, operações de polícia ou de castigo, em regiões limitadas, não as largando de mão enquanto não conseguirmos o fim civilizador que temos em vista, estabelecendo núcleos de ocupação, ligados por meio de estradas para automóveis e de linhas telegráficas, pode ser aplicado a toda a província, com excepção apenas da região do Cuanhama, onde terá de operar uma expedição de outra natureza, que, nos termos da lei orgânica, da administração financeira das províncias ultramarinas, deverá ser custeada pela metrópole.

E dito isto, julgo conveniente repetir aqui palavras que escrevi num diploma oficial (circular às autoridades administrativas, civis e militares de Angola, de 7 de Maio de 1913) e expor mais uma vez a orientação que me tem guiado e que me há-de continuar a guiar na administração e governo das regiões da província, ainda não inteiramente civilizadas. As populações de Angola, por mais rebeldes e insubmissas que sejam, nunca devem ser consideradas por nós como inimigos, como beligerantes, como dando lugar a abertura ou a permanência de hostilidades. Não se trata de países diferentes, de povos pertencentes a nacionalidades diversas, mas de uma mesma nação, vivendo sob a mesma bandeira e sob a protecção da mesma República forte, pacificadora, justiceira e igual para todos. É deste espírito que todos nós, e principalmente os governadores de distrito e os capitães-mores, devemos estar plenamente possuídos, para podermos levar por diante a grande obra de penetração pacífica, em que já tanto temos feito,

mas em que ainda tanto resta por fazer. Bem sei que há-de haver relutâncias, exemplos do passado a levar-nos por caminhos diversos, mas estou certo de que, pouco a pouco, todos reconhecerão que o emprego de guarnições permanentes, de excessiva militarização não dão resultados que compensem as grandes despesas a que obrigam. Não há dúvida que estes processos de administração, puramente militar, evitam manifestações de rebeldia, desde que as guarnições sejam numerosas e disciplinadas, mas é certo, também, que constituem uma barreira erguida a parar todo o desenvolvimento económico, a impedir a evolução das raças domadas para uma civilização mais perfeita e constituem, portanto, o maior dos inconvenientes para o progresso da colónia, que só se conseguirá mediante uma vida livre e desafogada de todos os seus habitantes, ao abrigo da influência nefasta de elementos de retrocesso, como são, não somente a tenebrosa ignorância da civilização banto, o álcool, a guerra entre as tribos, com o seu cortejo de razias e de escravos, mas também um regime militar fechado, agravado muitas vezes por extorsões, violências e injustiças, que o diminuto quadro de oficiais dificilmente poderia evitar.

Na maioria dos casos e com a maior parte dos povos da província, bastará a acção administrativa e de polícia, exercida pelas circunscrições civis e pelas capitánias-mores, para realizar a ocupação das zonas ainda não submetidas. Em alguns casos, porém, alguma coisa mais será preciso. Há focos de rebelião que é necessário fazer desaparecer, de uma vez para sempre; há procedimentos de rebeldia, de traição, de crueldade, que tiveram como epílogo a morte bárbara de oficiais e soldados, que é necessário reprimir com toda a energia, aplicando sem demora severo castigo.

Mas é indispensável aproveitar mesmo estes dois actos de força e de decisão, para darmos largos passos na obra de penetração pacífica e na política de atracção, que sempre nos deve orientar e guiar. Terminado o indispensável emprego da força, deveremos ser nós os primeiros a chamar os povos castigados e a ajudá-los a reparar os danos que sofreram, fazendo-lhes ver, ao mesmo tempo, que se tratou de uma repreensão, de um castigo e não de hostilidades, e que estaremos ao lado deles, para os auxiliar, sem rancor nem má fé, sempre que eles procedam com lealdade para conosco».

Foi longa a transcrição, mas não podia reduzi-la. Ela marca claramente e com coragem, a minha orientação e as minhas intenções. Resolvera acabar com a guerra pela guerra, com a entidade «inimigo» dentro das fronteiras de Angola, com o alargamento da missão puramente militar do exército, mas, de forma alguma, esquecendo um estado de coisas ainda existente e que me encontrava em face de populações de atrasadíssimas civilizações, a quem nós, europeus, mais do que outros elementos, tínhamos habituado a um estado de guerra quase permanente.

Em consequência de uma proposta minha, publicou o Ministério das Colónias, em Novembro de 1912, um decreto, pelo qual o governador-geral de Angola era autorizado a modificar, com voto afirmativo do Conselho de governo, a legislação em vigor sobre o regime das circunscrições civis. Lancei mãos à obra, cercando-me, para tanto, de grande número de funcionários e de outras pessoas, residentes em Luanda, no exercício de diversas profissões. Em 17 de Abril de 1913, publicava o Regulamento das Circunscrições Administrativas da Província de Angola.

Que diferença havia entre esta organização administrativa e as anteriores?

Visava ela, acima de tudo, à rápida civilização dos indígenas; à melhoria das suas condições de vida, materiais e espirituais, à sua integral protecção, a dignificar, no preto de Angola, a pessoa humana.

Visava à criação da autoridade administrativa, por excelência. Para tanto, era necessário encarregá-la de uma missão concreta, mais lata e que abrangesse todas as manifestações da vida colectiva, da região onde se exercia: a circunscrição territorial, vasta e de limites bem definidos.

Autoridade civil com grandes poderes, dotada dos auxílios necessários, exercida por homens inteligentes, com habilitações técnicas, bem instalados e bem pagos, activos e enérgicos, capazes de se tirarem facilmente das dificuldades da vida do mato, e fiscalizados severamente pelos seus pares, isto é, por homens que tivessem, por largos anos, sido adiministradores, com desempenho brilhante dos seus cargos. Altos funcionários, à romana, protectores dos povos, propulsores de civilizações, criadores de mundos novos.

Assim os quis e assim os inspirei e alguns consegui moldar no barro admirável da nossa gente, durante as minhas curtas passagens por Angola.

Visava finalmente a organização administrativa civil da minha criação, a harmonizar a vida dos pretos com a dos brancos, a tornar possível a existência paralela, de princípio, e, de futuro, cada vez a penetrar-se mais, das duas civilizações, caminhando-se, assim, para uma civilização única, que traduzisse em Angola a realização da missão histórica de Portugal.

A existência de um grupo de funcionários administrativos, com os requisitos as atribuições e os poderes que lhes conferia o regulamento das circunscrições e a dignificadora circular que o acompanhou, permitira ao chefe supremo da província, ao construtor da civilização, ao principal propulsor do seu progresso, basear toda a sua obra numa acção que, directamente transmitiria aos administradores, seus braços e seus informadores.

Ao meu gabinete, em Luanda ou onde estivesse, todos os dias me chegavam notícias a mim dirigidas pelos administradores das circunscrições: acontecimentos de importância na vida dos habitantes das regiões a seu cargo; sobre a tranquilidade ou desassossego das populações, sobre a sua satisfação, descontentamento ou queixas sobre o modo como ia correndo a cobrança do imposto indígena; como se apresentava o ano agrícola e a saúde pública; sobre as influências externas, que na circunscrição se faziam sentir, principalmente, se ela se encontrava a tocar nas fronteiras de Angola ou perto delas; sobre a actuação das missões nacionais e estrangeiras; sobre as pressões exercidas no angariamento da mão-de-obra; sobre todos os aspectos, enfim, da vida das tribos, das aldeias e das famílias.

Nas minhas frequentes e longas viagens pelo interior de Angola, a primeira coisa que fazia, ao chegar à sede de uma circunscrição, era encerrar-me, por horas seguidas, com o administrador, ouvindo o seu relato, fazendo-lhe dezenas de perguntas. Muitas vezes seguia, com ele a pontos diversos da região, com o fim de visitar uma aldeia indígena, de percorrer uma estrada, de apreciar o local de uma ponte, de observar o estado das culturas.

Sem os admiráveis auxiliares, que tive a sorte e, um pouco, a habilidade, de reunir em torno de mim, no meu primeiro governo de Angola, sem os administradores das circunscrições, não me teria sido possível realizar, nem a transformação profunda que experimentou Angola,

nem a criação da mentalidade nova que lhe abriu novos caminhos, nem ser o instrumento revolucionário, que fez ruir para sempre arraigadas concepções nas nossas relações com os pretos: transformação, revolução e criação que, no meu íntimo, no mais profundo da minha alma, considero a pequena parcela de glória a que tenho direito na minha vida.

Pelo regulamento das circunscrições continuavam a existir as capitánias. A transformação tinha de ser, como disse vagarosa.

Na «circular», tantas vezes citada e que mais vezes terei de recordar, porque ela constitui o meu corpo de doutrina administrativa, escrevi o seguinte: «muito propositadamente evitei, o mais possível, nas considerações aqui feitas, fazer qualquer distinção entre os administradores de circunscrições e os capitães-mores. E muito propositadamente o fiz, porque não desejo que, na maioria dos casos, essa distinção exista. O capitão-mor deve procurar ser quase sempre um magistrado administrativo civil, lançando mão das suas qualidades de militar, dos conhecimentos que derivam da sua honrosa profissão, só em casos extremos, quando os meios pacíficos e suasórios e a política de atracção não sejam suficientes para quebrar a rebeldia de populações insubmissas».

A antiga instituição das capitánias-mores tinha os seus dias contados.

O «Regulamento» de Abril de 1913 dotava Angola com 35 circunscrições civis, 25 capitánias, 11 concelhos e 1 residência. Passaram sobre aquela data oito anos. Em Abril de 1921, cheguei de novo a Angola. Tinha sido ministro da Guerra, durante a Grande Guerra, e tinha levado o Exército português a combater em distantes terras, onde se encheu de glória.

Ninguém me podia considerar como animado de espírito anti-militar. Publiquei então um dos meus melhores decretos: o Decreto 80.

Desejo que ele apareça nestas páginas. Mostra bem a ligação dos meus dois governos de Angola, é uma demonstração da minha acção e indica bem o meu modo de actuar.

Decreto n.º 80, transformando todas as capitánias-mores em circunscrições dando nova organização às forças militares da província:

Sendo necessário intensificar cada vez mais a ocupação administrativa da província, nos moldes e princípios estabelecidos e preconizados no

Regulamento das circunscrições civis, aprovado por Portaria provincial n.º 735, de 17 de Abril de 1913, e na circular da mesma data, expedida pelo governador-geral, princípios hoje estatuídos nas leis orgânicas coloniais;

Sendo certo que a alta, patriótica e nunca demais encarecida missão, levada a efeito pelos organismos militares e de onde resultou a ocupação e pacificação de todo o território da província, tem de ceder o passo, desbravado que foi o caminho com os maiores sacrifícios, sofrimentos e abnegação, aos organismos administrativos civis;

Sem perder de vista que a força pública da Província de Angola nada sofrerá no seu prestígio, importância e valor pelo facto de cessar a sua intervenção nos serviços administrativos e mais facilmente se poderá dedicar a sua nobilitante missão de defesa desta tão importante parte do território da Pátria, de mantenedora da ordem e tranquilidade públicas e de escola de civilização e civismo:

Artigo 1.º — São transformadas em circunscrições civis todas as capitães-mores, e em postos civis os actuais postos militares de província.

§ único — Esta transformação deve estar completamente realizada em 31 de Dezembro de 1922.

Artigo 2.º — As forças europeias da província serão concentradas em três pontos, a determinar, dos planaltos da Huíla, de Benguela e de Malanje, e constituirão destacamentos mistos de infantaria, metralhadoras e artilharia.

§ único — A constituição e aquartelamento destes destacamentos deve estar concluída até 30 de Junho de 1923.

Artigo 3.º — As forças indígenas da província serão constituídas por companhias, com o efectivo de 250 praças cada uma.

§ único — Junto de cada companhia indígena haverá, pelo menos, uma secção de metralhadoras, a cargo exclusivo de oficiais, sargentos e praças europeias.

Artigo 4.º — As companhias indígenas serão concentradas em pontos fixados pelo governador-geral, ouvidos os governadores dos respectivos distritos.

Artigo 5.º — A cada companhia indígena será fixada à área da sua acção e dentro dessa área será cada companhia obrigada a deslocar-se em marchas

militares, completa ou em dois grupos, por forma que cada companhia ou grupo percorra anualmente e em diversas épocas do ano, um mínimo de 500 quilómetros.

Artigo 6.º – Junto de cada companhia serão montadas secções, de transporte com viaturas automóveis, por forma a permitirem o rápido deslocamento de uma parte importante da companhia, sempre que seja necessário.

Artigo 7.º – Os serviços de polícia, de guarda, condução de presos e outros idênticos serão feitos, nas circunscrições civis ou nos concelhos e respectivos postos, por cipaíes, recrutados, instruídos e mantidos nos termos da legislação em vigor.

Foi por meio da organização administrativa, que implantei em Angola, ligada, às outras transformações de que vou tratar, que se conseguiu tomar inteira posse do território de Angola. A ocupação militar foi apenas um acto prévio dessa posse, a preparação dolorosa da possibilidade de a conseguir. A posse de um território, para ser perfeita, tem de tomar o aspecto de um acto legal, pacífico e fecundo da administração civil, de comunidades civilmente organizadas, em que cada indivíduo seja livre, dentro da esfera da acção que a sua civilização lhe marque. E é assim que, se o imposto indígena se não transforma em contribuição bem compreendida e bem aceite, se não perde as características de tributo, mantido pela força militar, os territórios onde residem os tributários não se poderão considerar como tendo passado para a posse da nação. Continuarão a ser sedes de rebelião, elementos de separação, ou se a ocupação militar tiver sido excessivamente dura e devastadora, terras de ninguém. Por essa razão, estabeleci, em Abril de 1913, o seguinte, que resumo o mais possível:

«1.º – Necessidade de fazer compreender aos indígenas que o imposto a pagar deve ser tomado por eles como um acto de gratidão pelos benefícios e protecção que recebem do Estado, e, ao mesmo tempo, como o reconhecimento e acatamento da soberania portuguesa, e de lhes fazer ver que o imposto é, em grande parte, destinado ao seu benefício, traduzido em estradas, escolas, assistência médica, etc.

2.º – Mostrar aos indígenas que não são obrigados a pagar imposto superior ao fixado na lei, seja por que motivo for.

3.º – Que somente o administrador e os seus delegados poderão cobrar o imposto.

4.º – Indicar ao indígena o imposto anual, mostrando-lhe as moedas correspondentes a esse imposto.

5.º – Acabar com o pagamento do imposto em géneros.

6.º – As cobranças do imposto apoiadas na força armada são altamente inconvenientes e devem desaparecer totalmente. Só se cobrarão impostos nas áreas pacificadas.

7.º – O imposto indígena é mais um acto político do que financeiro».

Também o Regulamento das Circunscrições implicitamente estabelece que só pode haver verdadeira posse do território, quero dizer, posse civil, quando os seus habitantes estejam inteiramente e pacificamente subordinados à autoridade administrativa. Nas circunscrições não havia forças militares. Existia apenas um grupo de cipaio; para funções de polícia civil, cujas armas estavam fechadas numa arrecadação e «só poderiam ser distribuídas aos cipaio quando os administradores o julgassem conveniente. E foi com estes pequenos grupos de cipaio, usando um bastão e um cofió vermelho, ao lado de administradores, não fardados, que se conseguiu a real e completa pacificação da quase totalidade da vastíssima Província de Angola. O segredo, deste milagre estava na ausência da violência.

Finalmente, só poderá existir a posse civil do território, quando ele esteja legal e equitativamente distribuído pelos habitantes da região. Imaginar-se que a nação possui realmente os territórios de Angola, porque os descobriu, os conquistou e os ocupou à força, militarmente, por engano, ou dolo, em face dos seus habitantes indígenas, é erro colossal e de onde resultaram todos os planos internacionais de expansão territorial, todos os esbulhos e todas as cabalas diplomáticas, que englobamos sob o nome de Cartilha da África».

(Página deixada propositadamente em branco)

CAPÍTULO II

O NOVO INDÍGENA: DA CONDIÇÃO DE TRABALHADOR RECRUTADO PARA A DE PROPRIETÁRIO E CULTIVADOR RURAL

São as condições económicas da vida das comunidades que fazem pensar aos homens na necessidade de reformas sociais. É certo, como se conclui na primeira parte deste volume, que a questão da mão-de-obra indígena em Angola, nos seus aspectos internos e externos, exigia rápido remédio mas a melhor e a meu ver, a única maneira de acabar de vez com males, vícios e deploráveis abusos, que envolviam e apertavam o trabalhador preto, foi-me sugerida pelo exame da tremenda situação económica, em que fui encontrar Angola em 1912.

Mostrou-me o conhecimento dessa situação que tínhamos, antes de mais, de enveredar por um caminho de pacificação, de acabar o mais possível com guerras e conflitos armados das tribos gentílicas entre si, e de nós com elas, e nos prepararmos, com o menor dispêndio de esforços, para uma vida de trabalho e de intensa produção, única capaz de nos fazer vencer as dificuldades e os perigos que, por todos os lados, nos cercavam. E assim meti ombros à primeira grande transformação do modo de ser social de Angola, que no capítulo antecedente mostrei.

A queda vertical do comércio da borracha situara Angola numa posição de derrocada económica. A exportação da borracha atingira quase 3.000 toneladas, e um valor alfandegário de 4.500 contos ouro, em 1909. A seguir foi o rápido desaparecimento deste eldorado: quando cheguei a Angola a

exportação pouco mais era do que zero. Acrescia que a alta fictícia de preço, que se dera em 1909, animara muito o comércio. Fizeram-se grandes importações de panos de algodão e de outros artigos próprios para a permuta com o gentio vendedor da borracha, subindo em 1909 a importação de tecidos a 2.435 contos, a de pólvora a 94 contos, (o dobro do ano anterior) a de armas de fogo a 46 contos, a de fatos usados para os indígenas e contaria a 84 contos; tudo valores ouro. Com a queda da borracha, estes e idênticos artigos importados em 1910 e ainda em 1911, sempre com a esperança de uma alta de preços da borracha, ficaram imobilizados nos armazéns.

O comércio especial de Angola que, em 1910 atingira, no total da sua importação e exportação, 1.163.000 contos da nossa moeda actual, desceu, em 1912, para 839.000 contos e, em 1914, para 565.000 contos da mesma moeda. O comércio total especial, em 1942, foi de 808.480 contos⁽¹⁾ e, em 1943, de 948.449⁽²⁾.

A que tinha sido devida a próspera situação financeira de 1910 e anos anteriores? Evidentemente ao alto preço da borracha, mas também à ocupação portuguesa de Angola, ao esforço do comércio exercido pelos colonos portugueses brancos e ao trabalho do preto. Era pois necessário intensificar a ocupação, sem cair nos inconvenientes das ocupações passadas, transformando-a em administração civil, não deixar abater o comércio e aumentar a produção dos pretos. O comércio não cairia desde que as outras duas circunstâncias se dessem; a transformação de administração rapidamente a concebi e vi a facilidade em a realizar, como já patentei, e como se mostrará ainda noutros capítulos desta segunda parte; faltava-me descortinar a maneira de levar o preto a produzir valores equivalentes aos da borracha desaparecida. Minas não podia ainda sonhar com elas. Apesar de outros já terem, a este respeito, mais do que sonhos, nada havia, porém, de preciso que me indicasse a sua existência, e qualquer coisa me dizia, cá dentro, que, por mais ricas e valiosas que fossem, não eram minas que eu

⁽¹⁾ Estatística Oficial, Ano de 1942.

⁽²⁾ Relatório do Banco de Angola, Exercício de 1943.

desejava. Estou seguindo par e passo o meu «diário», quase decifrando os breves apontamentos que nele lançava. Consultei demoradamente as estatísticas aduaneiras, e nada mais vi, além do algodão, que me pareceu capaz de rápida e grande produção. Lembrava-me do que vira na Índia, e tinha o exemplo do Egipto. Em 15 de Julho de 1912, escrevi no meu «diário»: «Tive hoje uma longa conversa com o inspector de Agricultura. Vou obrigar os indígenas de regiões vizinhas de Luanda a cultivar algodão, garantindo-lhes a compra do algodão produzido».

De facto, foi publicada, dias depois, uma portaria em que determinava que os indígenas de Icolo e Bengo e da Muxima, cujas lavras não distassem mais de 40 quilómetros de linha férrea, onde não se fizessem culturas de tabaco, café e arroz e onde não se alimentassem gados, eram obrigados a cultivar anualmente meio hectare de algodão exótico, que lhes seria pago pelo Estado, se quisessem vendê-lo por esse preço, a 70 réis o quilo de algodão não desgranado. Fixava-se na portaria uma assistência agrícola muito completa aos cultivadores indígenas de algodão.

Estava dado o primeiro passo e senti que o meu ser principiava a lançar raízes no solo de Angola. O preto a agricultural a sua lavra, isto é, terra que era sua, tendo garantida a compra do algodão produzido. Mencionava-se ainda na lei a obrigatoriedade de cultura. Para quê, se a venda do produto estava garantida? Influências do passado...

Vi, porém, desde logo, que não era este o grande caminho a seguir. A cultura do algodão, tinha tido altas e baixas em Angola. Em 1872 a exportação deste produto subira a 818 toneladas; em 1909 fora apenas de 77. Esta cultura não era ainda bem conhecida entre nós; as espécies semeadas não eram bem escolhidas e adequadas aos terrenos; os preços experimentavam grandes oscilações.

Em Setembro de 1912, mandaram-me da metrópole duas lengas-lengas, com a força de decretos, tratando da criação de gado e da cultura do algodão em Angola na maior parte contrárias à maneira do melhor aproveitamento do indígena que no meu espírito se ia, lentamente, cristalizando. Nelas se falava da inércia das populações indígenas, esquecendo-se que, no decénio de 1900 a 1909, esses indígenas trouxeram do interior para o litoral, às suas costas, umas 25.000 toneladas de borracha, com um valor de 5.600.000 libras

esterlinas ouro. E com que trabalho, santo Deus. Andando em pequenas caravanas, compostas de homens, mulheres e crianças, 500 a 1.000 quilómetros para o interior, e às vezes mais, indo colher, por vezes, a borracha ao Congo Belga, voltando carregados, estropiados, morrendo de fadiga e de fome pelo caminho...

No decreto sobre a cultura do algodão, lá vem a fórmula clássica: «Os administradores da Província de Angola deverão fornecer os indígenas necessários para a cultura e exploração do algodão».

Fornecimento de operários pretos a concessionários brancos... Quão longe me encontrava já do Ministério das Colónias!

Quando publiquei estes decretos no Boletim Oficial, havia quatro meses que estava na colónia. Tinha sido tempo bastante para me habituar a prestar pouca atenção à maior parte das medidas elaboradas naquele ministério. Pois não era a mim que me pertencia transformar Angola? Creio que foi hoje, passados 32 anos, que tornei a olhar para esses decretos, e isso porque um desabafo, no meu «diário», me obrigou a ir ver do que se tratava.

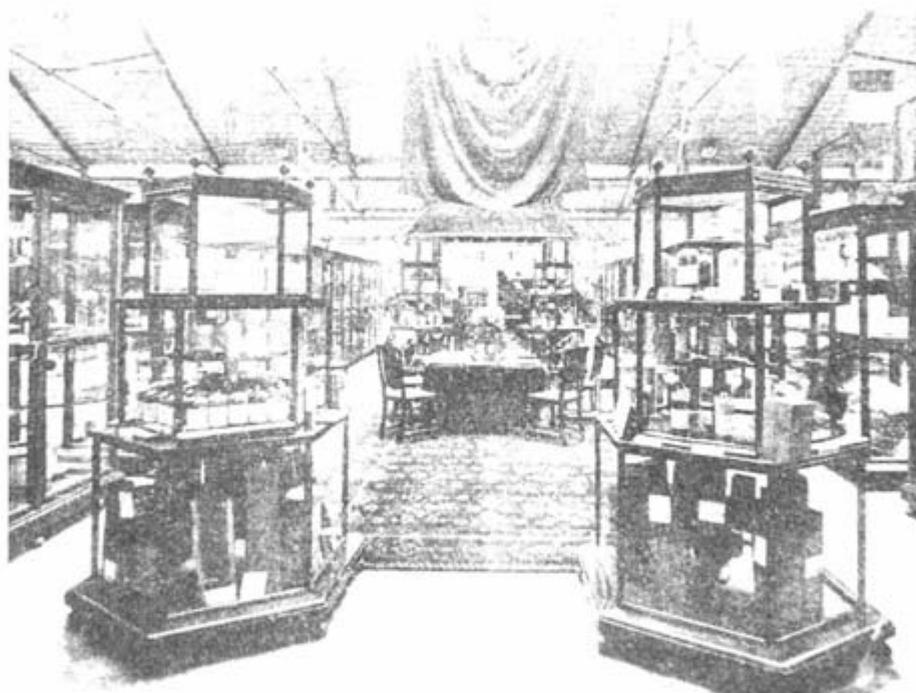
A cera e o café vinham logo a seguir, em valor, à borracha, nas estatísticas de exportação que ia consultando. Eram, porém, géneros que não se prestavam a empregar toda a actividade dos indígenas, de longe que fosse. Continuariam, porém, a constituir comércio subsidiário importante. O mesmo se dava com o coconote e o óleo de palma.

O peixe seco prendeu-me a atenção. Em 1909 a exportação devida a esta indústria, valera 12.190 contos da nossa moeda actual, e havia a tomar em conta o que na província se consumia. Mas o seu desenvolvimento só se poderia conseguir, então, mediante trabalho forçado e disso queria eu fugir.

O mesmo se dava com a indústria açucareira, que mais tarde havia de conseguir desenvolver notavelmente, mediante trabalho indígena livre.

Tudo ia fazendo para chamar a atenção de todos para a agricultura de Angola. Bem sabia já que só poderíamos conseguir vida tranquila, abundante e feliz, agricultando o solo ubérrimo, por meio do trabalho rural de pretos e brancos.

Em Portaria de 15 de Outubro de 1912, ainda não arrefecido o entusiasmo com que decorreram as festas com que se celebrou o segundo aniversário da Proclamação da República, determinava que tudo se fosse



Parte do Pavilhão de Angola na Exposição de Produtos Coloniais,
realizada em Londres, em Junho e Julho de 1914

preparando para que o terceiro centenário dessa data fosse celebrado com um congresso de agricultura, uma exposição e uma parada agrícolas, e abria o diploma com as seguintes palavras: «Entendendo que actos de propaganda e realce são necessários, neste momento inicial de renovação de energias, para atrair as atenções de todos para a agricultura de Angola...».

O congresso, a exposição e mais actos realizaram-se, de facto, nos dias fixados e tiveram um grande sucesso. Foi uma bela manifestação de alegria presente, de esperança em bem estar futuro.

Poucos dias antes de rebentar a Grande Guerra, figurou Angola, com grande brilho, numa exposição de produtos coloniais em Londres. A maior parte das pessoas que a visitaram, nem sequer sabiam que Angola existia...

Principiei pouco tempo depois de chegar a Angola, as minhas viagens pelo interior da província. Viagens incómodas e aborrecidas. Aproveitávamos as linhas de caminho-de-ferro de Luanda e de Benguela. Levávamos cavalos no comboio e, de uma ou outra estação, seguíamos a cavalo, a corta mato, para esta ou aquela localidade. Pouco se andava e pouco se via. As comunicações telegráficas eram ainda escassas e preocupava-me o ver-me, por horas e horas, isolado inteiramente da vida da colónia. Daqui nasceu a minha primeira resolução de construir estradas.

Enchi de notas o meu «diário» a respeito dessas viagens e até, por vezes, me estendia nele em literárias descrições e impressões das terras vistas. Ora muitas dessas notas referem-se às culturas de milho que, aqui e acolá, encontrava. «Que belo milho, alto e viçoso, cada pé com 7 espigas». «No caminho para Pungo-Andongo encontrámos uma vasta cultura de milho. O guia disse-nos que se encurtava, cortando a direito. O milho era tão alto que quase nos cobria, cavalos e cavaleiros». Passara a minha infância em terras de milho. Ficaram-me para sempre na imaginação os milharais do Minho. E eis que voltava a encontrá-los, mais vastos e mais produtivos.

Em Janeiro de 1913, encontram-se no «diário», várias referências a um relatório sobre o desenvolvimento, comércio e exportação do milho produzido na África do Sul, que os serviços da agricultura do Cabo tinham enviado ao governo de Angola. A sua leitura revelara-me a importância das culturas dos «géneros pobres», o valor colossal que elas podiam atingir nas terras de África. Géneros pobres, por se pagar então uma miséria por cada



As primeiras tentativas
Uma estrada em construção

unidade da sua medida ou peso, mas ricos pelas ilimitadas quantidades que dele se podiam facilmente e com são trabalho produzir.

Principiei a estudar o assunto. Quase não havia exportações de milho de Angola. Foram elas as seguintes, que aqui quero destacar:

1910	351 toneladas
1911	29 "
1912	459 "

Na época agrícola, em que estamos vivendo:

1938	129.000 toneladas
1941	155.000 "
1942	124.000 "

Estes números falam por si. Decorreram 30 anos entre estas duas épocas.

Três coisas principais se opunham ao desenvolvimento do comércio do milho em Angola. As pautas aduaneiras, então em vigor, aplicando à exportação deste cereal direitos absolutamente proibitivos; transportes terrestres e marítimos caríssimos; o indígena sem ter a certeza de que o milho que produzisse além do necessário para a sua alimentação, lhe seria comprado por preço atraente.

Resolvi, saltando o Rubicon do Ministério das Colónias e pondo de parte as leis «Tabu», que me proibiam tocar nas pautas aduaneiras, tornar inteiramente livre a exportação do milho; combinei com os caminhos-de-ferro e a Empresa Nacional de Navegação o barateamento de tarifas e fretes; garanti aos indígenas que o Estado lhes compraria todo o milho, que quisessem vender e apresentassem nas sedes administrativas. O preço de compra foi fixado, segundo as regiões, dobrando-se, em regra, o preço de compra corrente na ocasião. Pouco foi o milho que o Estado teve de comprar, porque o comércio principiou a desempenhar, desde a primeira

hora a sua missão. E a produção do milho em Angola aumentou 553 vezes numa geração!

Quero aqui deixar o diploma transformador e impulsionador, que tive a grande ventura de redigir e assinar:

«Portaria Provincial n.º 250, de 12 de Março de 1913.

Oferece a Província de Angola vastíssimo campo para a exploração agrícola dos chamados géneros pobres, como sejam o milho, o feijão, a ginjuba, o gergelim, a mandioca, a batata de diferentes espécies, o trigo, o centeio, a cevada e a fava e para a primeira industrialização destes produtos pela sua transformação em farinhas e fubás.

No distrito da Huíla existem actualmente 400 toneladas de milho compradas a cultivadores indígenas e 450 toneladas de trigo, produzida nos campos cultivados pela colónia branca do planalto. Aos esforços deste governo-geral se deve a colocação destes e de outros produtos idênticos; mas este processo de venda e de abertura de mercados constitui um mero expediente de ocasião, que não deve arvorar-se em regra e sistema a seguir, e que apenas pode ter servido para estabelecer correntes comerciais e para indicar caminhos a trilhar com toda a liberdade e por meio da iniciativa particular, que devem caracterizar as operações de compra e venda e de colocação de géneros.

Quanto ao milho, pode dizer-se que uma das maiores riquezas agrícolas reside na possibilidade de se transformar esta província numa região produtora de enormes quantidades daquele cereal, com mercado certo. O facto de ser já hoje muito grande a sua produção, pois que constitui a principal alimentação de uma larga percentagem de população indígena, e de se contarem por muitos milhares os hectares de terreno, que podem ser produtivamente cultivados de milho, mostram a importância deste cereal.

O indígena de Angola pode e deve produzir, além do milho necessário para o seu consumo, largas quantidades de milho para exportação. Para se conseguir isto, bastará que o indígena ou o agricultor branco tenham a certeza de que todo o milho que produzirem, e de que quiserem dispor, lhes será comprado por preço que considerem remunerador.

Tudo se resume, portanto, em arranjar compradores e eles aparecerão desde que se dêem as seguintes condições: transportes fáceis, rápidos e baratos, dos centros produtores para a costa; fretes marítimos diminutos; direitos de exportação nulos ou muito reduzidos...

(...)

Desejando continuar a firmar a orientação por mim seguida, no desempenho das honrosas funções a meu cargo, derivada da convicção de que o futuro desta colônia reside no aumento da sua produção agrícola e, mormente, no desenvolvimento da agricultura dos indígenas e na garantia da venda dos gêneros por eles cultivados;

Considerando que os direitos da exportação do milho saído até hoje pelas alfândegas da província, representam uma receita anual inferior a 400 escudos;

Tendo ouvido o Conselho do governo;

Tenho por conveniente determinar;

Fica isento do pagamento de qualquer imposto de exportação o milho produzido na Província de Angola».

Como se vê, contém-se no preâmbulo desta portaria um plano de desenvolvimento de Angola, que ainda hoje, 32 anos depois, tem aplicação. Exalta-se a liberdade comercial e a iniciativa particular na compra e venda dos produtos agrícolas, fugindo-se assim, adivinhando-as, de futuras práticas bolchevistas ou de economia dirigida; coloca-se o agricultor preto ao lado do agricultor branco, a indicar que, tanto indígenas como colonos, eram já, e deviam ser cada vez mais, cultivadores directos das terras de Angola; considera-se a província como uma região essencialmente agrícola, onde a sua agricultura terá de ser sempre a principal manifestação da actividade dos seus habitantes brancos e pretos; reconhece-se a absoluta e constante necessidade de transportes fáceis, rápidos e baratos, a servirem todos os produtores agrícolas; arvora-se em princípio a vantagem do desaparecimento de absurdos direitos de exportação, destruidores de actividades produtivas.

Por estas razões quis deixar nestas «Memórias», quase na íntegra, esse meu, já tão antigo, diploma.

Em tempos mais recentes, escrevi o seguinte, onde a cristalização surge quase perfeita:

«Quando, em 1912, me mandaram para Angola com a missão de governar e ordenar os povos e as coisas daquelas terras, senti bem, desde a primeira hora, quão pesado seria o fardo de proteger, curar e meter a caminho de melhor civilização os milhões de indígenas que em Angola viviam. Diziam-me então as estatísticas e os serviços que eram eles em número de uns cinco milhões, e, se a breve trecho me foi dado desconfiar do exagero nesta avaliação numérica, também não foi necessário muito tempo para me convencer de que a população indígena de Angola estava a decrescer de assustadora maneira. Era mal que vinha do passado, que se espalhara por toda a África e que na maior parte se devia à ocupação do continente negro pelos europeus.

E o meu combate principiou e ainda hoje dura.

Lancei mãos à tarefa ingente com a certeza de não ter forças nem tempo para a concluir. Animado, porém, pelo feixe de boas vontades que via surgir em torno de mim, estimulado por malquerenças e deitando a correr para o fim almejado, com tanta pressa que as coisas que eu julgava úteis e que iam aparecendo sob os meus rápidos passos, mereciam a muitos o nome de precipitações, algum bem consegui fazer. E os meses e os anos foram passando. Deixei Angola em 1915, voltei a governá-la em 1921 para, três anos depois, a deixar para sempre.

E a grande verdade que desde o início me apareceu, ainda que envolvida em muita confusão e em entranhados preconceitos, foi-se tornando cada vez mais nítida, mais precisa, mais despida de tudo que a ocultava ou apoucava, até se erguer deslumbradora.

— A única maneira de fazermos em Angola uma obra verdadeiramente humana e redentora, que conduza à transformação dos indígenas, que pague a dívida que ainda temos em aberto para com eles, e que seja ao mesmo tempo uma obra de engrandecimento nacional, digna do nosso passado e do nosso modo de ser colonial, — é fazer deles cultivadores agrícolas, com a plena propriedade dos terrenos que cultivam. Grande parte das terras de Angola devia ser hoje propriedade dos seus habitantes indígenas, cadastrada, registada em nome de cada chefe de família preta e, em alguns casos, como

pertencentes a antigas comunidades que ainda não desapareceram. Seria sobre este regime de pretos proprietários e cultivadores das suas terras, que tudo o mais deveria assentar.

A existência da propriedade indígena, inalienável, transmissível por herança, segundo regras a estabelecer de harmonia com os usos e costumes de cada tribo, contendo em si própria a obrigatoriedade de cultivo, constituiria a verdadeira carta de liberdade e de independência do preto de África. A assistência médica e a assistência agrícola, a instrução pública, a obra missionária e tantas outras medidas de progresso e de civilização teriam então um firme e indestrutível alicerce.

Muito se tem feito já para se tornar em realidade este largo plano de transformação de alguns milhões de pretos, que há pouco mais de um século eram ainda escravos e que ainda hoje não estão totalmente livres de trabalho forçado, mais ou menos disfarçado, mais ou menos adoçado, em homens livres, independentes, senhores de terras suas, dignificados pelo trabalho agrícola. Mas muito falta fazer e a cada passo noto regressões e contradições que me arrepiam».

É necessário analisar bem o que se conseguiu fazer e para tanto nada há melhor do que olhar para as críticas feitas aos resultados obtidos, à essência da grande transformação conseguida.

Dizem uns: «temos de procurar na agricultura, lugar seguro para o colono português, com o qual precisamos de ocupar, mais do que nunca, largamente Angola. Já há excesso de comércio e a indústria só dificilmente e lentamente se desenvolverá».

Creio que nunca há excesso de comércio e os próprios russos já reconheceram isso; e quanto à indústria tudo me está dizendo que, dentro de uns trinta anos, ela se terá desenvolvido enormemente em Angola. E, como a instrução se irá desenvolvendo também rapidamente na província, muitos pretos passarão, em algumas dezenas de anos, a comerciar, outros a exercer profissões liberais e técnicas e grande número deles a trabalharem como operários industriais.

Mas a crítica não vê isto como eu e opina que o único caminho aberto ao colono branco em Angola é a agricultura.

Poderia mostrar-me inteiramente de acordo, pois ninguém mais do que eu tem pugnado em Portugal, nos últimos cinquenta anos, pelo intenso povoamento de Angola levado a cabo por famílias portuguesas brancas de cultivadores rurais.

Mas a crítica responderia que não é isso que se quer, pois o que apenas se deseja é manter e desenvolver em Angola o sistema de «fazendas» e de «roças», quer dizer, famílias de brancos ou empresas agrícolas de sabor capitalista, às quais o Estado concedesse grandes áreas de terreno, onde pretos, arrancados às suas «lavras», às suas terras, às suas propriedades, à humana vida de família que tentei criar-lhes, fossem cultivar, «*com a sua inata adaptação aos climas tropicais, com a sua típica frugalidade, com o seu espírito de resignada e pacífica obediência e com ínfimo nível dos seus salários*» — como dizem homens pouco conhecedores do banto — as terras concedidas e enriquecerem com o seu trabalho os concessionários brancos.

Vêm depois outros, dizer que «*não se pode admitir o princípio de firmar a capacidade económica de Angola no indígena proprietário*». Por certo, como a inteira economia da metrópole não assenta nos milhões de pessoas que vivem da pequena propriedade que adquiriram ou herdaram. Mas tomáramos nós todos que essas pequenas propriedades, sem se pulverizarem por vendas ou partilhas, capazes de sustentar cada uma delas uma família completa, aumentassem continuamente, em número, à custa dos latifúndios e das terras incultas, atingindo-se ao máximo, por esta forma, uma equitativa distribuição da riqueza territorial.

Evidentemente não quis sacrificar o branco ao preto, pois nunca tive feitio para sacrifícios desta natureza; mas também não vejo a menor necessidade, para a prosperidade do branco, do sacrifício do preto. Muito pelo contrário.

Já correu muita tinta de imprensa a propósito deste meu modo de ver. É indispensável que corra mais alguma.

Estou convencido de que a actual produção de géneros agrícolas, devida a trabalho de jornaleiros pretos por conta de fazendeiros brancos, não é hoje superior a 10 por cento da produção agrícola total de Angola. Por outro lado, esta pequena produção de géneros agrícolas, assim obtidos

está lutando com as maiores dificuldades em consequência da falta, cada vez maior, de mão-de-obra indígena.

O que li e ouvi na Índia, durante dez anos de preparação para administrador colonial, os meus aturados estudos sobre a mão-de-obra indígena através dos tempos e em diversas regiões do mundo, a minha observação das coisas de Angola de 1912 até hoje, levaram-me à inabalável e profunda convicção de que o indígena agricultor, em toda a parte, mais do que outra coisa, nada aborrece tanto como trabalhar a terra para colonos da raça que o dominou.

Sendo homens, raciocinam e pensam, naturalmente, com primitiva simplicidade: se a terra é nossa e se nós tiramos dela o necessário para viver, para quê ir cultivá-la para outrem.

Há mais de cem anos que estamos nas nossas colónias de África a dizer aos indígenas que a escravatura e o trabalho forçado acabaram. Nas últimas dezenas de anos, sobretudo depois da Proclamação da República, tudo se fez para aumentar a produção indígena. Garantiu-se-lhes a propriedade das suas terras e a segurança das suas culturas e àqueles que se mostraram espantados e desorientados perante tão nova atitude dos brancos, tiveram os administradores das circunscrições de convencer com diplomacia e energia que trabalhassem, pois que para si trabalhariam e que lhes seria dado justo preço em troca dos géneros agrícolas que produzissem. Que grande e lento esforço se fez. E a cultura indígena foi alastrando e tomando conta da quase totalidade de Angola. Simultaneamente o comércio aumentou e prosperou, como mostra a curva do movimento comercial nestas três últimas dezenas de anos. Foi uma grande obra, uma enorme transformação.

Como podemos nós agora, depois de tudo o que se passou, vir dizer aos indígenas que vamos dar grande impulso às lavras dos brancos, que abandonem as suas terras, as suas aldeias, as suas famílias e venham cultivar para outros? Não poderia produzir-se tal reversão. A tendência tem de ser de ir até ao fim, levando todos os pretos de Angola à condição de proprietários de terras de cultivo, que eles próprios cultivem facultando-lhes o Estado assistência agrícola, que torne cada vez mais perfeitas as suas culturas, melhor e maior a sua produção agrícola.

Não proceder deste modo será antieconómico e contrário a todas as leis divinas e humanas. Quanto à lei divina, há em Angola pessoas com incomparavelmente maior autoridade do que eu para a proclamar. Quanto à lei humana, diz o Acto Colonial: «A lei garante aos indígenas, nos termos por ela declarados, a propriedade e posse dos seus terrenos e culturas, devendo ser respeitado este princípio em todas as concessões feitas pelo Estado».

Mas continuemos.

Se obrigarmos os cultivadores indígenas, chefes de família, a virem trabalhar para as «fazendas» dos colonos brancos, será quase certo perder-se para a comunidade angolense a quase totalidade dos valores por eles produzidos, em troca de acumulação de riqueza nas mãos de um reduzido número de pessoas. Além deste aspecto económico-social, avulta o aspecto moral da questão; e as infracções das leis morais são sempre de consequências mais graves do que as que resultam da quebra dos princípios económicos.

Pergunta-se, porém:

«De resto, se em todos os países do mundo, onde há pequenos lavradores, é recrutada mão-de-obra para as grandes propriedades, porque razão só em Angola o indígena não poderá trabalhar para o europeu, se há tanto preto que vive em regiões onde não pode produzir nunca em condições económicas?».

A resposta é fácil. É porque em Angola, e estou convencido de que em todo o mundo, vale incomparavelmente mais, sob o ponto de vista social e económico, que um trabalhador rural trabalhe as suas terras do que as dos outros. Deverá sempre preferir-se o trabalho agrícola por conta própria.

Muitas vezes me tem sido dado chamar a atenção dos meus compatriotas para o facto de constituírem as nossas colónias de África matéria plástica, onde nos será permitido moldar sociedades novas que participem do muito que temos de bom cá por casa, do muito que por cá há digno de ser conservado, pondo de lado, quanto permitia a imperfeição humana, defeitos e males que existem cá e lá. O estudo das sociedades bantos mostra-nos que nelas nunca houve aquela terrível praga a que damos o

nome de proletariado. Tem, sem dúvida, a nossa acção civilizadora, nestes últimos cem anos, revelado constante tendência de chamarmos a nós os indígenas, de exercermos sobre eles um grande esforço, de assimilação, fazendo-os abraçar as nossas crenças, ensinando-lhes o português, educando-os, protegendo-os por todas as formas e maneiras e levando-os ao exercício de funções técnicas e públicas. Obra lenta e demorada, como não pode deixar de ser para produzir todos os seus efeitos, mas obra contínua. Neste permanente actuar, onde tem naturalmente havido desvios e erros (e talvez seja eu um dos que mais culpas tenha por falta de clara visão) não conheço caso algum, depois do desaparecimento da escravatura e do trabalho forçado, em que a majestade do Estado, representada pelo governo da metrópole e pelos governos coloniais, tentasse, directa ou indirectamente, destruir a aldeia banto no que ela tem de admirável — a sua constituição por famílias e a estrutura agrícola e pastoril da sua simples e tão humana vida. As características essenciais da nossa legislação sobre os indígenas de África foram sempre a protecção e a tutela a evitar, antes do advento de mais segura civilização que permita que os indígenas a si mesmos se defendam e guiem, que as aldeias bantos se desorganizem e que passe a haver em Angola cultivadores que para viver tenham de ir cultivar distantes explorações agrícolas de brancos.

Sou de terra de jornaleiros agrícolas e sei bem quanto lhes custa a verem-se obrigados a trabalhar campos de outros. Não tenhamos ilusões a este respeito.

Ora só o quinhão de terra suficiente para a alimentação própria e da família, para pôr de lado quaisquer economias destinadas ao pagamento do imposto, ao conforto próprio, da mulher e dos filhos, à casa cada vez mais humana, à lavoura com tudo o que ela compreenda, poderão em Angola evitar o aparecimento de proletários.

O dever do Estado português é transformar os habitantes das suas colónias de África em proprietários rurais, cultivadores das suas terras. Em Angola esta obra está muito adiantada. Sei bem que muito falta fazer, principalmente nas regiões da fronteira, mas, em lugar de ir buscar os pretos que nessas terras distantes se encontram e trazê-los para fazendas do interior ou das proximidades do mar ou para pescarias, sujeitando-os, por um lado,

a todos os inconvenientes resultantes das emigrações forçadas e das mudanças bruscas de clima, e correndo-se o risco por outro lado, de criar o deserto em regiões hoje habitadas, estenda-se para leste, nordeste, sudeste e sul, a obra de expansão civilizadora, multiplique-se o número de circunscrições administrativas, estabeleça-se assistência agrícola e sanitária, garanta-se a propriedade agrícola, dê-se ao indígena a certeza de que a produção das suas terras lhe será paga por justo preço, proteja-se e tutele-se o indígena, e verão como tudo se transformará em pouco tempo.

Continuar-se-ia a minha obra, deixai-me ter o orgulho de o dizer.

E não há muito tempo que escrevi o seguinte para destruir errada doutrina.

«Quando se advoga a necessidade absoluta da mão-de-obra indígena para tornar possível a agricultura dos brancos em Angola, faz-se a seguinte restrição:

«O que importa é que no serviço do colono o interesse material do indígena não seja prejudicado, isto é, que como agricultor, a terra não lhe dê mais do que lhe dá o serviço prestado ao europeu».

Parece-me, antes de mais, que nada há que possa pagar ao preto, que se arranca da sua terra e do seu cultivo, para cultivar terras de outros, o sofrimento moral que esse procedimento lhe causa.

Mas suponhamos que o agricultor leva para a sua fazenda os pretos com as suas famílias, lhes fornece casas confortáveis, lhes dá alimentação abundante e racional, os veste decentemente, os educa, os trata nas doenças e ministra instrução aos seus filhos, como observei e meditei nas minas de cobre do Katanga: poderá uma empresa agrícola com tais despesas? Não será muito mais económico ensinar os pretos, nas suas aldeias, a cultivarem, segundo os mais modernos processos, o milho, o trigo, o algodão ou o que seja, fornecendo-lhes os instrumentos e as máquinas agrícolas indispensáveis, cercado-o de constante e profícua assistência agrícola e pagando-lhes pelo justo preço a sua produção?

Creio que não pode haver sobre isto a menor dúvida. Se o preto é em Angola o agricultor por excelência, se a agricultura era já a sua profissão fundamental, antes de Diogo Cão subir o Zaire, para que impedir-lhe o cultivo das suas terras, em lugar de o ajudar a cultivá-las cada vez melhor e

em maior área? Porque se trata com pouca simpatia o preto que quer ser, simultaneamente, cultivador e proprietário?

Desde menino que conheci o carinho com que o jornaleiro minhoto cultivava, nas poucas horas que lhe sobravam, os palmos de terra que lhe pertenciam.

Está provocando em todos nós, desde há muitos anos, uma grande preocupação a diminuição constante da população indígena de Angola. É, sem dúvida, este aspecto da vida de Angola o que maior atenção deve merecer a governadores, administradores e colonos. É indispensável estudar este problema a fundo e se esse estudo se fizer, chegar-se-á à conclusão de que o mal pensado e mal regulado aproveitamento da mão-de-obra indígena tem sido a principal causa do decréscimo da população em África.

E surgiu, então, perante a transformação em marcha, e por parte daqueles que não viam outra maneira de fazer prosperar Angola, a não ser à custa do «trabalho obrigatório» do preto, a acusação formidável. Pretende-se, disseram, que quase se reduza a zero o auxílio, em trabalho, que o preto preste ao branco. Como pode desenvolver-se tão vasta região, quer comercialmente, quer sob o ponto de vista agrícola ou industrial, sem se dispor de uma grande multidão de assalariados, livres, voluntários, obrigados, compelidos ou forçados?

Poderia responder asperamente. Mas eu sabia bem que era gente boa a que me interrogava, bem intencionada, ingénua, por vezes, mas da minha raça e do meu sangue, que nunca me quis hostilizar, porque vendo que eu era incapaz de os querer cativar, para obter popularidade que nunca pretendi, com promessas e blandícias, sentia que a punha no meu coração no lugar de meus companheiros de trabalho na execução da grande missão que Portugal tinha de realizar em Angola. Eram os tempos simples da grande província... E respondi, serenamente, na célebre circular, de 17 de Abril de 1913, desdobrando então inteiramente, o meu pensamento sobre o trabalhador indígena e proprietário produtor de géneros agrícolas e de artefactos:

«Fazer do indígena de África um agricultor ou um artífice, independente e livre, possuidor de uma gleba de terra e, por vezes, com ela, de uma pequena

oficina, como as que entre eles já hoje existem, com instrução profissional e instrumentos, podendo, pelo seu trabalho, viver com relativo conforto e produzir mais do que precisa para a sua alimentação e sustento, inundando, assim, o mercado de géneros e de artefactos de toda a espécie: criar pequenos proprietários e indústrias locais; são os fins a que, principalmente, devem visar a administração e o governo de uma colónia como Angola.

É preciso que todos se convençam disto e que haja a coragem não só de o dizer, mas também de o pôr em prática, remando firmemente contra todas as ideias preconcebidas, contra todos os sistemas ou hábitos do passado. De uma política indígena baseada nestes princípios, só podem resultar vantagens. Nela está a única maneira de resolver a questão da mão-de-obra da província.

Crie-se uma população livre, cada dia mais numerosa, com hábitos de trabalho adquiridos no cultivo de terra sua, no exercício de profissões manuais lucrativas e, dentro de poucos anos, não faltarão às grandes explorações agrícolas, às empresas industriais, os braços de que carecem».

E a isto me agarrei e a isto morrerei agarrado.

Quando, passados tempos, homens de pouca fé provocaram regressos ao passado inadmissível e que, em grande parte, conseguiram modificar nos meus dois governos de Angola, reagi naturalmente e publicamente declarei que «de modo algum se podia permitir que se fossem tirar ao cultivo das terras que lhes pertenciam, agricultores pretos para os pôr a cultivar, tal e qual, terras de brancos, cuja única missão seria contemplar a sua nudez, a sua ignorância e a sua miséria e amealhar o produto do seu trabalho».

Não fôra eu, foram outros que se enganaram ao olhar para as duas extremidades da mesma questão. Nunca pela imaginação me passou que me seria possível tirar dos ombros dos homens o fardo do trabalho. O que quis foi transformar o trabalho indígena, tornando-o livre e voluntário, e dignificar o trabalhador distribuindo-lhe, uma parcela da riqueza pública, afastando o proletariado, acabando inteiramente com a escravatura e com o trabalho forçado dos tempos antigos, e evitando os processos bolchevistas dos tempos modernos.

Passaram, de facto, os anos, e fui obrigado a levantar, de novo, a minha voz, apenas com a autoridade, do meu passado, e escrevi o que se segue:

«Em Angola a exploração de diamantes tem-se mantido, há mais de duas dezenas de anos, dentro de um programa, cujas, linhas fundamentais se fixaram por contrato em 1921: aumento contínuo de produção; auxílio cada vez maior à vida financeira e económica da província; melhoria constante das condições de vida dos trabalhadores indígenas.

Os trabalhadores indígenas da Companhia de Diamantes de Angola, são hoje, na grande maioria, recrutados na Lunda, isto é, na região das minas. Numa tese que apresentei a um Congresso Colonial, escrevi, quando me referi aos graves inconvenientes do deslocamento dos indígenas para regiões diferentes daquelas em que habitam, e quando afirmei que esses deslocamentos têm sido uma das principais causas da diminuição da população indígena de Angola e tem dado lugar muitas vezes à destruição de famílias indígenas e ao completo desaparecimento de populosas aldeias, o seguinte:

«Se necessidades agrícolas ou industriais o indicarem, isto é, se for necessário montar uma exploração agrícola ou uma indústria, de real vantagem para a comunidade, numa região não povoada, só um caminho há a seguir: criar colónias de famílias indígenas convenientemente agrupadas em povoações construídas em locais saudáveis, com todos os requisitos sanitários, onde os trabalhadores indígenas encontrem condições de vida superiores àquelas que deixaram nas terras donde vieram».

Acrescentei noutra parte da mesma tese que estas povoações deviam ser de tipo rural, onde o trabalhador indígena pudesse descansar no seio da família e no meio de cultivadores da terra, de quando a quando, e mais tarde tivesse a vida decente, a casa e o campo, a que adquirira direito após anos de trabalho como assalariado industrial.

Quando se iniciou a exploração dos diamantes na Lunda, impossível era encontrar na região quaisquer trabalhadores. A população era escassa e não reconhecia a nossa autoridade. Pouco a pouco, graças à nossa admirável política indígena, auxiliada pelos esforços da Companhia, tudo se transformou. São hoje poucos os trabalhadores que se vão buscar fora

da Lunda e em volta das minas surgiram aldeias indígenas que fornecem não só mão-de-obra, mas também a maior parte dos géneros necessários para a sua alimentação, a mandioca, o amendoim, o milho...

Criou a Companhia um «Serviço de Propaganda e Assistência à mão-de-obra Indígena» que segundo informações que me têm chegado, está fazendo verdadeiros milagres no meio indígena do ângulo nordeste da Lunda. Estou certo que a sua acção conduzirá às aldeias modelos, em que as palhotas serão inteiramente substituídas por habitações dignas deste nome, em que a nudez desaparecerá por completo, em que a vida, limpa e sã, será a regra geral e em que, além dos trabalhadores a fornecer à indústria vizinha, salvadora e civilizadora, criada por brancos, ainda sobre braços para tirar da terra todos os géneros agrícolas que tenham mercado assegurado.

Sei que é este o caminho que se está seguindo na região dos diamantes da Lunda. A assistência médica e sanitária continua sem desfalecimentos em toda a região mineira e também nas regiões vizinhas, e registou-se baixa no índice necrológico; prosseguiu a campanha da profilaxia contra a doença do sono que é mister fazer desaparecer por completo, fazendo-se 1.394 tratamentos a indígenas, sendo visitadas 1.149 aldeias indígenas pelas ambulâncias sanitárias, efectuando-se 61.780 inspecções individuais e percorrendo-se 6.236 quilómetros, no ano de 1940. Mas ainda se averiguaram 47 casos novos de tripanossomíase. O saneamento e a melhoria das aldeias continuou durante o ano de 1941: foram reparadas 900 habitações e construídas 48, em diversas aldeias.

Sei que muito mais é preciso fazer, que os estados e as empresas europeias têm de transformar rapidamente a África, que a vida miserável e baixa em que vive a grande maioria dos seus habitantes, tem de se transformar rapidamente. Mas o que tem feito a Companhia de Diamantes mostra à evidência como não é utopia o que venho apregoando, desde 1912, como uma das principais maneiras de transformar a vida primitiva dos pretos sem impedir a actividade dos brancos, e apoia, ao mesmo tempo, fortemente, os protestos que sempre levantei em face de regressos ao passado, de tentativas de destruição da atitude de Portugal perante a mão-de-obra indígena, que se definiu e praticou após a Proclamação da

República e que o Acto Colonial, parte integrante da Constituição da República Portuguesa, de 9 de Abril de 1933, tão brilhantemente estabelece no seu título II, que todos os portugueses, brancos ou de cor, devem decorar e recitar como uma oração. Um dos artigos desse título, diz: «O regime do contrato do trabalho dos indígenas assenta na liberdade individual e no direito a justo salário e assistência, intervindo a autoridade pública somente para fiscalização».

O papel e o procedimento dos funcionários administrativos coloniais estão claramente definidos nesta disposição constitucional, nada mais é necessário dizer-lhes; por outro lado a resolução do preto sobre a natureza e qualidade do seu trabalho, assente na sua liberdade, é a «última ratio», sob a qual terão de se curvar as autoridades e as empresas de exploração económica: se o indígena não quer abandonar o campo ou a oficina doméstica, onde trabalha, a sua aldeia, a sua família, para ir trabalhar para outrem, nada há a fazer. É isto que é necessário ensinar-lhes.

E dias depois insisti. Escrevi o apelo que dirigi a todos os coloniais portugueses:

«Por certo, todos a adivinham, todos a sentem, não lenta e demorada como até hoje, mas rápida e precipitada como a água de grande rio, que encontra alto desnível, e nós mais a sentimos do que qualquer outra nação colonial. Uma potente transformação se tem de fazer, em poucos anos, na vida dos indígenas de África. Se a guerra demora, dar-se-á essa modificação profunda durante a guerra; se a paz vem depressa, será dos primeiros actos a realizar após a sua assinatura. Tudo nos está a mostrar a proximidade deste acontecimento, nada o pode deter.

Um espanto novo surgiu no mundo. Parecia que nada havia já, capaz de nos fazer vibrar de assombro: tudo era conhecido, tudo tinha sido estudado, analisado, classificado e coisa alguma existia nas sociedades humanas que pudesse vir chocar, em violento contraste, com a vida dos habitantes da Europa e da América. A enganadora palavra evolução a todos tranquilizava. Mas, nos últimos cinquenta anos, as profundas diferenças entre o que se chamava «vida de civilizados» e «vida de não civilizados», e juntamente a profunda injustiça que essas diferenças traduziam, principiaram

a notar-se com frequência crescente. E as interrogações e as dúvidas surgiram de todos os lados.

Como podem homens, com os quais estamos em contacto, há quase cinco séculos, continuar a viver tão miserável vida...

As portas do interior da África abriram-se cada dia mais, graças a caminhos-de-ferro, a estradas, à ocupação pacífica e às explorações mineiras e agrícolas; tornou-se mais íntimo o convívio entre civilizados e não civilizados, e as administrações coloniais principiaram a exarar nas suas «cartas» e «actos» a protecção do indígena e a sua benéfica e indispensável tutela. A melhoria das condições de vida dos pretos passou a ser o principal fim a atingir pelas nações que possuíam territórios em África. Para o interior das zonas tropicais seguem, de ano para ano, em maior número, missionários, médicos, agrónomos e engenheiros, levando todos, com fé e entusiasmo, as suas assistências espirituais e materiais aos indígenas e o que observam espanta-os e corta-lhes o coração e as suas palavras vão tomando o volume de clamor e de protesto. Levantou-se no mundo, como há dois mil anos, um tremendo grito contra a injustiça, a desigualdade, a exploração e a miséria.

Nas colónias pacificadas e ocupadas, cada vez se vão fixando mais brancos. Primeiro emigram homens que, na Europa, deixam as suas famílias; mais tarde seguem as mulheres e as crianças, e principia a dar-se em terras de África a floração da família branca, com todos os seus benéficos resultados: essas mulheres e essas crianças passaram a ser entre os colonos endurecidos por penosa vida, entre os técnicos e os missionários, as que mais sentiam o penoso contraste da sua vida com o miserável viver dos pretos. Habitando casas cada vez mais confortáveis, dispondo de alimentação racional, vestidas com decência e gosto, educadas, instruídas e guiadas por uma religião, em que o amor do próximo, a caridade e a igualdade constituem os sólidos alicerces, criaram a atmosfera de interesse pelos indígenas, e levaram os homens duros e as administrações indiferentes a iniciar a transformação indispensável.

Em Angola, onde me tem sido dado seguir de perto a vasta transformação até agora realizada, principiou-se pela assistência médica dos indígenas.

Por mais de uma vez me tenho referido ao que foi essa obra, ao que nela houve, e está havendo de verdadeira grandeza em todos os seus aspectos. Não tenho conhecimento de qualquer facto praticado por médicos ao serviço de Angola, que empane, de leve, que seja, o brilho da obra admirável que souberam erguer.

Paralelamente, houve a benéfica acção da administração civil, que muito tem concorrido para a transformação em marcha, ainda que um ou outro dos seus agentes se desviou da orientação e dos preceitos que superiormente lhe foram fixados, sem se lembrar de que bastaria uma infecção local no sadio corpo administrativo para contaminar aquela acção.

Também tem sido digna de admiração, na sua perseverante obra transformadora, a acção missionária. E maior ela se tornará desde que todos se convençam de que a indispensável cristianização dos indígenas de Angola só poderá dar todos os seus altos resultados, se for levada a cabo por missionários que sejam simultaneamente portugueses e católicos.

Na grande África há campo que chega para todas as acções civilizadoras; e se numa parte dela, com características especiais e homogéneas, formando um todo harmónico, graças à nossa acção, como é o caso de Angola, se criarem, em virtude de obras missionárias diversas, «clans» indígenas, onde se notem diferenças fundamentais de religião e maneiras diversas de encarar a Pátria portuguesa, disto grandes males resultarão para a ordem e tranquilidade futuras.

Ainda há pouco, lendo apontamentos que me guiaram numa longa exposição que fiz perante representantes de nações que tomaram parte na Conferência da Paz, encarregados pelos seus governos de reverem o acto de Berlim de 1884, verifiquei que tinha produzido considerações idênticas às que acabo de escrever e que elas merecem geral aprovação.

Sendo o fim das nações coloniais transformar rapidamente a vida, quer espiritual quer material, que, na sua quase totalidade, vivem ainda os indígenas de África, será necessário afastar para longe todas as causas que possam perturbar e atrasar essa transformação».

Mostrou o que escrevi na primeira parte deste tomo ser necessário, para criar o novo indígena em Angola, não só transformá-lo em pro-

prietário rural, mas também destruir, por completo, as irregularidades lastimáveis que cercavam o emprego da mão-de-obra preta. Consegui-o por meio de uma acção contínua, mas prudente. Nas páginas anteriores, às que acabo de me referir e em que apresento o problema da mão-de-obra indígena em Angola, está quase inteiramente dito o que foi essa minha pertinaz acção. Serei muito breve no que me resta expor. De mais, pouco me interessam sempre os pormenores ao caminhar com rapidez e decidida resolução para os resultados finais. Como preliminar, tenho de observar que a acção, desde o início por mim exercida sobre o emprego do trabalho indígena, em lugar de ser, segundo o meu feitio, inteiramente lógica, rectilínea e sem quaisquer subterfúgios, teve de se enquadrar entre condições que me apertavam. A primeira resultava da legislação portuguesa sobre trabalho indígena que, sem dúvida, era, entre as outras nações coloniais, uma das mais progressivas daquela época, mas que estava longe de impedir inteiramente as práticas do passado e que abria ao trabalho forçado larga porta, quase o sancionando. A segunda estava no risco que se corria, ao declarar-se livre e voluntário o trabalho indígena, que os pretos passassem a um estado de desordem, que ninguém sabia onde podia conduzir.

Foram, como já disse, horas angustiosas as que então passei, impellido pela necessidade nacional e humana de reformar e de transformar o existente e pelo dever de não provocar nos meios indígenas um estado de rebelião geral, de que sofreriam principalmente os brancos, nos seus legítimos interesses e, talvez, nas suas vidas. Deixei pedaços de alma nesse difícil agir.

À declaração do trabalho indígena, inteiramente livre e voluntário, nunca dei foros de proclamação. Actuei mais do que falei, na primeira fase da realização do meu intento, e aos pretos de Angola fiz sempre sentir que não admitia nem a desordem, nem a vadiagem, nem a falta de respeito aos brancos.

A terceira circunstância a levantar-me grandes dificuldades na realização dos meus desejos de pôr rapidamente no são a questão da mão-de-obra indígena, era a necessidade de arranjar em Angola trabalhadores para S. Tomé e Príncipe.

Escrevi, páginas atrás, que da parte dos colonos de Angola eu obtivera, neste meu agir, compreensão. Alguns nomes, porém, quero citar. Ajudaram-me, mais do que ninguém, na obra a que meti ombros os administradores de circunscrição, que me cercavam e formavam comigo um corpo único. Dos governadores de distrito, foram meus grandes auxiliares, na regularização do trabalho indígena, o oficial da Armada, Correia da Silva (Paço de Arcos) e os oficiais do Exército, Romeiras de Macedo e D. Antônio de Almeida e, como tendo ao seu serviço grande número de trabalhadores pretos, os industriais e proprietários, visconde do Alto Dande, Sousa Lara e Serafim de Figueiredo. Aqui deixo os nomes destes antigos, dignos e leais colonos de Angola, com gratidão e respeito.

Devo também citar o nome de um funcionário consular inglês Mr. Hall, cônsul da Grã-Bretanha em Angola, que chegou a Luanda pouco tempo depois da minha posse de governador-geral. Prestou sempre ao seu governo informações completas e verdadeiras, não se esquecendo de apontar com exactidão as circunstâncias passadas e presentes que cercavam a questão da mão-de-obra indígena, mostrando deficiências e irregularidades, mas acompanhando sempre a sua indicação da notícia das medidas tomadas pelo governador-geral para as evitar. Desde a primeira hora, compreendeu as minhas intenções e reconheceu que a totalidade dos funcionários e a quase totalidade dos colonos brancos se pusera ao lado do governador-geral, com o fim de se levar a bom termo uma obra que todos consideravam de prestígio nacional. Em meados de Setembro de 1913 fui procurado, no palácio de Luanda, pelo cônsul Hall, que me mostrou uma carta que acabara de receber do *Foreign Office*, em que se dizia ao funcionário consular o seguinte: «Os pormenores do vosso despacho de 25 de Julho (tratava-se de disposições minhas destinadas a auxiliar os pretos repatriados de S. Tomé) mostram que as autoridades portuguesas dessa colónia acabam de fazer um bem sucedido esforço para resolver este difícil problema, e fui encarregado pelo secretário de Estado, Sir Edward Grey, de vos dizer que procureis a oportunidade para, em conversa com o governador-geral, lhe mencionar o prazer que o governo de Sua Majestade teve ao tomar conhecimento do grande progresso conseguido em Angola nesta matéria».

Também chegou ao meu conhecimento que o governo britânico tinha, nesse mesmo ano, respondido a perguntas que lhe eram feitas na Câmara dos Comuns sobre irregularidades que se davam em Angola, no aproveitamento do trabalho indígena, com a apresentação do «Livro Branco» (África, 1912) muito favorável a Portugal e cujos principais documentos eram traduções de medidas minhas.

La assim conseguindo o meu tríplice fim de fazer obra sã e humana e, consequentemente, útil, sob o ponto de vista económico, e de prestigiar o meu país.

As minhas visitas a Moçâmedes e outras que fiz a várias fazendas, entre a quais uma à Tentativa, propriedade do visconde de Alto Dande, em 23 de Agosto de 1912, foram provendo de remédios estados de coisas que não se podiam manter. Ficou tudo inteiramente no são com estas minhas primeiras intervenções? Evidentemente, não. Mas os grandes inconvenientes dos regimes de trabalho em vigor, onde havia forte ressaibo de escravatura, desapareceram por completo e, dadas a boa vontade dos proprietários e as medidas administrativas tomadas, enveredou-se a curto prazo pelo regime de trabalho voluntário e livre.

Mas custou muito, e custa hoje ainda a fazer grandes despesas em mão-de-obra. Para se chegar em África a ter a opinião que manifestei no II volume destas «Memórias» sobre as vantagens que resultam de aumentar os salários aos indígenas, ainda há muito caminho a andar⁽³⁾.

As coisas iam-se modificando e era meu dever ir falando cada vez mais claro e não deixar medrar abusos. Por portaria de Dezembro de 1912 declarei serem absolutamente contrários à lei de trabalho em vigor e aos princípios fundamentais das leis da República quaisquer castigos corporais. Eram eles aplicados pelos patrões aos trabalhadores pretos, ao abrigo de uma disposição da lei, que lhes conferia faculdades de tutela. Determinei que fossem julgados pelos tribunais os patrões que tal fizessem e que as autoridades administrativas e os curadores dos indígenas exercessem a mais severa fiscalização para, de todo, acabar com tais abusos. Nessa mesma

⁽³⁾ Vcja-se o tomo II destas «Memórias».

data foi publicada outra portaria minha, acabando com a prática do pagamento em géneros ou fazendas aos trabalhadores e soldados indígenas.

Em 22 de Agosto deste mesmo ano de 1912 (havia dois meses que chegara a Angola) nomeei uma comissão, presidida pelo bacharel António Simões Raposo, cujo fim principal era fazer ver a patrões e trabalhadores que se tinha de enveredar pelo regime de contrato para a prestação do trabalho, nos termos da legislação em vigor, e que uns e outros tinham de cumprir as cláusulas contratuais.

Naquela mesma data, de Dezembro de 1912, disse, em diploma oficial, saber que nem todos os patrões tinham entrado francamente e sem sofismas no regime de contrato com os trabalhadores pretos ao seu serviço e, por essa razão, determinava que se renovassem todos os antigos contratos, fixava salários mínimos, horários de trabalho, dias de descanso, maneiras de pagamento, e estabelecia que os trabalhadores que viviam com as famílias nas fazendas tinham direito a habitação separada.

Duas disposições havia nessa célebre portaria que merecem particular atenção num tomo de «Memórias», como este. Não poderiam os trabalhadores indígenas ser obrigados a viver ou a pernoitar em recintos que, por qualquer forma, representassem prisão ou coarctassem a sua liberdade. No caso de um trabalhador indígena declarar querer prestar serviço permanente em qualquer casa ou propriedade, devia ser-lhe explicado que só o poderia fazer por meio de contratos sucessivos, renováveis de dois em dois anos, com intervenção dos curadores.

Uma disposição, também significativa, deste diploma era a que criava a obrigação de pagar sempre em dinheiro um salário ao indígena, fosse qual fosse o valor da alimentação ou do vestuário distribuídos.

Um dos meus primeiros actos, depois de tomar posse do cargo de governador-geral, foi proibir que as autoridades administrativas recebessem qualquer remuneração pela sua intervenção no emprego do trabalho indígena por particulares ou por quaisquer entidades comerciais, agrícolas ou industriais. Na circular que, com a mesma data, de 20 de Dezembro de 1912, expedi a todas as autoridades que tinham de intervir em assuntos de mão-de-obra indígena, desenvolvi esta doutrina e firmei a proibição de remunerações que tão graves inconvenientes, de ordem material e moral,

tinham produzido. Como poderia um administrador, um curador, cuja principal e mais nobre missão, junto dos pretos trabalhadores, era fiscalizar a aplicação da lei e evitar injustiças, abusos e prepotências de qualquer espécie, receber uma remuneração, e bem chorudas eram elas por vezes, por cada indígena que lhe apresentavam para ser contratado...

Abria essa circular (outra das minhas circulares transformadoras) pela indicação dos princípios e modalidades fundamentais.

— O melhor, o mais fácil, e o mais profícuo angariamento de trabalhadores indígenas é o que resulta de um regime de liberdade e de aplicação pura e simples do direito comum.

— A única maneira de atrair ao trabalho o indígena é pagar-lhe em dinheiro, não faltar em nada às promessas feitas e tratá-lo com respeito, simpatia, bondade e justiça.

— Como medida de transição, poderão as autoridades facilitar o angariamento de trabalhadores, sem que por esse procedimento possam receber qualquer remuneração e tendo sempre em vista ir tomando cada vez mais desnecessária a sua intervenção em actos livres, entre patrão e trabalhador, e limitar a sua acção à mais rigorosa e meticulosa fiscalização sobre a prestação de trabalho.

A esta série de medidas publicadas, como acaba de ver-se, em fins de Dezembro de 1912, deu o bom humor português dos colonos brancos de Angola o nome do meu «Peru do Natal». Outros «perus» desta espécie me foi possível, felizmente, oferecer pela minha longa vida fora.

Nos anos de 1913 e 1914, a minha acção para a criação do *novo indígena* em Angola, por meio da sua transformação em proprietário agrícola, cultivador da terra que lhe pertencia, e do completo desaparecimento do trabalho compelido, continuou sem descanso. Uma das minhas boas medidas dessa época foi a extinção da chamada «segunda linha», a «guerra preta», que era mais um «depósito» de trabalhadores compelidos do que outra coisa.

A minha orientação consta da legislação e documentos que venho recordando nestas «Memórias», mas foi, principalmente, por meio de constante acção directa junto dos governadores de distrito, dos administradores de Circunscricção e dos colonos e empresas, que ia conseguindo que todos a compreendessem e aplicassem integralmente.

Foi uma profunda mudança de mentalidade que procurei conseguir: sem dúvida demasiada ambição para um homem com os meus fracos recursos.

Foi, como disse, a questão da mão-de-obra em S. Tomé e Príncipe, uma das que maiores obstáculos levantou à regularização do trabalho indígena em Angola. Três aspectos principais esta questão apresentava, além da campanha internacional, de carácter comercial e político, a que longamente me referi na primeira parte deste tomo:

a) A natural relutância que os proprietários de S. Tomé tinham em repatriar pretos, transformados, pelo seu esforço, em bons trabalhadores, afim de serem, a curtos períodos, substituídos por outros em estado de primitiva civilização;

b) A natural repugnância dos pretos de Angola em deixarem as suas terras e seguirem para distantes e misteriosas ilhas, donde se dizia que nunca se voltava, do que resultava ser o «trabalho compelido» a única maneira de conseguir mão-de-obra para S. Tomé;

c) O natural desejo dos proprietários de fazendas ou de indústrias, em Angola, de serem tratados pela mesma forma, quer dizer, de se obrigarem os pretos, fosse como fosse, a irem trabalhar nas suas propriedades ou oficinas.

Tudo fiz para que os pretos, repatriados de S. Tomé, encontrassem em Angola condições acolhedoras de vida e os meus esforços, neste sentido, foram muito apreciados no estrangeiro, com conseqüente prestígio para o meu país. Mas sinto que pouco consegui. Que podia eu fazer de homens que já tinham perdido duas vidas? A primeira, quando os foram buscar a aldeias do interior de Angola, obrigando-os a trocar as comunidades bantos, o meio que os embalara e criara, para os lançarem em condições de existência inteiramente diferentes, ainda que, por certo, mais confortáveis e mais seguras, sob o ponto de vista material. A segunda, quando, após longos anos em S. Tomé, os fizeram voltar a Angola, com o contacto com a sua tribo inteiramente perdido, com os laços de família e de comunidade quebrados, muitas vezes sem se lembrarem sequer da situação e do nome das terras aonde tinham nascido, e, sobretudo, vendo-se tratados pelos

homens da sua cor, como seres estranhos, à parte dos outros, como párias sem casta e sem raça, marcados pela longa ausência e por novos hábitos, com o estigma de uma excomunhão.

Depois de ter analisado, ao sentir o seu duro e áspero contacto, este problema de mão-de-obra em S. Tomé e Príncipe, cheguei à conclusão de que a única maneira de o resolver seria fazer naquelas duas ilhas uma forte e perfeita colonização indígena, com elementos de Angola.

Escolher-se-iam, para esse efeito, tribos de sangue e costumes próximos e convencer-se-iam grupos de famílias, homens, mulheres e crianças, a irem viver naquelas ilhas com a promessa de terras suas, de boa casa e vestuário assegurado e com trabalho garantido, pago a dinheiro, para aumentarem os proventos do cultivo das suas propriedades. E (mais uma vez me curvo sob a força de persuasão dos nossos missionários católicos) estou convencido de que essa escolha de famílias pretas seria fácil nas aldeias cristãs, desde que um ou mais missionários se prestassem a acompanhá-las.

Tudo no meu espírito andava e anda sempre em volta dos «pretos proprietários», para a resolução dos grandes problemas humanos da África tropical. Terras férteis e boas teriam de ser em S. Tomé distribuídas a cada família de trabalhadores.

Em princípios de 1915, deixei Angola, porque o procedimento grosseiro, incorrecto, injusto e sem a menor elevação moral de um governo adventício, me obrigou a pedir a minha demissão. Voltei, de novo, a governar Angola, e, então, investido com atribuições de «poder executivo» e de «poder legislativo», seis anos e meses depois. Nomeado alto comissário da República, tomei posse do meu cargo no Ministério das Colónias, em Lisboa, e principiei desde logo a exercer as minhas funções. Pouco depois segui para Angola, em 16 de Abril de 1921, e tomei posse, em Luanda, do cargo de governador-geral da província.

Fácil me foi reconhecer, logo que voltei a contemplar as coisas de Angola, que a transformação dos indígenas, que conseguira com as medidas do meu primeiro governo e se manifestava pelo aumento considerável da produção agrícola, devido ao trabalho por eles feito, por conta própria, em terras suas, se tinha mantido. Mas não se dera, infelizmente, um passo para o tomo ou cadastro dessas terras e para o conseqüente título de proprie-

dade, que garantisse, de uma vez para sempre, a sua posse aos pretos de Angola.

O aumento da produção dos chamados géneros pobres, a que já me referi e a que voltarei a referir-me no fim deste capítulo, indicava bem os benefícios que estavam resultando do meu pensamento de 1912-1913.

Não aconteceu, porém, o mesmo com a questão da mão-de-obra indígena. Tudo o que eu tinha construído e conseguido, naquela época, fora destruído. Tive, pacientemente, ainda que sem o álaque entusiasmo do passado, de construir de novo o edifício derruído.

Eis o que, a este respeito, escrevi num Relatório, enviado ao ministro das Colónias, nos deploráveis dias de Fevereiro de 1924:

«Quando, em meados de 1912, cheguei a Angola como governador-geral, encontrei na província um sistema de trabalho indígena que, com raras excepções, não se podia chamar *trabalho livre*.

Na destruição desse estado de coisas, no combate contra a mentalidade que, em questões de mão-de-obra indígena caracterizava muitos dos colonos de Angola, pus todo o meu esforço, toda a energia de que sou capaz e tive a glória de vencer. Quando, em princípios de 1915, deixei o governo-geral de Angola, a transformação que se tinha dado na maneira de utilizar a mão-de-obra indígena tinha sido completa.

Os restos de antigas escravaturas e os escravos novos, mais ou menos disfarçados, tinham desaparecido, inteiramente. Ao trabalho forçado substituiu-se o regime contratual, por curtos períodos de prestação de serviços. Fixaram-se os salários e fiscalizaram-se rigorosamente as condições de vida dos trabalhadores indígenas, no que respeitava, sobretudo, a alimentação, a habitação, o vestuário e a assistência médica. A acção das autoridades administrativas, induzindo cada vez mais os indígenas, por meios brandos e suasórios, a procurarem o trabalho remunerado e tornando atraente este trabalho, fazia marchar todo o sistema a largos passos para o trabalho inteiramente livre que sempre preconizei.

Esta acção por mim exercida, com o auxílio de um limitado grupo de bons portugueses, durante o curto período de pouco mais de dois anos, carecia de continuação, da mesma enérgica vontade de transformar, a actuar

durante muitos anos. Não se modificam facilmente práticas abusivas e malélicas, com grandes raízes no passado, e das quais resultam grandes interesses para determinadas classes das nações.

Infelizmente o que eu fiz sobre matéria de mão-de-obra indígena não foi inteiramente compreendido. Nisto, como na transformação do regime militar administrativo em regime de administração civil, a que me referi, deu-se uma considerável reacção que podia ter conduzido às mais funestas consequências.

A legislação que traduzia a reacção contra a minha legislação de 1912 a 1915 está representada por vários diplomas que me vi obrigado a revogar.

Com esses diplomas, que felizmente a tempo se revogaram, quase se ia estabelecendo o trabalho forçado em Angola, e esses impensados, ainda que bem intencionados passos dos legisladores, produziram um estado de coisas e de espírito em tudo o que respeitava à mão-de-obra indígena e às relações das autoridades e dos colonos com os indígenas de Angola, que muito tempo me levou a transformar de novo e que me criou, mais uma vez, por parte dos *exploradores do trabalho do preto*, animosidades e campanhas, de que estou sentindo, na metrópole mais do que em Angola, os desleais e cobardes efeitos.

Uma verdadeira lepra de corrupção que muito me custara a cauterizar e a debelar nos dois primeiros anos de alto comissário, cobrira quase tudo o que respeitava a trabalho indígena; e ainda no primeiro semestre de 1923, por ocasião de um angariamento de trabalhadores indígenas no distrito de Malanje, para as pescarias e agricultura de Moçâmedes, esses processos de trabalho forçado se empregaram e me obrigaram a severíssimas sanções».

A minha luta contra tão lamentável estado de coisas principiou logo que cheguei de novo a Angola. Os meus decretos 40 e 41, ambos de 3 de Agosto de 1921, marcam o restabelecimento da minha antiga orientação de governador-geral. De novo na Província de Angola se passou, de um regime quase geral, de trabalho forçado e de deploráveis erros, para o regime do trabalho contratual livre, que preconizo no preâmbulo do decreto 40, para uma rigorosa fiscalização do trabalho e do cumprimento dos contratos, para

a protecção ao indígena, para a constante preocupação de lhe não faltarem as condições que a vida de trabalho manual exige.

Num telegrama por mim dirigido ao ministro das Colónias, em 13 de Maio de 1923, dizia que todo esse passado tinha de novo desaparecido por completo, sob a minha acção, apesar do mal que vim encontrar em 1921 ser consideravelmente maior do que aquele que existia em 1912, e acrescentava que se a minha administração e o meu governo alguns benefícios tinham trazido a Angola, outro maior não houve do que este de acabar com tão deplorável e lastimoso estado de coisas, com inquebrantável energia, através de enormes dificuldades e de tremendos ódios que contra mim se levantaram.

Mas ainda na sessão do Conselho legislativo de 1 de Dezembro de 1922, julguei conveniente dizer as seguintes palavras para que todos ficassem bem cientes do meu pensar e da minha orientação sobre mão-de-obra indígena:

«Factos recentes obrigam-me a chamar a atenção do conselho legislativo e, através dele, de toda a população culta de Angola, para o assunto «trabalhadores indígenas».

Tenho de repetir o que nesta sala disse.

Com a publicação do decreto 40, tive a satisfação de estabelecer mais uma vez nesta província as condições de trabalho indígena em bases de uma superior moralidade, dignificadoras da nossa raça e produtora das maiores vantagens para os indígenas de Angola e para todos os que tiverem de utilizar os seus serviços. Neste Conselho, perante o qual nenhuma imoralidade, nenhuma desonestidade e, sobretudo, nenhuma injustiça poderá ser permitida, pronuncio de novo as palavras proferidas em 18 de Março findo: «O problema da mão-de-obra indígena em Angola, como em todas as colónias do mundo onde a civilização europeia entra em contacto com civilizações primitivas, estará por completo resolvido quando não for somente o governador-geral, nos termos do artigo 19.º da Carta Orgânica, mas toda a colectividade civilizada da província o protector nato dos indígenas da colónia».

O decreto 40, da minha autoria, estabelece de novo, em longo preâmbulo, mas com grande e severo rigor, as normas do trabalho indígena,

declara que nenhuma lei pode permitir o trabalho compelido para benefício de particulares, e revoga a legislação publicada depois da minha saída de Angola e contrária aos princípios fundamentais em que a República Portuguesa baseou a sua legislação sobre trabalho indígena.

O decreto 41 que, a seguir, redigi e publiquei, estabelece, com grande melhoria sobre as do passado, as condições de salários, alimentação, habitação, assistência médica, horas de trabalho, descansos, transportes, trabalho nocturno, etc., dos trabalhadores indígenas ao serviço do Estado.

Duas disposições quero citar desse decreto.

– Uma, que determina que os menores de qualquer sexo não serão admitidos nas obras do Estado, a não ser quando acompanhados por pai ou mãe; mas mesmo neste caso, só lhes poderá ser distribuído trabalho, se tiverem mais de 14 anos.

– Outra, diz que o médico (que devia residir em cada acampamento de trabalhadores do Estado ou próximo dele) terá, não só de tratar as doenças ocasionais, mas também de fazer medicina preventiva. Deve ele, juntamente com o director dos trabalhos, fiscalizar cuidadosamente todas as condições de vida e de trabalho que cercam o trabalhador preto. Com este longo decreto de natureza regulamentar, tive em vista, não somente criar ao grande número de trabalhadores, de que carecia para levar a cabo a grande obra de fomento que projectara, as condições para um bom, profícuo e bem remunerado trabalho, mas também apresentar um exemplo a seguir aos particulares e às empresas da província.

Foram os decretos n.ºs 40 e 41, publicados quatro meses depois da minha chegada a Angola e de iniciadas na província as minhas funções de alto comissário da República e de governador-geral.

Não produziram, sob o ponto de vista económico, estagnação, as medidas que tomei para a transformação do indígena de Angola. Muito pelo contrário, a produção da província e o seu comércio aumentaram consideravelmente em consequência do trabalho indígena transformado e dignificado.

Falta-me o espaço e, também, bastante a disposição para apresentar um quadro completo do desenvolvimento de Angola de 1912 até à data em que estou escrevendo. Que outros o desenhem. Será patriótica tarefa. Trata-se

de 32 anos da vida da nossa maior colónia; apenas em 6 deles exerci nessa admirável região a minha acção, modesta e imperfeita ainda que animada de sopro transformador; estamos ainda, muito e muito longe de atingir, naquele pedaço do território da Nação, o progresso e os bens materiais e espirituais, que desejamos; mas, sem dúvida alguma, o que se conseguiu representa uma grande obra nacional que só às grandes qualidades do povo português se deve. Sem os colonos e os funcionários que encontrei em Angola nada poderia ter feito.

Já me referi, neste capítulo, à lenta recuperação da posição comercial de Angola, a partir da queda da borracha, a seguir a 1909. Mais lenta teria sido ela, se, a partir de fins de 1921, se não principiassem a somar as exportações o valor dos diamantes de Luanda.

Muito tem a Nação, no seu conjunto, de caminhar para atingir o valor comercial que a sua área territorial lhe marca.

Também já deixei dito como subiu em Angola a produção do milho, servindo-me, para tanto, do único indicador seguro de que disponho, que é a sua exportação.

No meu relatório de Fevereiro de 1924, escrevi o seguinte, ao referir-me à exportação do milho: «Em 10 anos se se continuar com os meus processos de organização e ocupação administrativa, de fomento e de política indígena, a produção de milho em Angola deve ser de 300.000 toneladas».

Leio que essa produção, em 1942, atingiu 304.683 toneladas, das quais 61.232 em propriedades de brancos (quase totalmente trabalhadas por pretos) e 243.451 em propriedades de pretos.

Dois géneros agrícolas houve que muito se recomendou, em 1912 e 1913, aos indígenas que cultivassem juntamente com o milho, fornecendo-se-lhes, para tanto, boas sementes: o feijão e o rícino.

A exportação do feijão foi, em média anual, de 1910 a 1914, de 324 toneladas; em 1924, foi de 19.406. A produção total de feijão, em 1942, subiu de 28.000 toneladas (2.70 em terras de europeus, 25.320 em terras de pretos).

Para o rícino temos em 1914, a exportação de 14 toneladas: em 1937 exportaram-se 4.612 toneladas e, em 1943, 3.926. A produção desta oleagínosa é quase exclusiva das terras dos indígenas.

Outros géneros agrícolas, sobre que não incide nenhuma transformação industrial, e que convém aqui citar, são os seguintes:

Em 1920, exportaram-se apenas 50 toneladas de arroz, e a exportação anterior a esta data quase se pode considerar nula. Em 1943 foi a exportação de 4.245 toneladas. A produção total, em 1942, foi de 19.167 toneladas, das quais 760 em propriedades de brancos.

O trigo podia ter atingido grande produção em Angola, se não fosse o estreito critério aduaneiro da metrópole, que conduziu à fixação de direitos proibitivos de importação. Inexplicável falta de compreensão do que é a unidade nacional.

A exportação foi crescendo, de 1921 em diante, e, em 1933, atingiu 8.086 toneladas. Disse-se então que o trigo de Angola estava a fazer concorrência ao da metrópole. Sabido é que, encarada a produção de trigo em Portugal, por períodos decenais, se nota sempre um grande *deficit* e a necessidade de importar trigo estrangeiro. A concorrência não era, pois, na quantidade; e se o era no preço, porque não pagaria o consumidor da metrópole o trigo português pelo mesmo preço, quer ele fosse colhido no Alentejo ou nos campos de Angola?

A exportação do trigo de Angola quase cessou por completo. A produção foi aumentando segundo as necessidades do consumo interno. E em 1942, foi de 15.708 toneladas, 3.296 colhidas em campos de europeus.

A mandioca e a principal alimentação dos pretos. A fuba ou farinha desta euforbiácia representa, na alimentação do indígena, o mesmo papel que a farinha de milho no Minho.

A exportação da mandioca foi também iniciada recentemente. Em 1933 exportaram-se apenas 333 quilogramas; em 1939, foi de 1.435 toneladas; em 1942 subiu a 18.624 toneladas. A sua produção, inteiramente devida às lavras indígenas, foi, em 1942, de 961.000 toneladas.

No mesmo caso está o massango, cuja produção, toda consumida pelos indígenas, foi, em 1942, de 50.000 toneladas. O mesmo acontece à batata doce, cuja produção foi, no mesmo ano, de 71.490 toneladas.

O algodão em caroço, cultivado, na maior parte, pelos indígenas em regime, que está carecendo de profunda reforma, atingiu, em 1942, a produção de 16.000 toneladas, sendo 3.215 de direcção europeia. A exportação, no

mesmo ano, do algodão desgranado ou em rama, foi de 5.291 toneladas, a maior até hoje atingida. Muito maior poderia ser, se a entregassem aos cuidados dos indígenas, cercando-os de uma eficiente assistência agrícola que os guiasse com a necessária firmeza, e, sobretudo, se pagassem a produção algodoeira aos indígenas por aquele «justo preço», que é o segredo das grandes produções em Angola e creio que em todo o mundo.

É o que deixo dito bastante para mostrar quanto a produção agrícola de Angola aumentou nestes últimos 32 anos.

Aumentou, também, naturalmente, o valor do comércio, como disse; aumentaram as receitas ordinárias do Estado que, em 1922-1923, no meu tempo de alto comissário, pouco passaram de 30.000 contos, e que, em 1944, foram de 331.424 contos; aumentou a cobrança do imposto indígena, que naquele ano económico, de 1922-1923, foi de 7.500 contos e que, em 1943, subiu a 54.130 contos.

E durante este longo período de aumento de riqueza pública, na quase totalidade devida ao trabalho dos indígenas de Angola, quais foram os benefícios de ordem moral e material que a família banto experimentou?

Tinha de fazer esta pergunta. A resposta será dada nos capítulos seguintes desta segunda parte deste livro, e no epílogo que os fechará⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Os dados estatísticos de que fiz uso na redacção destas últimas páginas, foram, em grande parte, tirados dos bem elaborados relatórios do Banco de Angola.

CAPÍTULO III

A TERCEIRA TRANSFORMAÇÃO DE ANGOLA

AS ESTRADAS

Já aludi à impressão que me causaram, ao chegar a Angola, em 1912, as dificuldades que a mais simples viagem do governador-geral suscitava. Dos três caminhos-de-ferro da província, o de Luanda terminava em Malanje, o de Benguela ainda não tinha chegado ao Huambo e o de Moçâmedes estava a atingir Vila Arriaga.

Havia alguns quilómetros no ramal de Golungo Alto e mais nada. Por mar, navegava-se, de porto para porto, na longa costa, e davam navegabilidade o rio Zaire até à fronteira e o Cuanza até ao Dondo. Dos caminhos-de-ferro ou dos rios, para nos internarmos pela terra dentro, só a pé, de machila ou a cavalo.

Nunca usei o transporte de machila nas minhas excursões.

As viagens eram, portanto, muito lentas e fatigantes e, passadas semanas, apenas se tinha conseguido descrever um pequeno arco de círculo, cuja corda era o rio ou a linha férrea.

Como conseguiria eu, com estes limitados meios de transporte, conhecer rapidamente o interior de Angola, como absolutamente carecia?

Era natural que eu e muitas pessoas mais pensássemos nos automóveis, que então principiavam a aparecer no litoral.

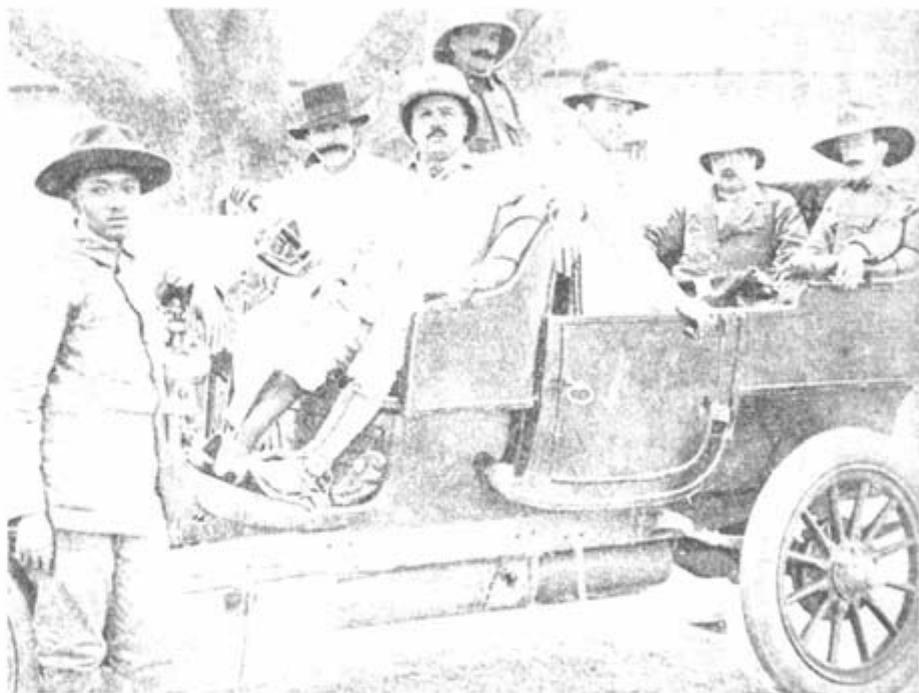
Abrir caminho para o interior foi a minha ideia fixa durante os meus primeiros meses de Angola. A esse respeito falei com engenheiros e condu-

tores de obras públicas, com os governadores de distritos, administradores e capitães-mores. Mas, como sempre, o passado firmemente estabelecido, se opunha à transformação desejada. Neste caso esse passado estava representado pela *estrada clássica*. Era ela uma produção de técnicos e carecia de técnicos especializados para a sua construção. E, perante mim erguiam-se, como um pesadelo, os estudos da «cadeira de estradas» que frequentara na Escola do Exército. Os reconhecimentos, os levantamentos topográficos, os traçados possíveis, para entre eles se escolher o melhor, curvas, rampas, que não podiam ultrapassar determinados limites, fachas de rodado, e tudo o mais. Impossível era arranjar pessoal técnico que actuasse simultaneamente em muitas regiões da província. Seria muito grande o tempo necessário para se obterem algumas dezenas de quilómetros de estradas e eu carecia de doar, sem demora, a província com milhares de quilómetros de caminhos, por onde pudesse circular o automóvel. Seria enorme a despesa a fazer, perante receitas exíguas e parcas «subvenções» da metrópole, que então ainda eram de uso anual. Era necessário pôr a «estrada clássica» de parte e deixar os poucos engenheiros de que dispunha em sossego. Lembro-me ter dito várias vezes, que devíamos seguir o exemplo dos romanos na Península Ibérica, atirando com estradas por montes e vales. E o meu pensamento ia ganhando forma.

Em Julho de 1912, fiz a minha primeira visita ao distrito da Lunda. Governava então esse distrito um dos mais distintos oficiais do Exército português, Fernando Utra Machado. Levara um colono português para Malanje, um automóvel, com ideia de o aproveitar, em pequeno trajecto da povoação para uma fazenda agrícola sua. Resolveu o governador do distrito abrir alguns quilómetros de caminho ou pista, em direcção a leste, para, aproveitando o automóvel daquele benemérito português ir visitar postos e núcleos de indígenas que muito o interessavam. Foram o distrito da Lunda e o seu ilustre governador os primeiros iniciadores das «estradas de automóvel» em Angola. Verdadeiros precusores.

Logo que regresssei a Luanda publiquei a Portaria de 1 de Agosto de 1912, cujo preâmbulo estabelecia doutrina:

«Sendo um dos principais meios da rápida e eficaz ocupação administrativa dos territórios de Angola, a existência de estradas que



Os primeiros 200 quilómetros de estrada e o primeiro automóvel.
Estrada de Malanje para leste, em 1912. O governador-geral, Norton de Matos;
o governador da Lunda, tenente Utra Machado; o visconde de Pedralva, director de Agricultura, etc

permitam rápida viação; sendo certo que os actuais automóveis podem circular mesmo em estradas pouco próprias para veículos de tracção animal...».

E, em seguida, contava e elogiava à minha moda, no mesmo preâmbulo:

«Tendo, na minha recente visita ao distrito de Lunda, feito, em automóvel e com muita facilidade e rapidez, um percurso além Malanje, numa extensão superior a 200 quilómetros, por caminhos construídos sob a direcção de administradores, chefes de postos e oficiais comandantes de forças militares, com a inteligente indicação e cuidadosa superintendência do governador do distrito, o que muito depõe a favor do zelo e interesse pelo cabal desempenho da alta missão de que todos estes funcionários estão encarregados...».

E, finalmente, determinava:

«Que o mesmo se fizesse nos outros distritos de Angola; que a Direcção das Obras Públicas procedesse a uma revisão das verbas à sua disposição, de modo que a sua quase totalidade fosse aplicada à construção das «estradas de automóveis», mesmo com sacrificio de outros trabalhos; que na construção das estradas do interior da província se tivesse em vista o rápido avanço para as fronteiras e a ligação das regiões mais ricas e povoadas, com as capitais dos distritos, os caminhos-de-ferro, as vias fluviais e os portos marítimos, devendo ganhar-se em extensão quilométrica, à custa de construção menos perfeita e acabada, bastando que, nesta primeira fase da viação de Angola, as estradas permitissem a circulação de automóveis e de camionetas, com carga máxima de 2.000 quilogramas; que nas construções das estradas fossem empregados os indígenas, nos termos das leis de trabalho, em vigor, e praças indígenas, sempre que o serviço militar o permitisse...».

E vinha, por último, o incentivo, que sempre procurei dar aos meus colaboradores:

«Pelos primeiros trezentos quilómetros de estradas construídos seria distribuído aos governadores dos distritos um automóvel para seu uso privativo e, seguidamente, por cada mil quilómetros de construção, receberia o distrito, para serviço público, também, um automóvel».

Mais tarde alarguei esta disposição aos administradores das circunscrições e capitães-mores, aos quais, principalmente, encarreguei da construção das estradas, distribuindo a cada um destes funcionários um automóvel, logo que tivessem construído 200 quilómetros de estradas.

Além de permitirem estas estradas e estes automóveis a rápida circulação dos funcionários, indispensável para uma boa execução e fiscalização de todos os serviços públicos, e de tornarem possível a integral ocupação administrativa da província, tinha a sua existência outra inapreciável vantagem, nas horas que atravessei nos primeiros tempos do meu governo-geral, após a transformação do regime de administração militar em administração civil. Apesar dos cuidados e lentidão com que essa transformação foi feita e de mostrar, como disse, que sempre que se tornasse indispensável o emprego da força, numa região tão vasta e ainda com núcleos de insubmissão, ela se não devia fazer esperar, não me faltavam avisos de que corraera veloz pelo interior a notícia da minha resolução de substituir os militares por civis e que dela podiam resultar manifestações de rebelião, sempre latente, entre os indígenas de Angola. Não dei inteiro crédito a esses prognósticos mas era meu dever não os esquecer. A construção das «estradas de automóvel» seria uma das melhores maneiras de evitar qualquer tentativa de revolta, e, no caso de se produzirem alterações da ordem, fácil seria reprimi-las com o rápido deslocamento de forças armadas que as estradas e os camiões permitiriam.

Também o propósito, que tanto tomei a peito, de distribuir terras aos indígenas e de os transformar em cultivadores de glebas suas, muito facilitado seria, se os administradores das circunscrições se pudessem deslocar amiudadas vezes, sem grandes perdas de tempo, nas suas vastíssimas circunscrições, com o fim de visitarem as aldeias bantos e de instalarem as famílias indígenas de proprietários rurais, em que tão amiúde lhes falava, vendo as suas lavras, distribuindo sementes, aconselhando e guiando e vencendo a resistência dos chefes indígenas e de alguns colonos brancos.

O «vigésimo dever» entre os 47 «deveres» dos administradores, que figuram no art. 15.º do regulamento das circunscrições, diz o seguinte:

«Dirigir a abertura de caminhos e estradas, fazendo o seu traçado, e ensinando aos indígenas a maneira de as alinhar e de plantar o arvoredo

destinado a sombreá-las: deverão considerar isto como uma das suas principais e mais úteis atribuições».

Do cumprimento deste dever resultou o que eu desejava: os indígenas considerarem as estradas como coisa sua, a eles devidas e de que deviam tratar. Nos meus tempos de Angola, as diversas aldeias bantos distribuíam, por acordo entre elas, as estradas em lanços de conservação, e quando não havia reparações a fazer, iam as mulheres e as crianças varrer as folhas caídas, como se tratasse das âleas de um parque de luxo. Bons tempos e boa gente.

A construção destas estradas traria ainda outros benefícios: o de evitar o transporte em machila, tão inconveniente e, para mim, sempre repugnante, e os carregadores, uma das maiores pragas que atacaram os indígenas de África.

Sabia bem que esta construção de estradas constituía apenas uma primeira fase na viação da província e que se tratava, principalmente, de uma obra de administração e de política indígena.

O que era necessário naquela época eram muitas estradas, construídas rapidamente e com pequena despesa. E isso conseguiu-se.

Mais tarde se faria o resto. Iriam as primitivas e pobres «estradas de automóveis» passando sucessivamente para os serviços de Obras Públicas da província, que as transformariam em boas estradas modernas, obedecendo a todas as regras técnicas. As suas precárias pontes seriam substituídas por belas pontes de carácter permanente, a que se poderiam ir dando os nomes de ilustres personagens, com placas de reserva, para obviar à necessidade da sua frequente substituição. E, entretanto, ir-se-iam fazendo mais estradas das primitivas, pois que a grande vastidão de Angola carece de muito mais estradas do que as existentes, que cuidadosamente deviam ser conservadas e melhoradas.

Talvez houvesse vantagem de, em qualquer encruzilhada, do planalto de Benguela, por exemplo, erguer uma bela estátua a um administrador de circunscrição desconhecido, tendo em torno do pedestal um grupo de trabalhadores indígenas dos dois sexos, e em letras de ouro as palavras: «aos construtores dos primeiros 25.000 quilómetros de estradas – 1912 a 1924».

Estes 25.000 quilómetros de estradas, que ficaram construídos, quando, em princípios de 1924, deixei para sempre o governo de Angola, represen-



Antes da construção de estradas.
Uma ponte primitiva no rio Lunga, Libolo



Inauguração de uma ponte
pela Senhora D.^a Ester Norton de Matos, Março de 1923

tavam uma transformação que só os que conheceram a província, sem caminhos fáceis e rápidos, podem bem avaliar em todo o seu alto valor, nas suas benéficas consequências, no bem que dela resultou.

As estradas construídas de 1912 a 1916, em consequência do plano de construção que tracei, de 1912 a princípios de 1915, somaram 15.000 quilómetros, em números redondos; de 1915 a 1921 construíram-se 2.000 quilómetros; de 1921 a 1923 (época do meu alto comissariado) as estradas construídas excederam 8.000 quilómetros e construíram-se 12 pontes de mais de 8 metros de vão, com materiais de carácter permanente.

Relembro mais o seguinte para fechar este capítulo:

A construção de novas estradas e aperfeiçoamento constante das já existentes devem sempre merecer a maior atenção do governo de Angola. Ainda em Lisboa, determinei, após a minha nomeação de A. C., que se abrisse com a maior urgência uma estrada que ligasse o local, atingido pelo caminho-de-ferro de Benguela, com as fronteiras do Dilolo, o que permitiu a rápida viagem dos membros portugueses da missão de delimitação da fronteira leste e que os seus colegas belgas recebessem um telegrama de Lisboa, em resposta àquele em que pediam urgência no início dos trabalhos, dizendo que os delimitadores portugueses chegariam ao local combinado da fronteira, dentro de cinco semanas. Serviu, mais tarde, esta estrada para a viagem que fiz a Caianda, na fronteira do Congo Belga, de onde segui, por estrada obsequiosamente aberta, especialmente para esse fim, no Congo Belga, até à Katanga. Milhares de quilómetros; coisas que se fazem em África.

A longa estrada Malanje-Saurimo-Chitato tornou possível, na época das chuvas, o trânsito de 40 camiões que, ao longo de uma linha de etapas de mais de 1.000 quilómetros, garantiram o abastecimento da coluna de ocupação, que resolvi mandar ao extremo leste da Lunda, para efectuar naquele distrito as últimas e definitivas operações de policiamento.

Quando deixei o lugar de alto-comissário todas as capitais dos distritos de Angola estavam ligadas entre si e com as sedes das circunscrições e dos postos administrativos, por meio de «estradas de automóveis». Desta forma, rapidamente se podiam deslocar os diversos funcionários da província para qualquer região povoada, onde a sua presença fosse necessária. Em cada circunscrição, no traçado das estradas, procurava-se sempre passar pelas



Abertura das primeiras estradas em Angola — 1912 a 1914

aldeias indígenas mais importantes, e raras eram aquelas que não foram servidas por estradas subsidiárias. Quantas vezes disse numa circunscção ao administrador: «amanhã sairemos muito cedo, passaremos todo o dia no campo quero visitar cinco ou seis aldeias indígenas, de surpresa». Eram sempre visitas interessantes e pelo caminho via muita coisa, de brancos e de pretos, de nacionais e de estrangeiros, dignas de atenção.

Tenho ao meu lado, nesta mesa em que estou escrevendo, um apontamento pormenorizado que me indica ter publicado em 1922 e 1923 muitos diplomas proibindo, impedindo e dificultando cada vez mais o emprego dos indígenas como carregadores de pessoas e cargas. Facilitei de considerável maneira a importação das camionetas e automóveis, quase anulando os respectivos direitos de importação. Subsidiar carreiras de camionetas e estabeleci-as, por conta do Estado, quando a iniciativa particular falhava.

Juntamente com as estradas, desenvolvi as linhas telegráficas deixando 11.000 quilómetros de linhas montadas e 4.000 de linhas em projecto, mas já com material adquirido.

A rede Rádio Telegráfica de Angola estava já muito adiantada, quando cheguei a Angola, como alto comissário, graças à brilhante iniciativa de um ministro das Colónias, o Dr. Vasconcelos e Sá. Continuei a sua obra. Em 1923 Angola estava dotada com a *rede-rádio* mais importante de todas as colónias tropicais de África. Tinha 12 estações montadas e 3 em construção.

A Angola de 1912, sob o aspecto de viação ordinária e de comunicações telegráficas, com fio e sem fio desaparecera por completo. E assim se foi efectivando de povos e regiões, e no epílogo desta 2.^a parte deste tomo III o mais curioso do caso será narrado.

Quanto a vias férreas, contarei, quando me for possível, a grande tragédia da minha vida de fomentador de povos e regiões.

Por agora basta. Chama-me outro assunto também interessante e tendo em vista o bem das gentes de África.

CAPÍTULO IV

A QUARTA TRANSFORMAÇÃO DE ANGOLA

A PROIBIÇÃO DO COMÉRCIO DA PÓLVORA E ARMAS E DO FABRICO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS

Não me deixavam aquelas preocupações sobre a índole agressiva dos indígenas de Angola. Raro era o dia que passava sem que pessoas de diversa categoria me recomendassem cuidado. Era sem dúvida boa, diziam-me, a administração civil que estava organizando, mas devia ela ser implantada sem precipitações e apenas aplicada, nos primeiros anos, a regiões da província, onde não houvesse precedentes recentes de rebelião do gentio. Ora eu sentia-me ainda sem serviços administrativos dignos deste nome. Tinha, ao contrário do que me aconselhavam, de andar depressa.

A abertura de estradas era, pensava eu, um admirável meio de manter a ordem nos agrupamentos indígenas, mas apesar da actividade nunca esperada com que elas se estavam construindo, seriam necessários dois ou três anos para permitirem levar rapidamente forças bem armadas e municadas, em camionetas, aos centros de revolta que surgissem. Raro era o dia, também, que passava sem um telegrama meu para este ou aquele governador, administrador ou capitão-mor, a recomendar urgência na abertura das estradas. Marcava datas para visitas minhas às circunscrições, acrescentando que não me deslocaria, a não ser de automóvel.

Foi natural que principiasse a informar-me, em face dos constantes avisos de cautela, do armamento de que dispunham os indígenas. Que

tinham muitas espingardas de carregar pela boca, mas, na maior parte, de boa qualidade, capazes de resistir a grandes cargas de pólvora. Vendera-lhas o comércio, principalmente no tempo áureo da borracha, e o mesmo comércio lhes fornecera pólvora em grande quantidade, e fulminantes. As balas, os próprios indígenas as fabricavam. Pus-me a ver as estatísticas e a inteirar-me do que tinha sido o comércio de pólvora e armas em Angola, nos últimos anos, e o meu espanto aumentava à medida que o meu estudo ia prosseguindo. Impossível me era compreender como se deixou inteiramente livre esse comércio contra o estabelecido em regulamentos apertados, que estavam em pleno vigor e em convenções internacionais que assináramos. Não se tinha tido em atenção outra coisa que não fosse o aumento do comércio de permuta, e dos rendimentos aduaneiros; chegou-se mesmo a classificar como «armas de comércio com o gentio», espingardas, muito aperfeiçoadas, de grande precisão, alcance e resistência, como as denominadas «águias», que tinham sido empregadas nos Estados Unidos, durante a guerra de secessão.

De 1 de Janeiro de 1909 a Setembro de 1912, data em que proibi a sua entrada em Angola, foram vendidas aos indígenas 115.946 espingardas desta espécie. No mesmo período venderam-se-lhes 1.750.201 quilos de pólvora, quase duas mil toneladas!

Parecia convir a todos que houvesse guerras e mais guerras com o gentio.

Principiei a tomar medidas, cada vez mais enérgicas e radicais, afim de remediar este deplorável estado de coisas, até que, por diploma de 3 de Julho de 1913, proibi inteiramente a importação de armas, pólvora e munições, exceptuando apenas desta disposição as armas de caça, aperfeiçoadas e caras, que poderiam continuar a ser importadas por europeus, mas com prévia licença do governo-geral. Foi, pelo mesmo diploma, proibido totalmente o comércio de pólvora, armas e munições em toda a província, sendo os comerciantes detentores destes artigos obrigados a entregá-los dentro do prazo de 48 horas às autoridades administrativas, que os armazenariam em depósitos especiais. Os infractores foram postos sob a alçada do Código Penal. Para rápida execução do que neste diploma se continha, determinei que ele fosse expedido telegraficamente para todas as localidades de Angola.

Esperei algum tempo com o fim de deixar convencer os indígenas de que não lhes seria vendida pólvora, e dei então ordem para serem intimados a entregarem nas administrações todas as espingardas que possuíam.

Tive de me convencer de que os indígenas de Angola não eram tão amigos das guerras como mos tinham pintado, quando vi a submissão, com que entregaram às autoridades administrativas, em pleno regime civil, para cima de 250.000 espingardas.

Pólvora e armas foram apodrecendo nos depósitos, e não juraria que, além da humidade e das más condições da armazenagem, não tivessem havido outras causas do seu rápido e completo desaparecimento...

Quando exerci as funções de alto comissário da República, tratei com o governo do Congo Belga sobre a necessidade absoluta que havia em serem tomadas medidas, por parte daquela colónia, para se impedir a importação ilegal de armas e munições no nosso território. E assim se fez, tendo encontrado na colónia vizinha o maior desejo e compreensão para este essencial acabamento da minha obra.

Não deixei também de atender às necessidades que os indígenas tinham de algumas espingardas, não só para defenderem as suas cearas e culturas dos prejuízos causados por animais como o hipopótamo e outros, mas também para as suas caçadas. Mande distribuir pelas sedes das circuncrições e dos postos administrativos algumas espingardas que para os fins indicados seriam, na ocasião própria, entregues por empréstimo aos chefes das aldeias indígenas, com as necessárias munições. Feitas as colheitas e terminadas as caçadas, as espingardas voltavam às administrações ou postos.

E assim, em pouco mais de ano e meio, se conseguiu o completo desarmamento de Angola.

Como acaba de se ver não foi coisa difícil. Bastaram para o realizar as três coisas essenciais.

Não hesitar em pôr de lado interesses particulares, quando o bem público assim o exige; definir bem a decisão e tomá-la; e o forte querer na execução.

Convenci-me também que muito concorria para a desordem na vida social dos indígenas o uso e abuso das bebidas alcoólicas.

Certo era que o habitual consumo dessas bebidas concorria, mais do que a doença, para o enfraquecimento e continuada diminuição da população preta de Angola; mas não me restava dúvida que o estado de excitação, que o álcool e várias drogas embriagantes produziam nos pretos, provocava manifestações guerreiras que, por vezes, não tinham a menor explicação. Além destas duas nefastas consequências do álcool em Angola, a excitação à desordem entre os indígenas e o enfraquecimento e diminuição da gente preta, outra havia, talvez de maior importância. Era o comércio do álcool em si. Já passaram muitos anos sobre a data em que entendi do meu dever proferir publicamente palavras de alta severidade sobre este comércio.

Vou transcrevê-las para aqui, cortando-lhes um pouco a violência de que, então, foi necessário revesti-las.

O fornecimento de bebidas alcoólicas aos indígenas é a mais torpe exploração que se tem inventado. É mil vezes mais repugnante do que a escravatura dos antigos tempos. O preto por uma garrafa de álcool dá tudo o que tem. Vende o seu trabalho, todos os seus haveres, a sua família, a sua liberdade. Quem se entrega ao comércio do álcool com os indígenas enriquece em pouco tempo. O que observei na minha vida colonial sob este aspecto é aterrador. Os indígenas deixam de comprar panos para comprar álcool e o nudismo africano é devido, em grande parte, ao comércio do álcool. No meu tempo de Angola, vendia-se um boi adulto por uma garrafa de água-ardente. Em todas as colónias de África, a constante embriaguês, o embrutecimento, as cenas repugnantes eram o quadro geral. Os abusos e extorsões resultantes do comércio de bebidas alcoólicas com os indígenas, eram dos maiores que conheci.

Vi-os desde a primeira hora e, desde essa hora, principiei a combater o alcoolismo entre os indígenas de Angola. É uma longa história. Tenho de a resumir.

Antes disso, uma declaração devo fazer:

— Toda a minha acção, o meu inteiro procedimento para o desarmamento das populações indígenas a que venho de me referir, foi inspirado e baseado no decreto de 13 de Setembro de 1899.

Nesse decreto, do tempo da Monarquia, estava claramente indicada pelo governo da metrópole a necessidade de não deixar armar os indígenas

das nossas colónias. Duas disposições principais tinham isso em vista. A primeira era a classificação das de armas de comércio com o gentio, espingardas inferiores, fracas, de pouca resistência, quase inofensivas; a segunda era a necessidade da licença de porte de armas, nenhum indígena podia comprar uma espingarda, sem previamente obter aquela licença da autoridade administrativa. Ambas estas prescrições legais se puseram inteiramente de parte, por culpa dos comerciantes, dos administradores e dos governadores. Por essa razão disse no meu já referido discurso de abertura da Junta Geral da província, em 1 de Agosto de 1913, as seguintes palavras: «O art.º 14.º do decreto de 13 de Setembro de 1899, estabelece ser necessária licença para uso e porte das «armas de comércio com o gentio». Nunca se cumpriu essa disposição da lei. Vendia armas quem queria e comprava-as quem as desejava, sem que as autoridades administrativas, a quem competia conceder aquelas licenças, intervissem em tão abusivo e inconveniente comércio.

Também quando principiei o meu combate contra o álcool e a embriaguês dos pretos de Angola, foi à legislação metropolitana que fui buscar a inspiração, a autoridade e as bases de que carecia. A lei de 27 de Maio de 1911, já do tempo da República, é dos diplomas mais completos e mais bemfazejos que conheço em matéria de combate ao alcoolismo. Nenhum outro, aplicado às colónias de África, e inspirado por tão alto espírito, por tão segura compreensão do que deve ser o papel dos povos civilizadores perante populações atrasadas, entregues à sua tutela.

Foi grande a autoridade, maior que a de nenhuma outra das figuras ilustres que compunham, na Conferência da Paz de 1919, a comissão que elaborou a Convenção de Saint Germain-en-Laye, de 10 de Setembro do mesmo ano, com que falei e apresentei como modelo que não podia ser excedido nas suas intenções e fins, a legislação portuguesa sobre armas e álcool nas nossas colónias.

Nem tudo foram dissabores na minha vida pública⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Ver o tomo II destas «Memórias».

A lei de 27 de Maio de 1911 proibiu o fabrico de álcool e de bebidas alcoólicas em Angola, sujeitou a importação de álcool, de aguardentes preparadas, de genebras, licores e outros produtos similares, destinados a europeus, a direitos tão elevados para a época que tornavam impossível, pela sua carestia, a aquisição dessas bebidas por indígenas. Outras disposições da mesma lei obrigavam, mediante indemnizações, a destruir culturas de géneros destinados ao fabrico de álcool ou que não tivessem aplicação exclusiva à indústria açucareira, no caso da cana sacarina. Somaram 3.000 contos ouro as indemnizações dadas aos cultivadores e ficou essa quantia a pesar nos orçamentos da província, com os seus encargos anuais de amortização e juros, ainda que paga na maior parte pela depreciação da moeda. Foi a primeira dívida de Angola e estou convencido de que todas as outras que se lhe seguiram e que tão malsinadas foram, tiveram o mesmo alto propósito moral e humanitário a justificá-las.

Regulamentei em diplomas sucessivos as disposições dessa lei e exigi sempre o maior rigor na sua aplicação e observância.

Por diploma de 26 de Março de 1913, em cujo preâmbulo declaro ser conveniente caminhar por medidas sucessivas para a radical proibição da venda de quaisquer bebidas alcoólicas aos indígenas, foi proibida a venda dessas bebidas aos trabalhadores de fazendas agrícolas, em quaisquer estabelecimentos pertencentes aos donos das fazendas ou noutros que distassem menos de três quilómetros das explorações agrícolas.

Foi esta disposição, pouco depois, aplicada a todos os trabalhadores do Estado ou de particulares e muitas tabernas foram fechadas nos centros de trabalho ou nas suas proximidades.

São os indígenas de Angola dados ao fabrico de bebidas alcoólicas, por meio de fermentação de cereais e de outros produtos vegetais. Foram tomadas as mais rigorosas medidas para acabar com a produção destas bebidas embriagantes e altamente nocivas, e muito se conseguiu.

No preâmbulo do decreto que, com os poderes de alto comissário da República, publiquei, sob o n.º 200, em Outubro de 1922, diploma a que deram o nome «lei seca», escrevi o seguinte: «As medidas postas em vigor na Província de Angola em 1911 e nos anos seguintes, para restrição do comércio de bebidas alcoólicas, constituíram um regime de proibição quase

absoluto. Mas com o andar dos tempos os indígenas de Angola têm conseguido, graças à política liberal dos nossos processos de administração, vender maior quantidade de géneros por eles produzidos e por maiores preços, o que lhes permite adquirir em grande quantidade bebidas alcoólicas, importadas como se fossem próprias para europeus».

Essas bebidas, criminosamente preparadas na metrópole sem a menor fiscalização com alcoóis baratos e nocivos, suportam facilmente os direitos da lei de 1911, que então se consideravam exagerados, não só porque a «mixórdia» fica na origem por baixo preço, mas também porque o preto de tudo se priva para dar por ela tudo o que lhe pedem.

Os colonos brancos bem sabiam que as não podiam beber: eram «águas-ardentes» e «conhaques» para pretos. Também de Lisboa se exportava para o ultramar «vinho para pretos», que era tudo menos vinho.

Procurei remediar este mal, aumentando consideravelmente os direitos de importação das bebidas alcoólicas. Reconheci, a breve trecho, que esse aumento tinha sido insuficiente, visto ter a importação destas bebidas aumentado, após a aplicação dos novos direitos, em lugar de diminuir. Dupliquei esses direitos.

Nada se conseguiu e reconheci que tinha que enveredar por política mais radical para acabar com o alcoolismo indígena.

O artigo que há anos publiquei, e que aqui reproduzo, mostra claramente o que foi essa política:

«Estou há muito tempo convencido de que as nossas colónias hão-de num futuro próximo constituir mercados de grande importância para os vinhos da metrópole. Foi essa convicção que me orientou, em grande parte, em medidas que tomei, quando fui alto comissário de República em Angola.

Queiram os leitores do «Jornal da Régua» aturar-me um pouco nesta caturrice de velho, a escrever «Memórias da sua vida colonial».

Quando, pela segunda vez, fui governar Angola, levava o propósito firme de acabar com o alcoolismo entre os pretos.

No meu primeiro governo, de 1912 a 1915, tinha tomado pleno conhecimento da calamidade física e moral que esse vício constituía entre os indígenas. Está claro que nunca me passou pela cabeça publicar «lei seca», à americana. Era absolutamente necessário que os pretos deixassem de

beber aguardente; para conseguir isso a melhor maneira seria substituir essa bebida pelo vinho e entre os vários vinhos a escolher, naturalmente, os vinhos nacionais.

Tinha chegado a Angola em meados de Abril de 1921 e em 27 de Julho do mesmo ano publiquei o decreto 33, que aumentava consideravelmente os direitos de importação das aguardentes, conhaques, etc., que conservava os direitos de importação estabelecidos para os vinhos nacionais pela legislação de 27 de Maio de 1911 (já muito pequenos em consequência da desvalorização da moeda) e elevava ao quintuplo os direitos sobre os vinhos estrangeiros.

Em 19 de Agosto do mesmo ano publicava o decreto 52 cujo preâmbulo era o seguinte:

«Atendendo a que as colónias portuguesas devem abrir, e facilitar os mais largos mercados aos produtos metropolitanos, sobretudo quando nos seus territórios, os não possam produzir;

Sendo de toda a conveniência favorecer a importação dos vinhos generosos nacionais;

Tendo em atenção a grave crise que está atravessando a região vinícola do Douro;

Tendo-se verificado que podem ser diminuídos os direitos sobre os vinhos generosos portugueses, sem que fique afectado o serviço de empréstimo que Angola contraiu para as indemnizações pela proibição do fabrico de álcool...».

Por esse decreto os direitos de importação dos vinhos do Porto e Madeira foram reduzidos a \$02 por garrafa, até à capacidade de meio litro, e a \$04 por garrafa, até à capacidade de um litro; e foi inteiramente abolido o direito de 10% *ad valorem*, que sobre esses vinhos incidia, em consequência de um decreto da metrópole.

Seguiu-se ao decreto 52 do A.C. o decreto 128, também do A.C., de 17 de Abril de 1922, pelo qual se aumentavam os direitos das aguardentes, conhaques, etc., elevando-os a 5\$00 por litro, quando nacionais essas bebidas,

e a 15\$00 quando estrangeiras, e determinando que tais bebidas só pudessem ser importadas em garrafas. Determinava o mesmo decreto que os vinhos estrangeiros passassem a pagar o décuplo dos direitos estabelecidos pela lei de 27 de Maio de 1911, conservando-se para os vinhos nacionais os direitos daquela data. Quanto aos vinhos do Porto e Madeira mantinha legislação do decreto 52 do A.C..

Apesar de todas estas medidas, tendentes a obstar em Angola de bebidas alcoólicas, e à sua substituição por vinhos nacionais, o consumo do álcool pelos indígenas era cada vez maior. Os pretos, graças ao desenvolvimento da agricultura e do comércio, ao grande incremento nas obras de fomento e à transformação económica que se estava dando na vida angolana, dispunham de dinheiro, de produtos agrícolas diversos e de gados em abundância. Mas tudo gastavam em álcool. O nudismo em lugar de diminuir como seria de esperar, aumentava: tudo se dispendia em álcool, dava-se um bom boi de quatro anos por meia dúzia de garrafas de aguardente corada. No comércio do álcool com o gentio ganhavam-se somas fabulosas.

Resolvi, então, publicar o decreto 200, de 20 de Outubro de 1922. No preâmbulo desse decreto dizia-se que as informações colhidas de diversos pontos de Angola, e que todos os dias estavam chegando ao conhecimento do governo-geral, mostravam que o mal atingira grandes proporções e que mais alguma coisa era necessário fazer além do aumento sucessivo dos direitos de importação de bebidas alcoólicas.

Era a seguinte a economia do decreto:

A) Proibição absoluta da importação, comércio, circulação, venda e detenção de todas as bebidas alcoólicas, e das bebidas destiladas ou fermentadas que contenham essências ou produtos químicos reconhecidos como nocivos.

a) Continuava em vigor a legislação relativa à proibição de fábrica de álcool e bebidas alcoólicas em Angola.

b) Entendia-se por bebidas alcoólicas, além do álcool e aguardente, as aguardentes preparadas, os conhaques, as genebras, os *whiskys*, os licores e todas as outras bebidas similares, seja qual for a espécie e natureza de álcool que nelas se contenha.

c) Tornou-se livre a exportação das bebidas alcoólicas existentes em Angola, à data da publicação do decreto.

d) Como penalidades, pesadas multas substituídas por prisão, quando não pagas, interdição de residência e apreensão das bebidas alcoólicas.

e) Passou a constituir crime a embriaguês nos indígenas. Todo o preto que fosse encontrado embriagado seria detido e castigado com 2 a 15 dias de trabalho em serviços públicos.

B) Continuou a ser permitida, pelos portos marítimos, a importação dos vinhos nacionais e estrangeiros, comuns e generosos, mediante o pagamento dos direitos preferenciais, estabelecidos por legislação anterior e sujeitos a exames e análises que garantissem a sua genuidade.

Pelas fronteiras terrestres ficava proibida a importação de vinhos e cervejas de qualquer espécie, tipo e proveniência.

Levantaram estas medidas grande oposição. Dizia-se que para evitar que os indígenas se alcoolizassem, se obrigavam os europeus a privar-se de bebidas alcoólicas a que estavam habituados; mas eu sabia bem que, se deixasse aberta uma nesga da porta, por ela entraria álcool a jorros: os «grandes» da sociedade gentilica dariam por uma garrafa de bom e caro «Cognac» ou de «Whisky» tudo o que lhes pedissem, ainda que para tanto tivessem de reduzir à miséria centenas dos seus súbditos.

O decreto manteve-se enquanto eu estive em Angola e produziu os seus efeitos salutaros.

Por outro lado, o preto ia, cada vez mais, habituando-se aos vinhos portugueses. Mas, infelizmente, principiaram a aparecer a despacho nas alfândegas marítimas de Angola vários vinhos adulterados e fortemente alcoolizados. Alterava-se assim a economia do decreto 200. Fui obrigado a tomar rigorosas medidas para garantir a genuidade dos vinhos comuns e licorosos importados e para evitar que as bebidas alcoólicas chegassem de novo ao preto, disfarçadas em vinhos nacionais.

Também isso se conseguiu».

Depois da minha saída de Angola entendeu-se que não se deviam manter a proibição da importação de bebidas alcoólicas próprias para europeus. Creio que se fez mal.

Todos os habitantes brancos de Angola se iam habituando aos vinhos e à cerveja e o nosso admirável «Vinho do Porto», substituía bem *whisky* e *cognacs*. O preto ia-se também habituando cada vez mais aos nossos vinhos comuns, tintos e brancos, cuja força alcoólica podia atingir 17 graus. A dos vinhos generosos e licorosos podia ir até 23 graus.

Laboratórios, que continuamente se iam aperfeiçoando e a exigência de certificados de genuidade e origem, iam banindo da província os «vinhos para pretos» e outras «mixórdias».

Se se reconheceu a necessidade de permitir a importação das «bebidas fortes», deveria ter-se limitado a quantidade a importar, tendo em vista a população branca de Angola.

Em 1938 e 1939 a importação dessas bebidas foi apenas de 21.000 litros por ano, tendo-se tanto num como noutro destes dois anos importado 7 milhões de litros de vinho. Mas vejo que em 1942 a importação das bebidas alcoólicas subiu a 51.000 litros, tendo baixado a do vinho para 6 milhões.

Bem sei que 50 mil, 100 mil ou mesmo 500 mil litros de bebidas alcoólicas por ano não se pode considerar exagerada para uma população de 800.000 pessoas do sexo masculino, em idade de trabalho; a gravidade do caso está, porém, no aumento de importação destas bebidas quando, é certo, ter baixado a população branca.

Consegui inculir nos indígenas a convicção de que a Autoridade portuguesa não desejava que eles bebessem álcool e que tão profundo era este seu desejo que obrigava os brancos a darem o exemplo. Um velho soba dos Dembos disse-me uma vez, quase no fim do meu segundo governo de Angola: «Tens feito coisas boas, mas a melhor de todas foi desviar a aguardente das bocas dos nossos filhos».

Registei o louvor na minha íntima folha de serviços.

Os indígenas de Angola chamam-nos, por vezes, na sua língua, «rabos de vaca», lembrando-se que o bovino está sempre a deslocar o rabo, ora para um lado, ora para outro.

Também outro louvor registei pressuroso. Em 14 de Agosto de 1923, escrevia-me Freire de Andrade, de Lisboa, o seguinte, entre outras coisas:

«Sobretudo desejo dizer-lhe que na Comissão Permanente de Mandatos, onde agora estive, e entre ataques à nossa obra colonial, que naturalmente

defendi, tive a satisfação de ouvir o membro inglês, Sir F. Lugard, que como sabe é um antigo colonial, dizer-me que tinha entre os documentos que trouxera a sua legislação sobre trabalho e álcool, que «era de tudo quanto havia de mais adiantado e completo, em matéria de administração colonial». É sempre uma satisfação para mim o ouvir referências destas. Como terei de ir a Genève em Setembro e sei que ali teremos novos ataques, muito conviria aos interesses do país que mandasse enviar para o secretariado da Sociedade das Nações a sua legislação sobre trabalho e bebidas alcoólicas, pois servirão para combater os nossos detractores».

Fiz seguir para Genebra toda a legislação pedida. Foram os boletins oficiais, acompanhados de tradução em francês e inglês, e com esclarecimentos diversos. Tempos depois enviei o D. 200 e mais legislação publicada.

Em meados de Agosto de 1923 já se estava a montar em Lisboa a máquina para me obrigarem a deixar o governo de Angola...

CAPÍTULO V

A ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS INDÍGENAS HIGIENE E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS INDÍGENAS O CONGRESSO DE MEDICINA TROPICAL

Os serviços de saúde e de assistência aos indígenas foram dos que mais mereceram a minha atenção nos meus dois períodos de governo de Angola. Alguma coisa do muito que fiz sobre este assunto vou trazer para este volume. Mais uma vez os pretos de Angola aparecerão pelo meio destas linhas impressas, como quase sempre os vi, erguendo-se na minha memória, ao escrever o que se está lendo: tristes e desamparados, com a atitude de suplicantes, a implorarem protecção e conforto, um pouco de simpatia da nossa parte, a estabilidade de vida que perderam, a indicação clara e leal de um caminho a seguir sem saltos, sem medo, sem prepotências e violências, sem fome e sem miséria.

Vou contar como pela primeira vez abordei em Angola a questão da assistência médica aos indígenas. É uma página curiosa do meu «diário».

Estávamos em 1912. Havia poucos meses que chegara a Angola e tinha iniciado a minha primeira excursão ao planalto de Benguela. Resolvera ir do Huambo ao Bailundo. Partira, mal despontava o dia, depois de ter obrigado o governador de Benguela a reduzir a uma as cinco malas que queria levar consigo, quando a minha bagagem era apenas constituída pela lona enrolada dos meus trabalhos de campo na Índia. Viagem tormentosa. A poucos quilómetros do ponto de partida o carro onde íamos desfez-se

em pedaços, tão podre estava e tão mau era o caminho. Montei um dos cavalos de tiro e segui a corta mato guiado por um preto. Cheguei ao Bailundo, ao bater da meia-noite. No ano seguinte percorri, em pouco mais de uma hora de automóvel, a distância entre as duas povoações, pela estrada que, entre muitas outras, me deitei a construir.

Encontrei no Bailundo uma casa confortável, sob a direcção da distinta esposa do administrador da circunscrição, um oficial do exército de raras qualidades. Já lá vão 32 anos...

No dia seguinte, tive ocasião de falar com os funcionários e com alguns dos comerciantes principais da circunscrição e, segundo o meu costume, encaminhei a conversa para assuntos da sua actividade e deixei-os depois falar. Quando chegou a vez do médico, delegado de saúde do concelho, perguntei-lhe se o estado sanitário era bom.

Respondeu-me secamente que era muito bom.

– Então poucos doentes? Quase nenhuns; uma ou outra longa caminhada, de quando a quando, para norte, onde o clima é pior, sendo, para aqueles lados, os europeus muito atacados por «perniciosas». E os indígenas?

Olhou para mim espantado, e como eu ficasse à espera da resposta, disse com a hesitação de quem não tinha compreendido a minha pergunta:

«Naturalmente lá vão vivendo...».

Virei-me para o administrador e pedi-lhe informações sobre a densidade da população indígena, se nasciam muitas crianças, se havia muitos velhos nas sanzalas, se eram frequentes as epidemias e quais.

Esclareceu-me plenamente. O Bailundo era muito povoado (consulto, nesta hora em que estou escrevendo, o censo de 1940 e vejo que o Bailundo é o concelho mais povoado do planalto de Benguela: 266.000 mbundos); nasciam muitas crianças, mas a mortalidade infantil era muito grande e por vezes a varíola dizimava a população. Os médicos indígenas, os feiticeiros, as drogas inebriantes, o álcool, a falta de cuidado com as parturientes e com os recém-nascidos eram causa de muitas mortes. A alimentação mal preparada e as cubatas sem condições higiénicas também concorriam para aumentar a mortalidade. Em todo o caso, viviam os indígenas longos anos e a aparência geral era de gente forte e saudável.



Miséria negra: um grupo de indígenas do Bailundo, em 1912

Era a informação que o médico me devia ter dado. Com mais algumas pacientes perguntas cheguei à conclusão que nunca tinha ele entrado numa aldeia de pretos. Sem me irritar, mas com ar severo e calor, disse-lhe que tendo-o o governo nomeado delegado de saúde do concelho, ele tinha de exercer, como tal, as suas funções públicas, tanto junto dos brancos, como junto dos pretos, e principalmente em relação a estes que eram em maior número e não tinham meios para lhe pagar honorários. Para tanto lhe pagava o Estado. Esperava que passaria a organizar a sua vida de modo a fazer amiudadas visitas às sanzalas, a anunciar horas de consulta para pretos, diligenciando habituá-los à medicina europeia.

Li claramente no seu olhar que aquele homem me não estava considerando bom de cabeça. Que tinha eu a fazer... Construir de novo, em moldes novos, criar uma nova mentalidade. Foi deste propósito que saiu o instrumento legislativo constante do que vai ler-se e que só me atrevi a publicar dois anos depois da minha visita ao Bailundo, para que a semente de futura e farta colheita pudesse cair em terreno que lentamente e persistentemente preparei para que se não perdesse.

O Dr. Damas Mora, um dos poucos funcionários superiores que serviram o Estado durante o meu alto-comissariado, de 1921 a 1924, e que depois se conservou no seu posto de director dos serviços médicos, publicou no importante diário de Luanda, «A Província de Angola», uma série de notáveis artigos sobre a assistência médica aos indígenas. É assunto que nos deve merecer a todos particular carinho e desvanecimento. Constitui a organização desta assistência uma das mais brilhantes obras da República; e Portugal pode orgulhar-se de ter caminhado neste humanitário esforço, como tantas vezes lhe tem acontecido, na vanguarda de todas as nações. Nenhum exagero há nestas minhas palavras, nem vaidade.

O Dr. Damas Mora diz, com toda a razão, num dos seus artigos que o estatuto fundamental da assistência médica aos indígenas se contém no diploma legislativo 452 de 1926, que se «deve ao grande governador, coronel Vicente Ferreira». Sinto-me, por estas razões, ao falar destes serviços mais à vontade do que ao tratar de outros, em que tomei parte como principal figurante.

Transcrevo dos artigos do meu velho amigo e companheiro de trabalhos em terras de Angola, doutor Damas Mora:

«Em Angola nunca se prestara assistência médica aos indígenas e os meus sentimentos patrióticos não se sentem amarfanhados ao proclamar esta verdade, porque o mesmo sucedia em todas as colónias africanas. Os serviços médicos oficiais não tinham esse objectivo, senão muito secundariamente. O fim deles era, na fase da ocupação militar, prestar socorros às tropas em campanha e depois estender esses cuidados aos funcionários e colonos europeus, mais ao seu pessoal doméstico».

Quando, em 1912, cheguei a Angola como governador-geral, reconheci isto mesmo e principiei a remar contra a corrente; mas só em 1914 me atrevi a publicar um diploma em que se estabelecia a doutrina de que a assistência médica se tinha de estender às aldeias indígenas, até ali entregues inteiramente em questões de saúde, ao *quimbanda* e ao feiticeiro. Tive, nesse diploma, de colocar ao lado do médico o administrador de circunscrição. Sem este esteio raros seriam os médicos que se prestariam, naqueles tempos, à árdua tarefa de curar pretos. Felizmente esta mentalidade modificou-se por completo, como se verá.

O diploma a que me venho referindo foi a minha Portaria, n.º 406 de 27 de Março de 1914.

Diz o Sr. Damas Mora que «a técnica do serviço de assistência médica aos indígenas, hoje realizado, está não somente esboçada, mas perfeitamente definida naquela portaria. Salvo pormenores de somenos importância, toda a doutrina, em que veio posteriormente a assentar o serviço de assistência ali se encontra nitidamente concretizada».

Pelos modos, desta vez, não tive falhas de visão... Por essa portaria constituiu-se em cada circunscrição de Angola uma «Comissão de assistência indígena», composta pelo administrador, pelo médico, e por um soba gentilico da região. Incumbia-lhe:

— A assistência às mulheres grávidas, às crianças recém-nascidas, até aos cinco anos, e aos doentes;

— Fazer inspecções periódicas às povoações indígenas, prestando os socorros da ciência médica, distribuindo medicamentos, desinfectantes e artigos de penso, e organizando o cadastro dos indígenas doentes;

– Mandar proceder à vacinação e revacinação em larga escala e pôr em prática as medidas de profilaxia e de higiene públicas, compatíveis com o meio;

– Estabelecer, com o concurso das autoridades gentílicas, brigadas de saneamento local, às quais daria as necessárias instruções, ensinando-lhes a maneira de evitar o contágio das doenças e a sua transmissão, convencendo os indígenas a adoptarem medidas de profilaxia sazonal e da tripanosomíase, mostrando-lhes as suas vantagens e resultados práticos;

– Estudar o censo da população indígena e os seus usos e costumes, no que dissesse respeito a doenças e seu tratamento;

– Providenciar de modo a tornar a assistência médica assídua e efectiva, evitando que os socorros fossem tardios e deficientes;

– Estabelecer os «pólos de assistência» que julgasse conveniente, na área da sua jurisdição e fiscalizar o seu funcionamento;

– Procurar convencer os indígenas dos inconvenientes e inaniidade das práticas de feitiçaria;

– Tomar as providências necessárias para promover e estabelecer a assistência infantil e para diminuir a mortalidade das crianças, estabelecendo maternidades, se fosse possível, e instruindo as mulheres nos deveres e cuidados a ter com os recém-nascidos e consigo próprias, antes e depois dos partos;

– Apresentar ao governo-geral, por intermédio do chefe do Serviço de Saúde, e directamente aos municípios, as propostas que julgasse conveniente para melhorar a situação sanitária dos indígenas;

– Enviar ao chefe dos serviços de saúde relatórios trimestrais da assistência prestada aos indígenas no trimestre anterior.

Damas Mora comenta: «Pouco se pode acrescentar a este vasto programa. A concepção do general Norton de Matos caiu em terreno sáfaro. Nem administradores nem médicos lhe compreenderam o alcance».

Julgo que o meu ilustre amigo se enganou. Se não tivesse havido a audácia de publicar em 1914 num Boletim Oficial as palavras e os preceitos que acabam de ler-se, talvez não tivesse sido possível realizar a obra de assistência aos indígenas a que depois assistimos em Angola. As utopias, os contra-sensos, a extravagância (tudo isso chamaram então às

disposições da minha portaria) de assistência preventiva às mulheres pretas em estado de gravidez e às crianças, das visitas periódicas às povoações indígenas, dos reconhecimentos sanitários, da profilaxia das doenças contagiosas, transformaram-se pouco a pouco em realidades. É sempre assim. Chegado o momento de inovar, de transformar, é necessário, é indispensável anunciar. As palavras e as concepções estranhas e confusas da anúncio tomam corpo, passam, a breve trecho, a ser compreendidas, se for certo ter chegado o momento da inovação e da transformação. Lembremos as «Epístolas» de S. Paulo e o «Discurso do método» de Descartes, se é permitido tirar de coisas grandes e do génio exemplo que se possa aplicar às pobres palavras de um insignificante governador de povos.

Pouco depois de publicada essa portaria, veio a guerra e tive de sair de Angola. Dois administradores de boa vontade a puseram em execução, muitos me consultaram sobre dificuldades que se levantavam ao seu cumprimento, críticas acerbas surgiram, e tudo isto indicava que a ideia estava em marcha e que uma concepção inteiramente nova sobre assistência aos indígenas se tinha calorosamente proclamado em Angola.

Vamos ver como essa ideia e essa concepção se transformaram rapidamente em realizações práticas.

A obra da República, no que respeita a assistência e protecção aos indígenas das colónias portuguesas, desenvolveu-se a passos largos. As medidas legislativas, a que acabo de me referir e que ficaram conhecidas pelo nome de «visitas médicas às aldeias indígenas», foram acompanhadas por outras disposições, publicadas antes e depois delas, que muito concorreram para modificar de notável maneira, em curto prazo, a mentalidade dos colonos brancos em relação aos indígenas. Transparece em todas essas medidas, a orientação fundamental, e desejo formal dos governos da República de levarem rapidamente os indígenas sob a sua tutela para uma civilização superior. Traduzi esse espírito da República com as seguintes aspirações, tantas vezes repetidas ao longo das portarias e circulares que publiquei de 1912 a 1914:

a) Assistência médica aos indígenas na sua mais lata significação e na sua constante aplicação;

b) A introdução gradual e continuada de hábitos e de práticas de higiene entre os indígenas;

c) A melhoria sucessiva e efectiva das condições materiais da vida dos indígenas, principalmente na alimentação, na habitação e no vestuário;

d) A radical supressão de todos os vícios, usos e costumes prejudiciais ao organismo humano: bebidas alcoólicas, drogas inebriantes, feitiçaria, etc.

É esta, dizia eu, nessa já distante época, a missão conjunta dos médicos e dos administradores de circunscrição, pois que nada podem fazer uns sem os outros.

Conjuntamente com as medidas de assistência médica, foram publicadas outras de carácter mais grave que conseguiram acabar de vez e para sempre com os últimos baluartes de verdadeira escravatura, que, em 1912, fui encontrar em Angola. A essas medidas me referi longamente nas páginas anteriores deste volume; devia lembrá-las aqui, porque a saúde pública depende, sem dúvida, dos regimes de trabalho.

Provocou este conjunto de medidas, que abrangeram a vida dos indígenas nas suas aldeias e nas suas relações com os colonos brancos, natural reacção que teve o seu eco no Parlamento português. Esboçou-se, então, a primeira campanha contra mim, mas ela morreu perante a atitude do governo que, pela boca do ministro das Colónias, declarou estar inteiramente de acordo com as medidas e a orientação do governador em tudo o que respeitava à protecção ao indígena. Era ministro das Colónias o Dr. Almeida Ribeiro, um grande português, que muito admiro e a quem as colónias muito devem.

As nações ganham sempre com procedimentos desta natureza, que as elevam e dignificam, como perdem sempre com violências, com o rebaixar da dignidade humana, com atropelos de diversa ordem e espécie.

Quando, em 1921, voltei a governar Angola, encontrei valiosos diplomas legislativos sobre a profilaxia das doenças do sono e do paludismo, que os meus dignos antecessores, de 1914 a 1921, tinham publicado e que estavam dando os mais benéficos resultados. A obra iniciada não se tinha interrompido, a semente, lançada de 1912 a 1914, germinara em admirável ambiente moral, em plena transformação da mentalidade dos funcionários e colonos brancos em tudo que dizia respeito ao indígena. Mas muito havia

ainda a preparar, a revolucionar na obra fundamental e essencial da assistência médica aos pretos da nossa grande colónia. Lancei-me desde a primeira hora a essa grande tarefa. Encontrei, para a realizar, homens de firme vontade e de rara tenacidade. À frente deles pus o Dr. Damas Mora, que escolhi, em 1921, para dirigir os Serviços de Saúde da Província, e tive a grande ventura de ter proporcionado a homens da mais alta estatura moral a ocasião de se manifestarem aos olhos do mundo como sublimes obreiros na cruzada a que nos abalançámos. Quando amanhã se fizer, para uso da infância e da mocidade portuguesa a história da acção civilizadora de Portugal nas suas colónias, após o advento da República, os nomes dos doutores Gomes da Costa e Venâncio da Silva figurarão brilhantemente entre os realizadores da civilização de Angola. Permitam-me que transcreva para aqui o que a respeito dos médicos de Angola diz o meu antigo chefe dos serviços de saúde, no jornal «A Província de Angola». Representa esta transcrição a minha homenagem a esses portugueses:

«Sem o Dr. Gomes da Costa, não existiria Assistência Médica aos Indígenas, senão no papel.

A organização da zona do Cuanza, a sua, serviu de modelo às outras. Ali se realizou com toda a probidade a atoxilização em massa, que em poucos meses modificou completamente o aspecto físico da população. Conseguiu esta coisa assombrosa: reduzir num ano a taxa da mortalidade, que em 1927 foi de 40,8 por mil, para 20,5 por mil em 1928 e para 18,8 em 1929; aumentar as taxas da natalidade que foram de 11 por mil em 1927, de 19,7 em 1926, e de 32,1 por mil em 1929. Isto é, em 3 anos inverteu-se a fórmula demográfica; transformou-se uma população decadente em via de extinção, num povo florescente no qual a taxa da natalidade excede a da maioria dos países europeus.

Esta situação tem continuado a manter-se e a acentuar-se de então para cá.

O sistema das concentrações quinzenais nasceu no Cuanza. O censo demográfico foi rigorosamente feito. Ali se criaram as primeiras granjas sanitárias, que permitem manter população hospitalizada que, só no sector de Ambaca, excede 10.000 indígenas por ano.

Para tratamento individual dos indígenas pôs-se em execução a ideia das sanzalas-enfermarias, de pouco dispendiosa construção e menos custosa manutenção; pequenas cubatas onde o indígena permanece no seu ambiente habitual, sustentado pela família, ou pelos produtos da granja sanitária.

Entre os beneméritos organizadores do Serviço de Saúde, coloco, em segundo lugar, o antigo chefe da zona do Congo, Dr. Venâncio da Silva. A obra de Gomes da Costa em 1927 foi seguida no Congo em 1928, com as mesmas características de actividade e de dedicação. Depois vem o Dr. Ornelas e o Dr. Waldemar Teixeira, que no Cuanza continuaram a obra do Dr. Gomes da Costa; no Congo o Dr. Avelino Silva, e em Benguela o Dr. Jacobus de Paiva; depois a pléiade de admiráveis chefes de sector e de sub-sector: Simões do Amaral, Antero do Amaral, Pires dos Santos Júnior, Lavrador Ribeiro, Gonzaga Gomes, Araújo de Freitas, Abrunhosa de Vasconcelos, Assoreira, Pinto da Fonseca, Maia e Silva, Bruno de Mesquita, Gomes Pinto, Rómulo de Noronha, Aurélio Fernandes, Diniz da Gama, Tolentino Ganho; os enfermeiros, dedicados de corpo e alma à assistência, como José Bento da Silva, Teotónio de Oliveira, Joaquim José Inácio Pacheco, Manuel Ferreira, Bruno de Brito e os auxiliares indígenas, como o André Cucubica, que dos seus vencimentos mensais de 100 angolares tirava dinheiro para alimentar alguns doentes hospitalizados, para que eles não saíssem, por curar, da sanzala-enfermaria, e tantos, tantos outros a quem peço humildemente perdão de não citar para não prolongar demasiadamente este registo...

Constelação de apóstolos da ciência que deram glória imorredoura ao Serviço de Saúde de Angola, os governantes têm o dever estrito de deixar gravados em mármore os seus nomes para edificação das gerações futuras.

Como dizia em 1928 o governador interino da colónia, Dr. Torres Garcia: «Toda esta gente merece a Cruz de Guerra».

E aqui terminam as palavras de alta justiça que o Dr. Damas Mora dirigiu aos seus colaboradores.

Entre os nomes dos médicos que acabam de se ler, figuram alguns que pertencem a naturais da Índia, formados pela escola de Nova Goa. No meu tempo de alto comissário de Angola abracei a ideia de se contratarem médicos portugueses da nossa Índia para serem utilizados na assistência aos

indígenas, que creio foi sugerida pelo distinto homem de ciência, o doutor Froilano de Melo. Muitos deles, findo o seu contrato, vieram repetir o seu curso à metrópole, como o Dr. Gomes Pinto e o Dr. Bruno de Mesquita, cuja tese de licenciatura, apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, tenho tido aberta diante de mim, ao escrever estas palavras, com penhorante dedicatória que muito agradeço.

Muito aprendi na Índia durante os dez anos seguidos, sem a interrupção de uma licença, que por lá andei. Que admirável manancial de colaboradores nós ali temos para nos ajudarem a transformar em realidade o sonho do Império!

Nos três volumes onde se encontra a legislação que publiquei como alto comissário da República, nos anos de 1921, 22 e 23, ocupam grande número de páginas as medidas sobre saúde e higiene. O ponto de partida foi «A Organização dos Serviços de Saúde e Higiene», decreto do A. C. n.º 74, de 1 de Novembro de 1921. Sem essa organização nada se poderia ter feito: nela se contém as directivas, as autorizações, as bases e as incumbências que permitiram dotar Angola com o pessoal de médicos, farmacêuticos, enfermeiros e auxiliares e com edifícios, instalações e material em grande quantidade e que provocaram as realizações que se seguiram à sua publicação.

Nesse mesmo ano de 1921 foi aprovado o regulamento das brigadas sanitárias, cujo fim era, como diz o preâmbulo do meu decreto, «a transformação da província sob o ponto de vista sanitário, como o reclamam as imperiosas exigências da salubridade pública e as necessidades do desenvolvimento e engrandecimento de Angola»; e poucos dias depois foram criadas brigadas sanitárias para a extinção da mosca do sono nas fazendas agrícolas. Nos anos seguintes, numerosas medidas se publicaram sobre saúde e higiene, mas o que se teve principalmente em vista foi pôr rapidamente a funcionar a «organização» de 1921, sem a qual nada se podia conseguir. Foram esboçadas e tratadas as concepções da criação de uma escola médica em Angola, para a formação de médicos auxiliares indígenas, e concebeu-se e realizou-se o corpo dos «médicos para indígenas», *destinados exclusivamente* ao tratamento dos indígenas. Foi nobre herança, disse eu algures, que deixei aos futuros altos comissários.

Em Julho de 1923 realizou-se o «Congresso Internacional de Medicina Tropical», primeiro congresso desta natureza que teve lugar em terras de África. O principal fim que tive em vista com este congresso, foi mostrar ao mundo científico o que se estava fazendo numa colónia portuguesa em matéria de assistência médica aos indígenas. A realização desse congresso marcou, por si só, uma época admirável na história da colonização de Angola. Todos os louvores serão poucos para os distintos médicos que para essa realização concorreram.

Em princípios de 1924 podia eu dizer ao ministro das Colónias, em relatório que lhe mandei: «Está longe Angola de ter os serviços de saúde e higiene que tão vastíssima região exige. Mas nestes últimos três anos deram-se importantes e larguíssimas passadas na direcção da perfeita organização a atingir. A verba orçamental que era de 164 contos no orçamento que fui encontrar em vigor na província, antes do primeiro ano do meu alto comissariado, passou para 2.300 contos no meu primeiro orçamento, o de 1921-1922, para 3.574 contos no orçamento seguinte, e para 6.355 no do ano económico corrente. Os vinte médicos que havia então em Angola passaram já para setenta e oito. O angariamento cada vez maior de médicos, farmacêuticos e enfermeiros e os diplomas publicados para provocar e facilitar esse angariamento, as escolas de enfermeiros que se criaram na colónia, a regulamentação da prestação de assistência médica, da concessão de medicamentos e de hospitalização gratuitas, a larga distribuição gratuita de quinino e de desinfectantes, a instalação de serviços médicos e higiénicos exclusivamente destinados aos indígenas, o combate cada vez mais intenso contra a doença do sono, paludismo e varíola, a instituição de numerosas brigadas sanitárias — constituem outras tantas manifestações da convicção do alto comissário de que sem uma profícua e constante assistência médica em África, não se poderá pensar em colonização digna deste nome, nem se poderá levar por diante a grande obra de civilização dos indígenas, que pesa sobre os nossos ombros».

E assim se preparou o terreno para que nele pudesse florescer a admirável obra de assistência médica aos indígenas de Angola, a que assistimos durante o alto comissariado do Sr. Vicente Ferreira.

Tudo o que representa assistência aos indígenas sob os variados aspectos, mas principalmente no que respeita à saúde e à higiene, constitui hoje uma das mais fundamentadas obrigações das nações coloniais.

Essas nações, ao assinarem a acta de Berlim, em 1885, a Declaração de Bruxelas de 1890, a Convenção de Saint-Germain-en-Laye de 1919 e o Tratado de Paz, assumiram enormes responsabilidades. Nunca será tarefa fácil transformar raças atrasadas, agarradas a uma miséria secular, dominadas pelos mais terríveis vícios, desorientadas por terrificantes sistemas sociais e religiosos, assentes na violência, na escravatura e no embuste, minadas por doenças e preconceitos de toda a espécie.

Nenhum grupo de administradores e homens de estado, cuja actividade se tenha dedicado a assuntos coloniais, pode, como nós, os portugueses, avaliar o que são e o que custam o propósito e o esforço de transformar povos de civilizações primitivas. Temos por nós a experiência de muitos séculos e principalmente o desinteresse com o qual, desde a primeira hora, nos abalançámos à obra ingente de assimilação dos povos que conquistámos. Desse facto resulta a grande autoridade moral com que nos podemos apresentar perante o mundo a tratar desta matéria. Mas, evidentemente, não deixamos também de enxergar o aspecto económico da questão.

Para que nos serviriam os nossos vastos territórios coloniais, se fossem habitados por indígenas destinados a desaparecer dentro de poucos anos? Em Angola esta tremenda interrogação estava em todas as bocas ao terminar do século XXI, e ainda hoje, apesar do muito que temos feito para diminuir a mortalidade dos indígenas, ela nos acode constantemente aos lábios. A minha geração assistiu ao quase completo desaparecimento dos indígenas das margens do Cuanza e do Zaire, em consequência da doença do sono, e ao passar da população de Angola de sete ou oito milhões para uns escassos quatro milhões de habitantes!

O problema fundamental da Nação, tanto nas colónias como na metrópole, é o da melhoria das raças humanas que nela habitam. Pela sua resolução se devia principiar. Enquanto as raças indígenas forem o que sabemos que são na sua quase totalidade, enquanto os habitantes da metrópole viverem, como vivem na sua grande maioria, num «standard», de vida inferior, na miséria ou numa semi-miséria, sem assistência médica, desprovidos da

mais elementar higiene, sem habitação digna deste nome e sem o vestir adequado às variações atmosféricas da nossa terra, estaremos a edificar sobre areia e todas as nossas obras de fomento, de desenvolvimento económico e de organização social, serão na maior parte inúteis. A nossa constante preocupação tem de ser a de fazer homens fortes e sãos, fisicamente e moralmente, pois que temos de realizar uma obra de gigantes.

A influência benéfica de um corpo de médicos, como aquele que Angola tem a felicidade de possuir, é incalculável. Não se estende ela somente à acção puramente médica, pois penetra e nobilita toda a política indígena. Claro está que o exercício da medicina curativa e preventiva, o estabelecimento da higiene pública constitui a principal missão desses beneméritos servidores do Estado. Mas perante uma corporação de médicos, a actual num meio indígena, como o de Angola, outros problemas terão fatalmente de surgir e de ser levados por essa corporação ao conhecimento dos governos, sob pena de, se o não fizer, falsear a sua missão.

E assim, o problema dos salários indígenas, directos e indirectos, não pode deixar de merecer aos médicos a maior atenção. A informação médica a este respeito, dada e publicada com desassombro científico, produzirá medidas legislativas que farão desaparecer a insuficiência da alimentação, as habitações infectas, o quase nudismo, a vida miserável e imoral das famílias indígenas trabalhadoras.

Foi sob esta orientação, que durante os meus dois governos de Angola se tomaram medidas tendentes a remediar a vida dos indígenas, quer em campos de trabalho, quer nas suas aldeias, e, se muitas dessas medidas foram provocadas pelo que eu via, a maior parte delas foram devidas às informações oficiais ou particulares dos médicos da província. Determinou-se que se fizessem inspecções periódicas às fazendas agrícolas ou agro-industriais, resultando dessas inspecções ordens a alguns donos de fazendas para substituírem, em prazo fixado, as instalações dos trabalhadores por outras que permitissem vida humana, digna deste nome.

De vários documentos públicos e de discursos meus consta ter sido minha intenção dar o Estado assistência financeira aos proprietários das fazendas que se prestassem a pôr em prática um programa de novas instalações para os seus operários, elaborado pelos serviços médicos e de

obras públicas. Também as aldeias indígenas me mereceram a maior atenção, sendo meu propósito transformar algumas aldeias, situadas em vários pontos da província, com substituição completa da palhota ou da cubata por habitações dignas deste nome e nesse sentido dei ordem e instruções.

A legislação por mim publicada a respeito dos bairros indígenas a construir nos principais centros urbanos de Angola mostra o cuidado que me mereceu a reconhecida necessidade de livrar as populações europeias de focos de infecção e de vizinhanças de desmazelos e corrupção sempre funestas. Dois caminhos tinha a seguir. Ou segreggar completamente os indígenas dos centros urbanos europeus; ou criar-lhes condições de vida urbana, que os colocassem em condições idênticas às dos residentes europeus. A nossa política indígena de sempre obrigava-nos a adoptar a segunda solução. Basta ler o meu diploma de 27 de Outubro de 1922 (Portaria Provincial 153) para se conhecer a minha concepção destes bairros. Creio que não peca por tacaña e que não envergonharia aqueles que, nos tempos que vão correndo, tanto falam em Império.

Não era, evidentemente, possível, nos escassos seis anos dos meus dois governos de Angola, dotar a província com a organização dos serviços de saúde que exigem a sua extensão e as suas populações. Mas nisto como no resto o essencial conseguiu-se. Fez-se na assistência médica aos indígenas, partindo de uma acção médica inteiramente nula, uma grande transformação que abrangeu, não somente os serviços e o seu benéfico actuar, mas também a mentalidade que fui encontrar em Angola em 1912, que limitava a intervenção do Estado junto dos doentes e das doenças e higiene dos indígenas, no decorrer da sua triste vida, a nada ou a quase nada. Dessa transformação nasceu a orientação que havia de guiar os futuros empreendimentos, indicar o caminho a seguir, e bastou ela produzir-se para principiarem a cair sobre os pretos doentes, sobre as mães e as criancinhas pretas, os benefícios que rapidamente esbocei.

Que posso eu pretender mais?

Antes de encerrar este capítulo, desejo, mais uma vez, dizer que as sete grandes transformações de Angola, que consegui realizar, se devem encarar como formando um conjunto, como completando-se umas às outras.

É também meu dever afirmar que tudo o que me foi possível fazer de bom se encontrava no ar que principiei a respirar ao pôr os pés em terras de Angola. Vindo de um passado remoto, bem definido e melhorado por princípios e ideias mais recentes, trazido da metrópole com as aspirações que a Proclamação da República fizera surgir, alguma coisa se respirava diverso do que poucos anos antes existia.

Pouco tempo depois de chegar a Angola, recebi do chefe do Serviço de Saúde, o coronel médico, Dr. Francisco da Silva Garcia, um relatório em que me fazia ver a necessidade de transformar os serviços a seu cargo e de os passar de inteiramente militares que eram para quase totalmente civis. Era necessário separar por completo o serviço de saúde militar do serviço, mais lato e mais geral, de saúde civil.

Quase não havia médicos civis na província; os municípios não tinham recursos para custear as despesas com serviços de saúde; não existiam delegados de saúde, pois que dificilmente podiam os médicos castrenses desempenhar essas funções.

Não tinha, em 1912, poderes para legislar em tão fundamental matéria, mas no meu espírito estava bem clara, como já disse, a necessidade de fazer governo, administração e ocupação essencialmente civis. Fui contornando as dificuldades, conforme me foi possível, e saltando por cima de limitações de atribuições com que o espírito de casta, que viera do antigo Ministério da Marinha e Ultramar, da Monarquia, e que o Ministério das Colônias da República ciosamente chamara a si, mais do que as leis em vigor, se comprazia em transformar os governadores das províncias de além-mar em regedores de paróquia.

CAPÍTULO VI

A EDUCAÇÃO E A INSTRUÇÃO

Outra grande transformação era necessária na vida social de Angola. A educação e a instrução dos indígenas apareceu-me desde as primeiras horas, como necessidade absoluta e como um dever a cumprir.

O problema da instrução das crianças europeias em idade escolar, não era de preocupar quando, em 1912, cheguei à província. Havia em Angola, professores em número suficiente para ensinar as primeiras letras àquela diminuta população infantil e era prática seguida, na maioria dos casos, mandarem os pais europeus os seus filhos para Portugal, afim de ali serem instruídos.

Bem sabia eu que o indígena só renasceria para a nova vida, que connosco devia viver, quando a sua língua fosse o português e a sua instrução crescesse paralelamente à dos nossos filhos.

Em 10 de Abril de 1913, mandei ao ministro das Colónias um projecto de organização da instrução pública na província de Angola, precedido de um extenso relatório, que pena tenho de não poder publicar na íntegra, neste volume. Dele já alguma coisa tirei, quando apontei as três classes, em que se encontrava dividida a população indígena da província⁽¹⁾. A grande massa dos pretos, quase completamente fechados pelas trevas de civilizações primitivas; um número limitado de pretos e mestiços, com uma rudimentar

⁽¹⁾ Primeira Parte deste tomo, cap. 1.º, III Situação interna de Angola, b) Os indígenas.

instrução, que apenas servia para os tirar da sua civilização sem os introduzir na nossa, e para formar homens sem carácter; um grupo cada vez maior, também, de pretos e mestiços, digno de toda a nossa consideração e elevando-se, graças quase exclusivamente ao seu esforço e vencendo mal entendidas oposições, ao nível da nossa civilização.

Indispensável era, antes de mais, tomar as providências necessárias para não se produzirem mais pretos pseudo-instruídos e pseudo-civilizados, como os do segundo grupo da minha classificação. Melhor seria deixar os pretos de Angola para sempre analfabetos, do que criar aquele híbrido degenerado a que se deu o nome de «cambaquista», e cujas principais características são o desprezo pelo trabalho manual e a não sujeição, a que obriga a moral e a civilização accidental, que declaravam, em português mascavado, ser a sua.

Não vi, e ainda não vejo hoje, outro meio de evitar o aparecimento de elementos demográficos desta natureza, que não seja a íntima ligação da instrução literária com a aprendizagem de artes e ofícios. Tem de ser esta base fundamental da instrução africana. Por essa razão o meu projecto de instrução, de 1913, estabelecia que tanto a instrução primária elementar, como a complementar e a superior abrangeriam o ensino de uma profissão manual, agrícola ou industrial, adequada ao sexo e às conveniências da região. O sexo feminino receberia, além disso, ensino de trabalho de agulha e de economia doméstica.

E noutro artigo do mesmo projecto insistia: «O ensino profissional de artes e ofícios é destinado a criar operários e artífices, com profissões adequadas às necessidades das regiões, onde se estabelecerem as respectivas escolas».

Dizia-se no projecto que deveriam ser gratuitos o ensino primário, elementar e complementar, e o ensino profissional de artes e ofícios. O ensino elementar seria obrigatório para os dois sexos, cuja idade estivesse compreendida entre 6 e 15 anos. Criar operários e agricultores; não deixar que o imperfeito conhecimento do português e mal digeridos elementos de instrução dessem origem a indivíduos que a escola levasse a abandonar a sua civilização, sem lhes permitir o ingresso na nossa, deixando-os no ar, sem apoio, entre as duas civilizações; não arrancar os indígenas rapidamente do seu modo de viver, aos seus usos e costumes, e diligenciar fazê-los

evolucionar, dentro dos quadros da sua própria civilização, para uma civilização mais perfeita; a educação e a instrução da grande massa dos indígenas de Angola devia ser um dos meios de melhorar a sua condição social, e não um fim; a instrução meramente literária e o proselitismo, isolados e como fins únicos a atingir, produzirão sempre os piores resultados nas populações indígenas; foram estes os princípios orientadores da minha política de instrução, parte integrante do meu propósito de fazer a grande transformação, de onde resultasse o *novo indígena*.

Formaram-se e consolidaram-se eles naquele estranho ambiente das terras de África e nunca mais me abandonaram.

Pondo-os em prática, a instrução de homens primitivos, que era uma necessidade e um dever, para mim tão fortes, como devia ter sido para os primeiros apóstolos a conversão ao cristianismo dos pagãos, não poderia conduzir a deturpações e hibridismos morais.

Restava, porém, o outro grupo de pretos a que me referi, homens e mulheres que, «pelo seu constante esforço, pela continuada aspiração a saírem das trevas do passado, tinham conseguido vencer mal entendidas oposições e a carência quase absoluta de estabelecimentos de educação e instrução», e que fui encontrar em Angola à espera que lhes dessem a mão.

Quanto a estes homens e mulheres, «já longe das trevas do passado», guiou-me, ao pensar no desenvolvimento da sua instrução, a convicção que a minha vida da Índia tanto consolidou, de que podemos e devemos lançar mão, o mais possível, dos naturais das nossas colónias para o exercício de funções públicas.

O professorado elementar, o estado menor dos serviços de Angola, os lugares de agrimensores, regentes agrícolas, maquinistas, telegrafistas, apontadores, pilotos e enfermeiros devem ser exercidos por naturais da província, brancos ou pretos, nela educados e instruídos, conhecedores das suas regiões, das línguas, usos costumes dos povos que as habitam.

O mesmo deve dar-se para grande número de empregados de casas comerciais, das empresas agrícolas e industriais.

Foi tendo isto em vista, que no meu projecto de 1913 se criaram cursos de professores de ensino primário elementar, cursos de comércio, de regentes agrícolas coloniais, de maquinistas, de pilotagem, de apontadores

de obras públicas, de mestres de obras, de agrimensores, de correios e telégrafos e de enfermagem.

Todos estes cursos, com excepção do de professores e do de comércio, seriam estabelecidos junto dos serviços públicos correspondentes. O aluno era admitido a frequentá-los mediante concurso e a sua admissão representava a sua nomeação para o desempenho, ainda que provisório, de funções públicas: passava a ser aspirante a agrimensor, a condutor, a telegrafista, etc., e a ser pago pelo Estado. Vencido o curso e reconhecida a sua competência moral, intelectual e física no desempenho de funções públicas, ingressaria no quadro respectivo, segundo a classificação obtida.

Foi assim, que procedi na Índia, quando tive de recrutar e habilitar numeroso pessoal para a execução de importantes trabalhos de agrimensura e cadastro, que se estenderam por todo o território português indiano. Não me foi necessário requisitar à metrópole um único auxiliar; todos aqueles de que careci os encontrei em Goa Damão e Diu, entre os descendentes de europeus e os índios cristãos, bramanes ou muçulmanos.

Ficou, como não podia deixar de ser, como a essência atrasadora dos estabelecimentos conservadores e centralizadores, a que em todos os países se deu o nome de ministérios, fatalmente exigia, o meu projecto de organização da instrução pública de Angola em depósito nas pastas de qualquer direcção geral do Ministério das Colónias.

Mas foi, sem dúvida, facho de luz que principiou a brilhar em Angola e que jamais se apagaria. Sem esperar que mo aprovassem principiei a realizar muito do que nele se continha.

Tinha de transformar por completo um estado de coisas, bem patenteado pela insignificante verba de 16.000 escudos, exarada no orçamento de uma colónia com uma população de milhões de habitantes, e pelo número de 44 professores de ensino primário, únicos existentes na província.

Nesse distante tempo de 1913, a minha linguagem era a mesma de hoje e a minha ânsia de transformar e de criar não tinha então limites.

Deve notar-se que 16 contos daquele tempo equivaliam aproximadamente a 1.000 contos de hoje.

No meu orçamento de 1913-1914, a verba para instrução pública subiu a 84 contos da moeda daquele tempo (libra ouro a 5\$00) e o número de



Na ocasião das minhas visitas a várias circunscrições, tenho pedido aos administradores que organizem «paradas» de famílias indígenas, para ter ocasião de observar esses grupos familiares, isolados da multidão dos indígenas que me vêm ver. Coisa curiosa: cada homem vem sempre acompanhado de uma só mulher e dos filhos dela

Deixaram em mim, as centenas de famílias que contemplei, a sensação de uma raça humana de grande vigor, físico e espiritual, capaz de criar uma grande civilização

(De um discurso pronunciado pelo general Norton de Matos em Luanda, em 5 de Outubro de 1923)

professores foi elevado a 112, tendo-se principiado a instalar e mobilar as escolas respectivas.

Quando voltei a Angola, em 1921, encontrei essa verba reduzida para 26 contos. Estava a libra a 42\$00 e a subir rapidamente o caminho que a levou a 134\$00, em 1924. Recordação bem dolorosa da minha vida de ministro de todas as pastas, em Angola, de 1921 a 1924...

O meu orçamento de 1921-1922 elevou essa verba a 732 contos, que passaram para 1.858 contos no orçamento seguinte e para 2.662 contos no do ano de 1923-1924.

Permitiram estas verbas, e principalmente o espírito que presidiu à sua aplicação, levar a centenas de indígenas os benefícios da instrução e, sobretudo, espalhar entre as populações indígenas a convicção de que Portugal desejava dotar o mais rapidamente possível todos os grandes centros de população preta de escolas, onde se aprendesse a falar, a ler e a escrever a língua portuguesa.

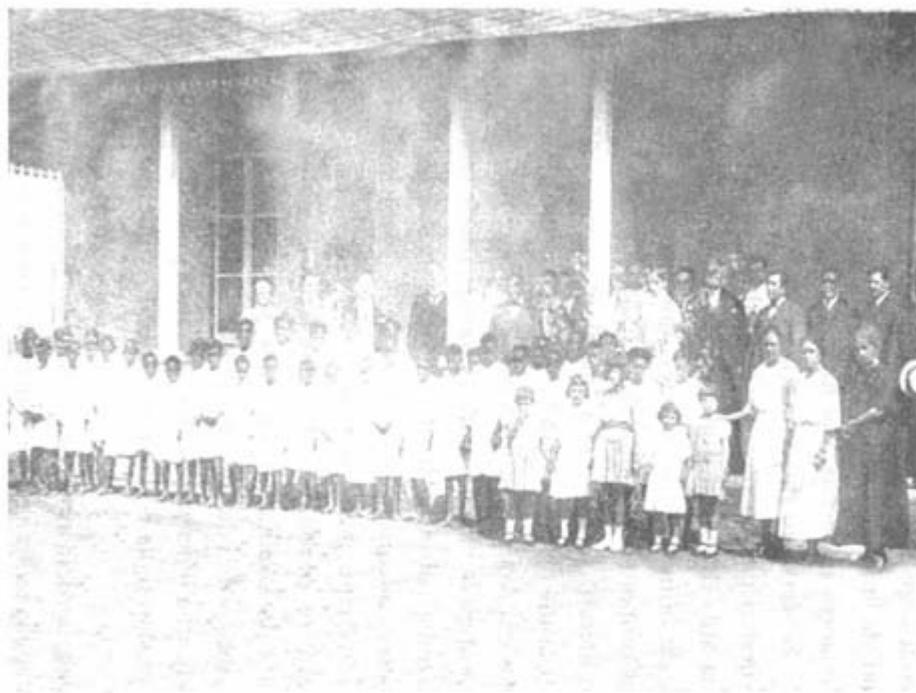
Não me foi necessário muito tempo de permanência em Angola para me convencer de que era esta a ambição máxima dos indígenas da província. Não a soubemos aproveitar, nos anos que decorreram a partir de 1923.

Vejamos rapidamente, que me estão a faltar as páginas deste volume, quais foram os principais passos que dei no caminho que abri. Está ele cheio de pedras brancas a marcar o meu esforço no espalhar da instrução em Angola. Apenas pararei junto dos marcos memoráveis.

I — ESCOLAS RITA NORTON DE MATOS

Criaram-se em Angola escolas para educação de crianças indígenas do sexo feminino, às quais um acto de justiça e de reconhecimento deu o nome de «Escolas Rita Norton de Matos». Os princípios basilares e a orientação que presidiram à organização destes estabelecimentos podem resumir-se da seguinte maneira:

Essas escolas são destinadas exclusivamente a raparigas indígenas, que devem principiar a frequentá-las de tenra idade, para que a força de hábitos adquiridos no seio das famílias não oponha barreira insuperável à educação a ministrar;



Meninas de cor da Escola Rita Norton de Matos, em Luanda,
por ocasião da visita do Sr. Rutten, governador-geral do Congo Belga, em 1922

O regime-escolar é o de semi-internato, para que a criança esteja bastantes horas separada da família indígena, mas não segregada dela;

A escola será sobretudo uma casa de educação e trabalho, onde as crianças adquirirão hábitos de limpeza, de higiene, de decência e de moralidade;

A escola não terá quaisquer criados ou serviçais, sendo todo o trabalho doméstico interno, de limpeza, lavagem de roupa, cozinha, serviço de mesa, etc., feito pelas crianças indígenas, por turnos e segundo as suas idades:

A comida e o vestuário das crianças serão os usuais, das famílias indígenas a que pertencem, apenas mais cuidados e mais limpos;

Haverá uma aula de costura em que se ensine unicamente a fazer roupa modesta, de homem e de mulher, que usem ou devam usar os indígenas da região onde estiver situada a escola;

A instrução literária limitar-se-á a falar, ler e escrever o português, às quatro operações aritméticas e ao conhecimento da moeda e dos pesos e medidas correntes em Angola. Simples palestras sobre higiene das pessoas e das habitações, contra os vícios e práticas nocivas, usos e costumes nefastos da vida do indígena, sobre a História de Portugal e os benefícios da civilização portuguesa, adequadas às idades e ao desenvolvimento intelectual dos ouvintes, serão frequentemente feitas.

Apresentaram os partidários da segregação completa das crianças indígenas da vida da família, aqueles que somente nos asilos ou nos conventos vêem meios de educar contra os estabelecimentos de educação que acabo de indicar, a objecção de que a criança perderia na parte do dia que estivesse fora da escola e nos dias feriados o que ganhou nas horas escolares.

Alguma coisa perderá por certo, mas não perderá tudo. A criança passará a ser na família indígena um elemento de educação e a sua influência educativa crescerá com os anos de frequência escolar. E quando, findo esse período de seis a oito anos de escola, as raparigas pretas, transformadas em mulheres, de uma civilização e moralidade superior, voltem definitivamente à vida de família, constituam famílias regulares e de harmonia com as nossas leis, religião e costumes, a sua influência no sentido que desejamos será enorme. Nunca a influência do homem educado nas escolas profissionais

poderá, na vida de família e na evolução social que temos em vista, aproximar-se sequer da mulher.

Montem-se algumas centenas destas escolas em Angola dizia eu, coloquem-se em cada uma delas duas mulheres portuguesas que sejam capazes de desempenhar a alta missão que este plano educativo exige, e Angola transformar-se-á, por completo, no que respeita à civilização dos indígenas dentro de poucas gerações.

Assim pensei desde a primeira hora, pois que a primeira «Escola Rita Norton de Matos» foi criada por diploma de 3 de Outubro de 1912. No preâmbulo desse documento escrevi: «Sendo certo que a educação da mulher indígena, habituada aos mais rudes trabalhos e constituindo por isso mesmo um elemento preponderante nas sociedades nativas, será um dos melhores meios de abrir brecha na ignorância, nas superstições, nos preconceitos e nos vícios das populações de Angola; não me restando a menor dúvida de que, para se obterem resultados proficuos das instituições escolares para indígenas, a instrução literária deve ceder o pano ao ensino profissional...».

A primeira das escolas de que estou tratando foi inaugurada em Luanda, em 31 de Janeiro de 1913. Poucos dias antes, um diploma meu aprovava o regulamento dessas escolas. Nele claramente se revela o espírito e as intenções que presidiam à sua criação.

Bastantes anos depois, ao dizer o que foram as bases da minha política indígena, escrevi o seguinte: «Pôr, quando se trate de indígenas, a educação e o ensino de uma profissão manual acima da instrução literária».

Pelo meu já referido projecto de orçamento para 1913-1914, criaram-se em todos os distritos da província escolas daquela natureza para o sexo feminino e escolas profissionais de artes e ofícios para o sexo masculino indígena.

A guerra obrigou-me a sair de Angola e isso ficou quase tudo no papel.

Foi-me possível, de 1921 a 1924, investido como estava dos poderes de alto comissário da República, dar um grande impulso à instrução dos indígenas de Angola. No ano de 1922 publiquei 29 diplomas com esse fim, e, ao terminar desse ano, tinham sido criadas 44 escolas novas. Em 1923, foi mantida esta grande intensidade no desenvolvimento da instrução pública.

II — REGULAMENTO GERAL DAS ESCOLAS-OFFICINAS

Constitui este diploma a verdadeira «carta da instrução dos indígenas de Angola». Foi aprovada pelo decreto 242 do alto-comissariado de Fevereiro de 1923.

São deste decreto as seguintes disposições:

«As escolas-officinas, criadas ou que venham a criar-se na Província de Angola constituem um serviço provincial de assistência absolutamente gratuita às populações indígenas, regendo-se a sua organização e funcionamento pelas disposições do presente diploma.

O objectivo das Escolas-Officinas é prover ao aperfeiçoamento e moralização dos hábitos e carácter das populações indígenas, disseminando o ensino de profissões manuais, de educação moral e da língua portuguesa, como necessárias e graduais etapas do seu progresso na evolução para uma civilização mais perfeita.

A assistência moral prestada ao indígena pela educação ministrada nas escolas-officinas será completada com os auxílios materiais que forem necessários para lhes facilitar a frequência das mesmas escolas.

Para os fins designados, a instituição das escolas-officinas compreenderá:

- 1.º — Escolas com regime de semi-internato, onde os alunos do sexo masculino recebam educação e auxílios de alimentação e vestuário;
- 2.º — Asilo-Escolas onde os menores indígenas do sexo masculino, além da educação, recebam completa assistência material;
- 3.º — Escolas para o sexo feminino em regime de semi-internato, do tipo da antiga Escola Profissional Rita Norton de Matos;
- 4.º — Asilos-Escolas para indígenas do sexo feminino, do tipo do «Asilo-Escola Rita Norton de Matos» (D.199 do A. C.).

A regra geral é o regime do semi-internato, devendo criar-se apenas um limitado número de asilos-escolas que serão, de preferência, instalados nos centros urbanos de maior população civilizada e especialmente reservados ao recolhimento de crianças indígenas, orfãs, abandonadas ou em perigo moral.

As escolas-officinas poderão ter uma denominação especial, que será escolhida pelos respectivos conselhos escolares, com aprovação da Repartição Superior dos Negócios Indígenas.

A instrução ministrada nas escolas-oficinas compreendia:

1.º – Para alunos do sexo masculino:

a) Ensino teórico e prático de instrução literária, em grau primário elementar;

b) Ensino primário técnico de artes e ofícios;

c) Educação moral e cultura física.

2.º – Para alunos do sexo feminino:

a) Ensino teórico e prático de instrução literária, em grau primário elementar;

b) Ensino de costura e trabalhos domésticos e de quaisquer profissões compatíveis com o seu sexo;

c) Educação moral e cultura física.

O ensino de cada sexo será sempre ministrado em escolas separadas.

Conforme a sua natureza, o ensino considera-se dividido nas seguintes secções em cada escola:

1.º – Comum ou de educação inicial;

2.º – Literário rudimentar;

3.º – Técnico.

A educação ministrada na secção comum terá essencialmente por fim os seguintes objectivos:

1.º – Aprendizado da língua portuguesa, pela convivência com outros alunos, mestres e mais pessoal do estabelecimento;

2.º – Familiarização com os trabalhos escolares, regras e métodos de administração e de ensino no estabelecimento;

3.º – Aquisição de hábitos de higiene, de moral, de trabalho e disciplina e conseqüente desbravamento das tendências ou defeitos resultantes dos usos e costumes indígenas, que forem manifestamente inconvenientes e incompatíveis com a educação a dar.

4.º – Acostumar os alunos à atenção e à paciência, suscitando-lhes o interesse e a estima pelo trabalho;

5.º – Familiarizar os alunos com o uso das ferramentas e material do ensino técnico e conseguir, pelo conhecimento prático dos trabalhos manuais elementares, mais ou menos aplicáveis a todos os ofícios ensinados na escola, que revelem a sua vocação para uma profissão.

6.º – Inculcar nos alunos, sobretudo quando sejam do sexo feminino, noções de misteres caseiros, cozinha, governo de casa, higiene doméstica e cuidados a ter com a família.

A instrução literária compreende:

- 1) Ler e escrever;
- 2) Conhecimento das quatro operações aritméticas sobre inteiros e decimais;
- 3) Sistema métrico;
- 4) Elementos de desenho linear e de ornato e de geometria;
- 5) Preceitos de economia individual e doméstica, de moral e de higiene;
- 6) Teoria profissional.

O aperfeiçoamento moral dos indígenas deverá orientar-se pela cultura e desenvolvimento do espírito de abnegação e propensão para o altruísmo, sinceridade, honestidade, ordem e disciplina — íntima e social — procurando-se, quanto possível, conservar-lhes as boas qualidades inatas da sua raça.

III — CRIAÇÃO DAS MISSÕES CIVILIZADORAS LAICAS

Foi o decreto 300, e já neste volume me referi a ele para marcar a minha posição no quadro da vida nacional, que criou em Angola esta espécie de missões. Nada nele há de ambíguo, de dúbio, de pouco claro ou de hipócrita: apenas o meu inteiro respeito pelas crenças e pelos procedimentos bem intencionados e patrióticos dos meus concidadãos; a inteira reivindicação do respeito que me é devido pelas convicções e princípios guias da minha vida e do direito que me assiste de os expôr pela palavra e pela escrita.

Transcrevo desse decreto:

«Serão criadas na Província de Angola tantas missões civilizadoras laicas quantas as suas circunscrições administrativas.

Cada uma destas missões tem, dentro da respectiva circunscrição administrativa, as sucursais que se julgarem necessárias.

Cada missão civilizadora laica será designada por um nome que lhe será dado no diploma da sua criação.

A criação das missões civilizadoras, laicas e das suas sucursais será feita por diploma do governo-geral, à medida que os recursos em pessoal e as verbas e as disponibilidades orçamentais o permitam.

Nas áreas dos postos civis, onde exista uma ou mais missões civilizadoras religiosas não serão criadas missões laicas.

Cada missão tem sempre um chefe de missão e um agente de civilização, ambos diplomados com o curso do Instituto de Missões Coloniais, e os mestres de ofício, no mesmo instituto preparados, indispensáveis ao ensino profissional.

Cada sucursal tem, pelo menos, um agente de civilização e um mestre de ofício.

Na escolha do pessoal do sexo masculino deve sempre dar-se preferência aos agentes de civilização que tenham família constituída e que se façam acompanhar pelas esposas.

As esposas dos agentes de civilização são consideradas como agentes auxiliares; igual classificação têm as esposas dos mestres de ofícios e as irmãs solteiras dos agentes de civilização, quando tenham, para tanto, as necessárias habilitações.

É expressamente proibido às missões civilizadoras laicas e às suas sucursais exercer, directa ou indirectamente, o comércio.

O fim principal das missões civilizadoras laicas é a instrução dos indígenas da província, e por isso lhes pertence especialmente a direcção, gerência e administração das escolas-officinas das circunscrições administrativas.

Com o cabal desempenho deste alto cargo realizarão essas missões os seguintes fins:

Espalhar a civilização portuguesa, prestigiar a Pátria e nacionalizar as populações indígenas;

Promover a vulgarização da língua portuguesa;

Criar agricultores e operários;

Incutir nos indígenas hábitos de limpeza, higiene e decência material e moral;

Prestar aos indígenas da circunscrição, assistência como enfermeiros, quer em postos de socorros e enfermarias, que devem existir nas missões

e nas suas sucursais, quer percorrendo as povoações indígenas, com ambulâncias, pensos e vacinas;

Será demitido o chefe de missão, agente de civilização, agente auxiliar ou mestre de ofícios que mantenha mancebia com mulher de cor.

Cada missão civilizadora laica terá por divisa o verso:

«Glória vã não pretende, nem dinheiro».

No relatório, já, por vezes neste volume referido, que entreguei ao ministro das Colónias, em Fevereiro de 1924, escrevi o seguinte:

«Quanto a missões laicas mereceu a sua organização o maior cuidado ao alto-comissariado. O que fui encontrar em Angola sobre missões laicas para pouco ou nada servia. Por meio de remodelações sucessivas chegou-se ao que hoje existe que, se se mantiver e desenvolver, constituirá um dos mais levantados elementos para fazermos evolucionar os indígenas de Angola numa marcha continuada, firme e rápida (sem os tirarmos inteiramente da sua civilização peculiar), do estado de atraso onde, na quase totalidade, se encontram, para uma vida mais perfeita e mais profícua para eles e para a terra onde nasceram.

A leitura do D. 300 mostrará a V.^a Ex.^a a forma e sobretudo a elevação com que foi organizado em Angola o ensino profissional dos indígenas e como se aproveitaram as missões laicas para o ministrar.

Um povo colonizador que dá exemplos destes na educação, instrução e ensino das raças primitivas que tem sob a sua tutela, é digno da admiração do mundo e marcha na vanguarda das nações civilizadas. Posso dizer isto bem alto, porque a obra admirável de civilização dos indígenas que estamos a levar a cabo em Angola não me pertence exclusivamente. É obra da República, sobretudo, e também do espírito que, formado pelos princípios da República, hoje de tão notável maneira prevalece em Angola».

IV — AS MISSÕES RELIGIOSAS

Constituíam estas missões elementos de alto valor para a educação e instrução dos indígenas. Seria falta imperdoável não os aproveitar, não os

chamar a colaborar com o Estado, para se realizar a transformação de Angola, que a Nação inteira desejava. Mas alguma coisa era necessário emendar na organização missionária cristã em exercício na província, cuja civilização e progresso me fora confiada. Creio que, desde a implantação do regime liberal em Portugal, até à data em que estou escrevendo (Julho de 1944), nenhum procedimento oficial houve que fosse mais correcto e mais respeitador para as missões cristãs, e também mais eminentemente nacional, do que o adoptado por mim em Angola, muito antes do governo da metrópole o sancionar, applicando-o a todas as colónias portuguesas.

Passo algum dei, nenhum acto pratiquei, nenhuma omissão houve da minha parte, que pudessem prejudicar ou perturbar, de leve que fosse, a liberdade evangelizadora dos missionários cristãos. Tudo fiz para a garantir plenamente. O que não podia, porém, era deixar criar estados no Estado, erguer ao lado do Estado português poderes de igual ou maior força ou influência, e desistir de fiscalizar a actividade de todos os organismos da província, cuja alta administração me pertencia.

Por essa razão publiquei o decreto 77. Que melhor «carta» podia eu dar às missões?

Na Convenção de St. Germain-en-Laye, que reviu o «Acto de Berlim», ficou estabelecido, como o fora naquele «Acto» «que a liberdade de consciência e o livre exercício de todos os cultos são expressamente garantidos a todos os cidadãos ou súbditos das potências signatárias ou daquelas que, sendo membros da Sociedade das Nações, venham a ser signatárias. Neste espírito os missionários terão o direito de entrar, de circular e de residir no território africano, com a faculdade de nele se estabelecerem para prosseguirem na sua obra religiosa».

Também ficou estabelecido, como o estava anteriormente, que: «As potências signatárias protegerão e favorecerão, sem distinção de nacionalidade e de culto, as instituições e as empresas religiosas, científicas ou de caridade, criadas ou organizadas pelos cidadãos ou súbditos das outras potências signatárias ou daquelas que, sendo membros da Sociedade das Nações, venham a ser signatárias, que tenderem a conduzir os indígenas pelo caminho do progresso e da civilização».

Conseguiu-se, porém, e muito concorreram para isso os representantes de Portugal, que se introduziram no que fica estipulado as seguintes restrições, que não figuram no «Acto de Berlim».

«A aplicação das disposições previstas nas duas alíneas precedentes, não comportará outras restrições além das que forem necessárias à manutenção da segurança e da ordem pública ou que resultarem da aplicação do direito constitucional de cada uma das potências que exercerem autoridade nos territórios africanos».

Foi com este alto espírito e com a nobre independência de uma nação livre, que a nova redacção das palavras do «Acto de Berlim» reconhece e sanciona, que o primeiro alto comissário da República em Angola, redigiu, o decreto n.º 77, que neste livro deve figurar:

«Considerando que estando, pela Constituição Política da República Portuguesa, garantida a liberdade de todos os cultos, cumpre todavia ao governo da província, como direito de soberania, regulamentar e fiscalizar a acção das missões de propaganda religiosa, de forma a velar, pela segurança e ordem pública e a garantir a manutenção dos preceitos do direito constitucional português;

Incumbindo ao governo-geral, promover o melhoramento das condições materiais da vida dos indígenas, o aperfeiçoamento das suas aptidões e faculdades naturais, e de uma maneira geral a sua instrução e progresso;

Tendo ouvido o conselho executivo; e,

Usando das faculdades que me são conferidas pelas leis em vigor:

Hei por bem decretar o seguinte:

Art. 1.º – Nenhuma missão de ensino e propaganda religiosa poderá estabelecer-se na Província de Angola, sem prévia licença do governador-geral, requerida com a indicação do local onde pretende instalar-se e obrigando-se:

1.º – A provar que os seus membros são ministros da religião que professam ou auxiliares da missão;

2.º – A submeter à aprovação do governador-geral o programa civilizador que se propõe executar;

3.º – A ensinar a língua portuguesa;



O alto-comissário Norton de Matos e sua esposa na visita à missão da Hufla,
em 7 de Maio de 1923

- 4.º – A não ensinar qualquer língua estrangeira;
- 5.º – A ministrar aos indígenas o ensino profissional ou agrícola, em harmonia com a legislação em vigor na província;
- 6.º – A auxiliar a assistência médica indígena sob o ponto de vista da higiene e tratamento de doenças;
- 7.º – A não exercer, directa ou indirectamente, o comércio, não se entendendo como tal a venda ou disposição dos produtos do trabalho da missão;
- 8.º – A enviar anualmente ao governador do distrito um relatório sobre o movimento das escolas e oficinas e das enfermarias da missão, trabalhos realizados e seus resultados e benefícios colhidos da acção da missão.

Art. 2.º – Não é permitido ensinar nas escolas das missões, línguas indígenas.

Art. 3.º – O uso da língua indígena só é permitido em linguagem falada na catequese e como auxiliar, no período do ensino elementar da língua portuguesa.

§ 1.º – É vedado na catequese das missões, nas suas escolas, e em quaisquer relações com os indígenas, o emprego das línguas indígenas por escrito ou de outra língua que não seja a portuguesa, por meio de folhetos, jornais, folhas avulsas e quaisquer manuscritos.

Art. 4.º – As disposições dos dois artigos antecedentes não impedem os trabalhos linguísticos ou quaisquer outros de investigação científica, reservando-se, porém, o governo o direito de proibir a sua circulação quando, mediante inquérito administrativo, se reconhecer que ela pode prejudicar a ordem pública e a liberdade ou a segurança dos cidadãos e das populações indígenas.

Art. 5.º – As missões não poderão constituir sucursais ou escolas entregues a nativos ou encarregar nativos da obra da catequese e de propaganda religiosa, sem que esses nativos estejam munidos de um bilhete de identidade passado pelo respectivo administrador ou capitão-mor e tenham sido apresentados pelo superior da missão.

§ 1.º – Quando se tratar de sucursais com escolas, não poderá ser passado o bilhete de identidade sem que o professor nativo saiba falar português.

§ 2.º – O bilhete poderá ser retirado quando haja infracção ao disposto nos artigos 2.º e 3.º ou quando o administrador ou capitão-mor reconheçam que a acção do professor ou do encarregado da catequese é inconveniente à segurança e ordem pública, devendo ser previamente ouvido o superior da missão e o interessado.

§ 3.º – Da recusa do bilhete de identidade ou da sua cessação, há recurso para o governador do distrito, que resolve em última instância.

Art. 6.º – Às missões religiosas serão dadas as seguintes vantagens:

a) Uma concessão gratuita até 500 hectares de terreno, ficando as missões estrangeiras sujeitas ao que sobre estrangeiros dispõe o regulamento das concessões de terrenos do Estado na Província de Angola;

b) Corte gratuito de madeira nas matas do Estado para edificações e quaisquer construções de uso exclusivo das missões e suas dependências.

c) Um subsídio anual de 3.000\$00 a cada missão que tenha em serviço permanente um professor europeu, missionário ou não, que possua as condições e habilitações necessárias para bem ensinar a língua portuguesa;

d) Um subsídio anual de 360\$00, por cada escola rural permanentemente regida por um professor nativo com as habilitações que forem exigidas por lei para os professores nativos.

Art. 7.º – Aos missionários estrangeiros aplica-se o disposto da Carta Orgânica da província relativamente a estrangeiros.

§ único – Os bilhetes de residência e a sua renovação são isentos do imposto do selo e de qualquer taxa ou emolumentos.

Art. 8.º – Qualquer missão religiosa será extinta pelo governador-geral em conselho executivo, quando:

1.º – Na sua constituição e serviços deixe de manter o estabelecido neste decreto;

2.º – Se torne incompatível com as populações indígenas da região onde se tiver instalado;

3.º – A sua presença e funcionamento sejam inteiramente destituídos de acção civilizadora;

4.º – A sua permanência se torne nociva aos interesses da Soberania Nacional e à ordem e segurança públicas.

§ único — A extinção de uma missão será sempre precedida de inquérito administrativo, com audiência dos missionários e mais pessoal da missão.

A não ser Portugal, nada mais se contém neste diploma.

Quem, por experiência própria adquiriu no exercício do difícil e tão amargo mister de administrar e governar regiões coloniais o profundo conhecimento do bem que as missões religiosas estrangeiras podem produzir em terras de África e do mal que elas podem causar, não deixará de considerar este decreto como medida de largo alcance.

É necessário, sem dúvida alguma, continuar a contar com todas as boas vontades, venham elas de onde vierem, para a civilização e para o progresso de Angola; mas é indispensável que as missões religiosas que nas colónias portuguesas se queiram estabelecer se sujeitem inteiramente às nossas leis e que se lhes exija a absoluta submissão à nossa soberania e à nossa orientação, em matéria de administração colonial.

Mereceu-me toda a atenção o ensino da língua portuguesa. Tem sido uma das características da administração colonial portuguesa através dos séculos, o espalhar e o fixar da nossa língua. Outros países coloniais têm ou pretendem ter a este respeito modo de ver diverso.

Pouco nos deve importar neste assunto, tão estudado e tão praticado por nós, o que os outros fazem. De resto, o que se estava dando em torno de muitas missões estrangeiras em Angola, quando, em 1912, principiei a pôr em execução o plano de transformar Angola numa região onde a língua da população fosse o português, de modo algum podia continuar. Havia já muitos indígenas falando o inglês e o francês, além da língua nativa, e não conhecendo uma palavra de português.

Abrigo a esperança, neste rápido fugir da vida de que muito ficará e vingará do grande esforço, mais espiritual do que material, que me foi possível fazer durante os meus seis anos de governo, para educar, instruir e civilizar os pretos de Angola, com mira em que no fim de duas ou três gerações eles pudessem ser, moral e intelectualmente, iguais aos brancos, que com eles tivessem a ventura de ser cidadãos portugueses.

Muita coisa do que estabeleci em matéria de instrução pública foi caindo já, as missões laicas, a sua prática de não segregar as crianças

indígenas das suas famílias, a educação e a instrução como alta função civil do Estado, isto é inteiramente nacional, estritamente portuguesa... Mas o essencial é indestrutível e ficará como uma das minhas melhores obras. Valeria talvez a pena publicar em separata tudo o que disse, escrevi e legislei sobre instrução pública.

Num decreto recente estabelece-se que nas províncias portuguesas de além mar «o ensino especialmente destinado aos indígenas deverá ser inteiramente confiado ao pessoal missionário».

Tenho tomado a peito afastar completamente destes volumes quaisquer apreciações ou análises de carácter político ou doutrinário.

A publicação destas «Memórias» representa apenas um natural e legítimo desejo de mostrar o que foi a minha vida pública, nas suas características principais e essenciais. Por essa razão apenas me limito a citar esta recente e tão grave disposição.

É justo reconhecer que depois de ter deixado o governo de Angola, em princípios de 1924, a instrução pública tem aumentado, ainda que longe de se adaptar àquela intensidade progressiva que caracterizou, sob este e outros aspectos, os três anos do meu alto-comissariado.

A despesa (orçamento de 1944) com a instrução pública da província, é de 7.594 contos, que não chega portanto a 5 escudos por cada habitante de Angola, em idades de desenvolvimento, primeira educação, formação, instrução e aprendizagem, num total de 1.682.037 indivíduos, como referi na I parte deste volume.

Equivale esta verba, orçada para se gastar em 1944 com a instrução pública de Angola, a 2,6% da despesa total para o mesmo ano. No meu orçamento de 1913-14 a percentagem da despesa aplicada à instrução foi de 2%; no meu primeiro orçamento de alto comissário (1921-22) essa percentagem subiu a 3%; no segundo orçamento a 5,6%; e no terceiro (1923-24) para 6%. Julgo que hoje essa percentagem já devia estar em 12% ou sejam 39.771 contos (despesa total orçamentada de 331.424 contos).

O número de professores é actualmente de 229. A despesa com as missões católicas portuguesas figura, no citado orçamento de 1944, com a verba de 6.090 contos, sendo certo que desta verba grande parte se aplica a educação e a instrução literária e técnica dos indígenas.

(Página deixada propositadamente em branco)

CAPÍTULO VII

A VIDA DE FAMÍLIA E O CONFORTO DOS EUROPEUS. HABITAÇÕES, TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS

Em 1912, soube, à minha chegada a Angola, da existência de um certo número de europeus que por circunstâncias diversas e muitas vezes lastimáveis, se tinham integrado na vida e na civilização dos indígenas. Reconheci que seria muito difícil arrancá-los do meio onde estavam, havia longos anos, incrustados e tomei as medidas necessárias para os fazer seguir para a metrópole.

Mais tarde chegou ao meu conhecimento que, na última das crises periódicas dos regimes capitalistas, a iniciada em 1931, vários trabalhadores e empregados brancos inteiramente destituídos de recursos, se viram obrigados a pedir muitas vezes a pretos a esmola da alimentação que não tinham. E diga-se, de passagem, que os pretos de Angola, esses pretos de quem tão mal se costuma dizer, socorriam o mais que podiam esses brancos pobres e nunca deixavam de partilhar com eles o seu frugal alimento. Eu sabia bem que a generosidade é uma das qualidades fundamentais dos bantos, e não estranhei o que me contaram.

Mas, não há dúvida, que o nosso prestígio sofreu com estes factos, e muito me admira que se não tivessem mandado embarcar esses brancos para a metrópole, depois de os ter vestido convenientemente e de lhes ter dado um pequeno subsídio para as primeiras despesas em Portugal. Teria sido despesa produtiva.

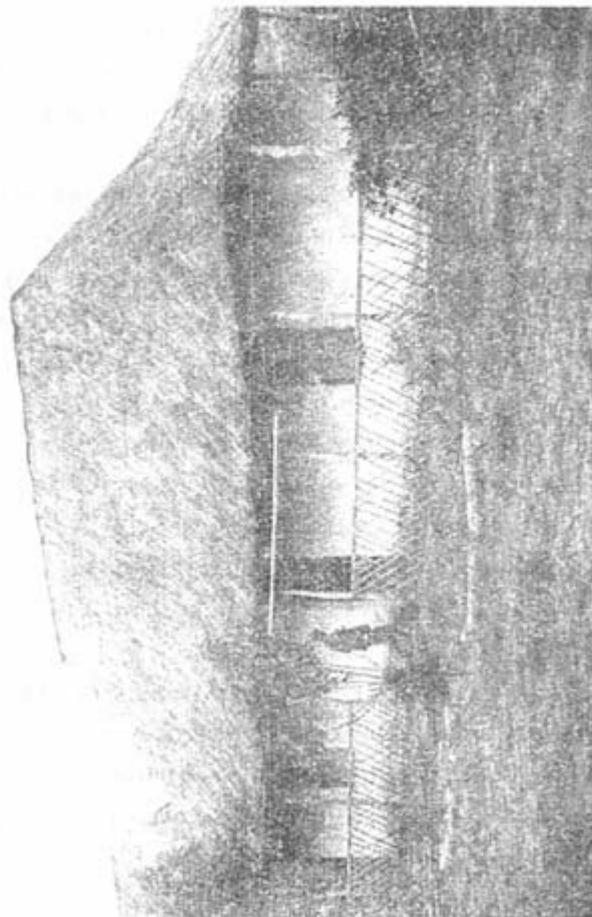
As minhas viagens pelo interior da vastíssima Angola, cada vez mais frequentes e mais longas, graças às estradas que se iam abrindo, em rápida sucessão de quilómetros, e ao automóvel, deram-me a conhecer a maneira imprópria como muitos encarregados ou empregados de casas comerciais viviam no sertão. Principiou então o meu horror à casa de pau-a-pique, coberta de capim, e de chão de terra batida.

Verifiquei que muitos empregados administrativos não tinham melhor alojamento.

Na minha circular, de Abril de 1913, tantas vezes citada neste volume, escrevi o seguinte: «Devem, em prazo muito curto, as sedes das circunscrições e dos postos, as casas de habitação e as diversas repartições públicas das circunscrições, apresentar o aspecto de decência, o feitio europeu de que é mister cercar as instalações dos serviços, destinados a ocupar regiões, a atrair e a submeter pelo exemplo, pelo prestígio, pela elevação e superioridade da vida social. A boa instalação das circunscrições dependerá sempre do zelo do administrador. Reagir por todos os meios ao seu alcance contra a habitação que tenha a forma e o aspecto da palhota, procurar cercar-se de conforto, instalar-se por forma que se possa viver com família legalmente constituída, dotar as repartições com mobília indispensável, livros, arquivos, expediente e tudo mais que é necessário: é o dever e tem de ser o cuidado constante do administrador».

E continuei: «Tem-me a experiência mostrado que um dos melhores aferidores das qualidades de funcionário público e de administrador colonial é a maneira como se sabe instalar. Em regiões quase em absoluto destituídas de recursos, tenho encontrado, nesta e noutras colónias, administradores muito bem instalados, graças ao seu zelo, ao seu engenho e à sua actividade e, principalmente, ao seu génio de ordem, à nítida compreensão da missão de que foram encarregados: ao passo que em regiões de mais recursos me tem sido dado observar habitações que pouco diferem das dos indígenas, e que, de resto, estão, em regra, de harmonia com a vida de retrocesso que vivem os funcionários que as habitam».

E acrescentei: «Todos devem ter compreendido já que tem sido meu esforço constante criar com os administradores um corpo de funcionários



Antes da transformação: a residência do governador do México, 1912-1913

que se imponha pelas suas qualidades de carácter e de trabalho, que seja na colónia um elemento de ordem, de civilização, de vivo exemplo de um proceder irrepreensível. Por isso me tem merecido e me hão-de continuar a merecer constante interesse os menores pormenores da sua vida pública e particular. É este o meu dever e o meu direito».

Foram palavras mágicas. É certo que as circunscrições passaram a dispôr de verbas do seu «fundo» e de outras para despesas de instalação e construção de habitações. Mas quando, passados meses depois de ter escrito aquelas palavras, principiei a visitar as circunscrições do interior, o meu espanto foi grande, pois só milagres de dedicação e amor pelo serviço público poderiam ter conseguido, em tão pouco tempo e com tão insignificantes verbas, as instalações e as edificações que encontrei na maior parte das sedes das administrações e dos postos, onde, em primeiras visitas, pouco mais tinha encontrado do que palhotas e as casas de pau-a-pique.

Foi este exemplo seguido pelos outros serviços públicos e, também, o que para mim tinha muito maior importância, pelos colonos de Angola. Principiaram a surgir e a erguer-se do chão bonitas casinhas de alvenaria, cheias de luz, conforto e alegria. Que saudades, ao lembrar-me das risonhas povoações ao longo do caminho-de-ferro de Benguela, de casas do Bié, da Huíla e de tantos outros pontos da província, todas novas, como que acabadas de fazer na véspera da minha chegada.

Dizem-me que nunca mais cessou a febre de construir casas, que provoquei em Angola, e que nem crises comerciais, nem a guerra, nem maus anos e leis atrasadoras têm conseguido diminuir o impulso dado às construções urbanas. Quantas vezes penso em meter-me num vapor para ir ver tudo isso antes de fechar os olhos...

Em 1923, deixei, além das casas das circunscrições, nas seguintes cifras as contruções do Estado em Angola.

Casas construídas:

De alvenaria	135
De madeira	93



O que eram as habitações dos chefes de postos militares em 1912

Casas em construção:

De alvenaria	72
De madeira	63
<i>Total</i>	459

Os edifícios em construção estavam quase concluídos à data do meu embarque para a metrópole. Vinham a caminho de Angola adquiridas em Inglaterra, 133 casas de madeira destinadas a 5 aldeias de famílias rurais de Portugal, início da colonização agrícola que era meu projecto fazer. Tudo se desfez como fumo... Não entraram também no número de construções indicadas, as que se ergueram nos bairros indígenas e nos aquartelamentos das companhias indígenas.

Mereceu-me sempre a maior atenção a vida de família em Angola.

Leis, em que a estupidez e a maldade corriam parelhas, obrigavam grande número dos funcionários públicos a deixarem na metrópole as suas famílias. Grande número de casados viviam em mancebia doméstica com pretas. Aproveitei sempre a ocasião de reprovar e de evitar, tanto quanto me era possível, essas ligações. Já se leu neste volume uma disposição que sobre este assunto inseri no decreto sobre missões laicas. Noutra lei estabelecia-se que seria proibido ao funcionário, a quem tivesse sido distribuída, para habitação, casa do Estado, viver nela com pessoas que não fossem da sua família. Todos sabiam que o governador-geral não aceitava hospitalidade em casas onde a vida de família não fosse regular. Mas legislação e censuras não bastam para remediar casos desta natureza. O indispensável era tornar possível em Angola a vida de família a todos os funcionários.

Para tanto seria necessário aumentar os vencimentos, conceder transportes gratuitos, estabelecer um subsídio de família liberal e arranjar-lhes habitações apropriadas.

Foi o que se fez. Considerei tudo o que neste sentido consegui realizar como medidas de colonização indirecta. Constituía, a meu ver, esta espécie de colonização e preparação para a colonização directa, em grande, que

carece de obras de fomento, de aumento da produção, de quadros, constituídos por funcionários, comerciantes, agricultores, industriais e homens de ciência, que a amparem e a guiem.

Vejam, rapidamente, quais foram os mais largos passos que conseguimos dar.

Marcou o decreto 15 de 1921 a minha orientação na organização dos quadros dos serviços públicos da província. No preâmbulo desse decreto escrevi o seguinte: «É necessário escolher os funcionários entre os melhores elementos da população, pagar-lhes bem, cercá-los de conforto e de comodidades, tornar-lhes possível a vida de família, que tanto concorre para a moralização dos meios coloniais e para a dignificação do funcionário, empregado ou operário; deve o Estado ter sempre em atenção que nas colónias a saúde se depaupera mais rapidamente do que nas zonas, temperadas, carecendo, por isso, os que nelas trabalham, de melhores condições de reforma e de aposentação do que os cidadãos que exercem a sua actividade, para bem da comunidade, em menos inóspitas regiões. Para conseguir estes objectivos está o governo de Angola na intenção de, a par da mais rigorosa e escrupulosa selecção do funcionalismo, ir aumentando a todos os servidores da República Portuguesa, nesta parte do seu território, todas as vantagens que o desenvolvimento progressivo dos recursos financeiros permitirem.

Assim, pelo presente diploma se estabelece uma considerável melhoria de vencimentos, e em diplomas sucessivos serão assentes disposições relativas às famílias dos funcionários e à habitação e aposentação dos mesmos. Devem, porém, todos os servidores do Estado ter bem presente que estas vantagens não poderão realizar-se senão com os resultados do seu trabalho honesto e profícuo, que conduzirá a aumentos de receitas públicas, capazes de fazerem face a maiores despesas com pessoal. Os funcionários públicos não trabalham somente para a comunidade; trabalham também para si mesmos; são directos interessados no progresso e na riqueza que os seus esforços devem produzir, e só uma inexplicável desorientação poderia colocá-los em antagonismo com o Estado que, em última análise, por eles próprios é representado e, em grande parte, constituído».

Principiava a manifestar-se a orientação de fixar os funcionários públicos em Angola, melhorando as suas condições e interessando-os no desenvolvimento económico e financeiro da colónia.

O decreto 64, do mesmo ano, estabeleceu o subsídio de família. Constituiu, sem dúvida, considerável aumento de despesa esse subsídio, mas assim o julguei necessário. No aumento dos vencimentos dos quadros coloniais, mais do que nos metropolitanos, deve considerar-se a necessidade de elevar a posição social do funcionário, de o prestigiar perante os indígenas, de o tornar independente e de lhe fornecer meios de ser generoso e liberal. Além disto teve em vista a criação de subsídios de família a moralização das famílias portuguesas, a diminuição da mestiçagem e o aumento da colonização branca. Nada disto se conseguiria sem aumentar durante gerações as despesas públicas.

Teve esse decreto em vista não somente melhorar as condições de vencimentos dos funcionários públicos, mas também e sobretudo promover e facilitar a esses funcionários a vida de família em Angola. Nesta orientação o decreto estabelece que o subsídio de família somente seja abonado enquanto o funcionário residir em Angola acompanhado pelas pessoas de família que dão direito ao subsídio. Na mesma ordem de ideias se estabeleceu a concessão de transporte por conta do Estado às famílias dos oficiais em comissão ordinária, às dos sargentos e equiparados e às dos funcionários civis e operários do Estado, ainda que nomeados interina ou provisoriamente.

Estas medidas são principalmente medidas de colonização.

Muita atenção mereceu ao alto comissário a política por ele iniciada no seu governo-geral de Angola, desde 1912, de contrariar o mais possível a mistura das duas raças.

Pode afirmar-se que se não puserem, durante um século pelo menos, os maiores obstáculos à fusão da raça branca com as raças indígenas de Angola, nunca se conseguirá ali colonização digna desse nome. Depois será o que tiver de ser.

Por essa razão, além de muitas outras que se prendem com o prestígio e com a dignidade do funcionário público, a vida de família constitui uma condição essencial ao fim primordial da nossa acção em Angola. Emigração

de famílias portuguesas, de trabalhadores da terra ou do mar; fixação em Angola para sempre ou, pelo menos, por um grande número de anos, de funcionários públicos, civis e militares, com as suas respectivas famílias; estabelecimento, em Angola, de famílias de operários de toda a espécie, além das rurais e de pescadores, por conta do Estado: seriam os meios fundamentais de se conseguir o almejado fim.

Assim, os decretos n.ºs 69 e 71, de 1921, abrem uma nova série de disposições legais tendentes à fixação dos funcionários públicos em Angola, estabelecendo sucessivas gratificações de permanência. Se se conseguir, de facto, que os funcionários públicos vivam por largos anos na colónia, cercados de suas famílias, não somente os serviços públicos muito lucrarão, mas também se terá atingido o fim em vista, isto é, cada família de funcionário público, de onde muitos membros se destacarão para diversos misteres na colónia, que à colónia tomarão amor e nela se fixarão para sempre, a constituir um admirável elemento de colonização.

Eram os subsídios de família constituídos por percentagens, que incidiam sobre os vencimentos de categoria, pela seguinte forma:

Funcionário com uma pessoa de família	50%
Funcionário com duas pessoas de família	60%
Funcionário com três ou mais pessoas de Família	75%

Os vencimentos de categoria da maioria dos funcionários de Angola variavam de 2.000 escudos a 1.400 escudos por mês.

O decreto 95, de 1922, constitui por assim dizer, a carta da colonização de Angola, por meio de operários portugueses. Por esse decreto, os operários ao serviço do Estado são divididos em três classes, segundo a sua aptidão profissional, zelo e tempo de serviço; estabelece-se que é «indispensável cercar os operários europeus, angariados para o serviço do Estado na Província de Angola, de condições de vida e de conforto que lhes permitam resistir ao clima de África e produzir trabalho que compense as grandes despesas com que pesam no orçamento da colónia. Afirma-se que uma das melhores formas da colonização consiste em chamar à colónia bons

operários, bem habilitados no exercício da sua profissão e, sempre que seja possível, acompanhados de suas famílias».

Em diversos artigos desse decreto estabelece-se o seguinte:

«Os operários têm direito ao subsídio mensal de família;

Nenhum operário pode ser contratado ou angariado para serviço do Estado sem que, por prévios e rigorosos exames médicos e de provas práticas, se tenha reconhecido que tem a saúde e a robustez necessárias, que não sofre de moléstia contagiosa e que conhece bem do seu ofício;

Os serviços públicos que tiverem sob as suas ordens operários europeus, são responsáveis pelo seu alojamento e instalação;

São criados e administrados pelo Estado nos locais onde se julgem necessárias, em face da afluência dos operários, cantinas que forneçam aos operários europeus alimentação em boas condições de qualidade e de preço;

Os operários europeus, em regime de salário ao serviço do Estado, terão direito a alojamento fornecido pela colónia.

Os operários europeus que tiverem sido promovidos à 1.^a classe e que se conservarem em Angola, durante 15 anos, ao serviço do Estado, exercendo a sua profissão, terão direito, a título de pensão de reforma, a propriedade plena de uma casa tipo operário, construída pelo Estado».

Também o decreto 204, do mesmo ano, concedendo, habitação, mobília, assistência médica e outros auxílios materiais aos funcionários e operários do Estado, em Angola, indica claramente a orientação e o critério seguidos.

Quanto a construção de casas de habitação, já disse o bastante para mostrar o que se fez para operar em Angola a transformação que estou apresentando e a que bem se pode dar o nome de «dignificação da família europeia em África».

As medidas tomadas visaram não somente à construção de casas por conta do Estado, mas também, em larga escala, as que deviam ser construídas por particulares. Deram-se grandes vantagens, pelo decreto 25, de 1922, aos construtores de prédios novos e sempre se pensou que a fixação de um limite razoável de rendas se conseguiria pela concorrência



Uma das casas mandadas construir no Huambo pelo alto-comissário Norton de Matos em 1922

levada a efeito pelo Estado e pelos construtores particulares, e nunca por atentados à liberdade de inquilinato que, em última análise, constituem perigosas brechas abertas no direito de propriedade.

Foram também tomadas severas medidas para obrigar os colonos europeus a viver em casas decentes e próprias da sua condição.

Muito concorreu a liberal distribuição de automóveis a funcionários do quadro administrativo e a outros servidores do Estado, e a isenção desses veículos e da gasolina de direitos de importação para, juntamente com a abertura das estradas, facilitar os transportes em Angola.

Essas estradas, a montagem de novas linhas telegráficas e telefónicas e o aumento do número de estações rádio-telegráficas tornaram fáceis as comunicações da província e muito concorreram para quebrarem o isolamento, que foi sempre uma das piores condições da vida dos europeus na África.

Tudo se ia modificando a passos largos. Vida de família, comodidades de vária espécie, convivência, segurança e ordem pública garantidas.

«Quem viu Angola, há 20 anos e a vê hoje!» dizia-me, em Lisboa, em Janeiro de 1934, um velho funcionário de Angola, que vinha viver, aposentado, na metrópole, e desenrolou largamente o seu tema. Tomei nota da sua interessante conversa no meu «diário». Ficaram as suas palavras a constituir valioso louvor à minha obra.

CAPÍTULO VIII

EPÍLOGO

Passaram vinte anos sobre o meu segundo e último governo de Angola. A olhar para o passado foi-me possível indicar a transformação que tentei fazer nas terras e nas gentes da grande província portuguesa.

Creio que ela se realizou, em grande parte, como a concebi; mas reconheço que lhe faltou a consolidação que só a continuidade do esforço entusiasta, da fé e do forte querer, a actuarem no tempo, lhe poderiam ter dado.

Iniciada a acção de transformação, em 1912, tive de a interromper a menos de três anos, para a completar e, em grande parte, recomeçar nos meados de 1921, sete anos depois. E do fim de 1923 em diante, se, sob um ou outro aspecto, a transformação prosseguiu e até se sublimou, não me resta dúvida de que, no seu fundo e no seu conjunto, muito se fez para a destruir e aniquilar. Não por maldade, evidentemente, mas por falta de compreensão.

Foi a transformação, que enche este volume e que dele transborda, mais espiritual e moral do que material; mas não sei que nada se possa erguer a bem da humanidade, que não assente em fortes alicerces desta natureza.

Estou também convencido de que a transformação perdurará e que, pelos séculos fora, irão totalmente desaparecendo os males, as prepotências, as iniquidades, as injustiças e a miséria que tive em vista eliminar.

A suavidade que se introduziu na administração e governo de povos primitivos, continuará a produzir os seus efeitos. Conheço tudo o que de

essencial, no bem e no mal, se tem passado em Angola nestes últimos 32 anos. A minha vida foi nessas terras, tão intensa, que leio nas entrelinhas das leis e da narração de factos e acontecimentos e nas conversas de velhos amigos, o que por lá se vai passando de bom e de deplorável.

Os actos de violência, de injustiça e de maldade vão sendo cada vez em menor número, e representam apenas restos de um passado para sempre morto. Reprovam-nos inteiramente a quase totalidade dos habitantes de Angola.

A ocupação pacífica, respeitadora e benévola, da vastíssima região, é hoje um facto incontroverso, e é-o também a posse civil do território. Há ordem e tranquilidade em toda a província.

O antigo indígena quase que desapareceu. Surgiu o *novo indígena* com um espírito novo e tendências novas, mas, por isso mesmo, mais lhe custando a suportar, do que aos seus pais e avós, a miséria e o desconforto tremendos: a palhota, o nudismo, a alimentação má e insuficiente, a enorme mortalidade das crianças, as superstições com o seu cortejo de medos e, sobretudo, o desprezo dos brancos.

Aumentou consideravelmente a produção de Angola, quase exclusivamente devida ao trabalho indígena. Viu-se no final do cap. II da segunda parte deste volume o que foi esse aumento de produção e como lhe correspondeu, graças à administração e ao comércio dos brancos, o desenvolvimento da riqueza pública. E ao verificar-se que o quadro actual da vida geral das aldeias indígenas não recebeu, no seu aspecto exterior, na sua acabrunhada aparência, um ténue raio de luz que o iluminasse, não pode deixar de se perguntar porque motivo se não empregou grande parte dos valores dessa produção na melhoria das condições de vida dos seus produtores.

A aparência da sua vida exterior é a mesma, segundo afirmam muitos dos meus amigos que vêm dar à minha velhice o consolo precioso das suas visitas, quando chegam de Angola.

É certo que muito se fez em assistência médica, que foi crescendo, como disse, e que atingiu o ponto culminante no alto comissariado do Sr. engenheiro Vicente Ferreira. Mas depois, a incompreensão destruiu, em grande parte, o organismo que se criara. Ora obras desta natureza têm de crescer, sem uma única pausa e com movimento fortemente acelerado.

Os resultados da instrução pública nos meios indígenas também se não têm feito sentir.

Do censo de 1940 tiro o seguinte quadro:

Homens brancos: sabem ler.....	21.862
" " : não sabem ler.....	4.832
Mulheres brancas: sabem ler.....	12.270
" " : não sabem ler.....	5.119
Mestiços: sabem ler.....	6.604
" : não sabem ler.....	4.511
Mestiças: sabem ler.....	5.648
" : não sabem ler.....	6.481
Pretos civilizados: sabem ler.....	7.262
" " : não sabem ler.....	4.641
Pretas civilizadas: sabem ler.....	2.750
" " : não sabem ler.....	9.568

Conclui-se destes números que na população preta há apenas 10.012 indivíduos que sabem ler, o que equivale a 0,27 por cento da população indígena, quer dizer, não se chegam a contar 3 pretos, em cada mil, que saibam ler.

Com as estradas de Angola tem-se tentado fazer, nestes últimos vinte anos, o que se iniciou antes da minha saída da província, a sua transformação em estradas mais adequadas à viação automóvel e a trânsito fácil na época das chuvas, pela alteração das rampas e curvas, por melhores fâchas de rodado e pela construção de pontes permanentes. Ainda não consegui compreender porque motivo tão elementares obras de fomento se não executaram nos vinte anos decorridos.

Está Angola inteiramente desarmada e creio que não se deixarão introduzir armas entre os indígenas, como se tem permitido a infiltração nas aldeias nativas das bebidas alcoólicas, ainda que, até hoje, em pequenas quantidades.

Mais se podia ter feito do que me foi possível fazer; menos se podia ter destruído do que consegui fazer. Mas muita coisa ficou. O espírito dos homens, brancos e de cor, é outro, e as suas tendências são melhores do que as que me foi dado descortinar em 1912.

Se se reconhecer que o terreno foi mal preparado por mim, que homens de boa vontade o preparem melhor; e se a semente foi pouca ou se nem toda germinou, por este ou por aquele motivo, que se lance mais na terra, cuidadosamente escolhida e às mãos cheias.

E não se esqueça nunca que serão severamente pagas, à custa da Nação, as economias mesquinhas que se fizerem na melhoria das condições de vida dos indígenas e no povoamento branco de Angola.

E, sobretudo, que ninguém imagine que a injustiça que comigo houve e a destruição propositada, e quase revestida de sadismo, da minha obra e do meu esforço, não caiu, não está caindo e não cairá de futuro, pesadamente, sobre a Nação inteira.

Pouco tempo depois de ter resolvido, em meado de 1924, deixar passar para outras mãos o governo de Angola, escrevi e publiquei as seguintes palavras, que nestas «Memórias» devem figurar⁽¹⁾:

«Talvez as páginas que acabam de ler-se, lancem alguma luz sobre as intenções de um homem que tantos anos trabalhou pelo desenvolvimento e pela civilização de Angola.

Se assim for, os homens de boa fé e de clara razão, que as meditarem, verão a pureza e o alto intuito de todo o agir e de todo o proceder do governador-geral e do alto comissário, e terão o direito de desejar conhecer os motivos que o levaram a deixar a outros a tarefa ingente, à execução da qual com tanto denodo e com tanto entusiasmo se abalançara.

⁽¹⁾ Ver «A Província de Angola», por Norton de Matos, p. 389 a 391.

A esses homens de boa fé e de clara razão, e somente a esses, é devida a verdade inteira. Aos outros, que não viram ou não quiseram ver, não compreenderam e não sentiram aquela pureza e aquele alto intuito, e que na falência dos mais elementares princípios morais, na falta de coragem cívica ou no reconhecimento de incompetência procuraram os motivos daquele procedimento, só o altivo silêncio pode responder.

Antes de mais, é mister declarar solenemente que o homem que por duas vezes esteve à frente dos destinos de Angola, não via, quando resolveu deixar o governo daquela província, erguer-se diante de si dificuldade insuperável, nenhum problema insuperável, nenhum problema insolúvel, e estava convencido, como está hoje, de que a situação de Angola nada tinha de grave, nada apresentava que a enérgica vontade e o forte querer não pudessem resolver facilmente. E, pela sua honra, esse homem declara que nunca lhe passou pela mente que uma política nefasta e dissolvente tivesse evitado a sua rápida substituição pelo português, entre tantos, que daquelas essenciais qualidades fosse dotado. Quando, poucos dias depois de ter dado público conhecimento da sua resolução de não continuar a governar Angola, viu, com a mais dolorosa das surpresas para onde se caminhava, julgou do seu dever oferecer-se para voltar a retomar o seu posto com a demora necessária para fazer discutir e votar no conselho legislativo da província o orçamento de 1924-25 e para ministrar o adequado e fácil remédio às dificuldades financeiras que a mais criminosa das cabalas estava avolumando e explorando. Não foi aceite o seu oferecimento...

Há, pois, a assentar, de uma vez para sempre, que o alto comissário estava, em Maio de 1924, absolutamente convencido de que a situação de Angola, em qualquer dos seus aspectos, financeiros ou outros, nada tinha de grave, de perigoso ou de complicado, que também absolutamente convencido estava, *então*, de que da sua substituição naquele momento só vantagens adviriam ao país e à sua principal colónia.

Por outro lado, todos compreendiam e sentiam, mesmo os que se fingiram admirados perante a sua resolução, que, depois da campanha que os poderes do Estado consentiram se fizesse e se mantivesse e que, em grande parte, sancionaram, esse alto funcionário não podia de modo algum continuar à frente de Angola. Quando esse homem estava prestando

relevantes serviços ao seu país, concorrendo para o seu engrandecimento, quando um coro de louvores desinteressados — dos novos, longe de empresas e de empregos públicos, de estrangeiros, que nada ganhavam com o nosso progresso colonial, de simples e humildes colonos, a quem o pão de cada dia constituía a máxima aspiração — se levantava em torno desse cidadão; quando a mais ligeira análise da sua obra mostrava claramente a grandeza patriótica dos seus intuítos e o valor das suas realizações; quando nada de verdadeiro contra a sua escrupulosa e dignificante administração se podia apontar: na metrópole portuguesa punham-se instituições parlamentares à disposição daqueles que contra o homem, que estava engrandecendo a sua principal colónia, levantaram a campanha de todos conhecida, que não pode ser analisada nem criticada neste livro, e consentia-se que no seio da representação nacional se atacasse esse homem como se atacou, sem se atender ao mal que desses ataques resultariam para a Nação e para as suas instituições políticas. Em lugar de, a bem da Pátria, se desviarem e evitarem, com energia e indignação, campanhas de que todos conheciam os propósitos, arvorou-se um tribunal e jogou-se com a dignidade e com o pondunor de um alto funcionário para o obrigar a descer a uma arena de gladiadores, a defender-se de golpes, que mal foi que se tivessem podido vibrar no Parlamento português.

Saiu esse homem vitorioso da luta travada; mas seu altivo coração ficou a sangrar a ferida aberta pela humilhação sofrida. Essa ferida mais se alargou com a campanha que os outros poderes constitucionais não quiseram fazer terminar e punir, depois do voto de confiança ao alto comissário de Angola, com que o Parlamento encerrou o triste espectáculo que deixara desenrolar. Viu bem esse alto funcionário o que seria o futuro: todos os seus actos criticados, malsinados e deturpados no Parlamento Metropolitano; a sua acção constantemente paralísada; o seu prestígio de chefe de cada vez mais diminuído. Era forçoso fazer o mais doloroso dos sacrificios, deixando a outros a tarefa ingente à execução da qual com denodo e com tanto entusiasmo se abalançara».

Foram estas palavras escritas, há vinte anos, e na quase totalidade são palavras de paixão e de protesto perante a maior injustiça havida nestes últimos

cem anos para com um alto funcionário português. Mas por isso mesmo elas não podiam deixar de aparecer nestas «Memórias». Marcam horas tremendas da minha vida. Por essa razão aqui as trouxe, apesar de contrastarem com a serenidade em vinte anos adquirida e que nestes três volumes se revela.

Após os primeiros e grandes passos da nossa intervenção na Grande Guerra e no momento em que a nossa acção militar se estava a aperfeiçoar, a consolidar e a preparar para produzir todos os seus patrióticos feitos, ergueu-se no país a cabala, também de todos conhecida, e não se deixou que da nossa intervenção no conflito mundial resultasse inteiramente tudo o que era legítimo esperar dela para grandeza e prestígio da nossa Pátria.

Tem sido sempre assim, através da História, desde que Portugal deu provas de verdadeira grandeza: destruir essa grandeza; impedir que a adquira de novo.

Com a obra colonial, tão auspiciosamente iniciada depois da proclamação da República, provas se iam dando de um próximo engrandecimento. Era vasto o campo de acção; a brilhante ocupação militar que se levava a cabo no ultramar, após a Conferência de Berlim, a intriga germânica e as nossas consequentes desavenças com a Inglaterra, abriam-nos esse vasto campo às transformações que o espírito da República apontava; e de novo se principiou a enveredar pelo caminho que conduzia à realização de projectos do passado já remoto.

Vibrou-se o golpe e mais uma vez se conseguiu que a Nação parasse e retrocedesse.

Conhecida a minha resolução de deixar o governo de Angola, elevaram-se em toda a província e na metrópole, no Ministério das Colónias, em referência ao que eu tinha conseguido fazer ou realizar de material e de espiritual naquelas paragens, palavras idênticas à de Catão, o velho. *Delenga Cartago*, e tudo se principiou a destruir.

Primeiro que tudo a legislação inteira de protecção e principalmente a que constituía um dique formidável à exploração do trabalho dos pretos. E tão precipitadamente, com revelação de tanto ódio às medidas por mim tomadas, com tão completa ausência de escrúpulo, que o doutor Afonso Costa, nosso representante na Sociedade das Nações, oficiou, alarmado, ao governo da República a comunicar o péssimo efeito que a revogação da

minha legislação social e protectora dos indígenas estava produzindo em Genebra. E não foi só em Genebra, mas também em Inglaterra que houve a sensação de espanto ao saber-se o que se estava fazendo em Angola, após a minha saída. Muitas vezes várias pessoas abordaram perante mim esse assunto, com o fim de se esclarecerem de tão inexplicável acontecimento. Mas então em Portugal não há um plano, uma orientação de política indígena, inalteráveis no que respeita a tutela e a protecção das raças atrasadas, ao abrigo de quaisquer políticas? perguntava-me, um dia, um antigo e prestigioso governador colonial inglês, que na Sociedade das Nações representou um alto papel.

Respondia como podia, atenuando, dizendo que o governo da República se apressara a pôr tudo no são.

Mas o certo é que muitas coisas não voltaram a ser o que eram, que a doutrina, os princípios e as realizações, que apontei neste III volume das minhas «Mémórias», quando tratei das grandes transformações a que me abalancei em Angola, se perderam em grande parte. O espírito que as animava, profundamente renovador sob o ponto de vista social, perdeu-se desde então na sua quase totalidade. Dele só quase ficaram, as palavras que o exprimiam. E palavras não bastam.

Mas era necessário fazer mais. Não era suficiente destruir as manifestações das aspirações da Nação republicana, no que respeitava a justiça social e melhoria das desgraçadas condições de vida dos indígenas, ao alargar cívico dos colonos e ao prestígio da sua vida de família, que durante todos aqueles anos perpassaram sobre as terras de Angola; tinham de se derrubar todas as manifestações de grandeza. E então urdiu-se a cabala dos esbanjamentos.

Referi-me neste volume a uma crise ou derrocada das finanças da Nação, que nunca existiu realmente, mas atrás da qual todos correram alarmados e mostrei como ela serviu de pretexto para se esboçar a partilha das nossas colónias entre duas nações poderosas.

Em Angola deu-se coisa semelhante, após a minha saída. Noutro volume destas «Memórias» mostrarei com pormenores a inanidade da atoarda que correu sobre a ruína financeira de Angola. O fim que principalmente se tinha em vista era parar o desenvolvimento da província,

o seu engrandecimento. Já se não tratava de mim, que me tinha sumido pelo alçapão das demissões burocráticas, o que era essencial era pôr ponto na posição de hegemonia que Angola vinha ocupando, a passos largos, na África inter-tropical. A campanha tinha de ser de molde a destruir o mais possível tudo o que se conseguira fazer em progresso material, e a evitar que outros retomassem o fio quebrado.

Tudo o que se erguera representava esbanjamentos. De resto, eu deixaria vazios os cofres do Estado, dizia-se. E assim, obras em meio, fossem de que natureza fossem, não se completaram e encarregara-se o tempo de as fazer desaparecer da superfície da terra.

Tenho presente uma enorme relação de obras de toda a espécie que se abandonaram. Para que publicá-las? Esse abandono propositado e sinistro, que de modo algum era necessário, roubou muitos milhares de contos à riqueza nacional.

E quem se atreveria a retomar a orientação por mim seguida, de fazer despesas para o engrandecimento de Angola, convencido de que, sem elas, só a estagnação se conseguiria? Um nobre espírito, já deste mundo desaparecido, que foi governador de Angola, respondeu a quem lhe aconselhava, fincando o seu conselho em argumentos do mais claro patriotismo, que levasse por diante a construção de um porto no Zaire e as linhas férreas concomitantes que eu projectara: «bastaria dar o primeiro passo nesse sentido para que me acontecesse o mesmo que aconteceu ao Norton de Matos»...

Como caso típico de toda esta calamidade o mais notável e o mais trágico é o que se deu e está dando com o material fixo de caminhos-de-ferro, que adquiri poucos meses antes de deixar Angola, quando estava ainda convencido que nela me conservaria os sete anos que faltavam para perfazer os dez que projectara demorar-me como alto comissário da República.

Em meados de 1922 foi aberto a favor do governo português, em Inglaterra, um crédito de três milhões de libras para pagamento de aquisições diversas que Portugal resolvesse fazer naquele país.

Em fins do mesmo ano estava eu em plena febre de desenvolvimento e fomento de Angola. Era a construção de caminhos-de-ferro que mais me interessava. Para desenvolver rapidamente a agricultura e o comércio de

regiões do ultramar, para civilizar os indígenas são boas as estradas, mas indispensáveis os caminhos-de-ferro. De que me serviriam os portos que projectava construir, sem lançar, a partir deles, em direcção a leste, centenas de quilómetros de vias férreas principais, de onde partissem ramais secundários? Não é minha intenção expôr neste volume qual foi o meu plano de linhas férreas em Angola. É matéria que reservo para outro volume. Apenas me limitarei a dizer quanto à inutilidade de construir portos sem penetrar o seu *hinterland* com linhas férreas proporcionais, que para o porto do Amboim bastou a abertura da exploração dos primeiros 40 quilómetros do caminho-de-ferro que dele partia, para elevar, num ano, o rendimento aduaneiro desse porto, de 80 para 1.000 contos.

Tiro de um livro que publiquei⁽²⁾ o seguinte: «Quando uma baixa campanha se levantou contra o alto comissário, uma das primeiras coisas que em vários jornais se disseram foi que para nada eram necessários mais portos em Angola do que os que já existiam; que Luanda bastava para todo o norte e centro da província, e o Lobito para o resto».

As objecções eram principalmente contra o porto do Zaire e sistema ferroviário correspondente, exactamente contra obras que marcariam para sempre a nossa soberania nas tão cobiçadas regiões da margem esquerda do grande rio.

Continuo a transcrever do mencionado livro: «Também a respeito do porto de Luanda se disse, em crítica às obras que o primeiro alto comissário mandou iniciar para transformar o ancoradouro da capital de Angola, no período de dez anos, num grande porto moderno, que não valia a pena despender as enormes quantias que essas obras exigiam, pois que o que existia era mais do que suficiente para as necessidades daquele tempo e para as futuras, do comércio de Luanda e do seu *hinterland*».

E foi assim que as obras do porto de Luanda, que iniciei, ficaram paradas durante 17 anos, que se perderam para o desenvolvimento de Angola. Felizmente, resolveu o governo português, nos últimos tempos, mandar prosseguir-las, reconhecendo desta forma quanta razão de ser tinham

⁽²⁾ «A Província de Angola».

as minhas intenções. Pena foi, porém, que, durante esses anos, muito pouco se tivesse feito para alargar por meio de caminhos-de-ferro, estradas e outras obras de fomento a região, que se estende até à fronteira leste e que o porto de Luanda tem de servir.

Mas continuemos a transcrever o que bem vale que de novo se imprima:

«Este modo de ver e dizer (das críticas à minha obra) revelava os intuitos de gente apostada a não deixar desenvolver Angola: bem sabia essa gente, de sobra, que o comércio das regiões tropicais somente se desenvolve e se moderniza por meio de grandes portos e de caminhos-de-ferro. Mas desenvolvimento e modernização significam o advento de elementos e de processos novos, que destruirão um passado de açambarcamento, de monopólios e de conseqüente estiolamento, de que miserável e mesquinamente iam vivendo aqueles que de Angola se julgavam senhores. Gente sem qualquer grandeza, sem nada que justifique o seu proceder, sem direito à mínima parcela daquela admiração que a história dedica ao mercantilismo de Cartago e às companhias magestáticas da Inglaterra e da Holanda, que souberam aliar à riqueza enorme que iam acumulando, os altos interesses, a civilização e o progresso das regiões que exploravam, e que não perderam de vista um só momento o que deviam à sua Pátria.

«Em Luanda tem de se construir um grande porto com todos os requisitos modernos (dizia eu desde 1912). As estatísticas mostram que esse porto é hoje primeiro de Angola⁽³⁾. É necessário que não perca essa posição quando, amanhã, o caminho-de-ferro de Benguela se ligar com a rede ferroviária da Catanga. Para isso temos de construir rapidamente as obras projectadas (essas ou outras, pelo processo seguido ou por outro: são detalhes mínimos que pouco importam em face do grande problema que se tem em vista) e levar por diante com a maior urgência a construção do sistema ferroviário do *hinterland* de Luanda, que também projectei».

⁽³⁾ Foi isto escrito em fins de 1924.

«Quanto ao porto de Lobito (continuo a transcrever) nunca ninguém criticou as dispendiosas obras a que me abalancei naquela região de Angola. Parece que para muita gente é aquele o único porto português da província. Ou dar-se-á o caso de não convir a elementos estranhos, que por tantas formas inspiram as campanhas que nos últimos tempos, com tão grande persistência, têm surgido contra a grandeza de Portugal, que se deixassem de executar aquelas obras? O que interessa, de facto, é não deixar ocupar e desenvolver o norte e o sul. E é este o curioso e tremendo aspecto internacional da questão».

Quando tive conhecimento da abertura daquele crédito de três milhões de libras, a minha maior preocupação era ocupar o mais rapidamente possível a Província de Angola, em toda a sua vasta extensão, por todos os meios que hoje marcam definitiva ocupação territorial na África. Carecia de quatro grandes portos, o porto fluvial do Zaire, os portos de Luanda, Lobito e Baía dos Tigres, e, ao mesmo tempo, estabelecer as principais artérias do sistema ferroviário que a cada um destes portos correspondesse.

Acabara de me chegar a Luanda a informação de que aquele importante crédito que a Inglaterra abriu a nosso favor, estava longe de ser inteiramente aproveitado e que naturalmente o não seria. Se me fosse possível obter desse crédito, um milhão de libras, empregá-lo-ia na compra de material fixo de caminho-de-ferro e teria dado um largo passo para a realização do meu plano de ocupação económica e política de Angola, por meio da construção de vias férreas.

Telegrafei para Lisboa, e seguidamente mandei ao governo da República uma larga exposição política, económica e financeira. Houve inteira concordância comigo e do crédito de três milhões de libras puseram-se à disposição de Angola para compra de material, especialmente de caminhos-de-ferro a importância de £ 936.000.

Quando me chegou esta notícia, chamei, alvoroçado, o secretário provincial de Obras Públicas para serem tomadas o mais rapidamente possível as medidas legais para empregar toda aquela quantia na aquisição de material fixo completo de via férrea. Assentámos em adquirir material

idêntico ao do caminho-de-ferro de Benguela: Bitola de 1^m,067 que é a das grandes linhas férreas da África⁽⁴⁾; carris de 30 quilos; travessas metálicas. Pedidas propostas às casas inglesas, como exigia a natureza do crédito aberto, e feita a escolha, chegámos à conclusão de que podíamos comprar 780 quilómetros de material fixo de primeira qualidade, para via completa de bitola de 1^m,067.

Tinha-se adquirido já, por conta de outros recursos (os provenientes da concessão dos diamantes e do contrato de empréstimo com o Banco Ultramarino) grande quantidade de material para construção: 6 wagons tanques, 236 vagonetas, 20 quilómetros de linha Decauville com 12 mudanças para esta espécie de via, etc. Exultei. Com esta enorme quantidade de material em depósito, com os estudos feitos, com muitas construções em progresso, com outras a iniciar em breves meses, a construção dos caminhos-de-ferro em Angola não parariam mais, quer eu continuasse à frente da província quer não. O ano de 1924 abriria com a preparação do terreno e com o assentar de carris no centro, no sul e no norte. Um grande futuro! dizia eu ao meu companheiro de trabalho, com a confiança e ingenuidade dos homens de acção. Mais uma vez imaginei que o milagre se faria e transpondo o tempo vi Angola sulcada e protegida por linhas férreas...

Um dia em Angola, quase já ao fechar para sempre a minha carreira colonial, tive com Roberto Williams, que era então meu hóspede, uma longa conversa a respeito da necessidade de levar rapidamente o caminho-de-ferro à fronteira do Congo Belga. Notei que aquele corajoso homem estava lutando com dificuldades para o avanço da construção. Julguei necessário estimulá-lo e disse-lhe que se a construção daquele caminho-de-ferro não fosse retomada em breves meses e terminada nos prazos combinados, teria eu de a fazer nos termos do contrato. Vi perpassar no rosto franco e amigo de Williams a ponta de um sorriso irónico, que visava as nossas im-

⁽⁴⁾ Todo o material que foi encomendado para o grande caminho-de-ferro de Luanda para leste, que hoje tem ainda a bitola de 1^m,00, tem as características, resultantes do sistema de travessas e de eixos, que permitem passar rapidamente da bitola menor para a maior.

possibilidades, a nossa fraqueza financeira e a nossa falta de recursos, que pela minha vida fora tantas vezes me humilhara em atitudes de estrangeiros. Abri serenamente a minha pasta e mostrei a Robert Williams o contrato que tinha celebrado com uma casa inglesa para o fornecimento de material ferroviário, e disse apenas: «já chegou a Luanda o primeiro terço da encomenda».

Poucas semanas depois a linha férrea de Benguela principiou a avançar para o Cuanza.

Iam chegando, a Luanda, em carregamentos sucessivos e regulares, os carris encomendados e empilhando-se nas terras altas da cidade, ao longo da linha férrea. Pode dizer-se que toda essa enorme quantidade de material estava em Angola, erguendo-se como um monumento, em fins de 1923. E desde então até dias recentes nunca mais ninguém lhe tocou!

Porquê?

Havia estudos definitivos para construção de centenas de quilómetros de linhas férreas; existia num porto e ao lado de uma linha férrea o material fixo necessário; bastaria a despesa insignificante, dada a barateza da mão-de-obra indígena, para a preparação do terreno e o assentar dos carris. Mas isso não se fez e deixou-se, durante anos e anos, todo esse material a derreter-se pouco a pouco em ferrugem, quando sem grande esforço em cinco a seis anos ele se poderia aproveitar com altas vantagens para a Nação.

Ainda lá está quase todo, sem que uma palavra se diga a respeito do seu aproveitamento.

Não sei o que pensam os que para ele olham, os que o contemplam na sua acusadora aparência, nos arrabaldes de Luanda.

Para mim essas pilhas de carris e de travessas tão estranhamente e tão inexplicavelmente abandonados, valendo hoje milhões de libras, constituem o doloroso drama de toda a minha vida colonial.

Ao acabar este tomo III das minhas «Memórias», nesta hora tardia da minha vida, uma grande satisfação se apodera de mim. Consegui dizer o que foi, no que nela há de mais essencial e de mais límpido, a melhor época do meu viver, a do meu governo-geral de Angola principalmente. Ocupou ela os três anos mais completos da minha vida, dos 45 aos 48.

Já sobre esse tempo passaram três dezenas de anos e a minha maneira de ser, que de longe me vinha e que naquele curto período se manifestou e firmou, não sofreu a menor alteração.

— A acção política e administrativa, tendo apenas em vista o engrandecimento e o prestígio do meu país; o propósito de uma completa hegemonia na África tropical e de uma hegemonia de nação colonial na Península; a consciência, vinda do passado remoto, da grande Missão Histórica que Portugal tem de cumprir; a luta continuada contra todas as injustiças sociais e contra a miséria tremenda em que viviam os milhões de habitantes das colónias e a quase totalidade dos que na metrópole se arrastavam.

Senti então, como o sinto hoje, que nunca poderia ser um político, pois que o meu pensar e o meu agir só sabiam construir, derrubando interesses constituídos.

Como poderia reunir interesses em torno de mim, se prejudicava os existentes sem pensar em substituí-los por outros idênticos.

Disto resultaram as campanhas que contra mim se ergueram, que se erguem ainda e que foram e são os meus grandes títulos de glória.

Algés, 6 de Agosto de 1944.

(Página deixada propositadamente em branco)

Memórias e trabalhos
da minha vida



Tomo IV

(Página deixada propositadamente em branco)

PRIMEIRA PARTE

A DEFESA DO TERRITÓRIO COLONIAL

(Página deixada propositadamente em branco)

INTRODUÇÃO

Disse no tomo III destas «Memórias» que o meu governo de Angola, que se estendeu de 1912 ao principiar de 1915, decorrerá sob o *Signo da Guerra*.

Poucos meses depois da minha chegada à grande província ultramarina de Portugal, li o livro do general alemão F. von Bernhardi, *A Alemanha e a próxima Guerra*, que fora publicado em fins de 1911. Foi grande a impressão e o alarme que a leitura desse livro me causou, e sobre ele escrevi, em Dezembro de 1912, como costumava fazer depois da leitura de livros que me impressionavam fortemente, um resumo ou ensaio, que desta vez foi mais longo do que o habitual. Vão servir-me as já remotas palavras, escritas em Luanda, nas minhas madrugadas sem crepúsculo, com pequenas alterações apenas, e com observações que à época presente se referem, de Introdução ao que desejo escrever sobre a *intervenção de Portugal no Grande Guerra*.

Em todos os livros de valor, e este de von Bernhardi é sem dúvida um extraordinário livro, há um capítulo, uma parte, algumas páginas e, por vezes, tão somente alguns períodos ou linhas, onde palpita com maior intensidade e com mais força artística toda a obra literária. É o coração do livro.

Na *Alemanha e a próxima guerra* dá-se isto com o capítulo V, que o autor intitulou *Poder Mundial ou queda do Império*.

Abre esse capítulo com as seguintes palavras: «Ao discutirmos os deveres que impõem à nação germânica a sua história e os seus dons gerais e particulares, tentaremos provar que a consolidação e a expansão da nossa

posição entre as grandes potências da Europa, e a extensão das nossas possessões coloniais têm de ser as bases do nosso futuro desenvolvimento.

Foram estas mesmas palavras escritas e proferidas, mais de uma vez, como anúncio da guerra actual; e na data em que estou escrevendo (Dezembro de 1944) a Alemanha, com a derrota à vista, está a gravá-las de novo em todos os corações germânicos e a apresentá-las, como uma necessidade fatal e inelutável, a todos os povos do mundo.

Mais uma vez teremos de assistir a um grande exemplo de tenacidade e perseverança humanas, e quem sabe se também, de outro lado, nova prova de incapacidade para evitar que de novo se erga a altura descomunal e maléfica de 1939, o poder que está sendo derrubado.

«Mas, continua von Bernhardi, a esfera em que podemos realizar a nossa ambição, é limitada pelas intenções hostis de outras potências mundiais, por condições territoriais e por forças armadas que sustentam e mantêm essas potências e esses territórios, e essa limitação define a nossa esfera de acção».

Analisa então o autor a carta política da Europa, em 1911. Dois grandes campos. De um lado a Alemanha, a Áustria e a Itália, ligadas por uma aliança. Nesta aliança, os dois primeiros estados formam o cerne indestrutível do bloco, graças a natureza das coisas que intimamente os ligam: as condições geográficas, formando os dois estados uma série compacta de territórios, do Adriático ao Mar do Norte e ao Báltico; as tradições históricas de união das duas potências; e as circunstâncias da Europa (em 1911) donde resultava a certeza de que a quebra da unidade entre a Alemanha e a Áustria colocaria os dois impérios à mercê de forças poderosas opressoras. Reconhece, porém, von Bernhardi o ponto fraco da Áustria, — a penetração do seu território por povos de raça eslávica, e a consequente existência no Império Austríaco de elementos eslavos, hostis aos povos germânicos — resultando deste facto a dupla ameaça de uma forte corrente interna pan-eslavista e de invasões orientais. Desta ameaça só, a Alemanha poderá proteger o Império Austríaco, protegendo-se ao mesmo tempo a si mesma.

A Grande Guerra fez desaparecer o enorme Império Austríaco do mapa, da Europa, formando com ele diversas nações no meio das quais a

Áustria ficou, mínima em território e população, sem finanças próprias, servindo a ensaios e experiências políticas, quase como, uma curiosidade de museu. E o mais notável é que a Alemanha, abandonada pelos seus dois aliados, vencida e humilhada estupidamente, pois que essa humilhação nada destruiu dos seus elementos vitais, antes os reforçou, conseguiu a sua completa unidade e aumentou, como nunca, o seu poder social, político e militar, após a derrota.

Quanto à Itália, von Bernhardt vê-se em embaraços para justificar a sua situação na Tríplice Aliança e temos a impressão ao lê-lo, de que a conquista e a ocupação da Itália continua a ser, como o foi para os germanos dos tempos do Império Romano, um dos desígnios da Alemanha daquele tempo e do actual.

Tenho de transcrever as seguintes palavras para dar completa ideia do pensamento do escritor:

«Bismarck, nos seus *Pensamentos e Reminiscências*, frisa que a aliança com a Itália não corresponderá às circunstâncias futuras. Essa nação reconhece que a Tríplice Aliança não pode auxiliar a sua política de predomínio no Mediterrâneo, e nessa convicção celebrou um acordo pacífico com a Inglaterra e a França, que equivaleu a retirar-se da aliança tripartida. Os resultados estão a ver-se. A Itália, com um aberto entendimento com aquelas duas nações, mas em oposição directa à Tríplice Aliança atacou a Turquia com o fim de conquistar em Tripoli um território colonial. Este procedimento esteve, por pouco, a ser causa de uma guerra entre a Itália e a Áustria, que, como supremo poder que é na Península Balcânica, não poderá admitir a intervenção da Itália nestas regiões. Em consequência, a Tríplice Aliança, que representa uma liga natural, sofreu um rude abalo. A causa disto reside no facto dos três aliados olharem mais para os seus interesses particulares do que para as necessidades vitais dos membros da Liga.

É nosso dever, portanto, fortalecer, utilizando o valor dos três exércitos aliados, a posição da Áustria nos Balcãs, e conseguir para a Itália um seguro predomínio no Mediterrâneo. Mas antes da vitória militar da Alemanha e seus aliados, a Itália estará sempre numa situação falsa: membro da Tríplice

Aliança, vê-se obrigada a contemporizar com a Inglaterra e com a França, cujas esquadras a ameaçam por todos os lados, nos mares que a cercam.

Contra a Tríplice Aliança, enfraquecida por esta curiosa situação da Itália, erguem-se inimigos formidáveis. A França que apenas pensa na sua *revanche*, que tudo sacrifica e esquece para a conseguir: os cem anos de inimizade entre ela e a Inglaterra, e a humilhação de Fachoda. Sentindo-se fraca para nos bater, alia-se com a Rússia, faz a *entente* com a Inglaterra e segue uma política colonial que não tem outro fim que não seja o de aumentar o seu poder militar. Nenhum sentimento de desenvolver e civilizar territórios e povos atrasados anima a França; o que essa nação tem em vista, com a ocupação de vastíssimos territórios da África e Ásia, é a formação de um exército nativo africano, de um amplo sistema de recrutamento militar na Argélia e de um reservatório de excelentes combatentes em Marrocos. Hoje a ameaça da França contra a Alemanha é muito grande e temos de encará-la como formidável, desde que vemos a França aliar-se com a Rússia, e a Inglaterra associar-se a esta aliança, fazendo com a Rússia um acordo de definição de esferas de influência na Ásia e, simultaneamente, criando com a França um instrumento de carácter evidentemente militar como é a *entente*.

Se a França consegue fortalecer o seu exército por meio de tropas coloniais, e se a Inglaterra consegue organizar tropas de desembarque em grande número, a Alemanha estará em situação de inferioridade militar na frente ocidental. Se a isto se juntar a possibilidade da Itália quebrar a Tríplice Aliança, a probabilidade da Rússia atacar a Alemanha, obrigando-a, assim, a defender-se em duas frentes, e a enorme superioridade naval dos ingleses, não se pode deixar de considerar a posição da Alemanha como muito difícil.

Mas se a posição é esta, como o exame da situação internacional prova ser assim, e se ao mesmo tempo, dadas as atitudes da França e da Inglaterra para com a Alemanha, a primeira não pensando noutra coisa que não seja a sua *revanche*, a segunda, levada pelos seus interesses e, principalmente, pelo receio da futura supremacia dos Estados Unidos da América do Norte, não será possível à Alemanha desenvolver-se proporcionalmente ao seu valor intelectual, nem realizar a expansão política, territorial e colonial a que

tem direito: e então a luta é necessária e inevitável e a Alemanha tem de ir para ela, custe o que custar. Nessa luta já a Alemanha se encontra, ainda que com a espada na bainha, exercendo competições comerciais e industriais de toda a espécie e preparando-se febrilmente para a guerra, e também graças a todos os meios diplomáticos de que pode lançar mão».

E von Bernhardi continua: «Com estes métodos e processos de guerra virtual, tem sido possível à Alemanha manter a paz até hoje, ainda que com considerável perda de poder e de prestígio. Não nos enganemos, porém, com esta aparente paz; estamos em face de uma oculta e formidável crise, talvez a mais momentosa da nação alemã. Nas últimas grandes guerras combatemos pela União Nacional e pela nossa posição entre as potências da Europa; agora temos de resolver se, sim ou não, nos desejamos transformar em Império Mundial. «Temos ou não a energia bastante para nos guiarmos por esta grande aspiração» «Estamos ou não preparados para os grandes sacrifícios a que esta realização nos obrigará» «Ou, desejamos recuar perante as forças hostis e afundarmo-nos cada vez mais numa decadência económica, política e nacional» É o que temos de decidir sem demora.

E von Bernhardi insiste em ferir a mesma nota em páginas seguidas, e a mesma conclusão se repete quase no fim de cada período: «para evitar a queda do Império, a catástrofe, o sacrifício da nacionalidade e a civilização germânica, para desviar a perda total da liberdade espiritual e moral, das profundas e sublimes aspirações do pensamento, que à Alemanha a humanidade deve, é necessário que se atinja o nível de poder que desejamos, ainda que para tanto se corra o risco de uma guerra com inimigos numericamente, superiores».

Para aumentar esse poder não aconselha von Bernhardi conquistas na Europa. Mais sensato do que Hitler, um quarto de século depois, o escritor diz: «As regiões a Oriente, onde em tempos os colonizadores germânicos se fixaram estão, de há muito, perdidas para nós. Só uma guerra vitoriosa nos permitiria ocupá-las de novo e essa ocupação seria a causa de constantes guerras futuras. Também não será de aconselhar a conquista daquela parte da Polónia que nos coube na segunda partilha dessa nação, pois que a sua densa e enérgica população nunca mais nos permitiria vida tranquila».

Que fazer então?

«Esmagar a França inteiramente e de uma vez para sempre, de tal modo que ela nunca mais possa atravessar-se no nosso caminho».

Quando naqueles dias do findar de 1912, li em Angola estas palavras do livro de von Bernhardi, escrevi como comentário ao arquivá-las no meu diário: «é isto fácil de dizer, mas impossível de fazer». Veio dois anos depois a Grande Guerra e verifiquei quão falazes aquelas palavras eram; mas nos últimos anos e depois da recente invasão da França pelos exércitos de Hitler, e do drama da sua ocupação, reconheci o seu profundo sentido, o seu propósito, a sua intenção e o seu poder latente de realização, e o coração quase se me despedaçou no peito. Na hora em que estou escrevendo, o tremendo pesadelo passou, mas para sempre ficou gravada na minha mente a maneira real como as mais sólidas e as mais heróicas nações podem ruir.

Ao projecto e propósito de esmagar a França deve ligar-se o do constante fortalecer dos nossos aliados: a Áustria, a Itália e a Turquia, acrescenta von Bernhardi; e a melhor maneira de realizar isto seria a organização de uma Federação de Nações da Europa Central que fosse a expressão de interesses comuns, baseados em condições geográficas e naturais e, por essa razão, permanentes. Dessa federação só seriam definitivamente excluídas a Inglaterra e a Rússia; à França esmagada, nem categoria restaria para qualquer exclusão...

Formado este bloco de nações em torno da incontestável hegemonia da Alemanha, restava olhar para fora da Europa, e von Bernhardi passa a abordar o ponto de vista da expansão colonial. No meu «diário» leio: continuei a escrever o meu relato sobre o livro de von Bernhardi. Chego à parte mais interessante, a da formação de um grande império colonial alemão na África. Tenho quase de traduzir palavra por palavra, para fielmente o relatar.

Ao realizar a grandiosa obra da *Federação Central Europeia*, teria a Alemanha de empregar os meios para alargar os seus territórios coloniais. «Recentes acontecimentos, leio no curioso livro, estão-nos mostrando a possibilidade de obter grandes territórios na África Equatorial, em consequência, de negociações pacíficas. Uma crise financeira e política em Portugal será capaz de nos fornecer a oportunidade de nos apoderarmos

de uma parte das colónias portuguesas». Estamos convencidos de que algum entendimento há entre a Inglaterra e a Alemanha, encarando a divisão das possessões portuguesas, ainda que, até hoje, não transformado em *publici juris*. Na verdade, não devemos considerar como certo que a Inglaterra queira, se a ocasião se apresentar, cumprir honestamente tal entendimento, se ele realmente existe. Sempre poderá ela encontrar maneira de o invalidar.

Muitas vezes se tem dito que a Inglaterra, depois de ter chegado a um acordo com a Alemanha sobre a partilha das colónias portuguesas, garantiu a Portugal, por meio de convenção especial, a posse de todas as suas colónias».

«Mas outras maneiras se apresentam, e que aqui não devemos discutir, diz cautelosamente von Bernhardi, de alargar o domínio alemão na África. Se for necessário, a nossa expansão colonial deve ser o resultado de uma guerra vitoriosa na Europa».

O que escrevi nos três tomos já publicados das minhas «Memórias», e que se relaciona com a «partilha da África», esclarece de sobra estas palavras.

Mas continuam as transcrições:

«As terras de África, que terão de passar para a nossa posse devem ser encaradas sob dois aspectos: desejamos que umas sejam próprias para a colonização alemã, para a fixação de colonos germânicos, e que outras sejam fornecedoras de matérias-primas e constituam mercados de produtos alemães. Não devemos, porém, perder de vista a absoluta necessidade de não enfraquecer na África o elemento germânico, espalhando os colonos ou os comerciantes pelos territórios africanos: temos de os reunir em blocos compactos, em centros políticos de gravidade, próprios para a criação de mercados das nossas exportações, para a difusão da cultura alemã.

É absolutamente necessário exercer uma política colonial intensiva.

Diz-se muitas vezes que uma política de porta aberta pode substituir a política de expansão colonial. Para alguma coisa nos servirá que as portas se nos abram em África, mas não poderá entrar por essas portas o excesso da população alemã, nem a igualdade de tarifas alfandegárias extinguirá a competição que as nações possuidoras de territórios coloniais e que neles saibam exercer soberania, estarão sempre em condições de erguer contra

o comércio estrangeiro. A política de porta aberta pode apenas ser considerada como um expediente, como preparação de uma vigorosa política colonial. O essencial é ter grandes colónias inteiramente suas e, por outro lado, predominar com forte influência política nas esferas, onde existam grandes mercados».

E assim escreveu von Bernhardt.

Leio as outras páginas do seu livro. Como motivo característico de toda a estrutura, surge frequentemente a ideia da expansão mundial germânica, marcada com o cunho da aquisição de vastas zonas coloniais, acompanhada sempre pelo propósito da guerra próxima, o único meio que à Alemanha se poder expandir. E assim se enfileiram capítulos diversos: o direito de fazer a guerra; o dever de fazer a guerra; o significado social e político do exército; o carácter da nossa próxima guerra; a próxima guerra naval; a organização do exército; o exército e a educação popular; preparação política e financeira da guerra; todos eles a mostrarem a mentalidade guerreira teutónica, o poder dos organismos, militares germânicos, postos ao serviço da conquista do mundo.

Acaba-se a leitura da última página, fecha-se este extraordinário livro e ficamos horas, imóveis e acabrunhados. Sentimo-nos envolvidos por uma guerra que tudo nos levará: as terras da Pátria, a família, o nosso trabalho, a liberdade e a dignidade de homens.

Acabo de redigir este ensaio, mandei uma cópia dele ao ministro das Colónias de então, com a seguinte carta:

«Luanda, 1 de Janeiro de 1913

Ex.^{mo} Sr. ministro e meu muito prezado amigo:

Desejo-lhe um novo ano cheio de venturas. Venho pedir-lhe que leia o livro de F. von Bernhardt, *A Alemanha e a guerra próxima*, que foi posto à venda em finais de 1911. Sei que V.^a Ex.^a lê correctamente o alemão; mas já há deste livro uma tradução inglesa.

Acabada a sua leitura, acontecerá ao meu Ex.^{mo} amigo, o que me aconteceu a mim: ficará inteiramente convencido de que, dentro de poucos meses, a Alemanha fará rebentar a guerra e de que um dos seus primeiros actos de agressão armada, será a invasão de Angola e de Moçambique.



A ponte de Moçâmedes, através da qual pisaram terras de Angola as expedições militares

O propósito da Alemanha é, sem dúvida, obter a hegemonia no mundo. Colocou-se essa nação, levada pela sua desmedida ambição, numa posição internacional de tal natureza, criou inimigos tão formidáveis, que se vê diante do dilema de adquirir, por meio de uma guerra vitoriosa, o poder mundial ou de se sujeitar à mais estrondosa das quedas.

Na exposição que von Bernhardt faz do que a Alemanha entende por «poder mundial» entra como elemento essencial, a posse de vastíssimos territórios coloniais. Esse reconhecimento, por parte dos alemães, da necessidade absoluta de um grande império colonial, existe de há muito, como V.^a Ex.^a bem sabe. Se folhearmos a obra de Treitschke e principalmente a compilação das suas lições sob o título de «Politik», verdadeiro evangelho do povo germânico nos últimos tempos, fartamo-nos de encontrar máximas, preceitos e provocações ao esbulho, no que se refere a política colonial.

Transcrevo para aqui, ao acaso, alguns trechos de Treitschke. Considero, por qualquer forma, esta carta como um complemento do ensaio que lhe junto.

«A civilização tem por fim fazer dominar, diz Treitschke sobre todo o mundo a raça branca, na sua qualidade de expressão suprema da aristocracia da espécie humana, e assim a importância de uma nação será no fim de contas, determinada pelo seu domínio nas terras de além-mar. A Inglaterra reconheceu esta verdade há muito tempo, e aproveitou as perturbações da Europa para se apropriar de uma enorme parte do globo».

«Ocupar territórios e implantar neles a nossa civilização, é a grande questão, aquela que principalmente deve preocupar a Alemanha. Tudo depende do número de milhões de homens que, de futuro, falarão alemão. Da imaginação poucas vantagens teremos. Dentro de algumas gerações, os nossos imigrantes estarão por completo perdidos para a Alemanha, falarão outra língua e a sua mentalidade e o seu patriotismo será o do país que os seus pais ou avós escolheram para habitar».

«A nação que se esforça por adquirir novos territórios, para com eles alimentar a sua crescente população, mostra bem a sua confiança em Deus. É sinal de saúde social e de vida pública normal, o esforço que uma nação faça para se expandir colonialmente. Nunca poderão exagerar-se as vanta-

gens materiais e morais deste esforço. É uma questão de vida ou de morte para uma grande nação, o enveredar ou não pelo caminho da expansão colonial».

«A melhor das colonizações é aquela que mantém nas colónias a nacionalidade do país de origem. Disto depende a proporção em que cada povo europeu entrou ou entrará no domínio do mundo pela raça branca. Um país sem grandes territórios coloniais, deixará de predominar na Europa, por mais poderoso que tenha sido. Segue-se que nós (alemães) devemos fugir da estagnação que resulta de uma política puramente continental. A consequência da nossa próxima e vitoriosa guerra deve ser, acima de tudo, a aquisição de colónias».

«A colonização dos povos em estado de selvajaria será a melhor de todas. Esses povos têm de mergulhar por completo na civilização da nação superior que os conquistar, ou de ser aniquilados. Por mais cruel que este processo possa parecer, ele será uma benção para a humanidade. O povo mais nobre deve assimilar o menos nobre. É este o caminho normal».

E se continuarmos a ler Treitschke, veremos que ele aplica este processo germânico de assimilação, que é quase como destruição de raças inferiores, não somente aos selvagens, mas também aos habitantes da maioria dos pequenos estados da Europa.

O nosso destino está fixado pelo Pan-Germanismo. Se ele triunfa na muito próxima guerra, não somente perderemos as nossas colónias, mas passaremos de povo livre à condição de *assimilados*.

Esta carta leva, a V.^a Ex.^a pela sua própria natureza, por tudo o que nela digo e pela afirmação que nela faço da minha inteira convicção de que «dentro de poucos meses a Alemanha fará rebentar a guerra e que um dos seus primeiros actos de agressão armada será a invasão de Angola e de Moçambique», o meu pedido instantâneo, que perante o governo da República tão insistentemente tenho posto, para que se trate da defesa militar desta vastíssima região portuguesa.

Estou convencido de que essa defesa é de possível realização e que será profícua, apesar do enorme poder militar da Alemanha.»

E assim terminava a minha carta.

Ela e o ensaio, resumo ou comentário, que a leitura do livro de von Bernhardi provocou, cabem bem aqui, como disse à guisa de «introdução» a estes volumes das minhas «Memórias», escritas a meu modo e em que vou procurar reviver parte apenas dessa tremenda época da minha vida.

Mostram bem estes dois documentos a grandeza das minhas preocupações e os meus sobressaltos, de homem, que tinha a seu cargo os interesses e a defesa de uma larga porção do território português, em face da mentalidade dos alemães, da expressão dos seus intentos e propósitos e de tudo o mais que se passara e estava passando, e a que me refiro nos três tomos anteriores.

A contemplação sempre imensa e por vezes altamente dolorosa das relações internacionais do meu país, que há mais de sessenta anos se iniciou com patriótica ansiedade, e que formou, mais do que quaisquer outros acontecimentos da minha vida, o meu arcabouço de português, fizeram-me de há muito convencer da absoluta necessidade de nações, como Portugal, terem ao seu serviço uma organização de homens de ciência, de antigos diplomatas e magistrados e de outros funcionários de alta categoria, já aposentados, de antigos políticos, que tivessem deixado o exercício de funções de governo ou de chefias partidárias, dispondo de todos os elementos de informação necessários para orientarem com inteira liberdade e segura independência a opinião pública nacional. Se essa organização existisse não se teriam produzido nas vésperas da Grande Guerra, durante ela, e noutros momentos da nossa história, confusões, campanhas deletérias e consequentes quebras de energia nacional, e actos e acontecimentos deploráveis, resultantes inteiramente do desconhecimento completo da situação internacional que nos cercava e dos perigos tremendos que nos ameaçavam.

Será meu propósito, com estes dois volumes das minhas «Memórias», restabelecer a verdade dos factos, mostrar quanta razão de ser houve na resolução da Nação em tomar parte na contenda cruenta que surgiu a seu lado e que quase desde a primeira hora, se fez sentir no território nacional de além-mar, invadido pelos alemães.

Sei que não será tarefa fácil.

Só daqui a muitos anos a verdade inteira surgirá em toda a sua luz. Quero deixar, porém, o meu depoimento, ainda que imperfeito, incompleto e de modo algum correspondendo à grandeza do acontecimento, que constituiu um dos mais notáveis factos da História de Portugal.

Quando Portugal resolveu tomar parte na guerra que, em 1914, principiou a assolar grande parte do mundo e cujas origens e causas acabo de indicar nas páginas precedentes, muita gente se admirou, ou fingiu admirar-se de que o nosso país se abalançasse a ir combater a longes terras, fora do solo da Pátria. Por certo, os portugueses que tanto criticaram o procedimento da Nação, não ignoravam que, a partir dos primeiros anos do século xv, Portugal pouco mais fez em esforço militar, se pusermos de parte as nossas contendas, com a Espanha e a nossa resistência às invasões napoleónicas, do que enviar expedições militares a terras distantes. A admiração revelada não foi mais do que uma das bases em que assentou a propaganda de tão curioso aspecto e sabor contra a nossa acção militar de 1914 e 1918.

Conveniente me pareceu, por esta razão, que, antes de entrar na exposição das coisas que ainda não esqueci e que constituem pontos essenciais e culminantes da intervenção de Portugal na Grande Guerra, algumas palavras diga sobre factos históricos passados, com os quais o nosso procedimento de 1914 tem íntima afinidade.

A intervenção de Portugal na Grande Guerra (1914 a 1918) tem de ser tratada sob vários aspectos. De facto constitui esta nossa participação numa luta que abrangeu o mundo inteiro, a continuação daquele ingente esforço, de que fala a nossa História para dilatarmos o nosso poder, materialmente e espiritualmente.

Revestiu a entrada de Portugal na guerra mundial a que se deu o nome de Grande Guerra, a forma, tão frequente na nossa História, de uma expedição militar ao estrangeiro, por via marítima.

Possuíamos então um exército que, sendo pouco diferente, em organização e armamento dos exércitos das nações em guerra, permitiu que essa expedição se organizasse rapidamente e que as forças portuguesas que a compunham, tomassem lugar, sem díspar, e realizando plenamente a missão que a Nação delas esperava, nas linhas de frente das grandes batalhas.

Recordemos em breve discurso as expedições militares marítimas portuguesas. Há pontos de analogia e de contacto entre todas elas, que convém frisar para que ressalte, nítida e firme, a linha orientadora do tema principal que vai ler-se nestes dois volumes de «Memórias». O que há de verdadeiramente admirável na nossa História resulta da acção que soubemos exercer, sempre na hora precisa, fora do território continental da Nação, para mantermos ou tentarmos manter a sua integridade.

Todos sabemos em que quadro se desenrola a expedição a Ceuta. A heróica pintura assenta sobre a maravilhosa exuberância da vida nacional. A revolução popular que transformou e avigorou a Monarquia portuguesa, fazendo nascer o novo regime monárquico da vontade do povo, fortalecendo-o com os feitos militares de Nuno Álvares, glorificando-o com a vitória de Aljubarrota, e infiltrando nele para sempre, o poder político puramente português, foi a criadora de uma nova ordem de coisas, a fonte da vida ardente que encheu mais de um século de glória e de entusiasmo.

Feita a paz com Castela, acto julgado tão importante e tão necessário que, como inferimos de Zurara, foi apregoadado por todo o reino com rara e nunca vista solenidade, o povo português passou a viver tranquilamente na fartura, na abundância e na actividade comercial, que o cronista nos apresenta numa curiosa página. Mas isso não bastava evidentemente; o país era pequeno em área e a produção agrícola mal permitia amontoar riquezas; o comércio só por limitadas vias podia ser feito e a concorrência de outras nações era muito grande; as famílias nobres, de tradições guerreiras, cónscias de que aos seus ascendentes se devia principalmente o alargamento das terras do reino e a sua manutenção, reconheciam que sem novas conquistas iriam pouco a pouco decaindo e se veriam obrigadas a fundir-se na burguesia cada vez mais forte e mais predominante. Não foram por esta razão inteiramente bem recebidas as pazes com Castela, e chegou-se a pensar em expedições contra os mouros ainda estabelecidos na península, não permitindo, naturalmente, a política castelhana que tivessem qualquer viabilidade. Mas alguma coisa era necessário fazer, não somente para dar razão a esta multiforme ânsia de actividade mas também para segurar bem a defesa de uma nação pequena, perante o poder enorme que no resto da península se estava constituindo.

Aos desejos dos nobres ligavam-se inteiramente os propósitos dos burgueses e foi assim que João Afonso, vedor da Fazenda, falou aos filhos de D. João I na conquista da cidade de Ceuta. Os nobres do reino, com os infantes à frente, foram os propulsores da façanha; mas nada teriam conseguido, se os seus propósitos não estivessem de harmonia com a necessidade de expansão da burguesia comercial e com o seguro instinto da Nação, que a levava, e a levaria sempre, a praticar os actos necessários para manter a independência nacional, firmada nas terras, cedidas ou conquistadas em pouco menos de três séculos de tenaz esforço, por homens que, pouco a pouco, foram constituindo um povo, muito diverso dos outros povos da Espanha. Com o salutar receio, bom é repeti-lo, do poder formidável que nessa Espanha se estava erguendo, com as portas para sempre fechadas desse lado a qualquer expansão conquistadora, comercial ou espiritual, Portugal, sentindo-se forte, procurou outras saídas que lhe aumentassem a força e a riqueza — as reservas militares, a mão-de-obra, as matérias-primas, como se diria hoje. A Nação Portuguesa ia entrar em vida nova, exuberante e heróica. A tomada de Ceuta deixou na nossa História tão forte vinco que as expedições militares para terras distantes, seguindo o caminho do mar, único que a formação da Nação nos deixava livre, foram, ou julgava-se sempre serem, a única forma de engrandecimento ou de defesa nacional.

Cinco séculos depois, na época da Grande Guerra, o espírito de Ceuta pairou mais uma vez sobre Portugal. E nem sequer lhe faltou aquela ferrenha oposição de minorias respeitáveis, que é também uma das características da vida social portuguesa. Ao reler a extraordinária crónica da «Tomada de Ceuta», parece-me estar a ouvir aquelas vozes de agouro e desânimo, que tanto me impressionaram no período do tremendo conflito mundial.

«E houve naqueles conselhos algumas divisões, como se geralmente fazem em todas as coisas grandes». Ao rei disseram que «esguardasse bem as coisas que hão-de vir»; mas D. João respondeu, escreve Zurara, «quanto nisto mais considero tanto me parece que presumo que ainda esta cidade há-de ser azo doutro muito maior bem para mim ou para alguns da minha geração». Mas as «divisões» continuaram sem cessar pelos tempos fora.

De facto, a «tomada de Ceuta não era uma conquista, mas o começo de uma conquista».

No dia 21 de Agosto de 1415 realizou Portugal o primeiro acto da sua *missão histórica* no Mundo. Não se trata do valor estratégico ou comercial de Ceuta, mas do primeiro passo dado pela nação conquistadora e da sua alta significação nacional.

Pouco sabemos do que foi essa expedição. Deve ter sido de grande vulto pelo rasto que deixou na memória dos homens de diversas nações, raças e crenças e, sobretudo, pela forma propulsora que representou: se a acção de Ceuta se não realiza, magnífica e grandiosa, ou, se realizada, se não tem sabido aproveitar e sublimar, erguendo bem alto o prestígio e o eflúvio de grandeza espiritual que dela brotaram, a História de Portugal teria sido mesquinha e limitada, sem a exuberância de vida, sem a universalidade que a caracterizam.

Não parece que a expedição a Ceuta, pudesse ser formada por 50.000 homens transportados em 242 navios de vela, de vária arqueação e formato. O escasso milhão de habitantes daquele tempo, dificilmente permitiria tão numeroso recrutamento. Mas se, de facto, se reuniram, tantos homens para partir, não vejo que os pudessem transportar as 242 velas da pequena tonelagem de então.

Ao regressar de Ceuta D. João I deixou ali uma guarnição de 2.500 homens apenas, o que também nos faz conjecturar que não deviam ser tão elevados os efectivos que levou para a conquista.

Mas seja como for, não há a menor dúvida de que foi esta a maior expedição militar daqueles tempos.

Realizada a conquista, manteve-se a política expansionista apesar das fortes oposições. Em 1437 uma segunda expedição se formou, destinada à tomada de Tãnger, mal organizada por sinal, mas isso não invalida a linha desta exposição, como a não quebram as oposições que nessa altura e como em todos os acontecimentos de carácter nacional, dividiram Portugal. Julgaram-se necessários 14.000 combatentes e por fim, por falta de embarcações ou por dificuldades de recrutamento, só partiram para a África 6.000, segundo uns, 10.000, segundo outros. Foi um grande desastre esta expedição, sob diversos e conhecidos aspectos. Digamos antes que foi um

revés. O não se ter abandonado Ceuta e o projecto da conquista de Marrocos após a derrota de Tãnger, é prova evidente de que o admirável esforço nacional, que foi a primeira expedição, se mantinha forte e vibrante em todo o seu alto significado, um quarto de século depois de se ter produzido. Houve porém uma grande pausa. As expedições para a conquista de Marrocos voltam a organizar-se vinte anos depois, no reinado de D. Afonso V. Em Outubro de 1458 partiu uma frota portuguesa de mais de duzentos velas, transportando uns 25.000 combatentes para novas conquistas em África. Em 23 desse mês tomou-se Alcácer-Ceguer. Mais vinte anos de espera, e organizou-se então outra grande expedição. Dizem historiadores que o Corpo Expedicionário foi de 477 velas e 30.000 homens de desembarque, falam outros em 338 navios, sendo de 24.000 o número das tropas de desembarque. Em 24 de Agosto de 1471 estava tomada Arzila. Seguidamente, Tãnger, Larache, Safim e outras povoações se renderam sem luta.

Mantém D. João II a política da expansão em Marrocos, política que atinge o seu ponto culminante durante o reinado de D. Manuel, passando a ocupação e a administração a predominar sobre a conquista, apesar de se tomarem novas povoações no sul marroquino.

Ainda outra expedição de conquista é digna de menção. Quero referir-me à enviada no tempo de D. Manuel à conquista de Azamor, em 1513. Foi constituída por 500 navios que transportavam 13.000 infantes e 2.000 cavaleiros. Depois dessa grande expedição principiaram os reveses e as hesitações.

Desistiu-se de ocupar a importante posição que hoje tem o nome de Casa Branca, e o projecto de uma «grande conquista», da formação de uma nova «província» foi-se rapidamente apagando. A grande derrota que Portugal sofreu em Marrocos, junto da fortaleza em construção de S. João de Mamora, em 10 de Agosto de 1515, e cuja desforra se não tentou sequer, foi o sinal do fim.

Como deixei dito, com a conquista de Marrocos e com todo o nosso esforço expansionista não se tratava somente de nos dilatarmos no mundo, pois que se visava também, e tenazmente, ao fortalecimento e à defesa da Nação, pelo seu engrandecimento sob todos os aspectos.

Do lado de Espanha muito tínhamos a recear. Leio mais uma vez o magnífico estudo de David Lopes sobre a Expansão em Marrocos com o qual, como se vai vendo, estou longe de concordar inteiramente. Castela tinha conseguido do Papa a revogação do reconhecimento dos direitos de Portugal às Canárias, e, diz-nos o doutor David Lopes, que não contente com isso o governo de Castela encarregou o seu delegado no concílio de Basileia de apresentar as suas alegações contra as pretensões portuguesas, afirmando direitos não só às Canárias, mas também à Tingitânia, visto que os reis de Castela se diziam herdeiros dos reis godos, que tinham, possuído esse país. E mais adiante: «Logo que a guerra acabou (a de Granada) Castela quis tomar parte na conquista de Marrocos; na região oriental, já em 1497, se assenhoreara de Melilá e do Pinhão de Beles, em 1508».

Noutro ponto do seu notável estudo cita o mesmo escritor o seguinte facto, que também corrobora o que havia de intento de defesa de independência e de separação racial e permanente entre Portugal e Castela, na expansão ultramarina. «Em 1449, o rei de Castela deu a concessão do «mar e terra» entre o Cabo de Guer e o Cabo Bojador ao duque de Medina Sidónia, por a considerar de sua conquista».

Destes e doutros factos, dados antes e depois do Tratado de Tordesilhas, se deduz a constante e irritante interferência de Castela na ocupação portuguesa de Marrocos. Outra teria sido ela, se não fosse esta oposição do país vizinho. Imperfeita e incompleta, a conquista e ocupação fez-se apesar de tudo e manteve-se o tempo suficiente para produzir resultados nacionais altamente benéficos, que se traduziram em engrandecimento e prestígio de Portugal. Das grandes expedições marroquinas muito proveito nos veio, muito bem nos ficou: as nações para serem consideradas como verdadeiramente grandes precisavam então, e ainda hoje precisam, de um largo passado de conquistas.

O ressurgimento do grandioso projecto da conquista de Marrocos, que se deu no reinado de D. Sebastião, apresenta um alto significado. Sentiu-se nessa triste época da nossa História que só se poderia salvar a Nação, voltando à política de expansão e conquista, que tinha constituído sempre a força revigoradora e protectora de Portugal.

Organizou-se uma grande expedição marítima, cujos efectivos exactos, a composição e a organização são hoje, como acontece com as expedições anteriores, difíceis de estabelecer. A falta de notícias exactas, de documentação, de arquivo de planos e de projectos, mostram o desleixo, a forma atabalhoada das nossas principais acções, a intenção manifesta de destruir os vestígios grandiosos do passado, e são já, desde o início, um sintoma de decadência.

Parece que a força militar da expedição de D. Sebastião foi de 17.000 combatentes com 36 peças de artilharia. Diz-se que foram necessárias 1.500 embarcações para o seu transporte, porque o número de não combatentes e a «impedimenta», desnecessária e até ridícula, eram enormes. Para uma nação poder organizar uma expedição desta natureza, é indispensável que na colectividade existam determinadas circunstâncias, sem as quais nada de grande se pode realizar. Um poder central com prestígio força e decisão, em que predomine espiritualmente um grande organizador militar, como foi o caso do infante D. Henrique na expedição de Ceuta; um exército profissional, por pequeno que seja, em que palpitem fortemente as virtudes militares; a maior modéstia e a maior economia na preparação do «Corpo Expedicionário»; uma quase, unanimidade de vistas, capaz de reduzir inteiramente procedimentos defectistas e de anular por completo influências de outros países, a quem a acção militar em marcha não convenha. Ora a não ser o querer quase instintivo da Nação, nada disto se dava em Portugal no tempo de D. Sebastião. A expedição a Marrocos foi forçosamente mal organizada e a derrota que sofreu foi a consequência dessa má organização.

Mas o pensamento nacional foi exacto, porque sempre se esperou a vitória. Poucos são os que vêem os erros das suas obras, e a desorganização é um dos sintomas mais seguros da decadência e decomposição das nações, mas que os seus agentes não podem sentir.

Se Portugal, em 1578, tem obtido em Marrocos uma grande vitória, se uma grande parte dos combatentes e dos não combatentes, que para lá partiram em meados de Junho desse ano, conseguissem estabelecer naquelas paragens, após essa vitória, uma sábia e sólida ocupação, poderia D. Sebastião ter morrido na batalha, que Portugal não perderia a sua independência. Sem a ida a África essa perda seria certa.

É isto apenas o que nos interessa, ao escrever estas palavras sobre a história dessa deplorável época.

Além das expedições militares a que me tenho referido outras se realizaram em Portugal que merecem sucinta notícia. São elas diferentes, na sua imediata finalidade, das expedições marítimas de conquista, mas, na sua essência e significado nacional, têm muitos pontos de contacto com aquelas. O seu principal fim foi o engrandecimento do nome português no Mundo, o aumento do prestígio do país, a segurança que desse prestígio resultaria.

São desta natureza a intervenção de Portugal nas campanhas, conhecida uma pelo nome da Batalha de Navas de Tolosa (1212) e outra pela do Salado (1340). Em 1456 resolveu D. Afonso V organizar, a pedido de um Papa, uma forte expedição contra os turcos e cunhar moeda de ouro para esse fim. Parece, apesar de opiniões autorizadas em contrário que essa expedição não chegou a realizar-se; mas a intenção e os preparativos são por si significativos. Nem sequer neles faltou a cunhagem de uma moeda forte, em ouro com pequena liga, que em terras do Mediterrâneo, de alta importância, comercial, fosse firmar o nosso crédito.

Mais tarde, em princípios do século XVIII, quando o país, graças à consolidação da independência, às colónias que ainda nos ficaram após o domínio dos Filipes, e sobretudo ao ouro do Brasil, se sentiu, de novo, capaz de engrandecimento, uma grande expedição marítima se organizou para erguer o nome de Portugal. Sentiu-se então que a prosperidade de que estava gozando a Nação, era em grande parte fictícia, que as virtudes cívicas se iam abastardando e entrando em decomposição e que o ouro que, às toneladas, nos vinha do Brasil, desaparecia ou se transformava em ouro pel. A nossa situação internacional estava muito longe de ser lisonjeira.

Mais uma vez se reconheceu que se tinha de lançar mão do valor militar do país para ganharmos o prestígio doutros tempos. Novamente se julgou azado o pedido de um Papa para organizarmos uma expedição prestigiadora. Em 1715 solicitava o Papa Clemente XI a D. João V, que prestasse auxílio militar à República de Veneza, em grande perigo de ser atacada pelos turcos. No mesmo sentido recebera o rei de Portugal solicitação do Doge de Veneza.

Partiu, de facto, para o Mediterrâneo, em fins de Abril de 1717, uma Armada portuguesa, com ordem de se juntar às forças marítimas do Papa e de Veneza, para combater o poder dos turcos. Compunha-se a esquadra de 11 navios, com 518 peças e 3.840 praças, além dos oficiais. Era, sem dúvida, uma força marítima considerável. Tomou parte a armada na batalha, que ficou conhecida pelo nome do «Cabo Matapan», e o seu procedimento foi nessa acção de grande eficácia e heroicidade.

As conseqüências internacionais deste nosso importante auxílio e das grandes despesas que com a organização da armada, da sua navegação e da sua entrada em combate se fizeram, não as vejo assinaladas por quaisquer documentos de então ou futuros. Do Papa há apenas uma carta para o comandante da Armada portuguesa, em que diz que os «capitães e soldados dos navios de guerra (mandados pelo rei de Portugal) combateram no arquipélago com tal resolução e fortaleza que foram repelidos, principalmente em consequência do valor português os ataques dos bárbaros, que intentavam levar às ilhas e terras cristãs, a guerra e a destruição».

Valha-nos isto.

O envio ao Mediterrâneo da Armada portuguesa prestou um grande serviço ao país, mostrando ao mundo que éramos capazes de nos organizarmos militarmente e que continuávamos a saber batermo-nos corajosamente.

Tarouca diz num officio diplomático, que da Haia escreve, em Setembro de 1717, «devo afirmar a V. M. que, sem embargo da variedade que há nos avisos, em todos ouço falar bem da Esquadra Portuguesa».

Talvez Pombal não tivesse conseguido fazer tudo que fez sem esta recente manifestação de força e de valor militar.

Além das expedições militares a que acabo de me referir, organizou Portugal numerosas expedições que para as terras da África, da Ásia e da América levaram tropas de conquista e de ocupação, umas e outras destinadas a sufocar rebeliões ou a repelir esbulhos de nações estrangeiras.

Portugal mobilizou, armou, instruiu e organizou durante a Grande Guerra (1914 a 1918) forças militares consideráveis, com as quais constituiu corpos expedicionários que, por mar, enviou para França e para a África, destinados uns a combater ao lado dos seus aliados contra a Alemanha, e

outros a defenderem os seus territórios ultramarinos dos ataques de tropas desta nação. Digamos, rapidamente e sem desnecessários pormenores, em que consistiu este extraordinário esforço nacional.

Para França embarcaram em Lisboa, entre oficiais, sargentos e soldados, 57.000 combatentes; para a África seguiram 32.000 combatentes. Um total de 89.000 homens.

Nas colónias de Angola, Moçambique e Guiné fez-se simultaneamente um largo recrutamento de soldados indígenas, que se armaram, instruíram, e enquadraram com oficiais, sargentos e cabos europeus, e que nas duas costas ocidental e oriental da África Portuguesa constituíram núcleos valiosos de tropas de cor, que somaram 25.000 soldados africanos portugueses, além dos carregadores indígenas. Eleva-se, portanto o esforço de Portugal em combatentes, durante a Grande Guerra, estacionados e movimentados nas zonas de combate, a 114.000 oficiais e praças.

Além destes consideráveis efectivos, tudo estava preparado, ao findar o ano de 1917, para se enviar para França, durante o ano de 1918, um segundo Corpo de Exército Português com o efectivo de 53.572 oficiais e praças, e para render nesse mesmo ano, nos campos de batalha de França, aproximadamente, quarenta por cento dos combatentes portugueses. As batalhas de África terminadas antes do fim de 1917, pela derrota dos alemães e ocupação dos seus territórios do ultramar, facilitavam a execução desta segunda parte do programa expedicionário.

Pode considerar-se como sendo de 200.000 homens a força combatente mobilizada por Portugal para a sua intervenção na Grande Guerra. Não se limitou porém, ao que indicado fica, o esforço de Portugal e mobilização de homens para exercer na guerra a acção que lhe competia. A pedido das nações aliadas, consentiu Portugal que essas nações contratassem muitas centenas de operários portugueses, que seguiram para a França e para a Inglaterra. Quanto a indígenas, o número de carregadores de que Portugal careceu para os serviços das suas tropas de África e para os das tropas britânicas que, naquele continente combatiam, excedeu a cifra de 180.000.

O seguinte quadro indica esforços de outra natureza, em solípedes e viaturas, enviados de Portugal para as zonas de guerra:

Localidades	Solípedes	Viat. Hipo.	Viat. Auto.
França	11,721	1,798	395
África	4,088	4,088	147
	<u>15,809</u>	<u>2,664</u>	<u>542</u>

O quadro indicativo das mortes e incapacidades por ferimentos e doenças que acarretou a Portugal a sua entrada na Grande Guerra, é formidável. E nesta hora em que se está a fazer uma guerra em que, apesar de todos os seus horrores, tanto se poupam, e ainda bem, as vidas dos combatentes, tem Portugal o direito de chamar a atenção do Mundo para as suas perdas na Grande Guerra:

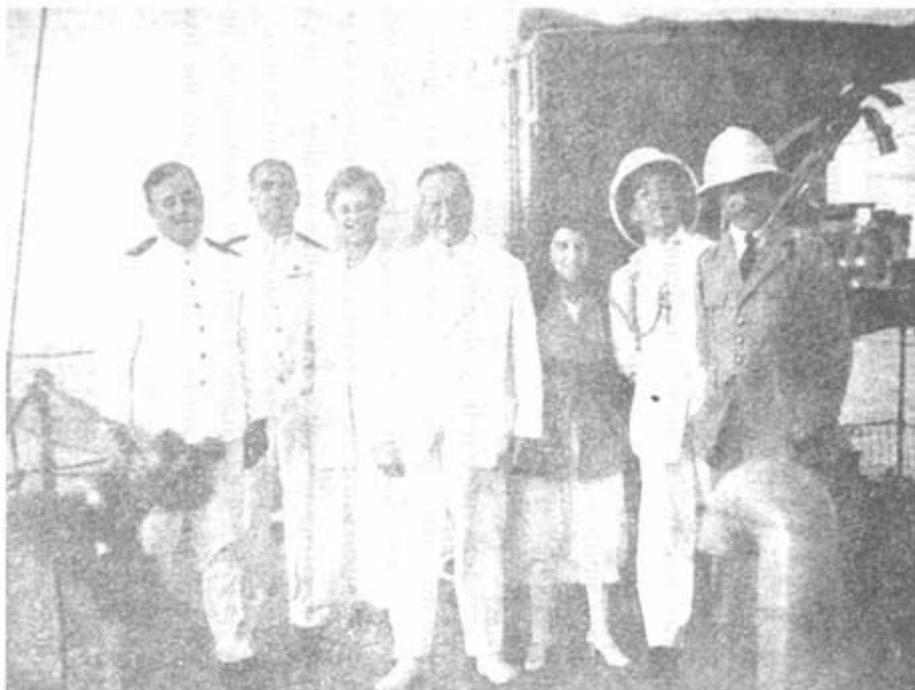
Mortos (europeus e indígenas) nas campanhas de	
Europa e África	7.908
Incapacitados por ferimentos e doenças (europeus	
e indígenas) nas mesmas campanhas	14.884

Perdeu Portugal na Grande Guerra 20 por cento dos seus combatentes ou seja 0,3% da sua população metropolitana.

Mas quem viveu na África, quem sabe o que são campanhas naqueles meios de civilização primitiva, quem conhece o que se passou nas povoações indígenas de Angola e Moçambique naqueles perturbados tempos de 1914 a 1918, é que pode avaliar a que número fantástico subiram as perdas de vidas dos indígenas, em consequência do recrutamento de carregadores, da desagregação das sociedades africanas, das fomes, das doenças, da mais negra miséria devida principalmente à paralisação dos trabalhos agrícolas, às revoltas indígenas resultantes das lutas de brancos contra brancos, à inteira subversão da ordem material e espiritual das colónias portuguesas, que tantos séculos tinha levado a implantar naquelas remotas paragens. Só em Angola, no teatro principal das operações militares, nas bacias hidrográficas do Cunene e do Cubango, a mortandade dos habitantes indígenas foi superior a 250.000 pessoas.

Juntamente com o do exército, é de assinalar o papel que a Marinha de Guerra desempenhou na intervenção de Portugal na Grande Guerra. Era ela bem diminuta nesse tempo; mas, apesar disso, pode desempenhar cabalmente as funções que competem às marinhas de guerra dos pequenos países, nas ocasiões dos bloqueios continentais e das grandes batalhas marítimas que abrangem mares e oceanos inteiros. E assim, a vigilância na costa portuguesa aos submarinos inimigos, tendo principalmente em vista evitar o seu abastecimento no mar, os serviços de barragem nos portos de Lisboa e Leixões, a rocega e a dragagem de minas, a guarda dos cabos submarinos que amarram em território nacional, o serviço de patrulha marítimas, a defesa naval dos Açores e a serena ocupação dos 36 navios mercantes inimigos, que se encontravam no Tejo, tudo foram actos da Marinha de Guerra Portuguesa. Foram os nossos navios que acompanharam as expedições militares que Portugal mandou à África. O serviço de escolta dos comboios de navios portugueses e ingleses que transportaram tropas para França, foi feito sempre conjuntamente por contra-torpedeiros portugueses e ingleses. À marinha mercante portuguesa prestaram os navios de guerra de Portugal a mais valiosa protecção. No mar dos Açores um improvisado caça-minas, que evocava o nome do glorioso marinheiro e colonial Augusto Castilho, lançou-se contra um potente submarino alemão para proteger um navio português que transportava passageiros e carga. Travou-se renhido combate, morreram muitos marinheiros portugueses entre eles o heróico comandante do minúsculo caça-minas, 1.º tenente Carvalho Araújo; o pequeno navio de guerra português foi afundado, mas avariou seriamente o submarino alemão. O navio mercante português seguiu são e salvo, com a sua preciosa carga de vidas portuguesas, ao seu destino. Como sempre, a Armada Portuguesa cumpriu na Grande Guerra o seu dever.

Grandes foram as despesas que Portugal fez e aquelas a que se aventurou, com a sua intervenção na Grande Guerra. Bem sabemos que muitas delas foram levadas à conta das «Indemnizações» que a Alemanha foi obrigada a pagar-nos; mas a maior soma delas caíram e estão pesando ainda sobre a Nação. Depois, que dinheiro poderá pagar vidas humanas, a incapacidade que prostrou tantos homens válidos, os tremendos males, materiais e espirituais, à guerra devidos.



Na ocasião da visita ao governador-geral do Congo Belga.
Mr. Maurice Lippens. A caminho do Zaire: o alto comissário
Norton de Matos, a bordo do cruzador «Carvalho Araújo», em viagem

Tenho de parar. Não visam estas palavras a descrever o que foi a intervenção de Portugal na Grande Guerra: apenas me podia abalançar a traçar curtas e imperfeitas linhas de um quadro nacional, que ainda não encontrou quem o desenhasse com o vigor necessário.

No que deixei dito já há o bastante para o meu propósito: colocar a intervenção de Portugal na Grande Guerra no lugar que lhe cabe entre as suas históricas expedições militares. Mas não quero deixar de dizer que no quadro a pintar, tem de existir um fundo de sublime grandeza que dominará, explicando-as, todas as acções e todas as atitudes: a decisão, a tenacidade e o poder nacional de organização; uma sublimada e serena, quase escondida, heroicidade; a ausência completa de exibicionismo; o dever cumprido em silêncio, sem propagandas humilhantes, sem solicitações de elogios; a consciência ou o instinto, como se queira, da Nação, a indicar seguramente o único caminho a seguir; a mais severa economia e a mais pura das honestidades em todas as despesas de guerra; as minorias truculentas, representantes das «divisões» históricas; os erros, sem dúvida, também... Naquele fundo de grandeza que enche e domina o quadro, esboçam-se, fundidos no tempo e no espaço, todos os episódios da história gloriosa do país, em que se traduz o seu esforço para a expansão e para o engrandecimento. Por essa razão julguei necessário repetir na introdução a esta parte das minhas *Memórias*, arriscando-me a diminuir-lhes o valor de dicção e de intenção, alguma coisa do muito que na História de Portugal leio.

A intervenção de Portugal na Grande Guerra está intimamente ligada às grandes expedições do passado; ainda é cedo, porém, para lhe fixar o lugar na linha de grandeza dos nossos feitos.

CAPÍTULO I

A ATITUDE DE PORTUGAL

A) ANTECEDENTES

Deixei-os espalhados, aqui e além, como sinais a marcar o caminho da minha vida, nos dois primeiros tomos destas «Memórias», e, em grande parte, concentrados no terceiro tomo. Voltam de novo a aparecer na primeira parte da «introdução» que acaba de ler-se.

Mas claro está, o que mais importa apontar neste livro, que de modo algum será uma história da *Intervenção de Portugal na Grande Guerra*, e apenas pretenderá ser a apresentação de coisas, factos e estados de alma, por mim sentidos, praticados ou observados, e que, mais de longe ou mais de perto, com maior ou menor intensidade, concorreram para aquele notabilíssimo feito e grande acontecimento histórico, — é a atmosfera que cercou esse feito e esse acontecimento, o sentir nacional que simultaneamente os provocou e os permitiu.

Estou absolutamente convencido de que, nenhum homem, nenhum governo e nenhum partido político, por maior que seja a sua força, o seu valor, a sua tirania ou o seu totalitarismo, será capaz de lançar uma nação, unida como a nossa é, numa guerra da natureza da de 1914 a 1918, se o povo dessa nação não estiver animado do sentimento colectivo da inelutável necessidade de uma luta armada para defesa e conservação da vida nacional.

Havia anos que a alma da nação sentia aproximar-se a guerra. Uma grande e sangrenta contenda se iria ferir entre dois grandes grupos da espécie humana: os anglo-saxões de um lado, os germânicos do outro. E Portugal sentia, com o instinto quase incompreensível da conservação, que anima todos os povos, que, se não tomasse parte na luta, desapareceria como nação. Lentamente, se a vitória coubesse aos anglo-saxões, ou fulminantemente, se os germânicos fossem os vencedores.

De que lado enfileirar, então? Ao instinto do povo substituíam-se, em face das realidades, a resolução raciocinada das multidões, a que se dá o nome de senso comum, e levou-nos essa resolução, mais do que em qualquer outra época da nossa História, para junto dos ingleses.

Seria, de facto, absurdo, sinal evidente de doença grave no corpo da Nação, que quase a conduziria a uma rápida e repugnante decomposição, imaginar que Portugal se poderia colocar, em meados de 1914, ao lado da Alemanha.

Esse mal de imaginação principiou a aparecer, indicado por funestos sintomas, seis meses depois, e, ai de nós, ainda hoje dura.

Porque é meu dever dizer a verdade inteira, aquela verdade que constitui a essência dos livros de «memórias», verdade que, naturalmente, é para todos, mas que pertence ao homem que recorda o seu passado, — coisas graves e profundas tenho de dizer.

Que se abrace ou que se ponha de parte essa verdade, para mim é de pouca monta. O que importa é proclamá-la.

E assim, sendo a última guerra a continuação da Grande Guerra, ainda que separada dela por um longo período, a que, apesar da sua extensão no tempo, se pode dar o nome de tréguas ou de armistício, não se compreendem imediatamente as duas atitudes diversas de Portugal, em guerra com a Alemanha em 1914; neutral em 1939.

Bem sei que as circunstâncias de 1939 eram outras. Vejamos sob o ponto de vista militar.

O Exército português, em 1914, era no seu armamento e na sua instrução, sensivelmente idêntico aos outros exércitos europeus. Tanto a Monarquia, como a República tinham tido o elementar cuidado de o ir colocando apreciavelmente a par das forças armadas dos outros países,

nunca deixando que entre as tropas portuguesas e as melhores da Europa, se abrisse um abismo que difícil seria encher, quando uma guerra em que tivéssemos de tomar parte, estalasse.

Também é certo que a evolução da aviação como arma de guerra, de 1918 em diante, e o alto grau de eficiência que essa arma atingira na Alemanha em 1939, representava para o território português uma ameaça imediata, uma fácil destruição de vidas e fazendas, circunstância esta que nenhuma preparação militar tinha procurado prover de remédio nos longos anos de tréguas.

Quando era embaixador de Portugal em Londres, aí por princípios de 1925, e comecei a ver claramente o caminho por onde a Alemanha ia enveredando, iniciei uma série de conversas com várias entidades oficiais britânicas, diplomáticas e militares, sobre a necessidade de organizar o bloco de nações que teria de fazer face à Alemanha, na nova guerra, que tudo estava anunciando para breve. E assim ia trazendo à baila a preparação militar do meu país. O meu tema era, no que respeitava a Portugal, que a aliança anglo-lusa se devia alargar de modo que fosse possível armarem-se, os dois países, simultaneamente, em terra, no mar e no ar, com armas, instrução e organização militares o mais possível iguais.

Desta forma, ao rebentar a nova guerra e quando o jogo da aliança obrigasse Portugal e a Inglaterra a combaterem mais uma vez lado a lado, não existiriam os inconvenientes resultantes de diferença de armamento e de orgânica militar.

Fácil, é de ver o alto propósito de defesa e segurança nacionais, que me guiou nesta concepção.

Comuniquei ao governo da República a minha intenção, a natureza das minhas conversas, às quais tive sempre o cuidado de tirar qualquer carácter oficial. Disse que devíamos contar com uma guerra em breves anos; que me constava que a transformação dos armamentos, apoiada nas lições e experiências da Grande Guerra, estava sendo profunda; que na guerra passada, apesar de termos uma espingarda superior à do exército inglês, nos víamos obrigados a pô-la de lado para armarmos os nossos soldados com outra, igual à da infantaria inglesa; que as importantes questões do municionamento, dos sobressalentes e do aumento em número ou da

substituição de armas de várias espécies, seriam problemas resolvidos, desde que os dois exércitos estivessem igualmente armados.

Era na verdade de considerar o sentimento nacional que nos impelia para a organização de um exército caracterizadamente português, com armas e munições do seu invento e do seu fabrico. Mas, encarando friamente as realidades, tínhamos de reconhecer que o nosso atraso industrial não nos permitiria realizar essa ideia. De resto, ousava afirmá-lo, ou tínhamos de nos bater em qualquer guerra, para onde fôssemos conduzidos por altos interesses nacionais, ao lado da Inglaterra e com o seu apoio em tropas e armamento, ou não nos bateríamos. Não podia ser outra a nossa situação em tempo de guerra; seria portanto de elementar sabedoria, prepararmo-nos para ela em tempo de paz.

Na cópia do longo relatório, dirigido ao governo da República e de onde acabo de tirar este resumo, leio as seguintes palavras por mim escritas: «O governo não concorda com este meu modo de ver e não deseja que inicie quaisquer diligências a este respeito».

Tempos depois, um oficial general inglês, que conhecera as nossas tropas na Flandres, a quem tinha exposto as minhas ideias e que as abraçara com entusiasmo, disse-me que falara no caso no *Foreign Office* e que lá lhe tinham dito que uma organização dessa natureza, de um exército de qualquer nação estrangeira, seria contrária ao pacto das nações, sobre o qual assentava a Sociedade das Nações.

Pelos modos, principiava eu, por incompreensão por falta de adaptação ou de maleabilidade, a sair da vida pública que até então levava. Creio porém hoje que não carecerei de viver muitos anos para ver depois da derrota alemã, as nações que tomarem a peito evitar futuras guerras, mediante uma paz armada, terem as suas forças militares organizadas com aquela uniformidade que eu queria ver nos dois exércitos aliados, da Inglaterra e de Portugal.

Em 1914, tinha-se conseguido equilibrar o orçamento metropolitano, sem empréstimos, reservando-se na metrópole os futuros recursos ao crédito para depois de um período de repouso orçamental. Para as colónias, estavam a projectar-se imediatos empréstimos internos, a pagar em largos anos com o aumento dos réditos coloniais que esta aplicação de capitais

produziria. Reconhecer-se que «equilíbrio orçamental de verdade», em territórios atrasados, significa sempre estagnação, acompanhada pela miséria, se a população aumenta e a imigração diminui.

Na metrópole, se a olharmos na sua economia exclusiva, isto é, inteiramente separada da economia colonial, continuava a paragem originada pelas guerras civis do segundo quartel do século XIX e pelo *nirvana* político em que se caiu, logo que os absolutistas foram vencidos.

Nas colónias principiara, porém, uma nova vida, mesmo antes da primeira partilha de África, realizada na Conferência de Berlim, de 1884 a 1885. Pode dizer-se, recuando um pouco a época que fixei no tomo III destas «Memórias»⁽¹⁾, que foi esta atrabiliária e cínica espoliação de territórios portugueses que «despertou as admiráveis energias nacionais que tanto concorreram para o progresso das nossas colónias». Desse e doutros atropelos, que a este se seguiram, nasceu o alto e inestimável estímulo que «nos salvou da pior das decadências e que permitiu a nossa viril intervenção na Grande Guerra».

Na metrópole sentia-se essa pujança e vitalidade, ainda que muitos a confundiam com valor devido unicamente aos recursos e aos habitantes metropolitanos, mas pode dizer-se afoitamente que só e após a Proclamação da República a *Nação Única* principiou a formar-se e a metrópole a integrar o seu esforço no que tão notavelmente se estava exercendo, havia três dezenas de anos no ultramar português.

No período do actual século, que vai do seu início à Grande Guerra a culminância económica das nossas terras de além-mar foi atingida nos quatro anos de 1910 a 1913, que precederam o grande conflito mundial. É de notar que no primeiro desses anos foi proclamada a República e nos três seguintes teve lugar a admirável inflorescência da revolução republicana.

Em 1901, o movimento comercial do nosso ultramar foi de 9 milhões de libras-ouro. A média anual dessa actividade, comercial, representada em moeda esterlina ouro, foi nos quatro anos referidos, de 14 milhões de libras.

⁽¹⁾ Veja-se o tomo III das «Memórias e Trabalhos da Minha Vida».

Essa prosperidade manteve-se sensivelmente durante os cinco anos da Grande Guerra, graças a uma política colonial sábia e bem adaptada às condições do estado de guerra, e foi seguidamente aumentando após a paz, atingindo 20 milhões de libras-ouro em 1929. A partir desta data principiou a depressão, devida à crise mundial que se iniciou de 1930 a 1931, à queda de 30 por cento no valor da libra esterlina, e, sobretudo, ao mito do equilíbrio orçamental que, estendendo-se às colónias, quase as ia arruinando. A média anual do movimento comercial do nosso ultramar, nos quatro anos de 1935 a 1938, que precederam a guerra actual, foi de 10 e meio milhões de libras-ouro. Quase se regressou ao ano de 1901 na nossa economia monetária ultramarina. Valeu-nos, porém, uma melhor distribuição de riqueza naquelas terras atrasadas.

O país, que as despesas de uma guerra não tinham assustado em 1914, sentia-se pobre na sua metrópole e nas suas terras de além-mar e incapaz de arrostar com as despesas de um conflito armado. Bastaria o armamento e a organização de duas divisões à moderna, com todos os serviços de terra e ar correspondentes, para aniquilar todos os resultados de uma série de anos de política quase exclusivamente financeira.

No que respeita a política externa também as situações eram inteiramente diversas em Portugal, em 1913-1914 e em 1938-1939.

Na primeira data desenha-se com as mais negras cores o conflito entre a Inglaterra e a Alemanha, e Portugal tinha os maiores agravos desta última potência. Mas a sua aliança com a Inglaterra, a sua firme amizade, e simpatia pela França e a regra de procedimento, durante tantas dezenas de anos escrupulosamente seguida, para com a Espanha, de manter com ela as mais leais relações, mas sem de modo algum entrar em combinações ou acordos de ordem política ou militar, que alterassem ou destruíssem a nossa tradicional atitude perante o país vizinho, colocavam-nos numa posição de desafogo geográfico, que nos permitia entrar numa guerra que, sem dúvida, exigiria expedições marítimas.

Em 1939, na previsão de uma nova guerra mundial, a Alemanha, com a sua exuberância profunda do alto pensamento germânico conseguira dividir o mundo por meio de duas ideologias. Ao lado da mentalidade anglo-saxónia, que convinha manter e até exacerbar nos seus focos de

origem, principiou a erguer-se o pensamento político que tomou o nome genérico de *fascismo*, apesar do seu aparecimento na Itália ser devido à propaganda e à influência mental e económica alemã. Tendo a sua origem nas misteriosas lucubrações da alma eslava, sublimado pelo pensamento germânico, recebendo da Itália a forma compreensível e prática, que só o génio latino lhe poderia ter dado, apoiado pelos grandes e, na maioria, ocultos dirigentes da Igreja católica, o fascismo assoberbou vários países, abriu formidável brecha nas democracias francesa, belga e holandesa e alterou o caminhar político das nações balcânicas. No mundo, além dos anglo-saxões, só se salvaram da influência nefasta dos regimes totalitários, a Rússia, a China e a Turquia, não porque os não tivessem adoptado, mas porque os souberam ligar a verdadeiras revoluções sociais, que conduzirão ao estabelecimento de regimes democráticos.

Podíamos dormir tranquilos sob o manto cómodo do desinteresse colonial alemão, que à última hora surgiu e que tão oposto era a toda a política de dezenas de anos, de intensa expansão em África, à custa principalmente das colónias portuguesas.

Em 1914 sentia-se em Portugal um grande entusiasmo pela valorização dos territórios de além-mar. Pode dizer-se que as instituições republicanas devem, em grande parte, a sua existência no nosso país à dolorosa indignação que no povo português produziu a perda de enormes territórios coloniais.

Vão seguindo estas «Memórias», como o fio de um novelo, que vou desenrolando ao longo de cada volume. No tomo I algumas palavras publiquei para traçar a génese do movimento de 31 de Janeiro de 1891⁽²⁾. Os governos republicanos tomaram a peito remediar erros, omissões, negligências e desleixos imperdoáveis do passado e continuarem a obra colonial que Portugal tinha, com tanto brilho e heroicidade, executado de 1875 aos anos perturbados que imediatamente precederam a Proclamação da República. «Foi sufocado o movimento revolucionário de 31 de Janeiro, mas o protesto revelador da indignação da Nação ficou como fogo latente

⁽²⁾ Veja-se o tomo I destas «Memórias».

que, dezanove anos depois, havia de transformar-se na revolução vitoriosa que proclamou a República em Portugal», escrevi naquelas páginas.

Tenho que repisar este tema do estado de alma nacional em 1914, para poder encerrar a primeira parte deste capítulo com a afirmação da verdade inteira sobre os únicos motivos que levaram Portugal a intervir na Grande Guerra.

Quando me ponho a pensar na maneira como Portugal encara a existência dos seus territórios coloniais e vou diligenciando fazer correr diante de mim os anos da minha vida, convenço-me da dificuldade que teremos em transformarmo-nos numa grande nação com hegemonia bem marcada na África Equatorial e com clara hegemonia de nação colonial na Península Ibérica, resultante do comércio e navegação com terras suas, grande número de milhas marítimas distantes de Lisboa.

Grande tem sido a dificuldade de fazer compreender o que é a Unidade Nacional⁽³⁾. Quão poucos são os portugueses que, compreendendo essa Unidade, são capazes de a aplicar, de a praticar, de ter como guias constantes os seus aforismos orientadores:

«À valorização das colónias devemos dar o nome de valorização da Nação.

Não há política colonial; há apenas política da Nação; Realizar a Unidade Nacional e consolidá-la são os altos deveres da República».

É certo que na época do advento da República, com que se iniciou a Renascença em Portugal, interrompida por causas diversas, internas e externas, que constarão de um volume destas «Memórias», a que darei o título «O crepúsculo de uma Vida», mas que, creio-o firmemente, há-de reviver de novo em toda a sua pujança, — a mentalidade colonial adquiriu fulgor e força criadora, devido em parte, como disse, à propaganda republicana e, na parte principal, ao esforço dos oficiais da armada, do exército e dos funcionários administrativos coloniais.

Mas, já em 1914 muitos novos havia em Portugal que não sentiam os resultados da Conferência de Berlim, como eu dolorosamente os senti. Num

⁽³⁾ Veja-se o tomo I destas «Memórias».

livro que publiquei em 1924-25⁽⁴⁾, lê-se o seguinte, que pela primeira vez escrevi sobre a partilha de África de 1884-1885:

«A Nação teve de se conformar; e a servir de lenitivo à sua triste e humilhante conformidade apenas apareceu a esperança de que os territórios, que a Portugal foram deixados, seriam definitivamente e para sempre nossos. A geração portuguesa que estava nas escolas em 1885, e que poucos anos depois entrava na vida pública, não esqueceu as horas amargas em que assistiu ao derruir de enorme parte das suas legítimas aspirações em África. Essa lembrança explica muita coisa como muita coisa explica também o facto de não terem passado por esse transe os que estão agora a tomar posições na vida nacional, ou nela figuram há poucos anos».

Têm, por certo, estas palavras, mais segura aplicação, se as referirmos à época da deflagração da guerra actual.

Mas, repito, o que me importa é marcar bem o estudo do espírito nacional em 1914. E por essa razão peço que se leia o que escrevi nos três primeiros tomos destas «Memórias», que, directa ou indirectamente, se ligue com o perigo, que constantemente nos acompanha, de perdermos os nossos territórios coloniais, e que, ao que escrevi se junte, pois que tenho de diligenciar fazer cair falsas e malévolas interpretações dos motivos da intervenção de Portugal na Grande Guerra, o que vai ler-se.

Se me repetir, paciência. Tenho de pôr isto aqui, neste livro que trata da nossa intervenção na guerra.

Os homens que entraram no mundo português ao findar a sua mocidade ou no vigor da sua adolescência, depois de terminar o terceiro quartel do século XIX, e que tinham alma bem formada de portugueses, como acontecia à sua quase totalidade, viveram sempre sob a apreensão e o receio de lhes ser arrebatada a parte que ainda restava do património colonial, que os seus maiores tinham constituído. Reconheceram esses portugueses quão erradamente andaram em não aproveitar os longos anos, que se seguiram à queda de Napoleão, durante os quais os governos da Europa, entretidos em conseguir o enfraquecimento e a diminuição política-

⁽⁴⁾ «A Província de Angola», do autor. Porto, 1927.

-nacional da França em combates à Revolução Francesa, nenhuma importância davam aos territórios da África Equatorial, para desenvolvermos, ocuparmos e fixarmos os nossos domínios em regiões que abrangiam muito maior espaço do que aquelas que mais tarde formaram o «Mapa cor-de-rosa». Muito fizemos, sem dúvida, a partir de 1875. Mas já era tarde, por um lado, e por outro lado faltou-nos, em grande parte, o poder de realização.

Tive ocasião de exprimir este meu sentir, com as seguintes palavras de um discurso meu⁽⁵⁾:

«Quando principiei a dar no mundo os meus primeiros passos de adolescente, uma atmosfera cheia de ardor cobria a velha terra portuguesa. — Complexo de obscura reconstituição, de ânsia de engrandecimento, de protesto contra nefandas espoliações, de propósito firme de não mais deixar tocar na terra sagrada que nos pertencia. — O entusiasmo da Nação vibrava na celebração dos centenários de Camões e de Pombal, a voz dos poetas erguia-se a verberar o esbulho de territórios que descobríamos e ocupáramos, uma plêiade de homens ilustres, guiados ainda pelo alto espírito de Sá da Bandeira, que morrera tinha eu nove anos, metia mãos à obra da construção de um grande império, unindo e cimentando as regiões que os espoliadores nos deixaram. Principiaram então as grandes viagens africanas; pisaram-se com passadas de gigante, de costa a costa, terras que eram nossas. Surgiram os primeiros heróis. E as almas em formação dos adolescentes do meu tempo, bebiam nas palavras fustigantes de Gomes Leal, nas concepções geniais de administração colonial de Andrade Corvo, nas viagens de Serpa Pinto e de Capêlo e Ivens, e nos actos de inexcédível coragem de Caldas Xavier, a resolução inabalável do engrandecimento de Portugal, mais uma vez conseguido pela concentração das energias e dos recursos nacionais nas terras de além-mar. E todos nós lançámos mão à obra: aqueles que nos precederam e que foram os nossos mestres, os nossos guias e os nossos chefes, os que vieram depois de nós

⁽⁵⁾ Conferência realizada em Algés, em Abril de 1939.

e que nós, legitimamente, pretendemos guiar e dirigir com a nossa fé e com o nosso entusiasmo».

Nesta hora solene⁽⁶⁾, em que grandes perigos nos cercam, neste fim da minha vida, olho para trás, e contemplo o século decorrido de 1839 até hoje, e fico extasiado. Obra mais patriótica e mais humana nenhuma nação a executou em terras de África. São cem anos de ocupação comercial e administrativa do interior da África tropical. Mas a essa obra faltaram, infelizmente, as duas características essenciais das *tarefas ingentes* dos povos: a rapidez na execução e continuidade na acção.

Dois acontecimentos notáveis, reveladores da tendência e das aspirações da Nação, marcam o iniciar desses cem anos.

Em 1841, Silva Porto, então com 24 anos de idade, dá os primeiros passos para a realização do seu sonho, que de outros portugueses dos séculos anteriores herdara, da ligação comercial das duas costas de África. A sua extraordinária acção exerce-se de princípio no Barotze e nas cabeceiras do Zambeze angolano. Investido de funções oficiais por um governador de Angola, *marcha para leste*, a estender, sempre com esse rumo, a nossa influência comercial e administrativa. Se atrás dele tivessem caminhado os capitães mores e as forças militares, muitos vexames nos teriam sido poupados.

Silva Porto é o protótipo dos grandes sertanejos africanos. Metiam-se ao sertão com a ambição da fortuna, mas, dentro em pouco, subjugados pela vastidão das terras ricas e povoadas que eram nossas, pela grandeza da nossa missão civilizadora, o comércio passava a ser para eles apenas um meio de poderem criar ocupação e domínio portugueses. Transformavam-se em verdadeiros chefes, em mestres de política e diplomacia indígenas, e a obra que fizeram é admirável. Silva Porto é dos maiores entre os grandes portugueses de Angola, e em torno do seu nome se agruparam, e se agrupam ainda, muitos homens de acção nas duas costas de África, que ali implantaram e estão implantando a civilização portuguesa.

⁽⁶⁾ Estava realizando a minha conferência em Abril de 1939.

O outro acontecimento notável foi a criação dos seis distritos militares da Província de Moçambique, em 1840, tendo em vista a ocupação da «costa oriental» e a penetração para oeste. Um desses distritos tinha o nome de *Rios de Sena*. Desses rios, os principais eram o Zambeze, que nascia em terras de Angola, e que formava o lago Niassa, os que vinham do norte encontrar o Zambeze em Tete e no Zumbo, através das terras do Niassa e do que hoje se chama Rodésia Norte.

O impulso dado foi então enorme, mas poucos anos depois começaram a faltar a continuidade e a rapidez na execução. Em África, o que mais preocupava era a abolição da escravatura; na metrópole, tudo consumiam nesse meado do século XIX a luta de facções e o embate de confusas ideologias, em que havia mais interesse do que idealismo. Despertou-se lentamente, de 1870 a 1880, quando já se estava à beira do abismo. Se não tivéssemos perdido trinta anos, durante os quais poderíamos ter ocupado, livremente e facilmente, uma grande parte da África Tropical, não teriam surgido factos e acontecimentos que muito nos prejudicaram e doeram.

Os nossos conflitos, de 1888 a 1892, com a Inglaterra foram a origem de uma profunda transformação na nossa maneira de ser de nação colonial. A Monarquia deixou de existir em Portugal, anos antes da proclamação do regime republicano: a data da sua morte foi a do *Ultimatum* inglês: 11 de Janeiro de 1890. Foi desta data em diante que se definiu com precisão a tarefa ingente que a Nação está executando e que lhe cumpre levar rapidamente a cabo.

Reconhecemos, todos nós portugueses, desde essa data, que tínhamos de contar connosco quase exclusivamente para manter o que nos restava do nosso património, e que o melhor processo de o conseguir era valorizar esses territórios por forma tal, que a admiração do mundo se erguesse perante a nossa obra.

Os tempos passaram e outros factos se deram de alto valor para nós. Declarada a Grande Guerra, a Inglaterra invocou a velha aliança que a unia a Portugal e pediu-nos que nos batéssemos a seu lado. Esqueceram, para sempre, velhas contendas, e a nossa situação internacional fixou-se firmemente em bases de prestígio e igualdade comuns às duas nações

aliadas. Mas ficou a resolução, tomada em 1890, de, em tudo que respeita à nossa vida interna, nos bastarmos a nós mesmos.

É a natureza daquela tarefa ingente que me propunha apresentar.

Trata-se, como vereis, de trabalhos de «Hércules». E aqui cessa a transcrição da minha conferência. É esta *tarefa ingente*, que apenas me foi possível esboçar naquele breve discurso que tenciono largamente desenvolver num volume de *Memórias* que desejo publicar sob o título de «Missão Histórica de Portugal».

Na hora em que estou escrevendo, neste Natal de 1944, já está correndo o cinquentenário da culminância do esforço que no século a que me referi, de 1839 a 1939, Portugal soube realizar para erguer o seu império colonial, para o defender, para o conservar o mais possível intacto perante cobiças alheias. Praticaram-se durante esses cem anos, erros graves, faltas imperdoáveis, e sentiu-se sem dúvida, durante eles, essa força externa que produziu entre nós, a cada passo que dávamos ou tentávamos dar, a confusão, a hesitação e, muitas vezes, demoradas paragens. Estão-se erguendo perante mim, a mostrar-me essas quebras de energia, as lembranças dolorosas da minha vida.

Mas sinto, simultaneamente, o conforto da recordação de altos feitos, e entre eles sobrelevam os que se praticaram em 1894, 1895 e ainda em 1896, formando um conjunto da heroicidade militar e de supremo saber administrativo — os nomes de Mouzinho e de António Enes, ligados.

Mas logo a seguir começou mais uma vez a paragem, início de nova decadência, cansaço de tão grande esforço, as habituais interferências externas, que fatalmente se davam sempre que Portugal ia subindo a gloriosa ladeira. Refiro-me a tudo isto no tomo I destas «Memórias»⁽⁷⁾.

Em 1898 parti, quase deitei a fugir, para a Índia. Queria afastar-me da tristeza da vida pública portuguesa. Voltei retemperado, dez anos depois.

Bem sentia o povo português que um formidável inimigo dos seus destinos se erguera contra ele que às forças malévolas do passado se tinham juntado forças do presente, mais temíveis e enérgicas.

⁽⁷⁾ Capítulo XI da primeira parte do tomo I.

Tenho de mostrar, claramente, de que tremendo inimigo se tratava.

No meado do século XIX já tudo indicava que convinha ao mundo capitalista que Portugal deixasse de exercer domínio efectivo nas terras da bacia do Zaire, ou que com elas limitavam. Nós víamos, desde o tempo de Diogo Cão, o que representava o grande rio e o valor que poderia vir a ter a exploração dos territórios que constituíam a sua bacia hidrográfica. A política dos ingleses, afastando-nos e dificultando tenazmente o exercício da nossa soberania naquelas vastas regiões, tinha por fim, a constituição de uma reserva territorial para futuros empreendimentos. Mal sonhava então a Inglaterra que outros interesses lhe arrancariam a possibilidade de se expandir sobre regiões que havia quase cinco séculos eram nossas. Apesar da oposição britânica ocupámos o Ambriz, mas só em 1855 o fizemos. Continuámos, porém, a desenvolver o nosso comércio pela África dentro, ao longo das duas margens do Zaire. Os belgas poucas dificuldades tiveram, mais tarde, a partir de 1885, em tomar conta desses territórios, onde a influência e civilização portuguesas vinham, havia tantos séculos, abrindo caminho e transformando os indígenas.

Só em 1882 a Inglaterra reconheceu quão errada política tinha seguido, em contrariar os legítimos direitos do seu antigo aliado. Altos poderes se levantaram, que ela não poderia inteiramente contrariar, na situação de relativa inferioridade em que se encontrava então, para procederem à partilha de África. A bacia hidrográfica do Congo seria fatalmente arrebatada aos seus planos de expansão africana, facto este que faria perder a Portugal em favor de outras nações, a maior parte de Angola, sem proveito algum para a Grã-Bretanha; ao norte do Equador, a França constituiria um grande império colonial; e duas novas nações, a Alemanha e a esfinge que era então o Estado Independente do Congo, passavam a influir nos destinos da África. A Inglaterra viu que o seu aliado, mais uma vez, para alguma coisa lhe servia, e Portugal também mais uma vez reconheceu que nas grandes crises, só a Inglaterra, apesar das falhas amiudadas da sua aliança, lhe podia valer. Já era tarde. Muito conseguimos salvar, mas muito perdemos. O Tratado de 1884, pelo qual os nossos aliados nos reconheciam, tão tardiamente e ainda com reservas, os nossos direitos a territórios da bacia do Zaire, foi tomado pelas grandes nações, como hábil manobra britânica, destinada a

evitar que essas regiões fossem cair em mãos mais fortes que as dos portugueses.

E assim fomos para a Conferência de Berlim. Todos sabemos o que dessa reunião de ambições resultou para nós. Em meados de 1885 um sombrio desalento pesava sobre o país. O que se escreveu então para atenuar o grande desaire, para afastar responsabilidades dos delegados portugueses na conferência, não iludiu ninguém. Os direitos históricos nos territórios de África, foram abolidos para sempre; de futuro só a ocupação e a valorização da terra contariam.

O momento histórico que a Conferência de Berlim fez surgir em Portugal, exigia, acima de tudo, a mobilização de todas as energias nacionais para se ocupar e valorizar rapidamente a maior superfície possível, dos territórios africanos que nos restavam. Para tanto tínhamos de nos cingir à aliança inglesa, procurando trazer a Grã-Bretanha a um vasto plano de realizações conjugadas, pondo-nos inteiramente ao seu lado contra as pretensões expansionistas, que cada vez se revelavam mais formidáveis da parte da França, e, principalmente, da Alemanha. Seguiu-se pelo caminho contrário, a esta acção e a esta política. O resultado foi o *Ultimatum* de 1890, e, muito pior do que esse acto, foi o tratado de fixação de limites dos territórios portugueses em África, de Junho de 1892. Tudo isto ficou para sempre gravado na memória dolorida do povo português, e bem gravado estava na nossa memória, quando rebentou a Grande Guerra. Não quero de modo algum negá-lo.

Mas outro perigo maior se levantava perante nós. Era o desígnio da Alemanha, de constituir na África um grande império colonial que rivalizasse com o britânico, que o aniquilasse num futuro próximo. Todo o nosso grandioso esforço em Angola, em Moçambique e na Guiné, desde 1885 à Grande Guerra, heroicidade militar, como poucas vezes foi vista em terras de África, organização administrativa que muitas nações coloniais consideravam modelar, uma política indígena que sobrelevava a todas que nos últimos tempos foram seguidas, tudo isto foi devido à necessidade que Portugal sentia de afastar o perigo que o ameaçava.

A intervenção de Portugal na Grande Guerra foi exclusivamente devida à existência deste formidável perigo que impendia sobre as colónias

portuguesas. Tenho de dizer como esse perigo se manifestava e se revelava. E dito isto, tudo o que julguei essencial dizer até esta altura deste volume, estará dito e ligado entre si, nos nossos 800 anos de História.

Quando rebentou a Grande Guerra, havia em Portugal muitas pessoas que vinham seguindo atentas e apreensivas, as atitudes e o procedimento da Alemanha. Nos últimos anos, antes do tremendo conflito, ouvia-se falar a miúdo, na mentalidade germânica, nos conceitos definidos da alma alemã, no carácter da raça, nas necessidades geográficas, na *Mittel-Europa* e na hegemonia universal da Alemanha. É de notar que das discussões havidas resultava sempre uma singular grandeza, que envolvia os notáveis aspectos da vida social germânica, o que explicava o facto averiguado de existirem em Portugal numerosos admiradores da Alemanha, principalmente na classe militar, entre políticos com tendências para «pulso forte» e em vagos meios literários. Mas apesar desta sentimental admiração, tão do nosso feitio, aumentava o alarme da opinião pública portuguesa.

A Conferência que dispusera de terras nossas realizara-se em Berlim, sob a presidência do prestigioso Bismarck, em 1885; nomes portugueses da costa ocidental de África, como o de Angra Pequena, o dos Ilhéus e outros, eram substituídos por nomes alemães, e em territórios que sempre nos habituáramos a considerar portugueses, talhava-se a *Deutsche Sudzweste Afrika*, que se foi alargando, quase de mês a mês, para norte, até atingir o distrito de Benguela. Tivemos de levantar forte protesto para conseguir, em 1886, que se fixassem, ainda que imperfeitamente, limites mais a sul. Os territórios do Cunene a Cabo Frio, onde tínhamos incontestável posse efectiva, ficaram para sempre perdidos. Em menos de dois anos estenderam os alemães o seu domínio, a partir do pequeno estabelecimento de Luderitz, sobre uma superfície superior a 800.000 quilómetros quadrados. Pouco valia aparentemente essa região, era insalubre e de difícil ocupação e o seu único porto, Valfish Bay, continuava nas mãos tenazes dos ingleses; mas, limitada, a norte pelas terras férteis de Angola, a sul, pela província do Cabo, e partindo da sua fronteira oriental muitos caminhos que conduziam ao Orange e ao Transval, prestava-se admiravelmente à formidável expansão que a Alemanha projectava para um próximo futuro.

Foi admirável a rapidez como essa zona se encheu de colonos alemães dos dois sexos.

Não é meu propósito mostrar os passos dados e os actos praticados pelos alemães em África, a partir de 1885, a fim de tomarem as posições necessárias para aquela futura e grandiosa expansão, ainda que a sua narração e análise perfeito cabimento aqui teriam, pois intimamente se ligam com a nossa situação no continente negro e com a Grande Guerra. Limitar-me-ei a apresentar aqueles acontecimentos, que mais de perto se prendem com o nosso domínio ultramarino.

Na costa oriental de África praticaram os alemães, com a audácia e a oportunidade habitual, acto idêntico ao que tinham levado a efeito na costa ocidental, talhando uma nova colónia de um milhão de quilómetros quadrados, que tirava à Inglaterra e a Portugal grande parte do domínio, até então, partilhado entre as duas nações, dos grandes lagos africanos. As nossas legítimas pretensões sobre regiões de Zanzibar, diluíram-se por completo.

Fixou a convenção de 1886, o Rovuma, como limite entre os territórios de Moçambique e a nova colónia alemã mas, poucos anos depois, a Alemanha ocupava violentamente Quionga, ao sul do Rovuma junto da barra desse rio e, apesar das suas reclamações e protestos, viu-se Portugal obrigado, para que maior fatia não fosse talhada, a assinar a convenção adicional de Agosto de 1894, que nos tirou o domínio na foz do rio limite e em territórios a norte do Cabo Delgado.

Também a questão dos limites entre Angola e o Sudoeste africano trouxe ao nosso país sérias preocupações, dando origem a continuadas humilhações.

Combinou-se então, como disse no terceiro tomo destas «Memórias», constituir em «zona neutra» o território em litígio. O fim era evidente, tanto numa costa como na outra. Era necessário que os limites entre as possessões portuguesas e alemãs não ficassem definidos, que os territórios por onde passavam apresentassem as características de «terras de ninguém», a fim de no momento oportuno, na frase de Retzel, «o Estado mais poderoso poder atirar com as linhas fronteiras para dentro do Estado mais fraco».

Na ocasião das convenções de 1886, a nossa diplomacia mais uma vez praticou o erro grave de se afastar, da Inglaterra, ao realizar com a França e Alemanha os acordos para a fixação das fronteiras do ultramar português africano. O «Mapa cor-de-rosa» andou de mão em mão pelas chancelarias francesas e germânicas, antes de chegar ao conhecimento da Inglaterra.

Poucos viram, então, em Portugal, como se poderia ter evitado o *Ultimatum* e como em melhor situação nos poderíamos ter colocado sob o ponto de vista colonial. Mas nem Portugal nem a Inglaterra sabiam nessa data o que se estava tramando na sombra.

E como se tudo, o que acaba de dizer-se, não fosse bastante para criar no país uma atmosfera de desconfiança, de susto e de indignação, em consequência do procedimento, que se desenrolava em torno da existência de territórios tão nossos, começou a chegar ao conhecimento público, que entre a Inglaterra, nossa velha aliada, com quem tínhamos regularizado, então, todas as nossas questões coloniais, ainda que, por vezes, com o coração a sangrar, que conhecia bem o esforço tenaz e heróico que estávamos fazendo para ocupar e valorizar os territórios do ultramar, que as «conferências» e os «convénios» nos deixaram, e a Alemanha, a quem procurávamos não contrariar de modo algum na sua expansão colonial, junto da qual tínhamos sido sempre complacentes vizinhos — se estava tratando secretamente da partilha das colónias portuguesas.

Estou escrevendo estas palavras apenas como um escritor de «Memórias». Amplio o que já disse. Cada homem tem o seu feitio próprio de escrever para o público, e todos se devem curvar respeitosamente diante do seu dizer, quando nele, juntamente com a liberdade de pensar e a independência de crítica, se encontram a inteira exclusão de quaisquer ódios e paixões, a verdade e a justiça.

O meu fim é mostrar como a *questão colonial* e tudo que em torno dela se tinha passado nas últimas dezenas de anos, levou Portugal a intervir na Grande Guerra, e como esse acto teve todas as características históricas de um acontecimento nacional, que nenhum homem, nenhum partido, nenhum feudo podia provocar e muito menos realizar, como a intriga externa e as «divisões» internas tentaram afirmar, tal qual se deu, quinhentos anos antes, com a questão de Ceuta, em que não foi o rei, nem os infantes,

nem os nobres, nem os burgueses influentes, que fizeram velejar para o norte de África a grande expedição, mas sim a Nação inteira.

Em fins de 1897, chegam-nos de França as primeiras, ainda que muito imprecisas notícias, de que alguma coisa se tramava contra as nossas colónias; mas já em meados de 1898, se afirmava com segurança em Portugal, de norte a sul, em toda a parte, nas ruas e nos estabelecimentos públicos, como nas casas particulares, que as nossas colónias iam ser alienadas, partilhadas a troco de subsídios financeiros. Chegou-se a dizer, no estrangeiro, que se tratava «de herança de um moribundo ou de bens de insolvente».

Em 30 de Agosto de 1898 assinava-se em Londres, entre Balfour e Hatzefeldt, duas convenções. Transcrevi-as no tomo III destas «Memórias».

Esteve Portugal vinte anos sem delas ter conhecimento.

Apesar de tudo o que se tem passado no mundo, parece-me ainda impossível, como tais convenções puderam ser assinadas pelos representantes de nações de tanta grandeza material e espiritual, na metrópole excelsa da civilização mundial.

Felizmente tinha-se negociado a pele do urso antes de o matar.

O país ia cada vez mais reconhecendo que podia não só viver, mas também desenvolver-se e prosperar na metrópole e nas colónias, servindo-se apenas dos seus próprios recursos, sem necessidade de recorrer ao crédito do estrangeiro, de enfeudar o seu potencial de riqueza ao capitalismo universal. Por outro lado a Inglaterra viu que nada lucraria em deixar penetrar a influência da Alemanha nas suas relações com Portugal, e mais uma vez reconheceu, em face da guerra com os bóers, que da aliança anglo-lusa lhe podiam advir altas vantagens. A estas circunstâncias se deve o Tratado de Windsor de 4 de Outubro de 1899, que tirou às duas convenções de 30 de Agosto de 1898 parte do seu valor oculto. Parte apenas, note-se bem!

Portugal respirou, e com mais coragem e pertinácia continuou a entregar-se à valorização das suas colónias. Em 16 de Novembro de 1904, assina-se entre a Inglaterra e Portugal um tratado de arbitragem, nos termos da Convenção da Haia, de Julho de 1899, que é de incontestável valor para a estabilidade do nosso domínio do ultramar, e em cujos preâmbulos, mais uma vez, se confirma a amizade e a aliança existentes entre os dois países.

Proclamada a República em 5 de Outubro de 1910, «tentou a Alemanha — como diz nas suas memórias o príncipe de Bulow — fazer acordar a questão adormecida das colónias portuguesas». E tentou-o desde a primeira hora, visto que poucos dias depois da Proclamação da República, levantava, a Alemanha perante nós, mais uma vez, a questão da «zona neutra» e a do trânsito livre através de Angola.

Em fins de 1911 principiaram a circular em Portugal notícias idênticas às que se espalharam em fins de 1898. Uma nova tentativa de partilha das colónias portuguesas se estava a combinar em Londres, entre a Inglaterra e a Alemanha.

Em 15 de Março de 1912, o presidente do Conselho e ministro dos Negócios Estrangeiros do governo português declarava no Parlamento o governo da República sabia não existir tratado algum entre a Inglaterra e a Alemanha que contivesse, fosse o que fosse de natureza a ameaçar a independência, a integridade ou os interesses de Portugal ou de uma parte qualquer dos seus domínios. E concluiu dizendo: «faço ao Parlamento do nosso país, esta declaração com o assentimento dos gabinetes de Londres e de Berlim».

Esta declaração não tranquilizou a opinião pública, produzindo efeito contrário ao que se desejava.

O tratado, inteiramente desconhecido, então, pelo povo português, assinado em 1898, não se tinha rasgado, e se novo tratado, pior que o anterior, se não fizera ainda, estava, por certo, a elaborar-se.

Tudo o indicava.

A precipitada visita de lord Haldane, ministro da Guerra do governo inglês, a Berlim, em Fevereiro de 1912 e tudo o que a respeito dessa diligência diplomática se propalou, muito esclareceu também a opinião pública portuguesa. Era indispensável evitar o conflito iminente, e Haldane levava para esse fim latos poderes. Em breve transpirou terem ficado assentes em Berlim as bases gerais de novos acordos para a distribuição das zonas de influência das duas potências, na Ásia e na África. As colónias portuguesas mais uma vez estavam em jogo. Era esta a convicção geral em Portugal, após as declarações feitas pelo governo da República, em Março de 1912.

A publicação das «Memórias» do príncipe Lichnowsky, embaixador da Alemanha em Londres, de 1912 a 1914, e o que se soube depois de terminada a Grande Guerra, mostraram bem quanta razão tinha Portugal para se alarmar, quando essa guerra estava para rebentar.

A estas informações, vindas não se sabe de onde, outras se vieram juntar, e o mal estar foi-se tornando cada vez maior em Portugal, a partir dos primeiros meses de 1912 até aos meados de 1914. Tudo parecia indicar que um grave atentado se tinha consumado contra as colónias portuguesas. Falava-se em planos gigantescos de fomento de Angola, que se apresentavam como devendo ser financiados e dirigidos por alemães! Gizavam-se largos projectos de colonização, escrevendo em Agosto de 1913 um jornal alemão, que ao longo da linha férrea de Benguela havia mais de 30 mil quilómetros quadrados onde se podiam estabelecer 3 milhões de europeus; e uma companhia de navegação alemã já tinha afirmado, meses antes, no seu relatório anual, ser necessário ir preparando transportes para futuros colonos, pois que a Alemanha seria em breve admitida a compartilhar das possessões de Portugal na costa ocidental. Em Junho de 1913, comentava o jornal «O Século» um artigo do diário alemão a «Gazeta de Colónia», que desenvolvia um plano de trabalho destinado a aproveitar as férteis terras de Angola. Outro facto mais grave, e do qual tive conhecimento em Angola, dando dele imediata informação ao governo da metrópole, foi o da tentativa da transferência da influência de carácter político-financeiro, que a Inglaterra tinha então na Companhia do Caminho-de-Ferro de Benguela, para um grupo alemão.

Nas colónias portuguesas, mais do que na metrópole, se sentiam as ameaças e os perigos, que a todos traziam preocupados. Naquele meio, onde as questões de política partidária nenhum interesse tinham, onde e pensava, sem cessar, no que representariam para a Nação a perda dos seus territórios do ultramar, onde os colonos alemães, bem informados por certo, blasonavam de uma próxima ocupação germânica e para ela se preparavam ostensivamente, animados por visitas amiudadas de navios de guerra do seu país, que constituíam em regra um pesadelo para as autoridades superiores coloniais, colocadas em face de solicitações que, a serem satisfeitas, representariam graves quebras da soberania nacional. O estado de espírito

dos portugueses passara a ser de verdadeira indignação, quase de revolta, perante o que se estava dando.

Foi nesta altura, ao findar de Julho de 1914, que rebentou a Grande Guerra.

O que acaba de se ler e o que na primeira parte do tomo III destas «Memórias» escrevi — e lancei-o naquelas páginas pensando já na contextura deste tomo IV — mostra que o que a Nação teve em vista, desde a primeira hora, foi aproveitar a guerra, o melhor que possível fosse, para se obterem três resultados:

O *primeiro*, que a todos sobrelevava, consistia em desviar das nossas colónias os perigos tremendos que sobre elas impendiam;

O *segundo* desígnio do povo português era prestigiar-se com a atitude adoptada perante a contenda que acabara de declarar-se, por tal forma que ganhássemos a força necessária para poder realizar o Portugal Maior dos nossos sonhos seculares.

Tinha Portugal, finalmente, em vista aproveitar acontecimentos que certamente modificariam profundamente a situação internacional, para, não somente consolidar a sua aliança com a Inglaterra, mas também torná-la mais íntima e mais perfeita, e para evitar, de uma vez para sempre, que pudesse haver da parte da nação mais fraca a menor sujeição ou diminuição em face do grande poder britânico. A troca, dignificante e vantajosa, de benefícios mútuos entre as duas nações aliadas, deveria cobrir sempre, e cada vez mais, a necessidade que Portugal tinha de que um forte poder desviasse do seu caminho os salteadores que continuariam a tentar arrebatar-lhe o seu património territorial; por outro lado o dever das duas nações aliadas era procurar diminuir sucessivamente aquela necessidade de protecção de que o aliado mais fraco carecia.

Era isto que os portugueses de 1914 esperavam conseguir da sua atitude perante o inimigo da Inglaterra e da França, englobando num único fim, que era o *prestígio da Nação*, os fins que procurou atingir.

Portugal era então uma democracia. A poucos anos da Proclamação da República, a opinião pública do país manifestava-se livremente, abertamente e muitas vezes ruidosamente, pela imprensa, pelos comícios e pelos centros políticos que funcionavam, de norte a sul, em todas as localidades. O Parlamento,

constituído pelas duas Câmaras, estava funcionando, em ligação constante com o governo, com o Presidente da República e com a opinião pública.

Tudo o que acabo de escrever, desde a primeira linha deste capítulo, e o mais que não soube ou não pude dizer, estava no espírito e no coração do povo português. O sentimento nacional manifestou-se imediatamente e unânime, naquela primeira hora: na contenda que se tinha aberto, o país era inteiramente contrário à Alemanha; queria a guerra com ela.

Cumpria aos poderes executivo e legislativo da República encontrar a melhor forma de traduzir esse sentimento nacional.

De modo algum consentiria, então, o país, que se declarasse a neutralidade; mas não declarar a neutralidade e fazer o possível para não entrar na guerra, seria uma indignidade nacional.

Tínhamos, por outro lado, de manter a aliança com a Inglaterra, e de caminhar, também, sem a menor quebra da dignidade nacional, de acordo com essa aliança.

A ocasião era de molde — repito — a produzir o nosso engrandecimento, a aumentar o nosso prestígio, a conseguir paridade absoluta entre as duas partes, nas nossas relações com a Grã-Bretanha, a firmar para sempre a nossa posse sobre os territórios ultramarinos.

Foram estes os pensamentos, os princípios e os raciocínios orientadores dos portugueses, em Agosto de 1914, e esses Portugueses, em todos os pontos do país e em regime de plenas liberdades constitucionais indicavam o caminho a seguir pelas suas, por vezes ruidosas, manifestações.

Foram estes e só estes os motivos que levaram Portugal, desde o primeiro momento, a intervir no conflito, que rebentara. Direi nos capítulos seguintes como essa intervenção se efectivou. Por agora vou dizer quais os motivos que pretensos historiadores recentes representam, como únicos a presidir à organização das nossas expedições militares, a partir do início da Grande Guerra.

Esses motivos, descobertos muitos anos depois de terminada a primeira guerra mundial, constituem curiosos antecedentes, como reveladores de influências de carácter germanófilo e anti-nacional, existentes, em Portugal em 4 de Agosto de 1914, mas que a forte pressão da opinião pública não permitiu que se revelassem desde logo.

Mais uma vez, nestas já longas «Memórias», me forço para desviar o meu protesto contra afirmações que leio num livro recentemente publicado, e que afectam o prestígio e a dignidade do exército do meu país, à frente do qual tive a honra de me encontrar, de princípios de 1915 ao fim de 1917.

À pergunta que faz sobre quais seriam os motivos da intervenção na Grande Guerra, responde o autor daquele livro, depois de declarar ser difícil responder a tal pergunta, apresentando uma série de interrogações. Creio que a sua dignidade de oficial do exército — coisa muito difícil de perder — lhe deu rebate à consciência e o impediu de fazer afirmações categóricas.

E pergunta: não bastaria, no caso do triunfo inglês, que Portugal limitasse a sua comparticipação no conflito ao lado da Inglaterra, mediante apenas a cedência de bases, armamento e abastecimentos, para garantir assim a conservação, das suas colónias?

Respondo que a opinião pública portuguesa, em 1914, não consentiria uma participação desta natureza, por inteiramente contrária ao sentir nacional de então, em que predominavam a indignação pelo procedimento da Alemanha para conosco e a intenção de se pôr num pé de prestígio inabalável a vida da Nação; e que as pretensões erguidas na Conferência da Paz sobre as colónias portuguesas mostram bem o que teria acontecido aos nossos territórios do ultramar, se não tivéssemos combatido ao lado da Inglaterra e da França.

Outra pergunta: teria o governo português entendido que uma comparticipação activa valorizaria o regime republicano e afastaria a possibilidade de uma restauração monárquica?

Respondo, calando a expressão da minha estranheza em face de tal pergunta, que em Agosto de 1914, foi o país inteiro, pelo voto unânime do seu Parlamento e pelas manifestações concordantes da opinião pública nacional, que indicou o caminho a seguir, e que nenhuma consideração de regimes e muito menos de partidos políticos poderia ter influído no sentir nacional. De resto, o autor, que creio ser monárquico, bem deve saber que a maioria dos monárquicos, com o grande português que foi o rei D. Manuel, à frente, foram sempre partidários da intervenção de Portugal na guerra, ao lado da Inglaterra.

E outra pergunta ainda: Não se pensaria que na participação activa, ao lado dos aliados, contribuiria para realizar a unidade moral da Nação, e que, perante uma luta em que se jogava o seu destino histórico, desapareceriam ódios?

Confesso que eu e a maioria dos portugueses daqueles dias memoráveis de Agosto de 1914, pensaram que assim seria, mas sem que nenhuma consideração de predomínio partidário manchasse a limpidez das nossas aspirações de unidade nacional.

Ainda hoje, na hora turva que estamos atravessando neste findar de 1944, eu digo que nada desejaria tanto, como ver realizada a unidade da Nação, da qual tão longe estamos, e que para tanto me sujeitaria a todos os sacrifícios pessoais, que me fossem pedidos.

Ainda há outras perguntas, mas a essas não me permite o meu feitio responder.

Há, porém, uma pergunta que carece de resposta: «Porque não fez o governo português o que se está fazendo agora» (fins de 1941)?

Sei bem quais foram as razões que guiaram o governo em 1914, e longamente as expus nas páginas precedentes. Fiz a comparação das duas épocas, na parte em que entendi dever fazê-la. Mas ignoro, por certo, muitas das circunstâncias que levaram à proclamação da neutralidade, em Setembro de 1939. Verifiquei, porém, que a maioria do país não queria nessa data ir para uma nova guerra. Curvo-me, portanto, mais uma vez, respeitosamente, perante a vontade nacional.

Simplesmente direi que se não tivéssemos intervindo na Grande Guerra, como o fizemos de 1914 ao fim de 1917, não teria Portugal tido o prestígio necessário para proclamar a neutralidade em 1939 e para lha respeitarem.

Além do livro a que acabo de me referir, outro houve que poucos meses antes se publicou (Maio de 1941) e que também se esforça por descobrir os «porquês» da intervenção de Portugal na Grande Guerra.

É autor desse livro, um espanhol, que não consegue esconder, sob o manto do seu aparente combate do «republicanismo lusitano», a má vontade ao país vizinho e independente e, acima de tudo, o seu despeito perante a prova de vitalidade, de força e de energia que este país deu, organizando

expedições de real valor militar para lutar na África e na Flandres contra as hordas germânicas.

Sei que esse livro foi lido e saboreado por um grupo de literatos e intelectuais portugueses, que lhe conferiram um chorudo prémio monetário. Notei também que o autor tem quase sempre o cuidado de se encostar a livros de portugueses para diminuir o valor material, moral e nacional da nossa intervenção militar na guerra.

E assim, só me resta calar-me.

Pouco importa. Tudo o que julguei de essencial a dizer, ficou claramente dito.

B) A CAMINHO DA GUERRA

Na manhã de 4 de Agosto de 1914, foi-me mandado dizer pelo Sr. Dr. Bernardino Machado, então presidente do Ministério, que desejava falar-me. Consegui avistar-me com ele nesse dia, pela noite dentro.

Desejava o chefe do governo ouvir-me sobre a situação militar de Angola, em relação aos alemães.

Era eu, nessa data, governador-geral de Angola, e tinha vindo à Metrópole para tentar conseguir um empréstimo que permitisse dar largo desenvolvimento aquela província ultramarina. Tinha chegado a Lisboa em meados de Abril e andava desgostoso com a má-fé de que me sentia cercado no Ministério das Colónias, e estava resolvido a deixar o governo de Angola, quando a guerra surgiu.

Disse a Bernardino Machado ser convicção minha que, logo que se declarasse a guerra entre Portugal e a Alemanha, numerosas tropas alemãs, bem instruídas, bem comandadas e bem armadas, invadiriam Angola pelo Sul, e rapidamente se apoderariam dos portos de Moçâmedes e Lobito, dos dois caminhos-de-ferro que os serviam, e de todo o território da província até às terras de Bailundo e às da bacia do alto Cassai. Acrescentei que tudo me levava a crer que essa invasão estava preparada e que ela se poderia dar antes da Declaração de Guerra entre as duas nações. Era também convicção minha que, feita esta rápida invasão e a ocupação subsequente pelos alemães, seria difícil e demorado expulsá-los de Angola.

— E em Moçambique? — perguntou-me o chefe do governo.

Respondi que não conhecia bem a situação daquela província. Os alemães deviam ter forças importantes nos territórios vizinhos; mas Moçambique podia contar para a sua defesa, com tropas indígenas aguerridas e com forças da África do Sul, da Rodésia e do Niassa inglês, ao contrário do que acontecia em Angola.

— Julga então que não devemos declarar guerra à Alemanha? — foi a pergunta que se seguiu.

Disse que me parecia que a não podíamos declarar desde já. Tínhamos de nos preparar militarmente, tanto na metrópole, como nas colónias. Para Angola e Moçambique era indispensável mandarmos, sem a menor demora, fortes expedições militares, e devíamos diligenciar conseguir que os ingleses guarnecessem as nossas duas costas de África, com navios de guerra. O perigo da ocupação alemã de Angola e Moçambique seria tão grande para os ingleses como para nós. E informei o senhor Bernardino Machado de que tencionava ter uma conferência com o ministro das Colónias, para lhe dizer que era urgente embarcar para Angola forças expedicionárias importantes e que, pelo que me respeitava, resolvera embarcar no primeiro vapor para retomar o meu cargo de governador-geral. Tinha de chegar a Angola antes das nossas forças. Sentia-me deveras preocupado com o que se poderia dar, e muito provável julgava — insistia — que os alemães invadiriam Angola antes de se declarar a guerra entre nós e eles.

Vi por um gesto apenas esboçado do chefe do governo que nada mais desejava saber. Mas eu é que tinha mais coisas a dizer. Percebeu-o, sentou-se mais comodamente na cadeira e olhou-me, como a convidar-me a falar.

— Os ingleses sabiam — disse eu — o perigo que as nossas colónias de África corriam e quão fatais poderiam ser as consequências de entrarmos desde já na guerra com a Alemanha. Por outro lado, nenhuma nação pode gostar que outra, que é sua aliada, se declare neutral, quando um inimigo formidável a ataca.

— Os portugueses de Angola eram contrários à neutralidade do nosso país, e na metrópole, pelo que tinha ouvido, o sentir geral era o mesmo.

— Seriam precisos prodígios de equilíbrio...

Levantei-me para me despedir. Notei que pelo rosto sereno de Bernardino Machado perpassou um leve ar de preocupação. Nem uma única palavra disse sobre estas minhas afirmações e estendeu-me afectuosamente a mão.

Depois desta conferência as coisas modificaram-se consideravelmente, a meu favor, no Ministério das Colónias. Quando, passados poucos dias, falei com o ministro das Colónias, foi ele o primeiro a dizer-me que desejava que eu partisse sem demora para Angola, que era lá preciso... Eu sabia bem que, aí por fins de Julho, a minha exoneração era coisa assente.

Em 16 de Agosto, embarquei com destino a Angola.

Comecei então a subir a ladeira íngreme, cheia de espinhos que me traspassavam, e de calhaus que rolavam sob os meus passos, mal me deixando pôr os pés em terreno firme.

É esse caminho que vou indicar nestas páginas. Conheço-o em todos os seus pormenores e minuciosidades, pois que, como ninguém, o percorri e, também como ninguém, tive ocasião de olhar demoradamente, durante a minha embaixada em Londres, grande parte do terreno nacional e estrangeiro onde ele foi aberto.

Na indicação desse caminho terei de deixar fora da vista dos que me lerem, grandes porções dele, como curvas de estrada em terreno de montanha, que se escondem aos olhos de quem as contempla de longe. Assim será preciso.

Quem ler os documentos n.ºs 1 a 3 do «Livro Branco» português, publicado em 1920, sob o título «Portugal no Conflito Europeu», ficará convencido de que o governo português, perante a guerra inevitável, desejava a neutralidade e procurava declará-la e mantê-la, e que, se não tomou a atitude de neutral, desde a primeira hora, foi porque a aliança anglo-lusa o obrigou a consultar previamente a Inglaterra.

De facto, em 1 de Agosto de 1914, o Sr. Freire de Andrade, ministro dos Negócios Estrangeiros, telegrafa ao ministro de Portugal em Londres, Sr. Teixeira Gomes, dizendo-lhe que consultasse o *Foreign-Office* sobre a nossa atitude na eventualidade de uma guerra, e que convinha obter, sendo possível, quaisquer declarações que pudessem guiar com segurança, o nosso procedimento.

Em 2 do mesmo mês, pede o Sr. Freire de Andrade ao Sr. Teixeira Gomes, resposta ao seu telegrama de 1 e diz: «queira saber *Foreign Office* atitude da Inglaterra» e acrescenta: «*Precisamos manifestar nossa atitude, que só podemos desejar seja de neutralidade, mas não posso declará-la sem saber se a Inglaterra, a quem nos ligam tratados, não desejará de nós qualquer manifestação diferente*».

Na mesma data expede o Sr. Freire de Andrade aos srs. João Chagas e Sidónio Pais, ministros de Portugal em Paris e Berlim, o seguinte telegrama:

«*Estou tratando com Inglaterra saber qual sua atitude. Pela nossa parte, salvo exigência inglesa, invocada em vista tratados, procuraremos manter neutralidade*».

Tenho a certeza de que a minha memória me não atraiçoa; li, no mês de Novembro de 1944, que precedeu a data de 1 de Dezembro, em que principiei a escrever este tomo IV das minhas «Memórias», tudo o que dos meus «diários» e dos meus arquivos consta sobre estes históricos dias da vida nacional; e vejo que no governo que, em 1 de Agosto de 1914, estava à frente da Nação, apenas a forte personalidade do Sr. Freire de Andrade se esforçava, sem hesitações e com a convicção arreigada que de tempos passados lhe vinha, por levar Portugal para a neutralidade perante o conflito europeu.

A outra forte personalidade do ministério, o senhor Bernardino Machado, palpava a opinião do país, aguardava os acontecimentos e preparava, no seu culto e brilhante espírito, as fórmulas lapidares, que teríamos de proclamar ao mundo, conforme as circunstâncias.

Nas ruas de Lisboa e Porto a multidão congregava-se e ouviam-se os primeiros vivas à França, à Inglaterra, à Bélgica. Sentia-se que a Alemanha era o inimigo.

Mas não há dúvida que, de 1 a 4 de Agosto de 1914, Portugal foi neutral no seu Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Pouco escrevi no meu «diário» nestes dias perturbados do princípio de Agosto de 1914. Mas leio nele o seguinte, com data de 2: «Alguns minutos de conversa com Freire de Andrade. É partidário acérrimo da neutralidade. Disse-lhe que o conhecimento que tinha dos ingleses e do jogo

da aliança anglo-lusa me levava a supor que a atitude neutral de Portugal seria muito mal recebida no *Foreign Office*; mas que, por outro lado, era o primeiro a reconhecer que o imediato estado de guerra entre nós e a Alemanha representaria grave risco para as nossas colónias de África. Freire de Andrade disse-me que já tinha chamado para esse perigo a atenção de Teixeira Gomes».

E assim foi a primeira atitude diplomática de Portugal, perante o conflito europeu.

Na madrugada de 4 de Agosto recebeu-se no nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros a cópia telegráfica da seguinte carta que Sir Eyre Crowe (subsecretário de Estado do *Foreign Office*) escrevera, em 3, ao Sr. Teixeira Gomes:

«Meu caro ministro. O assunto em que me falou (atitude a tomar por Portugal) foi presente esta noite ao Conselho de Ministros. Sem poder neste momento dizer-lhe exactamente o que se passou na discussão, estou autorizado por Sir Edward Grey a (dizer-lhe que H. M. Government pede encarecidamente (Carnestly) ao governo português que suspenda por agora (to differ for the present) a publicação de qualquer declaração de neutralidade».

Teixeira Gomes, tendo sentido o mau efeito que produziram no governo inglês os desejos de neutralidade, que o seu ministro lhe transmitira (telegrama de 2 de Agosto tomou a iniciativa limitada que consta do seu telegrama de 4, para o Sr. Freire de Andrade: *«Atendendo à forma como a Alemanha está violando a neutralidade das pequenas potências, tirando-nos qualquer garantia de paz mesmo quando declararmos a neutralidade, comuniquei esta tarde ao subsecretário de Estado Crowe, que julgava interpretar sentimentos governo e povo português dizendo que em qualquer caso a Inglaterra nos teria a seu lado, o que confirmarei, se corresponder aos desejos do governo português».*

Estas últimas palavras tiravam qualquer valor nacional à comunicação do nosso ministro em Londres; mas no mesmo dia 4 o Sr. Freire de Andrade expedia-lhe o seguinte telegrama:

«*Conselho de Ministros aprovou declaração por V.^a Ex.^a feita Foreign Office*».

Também no dia 4, Sir Edward Grey expediu o seguinte telegrama ao Sr. Carnegie, ministro da Inglaterra em Lisboa:

«*Informe o ministro dos Negócios Estrangeiros de que, em caso de ataque da Alemanha contra qualquer possessão portuguesa, o governo inglês considerar-se-á ligado pelas estipulações da aliança anglo-portuguesa. Por agora o governo inglês ficaria satisfeito se o governo português se abstivesse de proclamar a neutralidade. No caso do governo inglês entender de futuro necessário fazer algum pedido ao governo português, que não seja compatível com a neutralidade deste último, apelará para a aliança como justificação de tal pedido*».

A principal parte desta histórica comunicação é a que revela a repugnância da Inglaterra por uma declaração de neutralidade por parte de Portugal. O verbo *abster*, que a tradução portuguesa do nosso «Livro Branco» adoptou, é no texto inglês *to refrain, reffrear*.

Outra parte da comunicação, refere-se ao auxílio que a Inglaterra nos dará no caso de ataque germânico às nossas colónias e a este assunto terei de me referir em próximo capítulo.

Com a parte final da sua declaração deu a Inglaterra um nó que jamais durante a guerra, Portugal deixou desatar.

E terminou assim esta segunda fase da definição da atitude de Portugal perante o conflito europeu.

Na madrugada de 5 de Agosto chegou o esperado telegrama do Sr. Teixeira Gomes, dizendo que meia hora depois da meia-noite se recebera na legação de Portugal em Londres a participação do *Foreign Office* de que existia o estado de guerra entre a Inglaterra e a Alemanha.

A imprensa portuguesa deu igual notícia durante todo aquele dia 5. Passou esse dia, passou todo o dia seguinte, e a ansiedade, a excitação, eram cada vez maiores no país. Qual era a atitude que Portugal tomava? E, coisa curiosa, eu que assistira, vinte e cinco anos antes, às violentas manifestações do povo português contra a Inglaterra, na ocasião do *Ultimatum*, via agora manifestações de igual violência contra a Alemanha. A indignação nacional refreada desde 1885, explodia agora contra a Alemanha, autora e, principal

consentidora de todas as *partilhas* e de todos os esbulhos que nos arrebataram grandes regiões ao nosso império colonial, contra a nação, cujos recentes propósitos de expansão colonial tinham por base a ocupação dos territórios de Angola e Moçambique.

«Era quase impossível deixar de dizer qualquer coisa ao país, telegrafava o Sr. Freire de Andrade ao nosso ministro em Londres, tal era o estado de excitação da população, especialmente em Lisboa e no Porto».

Em 7 de Agosto leu o Sr. Bernardino Machado, perante o Parlamento, a seguinte declaração:

Logo após a Proclamação da República todas as nações se apressaram a declarar-nos a sua amizade, e uma delas, a Inglaterra, a sua aliança. Por nossa parte, temos feito, incessantemente, tudo para corresponder a essa amizade que deveras prezamos, sem nenhum esquecimento, porém, dos deveres de aliança que livremente contraímos e a que em circunstância alguma faltaríamos. Tal é a política internacional de concórdia e de dignidade que este governo timbra em continuar, certo de que assim solidariza indissolavelmente os votos do venerando chefe do Estado com o consentimento colectivo do congresso e do povo português.

O congresso aceitou por unanimidade esta declaração.

O povo português viu apenas nela as palavras que se referiam aos deveres que nos ligavam à Inglaterra e à afirmação de que, em circunstância alguma, a eles faltariam. As manifestações populares em frente das legações e consulados da Inglaterra, da França e da Bélgica, em Lisboa, no Porto — e noutras cidades do país, foram grandiosas, e, apesar das diligências feitas por muitos dos manifestantes, palavras reveladoras de ódio à Alemanha foram erguidas, por entre as de simpatia e de glorificação aos países já em guerra com esta nação.

Recortei e coleí no meu «diário» esta célebre declaração e por baixo dela escrevi:

«Mal vai para as nações, quando elas são obrigadas a equilíbrios desta natureza. Não gosto desta fórmula, longa em demasia e especiosa. Custa-me ler esta declaração de amizade à Alemanha e à Áustria, pondo estas nações a par da França e da Bélgica invadidas. Talvez bastasse dizer que continuá-

vamos em paz com todas, aliados da Inglaterra e a seguir as palavras sobre deveres dessa aliança. O último período, a elogiar a nossa política internacional, para nada serve».

Só meses depois tive conhecimento do telegrama de 9 de Agosto do Sr. Freire de Andrade para o Sr. Teixeira Gomes, que para aqui transcrevo.

Esse telegrama mostra, antes de mais, que, apesar da «declaração parlamentar» de 7 de Agosto Portugal continuava a ser considerado como nação neutra no nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros; depois, que não fora o Sr. Freire de Andrade quem redigira a «declaração», e que a redacção por ele preferida estaria um pouco de acordo com a que lancei no meu diário; e finalmente que muito teria o nosso ministro dos Estrangeiros gostado que nada se tivesse dito publicamente sobre a nossa atitude internacional. Eis o telegrama de 9 de Agosto:

Declarei ao ministro da Áustria, que me procurou depois da declaração do governo na Câmara, e fiz saber indirectamente ao ministro da Alemanha que o governo português não tinha feito declaração alguma acerca da neutralidade e que portanto estava neutro segundo o Direito Internacional e assim estávamos, cumprindo os deveres que como tal nos competiam. Mas que tendo aliança com a Inglaterra e não podendo prever o futuro, poderia suceder que fôssemos levados a sair?, da actual situação, razão essa pela qual a neutralidade não fora oficialmente declarada. Declaração governo na Câmara foi que estava em paz com todas as nações, mas que em caso algum deixaria de cumprir deveres que lhe impõe aliança inglesa. Quase impossível deixar de dizer qualquer coisa visto estado excitação população, especialmente em Lisboa e no Porto.

No mesmo dia, 9 de Agosto, o Sr. João Chagas, nosso ministro em Paris, telegrafava ao Sr. Freire de Andrade, dizendo-lhe que a «declaração parlamentar» tinha produzido a mais lisonjeira impressão, mas terminava o seu telegrama comunicando que notícias telegráficas de Lisboa, publicadas nos primeiros jornais franceses da tarde de 9, diziam que o governo português, *posto não faltar compromissos aliança inglesa não renuncia*

neutralidade. E acrescentava: esta informação, que suponho destituída de fundamento, pois é contraditória, destrói completamente efeito primeiras declarações do Sr. Bernardino Machado.

Em telegrama de 11 de Agosto insiste o Sr. Chagas sobre tão melindroso assunto, dizendo que em França a opinião é que Portugal acompanhará a Inglaterra na sua guerra contra a Alemanha. Dá conta de factos que confirmam este modo de ver dos franceses e conclui da seguinte forma: *por mim tomei a liberdade de fazer sentir a V.^a Ex.^a que, depois formada esta opinião sobre a atitude de Portugal, seria desastroso para o nosso prestígio que o público tivesse de a modificar.*

Em 18 de Agosto, depois de outros telegramas igualmente azedos de João Chagas, resolve-se Freire de Andrade a expedir-lhe o seguinte: *nossa atitude concertada com a Inglaterra, com a qual estamos perfeito acordo. Não estamos hostilidade país algum, portanto neutros, mas neutralidade condicional.*

A palavra «neutralidade» ia perdendo, aos poucos, a sua significação.

E assim se encerrou a terceira atitude de Portugal perante o conflito europeu.

Quando em 15 de Agosto de 1914, véspera do meu embarque para Angola, me fui despedir do ministro das Colónias, disse-me Lisboa de Lima, sob o maior segredo e em resposta às minhas negras preocupações, três importantes e consoladoras coisas:

— A política de segredo que estou seguindo junto dos governadores das nossas colónias é a mesma do Freire de Andrade junto dos nossos ministros no estrangeiro. Devemos evitar por todos os meios que a guerra se declare entre nós e a Alemanha, antes de termos em Angola e Moçambique forças militares de valor, e na metrópole uma mobilização já muito adiantada.

— Estamos a preparar expedições para a África. A destinada a Angola deve lá desembarcar poucas semanas depois da sua chegada a Luanda.

— Já entrámos em combinações com a Inglaterra para se efectuar o mais rapidamente possível a cooperação das tropas portuguesas com as inglesas.

Enchiam-me o coração estas notícias.

Mas outras eu tinha colhido, aqui e além, nesta perturbada primeira quinzena de Agosto, que me despiam a confiança que as palavras do ministro me inculcaram.

Durante a minha viagem, de Lisboa para Angola, meditei muito no que se estava passando na metrópole. Não havia para mim dúvida que a maioria dispersa da Nação desejava que Portugal entrasse na guerra ao lado da Inglaterra; mas era certo também, que uma poderosa e organizada minoria, suggestionada por tradições que, havia séculos, se vinham acumulando, educada desde a infância a não sentir a Pátria com veemência e grandeza, convencida de que a força nacional, digna deste nome, só de fora nos poderia vir, guiada por dois elementos estranhos à Nação, um de ordem espiritual, outro de natureza material, mas ambos intimamente ligados, tudo faria para que Portugal continuasse a viver a vida apagada, de sujeição e de inferioridade internacional.

Nenhum desses grupos em que a Nação estava dividida, desde os primeiros tempos da sua História, queria ou temia a guerra, que mal sabiam eles o que era, o que havia de ser. Outros motivos, produtos íntimos das suas consciências colectivas, os impeliam. Estes dois grupos correspondiam a dois estados de alma nacional, antagónicos. Neles e com eles tem decorrido a História una, ora predominando um, ora outro.

O talento literário tinha conseguido reuni-los na amarga declaração parlamentar de 7 de Agosto de 1914. Por isso a aceitaram com inesperada unanimidade, a Câmara dos Deputados e o Senado.

Não a aceitou, porém, o povo português que nas praças e ruas das povoações do país, aclamou, nesse dia e nos seguintes, vibrantemente as nações em guerra com a Alemanha e tomou uma atitude inteiramente oposta à de qualquer procedimento que não fosse a de um rompimento imediato com a Alemanha.

Também hoje tenho a certeza de que a Alemanha e a Espanha bem compreenderam, então, ser essa a vontade da maioria da Nação.

Não conseguiu ainda Portugal perfeita unidade nacional, uniforme, harmónica, inquebrantável.

A pequenez territorial do berço, a crónica debilidade económica são, além das indicadas, as causas desta falta de unidade, criadora de antagonismos funestos.

Quando se deram os acontecimentos de 1914, havia quatro anos apenas que a República se tinha proclamado em Portugal. A mudança de regime fora devida à ânsia de engrandecimento da Nação que, havia cinquenta anos, fazia vibrar com intensidade cada vez maior aquela maioria dispersa. Proclamada a República, a vontade de ser grande, que constitui a essência nublosa de toda a História portuguesa, passou a afirmar-se com veemência nunca vista. O país interrogava:

— Qual a razão, de tão fraco poder económico, de tanta pobreza e de tanto atraso, quando são tão vastos e tão ricos ainda os nossos territórios do ultramar?

— Porque motivo nos vemos forçados a sofrer as agruras da emigração para países estranhos, quando sobram terras nossas para povoar e valorizar?

— Que sina nos obriga à humilhação de estarem estranhos a talhar, ano a ano, colónias nas terras que descobrimos, conquistámos e ocupámos?

— Será impossível organizar, a exemplo da Holanda, uma Marinha de Guerra; criar, a exemplo da Suíça, um exército, e organizar, a exemplo da Bélgica, a defesa das nossas colónias?

— Como explicar que as riquezas que o nosso trabalho e o nosso esforço têm arrancado, durante séculos, de terras portuguesas da Europa, da África, e do Oriente, pouco ou nada deixam no país e vão alimentar países estrangeiros?

— Não poderiam as actividades, que estranhos exercem nas nossas terras, ser apanágio de portugueses e apoiadas em capitais portugueses?

— Não é certo haver, na maneira como actua a nossa aliança com a Inglaterra, qualquer coisa que nos deprime?

Eram estas as perguntas simples, por vezes ingénuas, despidas de qualquer sistematização, que o povo português fazia. Informavam elas um protesto veemente, mas indicavam também um início de transformação.

O forte querer da Nação mostrava aos seus melhores filhos o caminho a seguir, impunha-lhes a realização de uma grande obra e fazia brotar do solo nacional os primeiros rebentos da almejada grandeza.

E a estas interrogações juntava o povo uma afirmação categórica: «Haja o que houver, queremos que se mantenham a independência e os territórios da Nação».

Na consciência colectiva dessa maioria dispersa, gravava-se para sempre a indignação que produzira a política exterior de D. Fernando; o povo português, esquecendo datas e ignorando factos históricos, sabia que em tempos remotos, atingira a maioridade com uma revolução triunfante que firmara a sua independência e aceitara as bases democráticas da formação nacional. Menos esquecera este povo, com concentrada cólera, que dois séculos depois, a obliteração das características democráticas da Nação tinha permitido a perda da independência, durante sessenta anos, e a destruição das tão características instituições democráticas portuguesas; sentia, como ferida a sangrar ainda, o retalhar do império africano português, que, após a implantação do regime liberal, homens apenas preocupados com a política interna, com a consolidação da nova ordem de coisas, com a criação de novas oligarquias, de novos privilégios e de novos interesses que substituíssem os antigos, deixaram efectivar na *Conferência* e no *Acto de Berlim*.

Principiaram então os homens da República, ainda animados pelo fogo sagrado da propaganda, a tentar pôr no seu devido pé tudo o que respeitava à vida política interna, colonial e externa da Nação. Arejar a casa, deixar entrar a jorros o ar e a luz na vida nacional, acabar para sempre com a corrupção dos negócios públicos, suprimir conluios e segredos, viver vida o mais possível comum, e sempre à vista de todos, eram então dizeres de cada hora. Fazer nas colónias uma obra formidável de valorização e de civilização, dignificar a aliança inglesa, e, como resultado dessa dignificação e da obra colonial a erguer, marcar entre as nações do mundo, e principalmente perante a Espanha, um lugar de destaque.

Uma nova vida se iniciava, vida de grandeza e de glória.

Foi ao surgir dessa nova vida que os antagonismos latentes, naquela minoria personificados, tomaram forma.

Ouvia-se dizer que voltáramos de novo a ser dominados por sonhos e fumos de grandeza estonteante, a caminhar para dores e angústias supremas, a teimar em sair da modesta e triste, mas tranquila condição da nossa vida; que um grande vento de loucura soprava sobre nós; e que era necessário reagir.

Eram as figuras circunspectas do Conselho de D. João I, a oporem-se à expedição a Ceuta, *os velhos do Restelo* a invectivarem os *Navegadores*.

Neste antagonismo nacional, que merecia ser ponderado, enxertava-se, desgraçadamente, o antagonismo pessoal. Se aquela marcha para o engrandecimento da Nação se transforma em triunfal, haveria um triunfador...

E a cabala rastejava.

Destruir com energia, próxima da violência, o primeiro e mais leve desses antagonismos, reduzir violentamente a pó o segundo, seria talvez o caminho a seguir. Mas tudo na nascente e sublimada democracia se opunha ao emprego de meios violentos, e é ainda este, felizmente, o temperamento político que nesta hora nos anima a quase todos.

O advento da guerra, a participação que, em maior ou menor grau, nela teríamos de tomar, ao lado da Inglaterra e da França, rasgava-nos largos horizontes. Uma nova e mais forte esperança renascia em nós: a de podermos realizar rapidamente todas as aspirações nacionais, e mais do que qualquer outra, e como consequência da camaradagem das armas, a unidade e a harmonia de todos os portugueses.

Sem essa unidade, sem essa harmonia, sem essa camaradagem, sem o respeito mútuo de uns pelos outros, das opiniões dos outros, nunca poderíamos ser uma Nação digna deste nome.

Tínhamos, desde esta primeira hora, a certeza da vitória dos Aliados, sentíamos que esta guerra seria a nossa guerra, que dela resultaria a posse perene e tranquila dos territórios do ultramar e que passaríamos após a vitória, que seria a nossa vitória, a ocupar no mundo a posição que nos compete como grande nação colonial.

Mas aí de mim. Durante os primeiros quinze dias de Agosto, na qual com tão intensa vida, procurei medir o sentir da Nação, passadas as primeiras horas de entusiasmo e de aparente unanimidade, devidas a

concentração momentânea daquela maioria dispersa, que unida, tudo levou diante de si, principiei a ver que as profundas e fundamentais divergências principiavam a aparecer.

Não temos o menor poder militar — afirmava aquela minoria organizada. Dificilmente poderemos mandar expedições para as colónias, e as que se conseguirem mandar serão, à moda antiga, apenas preparadas para defrontar bandos de pretos mal armados, e reconhecerão a sua inferioridade em organização e em armamento logo que pela frente lhes apareçam tropas alemãs. Se nada valemos militarmente é economicamente, para que pensar sequer em tomar parte nesta formidável guerra? Só a posição de rígidos neutrais nos convém. Proclamemos pois a neutralidade absoluta. Que devemos nós à aliança inglesa? perguntavam.

De resto o mundo vai mudar, diziam também; a vitória da Alemanha é certa e o germanismo vai dominar o Mundo. E nestas afirmações encontravam uma grande satisfação, a realização de íntimos desejos, acumulados de geração em geração, num viver de séculos como corpo estranho, como excrescências no organismo da Nação.

E para mim, mais do que tudo, era doloroso verificar que os grandes chefes se não colocavam, em tão grave e tão solene momento, à frente da Nação. Bernardino Machado, apesar dos seus admiráveis e altos predicados, nunca poderia ser um bom chefe de um governo com o encargo de conduzir uma guerra. As suas incontestáveis e admiráveis qualidades de cidadão e de político, talhavam-no para o supremo lugar de chefe de um Estado democrático. Mas os outros grandes chefes, Camacho, Afonso Costa, António José de Almeida, porque os não via eu, unidos e apoiando-se, a conduzir a guerra... Camacho, com a sua superior inteligência, com o seu poder de jornalista, com o prestígio do seu carácter e com o seu desinteresse de filósofo, quase consagrava os *defectistas*, que estavam surgindo do solo nacional adubado com a intriga germânica; Afonso e António José davam-me então a impressão de se deixarem ir de baldão com os seus partidários, para longe das tremendas e necessárias responsabilidades.

O país tinha que esperar pela hora cruel, em que a vergonha e a ignomínia lhe viessem bater à porta.

O barco que me conduzia ia-se aproximando de Angola. Via surgir, pouco a pouco, em épocas longínquas na costa e no interior, as grandes províncias portuguesas da África Equatorial, estendendo-se de mar a mar, entre os dois trópicos. Via chegar outros povos, iniciarem-se, e consumarem-se as partilhas e reduzir, se cada vez mais a enorme região que descobríamos, ocupáramos em grande parte e sobre a qual deixáramos para sempre a civilização e a espiritualidade dos homens de cor branca.

E agora, nas fronteiras do que nos restava, estavam a juntar-se os últimos chegados, as antigas hordas germânicas com o seu secular propósito de dominar o mundo inteiro.

Talvez fosse ali que tivéssemos de travar batalhas, só nossas, de mostrar a uns e outros a impossibilidade de sermos neutrais na guerra, dia a dia mais violenta, ia eu pensando durante aquela, para mim tão lenta, navegação em direcção a Angola, a bordo do «Zaire».

Desembarquei em Luanda, em 2 de Setembro de 1914. A quase totalidade dos colonos e dos funcionários não esperavam a minha volta. O que ia eu lá fazer? perguntavam alguns.

Ocupar o meu posto de chefe supremo, civil e militar. E nele me conservaria até que me deitassem fora como uma coisa incómoda.

CAPÍTULO II

A PREPARAÇÃO DA INVASÃO DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE PELA ALEMANHA

A) AFIRMAÇÕES

Primeira afirmação: a falta de preparação e a ausência de objectivos nacionais do povo português, em 1914.

Não estávamos em 1914 preparados, como povo, para nos defendermos das cobiças de estrangeiros; como força armada, para nos defrontarmos, a breve trecho, com igualdade de meios, com forças de nações civilizadas; como Estado, para rapidamente visionarmos a nossa missão e aproveitarmos a guerra, que veio ao nosso encontro e que de forma alguma provocámos, não somente para a conservação do que possuíamos, mas também para reivindicar parte do que tinha sido nosso.

As energias nacionais superaram em grande parte a falta de preparação do povo, do exército e da armada. Fizeram-se os *milagres* do costume, o *muito com pouco* de toda a nossa História. Mas ideais políticos não se improvisam e poucos foram aqueles que viram bem, e menos ainda os que se sentiram com forças para ir em África além das fronteiras actuais, saltar em Angola o Cunene para restabelecer o nosso domínio até ao Cabo Frio, passar em Moçambique o Rovuma para ocupar uma parcela do que nos pertencera.

A ocasião passou e não voltará mais...

Mas quanto à preparação do povo e do exército, que do povo deve ser uma emanção, temos de a conseguir, e cheguei a convencer-me de que a lição da Grande Guerra não se perderia e que enveredaríamos, desde a primeira hora, por caminho novo, e nos ocuparíamos a fundo, da segurança e defesa do território nacional.

Já passaram sobre a Conferência da Paz vinte e seis anos, cinco dos quais de guerra atroz, e por certo não é exagero dizer que nos encontramos pior do que estávamos em 1918.

Pelo que respeita a Angola, alguma coisa, no meu tempo de alto-comissário, delineei e principiei a efectivar. Disso tratarei, como parcela de um grande conjunto, noutra volume destas «Memórias».

Segunda afirmação: a uma Declaração de Guerra, feita por nós à Alemanha nos primeiros dias de 1914, corresponderia o imediato envio de forças invasoras alemãs para as fronteiras sul de Angola e norte de Moçambique.

Se, em 7 de Agosto de 1914, em lugar da declaração prolixa e dúbia que o governo português fez ao Parlamento e que tanto custou a compreender às chancelarias europeias, pondo em tratos de polé as imaginações de Teixeira Gomes, João Chagas e Sidónio Pais, para explicarem, de modo a tranquilizar os governos junto dos quais estavam acreditados, — se, naquela data, tivéssemos declarado abertamente a guerra à Alemanha, o ataque que os alemães da África Oriental fizeram a Maziúta, em 24 de Agosto de 1914, não teria ficado por ali, e uma forte invasão do território de Moçambique, se lhe teria seguido.

E, quanto a Angola, as tropas do Sudoeste Africano, mobilizadas desde meados de Junho de 1914, e com o seu comando supremo informado diariamente por meio de rádios da Alemanha, recebidos na estação de Winduk, do que se ia passar na Europa, e quase diariamente, do que se ia passando em Angola, pelos seus agentes, que no nosso território exerciam espionagem, sob a direcção do vice-cônsul alemão no Lubango, do côsul-

-geral alemão em Luanda e da curiosa e tão extraordinária missão alemã que, na primeira quinzena de Abril de 1914, o governo português deixara seguir para o sul de Angola, encontrar-se-iam na fronteira sul, em qualquer ponto do rio Cunene, antes de terminar o mês de Setembro de 1914 e, portanto, muito antes da chegada das nossas forças expedicionárias a Moçâmedes.

Baseio nos seguintes dados esta minha afirmação: O «incidente» de Naulila, que os alemães afirmam ter sido a causa da sua invasão de Angola, deu-se em 19 de Outubro de 1914 e, segundo os dados de que dispomos, o governo alemão do Sudoeste Africano resolveu, em 29 de Outubro, fazer seguir para o norte uma força militar com ordem de invadir Angola. Em 12 de Dezembro essa expedição atingiu a margem sul do Cunene. Levou, portanto, o máximo de 44 dias de marcha a alcançar a fronteira portuguesa.

Se Portugal tivesse declarado a guerra à Alemanha em 7 de Agosto, não tenho a menor dúvida em que, o mais tardar a 10 do mesmo mês, a expedição invasora alemã marcharia para norte e atingiria o Cunene em 23 de Setembro de 1914, quere dizer, antes de ser possível encontrarem-se no planalto de Huila forças expedicionárias nossas.

Por essa razão afirmei na entrevista que tive com o Sr. Bernardino Machado que não estávamos em condições de declarar guerra à Alemanha e pedi, na ocasião da minha já referida despedida, ao Sr. Lisboa de Lima que acelerasse o envio de forças para Angola, pois que talvez a Alemanha não pusesse de parte todas as suas intenções a respeito das nossas colónias pelo simples facto de ler a declaração de 7 de Agosto.

A guarnição do sul de Angola era, em Agosto de 1914, a seguinte:

Duas secções de artilharia de montanha, um esquadrão de dragões, uma companhia europeia de infantaria e quatro companhias indígenas. Havia, disperso pelos numerosos fortes do sul de Angola, mil espingardas e dois milhões de cartuchos, muitas centenas de granadas, quatro metralhadoras Nordenfeld e dois canhões revólver, destinado tudo isto a armar pessoal indígena e europeu, que não existia.

Cai-me a cara de vergonha ao dizer o estado desta pequena força. Mas devo dizê-lo.

A artilharia constava de três peças Elirardt, das quais uma estava em Cafina, outra no Evale e a terceira no Damaquero, mas sem escorvas. O efectivo da bateria era de 40 praças, minadas pela malária, pela sífilis e pela tuberculose.

O esquadrão de dragões tinha um efectivo de oitenta solípedes, grande parte dos quais eram mulas, e as praças brancas não chegavam a vinte. Os arreios eram péssimos e velhos e não havia na colónia seleiros capazes de os consertarem. Muitas das cabinas estavam inutilizadas e faltavam bastantes armas brancas.

A companhia europeia de infantaria tinha um efectivo nominal de 120 praças, das quais a terça parte estavam incapazes, por doença, de qualquer serviço activo.

As companhias indígenas tinham, em média, um efectivo de 140 pretos cada uma, enquadrados com 12 cabos e soldados europeus, uns e outros mal fardados, andrajosos por vezes, mal instruídos por falta de oficiais e de sargentos, por deplorável desleixo também. O pagamento dos seus vencimentos andava em atraso de meses.

A estes indígenas não soubéramos dar nenhum valor militar.

No resto de Angola pouco mais havia, e seria impossível deslocar quaisquer tropas para sul, dadas as frequentes manifestações de agitação das populações indígenas, muito trabalhadas pelos agentes alemães.

Suponhamos agora, como disse, que uma expedição invasora alemã marcharia, na hipótese de uma Declaração de Guerra entre Portugal e a Alemanha, para o Cunene e chegaria a este rio fronteiriço em 23 de Setembro de 1914. Outras forças não teríamos para lhe opor, além das mencionadas, visto que os dois vapores, conduzindo a primeira expedição portuguesa, enviada de Lisboa para Angola, só chegaram a Moçâmedes em 27 de Setembro e 1 de Outubro, tendo partido de Lisboa em 10 e 11 de Setembro, e que impossível seria terem partido muito mais cedo.

Se as forças invasoras alemãs fossem iguais às que Franck comandou para a invasão que conduziu ao *combate de Naulila*, a sua composição seria:

- 2 Companhias europeias de infantaria montada;
- 2 metralhadoras;



Distribuição de material ao Esquadrão de Dragões,
na Humpata, em 21 de Novembro de 1914,
antes da partida para Naulila, onde foi
quase totalmente massacrado

1 bateria de montanha, com 4 peças;
1/2 bateria m/96, com 2 peças;
1 posto de T. S. F.

Os efectivos eram 38 oficiais combatentes, 2 médicos, 3 oficiais auxiliares, 450 praças europeias e 150 indígenas armados⁽¹⁾.

Certo seria que os alemães atravessariam facilmente o Cunene, ocupariam rapidamente as regiões dos Cuanhamas, Cuamatatas e Euales, organizariam militarmente estes povos e atingiriam rapidamente o Lubango e as linhas férreas de Moçâmedes e Benguela.

Pelo lado do Cubango bastariam pequenas forças alemãs para fazer a ocupação e para avançar para norte, com o genio revoltado.

Tudo isto estava dentro dos limites do possível, e foi a visão desta possibilidade que me levou a pedir, a implorar quase, que mandassem rapidamente forças para Angola e que me obrigou a embarcar para retomar o meu lugar, no primeiro vapor que partiu para Angola, depois da declaração de 7 de Agosto, nove dias depois desta declaração.

Ainda hoje me custa a compreender a razão que levou os alemães a aceitarem aquela declaração. Quando vi o que foram as manifestações populares no país, quando tive conhecimento da visita do ministro da Áustria a Freire de Andrade, em 8 de Agosto, e quando soube, naquela angustiada segunda semana de Agosto, quão perto estivemos da imediata abertura da guerra com a Alemanha, tremi pela sorte de Angola.

Franck dentro de Angola, colónia sob todos os pontos de vista superior à África Oriental Alemã, poderia fazer muito mais do que fez von Lettow na outra costa. O que teria sido então a nossa sorte!

E eis como eu, partidário intransigente da guerra com a Alemanha, não queria que ela se declarasse antes de nos prepararmos na África para lhe fazer face.

⁽¹⁾ Voltarei a referir-me a este pequeno efectivo, quando adiante tratar do combate de Naulila e suas consequências.

Terceira afirmação: A Alemanha tinha preparado com grande antecedência a invasão de Angola e Moçambique, com forças das suas colónias da África Ocidental e Oriental.

Quando, em 29 de Julho de 1914, se reuniu em Potsdam, o Grande Conselho Militar que resolveu a entrada da Alemanha na guerra com a Rússia, a França e a Bélgica, declarando-a ou praticando imediatamente actos que mais significativos fossem do que a sua Declaração de Guerra, havia muitos anos que a diplomacia alemã, os agentes em Portugal e nas colónias e as autoridades alemãs do Sudoeste Africano e da África Oriental Alemã estavam a preparar a invasão de Angola e de Moçambique. Logo que a guerra rebentasse estes dois territórios coloniais portugueses seriam invadidos.

Deve, porém, notar-se que, do lado da África Oriental, o que mais interessava aos alemães era o Congo Belga. Eles sabiam bem, então, e convencido estou que também o sabiam em 1939, que nunca poderiam submeter a Inglaterra e que apenas poderiam aspirar, após uma vitória no continente europeu, a uma hegemonia temperada nesse continente e à efectivação de partilhas coloniais e de alargamento de esferas de influência, já esboçadas entre as chancelarias alemã e britânica.

Moçambique, inteiramente nas mãos dos alemães, constituiria um constante obstáculo ao livre desenvolvimento da acção anglo-saxónica na África Central e do Sul e o Império Britânico nunca poderia permitir a ocupação alemã dos territórios portugueses ao sul do Zambeze.

Em Angola a situação era inteiramente diferente. Desde que a Inglaterra foi vencida, em 1884 e 1885, na Conferência de Berlim, deixando constituir o Estado Livre do Congo, perdendo qualquer domínio na grande bacia do Zaire, inteiramente partilhada entre belgas, franceses e portugueses, permitindo a formação dos blocos territoriais franceses, a norte dessa bacia, e dos blocos territoriais alemães nas costas ocidental e oriental de África, pouco lhe passou a importar a nossa colónia de Angola. Pelo contrário, para os alemães, esse território português subiu consideravelmente de importância. Com ele, com o Congo Belga e com o que já tinham largamente talhado na África Oriental, constituiriam a zona de costa a costa, dos seus projectos.

Os três primeiros tomos destas «Memórias» vêm cheios de factos, acontecimentos e procedimentos, que mostram a preparação alemã. Pensava já neste tomo IV quando deles dei conhecimento nas páginas dos três primeiros. Era minha primeira intenção, ao iniciar este tomo IV das minhas «Memórias», fazê-lo preceder de uma análise de conjunto sobre a expansão alemã no ultramar. Principiei os meus estudos sobre este palpitante assunto, em 1894, depois de Portugal ter assinado com a Alemanha, em 30 de Agosto desse ano, a convenção que nos arrebatou o *Triângulo de Quiônga*.

Quando, em 5 de Dezembro de 1917, se deu no nosso país o movimento de rebelião militar, cujos principais fins eram terminar a intervenção de Portugal na guerra em curso, destruir a aliança inglesa fazer uma aliança com a Espanha e com, a Alemanha e acabar com a constituição democrática, entre outros papéis, documentos vários e artigos, mais ou menos valiosos, que levaram da casa que habitava em Lisboa e que foi assaltada e saqueada, havia uma pasta onde estava o original de um pequeno livro, produto de muitos anos de trabalho. No papel que o envolvia estavam escritas por mim palavras que indicavam tratar-se da formação político-nacional dos territórios do ultramar, em capítulos sobre as descobertas, a ocupação e os esbulhos que outros nos fizeram.

Era trabalho para rever cuidadosamente, para conclusão, se possível fosse, e para lhe pôr a *confirmação* da vitória para que estávamos concorrendo e que acabaria para sempre, pensava eu, com os esbulhos que tinham acompanhado os nossos esforços de descobridores de terras e de seus civilizadores.

Felizmente, muitos apontamentos e duplicados de várias páginas me ficaram e tinha tudo o que escrevera na memória e no coração. Mas nenhuma energia é tão grande como a que é necessária para reunir os bocados dispersos ou partidos de uma obra com entusiasmo realizada. Nada custa mais do que fazer de novo; e doloroso é também resumir com a certeza de que qualquer resumo equivale sempre a uma diminuição de valor da obra completa.

Contentar-me-ei, por esta razão, em chamar a atenção dos meus leitores para a modesta introdução com que abro este tomo e para o que escrevi, sobre a nossa situação internacional, nos três tomos de «Memórias» já publicadas.

Muito proveito se tira da leitura da «Memória justificativa das Reclamações Portuguesas sobre os prejuízos que a Alemanha nos causou com as invasões dos nossos territórios da África».

É esse notável trabalho, da autoria do ilustre jurisconsulto Prof. Barbosa de Magalhães, delegado do governo português no Tribunal Arbitral respectivo.

A origem da colónia alemã que veio a ter o nome de Deutsche Sudwest Afrika foi o estabelecimento, em 1884, de uma pequena indústria não se sabe bem de quê, num terreno do Sudoeste de África, situado na Baía da Angra-Pequena, na costa dos Ilhéus.

Ao local da fábrica deram os alemães o nome de Luderitzbucht, tirado do nome do dono do terreno. Pouco tempo depois já na imprensa inglesa se falava na Luderitzland. No princípio de 1885 assinavam a Alemanha e a Inglaterra uma convenção que estabelecia os limites dos territórios do Sudoeste Africano, que estas duas potências consideravam como seus e que eram realmente portugueses e prolongamento de Angola. Por esta convenção, a região situada entre o rio Orange e o Cabo Frio e limitada a leste pelo meridiano de 20.º foi considerada como totalmente alemã, com excepção apenas de Walfish Bay e das pequenas ilhas de Angra-Pequena, que os ingleses mantiveram sob o seu domínio.

Nos tomos já publicados destas «Memórias» disse como a Alemanha desviou para norte, do Cabo Frio para o Cunene, o limite destes territórios, cedidos por uma nação à qual não pertenciam, sem que nós, os únicos e legítimos donos, fôssemos para tanto ouvidos, e como os alargou para leste de modo a oscular toda a fronteira do sul de Angola com terras da sua colónia do Sudoeste Africano. Toda a fronteira entre os dois territórios, português e alemão, se conservou, porém, indecisa, apesar do Tratado de 1886, com o fim evidente de se levantar a habitual querela, logo que a ocasião se apresentasse. À Alemanha não bastaram os 835.000 quilómetros quadrados, em que transformara o pequeno terreno de 1884, e a ocupação de Angola continuava a ser para ela uma obsessão, que bem claramente se evidenciou na convenção anglo-germânica de 1898 e nas negociações de Lichnowsky de 1912 a 1914.

Tive, pouco tempo depois de chegar a Angola como governador-geral, em meados de 1912, inteiro conhecimento do «*Angola Bund*».

Naquele mesmo ano, um alemão criava na colónia do Sudoeste Africano uma associação com aquele nome, que em português equivale, mais ou menos, a *Liga de Angola*, cujos principais fins seriam, dizia o prospecto alemão, «formar em Angola um complemento indispensável do Sudoeste Alemão, indispensabilidade indicada pela facilidade com que o trigo e outros géneros alimentícios se produziam em Angola, quando a terra da colónia alemã nada produzia, e pela existência de um magnífico porto, a Baía dos Tigres, que Portugal de maneira nenhuma utilizava e que seria um admirável elemento de progresso quando aproveitado». Os membros do Bund seriam alemães e portugueses, principalmente recrutados entre os residentes do Sudoeste Africano e do sul de Angola. Formar-se-ia com esta liga de interesses que breve se transformaria numa reunião de territórios, «uma nova e grande Pátria», dizia também o prospecto. E continuava: «devemos possuir um porto que sirva todo o norte da nossa colónia e é certo que nenhum possuímos. Pode parecer imoral que seja nosso desejo enriquecer à custa dos portugueses, mas hoje e daqui em diante, são e serão os mais fortes que devem dirigir os negócios».

Havia, em seguida, no mesmo prospecto de propaganda, disposições de natureza mais terra a terra. Os membros da Liga seriam auxiliados pela «instituição» que assim se criava, nos seus negócios e nas suas empresas.

Fui informado de que alguns colonos portugueses do sul, ainda que muito poucos, se tinham filiado no *Angola Bund*. Mandei-lhes dizer que deixassem de pertencer a tão híbrida associação. Se o não fizessem, teria de os mandar embarcar para a metrópole.

Principiei então a compreender bem quanto as metrópoles de nações que querem conservar as suas características de nações coloniais (*imperiais*, como estupidamente hoje se diz) devem ter o maior cuidado em amparar os seus colonos e ajudá-los na vida árdua dos empreendimentos de além-mar, em desenvolver os territórios do ultramar com os recursos da nação que os possui, em conseguir a *unidade nacional* sob todos os pontos de vista e mormente a *unidade territorial* e a *unidade económica*.

Foi uma empresa gigantesca a de constituir tão vasto domínio colonial; mas maior será ainda para Portugal a de o manter e desenvolver.

Empresas desta natureza exigem sacrifícios em vidas, saúde, dinheiro, comodidades e até vaidades.

Se esse caminho não se quiser seguir, só outro se abre, aquele que conduzirá à desistência da empresa, da segunda, está claro, pois que a primeira foi realizada por Portugal, como nenhum outro povo foi capaz de a realizar, e estará perenemente arquivada na História da Humanidade.

Meses depois de ter conhecimento da formação do *Angola Bund*, e já a guerra se estava a aproximar rapidamente de nós, chegaram ao meu conhecimento actos que alguns colonos portugueses do sul de Angola estavam a esboçar e de que ainda hoje sinto a dor e a vergonha.

A deplorável situação financeira em que a administração metropolitana, exercida pelo Ministério das Colónias que continuava a ser o digno sucessor do Ministério da Marinha e Ultramar, que a República não soubera transformar, limitando-se apenas a mudar-lhe o nome, colocara Angola; a nenhuma acção que os governadores gerais e os seus conselhos podiam exercer em matéria financeira; o regime de subvenções anuais à colónia para cobrir os seus «déficits» orçamentais, feitas sempre com atraso e com má vontade, deram origem à existência de títulos ou «confissões de dívidas» passadas pelos Serviços de Fazenda de Angola e representando fornecimentos ou serviços feitos ou prestados ao Estado e não pagos. Estes documentos ou «títulos da Fazenda» eram negociáveis e endossáveis.

Logo que tive conhecimento da existência destes títulos de dívidas públicas, vi os graves inconvenientes que resultavam da sua circulação e tratei de empregar todos os meios ao meu alcance para os evitar, pagar e recolher. Assim se ia fazendo, mas com forçada lentidão. As despesas em atraso de pagamento montavam a 1.026 contos-ouro, quando cheguei à colónia; no resto do ano económico de 1912 a 1913 ficaram em dívida despesas no valor de 320 contos-ouro.

Ao findar, porém, o ano económico de 1913-1914 tudo isto estava pago e não havia qualquer despesa em serviços em dívida a comerciantes, fornecedores ou empreiteiros. Valeram-me principalmente os abonos da metrópole, que nos dois anos económicos de 1912 a 1914 somaram uns

1.000 contos-ouro, uma grande economia e escrupulosa administração dos dinheiros públicos, e o aumento apreciável de receitas que se ia conseguindo.

Os instantes e continuados pedidos que fazia à metrópole para abonar a Angola subvenções maiores do que as anteriores, foram sempre acompanhados pela minha afirmação da absoluta e instantaneidade de acabar com as dívidas em atraso e com a inconvenientíssima confissão dessas dívidas por meio dos documentos do tesouro a que acabo de me referir.

Em breve reconheci que o mal não acabaria com subvenções da metrópole. Mas isto é história a contar noutro volume de «Memórias».

Em princípios de 1914, fui informado de que os agentes do *Angola Bund* no sul de Angola andavam a diligenciar adquirir aqueles documentos, mediante endosso dos seus possuidores, alguns dos quais ainda que poucos, estavam dispostos a fazer a transacção que lhes era proposta em condições vantajosas e com a maior insistência.

Reuniram-se todas as migalhas que existiam nos cofres públicos e com o auxílio do Banco Nacional Ultramarino, todos os títulos ainda em dívida foram imediatamente liquidados.

Foi esta, junta a outras a que me referi nos tomos anteriores, uma das fortes razões do meu firme propósito de não voltar a desempenhar funções de governador colonial, se não me fossem dados, a mim e aos conselhos da colónia, poderes plenos para não deixar criar situações desta ou idêntica natureza.

Revelou-se ainda o propósito dos alemães invadirem e ocuparem Angola, logo que a guerra rebentasse, por muitos outros acontecimentos. Vou referir-me aos principais e mais característicos.

Corroboraria a minha afirmação de que a Alemanha se estava preparando de há muito para invadir Angola pela sua fronteira sul, a narração de acontecimentos que se deram ao longo daquela fronteira, antes da Proclamação da República. Mas como essa exposição sairia um pouco do âmbito destas «Memórias», limito-me a aconselhar a leitura do livro «Sul de Angola», do grande ocupador do Cubango, o ilustre oficial do Exército português, João de Almeida, e a lembrar o que disse no tomo III destas «Memórias» a respeito da *Zona Neutra*.

Vamos pois a factos passados depois de 5 de Outubro de 1910.

Os alemães estavam sempre alerta, esperando qualquer incidente que lhes permitisse realizar os seus intentos de prosseguir no esbulho de terras portuguesas. A Proclamação da República em Portugal apareceu-lhes como ocasião própria, dadas as perturbações nacionais que sempre as profundas mudanças de regime originam, para levantarem questões litigiosas e perturbarem as águas límpidas da nossa política internacional.

Em Julho de 1911 recebia o governador-geral de Angola, meu antecessor, o seguinte telegrama do governador-geral do Sudoeste Alemão, Dr. Seitz: «Conforme informações do posto alemão de Kuru, foram vistas, em 14 de junho, tropas portuguesas nas proximidades de Chimenha, em território alemão, a obrigarem indígenas e os seus gados a segui-las, apesar de aviso feito no dia anterior pelo posto alemão. Protesto contra invasão fronteira e peço Vossa Excelência muito respeitosamente dê instruções ao posto português da fronteira para respeitar limites. Vou em consequência disto mandar para o Cubango uma grande força militar».

O governador-geral de Angola deu conhecimento deste telegrama ao governador do distrito da Huíla e acrescentou: «Harmonia ordens do governo Central, dê instruções evitar qualquer conflito, visto não estar delimitada fronteira e ser preciso não dar pretexto menor reclamação governo alemão e na dúvida ceder».

Principiávamos a subir o caminho áspero e doloroso das cedências. Poucos meses depois tomava conhecimento deste telegrama e de humilhações semelhantes. Por esta e outras razões hei-de morrer sem compreender como pode haver germanófilos no meu país.

Nada do que dizia o governador alemão correspondia à verdade. Era uma *querela* alemã preparada pelo comandante do posto de Kuru, o sargento alemão Ostermann, executor sinistro da chacina do Cuangar, em 31 de Outubro de 1914.

Silva Nunes, a inclita figura do sul de Angola, encontrava-se no Humbe e dali informava imediatamente o governador da Huíla no seguinte telegrama: «Queixa governador alemão é falsa. O posto não tem tropa volante; Chimenha está na zona neutra e não há lá gentio. Vou mandar escoteiros urgência. Receio muito que ida de uma força alemã à fronteira do Cuangar seja pretexto invasão e origem complicações para nós».

Pelo mesmo tempo era o comando militar do Evale informado por um padre das Missões do Espírito Santo que na embala dos Cuanhamas se encontravam três carros alemães a vender armas e munições.

Tudo se ligava. Alvorecia o reinado do soba Mandume, que os missionários alemães tinham procurado moldar e educar; ao longo da fronteira movimentavam-se forças alemãs e, ao mesmo tempo, o governador alemão acusava-nos de violadores do seu território; no Cuanhama tínhamos as portas rebeldemente fechadas, não só ao nosso comércio, mas a toda e qualquer comunicação, e os alemães operavam ali livremente e forneciam àqueles indígenas rebeldes armas de guerra.

O seguinte telegrama do governo de Lisboa para o governador-geral de Angola, com data de 5 de Agosto de 1911, mostra que a cabala que se preparara no posto alemão, de comando de um sargento, subira dali ao governador-geral alemão, que, por sua vez, o fizera subir ao governo de Berlim:

«governador-geral, Luanda. Governo Berlim diz tropas portuguesas invadiram território alemão proximidades Chimenha e violentaram gentio sob soberania Alemanha. Mande com urgência averiguar por oficial competente. (a) ministro.»

Em 24 chega de Lisboa mais outro telegrama:

«governador-geral, Luanda. Consta que Alemanha enviou para a fronteira sul de Angola uma expedição de 200 homens e meia bateria de metralhadoras a fim de socorrer Ananga em Karing-Kuru e ocupar Ovampo. Convém tomar todas as precauções de vigilância. (a) ministro.»

Este Ananga era um chefe preto que os alemães tinham levado a passar-se do nosso território para o deles. Uma das suas funções, como agente alemão, era levantar constantes conflitos de fronteira, invadir o nosso território e roubar gados e mulheres ao gentio sob a nossa soberania.

Em 21 de Setembro de 1911, o governador da Huíla recebe do governador-geral de Angola mais este telegrama:

«Recebi telegrama seguinte do ministro que transmito, pedindo informações para responder: governo alemão diz ter sido destruído pelas nossas forças o posto de fronteira de Cubango e que as forças portuguesas

se preparam para atacar o território alemão. Apesar disto ser inverosímil é absolutamente precisa máxima cautela em evitar qualquer pretexto conflito, vistas condições política europeia. Caso tenha sido destruído forte mande V.^a Ex.^a levá-lo com a maior urgência mesmo lugar e, evitando qualquer invasão nosso território, proíba qualquer incursão nossa zona em litígio na fronteira até questão ser decidida pela comissão de delimitação que provavelmente será nomeada.»

Ora estas afirmações do governador do Sudoeste Africano e do governo de Berlim, ou o que de mais alto seja, eram redondamente falsas, e essas entidades supremas, de modo algum podiam deixar de saber que se tratava de uma falsidade.

Nenhum posto, casas, forte alemão fora destruído, nenhuma invasão ou tentativa de invasão de forças nossas houvera em território alemão. Apenas uma patrulha portuguesa, em funções de polícia, procurou prender em território português o Ananga e recuperar o gado que ele tinha roubado a indígenas do nosso território. A gente do Ananga estava armada e houve troca de tiros.

É certo também que a força de 200 homens de infantaria montada e seis metralhadoras chegou perto da nossa fronteira no Cuangar, em 14 de Setembro de 1911, que houve visitas dos oficiais alemães ao posto português e que dois ou três dias depois essa força alemã retirou para sul, internando-se no território alemão.

Porquê? A Alemanha sentiu que ainda não tinha chegado a hora da conquista de Angola.

Preparara-se em meados de 1911 um *raid* à Jameson. Foram seus agentes ocultos o sargento Ostermann e o oficial de reserva Max Ziegler, o eloquente propagandista do *Angola-Bund*. Chegaram a marchar as forças necessárias para a fronteira sul de Angola na região do Cuangar, comandadas por um major e tendo por oficiais um capitão e cinco subalternos. Segundo o depoimento do *africaner* Scholtz, no processo que lhe foi instaurado por espionagem em Angola, a força alemã retirou em virtude de ordens urgentes chegadas de Berlim para não se iniciar qualquer ofensiva contra o território português.

Foi também logo a seguir à Proclamação da República, que principiaram as exigências vexatórias e humilhantes alemãs, sobre a *zona neutra*.

Tendo-se combinado, bem ou mal, legal ou ilegalmente, a existência de uma zona definida por dois paralelos, distantes de 11 quilómetros, que se manteria até se fixar de comum acordo o Paralelo limite, tendo nós retirado dessa zona as nossas guarnições e as nossas autoridades militares e civis, revestiam sem dúvida, forma de provocação, as exigências da Alemanha, de desmantelarmos fortes, que representavam feitos heróicos, e de não prendermos dentro daquela zona criminosos do território de Angola que nela se refugiavam.

Tudo isto se ia sabendo, contando e comentando em Portugal, onde o povo se habituou, ao longo da sua História, a ouvir e a calar tudo o que tocava na sua dignidade, no seu prestígio e nos seus interesses fundamentais, esperando pacientemente o momento de agir. E assim se foi acumulando no coração dos portugueses a indignação que, com surpresa de muitos, tão grande se revelou e tão vibrantemente se manifestou naqueles primeiros dias de Agosto⁽²⁾.

Outra indicação da maneira como os alemães tudo estavam preparando para a primeira invasão de Angola, foram as suas *exigências* pois que outro nome se não pode dar às suas diligências diplomáticas de então — para abrimos de par em par as portas do nosso ultramar ao comércio mundial. É uma longa história, que principiou a desenhar-se com as primeiras conversas do ministro da Alemanha em Lisboa, seguidas da visita de apoio amigo do ministro da Inglaterra, em fins de 1912. O governo português fez o que podia ter feito para adiar os inconvenientes de práticas excessivas de comércio mundial livre, conseguindo circunscrever a questão unicamente ao território de Angola e publicando, o mais tarde possível, o decreto de 17 de Novembro de 1913, a que já fiz larga referência⁽³⁾.

⁽²⁾ Julgo dever pedir que se leia o que digo no tomo III destas *Memórias*. Nessas páginas palpitam dores nacionais.

⁽³⁾ *Ibidem*.

Em Angola, depois dos incidentes que se deram, no princípio do segundo semestre de 1912, com as canhoneiras alemãs, e da chegada de um cônsul de carreira, que foi cuidadosamente escolhido pela chancelaria de Berlim, houve na colônia tranquilidade aparente, no que respeita às relações dos colonos portugueses com os colonos alemães. Passou a reinar severa disciplina no procedimento dos súbditos germânicos, e os conflitos e as discussões desagradáveis, tão frequentes quando, em 17 de Junho de 1912, cheguei a Angola, desapareceram por completo. O cônsul-geral alemão e os colonos alemães de mais cultura e distinção, timbravam desde então em não faltar aos cumprimentos e atenções que a pragmática e a etiqueta deixavam fixavam como devidas ao governador-geral e que eu nunca dispensei quer aos nacionais quer aos estrangeiros, que viviam em Angola. Nos dois aniversários da Proclamação da República, a cujas festas presidi — o de 1912 e o de 1913 — não deixaram de comparecer canhoneiras alemãs a apresentar cumprimentos e a tomar parte nessas festas.

Consequira o que me fora possível conseguir. Que o nome português, a República Portuguesa e a autoridade suprema de Angola fossem respeitadas e homenageadas nas condições em que o deviam ser. Mais não estava, infelizmente, nas minhas mãos. Poderia ter estado e bom teria sido, que assim tivesse sucedido. Mas, nesse tempo, falar em latas atribuições dos governadores gerais, depositar neles plena confiança, deixar de resolver os mínimos assuntos coloniais na metrópole, depois de os analisar, a tantas milhas marítimas de distância, por meio de uma lente deformadora, era coisa que fazia pôr os cabelos em pé à burocracia colonial do Terreiro do Paço.

Em todo o caso deixem-me dizer, nestes momentos quase de última confissão, que um homem digno deste nome, com envergadura bastante para não se sentir vergado sob as responsabilidades e a grandeza de uma missão como de chefe, governador, orientador, guarda e propulsor de uma parte da Terra como Angola, não deixará de exercer essa missão como sabe, pode e julga dever, sem se importar com limitações que balofos pigmeus lhe queiram impor.

Foi o que eu fiz, apenas pondo à minha acção um limite, aquele que me era fixado pelos altos interesses, pela dignidade e pelo prestígio de

Portugal. Quando esses altos interesses, essa dignidade ou esse prestígio estavam em jogo, eu cedi sempre, não somente perante as ordens do ministro, mas também sob a observação patriótica do mais obscuro dos portugueses de Angola. E quando entendi que não devia ceder, retirei-me. Duas vezes aconteceu assim, ambas elas com o coração a sangrar.

E assim, e ao dar balanço à minha vida, reconheço quão pesado foi o fardo que o destino me deitou durante longos anos sobre os meus ombros, e apuro enlevado que, apesar do meu feitio inadaptável a sujeições, nem uma parcela sequer daqueles altos interesses foi por mim desperdiçada e que nenhum dos meus actos concorreu para diminuir ou empanar a dignidade ou prestígio do meu país.

Neste fim de 1913 e princípios de 1914, não me tranquilizava a ordem e o sossego em que viviam os colonos alemães. As minhas informações diziam-me que os comerciantes alemães estavam a exercer de preferência o seu comércio na parte sul da província, com base numa linha de casas comerciais alemãs, ou ligadas a alemães, em Catumbela, Benguela, Caconda, Huambo, Bié e Alto Cuanza. Faziam-se viagens de carácter comercial em direcção ao sul de Angola, dizendo os seus dirigentes que estavam procurando estabelecer o intercâmbio comercial entre Angola e o Sudoeste Alemão com evidentes vantagens para as duas regiões. Que as minas de Tsumeb iam passar a exploração muito intensa e que a Alemanha estava estudando com afinco a irrigação do Calaári, que muito concorreria para a expansão agrícola e comercial das duas regiões vizinhas, Ovampo alemão e Moçâmedes português.

Por outro lado, os colonos alemães que tinham profissão de agricultores deixavam, em grande número, as terras que cultivavam na bacia do baixo Cuanza e iam concentrar-se nas concessões agrícolas, feitas a patrícios seus no sul da província.

Uma missão de pretensos etnólogos, que muito em contacto estiveram com os indígenas do sul, visto que um dos seus principais fins ostensivos era adquirir objectos de arte indígena para um museu de Berlim, apesar da minha oposição a essas compras perante o governo de Lisboa, dividiram-se em dois grupos e pediram licença para saírem de Angola, atravessando para o Sudoeste Alemão, com os seus carros bóers. E lá foram com um dos



Antes das estradas.
A pitoresca lenidão dos carros bóers

grupos ao longo do Cubango, outro pela linha do Cunene, rios que tiveram tempo de sobra para bem reconhecer, dada a lentidão de marcha daqueles veículos, que mal atinge quatro quilómetros diários.

Em 19 de Fevereiro de 1914 recebi em Luanda um ofício do governador do Sudoeste Alemão, expedido de Winduk, com data de 18 de Dezembro do ano findo. É um documento revelador de curiosa mentalidade. Se o Sr. Seitz, que era o governador signatário, e já meu de sobra conhecido, pelos antecedentes a que me referi, fosse homem de outra envergadura, uma de duas coisas se teria dado, em 1914, em Angola. Ou a ocupação de Angola pelos alemães e a guerra dentro dela contra nós e forças nossas aliadas, da África do Sul, ou a impossibilidade do incidente de Naulila, dos massacres do Cuangar e de outros postos militares portugueses, além dos conflitos provocados por sargentos e missionários alemães, em baixo conluio com pretos da laia do Ananga e do Mandume.

O governador-geral numa colónia da África tropical deve ser, além de muitas outras coisas nobres, um filtro através do qual não possam passar para o exterior as baixeiras e as misérias de uma vida, na qual a condição primitiva da quase totalidade dos indígenas distingue sempre sobre os funcionários e os colonos de pouca cultura.

Se assim tivesse feito o Sr. Seitz, bem poderia ser que mais numerosos e mais largos tivessem sido os combates entre portugueses e alemães. Mas desses combates, vencidos ou vencedores, só honra poderia resultar, e por certo se teriam evitado as misérias de baixos procedimentos, que devo verberar nestas *Memórias*, e que tanta indignação e repulsa deixaram na alma do povo português.

Abria o governador alemão a sua carta, dizendo-me que em Agosto de 1913 uma patrulha portuguesa composta de quatro soldados indígenas, conduzida por um branco e pertencente ao posto militar português do Mucusso, atravessara o Cubango e fizera fugir, sob a ameaça de fogo, os habitantes de uma aldeia, situada em território alemão, roubando uma cabra, algumas galinhas e um par de sapatos. Mais tarde e em consequência de protestos do padre Gott-Hardt da missão católica alemã do Libebe, os sapatos foram restituídos; mas a cabra e as galinhas já tinham sido comidas pelos soldados indígenas portugueses.

E continua o Sr. Seitz:

«Em 8 de Agosto uma patrulha portuguesa da estação militar do Cuangar, a cavalo e armada, composta de dois indígenas passou o Cubango e roubou de uma aldeia indígena, situada em território alemão, catorze vitelas e obrigou a acompanhá-la uma rapariga do Ovampo. Seguiram os indígenas alemães esta patrulha, tiraram aos dois soldados portugueses as armas e as munições, recuperaram as vitelas e livraram a mulher aprisionada».

E acrescenta o alemão:

«Determinei que as armas fossem enviadas para aqui na primeira oportunidade e permitir-me-á V.^a Ex.^a que lhas remeta».

E fecha com a seguinte tirada:

«Pelo chefe do posto alemão de Karing-Kuru foi afirmado que o comandante do posto militar português do Cuangar, tenente Almeida, ordenara que os seus soldados transpusessem a fronteira a fim de trazerem para território português indígenas que, com o seu gado, tinham passado para o território alemão.

Peço licença para observar a V.^a Ex.^a que os indígenas passaram a fronteira por livre vontade e que da parte alemã não se contribuiu de modo algum para os indígenas tomarem essa resolução. Trata-se, portanto, de uma violação de fronteiras praticada por soldados portugueses armados, em missão oficial e acompanhado de roubo de gado e pessoas.

Tenho conhecimento de que idênticas violações de fronteiras se têm dado já naquela região e sinto ter-me visto forçado a dar ordem ao posto fronteiriço de Kuring-Kuru para, de futuro, proteger por todos os meios, mesmo com o emprego da força, os indígenas residentes em território alemão e para atirarem sobre os soldados portugueses de cor que armados exerçam violências ou roubem indígenas alemães em território alemão.

Vi-me na necessidade de tomar estas medidas no interesse da manutenção do sossego do território alemão de fronteira e tenho a honra de solicitar de V.^a Ex.^a se digne determinar às autoridades portuguesas que, de futuro, se abstenham de qualquer violação de fronteiras».

Vêm-se bem os intuitos de toda esta miséria. O processo é sempre o mesmo e, ainda que sob outro aspecto, foi a mesma mentalidade que produziu, meses depois, o *incidente de Naulila*.

Em tudo isto só havia um facto grave, a afirmação do comandante de um posto militar alemão de que um oficial português, autoridade militar na fronteira do Cubango, mandara tropas armadas do seu comando trazer à força, para território português, indígenas que com os seus gados, voluntariamente, se tinham ido fixar no território alemão vizinho.

Mandei proceder a averiguações e isto mesmo comuniquei ao governador do Sudoeste Alemão, em resposta à sua carta, acrescentando apenas o seguinte:

«Permita-me, porém, V.^a Ex.^a que, até ao resultado dessas averiguações, eu ponha em dúvida a exactidão da informação dada pelo chefe da estação alemã de Kuring-Kuru sobre uma ordem do comandante do posto português do Cuangar, tenente Almeida, que implicaria uma violação de fronteiras. De facto, muito me repugna acreditar que esse oficial revelasse ao mesmo tempo o mais completo desconhecimento de um princípio de direito internacional e das severas ordens que tenho dado sobre o procedimento das autoridades militares e civis das fronteiras de Angola. Por esta razão me inclino a que se trata de actos praticados por praças indígenas, que abusivamente alterassem o itinerário e a missão que lhes tivessem sido fixados para executarem em território português».

Foi, de facto, mais ou menos isto o que se passou.

Pouco tempo antes de rebentar a Grande Guerra, em princípios de Maio de 1914, principiou a montar-se em Angola uma daquelas organizações, em que os alemães são exímios, e nas quais se combinam a espionagem, a propaganda, a provocação e as preparações para a guerra. Espiões, agentes provocadores, propagandistas de toda a espécie, comerciantes, industriais, agricultores e técnicos diversos, uns e outros militares e civis, formam o seu corpo de acção. A dirigi-los estão funcionários diplomáticos e consulares.

Estendia-se esta organização a toda a província, mas o seu principal campo de acção era o sul de Angola. O seu grande chefe era o cônsul-geral alemão em Angola, funcionário de carreira; por subchefe tinha o vice-cônsul alemão no sul, que exercia as suas funções desde 1907, comerciante tenaz, hábil e astuto, que desembarcara em Moçâmedes como um pobre bufarinheiro e que rapidamente prosperou nas nossas acolhedoras terras.

Conta-se que, ao chegar ao porto português do sul, principiou, apesar da sua já avançada idade, a frequentar uma escola de primeiras letras com grande gáudio do rapazio. Em poucas semanas falava e escrevia correntemente o português. Tenho neste ponto de o admirar.

Em Janeiro de 1914 chegou ao meu conhecimento que o vice-cônsul alemão no Lubango tinha ao serviço da sua casa comercial, nas horas vagas, um primeiro cabo europeu, amanuense da Secretaria Militar do governo da Huíla, e que essa praça lhe fornecera a cópia de um reconhecimento militar feito por um oficial do nosso exército em regiões do sul do distrito. Respondeu o cabo pelo acto praticado, no Tribunal Militar de Luanda, e foi condenado.

Durante a minha estada em Lisboa, em fins de Abril de 1914, segundo vejo no meu «Diário», tive uma conferência com o director-geral do Ministério das Colónias sobre este caso do vice-cônsul alemão. Manifestei a minha opinião de que tudo se devia fazer para fazer sair este homem de Angola.

Cerveira de Albuquerque olhou-me e disse-me com o seu ar de tristonha e conformada lucidez: «para que tentar coisas que temos a certeza de não poder conseguir.»

Mal eu sabia, naquela altura, a tragédia que havia pouco tempo se tinha passado naquele ministério.

É ocasião de mais uma vez me referir a esse doloroso acontecimento nestas «Memórias». Já o fiz no tomo I.

Bom será que se leia e medite o que então escrevi⁽⁴⁾.

⁽⁴⁾ «Memórias e trabalhos da Minha Vida». Tomo I.

Tudo o que nestas «Memórias» tenho referido, alargado em pormenores e informações, e o mais que por várias razões não seria conveniente publicar, na parte que se refere ao que em Angola se passou antes de Agosto de 1914, era do conhecimento do Ministério das Colónias. Em cartas e ofícios para o ministro ia eu, em todas as malas, contando o que se passava. Os constantes impecilhos causados à nossa administração pelas observações e reclamações dos alemães sob a *zona neutra* e o desprestígio que para mim resultava deste procedimento dos nossos vizinhos em Angola, perante os funcionários militares e civis e os colonos portugueses; os incidentes com as canhoneiras alemãs, que, com aborrecida frequência, entravam nos nossos portos; a transformação que consegui no procedimento dos comandantes dessas canhoneiras para conosco; a vinda de um cônsul alemão de carreira para Angola e a sua acção combinada com a do vice-cônsul no Lubango e Moçâmedes e com os dos colonos alemães; a organização de espionagem, de propaganda, de provocação e de preparação para uma guerra próxima, a cobrir toda a província; a modificação da atitude dos indígenas a nosso respeito; o nervosismo dos colonos portugueses; a carta agressiva, incorrecta e quase boçal que recebera do governador do Sudoeste Alemão; a venda ou entrega de documentos de carácter militar confidencial, por um cabo do Exército português, ananuense de uma secretaria militar, ao vice-cônsul do Lubango; o efeito causado em Angola pelas diligências que a Alemanha estava fazendo em Lisboa para obter as maiores facilidades nas alfândegas da província; as missões de pretensos sábios alemães, etnólogos ou o que se chamassem, que enxameavam na província; o papel das missões religiosas alemãs no Cuanhama; a ausência quase completa de quaisquer elementos de defesa ou, pelo menos, de simples guarnição militar, e a repetição dos meus pedidos de unidades europeias, de infantaria com metralhadoras, de artilharia de montanha e de campanha, de cavalaria, de um navio de guerra, com força de desembarque apreciável, e de oficiais e sargentos para instruir e enquadrar as unidades indígenas: tudo isto tinha sido lido e meditado com certeza, nas instâncias competentes da Administração e do governo do país.

E foi, com os olhos ainda esbugalhados da leitura dos meus comunicados, com as minhas palavras a gravarem-se nas paredes dos seus

gabinetes, como avisos terríficos, que os ministros e os directores gerais principiaram a anuir as primeiras sugestões de uma exploração em grande, de carácter agrícola, industrial e comercial, apoiada em grandes obras de fomento na abertura de estradas, na construção de portos e de caminhos-de-ferro, levada a efeito Por uma forte empresa capitalista luso-alemã, em que de português só havia o vocábulo de Camões.

Pois, por certo, foram lidas no ministério as minhas informações sobre o *Angola Bund*, sobre o que se dizia na colónia a respeito das pretensões dos alemães ao caminho-de-ferro de Benguela e da entrada de importantes capitais alemães para a Companhia de Moçâmedes e sobre as carreiras de navegação alemã, que passariam a frequentar os portos de Angola. Era sem dúvida um colossal projecto de invasão económica, que de há muito se preparava, mas que, quando principiou a ser apresentado perante o governo português, ao principiar a Primavera de 1914, se adaptava a fins exclusivamente militares, intimamente ligados com a guerra próxima.

Sobre a proximidade desta guerra mais se sabia em Lisboa do que em Angola.

A pressão sobre o governo português foi enorme e assumiu proporções de tragédia, e, por essa razão, como tal a classifiquei. Das discussões havidas, das objecções apresentadas, das relutâncias reveladas, só resultavam para os alemães factos consumados. A empresa capitalista estava constituída; já nela havia capitais alemães, ingleses e belgas, e porta aberta à entrada de capitais portugueses; faltava escolher os emissários, os preparadores do terreno em Angola, e ficou assente que eles seriam dois portugueses e três alemães.

Em Abril de 1914, como se tinha combinado, chegavam a Lisboa um engenheiro, um médico e um agrónomo alemães. Todos eles eram oficiais do Exército alemão, e o engenheiro, o mais categorizado de todos, era um oficial de artilharia, pessoa grata do imperador.

Eu, governador-geral de Angola, não fui avisado de nada. O vapor que levava a missão luso-alemã, cruzou-se no Atlântico com o que me trazia, em situação de licença, para a metrópole. Só semanas depois de ter chegado a Lisboa, e por acaso, como narrei no tomo I destas «Memórias», soube de tudo isto.

Depois de desembarcar em Angola, em 2 de Setembro de 1914, a retomar contra vontade de muitos, o meu então tão ingrato lugar, soube bem o que à província que governava, foram fazer aqueles três alemães.

A chegada ao sul de Angola de tão valiosos elementos, como eram os três alemães da missão a que acabo de me referir, muito concorrera para que se aperfeiçoasse e medrasse aquela organização alemã de espionagem e preparação militar, que tão grande perigo fez correr a Angola.

Não me resta dúvida que cada vez será mais difícil a quaisquer nações, fortes ou fracas, fecharem-se sobre si e evitarem que organizações da natureza desta, a que me venho referindo, provoquem mal-estar, inquietações, diminuições de prestígio, enfraquecimento e até ruína das nações, onde se estabelecerem por conta e às ordens de outras que desejem invadi-las ou absorvê-las militar, económica, política ou espiritualmente.

O *internacionalismo* é hoje uma corrente ao qual se não podem levantar diques. Tudo o provoca e o favorece.

Mas se uma nação conseguir estabelecer a *unidade* de pensar, de propósitos e de acção, se essa *unidade* tiver por base fundamental o bem das populações que a constituem e como fim supremo o bem da Humanidade, e se essa *unidade* se conservar cada vez mais forte e mais inflexível, nenhum ataque externo, seja qual for a sua natureza, poderá destruir a nação.

Foi este sempre o princípio orientador da minha vida pública. A defesa de Portugal reside na obra de grandeza que for capaz de realizar a *unidade* que puser na sua realização.

E para essa obra concorri quanto pude, com a insignificância do meu agir.

Em 24 de Agosto de 1914, forças alemãs atacaram o porto português de Maziúta na fronteira norte de Moçambique, situado na margem sul do Rovuma, a uns 400 quilómetros do mar. A guarnição do porto, mais posto administrativo e de polícia do que outra coisa, era constituída por uma meia dúzia de praças indígenas, sob o comando de um europeu, 2.º sargento enfermeiro naval, Eduardo Rodrigues da Costa.

Não me parece que o sargento Costa tivesse recebido quaisquer notícias sobre a guerra e do que se ia passando em Portugal, e se as recebeu,

por certo iriam elas acompanhadas daquelas cominatórias instruções que, desde a primeira hora, foram expedidas pelo Ministério das Colónias aos governadores coloniais para se evitarem o mais possível conflitos de fronteira ou de qualquer natureza com os alemães.

Pelo contrário, do lado da fronteira alemã as instruções eram tendentes a tomar a iniciativa do ataque, porquanto em cópias de documentos apreendidos foram encontradas várias referências ao incidente de Maziúia, onde se verteu o primeiro sangue português, antes da Declaração de Guerra entre as duas nações. Num diário oficial da guerra na África Oriental, atribuído ao comando alemão, encontra-se a cópia de um telegrama, datado de 10 de Agosto de 1914, para a autoridade de Lindi, distrito junto à foz do Rovuma, onde se recomendava «arranjar tropas auxiliares para fazer uma invasão à África Oriental Portuguesa». Sobre o ataque a Maziúia, encontram-se no mesmo diário duas referências, uma mostrando que se tencionava atacar o posto, e outra dando conta da realização do ataque, da morte do sargento comandante e da destruição do posto.

Eis as referências:

10 - Agosto - 1914. Telegrama para o magistrado de Lindi e para o capitão Doering: tratem de arranjar tropas auxiliares para se fazer uma invasão à África Oriental Portuguesa. Informe Songea.

2 - Setembro - 1914. O cirúrgico Weck tencionava fazer um ataque de surpresa ao posto português de Maziúia, no dia 23 de Agosto.

(...)

O posto foi tomado e destruído em 24 de Agosto. O sargento comandante do posto foi morto⁽⁵⁾.

Sangea é um posto alemão, muito para leste de Maziúia, situado não muito longe do lago Niassa.

Houve, portanto, de início, por parte da Alemanha, o propósito de invadir o território de Moçambique, mas é certo que se não prosseguiu nessa

⁽⁵⁾ «É o inimigo que fala», pelo Tenente Mário Costa, Imp. Nac. Lourenço Marques, 1932, (p. 115 e 116).

operação e que ela se suspendeu, desde a data da tomada do posto de Maziúa.

Os projectos alemães de invasão das duas grandes colónias portuguesas da África, eram diferentes. Quando no lugar próprio deste tomo disser o que tenho de dizer sobre a invasão de Moçambique por von Lettow mostrei as radicais diferenças entre as duas operações.

E para pôr ponto a esta exposição da preparação da Alemanha para a invasão dos territórios portugueses de África, será bom trazer para aqui as palavras pronunciadas por Lord Curzon, num banquete oferecido em Londres, em 5 de Outubro de 1920, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, ao governo britânico, para solenizar a Proclamação da República Portuguesa. Disse Lord Curzon:

«Logo, que rebentou a guerra a Alemanha não olhava nenhuma parte do mundo com tanta ambição e cupidez como a ocupada pelas colónias portuguesas de África. Tive nas minhas mãos cartas geográficas de confecção alemã, onde as possessões portuguesas do continente africano e do Atlântico estavam designadas como devendo passar a ser, de futuro, território alemão. Os esforços feitos pela Alemanha para adquirirem direitos a esses territórios, antes da guerra, não tiveram limites».

Quarta afirmação: a acção e distância da aliança anglo-lusa

Não me resta dúvida, depois de bem olhada a acção dos alemães em África, que muito concorreram para conservarmos quase intacta a nossa soberania em Angola e Moçambique, durante a Grande Guerra, as hesitações e os receios da Alemanha, provenientes da nossa situação de aliados da Inglaterra. Mais uma vez me foi dado, então, compreender as razões da base fundamental e constante propósito da política alemã a nosso respeito, e que era a destruição da aliança entre os dois países, a Grã-Bretanha e Portugal.

Consegui a Alemanha abalar muitas vezes essa aliança. Quase a destruiu com a cabala do *Mapa cor-de-rosa* e com as convenções de 1898. Mais tarde, se a Grande Guerra se não aproxima, rebenta e nos salva, a intriga de Lichnowsky, de 1912 a 1914, tê-la-iam destruído para sempre.

E antes de rebentar a actual guerra e durante ela, noutra coisa não pensaram a Alemanha e os seus, adeptos, quando tinham de encarar a política externa de Portugal, a não ser no desaparecimento daquela secular aliança.

Certo é, porém, que na Grande Guerra, a não ser pela espécie da valiosa acção catalítica, a que acabo de fazer referência, em pouco ou nada nos ajudou a Inglaterra na defesa dos nossos territórios do ultramar.

Em Moçambique, as forças inglesas, obrigadas a socorrer territórios seus contra a notável acção de von Lettow, só indirectamente nos deram a mão. Em Angola, deixaram-nos inteiramente sós.

Quinta afirmação: Soubemos levar a cabo durante a Grande Guerra, apesar de repetidas invasões dos alemães, a defesa completa e integral dos nossos territórios do ultramar.

Como país colonial soubemos defender os nossos territórios do ultramar, apesar de darmos importantes e valiosos contingentes para os campos de batalha da Europa, de maneira que chegámos à data do armistício sem um único soldado alemão dentro de Angola, ou de Moçambique, com os indígenas, que os alemães tinham levado a revoltar-se contra nós, submetidos e castigados, e inteiramente na posse de todos os nossos territórios, cheios de prestígio e nas melhores condições para levarmos por diante a missão histórica de civilizar a África, na parte que nos pertencia, e a que estávamos metendo ombros quando a Grande Guerra surgiu.

Não foi possível a recuperação de territórios que legitimamente pertenciam a Portugal.

Portugueses houve que pensaram em aproveitar as ofensas que nos fizeram os alemães, invadindo territórios nossos, massacrando as guarnições de nossos postos de fronteira, para passarmos para o nosso domínio parte de territórios que incontestavelmente nos pertenciam.

E assim, em Moçambique, pensei eu, e alguns portugueses mais, que devíamos ir além Rovuma e ocupar toda a África Oriental Alemã até ao rio Rufigi, e em Angola era nosso dever, saltando o Cunene, ocupar as terras dos Ovampos, pelo menos, até ao paralelo do Cabo Frio e todo o território alemão ao norte desse paralelo.

Não estávamos preparados para isso, e tive ocasião de dolorosamente reconhecer que não concordariam com este nosso procedimento, tão cheio de razão e justiça os nossos aliados ingleses.

De tudo o que nos fora arrebatado apenas nos foi possível reocupar Quionga.

B) A DEFESA DO TERRITÓRIO COLONIAL ANTES DA GUERRA

Nada fez a Nação para defender os seus territórios coloniais contra as investidas dos alemães, que, principalmente, a partir de 1911, passámos a sentir como tremenda ameaça que, de um momento para outro, caíria sobre nós.

Quando recordo a nossa história colonial e me admiro perante os esforços que fizemos pelos séculos fora, para defendermos e conservarmos em nosso poder as regiões que descobrimos e ocupámos, ainda hoje assinaladas pelas fortalezas e obras militares que em tantas partes do mundo erguemos, reconheço tristemente quanto decaímos, quanto nos deixámos ficar para trás, em relação a outras nações coloniais, no que se relaciona com aquela virtude dos povos que possuem vastos domínios, de pensarem constantemente em que outros nos cobiçam.

Fiámo-nos, neste último século, demasiadamente, na aliança inglesa cujo valor insignificante seria, se o não levantássemos com o nosso continuado e egrégio esforço, como fizéramos no passado, e que muito prejudicámos, nos tempos contemporâneos e modernos, cedendo a propagandas deletérias, que nos acenavam com vantagens e protecções de natureza germânica.

Por outro lado, empregámos, talvez também em demasia, a heroicidade das nossas tropas em combates com indígenas, dignos, sem dúvida, de serem muitas vezes respeitados, sobretudo pelo seu avultado número, mas sempre

com tal inferioridade de armamento e de organização militar, que nunca nos faltou a certeza de acabar por os vencer, deixando assim de pôr perante o nosso exército a noção de que os nossos verdadeiros inimigos eram europeus como nós, cuja história, manejos e procedimentos bem nos mostravam quanto cobiçavam o que nosso era.

E, desta forma, abandonando o caminho direito do protesto armado e da luta que a esse protesto se poderia seguir, enveredámos pelo das cedências constantes, das *zonas neutras*, de híbridas empresas de carácter económico e comercial, de missões internacionais a estudarem obras de fomento em território nacional e do plano constante e extravagante de poderem vir estrangeiros despejar a rodo capitais e energias sobre o nosso ultramar, para nosso bem e proveito.

De notar é, porém, que a defesa militar de Angola, Moçambique e Guiné carecia na época contemporânea, e principalmente, desde a Conferência de Berlim em diante, de assentar em abertura de estradas e de caminhos-de-ferro, que estavam muito longe de ter o mínimo indispensável de valor, quando rebentou a Grande Guerra.

Creio, porém, ter o direito de dizer que, dentro dos poucos recursos de que dispunha, e com a falta quase absoluta de independência e de atribuições que cercavam a minha nominal autoridade de governador-geral, ainda alguma coisa se conseguiu, no que respeita a vias de comunicação na Província de Angola, como disse no tomo III destas *Memórias*.

Já no planalto da Huíla tinham aparecido os primeiros automóveis, quando a guerra nos veio bater à porta. As estradas estavam a rasgar-se no sul de Angola, a exemplo do que se fizera noutras regiões da província e apesar de imperfeitos e incompletos, muito poderiam ter ajudado a concentração de tropas em Naulila, se não fosse o inacreditável e quase infantil desconhecimento em que no Ministério das Colónias se estava desses factos, apesar dos meus relatórios e do que se dizia *urbi et orbi*, sobre a abertura de estradas em Angola, próprias para viação automóvel.

Em meados de 1914 já se ia de automóvel do *terminus* do caminho-de-ferro de Moçâmedes, em Vila Arriaga, ao Lubango. Poucos dias depois do combate, de Naulila, fui aos Ganulos conferenciar longamente com Roçadas. Fiz a viagem de ida e volta de automóvel.

Alguma coisa se tinha feito em possibilidade de viação rápida, que, sob o ponto de vista militar, vale, nas terras pouco ou nada ocupadas de África, muitas vezes mais do que forças importantes.

Também a organização civil que consegui estabelecer e fortalecer em Angola, de fins de 1912 a Agosto de 1914, constituiu factor importante para a defesa do território.

Poderá parecer que uma coisa briga com a outra. Mas quem tiver lido a «segunda parte» do tomo III destas *Memórias*, terá visto que a política indígena que iniciei no meu primeiro governo, consideravelmente concorreu para acalmar muitos povos indígenas, para os trazer confiados para o nosso lado e para permitir que em grande parte se realizasse o seu desarmamento. Aconteceu isso, principalmente, na vasta zona de uns 600 quilómetros de largura média, ao longo do caminho-de-ferro de Benguela, até ao Cuanza. Sei bem, e nunca me iludi, como mostra o relatório que deixei ao meu sucessor no governo de Angola, com data de 6 de Março de 1915, e que na devida altura deste tomo será publicado, qual era o sentir da maioria dos pretos de Angola a nosso respeito. Não se modificam em poucos anos mentalidades de manifesta hostilidade e rebeldia, que por culpa nossa se acumularam durante séculos. Sei também que a entrega das espingardas por parte dos indígenas, que consegui em meados de 1913 e que subiram a mais de 250.000, não foi completa, que os cuanhamas e quase todos os povos do sul, seus vizinhos, e grande parte dos do Congo, continuaram armados, e sei principalmente que, ao principiar o ano de 1914, o comércio de armas, nas fronteiras de Angola com o Sudoeste Africano e com o Congo Belga, se intensificou extraordinariamente. Aos alemães nada disse nem tinha a dizer; aos belgas fiz sentir o meu grande desgosto perante aquele comércio.

Quando fiz, anos depois, parte da Conferência da Paz, como representante de Portugal, reconheci quanto aos nossos vizinhos e amigos do Congo custava a proibição de um comércio tão altamente rendoso, como era para eles o da pólvora e armas.

Tudo mudou radicalmente desde então.

Mas, não tenho a menor dúvida que a transformação que consegui introduzir na mentalidade dos indígenas de Angola, nos dois anos que

precederam a guerra, muito concorreu para podermos resistir ao formidável abalo que resultou da invasão dos alemães e para diminuir a intensidade das suas tremendas consequências.

Como disse, quando, em 1 de Abril de 1914, embarquei para Lisboa, tinha feito em Angola tudo o que poderia fazer. A minha orientação, as minhas «directivas» e as minhas instruções estavam a ser seguidas por todos os governadores dos distritos e pela quase totalidade dos chefes administrativos, com verdadeiro entusiasmo. Os colonos de Angola tinham, com raríssimas excepções, compreendido bem o que eu desejava fazer e procuravam todas as ocasiões para me manifestarem o seu apoio e identidade de patrióticos propósitos. Sentia que tinha de ir mais além, mas via também que procurar aperfeiçoar a obra realizada e descer a pormenores, era diminuir essa obra e deixar de aproveitar a minha capacidade de organizador, ainda que reconhecendo o pouco que ela valia.

Carecia, para tanto, que as minhas solicitações e as minhas propostas fossem estudadas e aprovadas e deixassem de continuar perdidas entre a papelada inútil do Ministério das Colónias. Julgava indispensável que se dessem mais latas atribuições ao governador-geral e aos seus conselhos e que a opinião pública da província passasse a ter valor e a ser ouvida mediante representação constitucional, democrática, livre e dignificadora. Era indispensável, que as minhas propostas, e principalmente as que respeitavam à modificação do regime monetário e ao empréstimo de fomento, fossem consideradas.

Além disto carecia de saber o que, sob o ponto vista da nossa política internacional, se estava passando na metrópole. Tinha de insistir sobre medidas de defesa militar, de fomento e de colonização, que tivessem por fim opor fortes diques a possíveis calamidades, cuja possibilidade me era indicada pelas meias palavras que me chegavam de Lisboa.

Alguma coisa consegui no que respeita a uma nova «carta» administrativa e financeira para Angola e, em matéria de empréstimo, ainda se foi além do que eu propusera, tendo-se dobrado os vinte mil contos do meu plano financeiro.

Mas eu bem sentia que o governo, nessa altura presidido por Bernardino Machado, e de que eram ministros das Colónias e dos Negócios Estrangeiros,

respectivamente, os Senhores Lisboa de Lima e Freire de Andrade, não desejava que eu continuasse a governar Angola. Tinham-se levantado contra mim fortes oposições em consequência das minhas medidas de organização civil, de guerra às grandes concessões de terras a companhias majestáticas e, sobretudo, de trabalho indígena e de protecção aos pretos.

Veio a guerra e tudo isto, coisas e homens, se sumiu. Deram-se de governos, e outros acontecimentos surgiram, e tive então, como se dirá, de pedir a minha demissão de governador-geral.

Para terminar estas considerações sobre o que se conseguiu fazer antes da guerra para a defesa indirecta de Angola, apenas quero pedir aos que viveram naquela província, antes de Agosto de 1914, que pensem no que teria acontecido a Angola, depois do *desastre* de Naulila, se não tivesse sobre ela passado, a seguir à Proclamação da República, o sopro vivificado que a transformou de maneira tão fundamental.

Como governador-geral que fui, num período de tão recente mudança de instituições políticas, convenci-me de que a melhor maneira de conseguir a paz interna de Angola, sem a qual impossível seria estabelecer defesa militar de valor, contra inimigos externos, era espalhar às mãos cheias nos povos que dominávamos, a simpatia por nós, a confiança em nós e a segura esperança de que tudo fariamos para melhorar a sua miserável situação, para elevar cada vez mais o baixo nível do seu viver, levantando-os do chão, trazendo-os até nós.

Muito neste sentido se conseguiu e, repito, com o que se fez em benefício dos indígenas de Angola, de 1912 a fins de 1914, construiu-se o mais forte baluarte que naquela província seria possível levantar contra as intrigas e a propaganda dos nossos inimigos.

C) AS PRIMEIRAS MEDIDAS

Quando, em 2 de Setembro de 1914, desembarquei em Luanda, disse-me o encarregado do governo então major Mimoso Guerra, que tinham chegado de Lisboa muitos telegramas do ministro das Colónias relativos a uma expedição militar que ia seguir para o Sul de Angola.



A artilharia da coluna expedicionária a caminho da Huíla

Pediam-se nesses telegramas, quase diários, a partir de 20 de Agosto, informações a respeito de material e efectivos das unidades existentes em Angola; davam-se indicações sobre preparação de alojamento para as tropas, estabelecimento de hospitais e fornos para pão, no planalto de Huíla, e reunião de víveres, e dizia-se qual a composição da expedição. Em telegrama de 29 comunicava-se que a expedição militar deveria chegar a Moçâmedes entre 24 e 26 de Setembro e indicavam-se novas providências a tomar para a sua recepção. Em 31 de Agosto pedia-se que se passasse para o Cunene a lancha a vapor, que estava no Cubango, a célebre lancha do grande colonial que foi o 2.º tenente da Armada, Silva Nunes.

Tudo ia sendo satisfeito, com o zelo e serenidade que tanto o caracterizavam, pelo meu camarada e amigo, Mimoso Guerra. Não se esquecera de requisitar à metrópole material e pessoal indispensável para as unidades de Angola, com que se contava em Lisboa para completar a expedição.

Soube então, que a força expedicionária seria comandada pelo tenente-coronel Roçadas.

Quando tomei conhecimento dos efectivos da expedição reconheci que eram insignificantes, em face da situação que tínhamos provavelmente de defrontar, e assim o disse imediatamente para Lisboa e repeti este dizer, quase semanalmente, até que deixei Angola.

Nunca imaginei que os alemães deixassem de ocupar Angola, em vez de se renderem às forças da África do Sul.

Faltou-lhes um von Lettow-Worbeck do lado ocidental da África. Ainda bem para nós, que assim foi.

O primeiro telegrama que recebi de Lisboa, depois da minha chegada a Luanda, tinha a data de 3 de Setembro. Confirmava o dia provável da chegada da expedição e indicava o volume de carga a transportar para o planalto.

Com a data de 9 do mesmo mês, recebi um telegrama do ministro das Colónias, que abria com as seguintes palavras: «Primeiro objectivo da expedição é ir ocupar Cuanhama, o que fará logo chegue ao planalto, que calculo seja em 6 de Outubro».

Fiquei sabendo que a minha proposta do rápido envio de forças para fazer face à invasão de Angola pelos alemães — que previa — fora mascarada com o objectivo de uma operação de ocupação de terras nossas e castigo de gentio insubmisso.

Não gostei. Melhor teria sido ter-se dito abertamente que não estávamos resolvidos a fazer a menor agressão contra o território alemão, mas que defenderíamos sem o menor desfalecimento ou transigência o território de Angola, e que tomaríamos todas as medidas necessárias para essa defesa, a primeira das quais era o envio de forças. Se tivéssemos feito isto e dito isto, de modo que em Angola, na metrópole e no estrangeiro todos o ouvissem, muito mais favoráveis teriam sido para nós os acontecimentos que se deram nas semanas seguintes.

De resto, o decreto de 18 de Agosto de 1914 era bem claro. Dizia ele: «Tendo o Ministério das Colónias ponderado a necessidade e conveniência de, nas actuais circunstâncias, serem devidamente guarnecidos alguns postos da fronteira sul da Província de Angola e norte da Província de Moçambique, o governo da República Portuguesa decidiu que, pelo Ministério da Guerra, fosse posta à disposição do Ministério das Colónias a força precisa para aqueles fins».

Porque não se ficou sempre agarrado à letra e ao espírito deste tão nobilitante decreto da defesa dos nossos territórios coloniais, que na fronteira sul de Moçambique limitavam com terras alemãs?

Em 9 de Setembro, isto é, três semanas depois da publicação do decreto que limpidamente marcou a nossa posição internacional nas colónias, em face do conflito europeu, a campanha para a destruição do único procedimento digno, a seguir por Portugal, já tinha ganho muito terreno. Começava a não se falar claro! Que necessidade havia de se fazer ao governador-geral de Angola um telegrama daquela natureza?

Principiavam as minhas horas más.

As informações, que me foram prestadas à minha chegada a Luanda, em 2 de Setembro e nos dias seguintes, principalmente pelos governadores dos distritos da Huíla, Moçâmedes, Benguela, Congo e Lunda, quer por sua iniciativa, quer provocadas por telegramas meus, deram-me inteiro conhecimento da organização alemã, que estava rapidamente cobrindo toda a província.

Além da espionagem e do serviço de informações, era intensa a propaganda que contra nós se fazia entre os indígenas, de norte a sul de Angola. As manifestações de hostilidade, por parte do gentio, eram cada vez mais frequentes.

Concorreria este estado de espírito dos indígenas, para facilitar a invasão alemã, mas outros factos mais palpáveis manifestavam claramente a preparação dessa invasão.

Descobriram-se depósitos, de géneros em várias localidades, uns maiores, outros menores, definindo linhas de etapas, que partiam da fronteira sul em direcção ao caminho-de-ferro de Benguela. Os centros distribuidores eram no Huambo e no Lubango, e a natureza dos géneros alimentícios, — conservas, farinhas, massas, feijão, e rações para solípedes — indicavam o propósito de marchas de destacamentos militares por linhas diversas, com a possibilidade de grande rapidez de movimentos, por não terem necessidade de se fazerem acompanhar de alimentos para as forças que os compunham. Muitos desses depósitos seriam constituídos em território alemão a sul da fronteira de Angola, e grandes quantidades de géneros, chegaram a passar, antes e depois do meu regresso a Angola, para território alemão.

Tudo indicava, porém, com a maior das evidências, que se tratava de organização de linhas de invasão e não de fornecimentos para tropas alemãs em posições defensivas, a muitas centenas de quilómetros de distância da fronteira de Angola, contra as forças da África do Sul, como começou a correr depois da chegada da expedição portuguesa ao planalto da Huíla, de curiosa e sintomática maneira. Tratou-se de espalhar que se tratava apenas de abastecer com alimentos idos de Angola as tropas alemãs da Damara, em guerra com a África do Sul.

Não perdi tempo. Mande apreender aqueles depósitos de géneros, avaliá-los e depositá-los com todas as formalidades legais e, simultaneamente, publiquei duas portarias, uma, em 8 de Setembro, declarando o estado de sítio no território do distrito da Huíla, com suspensão total de garantias, com fiscalização rigorosa de telegramas, que só poderiam ser redigidos em linguagem clara, portuguesa, francesa, ou inglesa; outra em 10 do mesmo mês, proibindo a exportação de quaisquer mercadorias para fora de Angola, a não ser em circunstâncias especiais e com licença do governo para cada caso.

Poucos dias depois declarei o estado de sítio nos distritos de Moçâmedes e da Lunda.

Poderá perguntar-se o motivo porque não limitei, de princípio, a situação de estado de sítio às regiões da Huíla e de Moçâmedes, e a estendi à Lunda e, pouco depois, ao Congo, saltando sobre Benguela e Luanda.

É uma triste história que tenho de contar. As instruções que recebia da metrópole, diziam-me ou davam-me claramente a entender que, de modo algum, se deviam praticar actos de onde se pudesse deduzir que o território português de Angola estava em estado de guerra ou temendo uma invasão de forças estrangeiras. Se esse fosse o caso de Angola teria de ser ele o de todo o território português, metrópole e colónias. Mas, como em face das minhas informações, se não podia negar a ameaça de uma invasão alemã, só uma coisa me restava fazer para cumprir as instruções do governo da metrópole: declarar que todos os nossos actos e atitudes de carácter militar e defensivo, em Angola, eram devidos a rebeldia dos indígenas.

É certo que os alemães, com a sua propaganda entre o gentio, nos ajudavam um pouco a fazer este disfarce. Mas quão difícil era estabelecê-lo!

Foi assim que nos diplomas que publiquei a declarar o estado de sítio, tive de dizer que o fazia em consequência de actos do gentio rebelde, que teimava em não reconhecer a nossa soberania. Era também um disfarce o estender a suspensão de garantias a regiões que não confinavam com os territórios alemães.

Imaginei eu que as medidas tomadas nos diplomas, a que acabo de me referir, seriam mais do que suficientes para acabar inteiramente com os trabalhos da missão luso-alemã e obrigar os seus componentes a deixar Angola.

Quando cheguei a Angola, um dos meus primeiros cuidados foi saber o que estavam a fazer os técnicos alemães que, como disse, comigo se tinham cruzado sem eu o saber, em pleno Atlântico, eles seguindo para a grande província portuguesa de África, a fim de desempenharem a missão secreta de que o seu governo os encarregara, eu a caminho da metrópole para diligenciar conseguir os altos benefícios de um empréstimo de fomento e de leis de autonomia administrativa e financeira, que tanto concorreriam para o desenvolvimento, progresso e bem daquela parte do território nacional.

Em breves dias soube o que esses alemães estavam a fazer em Angola, sob a capa de estudos e reconhecimento, tendo em vista o fomento dos distritos da Huíla e Moçâmedes.

Vou dar rápida notícia do que fui sabendo desta missão, na qual, infelizmente, se misturaram nomes honrados de oficiais portugueses, dignos patriotas e acima de qualquer suspeita, com os de agentes alemães que procederam contra a defesa e a segurança do país, que confiadamente os acolheu.

Chegou a missão a Luanda em princípios de Maio, e os alemães que dela faziam parte, gastavam a quase totalidade das horas que o vapor se demorou naquele porto, em conferência com o cônsul-geral da Alemanha. O tenente-coronel António Maria Coelho, que com eles ia, disse a antigos amigos de Luanda que tinha sido convidado pelo governo da República para fazer parte de uma missão que ia trabalhar por conta de uma companhia com capitais portugueses, alemães, ingleses e belgas, cujo fim era o desenvolvimento e o fomento do planalto da Huíla e o aproveitamento das suas riquezas agrícolas e minerais. Eram necessários, para tanto, estudos de traçados de caminhos-de-ferro e de abertura de estradas, pesquisas mineiras e reconhecimentos diversos de carácter técnico, agrícola e industrial. Que todas as despesas corriam por conta da mencionada companhia, cujo presidente era um português, e onde, pelos modos, predominavam capitais alemães. Acrescentou que tanto ele como o seu camarada, o tenente-coronel Roma Machado, só aceitaram o encargo que o governo português lhes fixou na missão, depois de bem saberem que nela tomavam parte com carácter inteiramente oficial e com o fim de zelarem os altos interesses nacionais⁽⁶⁾.

Seguiu o vapor para Moçâmedes, onde os alemães eram esperados pelo vice-cônsul alemão do sul de Angola e onde se demoraram bastantes dias. A missão só chegara ao Lubango em 17 de Maio, dizia-me o ex-encarregado do

⁽⁶⁾ Estas informações que me foram prestadas à minha chegada a Luanda, foram confirmadas pelo Sr. coronel Coelho, em entrevista que deu ao jornal «O Século», em 27 de Dezembro de 1914.

governo-geral, ao mostrar-me um telegrama do governador do distrito da Huíla, de 28 de Maio, em que se comunicava aquela chegada e em que se dizia que o programa dos trabalhos da missão era «estudar pela seguinte ordem as zonas Lubango-Quipungo-Chibia, a de Chibia-Chacuto depois Chibia-Ruacaná e, finalmente, Ruacaná-Porto Alexandre».

Lembro-me bem da impressão que este telegrama me causou. Horas depois apontava no meu «diário»: «Zonas», dizia o telegrama, mas linhas de invasão era o que eu via. Uma delas ligava um belo porto do sul de Angola, cheio de possibilidades, com o Cunene e a Damara alemã...».

Outras informações tinham, porém, chegado do governo da Huíla durante a minha ausência. Na segunda quinzena de Junho de 1914 o governador Alfredo Felner telegrafava, e confirmava por officio o seu telegrama, dando conta que os alemães da missão entendiam que o governo português devia abdicar de todos os seus direitos, quanto a quaisquer outros estudos que porventura entendesse dever mandar fazer sobre o aproveitamento dos territórios do sul de Angola; e como tinham encontrado uma brigada de técnicos portugueses a proceder a estudos no planalto da Huíla, desejavam os alemães alterar o primitivo programa de trabalhos, que em telegrama de 28 de Maio fora comunicado, desejando agora principiar os seus trabalhos por Porto Alexandre e Baía dos Tigres, em direcção ao Cunene, mas que a isto se opunha o coronel Coelho, por ter do ministro das Colónias instruções secretas para evitar estudos que se ligassem com o aproveitamento destes dois portos.

Soube mais tarde, pois, como já fiz dolorosamente notar, em Lisboa nada me foi dito a respeito de toda esta cabala, que nas tais instruções secretas se dizia: «Convém convencer os membros da missão de nacionalidade alemã, que o Porto de Moçâmedes e só este porto com inteira exclusão dos da Baía dos Tigres e de Porto Alexandre, seja a testa da rede ferroviária do Sul de Angola».

Continuavam a ser-me prestadas claras e precisas informações, naquele dia 2 de Setembro de 1914, poucas horas depois do meu desembarque.

A indignação e a irritação da quase totalidade dos colonos portugueses de Angola contra os alemães, não podiam ser maiores. A reunião de géneros alimentícios em vários pontos próximos do caminho-de-ferro de Benguela e na região ao sul dessa linha, era de todos conhecida; a chegada de uma

missão de estudos alemã e a sua misteriosa atitude em Moçâmedes e na Huila, causara espanto geral e estava dando lugar às mais severas críticas contra o governo português; a atitude dos indígenas, manifestada em toda a província por actos de pouco respeito para com os colonos portugueses, trazia preocupada toda a gente; cada vez maior afastamento dos alemães do convívio dos portugueses, a sua grande reserva em todos os seus actos e a sua concentração no sul eram também motivos de desconfiança e de apreensões. Sabia-se entre os colonos, que ia partir para Angola uma expedição, cujos efectivos os telegramas comerciais de Lisboa exageravam. Todos estavam convencidos de que a organização dessa expedição representava a abertura de hostilidades com a Alemanha. Porque razão se deixavam então em plena liberdade os alemães residentes na província? Não seria de elementar prudência mandá-los sair de Angola e concentrá-los, até ver, em Cabo Verde ou nos Açores?

Procurei tranquilizar a opinião pública, dizendo o que se passava. Não existia o estado de guerra entre Portugal e a Alemanha, que o envio das forças expedicionárias era acto de elementar prudência, um dever de segurança e de defesa do território nacional, que a todas as nações cumpria garantir. Era essencial no momento presente, a máxima serenidade.

Neste sentido expedi circulares telegráficas confidenciais aos governadores de distrito, em que lhes dizia que, sem nada publicarem, fizessem correr no seu distrito esta orientação. Nessa circular anunciava a próxima chegada das forças militares, às quais, por certo, tinham sido dadas instruções sobre a sua acção, e terminava com as seguintes textuais palavras: «Recomendo a maior prudência e ponderação no procedimento de todos os funcionários para com os súbditos estrangeiros residentes na colónia, não devendo, porém, de modo algum consentir-se a prática de quaisquer actos que afectem a nossa soberania e o nosso prestígio, perante o gentio e os colonos estrangeiros, e prejudiquem a marcha das operações militares ou contrariem o seu bom êxito».

Logo que me julguei inteiramente conhecedor da situação, telegrafei para Lisboa a dar conta do que se passava e estava passando, dizendo que ia proclamar o estado de sítio na Huila e em Moçâmedes e proibir a exportação de quaisquer mercadorias para fora da colónia. Conte também

o que se estava dando com a missão alemã e propus que fossem mandados suspender imediatamente os seus trabalhos e embarcar para Lisboa os seus membros. Seriam ao mesmo tempo suspensos todos os trabalhos de campo, estudos ou reconhecimentos em execução por engenheiros ou técnicos portugueses, que não fossem de carácter militar.

Devia ser determinado que numa zona, que tivesse por limite norte o paralelo de Porto Alexandre e por limite sul a fronteira de Angola, apenas pudessem residir, além das tropas em operações, os indígenas seus habitantes e os europeus, que fossem funcionários públicos ou missionários.

Não foram estas minhas propostas tomadas em consideração. Quantas vezes me arrepelei depois por as não ter posto em vigor e feito cumprir, saltando por cima de tudo. Quantos males e quantas humilhações nacionais se teriam evitado, se assim tivesse feito.

De Lisboa as instruções que repetidamente recebia eram terminantes: «Não declarar a neutralidade, mas mantê-la e em caso algum a quebrar; nenhum acto praticar, que envolva intervenções com o estrangeiro, sem consultar previamente o governo Central».

Em 15 de Setembro fui procurado pelo cônsul-geral da Alemanha em Luanda. Disse-me ele que, em consequência da próxima chegada de uma expedição militar e das minhas afirmações de que ela não tinha por fim quaisquer actos de hostilidade contra a Alemanha, com quem estávamos em paz, desejava ir ao sul de Angola para falar com alguns dos seus compatriotas e nomeadamente com os membros da missão alemã de estudos, a fim de os tranquilizar.

Informei-o de que iam ser tomadas medidas ainda mais severas, em resultado do estado de sítio, proclamado na Huíla pela portaria de 8 daquele mês, e, como só dali a dias haveria vapor para o sul, melhor seria não se tomar desde já qualquer resolução sobre este assunto.

Telegrafei imediatamente para Lisboa a dar conta dos projectos do cônsul, dizendo que não sabia como impedir essa viagem. Na Huíla continuavam, além de outros, os alemães da missão de estudos. Com que direito proibiria o seu cônsul de os ir visitar? Pedia instruções, e dizia: «lembro que os alemães da missão de estudos podem chegar ao sul da Huíla antes das nossas forças e juntarem-se aos missionários alemães do Cuanhama

e talvez a tropas do Sudoeste para organizarem a resistência e auxiliarem os cuanhamas». E terminava o meu telegrama urgente com as seguintes palavras: «Dadas todas estas condições, o estado de sítio e suspensão total de garantias na Huíla, julgo inconvenientíssima ida do cônsul alemão ao sul e que devem, ser suspensos os trabalhos da missão luso-alemã e mandados retirar os seus membros. Lembro que o cônsul alemão, se partir para o sul, estará em Moçâmedes na ocasião da chegada da expedição. Peço resposta urgente».

Em 17, cinquenta horas depois do telegrama de 15, mando novo telegrama urgente ao ministro das Colónias: «Referência meu telegrama de 15 cônsul alemão só tem vapor para seguir para o sul em 19. Continuo a julgar inconveniente a sua viagem e a aguardar instruções».

No mesmo dia redigi uma portaria, na qual declaro que «sendo necessário tomar providências para que se efective o estado de sítio na Huíla, determino o seguinte: «Não é permitida a qualquer europeu, nacional ou estrangeiro, ou a qualquer indígena, a entrada no distrito da Huíla, a não ser que vá em serviço do governo; não é permitida a circulação de pessoas no mesmo distrito, a não ser em serviço do governo».

É esta, em resumo, a Portaria n.º 1.018, de 17 de Novembro de 1914, que foi publicada no «Boletim Oficial» de 19, pois não julguei conveniente publicá-la em suplemento. Mas transmiti-a imediatamente por telegrama ao governador da Huíla e chamei ao meu gabinete o cônsul alemão e dei-lhe dela conhecimento. Leu-a, levantou-se da cadeira onde estava sentado e perguntou-me. Posso, apesar destas determinações, seguir para o Sul? Faça o que entender, respondi.

No dia seguinte, 18 de Setembro, chegou-me comunicação da Huíla a dar-me conta de que um dos membros dos alemães, o que se declarava chefe da missão, tinha seguido para o Cunene.

As respostas de Lisboa nada me diziam a respeito da suspensão dos trabalhos da missão alemã, da retirada dos seus membros e sobre a ida ao sul do cônsul-geral alemão. Deixei-o embarcar para o sul e seguidamente determinei ao governador de Moçâmedes que o não deixasse desembarcar, alegando as medidas por mim postas em vigor e que lhe dissesse que tinha de regressar no mesmo vapor a Luanda.

Dei desta minha resolução conhecimento ao ministro das Colónias, terminando o meu telegrama, que tinha a data de 20 de Setembro, com o seguinte: «Desta forma poderá o governo da República lançar sobre mim todas as responsabilidades deste acto, que entendi dever praticar em defesa dos altos interesses nacionais. Julgo meu dever insistir mais uma vez sobre o regresso a Lisboa da missão luso-alemã».

Passou-se o resto do mês de Setembro em evitar a reunião de géneros alimentícios por parte de agentes alemães em várias localidades do sul de Angola, caracterizada na sua última fase por maior tendência em conseguir que grandes quantidades de alimentos atravessassem a fronteira sul, com o fim de reunir alimentos para as etapas mais difíceis, constituídas pelos últimos 300 quilómetros de marcha até à fronteira de Angola.

Não cessei, desde o dia do meu regresso a Angola, de diligenciar melhorar as comunicações entre os dois distritos de Moçâmedes e Huíla e as do planalto da Huíla para o sul. E quero dizê-lo aqui, como censura aos meus actos de governador-geral de Angola, que muito mal andei em não ter dado, durante os dois anos que decorreram de meados de 1912 a fins de Julho de 1914, ao sistema de comunicações do sul, mais atenção do que lhe dei. Podia ter feito muito mais do que fiz, que bem pouco foi durante aqueles dois anos, e muitos males se teriam evitado se tivesse posto naquela região a mesma actividade, esforço e milagres de realização que pus noutras regiões de Angola, no que respeitava a viação. Aqui fica a censura que a mim mesmo me faço, e que ela sirva de conselho e lição, que tenho o direito de dar, aos governos da Nação, para que olhem com mais cuidado para a viação e meios de transporte que a defesa de tão vasta província, cercada por tantas nações, muito carece hoje e mais carecerá amanhã.

Depois do meu regresso a Angola, em 2 de Setembro de 1914, e nunca dela teria saído, por mais instantes que fossem as razões de serviço público que tive para ir à metrópole, se tivesse adivinhado que a guerra com a Alemanha estalaria em Agosto, atirei-me, com o meu habitual ímpeto, à abertura de estradas e à reunião de meios de transporte no sul da província. Mas são coisas, estas, que levam tempo a conseguir. Procurei obter mais locomotivas e vagões para o caminho-de-ferro de Moçâmedes no Cabo, no Congo Belga e na Inglaterra. Tratei de encomendar camiões no Cabo,

dirigindo-me ao cônsul português naquela cidade, e na Itália, por intermédio dos agentes da Fiat em Lisboa. Alguma coisa se conseguiu, mas foi necessário tempo, o muito tempo que o nosso feitio, em regra, requiere para completarmos as coisas que iniciamos num brilhante repente, que levamos a muito mais de meio, com entusiástico ardor, e que abandonamos na parte final.

No relatório do coronel Roçadas⁽⁷⁾ leio, em relação aos esforços feitos para se obter rapidamente viação automóvel, o seguinte: «Por ocasião da nossa primeira visita ao Lubango, poucos dias depois do desembarque, já do alto da Quilemba (Chela) e sede do distrito fôramos em automóvel.

(...)

Uma forte iniciativa particular, sustentada com toda a decisão por Hendriks, director da Companhia de Moçâmedes, pelo Dr. Neves e ainda pelo Dr. Magalhães, encetara os primeiros troços das estradas destinadas aos automóveis. O governo local⁽⁸⁾, com um interesse fora dos nossos usos, auxiliava tal iniciativa. E o governo-geral, na pessoa do governador de então, Norton de Matos, patrocinou o mais possível tal melhoramento... tomou a peito a abertura de estradas para camiões, em todo o distrito, destinando-lhe desde logo uma verba razoável».

Será bom dizer que em meados de 1914, quando já tinha conseguido abrir em Angola 25.000 quilómetros de estradas próprias para automóveis, alguma coisa, ainda que pouco, tinha aproveitado o planalto da Huíla dessa grande transformação da província, por mim iniciada.

E assim ficam sumariamente narradas as medidas que consegui tomar e a acção que me foi possível exercer, desde 2 de Setembro de 1914, data do meu regresso a Angola, até aos primeiros dias de Outubro de 1914, data da chegada a Moçâmedes das forças expedicionárias do tenente-coronel Roçadas.

⁽⁷⁾ «Operações no sul de Angola em 1914», pelo tenente coronel C. E. M. Alves Roçadas, Lisboa, Imprensa Nacional, 1919.

⁽⁸⁾ Era governador da Huíla Alfredo Albuquerque Felner e secretário do governo o capitão D. António de Almeida e foram eles que encetaram, por minha ordem a abertura daquelas estradas.



Um aspecto do porto de Moçâmedes onde desembarcaram
as expedições militares enviadas da metrópole

**D) A CHEGADA DA EXPEDIÇÃO MILITAR
E A SUA CONCENTRAÇÃO NO PLANALTO DA HUÍLA**

O Corpo Expedicionário seguiu para Angola a bordo dos vapores, *Cabo Verde e Moçambique*, que partiram de Lisboa em 10 e 11 de Setembro de 1914, tendo principiado a organizar-se em 19 de Agosto. Gastaram-se, portanto, 24 dias a organizar e embarcar uma força, cujo efectivo era o seguinte:

Oficiais	54
Sargentos	69
1. ^{os} cabos	102
Artífices	14
Soldados	1.286
 Total	 1.525

O número de solípedes era de 315, sendo 217 cavalos e 98 muares.

A expedição compunha-se de:

- 1 bateria de artilharia de montanha;
- 1 bateria de metralhadoras;
- 1 esquadrão de cavalaria;
- 1 batalhão de infantaria;
- 1 grupo de companhias de saúde;
- 1 grupo de companhias de Administração Militar.

Chegou a expedição a Moçâmedes em 27 de Setembro e 1 de Outubro de 1914. A estas forças se juntaram as que em Angola foi possível reunir, sem prejudicar a defesa do resto da província. Em resultado deste reforço, Roçadas ficou tendo sob o seu comando o seguinte efectivo:

Oficiais	113
Praças europeias	2.155
Praças indígenas	1.028
<i>Total</i>	3.296
<i>Armamento pesado:</i>	
Metralhadoras	4
Peças Canet de 7,5 cm	4
Peças Ehrard	3
<i>Solípedes:</i>	
Cavalos	334
Muares	244
<i>Total</i>	578
<i>Viaturas:</i>	
Carros alentejanos	13
Carros bóers	38
<i>Gado:</i>	
Bois para os carros	640
Bois para abater	60
<i>Total</i>	700

Vê-se que não foi insignificante o esforço que Angola fez para aumentar os efectivos militares, com os quais — todos os habitantes de Angola estavam disso convencidos — em breve teríamos de defrontar os alemães.

Eram estas as forças que, juntamente com o meio batalhão de marinha chegado a tempo, em consequência dos instantes pedidos de reforços, que continuamente fiz à metrópole, depois de ter conhecimento das poucas forças que para Angola vinham com Roçadas, se deviam ter reunido na mais conveniente posição do Sul de Angola para bater os alemães que atravessassem a fronteira, e para os perseguir no seu território até onde fosse possível.

Não quis o nosso destino que assim tivesse acontecido. Mas apesar disto se ter dado, continuo convencido de que os destinos das nações se modificam, com o unânime esforço, justo e bem aplicado, do povo que as constitui e sob a acção de grandes chefes, que apenas se deixem guiar pelos altos interesses nacionais.

Em 27 de Setembro de 1914 parti para o Sul de Angola, a fim de assistir à chegada das forças expedicionárias, e durante os dias que naquela região me demorei, andei em constante vaivém, entre Moçâmedes e Lubango. Conferenciei longamente com o tenente-coronel Roçadas e dei-lhe inteiro conhecimento da situação de Angola.

Quanto à situação internacional do nosso país, pouco mais sabia do que o que podia ler nas entrelinhas dos telegramas do Ministério das Colónias e do que me diziam algumas informações que chegavam aos comerciantes de Angola.

Disse claramente a Roçadas que, em Angola, esperava o pior dos alemães e que nos devíamos preparar o mais depressa possível para qualquer agressão por parte deles. Estava convencido que tudo tinham preparado para uma invasão. Por estes motivos julgava inconveniente que fizéssemos, naquela altura, qualquer ataque aos cuanhamas. Devíamos limitar-nos a ocupar fortemente, com as forças de que dispúnhamos e com as que esperava em breve, em consequência dos meus constantes pedidos, o Cuamato, o Evale e a Cafima e, realizada essa ocupação, ir minando os cuanhamas com a política de corrupção e também com o medo, baseada em intimações autoritárias e em ameaças, que tão bons resultados dão, uma e outra, na sujeição dos bárbaros.

Notei, desde logo, que em Roçadas predominava a convicção de que os alemães não desejavam ter connosco a menor contenda. Mais tarde



O comandante Alves Roçadas (fardado, à esquerda) à sua chegada ao Lubango

verifiquei que era essa a convicção que predominava entre os oficiais expedicionários.

Principiava a verificar a existência dos antagonismos nacionais que, em momento tão grave da nossa história, vinham à superfície, malsinando, desunindo, tornando impossíveis os grandes esforços, os altos feitos. Disse a Roçadas que tomaria, como governador-geral, toda a responsabilidade de uma temporária alteração dos objectivos: esperaríamos algum tempo e depois, conforme o que se desse, assim ocuparíamos ou não o Cuanhama. Nada consegui. Constituíra a ocupação do Cuanhama a essência das suas instruções, o seu plano de campanha e os seus desejos. Mal sabia ele, então, que outro oficial português, e não ele, haveria de realizar, mais de meio ano depois, essa ocupação.

Outra coisa notei desde a primeira hora. Nem Roçadas nem os oficiais mais em evidência na expedição, me consideravam como chefe supremo. As forças expedicionárias e as que em Angola as reforçaram, europeias e indígenas, eram uma emanção do Poder Central. Eu era, por acaso, um major do Corpo do Estado-Maior, fora do serviço do exército havia muitos anos, mais civil do que militar, e cuja obra mais criticada do meu governo-geral de Angola, que ia já em três anos, tinha sido a do estabelecimento do predomínio do poder civil na administração da província.

Senti os inconvenientes que deste estado de espírito podiam resultar para a marcha normal das operações.

De resto tinha no valor civil e militar de Roçadas a maior das confianças. Convivêramos intimamente na Índia, conhecia bem o seu diamantino carácter, a sua lealdade, a sua brilhante carreira colonial, a sua ponderação, o seu sangue-frio e a sua inexcedível coragem no campo de batalha.

Apaguei-me, tanto quanto o permitia o prestígio do meu cargo. Convencido de que a invasão alemã se realizaria e de que, portanto, as tropas portuguesas e alemãs se haviam de encontrar, o meu dever era entregar a tarefa, ao chefe militar escolhido pelo governo da República e limitar-me a ajudá-lo. Disse a Roçadas que o ajudaria em tudo o que pudesse, que me pedisse o possível e o impossível, e quando me despedi



As honras ao governador-geral Norton de Matos,
à sua chegada ao Lubango

dele, disse-lhe: «logo que me anuncie a derrota dos alemães, irei ao seu encontro para entrar ao seu lado, dando-lhe a direita, nas terras da Damara».

Apertámos calorosamente as mãos. Só o tornei a ver depois do *desastre de Naulila*.

Em 5 de Outubro de 1914 expedi do Lubango o seguinte telegrama, que vem publicado no «Boletim Oficial de Angola», de 17 do mesmo mês:

«ministro das Colónias – Lisboa. Meu nome, e em nome dos oficiais civis e militares, comerciantes, agricultores, industriais e das corporações da província, apresento a V.^a Ex.^a e ao governo da República respeitosos cumprimentos, afirmando todo povo de Angola está com o maior entusiasmo ao fado do governo e pronto a todos os sacrificios que a conservação das instituições republicanas e a integridade dos nossos territórios exijam. – governador-geral».

Este telegrama quase adivinhava o futuro, ao referir-se aos perigos que podiam correr as instituições republicanas e os territórios nacionais.

Que os territórios de Angola corriam perigo, todos os que lá estavam o sabiam; quanto à queda da República ou das instituições republicanas, as notícias trazidas pelos expedicionários vinham cheias de referências a projectos monárquicos uns, republicanos-franquistas outros, estes últimos com o apoio do Presidente da República, de então.

Em 6 de Outubro, ainda no Lubango, publiquei a seguinte portaria, que transmitiria ao tenente-coronel Roçadas mais força e prestígio:

«Sendo da maior conveniência dar ao comandante da coluna expedicionária, que se destina a operações militares no sul de Angola, a maior liberdade de acção e o maior número de atribuições, compatíveis com a legislação em vigor e com a subordinação ao governo-geral da província;

Atendendo a que foi declarado no distrito da Huíla o estado de sítio, com suspensão total de garantias, o que indica a necessidade de fazer exercer as funções administrativas pela autoridade militar, desaparecendo, enquanto as circunstâncias o exigirem, a respectiva autoridade civil;



Chegada do governador-geral, Norton de Matos,
à serra da Libemba, em 3 de Outubro de 1914

Hei por conveniente determinar o seguinte:

O comandante das forças expedicionárias, tenente-coronel do Serviço do Estado-Maior, José Augusto Alves Roçadas, tomará conta do governo da Huíla, assumindo, no tempo que durar a execução da missão que lhe foi confiada, o exercício das funções administrativas, civis e militares, com as honras, atribuições e competência dos governadores de distrito, estabelecidas na lei n.º 277 de 15 de Agosto de 1914».

Sei que se desejava mais, mas mais do que isto só o governo da Nação o podia fazer.

Muito comentei com Roçadas a situação melindrosa em que o governo da República me estava colocando, com a sua política de *noli me tangere* em tudo o que respeitava à missão de estudos alemã e, em geral, aos súbditos alemães residentes em Angola. Fiz-lhe ver quanto esses alemães, circulando no sul de Angola, apesar das condições de estado de sítio, que eu proclamara e estabelecera, podiam prejudicar o seu próprio plano de ocupação do Cuanhama.

Roçadas olhava-me incrédulo e eu sentia que ele continuava a não acreditar no perigo alemão em Angola.

Um dia viria...

E) A ADMINISTRAÇÃO DE ANGOLA

Em 12 de Outubro estava novamente em Luanda. Deixara no sul Roçadas, com todos os poderes e com a promessa, que ele sabia ser valiosa, de o ajudar continuamente, e com os pedidos de levar o mais depressa possível as forças do seu comando para as proximidades da fronteira sul, de vigiar toda essa fronteira, do Cuangar à barra do Cunene e de montar um serviço de espionagem com os comerciantes portugueses e com os bóers e indígenas no território alemão, até onde fosse possível.

A Luanda chamavam-me fundamentais problemas de administração, um pouco abandonados em consequência dos trabalhos do sul, e, principalmente, a necessidade de manter a vida normal dos indígenas da

provincia e de fazer face à agitação que elementos perturbadores de nacionalidade portuguesa estava a iniciar na capital de Angola.

Durante os meus dois primeiros anos de governo-geral de Angola, insisti sempre na necessidade de se dar à administração da grande provincia portuguesa maior autonomia do que aquela que tinha. Sabia que estavam elaborados os projectos de autonomia administrativa e financeira, graças a iniciativa do grande ministro das Colónias, que foi o Dr. Almeida Ribeiro, e à valiosa colaboração que ao ministro deu o ilustre oficial de Marinha antigo governador de distrito, Ernesto de Vilhena.

Quanto ao empréstimo, diziam-me de Lisboa que a minha proposta para a realização de um empréstimo de 20.000 contos fora bem recebida, mas que estava pendente a sua aprovação, após algumas modificações, da publicação da lei que conferiria a Angola autonomia financeira.

Quando cheguei a Lisboa, em meados de Abril de 1914, estavam estes assuntos a ser tratados no Parlamento, e fiz tudo o que me foi possível para acelerar a sua transformação em leis. Em fins de Junho de 1914 eram aprovadas as leis da autonomia administrativa e da autonomia financeira das colónias e uma lei de fomento de Angola, baseado num empréstimo de 40.000 contos.

Uma nova era, de grandes empreendimentos de carácter nacional, de progresso, de civilização e de melhoria das condições de vida dos indígenas, se ia abrir em Angola.

É bom não esquecer que 40.000 contos, naquele ano de 1914, em que o orçamento das receitas de Angola era de 3.422 contos, representava uma grande quantia, quase 12 vezes o valor daquelas receitas. Estava-se no tempo em que uma libra ouro se comprava por 5 escudos. Hoje teríamos de ir para além de 3 milhões de contos, para podermos basear o fomento, de que Angola tanto continua a carecer, em empréstimo equivalente ao autorizado, em 1914.

Ainda se cortava à grande, naquele tempo, nos assuntos a que hoje ouço chamar imperiais.

Veio a guerra quebrar em grande parte, o impulso do renascimento colonial, em que vivíamos, havia anos. Que males nos trará a guerra actual?

A lei n.º 277, de 15 de Agosto de 1944, a que se deu o nome de «Lei Orgânica da Administração Civil das Províncias Ultramarinas», e a n.º 278,

de igual data, que se chamou «Lei Orgânica de Administração Financeira das Províncias Ultramarinas», foram publicadas em Angola, no «Boletim Oficial», de 26 de Setembro de 1914.

Não permitiam os acontecimentos — a expedição militar a chegar de Lisboa e a desembarcar, o estado de sítio e a atmosfera de guerra — que se principiassem a tomar as medidas necessárias para pôr em vigor essas duas notáveis leis, em Angola, para principiar a aproveitar as suas benéficas disposições. Mas todos compreenderam e sentiram o que elas representavam de radical transformação na administração colonial. Era uma nova *Carta* que se dava às colónias. Passavam elas a ter verdadeira personalidade, a deixar de ser meras quintas de um morgadio, que não conhecia o seu valor, a representar grandes factores da grandeza nacional.

Pela parte que me tocava, principiei a sentir-me, pela primeira vez, governador de uma grande província de Portugal.

Dada a manifesta agitação que se notava no gentio de Angola, tomei as necessárias providências para que não se descurasse a política indígena que, nas suas linhas gerais, apresentei nos tomos já publicados destas «Memórias», e tomei medidas de carácter militar, que claramente mostrassem a todos os indígenas que não podia permitir quaisquer actos contrários à soberania de Portugal. Aos governadores de distrito não faltaram nunca as forças suficientes para manterem a ordem e não deixarem atingir, no mais leve que fosse, o prestígio português nas regiões que administravam.

Mereceu-me a maior atenção o contrabando de pólvora e armas que se fazia pela fronteira do Congo Belga.

Quanto à pólvora, continuava ela a ser vendida ao gentio, por alguns comerciantes portugueses, de curiosa maneira. Principiaram os indígenas de Angola a mostrar grande predilecção pelos foguetes e fogos de artifício. Aumentou consideravelmente a importação destes artigos, que os pretos pagavam pelo que lhes pediam, conseguindo assim pólvora para as armas com que tinham ficado, apesar do grande confisco de 1913, e para as que lhe vinham do Congo Belga.

Publiquei as medidas necessárias para acabar com a venda e importação desta nova maneira de fornecer pólvora às populações indígenas.

Nunca perdi, porém, de vista que a melhor maneira de pacificar os bantos da África era beneficiá-los. E creio que este modo de ver se aplica a todos os povos e que dará sempre os melhores resultados desde que seja de ordem geral, que chegue a todos, que não perturbe a vida individual e de família e que não tenha o feitiço de esmola.

Por diploma de 25 de Setembro de 1914, tomei medidas, muito mais largas e mais vastas do que as anteriormente tomadas, para o combate à doença do sono.

Tinha-me mostrado a observação do que já se fizera, quanto os indígenas compreendiam e estimavam todas as providências contra uma doença tanto deles temida, principalmente pelo abatimento e enfraquecimento, que lhes produzia.

Dividiu-se Angola em sete zonas, correspondendo a cada uma delas uma brigada de combate à doença, presidida por um médico e com o pessoal indispensável; os mais pormenorizados dispositivos se tomaram para prevenir e tratar a terrível doença.

Continuei a diligenciar desenvolver o mais possível a cultura indígena do milho, com a certeza de que, se os transformasse em agricultores, se lhes garantisse a propriedade da terra que cultivassem e se lhes conseguisse justos preços para o cereal produzido, jamais deixariam de ser pacíficos e de reconhecer a bondade da nossa administração.

Por diploma de 12 de Outubro de 1914, que consegui publicar depois de laboriosas diligências, estabeleciam-se os seguintes preços para o transporte do milho por tonelada:

Preço especial de qualquer ponto da linha da linha do caminho-de-ferro de		
Benguela para o Lobito	16 sh	4\$00
De qualquer ponto da linha de Lisboa	32 sh	8\$00
Para Londres, Hamburgo ou Anvers.....	37 sh	9\$75

Bons tempos, em que 1 sh. valia 0\$25, e em que se podia pôr em Lisboa uma tonelada de milho posta em vagão a muitas dezenas de quilómetros do mar, no interior de Angola, por 8 escudos.

Ainda a outra medida, de alta importância para a pacificação dos indígenas me quero referir: é o seu agrupamento em povoações.

Neste sentido publiquei uma portaria, com data de 5 de Novembro de 1914 com a qual procurei acabar com os pequenos núcleos de pretos que viviam em locais ocultos por florestas, longe da autoridade dos chefes indígenas e da vigilância dos administradores. Eram, de ordinário, esses pequenos grupos de pretos os mais irrequietos da província, havendo na sua vida e no seu procedimento bastante de banditismo. Não me convinha a sua existência na província.

Invoquei para determinar a extinção desses núcleos, somente razões sanitárias, porque outras não era conveniente apresentar naquela ocasião, mas o meu fim principal era ainda a pacificação do gentio.

De uma coisa tenho a certeza e quero deixá-la aqui bem expressa. Se tivesse continuado à frente de Angola, teria conseguido conservar pacíficos e ordeiros todos os povos da província, com excepção dos do sul, sem necessidade de combates mortíferos e de violências de toda a espécie. E quanto aos do sul, pouco me custaria a dominar, os que não fossem cuanhamas.

Por esta política indígena lutei sempre: para civilizar povos atrasados é indispensável não praticar violências que produzam ódios de raças, que jamais se extinguem; e se, em legítima defesa, nos virmos obrigados a lançar mão de processos violentos, devemos sem demora, após a aplicação desses processos, empregar todos os meios para sarar as feridas abertas e para fazer esquecer ressentimentos, por meio do real melhoramento das condições de vida dos indígenas.

As repressões e as represálias que se exerceram em toda a Angola, e principalmente nas regiões do sul, após a partida do general Pereira de Eça para a metrópole, constituem um conjunto de atrocidades sem nome. Sob o ponto de vista de política colonial criou-se contra nós, nas populações indígenas do sul de Angola, uma situação que não tem exemplo na nossa história de ocupadores de terras de além-mar: mais de um quarto de século passado, ainda está o nosso procedimento a produzir os seus nefastos efeitos, estão latentes os ódios, as animadversões e as malquerenças e a hostilidade é ali muito viva contra nós, apesar de combatida pela organização

administrativa civil, pela assistência médica do Estado e pela obra admirável das missões religiosas. A vida pastoril dos povos do sul quase deixou de existir por muitos anos e ainda hoje está muito longe de ser o que foi; a população decresceu de assustadora maneira e algumas zonas ficaram inteiramente despovoadas.

Nem sequer a punição dos indígenas que poderíamos considerar como criminosos de guerra, foi criteriosa, pois ela abrangeu pastores, agricultores e suas famílias, que nada tinham de comum com os guerreiros das tribos revoltadas, e que seriam incapazes de pegar em armas fosse contra quem fosse, porque a sua condição no *clã* lho não permitia.

Fomos estúpidos e maus.

Em alguns outros pontos de Angola também se praticaram barbaridades. Felizmente foram poucos os povos a quem aquela mentalidade de violências, que correu sobre Angola, após a derrota dos cuanhamas e a reocupação do sul, foi desnecessariamente punir.

E quando penso dolorosamente em tudo isto, chego a duvidar se o que se quis com tal procedimento foi castigar barbaramente indígenas ou reprovar violentamente e, retomando processos inteiramente contrários aos meus, a obra de transformação que eu tinha conseguido realizar no meu tempo de governador-geral de Angola.

F) O INCIDENTE DE NAULILA

O acontecimento de carácter militar, ao qual Roçadas chamou o *Incidente de Naulila*, e que com esse nome ficou e ficará na história de Angola, deu-se de 16 a 19 de Outubro, de 1914.

A declaração parlamentar, que procurou definir a atitude de Portugal perante o conflito europeu e na qual se fala em concórdia e amizade com todas as nações do mundo, tem a data de 7 de Agosto de 1914. Em 24 do mesmo mês foi atacado por forças alemãs o posto militar português de Maziúá, morto o seu comandante, posta em fuga a sua guarnição de soldados indígenas e saqueado e incendiado o forte e as suas dependências. Em 16 de Outubro de 1914, um grupo de alemães armados, sob a chefia

de uma autoridade administrativa alemã do Sudoeste Africano, que naquela colónia alemã tinha honras e equiparação de um major do exército, e composto de dois oficiais alemães, um dos quais comandava a força, outro que disseram ser veterinário, de um sargento, 1 cabo, 1 ferrador, quinze soldados, sendo cinco europeus e dez indígenas, e um guia-intérprete, toda a gente armada e a cavalo, estacionou sobre a fronteira que separa as duas colónias, portuguesa e alemã, e procurou ostensivamente pôr-se em contacto com as autoridades portuguesas. Acompanhava este grupo de alemães, um carro de duas rodas, puxado por 8 muares. Era, evidentemente, uma patrulha militar de comando de oficial, encarregada de vir exercer uma ou mais missões importantes no território de Angola. A composição da patrulha excluía a ideia de que se tratava de missão exclusivamente pacífica.

Esta patrulha constituía, como nas tragédias gregas, uma das personagens do drama que se ia dar. A outra seria o alferes Sereno. O resto foram apenas comparsas. O cenário era o rio Cunene, com os seus vaus, no seu correr de Dongoêna para Naulila e para Calueque, quando começa a dobrar-se da direcção norte-sul para seguir para oeste até ao mar, e as terras tristes, arenosas, a adivinhar o deserto próximo: cenário onde tantas lutas se deram já para a conservação da nossa soberania e onde outras, talvez, tenhamos de travar!

A patrulha vinha do território alemão. Partira de Outjo, uns 350 quilómetros ao sul da fronteira de Angola, e acampou em território português, julgando o seu chefe que o local escolhido ainda estava no Sudoeste Alemão.

Em 17 de Outubro, de manhã, o administrador alemão, mandou um dos oficiais, acompanhado do guia-intérprete, ao forte Dongoêna, com uma carta, escrita em mau francês, mas que facilmente se compreendia, destinada ao administrador do Humbe. Nessa carta dizia o chefe da patrulha: «Senhor. Venho de Outjo, mando dois dos meus companheiros a Dongoêna, que julgo ser a estação mais próxima. Proponho-vos uma entrevista. Peço-vos que indiqueis lugar e hora».

E acaba em inglês e assina: «With kind regards». Schultze - Yena».

Esta carta chegou no mesmo dia da sua expedição às mãos ou do chefe do posto da Dongoêna ou do administrador do Humbe ou do capitão-mor

do Cuamato, ou às mãos de todos eles ou dos dois últimos. Não faz ao caso. O certo é que Roçadas, tendo, na noite de 17 para 18 de Outubro, conhecimento dela, talvez imperfeito, pelo telefone, deu ao administrador do Humbe as instruções que devia dar e disse o que devia dizer ao capitão-mor do Cuamato. Por sua vez este capitão-mor deu ao seu subordinado, alferes Sereno, as ordens e instruções sensatas, convenientes e precisas.

E o drama produziu-se.

Por culpa de quem? Dos alemães, sem a menor dúvida.

Traziam na sua alma malévolas intenções, propósitos que queriam esconder, o desprezo pelos portugueses e a mentalidade, de sempre, que os leva, quando não estejam derrubados e agrilhoados, a querer impor a sua vontade aos outros, na própria casa alheia. Vai falar agora o alferes Sereno. Paz à sua memória!

Hoje, como sempre o fiz, lhe tributo justiça. Cumpriu inteiramente o seu dever de chefe, de soldado e de português afável e correcto. Caiu heroicamente morto no combate de Naulila, a poucos passos do forte, onde não deixou desfeitear o nome português.

Em 13 de Novembro, poucos dias depois do drama, escreveu Sereno a seguinte carta que jornais de Lisboa, mais tarde, publicaram⁶⁹.

«Recebi ordem do governo do distrito, transmitida pela capitania-mor do Cuamato, para prender e desarmar uma força alemã, composta de 2 oficiais, 1 sargento, 12 soldados europeus e 20 soldados indígenas, devidamente comandada e todos montados, que se achava no nosso território e à distância de 12 quilómetros do posto militar de Naulila. Em conformidade com esta ordem, marchei de Otóquero, com a força do meu comando, para onde eles se achavam acampados, onde cheguei às 16 horas do dia 18 de Outubro. Chegado ali, perguntei ao comandante da força alemã, o que fazia armado no nosso território, ao que ele respondeu: «Venho em perseguição de um desertor e, além disso, pretendo falar com a autoridade do Humbe para conseguir licença para ir ao Lubango». Vi logo

⁶⁹ Jornais *A Capital*, de 23 de Janeiro de 1915; *O Século*, de 24 do mesmo mês.

que a primeira parte não era aceitável e a segunda era duvidosa. Fiz-lhe ver que o administrador do Humbe não podia dar-lhe a licença que desejava, por, não estar na área da sua jurisdição, mas sim o capitão-mor do Cuamato, pelo que o convidei, bem como aos seus oficiais, para me acompanharem ao Cuamato a fim de serem presentes ao capitão-mor, para este lhes dar a referida licença, ou o destino que entendesse. Aceitaram o convite, mas marchando na manhã do dia seguinte, dormindo eu no seu acampamento. Acedi a tudo. Pretendiam fazer-me partida, não o conseguindo devido às minhas precauções durante a noite. No dia 19, pelas 8 horas, marchei para Naulila, acompanhado pelo comandante, 2 tenentes, 1 soldado europeu e 3 soldados indígenas, todos montados, onde chegámos às 9. Mandei apear, desaparelhar e dar ração ao gado, e, em seguida, mandei fazer o almoço para todos, para depois marcharmos para o Cuamato. Depois destas ordens dirigia-me com os referidos oficiais, para a casa destinada a recebê-los, que se achava a 150 passos do local onde se encontravam as montadas, quando um 1.º cabo veio dizer-me que as forças alemãs estavam aparelhando à pressa. Nesta altura disse ao comandante que não mandasse aparelhar, pois que depois do almoço é que marchávamos para o Cuamato, como havíamos combinado. Não me deu resposta e voltou com os outros para as montadas. Disse-lhe mais duas vezes a mesma coisa e ele sem me atender. Quando chegámos ao pé do gado já ele estava aparelhado e enfreado. Montaram rapidamente e iam a pôr-se em marcha, ao que obstei, segurando as rédeas do cavalo do comandante, dizendo-lhe novamente que não podiam marchar para o seu acampamento, pois eu tinha que os apresentar na capitania-mor. Após eu dizer isto, puxou rapidamente da sua espingarda, voltou a patilha e apontou-ma ao peito. Fui avisado deste movimento pelo 1.º cabo n.º 95, a quem rapidamente dei ordem para fazer fogo. Morreram os oficiais e o comandante, ficando prisioneiro um soldado europeu, e evadiram-se os três soldados indígenas. «Vinham armados até aos dentes, fazendo uso de balas explosivas. Na retaguarda vinham mais forças com carros, as quais voltaram para trás. Vinham buscar os géneros de 11 carros bóers, que eu aprisionei em 27 dias que andei em diligência pela fronteira alemã. Estes géneros iam para a Damaralândia. Eram enviados pelo cônsul alemão no Lubango, G. Schoss».

De que resultou a tentativa de fuga dos alemães, que tranquilamente acompanharam Sereno de Calueque a Naulila, 12 quilómetros de caminho, em cujo percurso, empregaram uma hora?

Porque depois de chegados a Naulila tiveram tempo suficiente para serem informados pelos indígenas que os acompanhavam e que conversaram com os indígenas portugueses do forte, e talvez pelo próprio guia-intérprete cuja profissão era, acima de todas, a de colher informações, do que se estava passando no planalto e qual a atmosfera de suspeita, produzida pelos manejos do vice-cônsul alemão e da missão de estudos alemã. — O estado de sítio com suspensão total de garantias, a proibição da exportação de géneros alimentícios, a apreensão dos carros que tentavam levá-los para o Sudoeste Alemão, a prisão de um dos membros da missão alemã, a chegada de tropas europeias de Lisboa e a sua concentração no planalto da Huila.

Estas informações dadas à pressa, com pouca precisão e com os exageros dos indígenas, continham o bastante para mostrar aos alemães que o melhor que tinham a fazer era passarem rapidamente para território alemão. Mas tudo me leva a crer que outras informações, de maior importância ainda, foram dadas aos alemães em Naulila. O almoço levava tempo a preparar. O reconhecimento já tinha dado resultados apreciáveis; muito tinham já que contar aos seus superiores. Se se demorassem em Naulila ou seguissem para o Cuamato, não se arriscariam a ser feitos prisioneiros e quem diria às autoridades alemãs de Damara o que tão conveniente, tão útil, tão patriótico era necessário dizer-lhes?

Saltaram por cima de todas as considerações, e, como alemães, não se importaram de estar numa fortaleza estrangeira; não tomaram em consideração as injunções e as ordens do comandante português para que nessa fortaleza se mantivessem até seguirem a apresentar-se ao comandante militar do território, onde queriam entrar e sair conforme lhes aprouvesse; usaram ameaçadoramente das armas, com as quais lhes tinha sido permitido entrar no nosso território contra um oficial que, na fortaleza, era o chefe incontestável de todos os que nela, então, se encontravam, Mas também como alemães, não se importavam de matar e de arriscar, para prestarem serviços aos seus chefes e ao seu país, a vida que lhes fugiu.

Em 21 de Outubro de 1914 recebia em Luanda um telegrama de Roçadas, dando-me conta do que se tinha passado em Naulila. Nesse telegrama liam-se as seguintes palavras:

«Aqui tem V.^a Ex.^a a súmula de um incidente que fez transformar por completo o meu plano de operações».

Na narração do acontecimento, que formava o corpo do telegrama, classificava-se de impensado e de precipitado o proceder do alferes Sereno.

A esse telegrama respondi «que o acontecido era da inteira responsabilidade dos alemães, que me parecia ter Sereno cumprido o seu dever e que estávamos em face do primeiro passo da invasão de Angola, que desde a primeira hora previra.

Continuava ainda a divergência, a que me referi, entre o governador-geral e o comandante da expedição, mas os acontecimentos ir-me-iam dando razão e ao alto espírito de Roçadas tudo se apresentaria, pouco a pouco, sob outro aspecto.

De sobra sabiam os alemães que os oficiais e soldados que faziam parte da patrulha de reconhecimento, que se dirigia à fronteira de Angola, corriam perigo. A sua morte não os impressionou; morreram numa operação militar, como outros estavam morrendo aos milhares nos campos de batalha da Europa. Em represálias também, por certo, não pensaram; a mentalidade alemã não compreende o que isso seja. É uma noção não germânica.

Certos, naquela altura, de que ganhariam a guerra, o que era necessário era explorar o acontecimento, tirar dele todo o efeito futuro. Na bacia hidrográfica do Cunene tinha-se derramado o primeiro sangue alemão. Bastava isso para que a Alemanha vitoriosa exigisse que toda essa vastíssima região de África passasse para o seu domínio colonial. Mas outra enorme bacia hidrográfica seria necessária para o imediato alargamento das colónias alemãs, a do Cubango, e por essa razão, no momento em que se julgava que a vitória germânica, fulminante e fácil, estava a realizar-se, se fizeram os ataques ao Cuangar, ao Bunja, a Sambio, Dirico e Mucusso, que, com a brutalidade habitual, assumiam a forma de massacres e saques. Já se tinha feito o mesmo em Maziúá, em Moçambique, sem então os portugueses se lembrarem de falar em represálias. Actos de ocupação, apenas. E que mais

era necessário para definir a ocupação, se outros postos militares não tínhamos então na vastíssima região das bacias do Cubango e do Cuando?

Estas destruições de fortes, estes massacres de oficiais e praças foi a resposta que os alemães deram a João de Almeida e aos seus altos planos de ocupação da grande zona angolense do sul, a leste do meridiano de 18 graus.

E assim principiou a invasão de Angola.

No Cubango e Cuando mais nada era necessário fazer. Na bacia do Cunene, porém, a nossa ocupação era mais antiga, mais larga e gloriosa. Estava aquela terra coalhada de fortes portugueses e cobriam-na muitas ossadas de oficiais e soldados da Marinha e do Exército portugueses que a morte ceifou quando heroicamente a estavam ocupando. Não bastava a patrulha de reconhecimento e o «incidente» que se lhe seguiu. Fora uma medida tomada à pressa, como a de Maziúta, não fosse a vitória fácil e alegre, em que falava o Kaiser, vir mais depressa do que se julgava... Por esta razão se preparou nova e forte expedição, que teve como resultado a invasão comandada por Frank e as suas tremendas consequências.

E assim, com o incidente de Naulila e com os massacres do Cuangar e dos outros «fortes de ocupação», que tínhamos erguido ao longo do Cubango, findou o mês de Outubro de 1914, que bem tormentoso foi para Angola.

G) A LIQUIDAÇÃO DA MISSÃO DE ESTUDOS LUSO-ALEMÃ

Em 13 de Outubro, depois de um silêncio de 23 dias sobre o meu telegrama urgente e quase angustioso, de 20 de Setembro de 1914, em que insistia pela retirada para Lisboa da missão luso-alemã, recebo o seguinte telegrama do Ministério das Colónias: «Peço informar onde pára missão não oficial estudos sul Angola e que faz actualmente. Não mande retirar missão até nova ordem».

Difícil me foi dominar a minha indignação, mas respondi serenamente:

«Membros missão luso-alemã com excepção um que embarcou Europa razões família continuam trabalhando Huíla. Um grupo, constituído por um

alemão e Roma Machado, está estudando o acesso ao planalto pelo Chacuto. Outro, constituído pelo chefe alemão da missão e mais dois alemães, está a completar o levantamento topográfico do vale do Caculovar até ao Humbe. O tenente coronel Coelho continua no Lubango. Quando há dias estive no Lubango, fui procurado pelo chefe da missão e outro alemão, acompanhados por Coelho, que perguntaram se podiam continuar trabalhos e qual sua situação, se fossem verdadeiros os boatos que corriam; sobre o rompimento das hostilidades entre Portugal e a Alemanha. Como V.^a Ex.^a nada respondeu à parte do meu telegrama de 20 de Setembro relativo à missão e aos meus telegramas anteriores, todos aconselhando e insistindo pela retirada da missão alemã, concluí governo resolvera ela continuasse seus trabalhos e nessa conformidade respondi às perguntas que podiam continuar toda tranquilidade trabalhos nos locais combinados, que nada me constava sobre boatos referidos, mas a dar-se qualquer eventualidade que obrigasse a suspender trabalhos eles estavam em Angola com conhecimento e autorização do governo da República e continuariam sempre sob sua protecção. Chefe missão pediu que do seu grupo fizesse parte um sargento. Determinei fosse nomeado esse fim um oficial ou sargento escolhido».

Dois dias depois deste meu telegrama, em 15 de Outubro, portanto, um dos membros da missão, que se dizia agrónomo, tentou passar para a Damara alemã, infringindo assim as ordens que tinha toda a missão para os seus membros não se deslocarem dos locais dos trabalhos, sem licença. Foi preso na altura de Dombondola, no Cuamato, mas conseguiu depois fugir e internar-se no território alemão.

É de notar que em 16 se soube que tinha chegado em 14, à fronteira, a patrulha alemã que deu lugar ao *Incidente de Naulila*.

Já me ia faltando a paciência, a mim e a outras autoridades superiores da província, em presença do procedimento insólito dos membros da missão de estudos alemã. Cada vez nos convencíamos mais todos nós, que em estudos era o que ela menos pensava: espionagem, serviço de informações, reunião e expedição de alimentos, reconhecimentos de fortes e de linhas de invasão, não lhes deixavam tempo para os célebres estudos técnicos,



Os irmãos Álvaro e Albino Morgado, auxiliares da coluna,
que prenderam o espião alemão Schubert

pagos pela enigmática «Companhia de Fomento do Sul de Angola», na qual creio que não havia quaisquer capitais portugueses.

Em 22 de Outubro — já se tinha dado o *incidente de Naulila* — como instruções algumas me vinham de Lisboa sobre a minha comunicação da fuga de um dos membros da missão, telegrafei ao tenente-coronel Roçadas, dizendo-lhe que muito bom seria que o tenente-coronel Coelho tomasse a iniciativa da suspensão dos trabalhos da missão luso-alemã. Em 23 recebi de Roçadas o seguinte telegrama:

«Tenente-coronel Coelho atenta situação e baseando-se facto intervenção nossos negócios políticos agrônomo missão alemã, propôs e aprovei membros alemães retirassem para Moçâmedes para onde seguem».

Não há nada como a realidade das coisas para nos fazer mudar de opinião.

Dei conta de tudo isto para Lisboa, acrescentando no final do meu telegrama: «Não acho conveniente a presença dos membros da missão em Moçâmedes ou em qualquer ponto de Angola».

Não veio resposta alguma de Lisboa e, já farto, determinei em 4 de Novembro ao governador de Moçâmedes que desse ordem de embarque para Lisboa aos membros da missão. Um deles, o que, segundo a minha opinião era o verdadeiro chefe, fugiu, iludindo o coronel Roma Machado que com ele seguia para Moçâmedes, em consequência da ordem de Roçadas. Foi preso, perto da fronteira sul, e levado para Moçâmedes.

Na prisão pediu para falar com uma autoridade categorizada do distrito. Foi o próprio governador Albuquerque Felner que o foi atender. Eis o que depois ouvi daquele funcionário: «Schubert, tal era o nome desse alemão, declarou ser oficial do Exército alemão. Que era certo ter vindo a Angola em serviço de informações militares, que bem sabia ter de ser fuzilado e por essa razão tentara fugir. Que pertencia à casa militar do imperador e que nada fizera, que o envergonhasse. Pedia apenas que lhe tirassem da sua mala um violino que pertencera a seu avô, o grande músico Schubert, pois queria tocar qualquer coisa antes de morrer».

Felner tinha-lhe mandado entregar o violino.

Era noite. Do meu quarto, na residência do governador do distrito, via o mar piscoso de Moçâmedes, a brilhar como nas noites límpidas sem luar brilham aqueles mares do sul de África. Pus-me a pensar naqueles homens, todos eles de valor, que impensadamente deixáramos vir para os territórios que em Angola limitavam com os da nação com a qual poderíamos, em breve, estar em guerra. Um retirou pouco tempo depois sob qualquer pretexto, porque naturalmente cumprira já a sua missão e tinha valiosas informações a dar. Um segundo conseguira fugir e os outros ficaram e estavam agora presos, julgando-se a si próprios como espíões em tempo de guerra, a quem cabia a pena de morte.

Horas foram passando. Já tinha chegado para mim aquela tremenda época da minha vida, que só terminou em Dezembro de 1917, quando emigrei para a Inglaterra — em consequência da segunda ditadura vitoriosa — e durante a qual o meu dormir nunca foi além de quatro horas por noite.

E virei e revirei o caso destes alemães que de Lisboa deixaram seguir para Angola em desempenho de tão pouco clara missão. — No fim de contas eles tinham cumprido heroicamente a missão que lhes fixou o seu país.

Tinha assim saltado por cima da relutância do governo de Lisboa e conseguido fazer sair de Angola os alemães da missão de estudos. Faltara-me paralisar a acção que os outros alemães, residentes na província, continuavam a exercer.

Em 6 de Novembro de 1914, mais uma vez, em longo telegrama, expus para Lisboa a situação em que nos encontrávamos em Angola. Nesse telegrama, entre outras coisas, passei para cifra o seguinte:

«Peço licença para dizer a V.^a Ex.^a e ao governo da República que o estado de Angola exige sérios cuidados e será naturalmente o seu território, onde primeiro teremos de combater pela nossa nacionalidade e conservação da nossa Pátria. Os alemães continuam a intrigar em toda a província, os agentes do cônsul alemão vão muitas vezes a Benguela, onde vários alemães andam em constantes viagens do litoral para o interior, não se sabendo bem o que fazem nem em que o cônsul alemão gasta o dinheiro que tem levantado do Banco, sendo certo que lho pedem de Benguela. A situação indefinida em que nos encontramos, não me permite tomar providências radicais para evitar as intrigas e os manejos que os alemães estão fazendo

contra nós, sendo inconvenientíssimo manter este estado de coisas. Em Luanda há hoje 63 alemães e cálculo mais de 80 no resto da província».

Depois da chegada das notícias dos massacres de Cuangar e dos outros postos militares do Cubango, a situação subiu de gravidade e tornou-se muito melindrosa. Eu sentia que estava em jogo na colónia o prestígio das minhas funções, o do governo da República e, o que era o principal, a ligação íntima, baseada em respeito, em gratidão e em amor de Angola com a metrópole.

Quando, em 16 de Novembro, dei conta para Lisboa daqueles massacres, executados sem uma palavra sequer, que pudesse ser tomada como ameaça ou prevenção, para a realização dos quais se contou inteiramente com a confiança dos comandantes e das guarnições respectivas, dizia no meu telegrama ser minha intenção proibir, a saída dos navios alemães que se encontravam no porto de Luanda, e que o faria, se dentro de vinte e quatro horas não recebesse ordem em contrário do governo.

Veio em resposta o seguinte telegrama:

«O Conselho de Ministros resolveu acerca dos navios mercantes alemães, que se encontram em portos coloniais portugueses, o seguinte: até se não declarar beligerante, Portugal admite princípio navios alemães possam sair portos, caso peçam licença. Logo seja pedida licença, deve ser passada rigorosa vistoria, a fim de se verificar se navio está em condições de armar em cruzador auxiliar, caso em que será negada licença. Logo que qualquer navio peça licença para sair, deve ser telegrafado pedido e indicado nome navio e sua tonelagem, e demorada a concessão licença até resposta do ministro. No caso de um navio alemão tentar sair sem licença deverão ser empregados todos os esforços, recorrendo-se a todos os meios para evitar saída».

410

Em vista deste telegrama tomei as necessárias medidas de precaução. Nenhum navio alemão sairia do porto de Luanda enquanto eu estivesse em Angola.

Em 20 de Novembro, fui procurado em Luanda pelo cônsul-geral alemão que se mostrou muito sentido com os acontecimentos de Naulila e do Cuangar e que reprovou os actos praticados pelos alemães e a invasão do nosso território. Afirmou ter a certeza de que tudo fora feito sem

conhecimento do governo alemão e ofereceu-se para ir à fronteira acompanhado por oficiais portugueses, a fim de comunicar às autoridades alemãs que não devíamos ser atacados, visto não estarmos em guerra com a Alemanha.

Agradei-lhe e disse-lhe que ia dar conta ao meu governo das suas palavras e do seu oferecimento. No meu telegrama para Lisboa disse: «É minha opinião que de modo algum deveremos aceitar esta oferta. As palavras do cônsul estão em contradição com o radiograma interceptado».

Nada me importavam já as palavras do cônsul.

O que me dava cuidado era, em primeiro lugar, a atitude indefinida que continuava a assumir o governo da República, depois do estado geral da província, em seguida a lentidão com que se estava fazendo a concentração das nossas forças no sul de Angola, também os pequenos efectivos dessas forças e, finalmente, a corroborar as minhas previsões, o radiograma a que acabo de me referir.

Em 12 de Novembro mandei de Luanda, a Roçadas, o seguinte telegrama urgente e confidencialíssimo, com indicação de só por ele dever ser decifrado:

«Acabo de receber telegrama do ministro das Colónias comunicando ter sido avisado pelo governo inglês de que foi interceptado um radiograma, expedido da Winduk para Berlim, em que se diz que Frank marchava contra portugueses».

À espera de Frank, ia Roçadas tomando na Huila, com a sua habitual energia e decisão, as medidas que julgava necessárias: as de carácter militar por sua própria iniciativa e com inteira liberdade de acção; as que envolviam actos administrativos sempre de acordo comigo; as que tinham em vista acelerar a concentração e facilitar o movimento das tropas e o seu municionamento e abastecimento, auxiliadas por mim, na ansiedade de ver as posições militares que Roçadas escolhesse com o fim de parar o ataque de Frank, guarnecidas com todas as tropas disponíveis, bem municionadas e abastecidas.

Em consequência dos meus instantes pedidos para ser reforçada a coluna expedicionária, partiu de Lisboa, na primeira semana de Novembro, um batalhão de Marinha, que chegou a Moçâmedes em 23 do mesmo mês e ao Lubango 20 dias depois, em 13 de Dezembro.

Estes marinheiros teriam sido um admirável elemento na luta contra os alemães. Só depois do combate soube que eles não tinham chegado a tempo e que o mesmo acontecera ao esquadrão de cavalaria 9, que era também um valioso elemento militar.

Fiquei então conhecendo ao vivo aquilo que os meus estudos da Escola do Exército e as descrições de recentes campanhas de ingleses e de franceses, na Ásia e na África, me tinham ensinado.

As forças europeias que têm de marchar, manobrar e combater em regiões como as do sul de Angola, devem pôr inteiramente de lado os seus hábitos, e, em grande parte, a sua instrução militar europeia, e adquirir novos hábitos e nova instrução adequados àquelas terras inóspitas. As campanhas da África serão ainda por muito tempo cheias de privações e de sacrifícios, no que respeita a alimentação a marchas e a qualquer conforto. — Não seria possível transformar rapidamente uma região como a Huila, para nela se fazerem mobilizações, concentrações e estacionamentos à europeia. Mas talvez se tivesse podido transformar os oficiais e os soldados no tempo de que se dispunha...

Em 26 de Outubro de 1914, oito dias depois do *incidente de Naulila*, resolve o governo do Sudoeste Alemão invadir Angola.

As forças, evidentemente, já há muito concentradas, partem Kalkfontein em 27 de Outubro. Em 1 de Novembro, vencidos os 900 quilómetros de linha férrea, desembarca a coluna alemã em Otjivarongo e inicia a corta-mato os 400 quilómetros, que teve de percorrer até ao Cunene. E atingem este rio em 12 de Novembro de 1914.

Gastaram, portanto, 47 dias na sua marcha por via ordinária.

As forças portuguesas chegam a Moçâmedes em 1 de Outubro. Vencem os 169 quilómetros da linha férrea, de Moçâmedes a Vila Arriaga, percorrendo depois, também a corta-mato, mas por terreno incontestavelmente muito melhor do que os da Damara alemã, os 400 quilómetros de Vila Arriaga ao Cuamato, onde, com excepção do esquadrão de cavalaria 9 que, por ordem de Roçadas, fora encarregado de missão que o desviou do local da concentração, chegam de 4 a 7 de Dezembro.

Gastaram portanto, 68 dias a fazer uma marcha mais fácil do que a dos alemães.

A razão é a que indiquei. E que isto nos sirva de lição em futuras campanhas de África.

Lí o livro de von Lettow e quase tudo o que se escreveu a respeito da marcha de Frank em direcção ao Cunene, assim como tenho lido, nestes tempos que vão correndo, muitas informações a respeito de comodidades, distrações e confortos que têm os soldados russos, ingleses e americanos na actual guerra. A conclusão tirada das minhas leituras é sempre a mesma. Serão melhores soldados os que melhor se souberem adaptar às condições do terreno e às necessidades da guerra, e a guerra e os terrenos sobre os quais se marcha e aonde se combate, são sempre inimigos do conforto.

Com tudo isto, está claro, nada tem o brio, a coragem e a heroicidade das tropas, e as tropas portuguesas, nestes pontos, nada têm que invejar a quaisquer outras.

H) O DESASTRE DE NAULILA A SUBLEVAÇÃO DOS INDÍGENAS E A RETIRADA DOS ALEMÃES

Não me abalançarei a descrever, sob o ponto de vista militar, o combate de Naulila. Não tomei parte nele. Estava, quando ele se travou, em Luanda, muito longe do local da sua acção e apenas me foi possível segui-lo nas suas fases iniciais e na derrota e retirada das nossas forças pelos curtos e pouco precisos telegramas, que me iam chegando da Huíla e de Moçâmedes.

Quem quiser tentar saber o que foi o combate entre as forças portuguesas e as alemãs no sul de Angola, em Dezembro de 1914, terá de ler o que há escrito sobre o assunto. E feita vagarosa, cuidadosa e meditada leitura e comparadas entre si as narrações e depoimentos dos diversos informadores, é natural que ao leitor aconteça o que a mim me aconteceu e fique sem saber bem como tudo aquilo se passou. É de notar, porém, ser convicção minha que ninguém será capaz de compreender, como eu, o que se escreveu sobre Naulila, de ler nas entrelinhas das diversas publicações, de adivinhar omissões ou disfarces, de palpar a razão de elogios e louvores,

de críticas e censuras. Ninguém viveu com a intensidade com que eu as vivi, as horas trágicas que decorreram, naquele período, em Angola e em Lisboa, as que precederam de perto o *Desastre de Naulila* as que a ele se seguiram.

Careciam dessas horas os meus 48 anos. O que tinha vivido não bastava. Moldaram-me elas em bloco de aço capaz de resistir, durante três anos, aos embates de toda a espécie que me vieram de tremenda oposição que se levantou contra a intervenção de Portugal na guerra.

Como disse, informei, em 12 de Novembro, Roçadas, de que uma força alemã, comandada pelo major Frank, estava em marcha em direcção ao nosso território.

Roçadas diz no seu relatório⁽¹⁰⁾ que em 28 de Outubro tivera a primeira informação da reunião e marcha para o Cuamato, transmitida pelos cuambis, povo inimigo dos alemães, que habitava o Sudoeste Alemão. Também diz que, em 5 de Novembro, o próprio soba Mandume do Cuanhama – aquele chefe do povo que queríamos aniquilar – o mandara prevenir de que forças alemãs estavam no Cuambi, que quer dizer a uns 140 quilómetros do nosso território e que, em 12 de Novembro, teve nova e idêntica informação do chefe dos Cuambis. No mesmo dia recebeu o meu telegrama sobre o rádio interceptado, a que, naturalmente, não se quis referir dada a natureza e a origem da comunicação que lhe transmiti.

E assim, foram chegando ao comandante das forças portuguesas informações quase diárias do avanço dos alemães, durante todo o mês de Novembro de 1914. Ainda nos três primeiros dias de Dezembro nos chegaram dos indígenas dos dois territórios notícias sobre os nossos inimigos. Depois cessaram por completo as informações e os avisos dos indígenas amigos ou indiferentes. Isso já não era com eles, e, pelos modos, parecia que também não era connosco.

Em 25 de Novembro de 1914, recebeu Roçadas o seguinte telegrama directo do Ministério das Colónias:

⁽¹⁰⁾ Obra citada, p. 166.

«É necessário todos, oficiais e praças, saibam não estamos em guerra com a Alemanha e tomar medidas nossas patrulhas não entrem sequer zona neutra. Facto V.^a Ex.^a estar exercendo funções de governador deve levar pôr-se em contacto autoridades administrativas território vizinho a fim de conhecer sua atitude e fazer-lhe conhecer nossa».

Roçadas era, acima de tudo, uma alta figura de militar, não cumpriu de modo algum a ordem que lhe davam, com um imperativo deve, de ir parlamentar com o inimigo que se aproximava da nossa fronteira, nem fez inteiro caso do que lhe diziam sobre a *zona neutra*. Mas teve de se sujeitar a não mandar patrulhas de reconhecimento, como tão útil teria sido, para o território alemão

Pobre Roçadas! Quanto espanto lhe deviam ter causado estas instruções. «Não estamos em guerra com a Alemanha», dizia o telegrama, e o comandante das forças portuguesas não esquecia, como esquecia o governo do país, que tropas alemãs tinham massacrado nos fortes do Cubango, em 31 de Outubro, oficiais, praças e civis portugueses, e sabia já, de certeza, como o governo do país sabia, que forças importantes alemãs se aproximavam da nossa fronteira para invadir Angola.

De facto escreve Roçadas no seu relatório:

«Por estas informações, a conclusão a que necessariamente chegámos, é que era um facto a invasão alemã no nosso território». Apenas lhe faltou acrescentar, «como tantas vezes mo dissera o governador-geral».

E pobre de mim! Quando em 30 de Novembro me foi comunicado de Lisboa, *para os devidos efeitos*, o telegrama que em 25 se fizera a Roçadas procurei atenuá-lo com o seguinte telegrama que muito estranhei não ser publicado no relatório de Roçadas e que li na Câmara dos Deputados, quando era ministro da Guerra, para pôr as coisas no seu lugar:

«Procure V.^a Ex.^a manter a mais prudente neutralidade e não provocar a hostilidade do inimigo; mas desde que forças alemãs tentem atravessar fronteira deve V.^a Ex.^a impedi-lo atacando-as e perseguindo-as em território alemão, que ocupará até onde lhe for possível».

A segunda parte destas minhas instruções destruíva evidentemente, a sua primeira parte e tentava destruir o telegrama do Ministério das Colónias.

Infelizmente não produziu esse efeito, que eu, para bem e prestígio de Portugal, desejava se produzisse.

Idênticos telegramas fiz, logo que, após a revolução vitoriosa de 14 de Maio de 1915, voltei a ter poder para o fazer aos comandantes das expedições em Angola e Moçambique. «Castiguem os alemães, passem as fronteiras, ocupem território alemão», disse-lhes eu implorativamente.

Um, entre tantos, dos funestos efeitos do telegrama ministerial de 25 de Novembro de 1914 foi evitar que se fizessem na fronteira sul, sem nos importarmos com a *zona neutra*, ou fosse com o que fosse, reconhecimentos com fortes «patrulhas de oficiais» que nos permitissem conhecer, desde a primeira hora, a chegada dos alemães, a sua força e as suas intenções. As palavras daquele telegrama transformaram a natural região de reconhecimentos militares, em *terra proibida*. Entrar nela poderia, segundo o telegrama de Lisboa, acarretar os maiores perigos ao país...

Creio que a avançada da coluna alemã acampou em 11 de Dezembro de 1914 em território da *zona neutra*, e que, em 12 de madrugada, a atravessou e veio acampar a norte dela em local que quase tocava o Cunene, a pequena distância do vau desse rio, a que nós damos o nome de Caloeque e a que os bóers de Angola chamavam Erikson Drift.

Uma importante força alemã acabara pois de invadir o território português. Roçadas podia rasgar o telegrama do Ministério das Colónias e seguir as minhas instruções. Não o fez. Teve, por certo, a sua nobre e corajosa alma de soldado fortes motivos para assim proceder.

De 12 a 17 de Dezembro se conservaram estas avançadas alemãs em nosso território. Em 16 juntava-se-lhe o grosso da coluna do comando de Frank.

Em 12 de Dezembro uma pequena patrulha de dragões portugueses que, depois do meio-dia, passa o Cunene para a margem esquerda, encontra uma forte patrulha alemã, que toma posições e abre fogo sobre os nossos cavaleiros. São feridas duas praças nossas, e os dragões retiram sem levantar os feridos.

Em território português tinham sido atacados soldados portugueses por uma força alemã. Deixáramos dois feridos no campo.

Às 16 horas e meia do mesmo dia o tenente Aragão avança com os seus pouco numerosos e fatigados dragões para o local onde se dera o



Os restos do heróico Esquadrão de Dragões

encontro de patrulhas. Às 17 horas e meia está no Cunene. É recebido a tiro intensivo e retira deixando postos de observação ao longo do rio. A noite cai.

Em 13, Aragão atravessa o Cunene e recolhe os feridos que na véspera tinham ficado no terreno. Trocam-se tiros. Tivemos dois homens feridos, houve um ferido do lado alemão, e fizemos um prisioneiro. Em 14 e 15 não houve a menor actividade combativa, de um lado e do outro. A guarda avançada alemã esperava tranquilamente, em território português, que chegasse Frank com o resto da coluna; os portugueses concentravam-se no forte de Naulila. Um importante destacamento português guardava o vau de Caloeque que os alemães não utilizariam. Só Aragão, os seus oficiais e os seus dragões davam sinal de si.

Em 16 de madrugada chega, como disse, Frank com o resto da coluna. Junta-se à sua guarda avançada e descansa.

No mesmo dia 16 trocaram-se alguns tiros, sem qualquer resultado, entre vedetas e patrulhas dos dois lados. Tudo continua imobilizado desde 12 de Dezembro no território português do sul de Angola, onde acampam, a muito poucos quilómetros umas das outras, tropas regulares de todas as armas, portuguesas e alemãs.

Acabara a concentração em Naulila. À retaguarda, muito à retaguarda, encontravam-se o esquadrão de cavalaria 9 e o batalhão de Marinha; uma companhia de infantaria que estava na Ediva ainda não chegara.

Passam as tropas portuguesas os dias 16 e 17 e a noite de 17 para 18, sem praticarem o mínimo acto de hostilidade contra os alemães, que em 11 de Dezembro acamparam sobre a nossa fronteira, que em 12 avançaram mais de 12 quilómetros para norte, em território português, e feriram nele, com tiros, dois soldados portugueses; que em 16 fizeram novamente fogo sobre vedetas e patrulhas nossas; que durante cinco dias, constituindo avançadas, aguardaram, tranquilamente acampados em terras de Angola, que se lhes juntasse o grosso da coluna e que só pelo meio-dia de 17 se resolveram a deslocar-se em direcção à posição de Naulila, deixando o vau de Caloeque, e as forças portuguesas que o defendiam; à sua esquerda, forças que em nada os importunaram, o que lhes permitiu estacionar tranquilamente, na noite de 17 para 18, já muito perto daquela posição,

onde os esperávamos imóveis, para mostrar bem, segundo os desejos do governo de Lisboa, que apenas nos defenderíamos.

E assim se cumpriu à risca o telegrama ministerial.

Medita-se bem tudo isto e que ninguém se lembre mais no nosso país, de perturbar aqueles que administram e comandam em terras portuguesas longínquas, com ordens absurdas, com interferências destruidoras do prestígio, do bem e da defesa da Nação. Aos dois homens que em Angola tiveram a seu cargo, nos últimos meses de 1914, defender o território português e manter intacta a honra nacional — o governador-geral e o comandante da expedição — bastaria ter dito que cumprissem o seu dever. Os dois, conhecedores como ninguém, da situação, ligados pelos mais estreitos laços de consideração mútua e de amor pela sua Pátria, desempenhariam cabalmente, estou certo disso, a sua patriótica tarefa, desde que outra circunstância essencial se desse — o exercício pleno, no militar e no civil, da autoridade procônsular do governador-geral.

Como as coisas se preparam, com aquela autoridade governativa cerceada, com o comandante militar portador de instruções secretas do governo de Lisboa e com o ministro das Colónias a intrometer-se continuamente na marcha das operações, os resultados teriam de ser como foram: fatalmente funestos.

Acrescia ainda que no Corpo Expedicionário do comando de Roçadas, existiam influências políticas, que a cada passo se revelavam, essencialmente contrárias à guerra entre Portugal e a Alemanha. Mas tivesse o governador-geral os poderes necessários, que essas influências deixariam de existir, dentro de poucos dias, após o desembarque em Moçâmedes.

O combate de Naulila iniciou-se no romper do dia 18 de Dezembro de 1914. Tudo correu bem ao princípio. Os primeiros tiros foram nossos, que não nos deixámos surpreender, na hora indecisa da alvorada, pelo inimigo que, desde a meia-noite, se pusera em marcha, para o ataque a posição de Naulila, a partir dos pontos próximos onde, em duas colunas, tinham chegado ao cair da noite, do dia anterior.

Depois o combate segue com contínuas indecisões dos dois lados. Nem as palavras de Roçadas, nem as de ninguém, faladas ou escritas, conseguiram

nunca fazer-me ver inteiramente como tudo aquilo se passou. Às 9 da manhã o comando deu a ordem de retirada. Os vencedores não nos perseguiram.

Quando, dias depois do combate, falei com Roçadas no acampamento dos Gambos, para onde as forças retiraram, deixando entre elas e Naulila uns duzentos e tantos quilómetros de precipitada caminhada, encontrei-o possuído da mais profunda indignação. Disse-lhe as palavras amigas necessárias, em que lhe mostrava a minha certeza de que a sua bravura tinha sido tão grande, que apagara a tristeza de muitas coisas que se tinham dado.

Se o combate de Naulila foi para nós uma derrota, que se poderia ter evitado, a retirada foi um desastre tremendo.

A retirada das forças que tinham combatido em Naulila iniciou-se em boa ordem. Às 9 horas e meia de 18 de Dezembro de 1914 passou a coluna portuguesa o Cunene de leste para oeste e inflexionou para norte a caminho do forte da Dongoêna, que ficava a uns 25 quilómetros de marcha, e onde a testa da coluna chegou às 15 horas. Foi distribuída uma refeição de bolachas e vinho, e aí deveriam ter ficado a cozinhar rancho quente, em acampamento protegido, à espera da chegada do destacamento do vau de Caloeque, que às 12 horas e um quarto iniciara a sua marcha de retirada.

Em Dongoêna ainda seria possível manter o contacto com o inimigo, que nunca se deveria ter perdido; haveria tempo para esperar pelas unidades que estavam à retaguarda (cavalaria 9, batalhão de marinha e uma ou duas companhias de infantaria europeia) e quase tudo ou tudo se teria salvo.

Mas foi resolvido que se seguisse para o Humbe o mais rapidamente possível. Três horas depois da chegada a Dongoêna, as forças, cansadas do combate e de uma marcha de 25 quilómetros, põem-se a caminho do Humbe, donde as separam 45 quilómetros.

Durante o combate não tinha havido pânico. A marcha precipitada para Dongoêna, a falta de alimentação apropriada, o pequeno descanso, principiaram, a assustar os soldados. A ordem estranha de seguir para o Humbe ao cair da noite principiou a alarmá-los e o pânico a apoderar-se, pouco a pouco, deles. Caminharam ou arrastaram-se até à meia-noite, quando já exaustos os mandaram parar. No negrume da noite, não puderam conciliar o sono, esperando a cada momento que o inimigo caísse sobre eles.

Poderia haver outra razão para caminhar tão depressa? — perguntavam uns aos outros.

As 2 horas e meia do mesmo dia junta-se aos fugitivos o destacamento do vau de Caloeque. Arvoram-no em guarda da retaguarda, encarregam-no de cobrir a retirada e as praças entreolham-se espantadas. É então certo virem os alemães sobre nós?

Na madrugada de 19 a marcha prossegue para o Humbe, onde os soldados chegam espavoridos, famintos; cheios de sede e exaustos. Principiam os primeiros actos de indisciplina.

No Humbe resolve-se evacuar os postos do sul do Cunene. Era necessário, pensou-se, que a retirada do sul para norte fosse geral. A desorientação principiava a invadir a alma colectiva, e, com consequências; praticaram-se actos irremediáveis.

Na manhã de 20 continuou a retirada do Humbe para norte, expedindo-se ao raiar deste dia ordens pelo telefone para o posto Damaquero e para o forte Cuamato, a determinar-lhes a evacuação imediata. Às 13 horas telefonou-se ordem idêntica para o forte Roçadas. Levar-se-ia o que fosse possível e inutilizar-se-ia o restante.

Do forte Roçadas foram levados para o Humbe muitas munições de infantaria e artilharia, e como no Humbe havia também grande quantidade de munições e falta de meio de transporte, resolveu-se destruir umas e outras.

A coluna, em precipitada retirada, já ia longe; os seus componentes ouviram o ruído das explosões destruidoras e o pânico, que tinha continuamente aumentado, atingiu o seu auge. Imaginou-se que a artilharia alemã iniciava a perseguição e que as suas granadas já caíam sobre a coluna e a retirada transformou-se em fuga desordenada e louca. E nessa fuga, nessa loucura, nesse delírio se caminhou dezenas e dezenas de quilómetros até à Caama, onde se chegou a 24 de Dezembro e depois, mais para norte, aos Gambos, tendo atingido 220 quilómetros a retirada total.

Todas estas coisas me foram chegando pouco a pouco a Luanda, dispersas, como farrapos. Dias depois, no Lubango, com informações mais precisas, foi-me possível reconstituir, quase por completo, a tragédia formidável. Mas só medi o abismo em que se caíra, depois da conversa de horas, que tive no Gambos, com Roçadas. A sua indignação e a sua tristeza

eram infinitas. Tinha-lhe fugido das mãos o comando. Falou-me na necessidade imediata de um conselho de guerra, em fuzilamentos...

Acalmei-o, trazendo-o à realidade dos factos, ao que era urgente e indispensável fazer.

O que fui lançando no meu «diário» sobre o combate de Naulila e a retirada de Naulila forneceu-me elementos seguros para escrever o que aí fica e muito mais. Entendo, porém, não dever escrever mais uma palavra sobre esta grande desgraça. O meu «diário», nesta parte, como tem acontecido à maior parte das outras, vai ser destruído.

Só me basta que fique o essencial. Fomos derrotados em Naulila; retirámos precipitadamente, sem olhar para trás, sem querermos curar do que fazia o inimigo; o pânico acompanhou-nos e foi crescendo até se tornar em loucura e em delírio.

Como se evitam calamidades desta natureza? Não fugindo dos perigos que nos ameaçam, não os contornando, correndo para eles de frente por maiores que sejam, resolvidos a vencê-los. E procedimentos desta natureza só valem, só são possíveis de seguir e de executar, se a Nação inteira e unida os tomar à sua conta.

Nos dias de Naulila a Nação estava já dispersa e principiava a dilacerar-se internamente. No seu vasto território só uma parte se conservava unida e sabendo bem o que queria. Era Angola. Mas a força expedicionária que veio defender o seu território, trazia no seu seio as terríveis divergências nacionais.

Quando o general Pereira de Eça, meses depois do *desastre de Naulila*, conseguiu fundir as forças que foram derrotadas, com as que não tinham entrado em combate e com as que da metrópole foram chegando, a situação modificou-se completamente, apesar de na metrópole se ter apoderado do poder um governo germanófilo. Foi essa modificação, sem dúvida, devida às raras qualidades de chefe militar e de português, que concorriam na grande figura de Pereira de Eça, mas a transformação do sentir colectivo das forças militares às quais competia a defesa dos territórios de Angola, constituiu a principal causa da profunda diferença de duas épocas tão próximas. O comando dessas forças e todos os seus componentes sentiam bem que os inimigos eram os alemães e que de um lado estavam esses inimigos e do outro portugueses com ideais e políticas diversas, é certo, mas

acima de tudo tendo a peito a defesa do território e dos altos interesses nacionais. Na memória de todos conservam-se dolorosamente a Missão de Estudos, o *incidente de Naulila*, os massacres do Cuangar e dos outros postos do Cubango, a invasão alemã de terras portuguesas, o combate de Naulila, a tragédia da retirada para os Gambos e a revolta total do gentio do sul.

Pereira de Eça escreve num ofício que dirigiu em Lisboa ao ministro das Colónias, antes de embarcar para Angola, a dar conta do seu *projecto de operações*:

«*Objectivos* — Como consequência da situação de Angola, os objectivos que eu devo ter em vista são:

1.º Reocupação de todo o território abandonado e consequentemente a reconquista directa do nosso prestígio sobre o gentio do extremo sul de Angola e indirecta sobre o gentio de toda a província. 2.º Fornecer aos governadores, elementos para sufocarem prontamente qualquer rebelião que, apesar dessa reconquista, se manifeste nos seus distritos. 3.º Colocar o grosso das forças do meu comando em condições de: a) fazer face a qualquer nova investida dos alemães ou mesmo penetrar no seu território, vingando o insucesso de Naulila, se a situação permitir adoptar, sem perigo, uma atitude ofensiva; b) simultaneamente preparar a ocupação do território do Cuanhama; c) cooperar com os nossos aliados da África do Sul, se eles forcarem os alemães a dirigirem-se para a nossa fronteira».

E no seu relatório, Pereira de Eça diz: «Recebi no Lubango (devia ser em 12 de Julho de 1915) o telegrama participando-me que os alemães da Damaraland se tinham rendido ao general Botha e com verdade deve dizer-se que foi esta a notícia mais desagradável que em toda a campanha me chegou».

A orientação e o espírito que ressalta da transcrição do ofício ao ministro, e do relatório, são inteiramente os mesmos que me animaram no meu governo de Angola desde a primeira hora da Grande Guerra. Mas as circunstâncias eram muito diferentes, e eu não tinha nem as qualidades nem o prestígio militar do general Pereira de Eça.

Que fazem os alemães após o combate de Naulila?

De positivo apenas sei que ao cair da noite de 19 de Dezembro, 34 horas depois de iniciada a retirada das forças portuguesas para norte, as forças alemãs retiraram para o sul.

Quais as razões deste procedimento por parte de tropas vitoriosas? Ignoro-as.

Tantas podem ser elas, e posso apontar as seguintes como prováveis e a produzirem efeito isoladamente ou em conjunto:

a) O pequeno efectivo das forças alemãs que, segundo fontes alemãs, eram apenas:

450 praças europeias montadas;

150 praças indígenas;

38 oficiais;

2 médicos;

2 guias (um membro da Missão de Estudos e um bóer de Angola).

O material era constituído por:

4 peças de montanha;

2 peças m/96;

2 metralhadoras;

No combate, esta força foi, pela seguinte forma, enfraquecida:

Mortos 12 europeus, incluindo 2 oficiais;

Feridos 10 oficiais e 20 praças europeias;

b) O conhecimento que os alemães tinham das nossas forças, as que retiraram de Naulila, as que estavam em várias localidades; a pequenas distâncias, as que vinham caminhando para sul (esquadrão de cavalaria 9 e batalhão de Marinha) as já embarcadas em Lisboa e próximas a chegar a Moçâmedes.

c) O grave ferimento, que Frank tinha recebido em Naulila e que inteiramente o inutilizara.

d) A revolta geral do gentio do sul.

São estas duas últimas causas as mais prováveis, julgo, da retirada quase imediata dos alemães.

Os indígenas ovamos do Sudoeste Africano, da mesma raça e em constante contacto com os indígenas portugueses do sul de Angola tinham verdadeiro ódio aos alemães. As notícias sobre a nossa retirada, sobre os primeiros sinais da revolta do gentio contra nós, indicada desde a primeira hora pelo abandono, por parte dos cuamatos, das posições e tarefas que lhes tinham sido fixados em Naulila, deviam ter mostrado aos alemães que se encontrariam em breve com uma pequena força europeia no meio de uma enorme região revoltada, cercada, com as comunicações cortadas por todos os lados, sem um comandante de valor, conhecedor das guerras de África, e com grande parte dos oficiais impossibilitados por ferimentos. Retirar o mais rapidamente possível era o único procedimento a seguir. O seu audacioso golpe contra nós não dera o resultado esperado.

Pena foi que nos tivessem feito prisioneiros. O mais lastimoso resultado do combate de Naulila foi termos tido:

Mortos — 3 oficiais, 54 praças europeias e 12 indígenas.

Feridos — 5 oficiais, 61 praças europeias e 10 indígenas.

Prisioneiros — 3 oficiais e 34 praças europeias.

Os pretos da nossa Província de Moçambique, (landins) da 15.^a e da 16.^a companhias indígenas que os alemães aprisionaram, foram todos de Moçambique, que os alemães aprisionaram, foram todos por eles enforcados...

Quando em fins de Dezembro chegaram a Luanda, em telegramas sucessivos, as notícias do que tinha acontecido no sul de Angola o espanto, a indignação e o receio do que se poderia seguir, foram fora de todas as proporções. Principiou também a rastejar a especulação política...

Tive, com o coração a sangrar, de tomar as medidas necessárias para acalmar e para manter a ordem. Facilmente o consegui.

Fiz embarcar para Lisboa todos os alemães que se encontravam em Angola e entre eles o cônsul e o vice-cônsul alemão e as tripulações dos navios alemães.

Que deles fizessem lá o que quisessem. Apoderei-me dos navios alemães e de propriedades rurais alemãs.

Reagi contra as ordens em contrário, que me vieram de Lisboa e fiz, o que resolvera fazer, o que acabo de dizer.

E feito isto fui para onde me chamava o meu dever. Parti para o sul. Tive, como disse, uma longa conferência com Roçadas, nos Gambós, para onde segui de automóvel. Ainda não sabia o que era feito dos alemães, que nos tinham derrotado. Nunca esquecerei o que dissemos nesse longo e triste conversar.

Falei como chefe, marquei as directivas. Tínhamos de recuperar o perdido e, acima de tudo, vingar as humilhações que sofrêramos. O seu dever era, antes de mais, saber ao certo onde paravam, o que faziam, os alemães; inteirar-se da atitude e intenções do gentio e marchar o mais rapidamente possível, para vencer, ocupar e vingar, a caminho do sul.

Era a tarefa que lhe competia como comandante das forças.

Eu tomaria a meu cargo todo o serviço de retaguarda: o desembarque das novas forças a chegar de Lisboa, o seu rápido caminhar para o local da concentração, o serviço de abastecimentos, os meios de transporte desde o mar aos locais de combate...

E principiei a trabalhar na tarefa que me impus, com o meu habitual afino e entusiasmo.

Pouco tempo a tive nas minhas mãos.

A Nação entendeu substituir-nos nos nossos cargos, ao comandante das forças expedicionárias e a mim.

E fez, com o seguro instinto, que sempre a tem guiado através da sua brilhante história, o que devia fazer.

No fim de contas, os portugueses a quem os alemães principalmente derrotaram fomos nós dois: Roçadas e eu.

E eu mais do que ele, porque era o chefe supremo em Angola.

I) A INVASÃO DE MOÇAMBIQUE

Se no que disse sobre a invasão dos alemães em Angola me abstive, o mais que me foi possível, de tratar do aspecto militar daquele acontecimento, com maioria de razão o farei ao referir-me a Moçambique.

Não fui comandante de nenhuma das expedições de tropas nossas às duas grandes províncias portuguesas, nelas não tive a honra de tomar parte

como soldado ou oficial, e se em Angola o alto cargo que naquela província desempenhava, me obrigou a não perder o contacto com o comando da primeira expedição, vendo-me por vezes na necessidade de não olhar a barreiras que se erguiam, na metrópole e na colónia, para me separarem da acção militar, fi-lo sempre muito ao de leve, porque era meu dever não perturbar, nas circunstâncias de perigo nacional em que se encontrava Angola, a resolução, que não me fora explicada, que tomou o governo da República de colocar no território daquela província forças militares em situação quase inteiramente independente do poder supremo do governador-geral.

Reconheci depois quão errada tinha sido aquela resolução e arrependi-me de não ter saltado por cima dela. Outros saltos maiores dei na minha vida...

Mas só depois da derrota de Naulila, em face de circunstâncias que nos poderiam ter sido fatais, vi bem o meu dever e passei a fazer sentir fortemente o poder de que estava investido, orientando, determinando e mandando.

De resto, o principal fim destes tomos IV e V das minhas *Memórias* é mostrar os aspectos político, nacional e internacional da intervenção de Portugal na Grande Guerra de 1914-1918.

Se a situação política de uma nação passa a ser influenciada por elementos estranhos aos interesses nacionais, à vida e ao sentir dessa nação, o agir nacional, perante um conflito mundial, perturba-se e confunde-se, e a fixação da posição a mais conveniente em face da guerra, torna-se impossível.

Tudo depende, pois, da situação política interna.

Talvez, depois de se lerem estes dois volumes, se conclua que o difícil na vida de uma nação não é o deixar de tomar parte na guerra que o cerca, que bate à sua porta, invadindo terras suas, fazendo correr sangue dos seus filhos no seu próprio território e praticando os mais abomináveis actos: mas sim o entrar nela com o fim de castigar propósitos de espoliação, atropelos e violências e de garantir a segurança nacional.

Pena tenho, porém, de não ter tempo nem competência para fazer um estudo integral, em que a ciência militar se juntasse a um alto espírito

patriótico, das campanhas que se desenrolaram em Angola e Moçambique durante a Grande Guerra. Tudo se deveria pôr a nu nesse estudo, analisando e criticando, com independência, verdade e serenidade.

Existe numerosa literatura sobre estas campanhas e dormem nos arquivos milhares de documentos que lhes dizem respeito. Muito bom seria que numa cadeira da Escola do Exército, onde se estudassem as Campanhas Coloniais, professores e alunos meditassem profundamente no que foram as invasões de Angola e de Moçambique, pelos alemães, durante a Grande Guerra e no que foi a nossa reacção perante elas.

E uma e outra dessas duas campanhas deveriam ser tecnicamente e patrioticamente comparadas com a que Botha dirigiu no Sudoeste Africano contra os alemães na mesma época e, principalmente, com a que, sob a direcção do tenente-coronel do Exército alemão, von Lettow, se estendeu durante quase toda a guerra na África Oriental.

E deixem-me dizer também que lamentável é que a Nação ainda não tenha — vinte e sete anos depois de terminada a Grande Guerra — publicado a obra monumental sobre a participação que nessa guerra tomámos, acto de energia e de vitalidade e, principalmente, manifestação de firme propósito de continuarmos a viver como nação inteiramente independente e na posse integral do nosso património colonial.

À sombra deste acto de valor e deste propósito de vida nacional plena, livre e grande, temos conservado a nossa existência nestas três décadas.

Se a situação de Angola mostrava claramente, como acaba de se ver nestas longas páginas, que de modo algum Portugal se poderia manter neutral, mais patenteava a situação de Moçambique a impossibilidade dessa neutralidade em face da guerra que nos primeiros dias de Agosto de 1914 principiou a assolar a Europa.

A questão das neutralidades, não somente de Portugal em particular, mas também de todas as nações, do mundo, e encarada tanto em relação a guerras como ao que respeita a conflitos de outra natureza, aos económicos principalmente, merece nestas «Memórias» mais desenvolvimento e referências do que foi possível dar-lhes neste tomo. Será um dos pontos em que terei de me demorar no tomo V. Neutralidade ou não neutralidade foram aspectos da vida nacional portuguesa, que, por largos anos e em

dolorosas circunstâncias, se associaram intimamente com a minha vida pública.

Mas bastaria a hipótese, tão provável em 1914, de não nos podermos manter neutrais em Moçambique, justaposta à certeza, que não podíamos deixar de ter, que um dos fins da Alemanha ao declarar a guerra naquele ano, como igualmente se deu em 1939, era o alargamento dos seus territórios coloniais de África, para nos devermos preparar militarmente em Angola e em Moçambique, tendo em vista a defesa do território nacional naquelas longínquas paragens.

Nada se fez, porém, apesar de se ouvir dizer instantemente na metrópole e nas colónias, nos anos que decorreram de 1890 a 1914, parecer impossível que as numerosas expedições militares, que tinham seguido e estavam seguindo para as nossas colónias de África, pouco ou nada nelas deixassem ou provocassem quanto a aquartelamentos, depósitos diversos, abertura de comunicações, transportes, mobilização de indígenas, estabelecimento de posições guarnecidas com forças adequadas, numa palavra, de valiosa ocupação defensiva do território.

Passou sobre aquele ano de 1890 mais de meio século e tudo se encontra no mesmo estado no que respeita à defesa das regiões do ultramar.

Estava eu de há muito convencido de que as expedições militares enviadas da metrópole para, submeter indígenas insubmissos, apesar dos altos e grandes benefícios que delas resultaram para a ocupação territorial e para a grandeza e prestígio da Nação, dos sacrificios que fizeram os seus componentes, dos perigos que correram e da heroicidade de que tantas provas deram, não constituíam, de modo algum, nem prática, nem experiência, nem lição para nos defendermos de inimigos de civilizações idênticas à nossa, que na África estavam a tomar, perante nós e para futuras contendias, o lugar dos indígenas; e que essas expedições muito concorriam até para deformar a concepção do que seria em África uma guerra contra europeus.

Esperei que as campanhas contra os alemães, que se feriram em Angola e Moçambique no período da Grande Guerra, nos serviriam de lição e que passaríamos a olhar para aquelas terras, sob o ponto de vista militar, de maneira inteiramente diferente.

Enganei-me por completo.

Também é de notar que as expedições que desde o início da Grande Guerra mandámos para África e principalmente as que seguiram para Moçambique não podiam ter sido pior organizadas do que foram.

Apesar disto fizeram milagres, cumpriram, a missão principal que foi — é mister repeti-lo — conseguir que, quando a Alemanha se declarou vencida na Europa, não houvesse um único soldado alemão nos territórios portugueses de África.

O que poderíamos ter feito, se existisse nas nossas colónias de África a organização militar que nelas deve haver, se se tivesse pensado, com tempo, em tudo, preparar para receber essas expedições nos territórios africanos e se elas fossem dotadas da organização que deviam ter...

Foram três as expedições enviadas da metrópole para Moçambique, durante a Grande Guerra e a cada uma delas correspondeu um comandante diferente. Outros resultados se teriam obtido se tivesse sido possível conservar naquela província o mesmo comandante durante todo o período — a guerra, ainda que com períodos de repouso na África do Sul, alternando no comando com um 2.^o comandante que com ele tivesse feito juntamente o primeiro período da campanha. Conveniente teria sido também que as praças expedicionárias se não tivessem substituído por completo de cada vez e fosse estabelecido um *roulement* que permitisse evacuar e substituir rapidamente os que se mostrassem incapazes, sob qualquer aspecto, de serviço militar daquela natureza.

Pena foi também que se não tivesse aprovado a sugestão que fiz, antes da minha partida para Angola, ao ministro das Colónias, para estabelecer um campo de instrução e preparação no Algarve, onde se concentrassem e treinassem as tropas expedicionárias destinadas à África.

Pode a campanha de Moçambique dividir-se nas cinco seguintes fases, correspondentes, cada uma delas, a atitudes diversas das forças portuguesas e alemãs em operações:

1.^a Fase — Vai desde os primeiros dias de Agosto de 1914 à declaração da guerra entre Portugal e a Alemanha, em 9 de Março de 1916. Nesta fase se inclui o ataque dos alemães ao posto português de Maziúia, na madrugada

de 25 de Agosto de 1914, e também, apesar de a exceder de um mês, a ocupação de Quionga pelas tropas portuguesas, em 10 de Abril de 1916.

Compreende esta fase, a estadia em Moçambique da 1.^a expedição do comando do ilustre oficial, tenente-coronel de artilharia Massano de Amorim que chegou a Lourenço Marques em 16 de Outubro de 1914 regressando à metrópole em Novembro de 1915.

Estas primeiras forças expedicionárias não entraram em qualquer combate nem ocuparam nenhum território na posse do inimigo.

Limitou-se a expedição a reconhecer o terreno ao longo da margem direita do Rovuma; a construir precárias instalações; a esboçar a ocupação desse terreno, em profundidade, e abrir algumas estradas, duas das quais permitiam o trânsito de automóveis e a construção de linhas telegráficas. Não tendo combatido, muito mais poderia ter feito do que fez, e deixar à expedição que se lhe seguiu, instalações e ocupação militares, dignas deste nome. Também desta 1.^a expedição deviam ter ficado em Moçambique um grupo de oficiais, sargentos e praças que garantissem a ligação no tempo, a continuidade dos esforços grandes ou pequenos, que fizera na zona de operações.

Em fins de Maio de 1915 telegrafou o governo da metrópole para Moçambique, estranhando a inactividade e imobilidade das forças expedicionárias, depois de se ter dado o ataque alemão ao posto de Maziúia, e de tudo o que tinha acontecido em Angola, e determinando que se passasse à ofensiva, ocupando Quionga e atravessando o rio Rovuma.

Não produziu o menor efeito este telegrama que por mim foi redigido.

Estava então convencido o governo, que tinha substituído o da ditadura de Pimenta de Castro, que a situação das forças alemãs permitiria ocupar facilmente, naquela ocasião uma larga zona de terreno a norte de Rovuma, onde nos fixássemos para ulteriores avanços. Outra expedição se estava preparando e seguiria sem demora, dizia-se ao governador.

Novo telegrama se expediu dias depois no mesmo sentido, marcando para limite a atingir, a norte do Rovuma, o rio Rufigi.

Resolveu o governo da República, após inteiro conhecimento do que se estava passando em Moçambique, organizar uma nova expedição, por decreto de 11 de Setembro de 1915.

Esta 2.^a expedição chegou a Porto Amélia em 7 de Novembro do mesmo ano. Parece que um destino implacável a levou a seguir o procedimento da anterior. Desembarcou, estacionou e deixou que as doenças tropicais a minassem, a fossem apodrecendo lentamente.

Depois de muito instado pelo governador-geral de Moçambique, o comando da expedição resolveu-se a ocupar Quionga. Tinha decorrido como disse, um mês depois da Alemanha nos ter declarado a guerra e cinco meses depois do seu desembarque.

E assim terminou a 1.^a fase da campanha de Moçambique.

Inicia-se a 2.^a fase ainda com esta expedição nas terras portuguesas da margem direita do Rovuma.

Esta 2.^a fase vai de 26 de Abril de 1916 a Agosto do mesmo ano e é caracterizada por uma fraca ofensiva dos alemães ao longo do Rovuma e, por parte das forças portuguesas, por mal sucedidas operações de ofensiva.

Mostra a análise desta fase da campanha, que a guarnição da margem, esquerda do Rovuma, pelas forças alemãs, era muito deficiente e que fácil nos deveria ter sido, então, fazer internar o inimigo e assenhorearmo-nos de uma larga zona da margem norte do rio fronteiriço.

A resolução de se atravessar o Rovuma nas alturas dos postos de Namaca e Namiranga, em 27 de Maio de 1916, fez nascer a esperança de que as coisas tinham mudado e que se ia entrar no bom caminho. Não conseguiram, porém, as tropas portuguesas fazer a travessia e sofreram nesse dia grande desaire.

A 2.^a expedição nada mais poderia fazer...

Uma nova expedição, a 3.^a, se estava então organizando na metrópole. Chegou a Palma nos primeiros dias de Julho de 1916. O seu efectivo atingia 159 oficiais, 4.483 praças e 945 solípedes. Até ao fim de Julho e princípios de Agosto foram chegando mais contingentes, que elevaram consideravelmente estes efectivos.

Tínhamos péssima artilharia e poucas metralhadoras, um mal organizado serviço de subsistências, e quanto a serviço de saúde não podia ter sido pior do que foi.

Apesar disto principiámos a fazer milagres, a mostrar que, melhor organizados e sobretudo, melhor conduzidos, poderíamos ter marcado brilhantemente a nossa posição na África Oriental.

É o que nos faz ver a 3.^a fase da campanha que se pode classificar como sendo de uma decidida *ofensiva portuguesa*. Vai de 17 de Agosto de 1916 a meados de Dezembro do mesmo ano. Praticaram-se no seu decorrer feitos de grande valor, de decidida vontade de derrotar os alemães, de ocupar território a que chamavam seu, de afirmar mais uma vez a norte do Rovuma, a nossa ocupação. Passámos com denodo o Rovuma, por várias vezes, e fizemos avançadas de valor nas terras do norte; e se é certo que os alemães nos opuseram resistência tenaz, que impediram os nossos avanços e a nossa fixação além Rovuma, não há a menor dúvida de que lhes pagámos, na mesma moeda: o Rovuma continuou, até ao fim de 1917, a ser a fronteira inexpugnável da província portuguesa de Moçambique.

A partir de Janeiro de 1917 parece que um vento mau principiou a varrer o espírito combativo de que as nossas forças tinham dado tantas provas. Foi um mau ano para os portugueses, o de 1917. Terminou com o eclipsar de um regime vigoroso, e o de 1918 foi já o descalabro.

A 4.^a fase da Campanha, que se inicia com o ano de 1917 e dura quase todo este ano, é caracterizada por um enérgico da ofensiva alemã. Parece, a quem estuda os sucessivos episódios da campanha iniciada em 24 de Agosto de 1914, com o assalto a Maziúta, que o comando alemão adivinhava que alguma coisa funesta se estava passando em Portugal, que nos enfraquecia. Principiaram então a dar-se os primeiros passos para a invasão do território português, e esta invasão constitui a última e 5.^a fase da campanha, a mais dolorosa; a que foi, por todos os motivos, verdadeiramente humilhante para nós.

Que o bom senso do povo português, a sua serenidade, a resistência a propagandas que enfraquecem a nossa solidariedade, a nossa unidade; o espírito democrático que sempre nos animou e aguentou através da nossa longa e firme história, evite de futuro humilhações desta natureza.

Não desejo fazer aqui quaisquer comentários sobre esta última fase da campanha de Moçambique.

Esses acontecimentos nada têm com os meus trabalhos e se muito, sem dúvida, se fixaram na minha memória, a minha acção em nada influiu neles. Houve sempre o cuidado de afastar o governador de Angola, primeiro, e o ministro da Guerra, depois de tudo o que respeitava a expedições militares para as colónias. Seria poder demasiado para um homem só. Um dia, após instruções de mobilização geral por mim dadas na minha qualidade de ministro da Guerra, e que, naturalmente, abrangiam todas as forças e todos os recursos nacionais, fui surpreendido pela publicação de duas circulares, uma do ministro das Colónias, em que se dizia que o plano de mobilização colonial estava a ser elaborado pela repartição colonial competente, outra do ministro do Interior, declarando que as forças da Guarda Republicana, dadas as suas características peculiares, não podiam ser consideradas como fazendo parte do exército mobilizado.

Difícil de governar é este nosso querido Portugal.

E assim termino este capítulo II deste tomo IV das minhas *Memórias*.

CAPÍTULO III

UM RELATÓRIO

Foram as palavras, que vão ler-se, escritas sob a mais profunda das indignações pessoais. Mas tive ao escrevê-las a força de vontade e a serenidade bastantes, para só deixar ao meu sucessor, para quem unicamente as escrevi, indicações que julguei constituírem informação útil para a execução da tremenda tarefa que sobre os ombros lhe caíra, e para o não perturbar com coisas que só a mim diziam respeito. E fui mais além, pois tive a coragem de dirigir o meu relatório ao ministro que, baixamente e sem o menor sentimento de dignidade pessoal e hierárquica, me ofendera; para, naquele momento de tanta gravidade para a Nação, não diminuir de leve que fosse o prestígio do governo nacional, perante um dos seus servidores mais categorizados, como era o ilustre general Pereira de Eça.

Como no meu relatório se encontram passagens que parecem contradizer-se, e outras que não correspondem claramente à maneira como a minha substituição no governo-geral de Angola se deu, quero nestas «Memórias» dizer o mínimo que a correcção que me impus ao principiar a escrevê-las, me permite dizer.

Feito o meu telegrama de 30 de Janeiro de 1915, que no relatório transcrevo, e principiando a breve trecho a reconhecer que da parte do governo ditatorial, que se tinha apoderado do poder, não me era manifestada a confiança de que absolutamente carecia, resolvi, como também digo no relatório; apresentar o meu formal pedido de demissão.

Foi ela accite, e, ao mesmo tempo, foi-me perguntado se podia continuar à frente da província até à chegada do meu sucessor.

Respondi que sim.

Tudo isto vem narrado no relatório.

O facto, é, porém, que não esperei pelo meu sucessor.

Porque motivo?

Quando, à espera do general Pereira de Eça, continuava a fazer todos os esforços tendentes a preparar Angola para se defender de uma poderosa invasão por parte dos alemães do Sudoeste Africano, que então pensava vir a dar-se, sem a menor dúvida, dentro de poucas semanas recebi um telegrama do ministro das Colónias do governo ditatorial, em que a minha dignidade era violentamente ofendida. Respondi, repelindo a ofensa em termos que traduziam a minha violenta indignação, e declarando que não esperaria pelo meu sucessor, que partia no primeiro vapor para Lisboa, que deixava, desde aquela hora, de me considerar funcionário colonial, pois não queria continuar a servir, mais um momento, sob as ordens do ministro a quem me dirigia. Deixei ao general Pereira de Eça uma carta particular, em que lhe explicava os motivos que me levaram a quebrar a minha promessa de esperar pela sua chegada e escrevi o relatório, que vai ler-se.

nenhuns outros comentários tenho a fazer-lhe. Mostrando o meu pouco valor, mostrará também a minha boa vontade de servir a minha Pátria e falará por si:

9.º Relatório Confidencial para Sua Excelência o ministro das Colónias

Lobito, em 23 de Fevereiro de 1915

Ex.^{mo} Senhor:

Início este relatório, destinado não somente a V.^a Ex.^a mas também ao meu sucessor no governo-geral de Angola, quinze dias depois de saber que o meu pedido de demissão foi accite pelo governo da República.

No meu primeiro relatório confidencial⁽¹⁾ disse eu, em data de 21 de Setembro de 1914, dirigindo-me a um dos antecessores de V.^a Ex.^a, o seguinte: «Pode V.^a Ex.^a estar certo que pelo serviço do meu país estou pronto a sacrificar sem a menor hesitação a minha carreira, a minha vida e até o meu nome, se tanto for preciso».

Em 30 de Janeiro de 1915⁽²⁾, dirigi de Lubango, a V.^a Ex.^a, o seguinte telegrama:

«Presentes circunstâncias não posso nem devo pedir minha demissão mas é meu dever dizer V.^a Ex.^a que governo da República precisa ter nesta ocasião frente província Angola pessoa em quem deposite absoluta confiança e que sem menor ressentimento me curvarei perante o que governo, tendo em vista altos interesses Pátria e República, entenda dever fazer».

Para governar Angola no momento actual é indispensável que o homem que se encontra à frente da colónia possua absoluta confiança do governo Central, tenha uma grande independência de acção, as mais latas atribuições e faculdade, e que à sua disposição sejam postos os recursos em pessoal, animal, material e dinheiro que ele pedir, sem limitações, sem exigências, de explicações; sem conselhos e indicações vindas de Lisboa, que algumas vezes fazem sorrir, mas que a maior parte das vezes dão vontade de chorar.

Convencido de que, por um motivo ou por outro, eu não era perante o governo da República o homem de confiança que deve estar à frente da província, procurei facilitar a minha substituição, pedindo a minha demissão, apesar da natural relutância em deixar um posto de honra exactamente na hora em que os trabalhos, as responsabilidades e os perigos tanto tinham

⁽¹⁾ A partir do meu regresso a Angola, onde cheguei a 2 de Setembro de 1914 mandei em todas as malas relatórios circunstanciados ao ministro das Colónias. Roubaram as cópias que deles tinha, quando, nos primeiros dias de Dezembro de 1917, os homens da segunda ditadura assaltaram a minha casa. Não me foi possível encontrar qualquer exemplar nos arquivos públicos.

⁽²⁾ Em 25 de Janeiro tinha sido derrubado o governo Republicano pela primeira ditadura de carácter totalitário o que explica este meu telegrama.

aumentado, e em que a minha experiência e o meu conhecimento da província, dos seus homens e das suas coisas, davam certo valor à minha presença em Angola.

Era indubitável que eu não tinha a confiança do governo, que ele não me dava as atribuições, as faculdades e, sobretudo, os recursos de que eu absolutamente carecia para governar e nestas condições só me restava sair sem receio de me poderem alcunhar de fraco ou timorato, porque quase três anos de governo e administração de Angola, onde trabalhei como poucos, onde consolidei e fiz respeitar as instituições republicanas, onde sempre me esforcei por levantar bem alto, perante estrangeiros, o nome português, onde nunca perdi de vista a dignidade nacional e a natureza da nossa missão como nação colonizadora, onde sempre castiguei o vício, a desonestidade e a corrupção, sem considerações ou receios de qualquer espécie, onde me esforcei por ser, não somente pelo meu lugar, mas principalmente pelo meu procedimento, o primeiro funcionário da colónia, e porque esses anos de governo me dão o direito de sair daqui de cabeça erguida, e falam já por mim e mais alto falarão de futuro.

Veio V.^a Ex.^a ao encontro dos meus desejos, por forma penhorante e que muito lhe agradeço, comunicando-me a mim e a diversas entidades, que julgavam bem pedir a minha continuação à frente da província: «que o governo inspirado nos interesses da colónia e da Nação entendeu necessário concentrar nas mesmas mãos o comando superior das forças em operações e o governo-geral da província, nomeando para ambos estes cargos um general».

Foi em 9 de Fevereiro que recebi a primeira comunicação de V.^a Ex.^a a este respeito. No mesmo dia, dirigi o seguinte telegrama aos governadores dos distritos, secretário-geral e chefes dos serviços provinciais: «Em 4 corrente pedi minha demissão. Em 5 recebi telegrama ministro dizendo governo atendendo efectivo forças operações sul Angola resolveu nomear seu comandante general Pereira de Eça que seguirá paquete 22. Ministro respondeu em 8 ao meu telegrama de 4 aceitando meu pedido de missão dizendo governo resolveu que general Eça acumulasse comando forças com governo província e perguntando se posso continuar com governo até chegada meu sucessor, a quem daria todos esclarecimentos sobre situação



Norton de Matos em Luanda
quando alto-comissário de Angola

e faria até sua chegada todo possível para lhe facilitar sua difícil missão. Acho só vantagens poderão resultar da reunião mesmo alto funcionário funções de governo e de comando e tenho certeza V.^a Ex.^a e todos funcionários província continuarão, como até hoje, a prestar a mim e depois ao meu sucessor o mais patriótico e desinteressado auxílio».

De todos os lados me estão chegando manifestações de simpatia e provas de pesar pela minha retirada, o que me mostra que alguma coisa de útil fiz durante o meu governo, e sobretudo que a colônia se tinha habituado a ter confiança em mim. A todos fiz sentir que a melhor solução nas presentes circunstâncias era a adoptada pelo governo da República, e julguei do meu dever esquivar-me a manifestações que tomassem carácter público, como jantares, recepções e outras, com que em alguns pontos da província me queriam obsequiar. Os telegramas que para aí têm sido expedidos por diversas entidades, sem deles ter conhecimento senão nestes últimos dias e depois da sua expedição, representam, a meu ver, principalmente o sentir da província sobre as desvantagens que, em regra, resultam para a administração colonial das mudanças frequentes de governadores, sem se pensar que essas mudanças são, por vezes, absolutamente necessárias e que delas só vantagens resultarão, desde que sejam feitas com critério e no momento próprio.

E representam ainda outra coisa.

A província de Angola habituou-se durante o meu governo, por circunstâncias diversas muitas delas alheias ao meu esforço e à minha vontade mas sempre aproveitadas e orientadas por mim, a que se constituísse nela uma opinião pública e a que essa opinião fosse cada vez mais ouvida e mais respeitada. É natural, é humano, neste estado de coisas ainda mal firmadas, que se tema ou se receie, que uma mudança de governador leve tudo ao antigo estado, em que o pensar, o sentir e o julgar da população de Angola nada ou quase nada pesava no espírito do governador, apenas inspirado pelo santo e a senha que em Lisboa lhe tivessem dado.

O nome do alto funcionário que o governo da República escolheu para governador de Angola constitui, porém, segura garantia de que tal não acontecerá, e de que os mais seguros processos de administração colonial

se aliarão aos mais sãos princípios republicanos e liberais no governo da província, da mais rica e da mais portuguesa das nossas colónias.

E exposta, como o acabo de fazer a minha situação perante a colónia, que tive a honra de governar, perante V.^a Ex.^a e o governo da República, perante o meu ilustre sucessor e perante a minha consciência de soldado e de funcionário público passarei a aproveitar o pouco tempo de que disponho para informar sobre o que se me apresenta como o estado da Província de Angola no momento presente, e sobre o que se me afigura como mais próprio e conveniente fazer.

A) SITUAÇÃO GERAL

Depois do combate de Naulila e da retirada das nossas forças para os Gambos, a situação do sul de Angola desenha-se pela forma seguinte: Ao longo do baixo Cubango, arrasada a linha de fortes construída com tantos sacrifícios e com considerável energia por João de Almeida, mantida e consolidada com tanta perseverança e tacto pelo tenente de Marinha Silva Nunes e massacradas traiçoeiramente as guarnições daqueles fortes; subindo para norte, pelo vale do mesmo rio, abandonando o posto A, de maneira que podemos considerar como nula, como completamente perdida a nossa ocupação até à linha Cuchi, forte Cubango e Cassinga; como consequência, lançando inteiramente por terra o nosso prestígio na enorme região que se estende para norte e leste do rio Cubango; considerados aos olhos do gentio como povo fraco, de menor valor e com qualidades e recursos militares inferiores aos dos alemães, o que, perante os povos selvagens, que precisamos avassalar e dominar, nos vai criar sérios embaraços, se não quisermos, não soubermos ou não pudermos restabelecer o prestígio que perdemos; sob o ponto de vista internacional, a nossa situação, no momento presente, no vale do Cubango e na região definida por essa linha, é a de uma metrópole vencida com a tomada à mão armada de todos os fortes que nela tínhamos construído, à excepção de um que nos vimos obrigados a abandonar, com as suas guarnições derrotadas, mortas, dispersadas ou aprisionadas, com os respectivos habitantes a reconhecerem o conquistador,

a prestarem-lhe preito de vassalagem, de forma que, se amanhã as nações beligerantes fossem para uma conferência de paz, a Alemanha não deixaria, por certo, de fazer valer os direitos incontestáveis que, pela força das armas, adquiriu num território que há tanto tempo cobiça; sob o ponto de vista militar têm hoje os alemães, e o gentio guerreiro que sempre foi nosso inimigo aberta e livre a linha de invasão pelo vale do Cubango, o que constitui uma constante ameaça não só à linha de concentração acima referida — Cassinga, forte Cubango e Cuchi — mas também ao caminho-de-ferro de Benguela, à região de Caconda, ao Lubango e, portanto, às duas únicas bases de abastecimento de que, por enquanto, podemos dispor para operações militares no sul de Angola.

No vale do Cunene não é mais risonha a situação.

Foi inutilizada toda a nossa ocupação ao sul do paralelo 16; perdemos por completo, perante o gentio, o prestígio que a obra de Roçadas, de tantos oficiais antes dele e de muitos depois dele, tinham firmado nas regiões dos Mahumbes, dos Cuamatos, dos Dongoênas e dos Evals abandonados todos os fortes que naquelas regiões tínhamos construído, deixando nas mãos do gentio revoltado enormes quantidades de víveres, de armamento, de munições e de material de guerra de diversa espécie. Na região definida pelo rio Cunene não fomos só derrotados pelos alemães, fomo-lo também pelo gentio, que obrigou a fugir, fazendo-lhe consideráveis baixas, um pelotão de cavalaria europeia do Humbe, que massacrou e aprisionou a guarnição de Cafina. A retirada das forças expedicionárias do Humbe para a Cahama; a retirada das guarnições de numerosos fortes do sul de Angola, acoçados pelo gentio que, quase por completo, se levantou contra nós após o desastre de Naulila; a perda desses fortes e de tudo que neles havia de valor; a chegada ao Lubango de soldados quase nus, de oficiais com toda a sua bagagem perdida, o pânico e o desânimo geral, a impressão dolorosa que tudo isto causou nas populações civis, constituem um espectáculo que não mais esquecerá a quem viu de muito perto os seus diversos aspectos, quem teve de pesar as suas funestas consequências, quem concorreu com inquebrantável energia para destruir, tanto quanto possível, os seus deploráveis efeitos, para restabelecer a confiança, e, mais do que confiança, a esperança, a quase certeza de uma próxima revanche.



Vista geral do forte do Humbe

Perdemos nesses fortes para cima de mil espingardas, quase dois milhões de cartuchos, muitas centenas de granadas quatro metralhadoras Nordenfeld, dois canhões revólveres, dezanove peças de artilharia, entre as quais quatro Canet, e a grande quantidade de artigos que constam dos mapas que junto a este relatório, devendo notar-se que o valor do material de guerra perdido nada é em comparação com o desprestígio que nos causaram tais perdas entre o gentio.

Sob o ponto de vista internacional a situação da região do Cunene pelo menos até ao paralelo 16 e na margem esquerda desse rio, é idêntica, à do vale do Cubango, pois que os alemães nela entraram, obrigando-nos a retirar para os Gambos, e nela conseguiram revoltar o gentio, que, de há muito, agentes e espões alemães vinham agitando e *trabalhando*.

É certo que os alemães retiraram do nosso território; mas fizeram-no por sua livre vontade e nada os tem impedido, até hoje, de voltarem quando bem lhes aprouver. Saíram de Naulila, depois de ocuparem o forte que ali tínhamos construído, depois de nos terem repellido para a margem direita do Cunene e de nos obrigarem a uma retirada precipitada e desordenada, num percurso de 150 quilómetros. Em qualquer conferência de paz, que hoje se realizasse, o *estado de conquista* seria fatalmente invocado, e exemplos do passado devem fazer prever, que muito natural seria que nós perdêssemos territórios que hoje serão tudo menos nossos.

É curioso notar que os alemães, apesar da guerra e do início das operações dos ingleses contra a sua colónia do Sudoeste Africano, conseguiram nestes últimos meses quase tudo o que, de há muito, vinham preparando. Estão senhores, por direito de conquista, das regiões dos vales do Cubango e do Cunene pelo menos até ao paralelo 16; fizeram com que os povos dessas regiões, que com tantos sacrifícios, trabalhos e despesas tínhamos subjugado, se revoltassem contra nós, sacudissem o nosso domínio e se estejam preparando para sofrer o jugo alemão, que os agentes alemães, que antes da guerra fervilhavam no sul de Angola, e os membros da *tão extraordinária* missão luso-alemã apresentaram como suave e reparador das nossas violências, sem cobrança de imposto, com um chuveiro de marcos, de tecidos de algodão, de álcool de Hamburgo e de missangas e outras bugigangas de procedência alemã e com a posse tranquila dos bois, sem

receio do funante ou do chefe do posto; e obstaram mais uma vez a que ocupássemos o Cuanhama, o Ovampo português, que a Alemanha tanto ambicionava fundir nos povos da mesma raça, que um dos muitos erros que cometemos, antes e na ocasião da Conferência de Berlim, deixou ficar fora do nosso território de Angola.

Com razões de peso iriam, portanto, os alemães para uma conferência de paz, se ela se realizasse hoje, para chamarem seus territórios que para nós são duplamente preciosos pelo que valem, e principalmente em habitantes e gados, e pelo muito que temos trabalhado e combatido neles, tendo em vista a sua ocupação e conquista.

Sob o ponto de vista militar, o facto dos alemães poderem escolher, no momento presente, livremente a sua linha de invasão, sem que nada tenham a detê-los no seu avanço até à nossa posição dos Gambos e a possibilidade de contornarem essa posição, constituem sérios perigos, que é da maior urgência evitar.

Num dos seus projectos sobre as operações ao sul de Angola, o Sr. tenente-coronel Roçadas considera os seguintes sectores de invasão: o de Otchinjau (margem direita do Cubango), o de Cassinga, o de Cunene, o de Caculovar, o do Pocolo e o do vale do Coroca. Há, porém, a juntar a estes sectores de invasão, o da margem esquerda do Cubango, que julgo da maior importância.

Basta o enunciado destes sectores de invasão, em alguns dos quais há mais de uma linha de invasão, para se concluir a gravidade que revestirão as operações militares, com o sul de Angola *ocupado* por gentio revoltado, se os alemães se resolverem ou se virem obrigados a invadir de novo o nosso território.

E não se diga que o facto de o não terem feito desde 18 de Dezembro, até hoje, revela incapacidade de o fazerem de futuro.

A situação militar da colónia do Sudoeste Africano, as suas condições de ataque e defesa, os seus recursos em tropas, armamento, municiação, meios de transporte, víveres e forragens ainda então longe de ser conhecidos; o que se sabe, porém, ao certo, é que os alemães se preparavam há muitos anos nessa colónia para darem um golpe de morte no domínio inglês na África do Sul.

Veio a guerra antes do momento conveniente?

Não foi possível à Alemanha mandar a tempo para a sua colónia, tropas, material de guerra e mantimentos? Não foi ou não será para eles o auxílio dos bóers tão importante, como esperavam?

São perguntas a que é impossível responder; mas é exactamente a dúvida em que estamos que altamente nos deve preocupar.

A informação que prestei ao tenente-coronel Roçadas, e que junto a este relatório, mostra que a organização militar do Sudoeste Alemão, as suas forças e os seus recursos, são mais para temer do que geralmente se imagina.

As suas 18 companhias de infantaria montada correspondem 36 baterias de artilharia e, se é certa a informação que li numa revista colonial inglesa, dessas baterias umas são a 4 peças outras a 6, o que nos leva a calcular umas 180 peças de artilharia. Não sei qual seja a composição dos seus destacamentos de metralhadoras, mas todas as informações são concordes em que as suas metralhadoras são em grande quantidade.

A composição do destacamento misto que nos atacou em Naulila era, segundo as informações que mais crédito merecem, a seguinte:

Uma companhia de infantaria montada;
Duas baterias de artilharia a quatro peças cada uma;
Dezasseis metralhadoras.

Se a cada uma das suas 18 companhias de infantaria corresponderem 16 metralhadoras, concluiremos que os alemães têm na sua colónia 288 metralhadoras⁽³⁾.

Esta grande quantidade de peças e de metralhadoras deve dar-nos que pensar.

A situação criada pela atitude do gentio não se nos apresenta mais risonha.

A revolta do gentio Mahumbe, Cuamato, Dongoêna e Evale, depois do desastre de Naulila, não me surpreendeu por forma alguma, e encontra-se prevista tem muitas passagens dos meus relatórios anteriores.

⁽³⁾ Informações posteriores mostraram que este número era exagerado, mas era meu dever apontar o pior.

Dos nossos sistemas de ocupação em Angola, da desastrada política indígena que aqui temos seguido, até à minha chegada à província, em 1912, outra coisa não podia resultar.

Provam os meus relatórios que, desde o princípio da guerra, o gentio de Angola se mostra irrequieto, atrevido e insubmisso, dando todos os sinais de querer sacudir o nosso, de resto, fraco e, muitas vezes, platónico domínio. O gentio do Congo continua revoltado; no distrito da Lunda os incidentes do duque de Bragança, do sul de Malanje, do Songo e do Holo e Jinga quase tornaram nominal a nossa ocupação naquele distrito, abrindo-se apenas uma excepção para os postos militares e para as pequenas áreas da sua influência, muitas vezes somente as do alcance das armas que neles se encontram; no distrito do Cuanza, focos de rebelião importantes, como os das regiões dos Dembos, dos Libolos e dos povos do alto Cuanza e da vizinha região de Luanda, indicavam que, de um momento para o outro, se podia atear um incêndio que, soprado convenientemente, se alastrasse por todo o distrito; em Benguela davam provas de insubmissão os Quilengues e os Galangues, alguns grupos de Quinoosso, alguns Bailundos vizinhos dos Libolos, mas é de notar que este distrito, onde, por motivos que não vem para aqui, me foi possível exercer uma acção administrativa mais intensa e uma política indígena racional e bem orientada, é exactamente aquele onde a atitude do gentio tem sido mais pacífica e mais submissa, o que não quer dizer que se possa ter inteira confiança nessa atitude; no distrito da Huíla o gentio esperava o resultado da nossa contenda com os alemães para se declarar por uns ou por outros.

Esta atitude do gentio de Angola, ao rebentar a guerra, resulta de causas fundamentais e de causas próximas que precisariam de tempo, de que não disponho, para serem apresentadas em todos os detalhes. Por isso, quase me limito a chamar a atenção de V.^a Ex.^a, e principalmente a do meu ilustre sucessor, para o facto de uma população inteira se levantar ou se pretender levantar contra nós as primeiras notícias de desastres ou de dificuldades, em que nos encontrávamos ou nos íamos encontrar.

Isto revela ódios acumulados e falta de consistência no nosso domínio.

Não temos sabido ocupar e dominar em Angola. As nossas campanhas têm-se limitado à organização de colunas que infligem ao gentio revoltado,

ou cujo território se quere ocupar, castigo mais ou menos severo, e que, terminada a sua missão militar, ganhos alguns combates, feitos alguns prisioneiros, mortos ou fuzilados alguns indígenas, retiram e se dissolvem, deixando aqui e além um pequeno forte, mal artilhado e pior guarnecido, que o gentio em breve considera como inofensivo.

A ocupação administrativa intensa, apoiada nos núcleos de forças europeias durante um longo período — cinco anos, pelos menos — a seguir à acção violenta e indispensável do combate, da destruição de culturas e povoações, do aprisionamento e do fuzilamento dos chefes indígenas, tendo por fim a escolha e manutenção de chefes novos que saibamos transformar em criaturas absolutamente nossas, o desarmamento geral, a obrigação de trabalho remunerado em obras do Estado, a facilitação do angariamento inteiramente voluntário de trabalhadores, bem pagos, para trabalhos particulares, o recrutamento militar, o desenvolvimento agrícola e comercial da região, a cobrança do imposto de cubata e a transformação necessária do regime de administração militar, ou de capitania-mor, no regime de circunscrição civil, constituem um sistema racional de ocupação, apenas iniciado nos últimos anos, e que ia sendo posto em execução, só eu sei através de quantas dificuldades, de quantas relutâncias, de quantas resistências passivas.

Um exemplo recente mostra o que era costume, fazer-se e o que eu queria, que se fizesse.

Quando cheguei a Angola estava há anos governando o distrito do Congo um governador que me informou que o seu distrito estava quase por completo ocupado, que bastaria apenas uma pequena coluna destinada a bater o Pombo e o Sosso para a ocupação ser geral e para que o distrito e os seus habitantes submetidos inteiramente ao nosso domínio dispensassem qualquer guarnição militar. Isto foi em meados de 1912. Em fins de 1913 rebentou a rebelião geral do distrito do Congo, que ainda hoje dura. E ainda hoje dura por eu estar à frente da Província de Angola, porque o actual governador do Congo e todas as autoridades militares e civis do distrito conhecem muito bem a minha orientação em questões de ocupação, sabem que eu desejo que ela se faça a fundo, que de forma alguma me presto a fantasmagorias e a gloriolas para mim e para os meus subordinados, e que

o Congo tem de ser levado a reconhecer a nossa administração de vez e para sempre, ainda que sabendo perfeitamente bem que para isso nos veremos obrigados a aumentar consideravelmente o número de tropas que lá temos, necessitaremos de prolongar as operações de guerra por mais um ou dois anos e precisaremos de gastar muito dinheiro. Foi nessa ordem de ideias que, em resposta aos telegramas do governador do Congo (funcionário que se encontra há pouco mais de um ano à frente daquele distrito e a cuja energia, inteligência e nítida compreensão dos seus deveres se devem, em parte, os incontestáveis sucessos militares que ali temos tido nos últimos tempos) comunicando-me a apresentação dos diversos chefes revoltosos, e anunciando-me a terminação da revolta na capitania-mor de S. Salvador e nas regiões vizinhas, eu respondi com telegrama em que significava o meu receio de que essas apresentações representassem, mais uma vez, uma habilidade do gentio, uma espécie de armistício, que desejavam, e por aquela forma obtinham, para descansarem se abastecerem de víveres e munições, e voltarem mais tarde à carga, refeitos, melhor armados e com pleno conhecimento do nosso modo de combater.

Na história de todos os tempos, na história colonial antiga e moderna, os povos vencidos são obrigados a entregar as armas. Em Angola nunca se tinha feito isso e havia a maior relutância em o fazer agora porque esse acto significava o coroamento da acção militar, a certeza de que essa acção produzira tudo o que devia produzir, de que os povos que combatêramos se tinham submetido de vez e a valer, de que soubemos levar a ocupação a fundo, fazer obra completa e sólida. Nesta desgraçada Angola só se têm feito, com raras excepções, coisas a fingir, e quando algum governador-geral as tenta fazer com firmeza e os sacrifícios, que são sempre necessários para a execução de qualquer obra de verdade, os seus dias de governo estão contados.

Ao governador do Congo dirigi o seguinte telegrama, em 31 de Janeiro findo:

«Urgente — Recebi notícia apresentação muitos sobas revoltados no posto Mandimba. Devo porém repetir que pouca importância dou essas apresentações desde que revoltosos não entreguem armas. Caso contrário

será maneira gentio obter armistício para se refazer. Consentir essas apresentações sem exigir entrega armas será fantasmagoria, que se não coaduna processos seguros e eficazes administração colonial. Deve V.^a Ex.^a publicar bando mandando entregar todas as armas e munições, declarando enviarei Guiné ou Timor todos indígenas a quem sejam encontradas armas e munições depois prazo curto fixado edital, devendo capitães-mores conservar seu poder reféns para exacto cumprimento desta ordem. Tenho absoluta necessidade carregadores para Vila Arriaga, peço aproveite apresentação revoltosos para contratar mil e quinhentos carregadores por quatro meses termos portaria recente e mandá-los Moçâmedes à medida vá tendo transportes».

Já em telegrama anterior tinha dito ao governador do Congo que as condições a impor aos revoltosos deviam ser, além da entrega das armas, que eu considerava como absolutamente necessária, o pagamento de uma contribuição de guerra, o compromisso do pagamento regular do imposto de cubata, a abertura de estradas e o fornecimento de carregadores ou trabalhadores convenientemente remunerados, para o Estado, e o facilitarem o angariamento de trabalhadores bem pagos para os particulares.

Respondeu-me dizendo que conferenciaria com os capitães-mores de São Salvador e de Santo António do Zaire, e que esses funcionários foram de opinião que a obrigação imediata da entrega completa das armas inutilizaria os trabalhos executados.

Esta resposta mostra bem que a apresentação dos sobas revoltados está longe de significar a submissão dos povos de que são chefes, e que se não houver energia e decisão e, sobretudo, se não houver receio de arrostar com as críticas e as irritações da metrópole, que está cansada de ouvir falar em improficuas guerras com o gentio de Angola, nós mais uma vez cairemos nos erros do passado, deixando de levar a fundo a pacificação e a ocupação de uma região.

Se não fosse a minha situação de governador demissionário, teria ao receber a resposta do governador do Congo, tratado de reforçar, fosse como fosse, a guarnição daquele distrito, e dado ordens terminantes, logo após a chegada de reforços, para a entrega de todas as armas dentro do prazo de

dois meses, sob pena de recomeçar com mais violência na execução do severo castigo que em Dezembro de 1913 determinei se levasse a efeito em todo o distrito do Congo. Mas, como governador demissionário, não devo arcar com a responsabilidade de prolongar ou de acender a revolta do Congo na parte onde, aparentemente apenas, conseguiram apagá-la. Mas devo dizer a V.^a Ex.^a e ao meu ilustre sucessor que será um erro grave o cedermos perante os desejos do governador do Congo e dos capitães-mores seus subordinados, que muito naturalmente estão fartos de guerras, de violentos trabalhos e de grandes sacrifícios que, há mais de um ano, vêm experimentando, com constância, tenacidade e patriotismo dignos de louvor, e que naturalmente também anseiam por uma época de paz, ainda que pouco duradoura, que lhes permita administrar e cobrar imposto e receber as correspondentes percentagens.

Não há dúvida que seria essa a solução mais cómoda. V.^a Ex.^a poderia dar ao Parlamento e à imprensa a notícia de que se tinha por completo sufocado a rebelião do Congo; o meu ilustre sucessor poderia abrir o seu governo com essa boa nova; os oficiais e praças da guarnição do Congo teriam um merecido descanso em climas mais benignos; muito naturalmente as companhias indígenas do distrito do Congo seriam chamadas a outras partes, onde o gentio revoltado ou irrequieto, exigisse a sua presença; os indígenas do Congo mais uma vez se convenceriam de que nós não temos forças suficientes para acudir a toda a parte, e, replantadas as suas lavras de mandioca, reconstruídas as suas cubatas, reparadas ou renovadas as suas espingardas, adquiridas no Congo Belga as necessárias quantidades de pólvora e munições, recomeçariam, em face dos postos desguarnecidos, as suas façanhas de fins de 1913 e princípios de 1914.

Por honra nossa, pelos créditos da nossa administração colonial, e, sobretudo, dadas as qualidades do ilustre oficial que me vem substituir no governo-geral de Angola, estou certo que tal não há-de acontecer.

Disse eu que uma das causas da actual atitude do gentio de Angola é a falta de consistência do nosso domínio, o não termos sabido ocupar, e o que acabo de dizer mostrará claramente o que quis significar com esta asserção.

Poderá dizer-se, sem se ficar muito longe da verdade, que a minha acção administrativa nestes quase três anos de governo se tem cifrado em acabar por completo com os justos motivos desses ódios.

A situação que vim encontrar na província, já muito diversa do que era anteriormente, graças às medidas tomadas por alguns governadores de distritos, e ao espírito, novo que correu sobre a colónia depois da Proclamação da República, estava muito longe ainda de ser o que devia ser, mas modificou-se quase por completo em virtude da minha atitude severa e intransigente, em face de tudo o que significasse maus tratos, extorsões ou violências nas pessoas dos indígenas. Tenho a certeza de que hoje, com excepção apenas de alguns casos isolados, colonos e autoridades, de mãos dadas, não praticam o roubo e as espoliações nas povoações indígenas, como era caso frequente em diversas regiões, à minha chegada à província; não se fazem ataques à mão armada; as sanzalas, com o pretexto de supostas rebeliões, para roubar gado, que se vendia aos *funantes* europeus que acompanhavam a tropa, e mulheres que se destinavam a amásias dos graduados e dos praças; não se matam mulheres, atravessando a mesma bala a mãe e o filho que levava às costas, só pelo facto de não se ter deixado aprisionar; não se pagam bois a 1\$50 cada um para cobrar imposto de cubata, nem se cobram por cada cubata 4 ou 5 bois, cujo produto de venda reverta para as mãos do cobrador; não deixam de se pagar os salários devidos aos trabalhadores indígenas, e vai desaparecendo cada vez mais o sistema de os obrigar, por vários meios, a fugir nas vésperas do pagamento; cessaram por completo as práticas de escravatura. Mas se uma acção enérgica e decidida, inteiramente resolvida a acabar com um estado de coisas contrário a todos os princípios humanos e à mais elementar política gentílica, não continuar até ao fim, até que nenhum vestígio haja de um passado de horrores, voltaremos em breves anos ao antigo sistema de exploração do gentio, por todas as formas, meios e feitios, por parte dos colonos europeus e dos funcionários civis e militares, sem escrúpulos e sem a menor noção da alta missão que têm a desempenhar, que hoje constituem a excepção, mas que em tempos não muito afastados constituíam a grande maioria.

O que será mais difícil de fazer desaparecer é a noção e a convicção íntima que o preto tem, de resto tão justificadas, que nós viemos à África

simplesmente para o roubar, para o espoliar, para o vexar e humilhar, para o considerar como animal a domar, como um ente desprezível, indigno de qualquer liberdade, de qualquer consideração, de qualquer respeito.

As medidas por mim tomadas, o regulamento das circunscrições administrativas e a circular que, o acompanhou (cuja leitura ousou solicitar ao meu ilustre sucessor), as portarias relativas a castigos corporais e a trabalho indígena, o que consegui fazer sobre instrução profissional indígena e sobre assistência indígena, eram tudo passos dados para desfazer no gentio de Angola a dolorosa e inconvenientíssima impressão que quatro séculos de administração brutal lhe produziram.

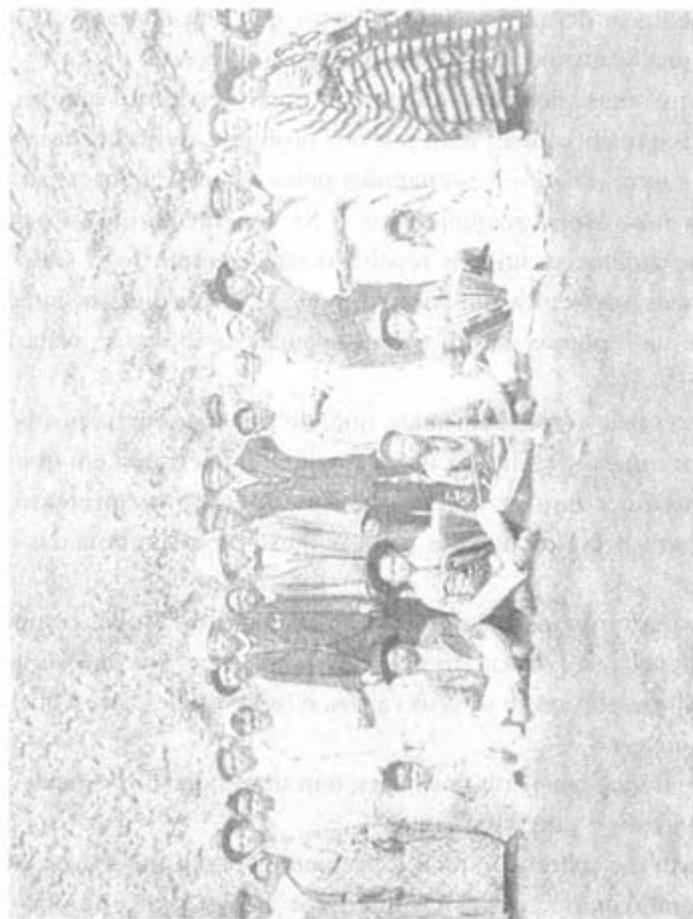
É indispensável continuar neste sistema, sem a menor hesitação, e sem a menor paragem para que não se repita em Angola o deplorável caso que se está dando, de uma população inteira, desde os mais civilizados até aos mais selvagens dos seus membros, estarem espiando as nossas lutas com um inimigo estrangeiro, de raça branca como nós, para nos caírem em cima como bandos de chacais, se nos virem derrotados e em fuga.

O que se passou, após a retirada de Naulila, o que se está dando em toda a província, prova bem que não há exagero no que deixo dito. Como causas próximas da atitude do gentio, podem citar-se a propaganda feita pelos agentes provocadores e espiões alemães em diversas regiões de Angola, mas sobretudo no distrito da Huíla e no planalto de Benguela; a mesma propaganda feita por agentes da mesma proveniência e natureza, entre os indígenas civilizados ou semicivilizados, mormente das povoações do litoral; a insuficiência da nossa organização militar, com um número de unidades europeias e indígenas inferior ao que devia ser, essas sem quadros, sem fardamento, sem equipamento e armamento em bom estado, com prés atrasados, com maus quartéis sem baixas de serviço no tempo devido; o facto de não termos mandado desde a primeira hora para Angola as forças europeias e indígenas, que com tanta instância foram por mim pedidas, quadros para as unidades da colónia, armamento e munições, dando-se assim vulto ao boato, que entre o gentio se espalhou, de que não podíamos mandar vir forças da metrópole, porque nela fôramos derrotados pelos alemães.

O que já havia de grave na atitude do gentio, desde que em Angola principiaram a circular as primeiras notícias da guerra, tomou mais violento carácter, como era de prever, depois do desastre de Naulila. O gentio da Huíla redobrou de atrevimento, aumentou consideravelmente o número de focos de rebelião e os receios que sempre tive de que considero o maior perigo para a província, nesta hora de tantos perigos — a revolta geral do gentio de Angola e a sua organização, levada a cabo por oficiais e sargentos alemães que, entrando pelo sul da colónia, vão tomando o comando, enquadrando os bandos armados dos povos revoltados começou a desenhar-se nos fins de Janeiro, princípios de Fevereiro como comuniquei a V.^a Ex.^a.

Não chegaram a confirmar-se as notícias alarmantes que de todos os lados, nessa quadra me chegaram de uma revolta geral dos povos do Lobito e Alto Cuanza, que alastraria pelo resto do distrito, por Benguela e pela Lunda, de bandos armados de Cualhamas, dirigidos por brancos avançando para norte; mas nessas notícias há, sem dúvida, um grande fundo de verdade, que nos deve pôr de sobreaviso e que nos deve obrigar a tomar medidas tendentes a tornar impossível uma revolta geral do gentio de Angola e a sua organização militar, sob a direcção dos nossos inimigos do Sudoeste Alemão. Seria um crime que pesaria sempre sobre aqueles que o praticassem, e depois de tantos e repetidos avisos meus se não fizesse tudo, o que é mister fazer, para desviar tão grande calamidade.

Não ignoro que, se nada do que me vejo obrigado a considerar, como muito provável hipótese, acontecer em consequência da vinda, cada vez em maior número, de tropas para a colónia, das medidas já por mim tomadas, e de outras muito mais sábias e acertadas que por certo serão tomadas de futuro, se dirá que exagerei, que nada havia a temer; que o gentio de Angola não tem, na sua quase totalidade, qualidades guerreiras, que as revoltas de Pungo Andongo, dos Dembos, dos Libolos nada valem e nada significam, que o Congo está pacificado, que a Lunda está como sempre esteve, que Benguela nunca pensou em revoltar-se e que, quanto à Huíla, bastará um destacamento misto, de mil a mil e quinhentos homens para meter Cuanhamas, Cuamatos, Mahumbes Evals na ordem. Muito estimarei que assim suceda, mas tenho a certeza que só assim sucederá, se tomarmos as medidas de força e de prevenção a que adiante me hei-de referir.



Grupo de nativos civilizados, naturais de Pungo Andongo

Além dos alemães do Sudoeste Africano e do gentio de Angola, outros elementos há a considerar para bem se fixar a situação geral da província, sob o ponto de vista da sua defesa militar.

Refiro-me aos bóers. Mostram os meus relatórios anteriores, a pouca confiança que esses elementos me mereceram sempre, e os acontecimentos que posteriormente se deram na Huíla e factos que têm chegado ao meu conhecimento, justificam plenamente as minhas suposições.

Se há alguns bóers, dos mais antigos no nosso território, que se nos conservaram fiéis a maioria deles têm, por nós profunda antipatia e estavam, ao principiar a guerra, *falados e preparados* pelos agentes alemães para se voltarem contra nós. Mesmo aqueles que o Sr. tenente-coronel Roçadas empregou como auxiliares, tinham resolvido não fazerem fogo sobre os alemães, se entre as tropas invasoras viessem bóers, e factos diversos indicam claramente, que na hipótese de um triunfo alemão, os bóers se voltariam contra nós.

O próprio tenente-coronel Roçadas, que, de princípio, tinha nos bóers confiança que eu nunca tive, me fez ultimamente um telegrama em que me diz ser conveniente comprar os cavalos dos bóers, com pretexto de reconstituir os esquadrões de dragões, para se lhes tirar assim uma das suas melhores armas.

Certo é, porém, que os bóers, tanto do planalto da Huíla, como do planalto de Benguela, se conservam aparentemente fiéis, e ao nosso lado, nos oferecem os seus serviços e os seus carros, e muitos deles apresentam-se como súbditos ingleses.

Esta atitude dúbia, por parte dos bóers, tem de ser por nós considerada com o maior cuidado e ponderação.

O tempo não me sobra para mais longamente definir as colónias bóers que residem em Angola, e o meu sucessor poderá receber do Sr. tenente-coronel Roçadas do Sr. tenente de cavalaria, D. António de Almeida, encarregado do governo da Huíla e dos governadores de Moçâmedes e de Benguela, esclarecimentos completos a este respeito.

Limito-me por isso a chamar a atenção de V.^a Ex.^a para tão importante assunto, e a juntar três documentos: um deles e uma participação do administrador da Humpata relativo a modos de ver e sentir de alguns bóers;

os outros dois são uma carta do vice-cônsul inglês do Lobito, propondo ao governador de Benguela a formação de um corpo de voluntários bóers, e a resposta que determinei lhe fosse dada.

B) MEDIDAS A TOMAR EM FACE DA SITUAÇÃO EM QUE SE ENCONTRA A PROVÍNCIA DE ANGOLA

A leitura dos meus relatórios anteriores mostrará a V.^a Ex.^a claramente, a natureza das medidas que de há muito venho propondo para fazer face à situação actual da província, situação por mim prevista, quase em todos os seus pormenores, desde os meus avisos verbais, em Lisboa, e dos meus primeiros telegramas, de Angola.

Se tivessem sido satisfeitos por completo e sem a menor perda de tempo as minhas propostas e requisições, se se tivessem dado ao governador-geral de Angola (a mim ou quem entendessem dever pôr no meu lugar) latas atribuições e faculdades, deixando-me fazer o que entendesse, melhor e mais conveniente para a defesa do território da colónia e para a manutenção da ordem interna — não me massacrando com perguntas, instruções, conselhos, ordens e contra ordens — a situação da província seria hoje muito diversa do que é, afirmo-o com plena certeza de não me enganar.

Mas deixemos isso, e vá a responsabilidade a quem competir, responsabilidade que não é de ninguém e é de todos, pois resulta principalmente dos vícios da nossa administração colonial, dos vícios da nossa administração geral, do facto de só se verem pessoas, onde somente se deviam ver entidades capazes de desempenhar cabalmente a sua missão.

De Luanda em 2 de Março de 1915.

Desde o dia em que principiei a escrever este relatório, até hoje, a situação não mudou sensivelmente. Recebi um telegrama do governador do Cuanza, dizendo-me que os Dembos atacaram o forte de Maravila, tendo sido repelidos, e outro do encarregado do governo da Huíla, dizendo constar que tropas alemãs estavam, de novo, concentradas na nossa fronteira, nas alturas da Dongoêna.

Não recebi até hoje confirmação desta notícia; mas estando o Sr. tenente coronel Roçadas a fazer, há dias, preparativos para avançar em direcção ao Humbe para castigar o gentio rebelde, nada me admirará que ela se confirme, e que os alemães mais uma vez desejem mostrar, que consideram os territórios dos Cuamatos, Mahumbes, Cuanhamas, Dongoênas e Evals sob o seu domínio, e pretendam proteger o gentio que sacudiu a nossa soberania.

Dada a situação que deixei esboçada, e tendo nós de defender o nosso território de novos ataques alemães e *de vingar as ofensas já recebidas*, assentei, depois de conferenciar com o Sr. tenente-coronel Roçadas e de me cercar de todos os elementos de informação de que podia dispor, no seguinte plano de operações a executar durante o ano corrente e talvez ainda no ano de 1916.

Um forte núcleo de tropas de todas as armas, sob o comando do Sr. tenente-coronel Roçadas, tendo um efectivo que, em Maio ou Junho do ano corrente devia ser superior a 8.000 homens, composto de forças europeias da metrópole e da província, concentrar-se-ia na linha Gambos-Pocolo. As requisições de pessoal, animal e material, que já se tinham feito e que se iriam fazendo para a metrópole, para Moçambique e para o Cabo, para os mercados e às autoridades que o governo-geral julgasse mais conveniente, permitiriam que em fins de Abril ou princípios de Maio essa força pudesse iniciar o cumprimento da importante missão que lhe cumpria levar a cabo.

Qual era essa missão?

Repelir qualquer nova invasão de forças alemãs na parte do nosso território correspondendo à bacia hidrográfica do Cunene; vingar as afrontas que dos alemães recebemos, invadindo o seu território, ocupando e pondo do nosso lado todo o Ovampo alemão, avançando até ao Outjo se possível fosse; restabelecer o nosso domínio e o nosso prestígio entre o gentio da referida região, infligindo severíssimo castigo aos indígenas Cuamatos, Mahumbes, Evals e Dongonênas que contra nós se revoltaram, e proceder à ocupação da Cuanhama.

Todo este gentio devia ser desarmado, não se deixando nas suas mãos uma única arma, branca ou de fogo, confiscando-lhe a quase totalidade de seu gado, como pagamento de contribuição de guerra e tendo em vista

transformá-los de pastores guerreiros, que são, em agricultores pacíficos que devem ser, obrigando-os à construção de estradas que permitissem o trânsito de automóveis, que ligassem entre si os fortes a construir ou a reconstruir e que deviam ser em menor número do que os actuais — pois que uma ocupação a fundo dispensa o rosário de fortes do Cuamato e outros semelhantes — e que ligassem também a região do Cunene à região do Cubango pela linha Cafu, Evale e Cafima, atravessando, para leste o Otchimporo.

À disposição do Sr. tenente-coronel Roçadas, não só na qualidade de comandante das forças destinadas a operar na bacia hidrográfica do baixo Cunene, mas também na sua qualidade de governador do distrito da Huíla, seriam postas quatro companhias de infantaria indígena, ou sejam 980 cabos e soldados e as duas companhias indígenas de Moçambique, com excepção apenas de um pequeno contingente de forças, indígenas que juntamente com um pelotão de cavalaria seria destinado a serviços na zona do interior. Estas forças operariam à retaguarda com a bateria Ehrardt e com um esquadrão de dragões e teriam por fim proceder ao desarmamento do gentio dos vales do Caculovar e do Cunene, na parte situada a norte do paralelo 16, ao confisco do gado daqueles indígenas que, como os do Quipungo e os do Mulondo, deram ultimamente provas de rebelião, e obrigar esse gentio à construção e reparação de estradas.

Para auxiliar o Sr. tenente-coronel Roçadas no desempenho da tríplice missão que tinha de levar a cabo, e tendo em vista que os nossos principais fins são, desde já, repelir qualquer novo ataque dos alemães, recuperar o território que perdemos e vingar as afrontas que recebemos, entrando no seu território, ocupando-o em parte importante e trazendo para o nosso todo Ovampo alemão, tendo também em vista a absoluta necessidade de contrabalançar a inferioridade estratégica em que nos encontramos, por ignorarmos a linha de invasão que o inimigo escolherá — se de novo quiser entrar no território de Angola — na região geograficamente definida pela bacia hidrográfica do Cunene, uma outra coluna se deve organizar que, desembarcando em Porto Alexandre e seguindo, pouco mais ou menos, pela linha constituída pela antiga estrada de carros da companhia de Moçâmedes, fosse ter à Dongoêna.

O desembarque e a marcha desta coluna, cujos efectivos deviam ser um batalhão de infantaria, um esquadrão de cavalaria, uma bateria de artilharia e duas baterias de metralhadoras e os correspondentes serviços auxiliares, devia estar a preparar-se há mais de dois meses, se ao governo-geral de Angola um nefasto sistema de administração colonial não tivesse impossibilitado, quase por completo, tomar qualquer iniciativa, se no Ministério das Colónias houvesse o salutar conhecimento de que numa ocasião destas o papel do governo da metrópole pouco mais pode ser do que o de indicar a orientação geral a seguir pelo governo da colónia e de lhe satisfazer as requisições que fizer.

Se me tivessem dado as faculdades e atribuições de que um governador-geral absolutamente carece nas presentes circunstâncias, e se me tivessem satisfeito as minhas requisições, teríamos hoje em Porto Alexandre as condições de desembarque e aquartelamento indispensáveis para as forças que naquele porto deviam desembarcar, e teríamos já assentado muitos quilómetros de linha «Decauville», única maneira de fazer os transportes naquela região, linha que reconhecimentos e estudos anteriores me mostravam ser de rápida e fácil construção, desde que se tivesse necessidade, como era o caso, apenas de velocidade de 8 a 10 quilómetros por hora e de comboios com carga útil de 10 a 12 toneladas.

O avanço dessas forças em direcção à Dongoêna, atravessando o rio dos Elefantes e a região da Chabidua, constituiria uma constante ameaça à retaguarda de quaisquer forças alemãs que de novo tentassem invadir o nosso território, seria um elemento de grande valor no flanco direito das forças do tenente-coronel Roçadas, e deixar-lhe-ia os movimentos mais livres para a ocupação do Cuanhama e para a invasão do Ovampo alemão. Ao mesmo tempo a construção da linha «Decauville» constituiria um valiosíssimo meio de abastecimento para as forças que o tenente-coronel Roçadas destinava a operarem no sul do Humbe.

Esta coluna devia ter um comando que pudesse, até chegar perto da Dongoêna, operar com grande independência, e, chegada que fosse à nova linha de invasão, ficaria sob as ordens directas do tenente-coronel Roçadas e cooperaria com ele na missão que temos a desempenhar no território alemão.

É natural que ao que deixo dito surja a seguinte objecção. Por mais depressa que se fizesse a construção da linha « Decauville» ela não poderia estar em plena região da Chabicua antes de fins de Julho... Julgo que poderia estar antes dessa data; mas mesmo que ali pudesse chegar só em fins de Agosto ou Setembro, eu desejo apenas perguntar se alguém me pode garantir que em Outubro ou Novembro de 1915 nós não precisaríamos na região do Cunene, desde a foz do rio dos Elefantes até ao Calueque, de consideravelmente mais forças do que aquelas que precisávamos de ter ali em iguais meses de 1914?

Julgo que devemos contar com a guerra no sul de Angola pelo menos enquanto durarem a conquista e a ocupação do Sudoeste Alemão pelos ingleses. Ora essa ocupação e conquista, que há-de precisar de um exército de 48.000 homens para ser levada a cabo, tudo leva a crer que não estará terminada antes de meados de 1916.

Pode ser que a paz sobrevenha antes, mas isso será mais uma razão para nos apressarmos a pôr tropas nossas ao longo do Cunene e no Ovampo alemão, a levá-las para aí por todos os lados que nos seja possível levá-las⁽⁴⁾.

A situação geral que atrás deixei esboçada, indica claramente a absoluta necessidade que temos, de olhar com a maior atenção para uma linha de invasão pelo vale do Cubango e de vingar o massacre do Cuangar e a destruição dos fortes ao longo daquele rio.

Era derivada desta absoluta necessidade a missão que caberia à coluna destinada ao distrito de Benguela.

Essa coluna, em que seriam incorporados, depois de desempenharem a sua missão de castigo e de desarmamento do gentio rebelde, as forças que em 31 de Janeiro disse a V.^a Ex.^a serem absolutamente necessárias, além das que já estavam em caminho para Angola, ficaria com os seguintes efectivos: dois batalhões de infantaria, um esquadrão de cavalaria, duas baterias de artilharia, quatro baterias de metralhadoras e os serviços auxiliares correspondentes.

⁽⁴⁾ Hoje vejo que estas minhas hipóteses se não realizaram; peço, porém, que não se esqueça que elas se deram inteiramente em Moçambique, na invasão que naquela província se realizou, concebida e dirigida pelo génio militar de von Lettow.

A principal missão da coluna, assim constituída, seria avançar pelo vale do Cubango em direcção ao Cuangar, estabelecer a linha de fortes que ali tínhamos, e aniquilar toda a ocupação dos alemães na margem direita do Cubango. Por esta forma, e simultaneamente, se restabeleceria o nosso prestígio na região a norte e leste do mesmo rio.

O movimento de avanço, do forte Cubango (antigo forte Princesa Amélia) para sul, iniciar-se-ia em princípios de Maio e, entretanto, essa força seria destinada por um lado a evitar-nos uma *surpresa* proveniente de qualquer *raid* de alemães ou de cuanhamas organizados e dirigidos por alemães, e, por outro lado, a firmar a nossa soberania no distrito de Benguela, castigando os Quilengues e os Galangues e outros povos que se tenham mostrado rebeldes ou com pretensões de sacudirem a nossa soberania. Neste sentido tinha dado ordem para se construírem aquartelamentos no Huambo, para se assegurarem os abastecimentos por forma a permitir a rápida concentração e a maior mobilidade das forças destinadas a desembarcar no Lobito.

Resolveu V.^a Ex.^a, à última hora, que essas forças não seguissem para Benguela alterando assim — com grave prejuízo para a execução do plano geral de operações que venho expondo, e que assentava sobre o verdadeiro, completo e cabal conhecimento que quem estava governando a província tinha das condições e da situação em que ela se encontrava — uma das suas partes essenciais, que fora estabelecida por acordo entre o governador-geral e o comandante da Expedição, e aprovada pelo antecessor de V.^a Ex.^a, em vista das informações que lhe foram prestadas.

Essa alteração fará com que continue o fundado receio de qualquer invasão pelo vale do Cubango, e com que os indígenas e os bóers do planalto de Benguela, que seguiram com interesse a construção dos quartéis provisórios do Huambo, e que esperavam uma forte coluna destinada principalmente a vingar a afronta do Cuangar mais uma vez se convençam de que têm razão de ser os boatos que na colónia circulam sobre a impossibilidade de mandarmos para a colónia os efectivos, que a sua situação requiere.

O angariamento de carregadores e o recrutamento de soldados para as companhias indígenas, que o distrito de Benguela pode, como nenhum

outro, fornecer em qualidade e quantidade, não se fará com a facilidade com que se faria se as forças em viagem para Angola e aquelas que requisitei no meu telegrama de 31 de Janeiro (requisição que a resolução de V.^a Ex.^a sobre o não desembarque das forças no Lobito me indica que não será satisfeita) se tivesse concentrado no Huambo, ou em qualquer outro ponto da linha férrea, e dali seguissem a executar a missão que lhes estava destinada.

Também no espírito público o não desembarque das forças no Lobito deixou a desagradável impressão de que o governo da República tinha desistido de restabelecer o nosso prestígio e de levantar de novo a nossa bandeira no forte do Cuangar e nos outros fortes da fronteira luso-alemã.

Qualquer acto relativo às operações militares em Angola está inteiramente ligado com a administração da colónia e pode ter consequências graves se não for praticado com pleno conhecimento de causa. Ora esse conhecimento só aqui se pode ter. E, mais uma vez, na minha já longa carreira colonial, me vejo obrigado a chamar a atenção do governo do meu país para os inconvenientes que resultam de se tomarem quaisquer resoluções, que se prendam directa ou indirectamente com a administração das províncias ultramarinas, sem se ouvirem os respectivos governadores e contra a sua opinião fundamentada.

Para fazer face à atitude do gentio nos distritos do Cuanza, da Lunda e do Congo tinha eu à minha disposição nos meados de Fevereiro, além da guarnição indígena da província, apenas uma companhia de infantaria e uma bateria de artilharia do exército da metrópole. Tinha e tenho razões para recear que as forças indígenas da província, desde que não sintam ao seu lado forças europeias ou forças indígenas de outras colónias, e que tenham de entrar em operações contra o gentio rebelde na Lunda e no distrito do Cuanza, se não portem com a desejada valentia e desertem em grande número.

Factos de diversa espécie obrigam-me a considerar essa hipótese, que, a realizar-se, nos poria em terríveis dificuldades, em face de uma revolta geral do gentio. É nessa ordem de ideias, e tendo em vista o recrutamento militar intensivo a efectuar sem demora na colónia, com o fim de constituir seis novas companhias e elevar ao máximo as já existentes, vencendo-se

dificuldades de toda a espécie e a enorme relutância do gentio de Angola por esse serviço, que de há muito venho requisitando companhias indígenas de Moçambique e da Guiné, que recentemente insisti pela sua vinda, continuando plenamente convencido de que, com boa vontade e tenacidade, os governos de Moçambique e da Guiné podiam recrutar essas companhias e o equipamento necessário para a sua organização. Se se satisfizer a minha requisição de 31 de Janeiro, o governo-geral da colónia terá, dentro de alguns meses, à sua disposição, para acabar com o estado de rebelião ou de insubmissão do Congo, da Lunda, e de grande parte do distrito do Cuanza, de que tão graves males podem advir se não se atalhar com presteza — um batalhão de infantaria, um esquadrão de cavalaria, uma bateria de artilharia e três baterias de metralhadoras, quatro companhias indígenas de Moçambique e outras quatro da Guiné, e seis companhias indígenas de Angola, além das vinte e duas antigas, em existência, cujos efectivos poderiam ser rapidamente elevados ao máximo, pois que a vinda de forças da metrópole e de outras colónias muito facilitariam, como disse, o recrutamento militar na província.

É muito provável — sou eu o primeiro a reconhecê-lo — que apesar de não se satisfizer a minha requisição de novas tropas e reforços, nada mais aconteça do que até hoje tem acontecido, que as medidas já tomadas e as forças já vindas da metrópole e de Moçambique sejam suficientes, não, por certo, para proceder a uma ocupação a fundo, ao desarmamento de um gentio que tem dado sobejas provas de que só espera a ocasião oportuna para nos sacudir da província, à sua completa submissão à nossa soberania e à nossa administração, à organização que devemos impor-lhe para o civilizarmos e para o obrigarmos a produzir para seu bem o que pode e deve produzir, mas para manter um estado de coisas tão gostosamente apreciado pelo modo de ser das nossas administrações, de aparente tranquilidade, de prova de integração da nossa civilização que não vão além de declarações platónicas de alguns chefes indígenas.

Se isto se der — e repito, é provável que se dê — pode afoitamente dizer-se que eu fui exagerado nos meus pedidos; estava exigindo à metrópole sacrifícios superiores aos absolutamente necessários. Oxalá assim fosse, mas tenho a certeza de que não decorrerão muitos meses sem que o meu ilustre

sucessor no governo-geral de Angola reconheça a razão de ser dos meus receios e à absoluta necessidade de, numa ocasião destas, nas presentes circunstâncias e tendo em vista a possibilidade de futuros desastres das nossas armas, de bombardeamento das nossas principais cidades, desembarques de contingentes inimigos, a série de calamidades que sobre Angola pode acarretar a guerra europeia, nos precavermos com todas as cautelas e segurança no interior da província contra um gentio insubmisso e em parte revoltado, que nos odeia e que só por medo, não nos ataca e massacra.

Não me demoro a expor a forma mais conveniente de empregar as forças que requisitei, tendo em vista a necessidade de meter e manter na ordem, de uma vez para sempre, grande parte do gentio da colónia. Os governadores dos distritos a que principalmente se destinam essas forças e que são os do Cuanza, da Lunda, do Congo e o de Benguela, funcionários muito distintos, com grande merecimento, e em quem o meu ilustre sucessor encontrará valiosíssimos colaboradores, prestarão as necessárias informações sobre a ocupação dos seus distritos, e melhor do que eu, saberão dizer o que é necessário fazer.

O perigo bóer é um pouco semelhante ao perigo gentio. O bóer virar-se-á contra nós somente desde que nos veja em situação de evidente fraqueza perante os alemães, e como é mais civilizado que o indígena, procederá com toda a cautela, pesando cuidadosamente os prós e os contras da atitude a tomar, e continuará entretanto a fazer protestos de lealdade e a oferecer-nos os seus serviços,

E nesta ordem de ideias, receando que quaisquer medidas de excepção, que revelem da nossa parte desconfianças ou receio dos bóers, viessem a realizar, acontecimentos que talvez se não venham a realizar, e que nas circunstâncias presentes, quase sem forças em Benguela, e com um grande núcleo de forças ainda engarrafadas em Moçâmedes, por falta de subsistências no interior, não dei ainda cumprimento ao telegrama de V.^a Ex.^a de 24 de Fevereiro findo e que é do teor seguinte: «Peço publique portaria fundamentada, proibindo entrada bóers província, alegando especialmente situação actual. Avise telegrafo côsul-geral Transval-Orange».

Já em tempo tinha avisado o cônsul de Portugal no Transval que sobre o facto de alguns bóers desejarem emigrar para Angola me tinha consultado, de que se deviam pôr todos os obstáculos a essa emigração, dada a situação actual da colónia; vou telegraficamente repetir isso aos nossos cônsules na South Africa, e deixo o assunto do telegrama de V.^a Ex.^a para resolução do meu sucessor, parecendo-me que, com carácter provisório e atendendo à situação da província, se deve estabelecer o seguinte:

1.^o – Proibir expressamente e sob pena de severa penalidade a entrada de qualquer estrangeiro pelas fronteiras terrestres da colónia, tomando-se as necessárias medidas para efectivar esta proibição, entre as quais devia figurar o recenseamento de todos os estrangeiros que se encontram actualmente na província e a distribuição de bilhetes de identidade;

2.^o – Proibir a entrada de quaisquer estrangeiros pelos portos da colónia, a não ser nas seguintes condições :

a) Terem sido contratados com autorização do governador-geral para empresas comerciais, agrícolas ou industriais estabelecidas na província.

b) Terem sido autorizados a virem à província ou a nela residirem pelo governo da metrópole.

No caso da alínea a) o governador-geral marcará o local de residência do estrangeiro contratado; no caso da alínea b) o estrangeiro autorizado a vir a Angola ou a residir nela, deverá declarar o que cá vem fazer e sujeitar-se a que o governador-geral lhe marque o local de residência ou lhe indique as regiões que pode percorrer.

Terminado o actual estado de coisas, não podemos nem devemos manter tais restrições à entrada e ao estabelecimento de estrangeiros na Província de Angola. É, porém, absolutamente necessário que se publique um diploma legal que aperte as condições de entrada, circulação e estabelecimento de estrangeiros na colónia, mais do que faz a actual legislação. A proibição de entrada pelas fronteiras terrestres deve manter-se enquanto os caminhos-de-ferro não atinjam essas fronteiras, podendo então ser permitida somente, pela estação ferroviária da fronteira e seguindo essa via; deve estabelecer-se a condição de os emigrados provarem que podem dispor na colónia de um mínimo de vinte libras por si e de cinco libras por cada pessoa de família; devem os emigrados provar claramente a sua

identidade e indicar a sua profissão e a natureza dos trabalhos que vêm executar ou exercer na colónia.

C) TRANSPORTES

De Luanda, 5 de Março de 1915

As operações militares na Província de Angola hão-de encontrar, ainda por muitos anos, o grande obstáculo dos transportes de víveres e material. Dos três caminhos-de-ferro de que dispomos, um, pertencente a uma companhia estrangeira, tem avançado com relativa regularidade; a construção dos outros dois, o de Ambaca-Malanje e o de Moçâmedes, está, porém, parada ou quase parada, há muitos anos, por causas diversas entre as quais avulta a falta de sequência nos nossos projectos, nos nossos planos de ocupação, de fomento e de desenvolvimento da província.

Ramais que aumentassem o valor dos troços de caminho-de-ferro já construídos, também se não fizeram, sendo-me apenas possível durante o meu governo levar a cabo o pequeno ramal do Golungo Alto.

Estradas subsidiárias dos caminhos-de-ferro que permitam a viação automóvel, só durante o meu governo se principiaram a abrir, pois que apenas na Lunda se encontravam, à minha chegada à província, abertas algumas dezenas de quilómetros de estradas que permitiam aquele género de transporte.

E assim é de dizer que nos distritos do Congo e do Cuanza apenas poderemos aproveitar para o abastecimento de uma coluna de operações, além dos transportes fluviais pelos rios Zaire e Cuanza, os carregadores indígenas.

No distrito da Lunda, além dos carregadores indígenas, temos já algumas centenas de quilómetros de estradas construídas desde a minha chegada à província, que permitem o trânsito de automóvel, e foi por isso que dotei aquele distrito com um camião automóvel (hoje na Huíla) que grandes serviços tem prestado e muita despesa tem evitado ao Estado, dispensando o mais caro dos transportes, que é o dos carregadores. Também neste distrito o seu fundador e organizador, o grande governador

de distrito que foi o capitão de artilharia Veríssimo Sarmento, principiou a organizar um corpo de camelos, que muito bem se aclimataram no planalto de Malanje e que ali se reproduziram. Pena foi que não se tivesse seguido este exemplo nos distritos de Benguela e da Huíla, e que não tivéssemos aumentado consideravelmente, de ano para ano, o número de camelos da província. A eterna falta de verba, muitas vezes também a falta de iniciativa e de espírito de sequência, e sempre as limitadíssimas atribuições e faculdades do governador-geral e dos governadores de distritos, dão estes resultados.

Em Benguela, podemos utilizar, além dos carregadores indígenas, os camiões automóveis, porque as estradas, por minha ordem construídas, já permitem em diversas direcções e em considerável número de quilómetros, o trânsito desse género de veículos. Temos também nesse distrito um grande número de carros bóers.

No distrito da Huíla pode dizer-se que, ao rebentar da guerra, só eram possíveis e conhecidos os transportes militares por meio do carro bóer. No distrito de Moçâmedes, além do caminho-de-ferro, só é possível empregar o carregador, o camelo e o carro bóer. Para automóvel existem algumas estradas como, por exemplo, de Lubango aos Gambos, e do *terminus* do caminho-de-ferro ao planalto.

Foi após o desastre de Naulila que eu entendi do meu dever tomar a direcção do serviço de transportes na zona do interior, depois de reconhecer que apesar das minhas ordens e instruções esse serviço se não organizara como devia ser e nos estávamos arriscando a eternizar em Moçâmedes as forças que para ali, fossem enviadas. Visto o problema mais de perto, depois da minha chegada ao sul de Angola, fiquei altamente preocupado, pois que via diante de mim a quase impossibilidade de abastecer um corpo considerável de tropas que tivesse de operar, como era o caso no distrito de Huíla.

Dividindo, como deixei indicado, as forças em operações no sul de Angola, em três colunas: a de Porto Alexandre faria o seu abastecimento mercê do «Decauville» que iria construindo; os abastecimentos da coluna de Benguela estavam garantidos com os carregadores que em grande número seria possível angariar no distrito, desde que lá estivessem

importantes forças europeias, com os carros bóers de que o distrito ainda dispunha apesar de ter fornecido muitos à Huila, com cem carros alentejanos, dos que à metrópole tinha requisitado, e com vinte camiões dos que tencionava adquirir e cuja aquisição nunca imaginei pudesse ser impedida ou demorada, por decisão de um ministro das colónias, devendo notar-se que era minha ideia considerar incorporadas na coluna de Benguela, as tropas da linha de Capelongo-Cassinga, fazendo-se o seu abastecimento por Benbuela, via Caconda, e fazendo do mesmo modo o abastecimento das forças destinadas a operar não só ao longo do Cubango, mas também ao longo do Cunene, até ao Quiteve e Cafu, e daí para Evala e Cafima.

E feito isto, faltava garantir o mais importante dos abastecimentos, o das forças destinadas a concentrarem-se na linha Gambos-Pocolo.

Para o abastecimento dessas forças seria necessário um transporte diário de quarenta toneladas, a elevar, nos fins de Abril, a cinquenta toneladas.

Garantiu-me o chefe da exploração do caminho-de-ferro de Moçâmedes um transporte diário de quarenta toneladas (quatro comboios, dia sim dia não, a vinte toneladas úteis cada um). Como até ao fim de Abril a alimentação das forças dos Gambos-Pocolo não exigiria mais de vinte toneladas diárias, conservando-se até essa data em Moçâmedes, a organizarem-se, as desorganizadas e pouco instruídas forças que da metrópole iam chegando, o mínimo de quarenta toneladas diárias, transportadas pelo caminho-de-ferro até ao seu *terminus*, deixava margem bastante para fazer face a qualquer transtorno. Em todo o caso, apesar destas informações, não fiquei completamente tranquilo quanto aos transportes pelo caminho-de-ferro de Moçâmedes, e nesse sentido telegrafei, a V.^a Ex.^a pedindo locomotivas de S. Tomé que me tinham indicado serem da mesma bitola do que as empregadas no caminho-de-ferro de Moçâmedes, tentei comprar uma locomotiva que se destinava ao caminho-de-ferro de Dombe Grande, mas que infelizmente ainda não chegou à província, e, perdidas as esperanças de receber as duas locomotivas que muito antes de rebentar a guerra tinham sido encomendadas para a Alemanha, encarreguei o inspector das Obras Públicas de fazer para Londres a encomenda dessas máquinas.

Como a V.^a Ex.^a comuniquei, a resposta de Londres mostra que só em Agosto do corrente ano poderemos contar aqui com essas locomotivas, e estando agora a reccar-se que as que estão em serviço no caminho-de-ferro de Moçâmedes não suportem por muito tempo tão aturado trabalho, o problema principia a revestir excepcional gravidade.

Telegrafei ontem a V.^a Ex.^a perguntando-lhe se achava inconveniente que eu me dirigisse ao governador-geral do Congo Belga a pedir-lhe a cedência por venda, de duas locomotivas Mallet que o inspector das Obras Públicas me disse constar-lhe que talvez o governo daquela colónia me pudesse ceder.

Se eu me encontrasse noutra situação, tomaria a iniciativa e a responsabilidade de tratar este assunto sem consultar V.^a Ex.^a tanto mais que é convicção minha, cada vez mais arreigada, que um dos grandes males da administração colonial reside no grande número de telegramas que os governadores das Províncias Ultramarinas se vêem obrigados a fazer para Lisboa com pedidos de autorizações, com consultas de toda a espécie, com informações, com explicações, com propostas, tudo pela forma incompleta e pouco clara a que a própria natureza desta correspondência obriga, dando-se assim, por vezes, ocasião a que no Ministério das Colónias se fique fazendo a mais errada ideia das coisas que pelas colónias se vão passando, e que se entrem acções que carecem de exercer-se sem hesitações de qualquer espécie, e muitas vezes sem a menor demora, para produzirem todos os seus efeitos.

O único meio em que, de princípio, se tinha pensado para o transporte da carga conduzida pelo caminho-de-ferro, era o carro bóer que nela pegaria em Vila Arriaga e a levaria ao Humbe.

Para transportar por este sistema mil e duzentas toneladas por mês, num serviço aturado de muitos meses, nas melhores condições, mas atendendo a que, mesmo por bom tempo, com água e pastagens em abundância, muitos carros se inutilizam e muitos bois morrem, sendo grandes as demoras para consertos e para substituição de gado, seriam necessários uns mil carros bóers.

Conclui-se, portanto, que os carros bóers, mesmo numa época normal não podem ser empregados como único meio de transporte, tendo em vista

o abastecimento de tão importante coluna como a que se destina a operar nas margens do baixo Cunene.

Mas a época era anormalíssima, a seca era extraordinária e devia prever-se a hipótese de ela se prolongar por tempo considerável, impedindo, por completo, o trânsito de carros bóers.

Sobrevieram as chuvas nos fins de Fevereiro, mas mesmo na hipótese de elas se prolongarem, já se não reconstituirão tão cedo as espanas esfaldadas, abatidas e incompletas, que a custo iam arrastando os poucos carros em serviço de transportes.

O meu dever, portanto, era não contar com os carros bóers, tanto mais que muitos dos seus proprietários bóers não me inspiravam, nem inspiram, a menor confiança.

Carregadores na Huila e em Moçâmedes era quase impossível angariar.

Foi nestas condições que me vi a braços com o problema de transportes.

O que havia evidentemente a fazer, antes de mais nada, era tratar do prolongamento do caminho-de-ferro de Moçâmedes ou de construir um ramal ou desvio desse caminho-de-ferro por forma a vencer rapidamente a subida para o planalto e a pôr na Chibia os víveres, as forragens e o material de guerra destinados às forças a concentrar na linha Gambos-Pocolo e destinadas a avançar para o sul. De todos era conhecida a solução do desvio do caminho-de-ferro de Moçâmedes pela portela de Vame, Valongo e Chacuto. Informações concordes dizem que, tratando-se de um caminho-de-ferro militar, a sua construção quase se limitaria a assentar carris, e desta forma estaríamos, em pouco tempo, com o *terminus* do caminho-de-ferro a pouca distância daquela linha de concentração, e com a facilidade de o avançarmos rapidamente até ao Humbe ou ainda mais para sul.

Têm aqui completo cabimento as considerações que fiz a respeito da construção de um «Decauville», de Porto Alexandre à Dongoêna.

O governo da metrópole não permitiu que se construísse o desvio Pedra Grande-Vame Valombe. Compreendi que, mais uma vez, o facto de se ter praticado um erro grave, construindo o caminho-de-ferro segundo a directriz que infelizmente se escolheu — e se aprovou, seria um obstáculo constante a que se enveredasse pelo bom caminho. É sempre assim.

Recebi ordem de Lisboa para fazer a construção do quilómetro 176 ao 184 ou 185 a fim de encurtar o caminho de carros bóers (sempre a antiga ideia dos carros bóers) e assim se está fazendo.

Cingindo-me às consequências que dessa ordem derivariam, mandei estudar uma estrada que, partindo do quilómetro 185, mais bocado, menos bocado, se dirigisse para Quilemba, dando acesso a camiões automóveis e determinei que o Sr. engenheiro Torres estudasse a forma de chegar o mais rapidamente possível ao mesmo ponto, partindo com o traçado do quilómetro 185 ou 186. Acabo de receber notícia de que este engenheiro, adoptando para as rampas o máximo de 49 milímetros e para as curvas o raio mínimo de 40 metros, conseguiu um traçado que, com um desenvolvimento de 16 quilómetros apenas, liga o quilómetro 186 ao alto da Chela.

Atendendo a que a única solução perfeita e completa do problema dos transportes reside na linha férrea, e que posta a linha férrea no planalto esse problema se simplifica desde logo consideravelmente, e que o seu prolongamento no planalto, pelo Lubango, Chibia, Gambos e Humbe, tendo principalmente em vista que, por agora, apenas precisamos de um caminho-de-ferro militar e não de um caminho-de-ferro comercial, se pode fazer à razão de 60 quilómetros por mês, e a que temos possibilidade de arranjar material fixo na Inglaterra na América, não hesitaria um momento em mandar iniciar desde já a construção dos 16 quilómetros do novo traçado do Sr. engenheiro Torres, se não fosse a minha situação de governador demissionário, e o conhecimento que tenho de que, mais uma vez, seria malsinado o meu modo de proceder relativamente a um caminho-de-ferro que tanto me empenhei por levar ao planalto o mais rapidamente possível, fosse de que maneira fosse. Se se tivesse feito o que eu queria fazer, quantas dificuldades e talvez quantos desastres se teriam evitado agora.

Deixo, portanto, o assunto para resolução do meu ilustre sucessor. Mas conveniente é que eu deixe aqui o aviso de que se o Sr. general Pereira de Eça não resolver por si, depois de examinar o traçado *de visu* e de se cercar de todos os elementos de informação que existem na colónia, e pelo contrário, esperar pela opinião dos numerosos engenheiros que intervieram no assunto e pelo parecer do Conselho Técnico de Obras Públicas do Ultramar, pode estar certo, de que o caminho-de-ferro continuará, como

está há sete anos, engarrafado na subida da Chela, e os transportes das subsistências continuará a ser feito às costas dos carregadores ou pelo patriarcal carro bóer.

Não tenho elementos para informar sobre o tempo que requiere a construção dos 16 quilómetros do novo traçado do Sr. engenheiro Torres. Nestas condições, se esse tempo for considerável, julgo conveniente construir a estrada que ligue o quilómetro 184 ou 185 ao alto da Chela, por forma que os camiões automóveis possam seguir do *terminus* do caminho-de-ferro até ao Lubango, e daí para a Chibia, Gambos e Humbe.

Fosse como fosse, a construção do caminho-de-ferro ainda era e é questão para bastantes meses e por isso não se podiam deixar de considerar outros meios de transporte.

Quando cheguei, em princípios de Janeiro, a Vila Arriaga, já com grande dificuldade, por causa da excessiva estiagem e conseqüente falta de água e pastos, os carros bóers faziam o trajecto daquela localidade para o Lubango. Houve casos de carros bóers levarem vinte dias de Vila Arriaga ao Lubango.

A breve trecho reconheci que o transporte de carros bóers apenas se podia empregar com vantagens, do Lubango para a Chibia, que da Chibia para os Gambos as dificuldades desse meio de transporte já eram muito grandes em virtude da seca, que dos Gambos para o Humbe os carreiros difficilmente iriam e que, se a seca continuasse até Outubro do ano corrente, teríamos de pôr por completo de parte o transporte em carros bóers.

Foi nestas condições, que mandei reunir em Vila Arriaga cinco mil carregadores e outros cinco mil, no alto da Quilemba. Dificuldades de diversa ordem obstaram a que esses carregadores se angariassem e se encontrassem com a rapidez que era mister, mas nesta data, e portanto em menos de dois meses, as informações que tenho recebido mostram que devem estar no *terminus* do caminho-de-ferro uns quatro mil carregadores e uns mil no alto da Quilemba.

Na mesma ordem de ideias mandei ir para o planalto os poucos camelos que havia na Lunda e requisitei os que existiam em Moçâmedes em poder de particulares; dei ordem para que se reunissem no Lubango todos os camiões que tinham vindo de Lisboa e do Cabo e um que havia

na Lunda, perfazendo-se assim o número de 17 camiões, se a memória me não falha, nesta hora em que à pressa estou concluindo este relatório; encomendei 20 camiões para o Cabo, e como as informações que dali me chegaram eram concordes em apresentar as dificuldades que havia em adquirir aquele número, estando eu convencido da necessidade de adquirir pelo menos 80, encomendei 40 para Lisboa, à casa «Fiat», do tipo igual aos que já tinha fornecido e que estavam provando muito bem.

Entendeu V.^a Ex.^a não autorizar esta requisição, e por esta forma não poderemos contar com 40 camiões que deviam estar em Moçâmedes no fim do corrente mês de Março, que muito concorreriam para se resolver o problema dos transportes que a meu ver resolver o problema dos transportes eram absolutamente necessários para se fazer convenientemente o abastecimento das nossas forças

Sobre este assunto, que muito me desgostou e que mais uma vez me veio mostrar quão pouco pode fazer nas colónias a sua administração própria, já dei a V.^a Ex.^a em longos telegramas, todos os esclarecimentos que tinha a dar, juntamente com o meu indignado protesto pela forma, em inteira desarmonia com o prestígio dos altos cargos que V.^a Ex.^a e eu desempenhamos, como se entrou o meu útil e patriótico procedimento.

Tendo em vista o trânsito de automóveis e de camiões automóveis, procedi à construção e reparação de estradas que, se as minhas ordens e instruções forem cumpridas, devem permitir que os camiões possam ir ao Humbe por toda a primeira quinzena de Abril.

Outro tanto se estava fazendo no distrito de Benguela, relativamente às estradas destinadas a ligar, por meio de automóveis e camiões, Caconda e o forte Cubango à linha férrea.

Tenho a consciência de muito ter concorrido com a minha presença e com a minha acção para facilitar e até para tornar possível o abastecimento das nossas forças no interior da colónia; tenho a convicção de que resolveria o problema se para isso, além do tempo indispensável, tivesse faculdades e atribuições que não tinha ou que me cerceavam. Neste ponto, como em todos os outros do meu governo, estou inteiramente certo de ter cumprido integralmente o meu dever e de ter sido útil ao meu país e à Colónia, que tenho a honra de ter governado e administrado.

D) FORNECIMENTOS

De Luanda, 6 de Março de 1916.

Muito teria de dizer sobre este assunto se me não escasseasse por completo o tempo. O vapor «Moçambique», que me deve levar a Lisboa, é esperado amanhã neste porto.

Julgo, porém, do meu dever dizer a V.^a Ex.^a que, o que se está passando e dando, não pode de forma alguma continuar.

Em telegrama dirigido de Lisboa ao Sr. tenente-coronel Roçadas, em 2 de Janeiro findo, dizia-se que «convinha que o Ministério das Colónias tomasse a iniciativa da quantidade e qualidade dos géneros que devem constituir as remessas para o abastecimento das forças, devendo o comandante das forças limitar-se a fazer a requisição periódica».

Ora isto é tudo o que há de mais contrário ao que convém fazer, ao que é absolutamente necessário que se faça, para que tudo corra como deve correr.

O abastecimento das forças em operações na Província de Angola deve correr pelo quartel-general da província sob a superintendência do governador-geral, com o concurso de comissões que o mesmo governador-geral entenda conveniente nomear, tendo em vista harmonizar a indispensável rapidez dos fornecimentos com a mais restrita economia em todas as despesas e com o concurso dos governadores dos distritos, das respectivas secretarias militares e de comissões distritais.

Todas as contas devem ser examinadas e informadas pela Inspeção Superior de Fazenda, que na colónia representa, junto do governador-geral, o papel que na metrópole cabe ao Conselho de Administração Financeira do Estado. Elaboradas e verificadas as contas de despesa no quartel-general da província examinadas e informadas na Inspeção Superior de Fazenda, seriam elas remetidas ao governador-geral que, com informação final, as enviaria à 9.^a Repartição da Direcção da Contabilidade Pública.

Foi nesta ordem de ideias que eu publiquei a Portaria n.º 1017 de 17 de Setembro de 1914.

Sei em grande parte, e o que não sei permite-me adivinhá-lo o conhecimento que tenho dos bastidores coloniais, a celeuma a que deu lugar essa portaria e a intriga que em torno dela se levantou.

Desprezo uma coisa e outra e apenas me limitarei a dizer o que se segue. Poucos governadores-gerais terá havido que, como eu, tenham combatido com mais tenacidade as tendências de absorção, as confusões propositadas de actos de fiscalização das despesas e receitas públicas com actos de administração, que, por parte da *fazenda das Colónias*, se têm manifestado sempre, mas principalmente depois da publicação do regulamento de 1911 e sobretudo logo após a Proclamação da República. Mas, em todas as minhas informações, propostas e resoluções contra um estado de coisas que de modo algum se podia permitir, sob pena de anular por completo a acção dos governadores, e, portanto, tornar impossível ou pelo menos improficua toda a administração colonial, eu nunca tenho deixado de declarar que de modo algum se deve impedir ou limitar a rigorosa fiscalização de todas as receitas e de todas as despesas, seja qual for a sua natureza, por parte do Estado. E é por isso mesmo que, tendo pugnado, como poucos, para que terminasse a inconvenientíssima organização fazendária de 31 de Agosto de 1912, sendo, desde o princípio, absolutamente contrário à subordinação em que se colocou a administração militar perante as inspecções de fazenda distritais, desejando que essa administração militar corresse, como está correndo, pelo quartel-general da província sob a responsabilidade do chefe do Estado-Maior e sob a sua superintendência e, portanto, sob a responsabilidade, também, do governador-geral, eu não vejo motivo ou razão para que as despesas feitas por este ramo de serviço público, e que em regra, são os mais importantes da colónia, deixem de ser fiscalizados pela Inspeção Superior de Fazenda. E se o governador-geral se não sente melindrado com tal fiscalização, não compreendo que possa ter quaisquer melindres um chefe de serviços administrativos de um quartel-general de uma província ultramarina, ou de qualquer coluna em operações.

Desejo observar que a referida Portaria n.º 1017 foi publicada antes do decreto que tornou independentes os serviços administrativos militares das inspecções de fazenda distritais, e que carece portanto de ser modificada. Não o fiz, porque as ordens e instruções que ia recebendo do Ministério das Colónias indicavam orientação por completo diversa da minha, e por isso me limitei a transmiti-las a quem o devia fazer.

Na mesma orientação, que continuo a julgar a melhor, apesar de tudo o que se diga e pense em contrário, publiquei a Portaria n.º 1239, de 7 de Novembro de 1914.

Não sei se o Ministério das Colónias mantém o princípio acima transcrito e constante do telegrama de 2 de Janeiro. Se assim é, o Sr. general Pereira de Eça terá de saltar muitas vezes por cima dele, ou de se ver em sérios embaraços.

Tenho de pôr final neste relatório; muito mais tinha a dizer do que deixo dito, mas falta-me em absoluto o tempo.

O que deixo descrito para alguma coisa servirá a V.^a Ex.^a e ao meu sucessor no governo-geral de Angola, pois que, pelo menos, obrigará a fixar a atenção sobre pontos e assuntos que reputo da mais alta importância, todos, e muito graves outros.

E depois de reler o que deixo escrito, de recordar o que escrevi nos relatórios que precedem este, de rememorar, numa visão rápida, o que foi o meu governo nestes quase três anos e nestes últimos seis meses, fecho este tomo da minha vida com a consciência de alguma coisa ter feito de bom e útil e de muito ter concorrido para o engrandecimento de Angola.

Luanda, 6 de Março de 1915.

J. M. R. Norton de Matos

(Página deixada propositadamente em branco)

CAPÍTULO IV

CONCLUSÕES

Releio, depois de uma grave, ainda que rápida, doença, o que deixo escrito sobre o que considero como parte importantíssima da *Intervenção de Portugal na Grande Guerra*, a que dei o nome de *Defesa do Território Colonial*, e verifico, mediante essa atenta leitura, que as conclusões a tirar do que escrevi estão bem patentes nas páginas que precedem estas, e por vezes indicadas com precisão e com a clareza e nitidez de que sou capaz.

Julgo, porém, arriscando-me, sem dúvida, ao perigo de repetições, de que tanto enfermam «memórias» que abrangem longos anos e coisas vividas em passado longínquo, que devo pôr em resumo muito breve o que se apara de «essência nacional» nos acontecimentos, actos, procedimentos, acções, atritos, discordâncias, discussões e até da necessidade de repelir, por vezes, com a maior indignação, a calúnia rastejante com que se procuravam atingir as energias da Nação.

Ora o que dessa «espiritual essência», que nos anima a todos nós portugueses, ressalta das paginas deste livro, é coisa que deixará talvez desiludidos muitos dos meus leitores, porque a verdade da minha memória e a justiça, que da verdade é a mais brilhante manifestação, diminuíram, sem eu disso ter culpa, as enormes dimensões daquela «essência nacional», que foi encoberta por tantas hesitações, tantos erros, tantos desastres e desaires e por tantas humilhações que a vemos como um ponto apenas, ainda que de tal modo brilhante, que bastava para iluminar o mundo inteiro.

Derrubámos montanhas de tremendas dificuldades, vencemos obstáculos que se consideraram insuperáveis, sacrificámos numerosas vidas de brancos e de pretos, praticámos erros, elevámo-nos muitas vezes a actos de sublime heroicidade e deixámo-nos invadir algumas vezes pelo pânico, e os que tomaram parte nas formidáveis tragédias que se desenrolaram nas terras de Angola e de Moçambique e os que de fora as contemplaram, perguntaram, sucumbidos e emaranhados perante a implacabilidade de actos aparentemente inúteis: para quê? que ganhámos com tudo isto?

Um dia os portugueses que estavam em Paris na Conferência da Paz, após a Grande Guerra, a representar a Nação e a defender os seus altos interesses, foram surpreendidos pela notícia de que em várias partes do mundo se levantavam pretensões a territórios portugueses.

Dominou a indignação todos os outros sentimentos que este procedimento, por parte de companheiros de armas, nos despertou. Mas soubemos dominá-la e preparamo-nos serenamente para mais este combate.

Lembro-me que numa das variadas discussões, que a apresentação de disfarçadas partilhas de territórios portugueses, de África, provocou, e na mais acesa delas todas, tive a honra e a glória de falar em nome de Portugal.

Disse como as nossas terras de Angola e Moçambique tinham sido invadidas por forças alemãs e que essas invasões duraram desde 24 de Agosto de 1914 a 28 de Setembro de 1918, dia em que as últimas forças alemãs se viram obrigadas a abandonar o território português do ultramar.

Durante esses quatro anos e um mês, tínhamos atacado o invasor, ora em operações defensivas, ora tomando a ofensiva, e chegámos por várias vezes a penetrar, perseguindo-o, no seu território colonial.

Os efectivos que Portugal pôs em pé de guerra para defender os seus territórios de Angola e Moçambique contra as investidas alemãs, foram, em números que carecerão de insignificantes correcções, disse eu então, os seguintes⁽¹⁾:

⁽¹⁾ São estes dois quadros aqueles de que dispúnhamos na ocasião da Conferência da Paz. São, com pequenas alterações, os seus números os que constam dos relatórios oficiais depois publicados.

1.º) *Efectivos das forças portuguesas nas campanhas de Angola e Moçambique de 1914 a 1918*

Tropas europeias:

Oficiais	1.200
Praças	25.500

Observações: Entraram nestes efectivos três batalhões de tropas de desembarque da Marinha de Guerra.

Tropas indígenas, recrutadas em Angola e Moçambique:

Oficiais europeus	650
Graduados europeus	1.200
Praças indígenas combatentes.....	14.000

Auxiliares indígenas:

Para serviço das tropas, abertura de caminhos, carregadores, etc.	69.000
--	--------

Observações: Além destes auxiliares indígenas, para serviço das tropas portuguesas, foram fornecidos 30.000 indígenas de Moçambique, às tropas inglesas.

Totais:

Europeus combatentes	28.550
Indígenas combatentes	14.000
Indígenas auxiliares	99.000

Total geral: 141.550

2.º) *Baixas havidas nos efectivos indicados no quadro antecedente*

Mortos:

Oficiais	53
Praças europeias	2.690
Praças indígenas	365
Auxiliares indígenas	2.520

Feridos curados:

Oficiais	19
Praças europeias	140
Praças indígenas	450

Incapacitados por ferimentos:

Praças europeias	45
Praças indígenas	1.610

Totais:

Mortos	5.628
Incapazes	1.655
Feridos curados	609

Total geral: 7.892

Mostram estes dois quadros, continuei dizendo, depois de os ter lido aos meus ouvintes, o esforço que Portugal fez para fazer face nos seus territórios do ultramar, às investidas germânicas e às rebeliões das populações indígenas de Angola e Moçambique, que os agentes alemães e o próprio facto da guerra, entre brancos, no território africano, provocaram.

Devo notar, acrescentei, que esta mobilização de tropas destinadas a campanhas do nosso ultramar, foi feita na ocasião em que se mobilizava, organizava e embarcava um Corpo do Exército Português para enfileirar ao lado dos Aliados contra a Alemanha, nos campos de batalha da Europa.

Na data do armistício não havia um único soldado alemão nos nossos territórios de além-mar. Estávamos inteiramente senhores deles, ocupando-os, administrando-os e de novo a braços com a grande tarefa da sua civilização, tal qual nos encontrávamos antes da guerra.

Os povos indígenas que, como disse, contra nós se tinham revoltado, estavam nessa data inteiramente de novo submetidos e em todo o território português do ultramar não havia um único indígena que, espantado do nosso esforço, não nos considerasse vencedores dos alemães reconhecendo a nossa soberania paternal e benéfica.

Calei-me. Tinha perante mim um grupo de homens representantes de todas as Nações, que ao nosso lado combateram, das que tinham pretensões a territórios portugueses e das que nada queriam do que era nosso.

Olhei e reconheci que aquele pequeno foco de luz, radiante emanção da essência espiritual da Nação Portuguesa, «nos iluminava a todos com rara e brilhante luz».

Algés, Abril de 1945.

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE

MEMÓRIAS E TRABALHOS DA MINHA VIDA • TOMO III	3
PRIMEIRA PARTE • A SITUAÇÃO DE ANGOLA EM 1912-1913	5
Capítulo I • Análise Geral	7
I. Situação Internacional	8
II. Situação na metrópole	37
III. Situação Interna de Angola	42
Capítulo II • Os Obstáculos Permanentes	65
A) A partilha da África	66
B) As matérias-primas coloniais	91
C) A mão-de-obra indígena nas colónias portuguesas de África	98
D) O povoamento de Angola	104
SEGUNDA PARTE • AS SETE GRANDES TRANSFORMAÇÕES DE ANGOLA	115
Capítulo I • A primeira transformação de Angola passagem da organização administrativa militar para a organização administrativa civil – a posse do território	117
Capítulo II • O novo indígena: da condição de trabalhador recrutado para a de proprietário e cultivador rural	143
Capítulo III • A terceira transformação de Angola: as estradas	181
Capítulo IV • A quarta transformação de Angola: a proibição do comércio da «pólvora e armas» e do fabrico de bebidas alcoólicas	191
Capítulo V • A assistência médica aos indígenas. Higiene e melhoria das condições de vida dos indígenas. O congresso de medicina tropical	203

Capítulo VI • A educação e a instrução	219
Capítulo VII • A vida de família e o conforto dos europeus. Habitações, transportes, comunicações, segurança e ordem públicas	241
Capítulo VIII • Epílogo	253
 MEMÓRIAS E TRABALHOS DA MINHA VIDA • TOMO IV	 269
PRIMEIRA PARTE • A DEFESA DO TERRITÓRIO COLONIAL	271
Introdução	273
Capítulo I • A atitude de Portugal	299
A) Antecedentes	299
B) A caminho da guerra	324
Capítulo II • A preparação da invasão de Angola e Moçambique pela Alemanha	339
A) Afirmações	339
B) A defesa do território colonial antes da guerra	368
C) As primeiras medidas	372
D) A chegada da expedição militar e a sua concentração no planalto da Huíla	386
E) A administração de Angola	394
F) O incidente de Naulila	399
G) A liquidação da missão de estudos Luso-Alemã	405
H) O desastre de Naulila : a sublevação dos indígenas e a retirada dos Alemães	413
D) A invasão de Moçambique	426
Capítulo III • Um relatório	435
A) Situação geral	441
B) Medidas a tomar em face da situação em que se encontra a Província de Angola	457
C) Transportes	467
D) Fornecimentos	475
Capítulo IV • Conclusões	479
 ÍNDICE	 485

(Página deixada propositadamente em branco)

Série

Documentos

•

Coimbra
Imprensa da Universidade

2005